UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FELIPE TAVARES DE MORAES

VERSÃO CORRIGIDA

JOSÉ VERÍSSIMO (1857-1916), INTELECTUAL AMAZÔNICO: Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891)

São Paulo
2018

FELIPE TAVARES DE MORAES

JOSÉ VERÍSSIMO (1857-1916), INTELECTUAL AMAZÔNICO: Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891)

VERSÃO CORRIGIDA

Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Educação

Área de Concentração: Cultura, Filosofia e História da Educação

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maurilane de Souza Biccas

São Paulo
2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

37(092) Moraes, Felipe Tavares de
M827j José Veríssimo (1857-1916), intelectual amazônico: Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891) / Felipe Tavares de Moraes; orientação Maurilane de Souza Biccas. São Paulo: s.n., 2018.
415 p. ils.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Cultura, Filosofia e História da Educação) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Intelectual amazônico 2. Educação 3. Modernidade 4. Sociabilidade I. Biccas, Maurilane de Souza, orient.

Elaborado por Nicolly Leite – CRB-8/8204

MORAES, F. T. *José Veríssimo (1857-1916), intelectual amazônico*: Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891). 2018. 415f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.ª Dr.ª Maurilane de Souza Biccas.

Instituição: Universidade de São Paulo (USP) – orientadora.

Julgamento: _____

Prof. Dr Aldrin Moura de Figueiredo

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA).

Julgamento: _____

Prof.ª Dr.ª Claudia Maria Costa Alves de Oliveira.

Instituição: Universidade Federal Fluminense (UFF).

Julgamento: _____

Prof. Dr. Marcos Cezar de Freitas

Instituição: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Julgamento: _____

Prof. Dr. Bruno Bontempi Jr.

Instituição: Universidade de São Paulo (USP).

Julgamento: _____

Janus

Universidade de São Paulo

ATA DE DEFESA

Aluno: 48134 - 9025992 - 1 / Página 1 de 1

Ata de defesa pública de Tese do(a) Senhor(a) Felipe Tavares de Moraes no Programa: Educação, do(a) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Aos 18 dias do mês de setembro de 2018, no(a) sala 116 B, às 14:00 horas, realizou-se a Defesa da Tese do(a) Senhor(a) Felipe Tavares de Moraes, apresentada para a obtenção do título de Doutor intitulada:

"José Veríssimo, intelectual amazônico: a geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891)"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Maurilane de Souza Biccas	Presidente	FE - USP	Aprovado
Bruno Bontempi Junior	Titular	FE - USP	aprovado
Claudia Maria Costa Alves de Oliveira	Titular	UFF - Externo	[illegible] - APROVADO
Marcos Cezar de Freitas	Titular	UNIFESP - Externo	[illegible] - APROVADO
Aldrin Moura de Figueiredo	Titular	UFPA - Externo	[illegible] - APROVAD

Resultado Final: Aprovado

Parecer da Comissão Julgadora *

A banca reconhece a originalidade, a qualidade da pesquisa e da escrita da tese. Recomenda sua publicação

Eu, Marcelo de Souza Ribeiro [illegible], lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as). São Paulo, aos 18 dias do mês de setembro de 2018.

Bruno Bontempi Junior

Claudia Maria Costa Alves de Oliveira

Marcos Cezar de Freitas

Aldrin Moura de Figueiredo

Maurilane de Souza Biccas
Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 22/10/18 e, portanto, o(a) aluno(a) FAZ jus ao título de Doutor em Educação obtido no Programa Educação - Área de concentração: Educação - Opção:História da Educação e Historiografia.

Presidente da Comissão de Pós-Graduação

Faculdade de Educação da USP
Serviço de Pós-Graduação
Confere com o Original

Antonio Carlos de Martin
Tte. Adm.

À Maria Filomena e Henrique, meus amores.

À Giovana, meu patchouli.

Ao Presidente Lula, preso político desde 7 de abril de 2018!

Playlist para ler uma tese:

1. Valsinha do Marajó (versão instrumental) – Waldemar Henrique;
2. Carimbó – Sebastião Tapajós;
3. A Casinha de Caboclo – Verequete e o Conjunto Uirapurú (1975);
4. Comprando fiado – Pinduca (1976) Vol. 5;
5. Rosalie – Georges Plonquitte & Cie.
6. Melô do Planeta – Lambaly – Lambadas Nacionais (1º LP);
7. Jamaicana – Vieira e o Seu Conjunto (1982);
8. Saudades de Belém – Sal ou Moscou – Lucas Estrela;
9. Tamba-Tajá – voz de Fafá de Belém – letra de Waldemar Henrique;
10. Foi Assim – voz de Fafá de Belém e Walter Bandeira – letra de Paulo André Barata e Ruy Barata;
11. Olho de Boto – Nilson Chaves;
12. Palavras – Marcelo Wall;
13. Ao pôr-do-sol – Ted Max;
14. Quem não te quer sou eu – Banda Sayonara;
15. Está no ar – Fruto Sensual;
16. Não vou te deixar – Tecno Show;
17. Me Libera – Nelsinho Rodrigues;
18. O pirangueiro – Edison Moreno;
19. Recontre (Melô do Milionário) – Eric Brou;
20. Lundu Marajoara – Arraial do Pavulagem.

AGRADECIMENTOS

Eis a parte mais difícil de qualquer trabalho acadêmico: a escrita dos agradecimentos. Pois o reconhecimento às pessoas e às instituições que possibilitaram essa pesquisa é parte fundamental da minha trajetória pessoal e profissional. O ato de agradecer nada mais é que reconhecer. Como diz Pablo Neruda, na "Ode à gratidão", "Grato pela palavra que agradece", aqui escrevo a palavra que agradece e reconhece.

Aos meus pais, Maria Filomena e Henrique, os responsáveis pelo incentivo aos meus estudos, pelos árduos esforços na minha formação, que possibilitaram que eu pudesse apenas estudar no ambiente da periferia de Belém, onde isso se configura como exceção, e hoje pudesse defender essa tese de doutorado. Meu muito obrigado, papai e mamãe amados!

Aos meus irmãos, Fabrício e Henrique Júnior, pelo incentivo nesta trajetória de estudos e, como ambos, terminando a graduação e se preparando para entrar na pós-graduação, espero que outras teses de doutorado entrem para a família.

À Giovana Miglio, meu patchouli, pelo amor e pelo companheirismo, que tornaram essa caminhada menos árdua, cujas leituras deste texto foram fundamentais, e o crescimento pessoal dos últimos anos é parte da minha vida. Muito obrigado, meu amor!

À Rafaela Paiva Costa, minha melhor amiga, aquela que ombro a ombro vem palmilhando essa trajetória acadêmica, desde os bancos da graduação à escrita da tese, pela admiração, cumplicidade e camaradagem.

Ao Alexandre Ribeiro e Silva, por ser um amigo e um companheiro de conversas acadêmicas e musicais nos últimos momentos de escrita da tese. Agradeço a leitura destas páginas, pelas sugestões, indicações e correções muito atentas e oportunas.

Ao Luiz Carlos Laurindo Jr., uma camarada de discussão acadêmica e das questões da vida, pelas conversas sobre a história da Amazônia que clarificaram muitos caminhos percorridos nas páginas desta tese e pela ajuda ao fazer eu conhecer Rafael Fanni e Ana Prates, antigos moradores do apartamento 605 do Bloco C do CRUSP.

À Fernanda Bombardi, Josilãna Nogueira, Edilza Sotero, Viviane Angélica e Alan Ribeiro por terem me recebido com muito carinho no CRUSP, pela amizade e pelos bons momentos compartilhados nas discussões mais seriamente politicas à conversa fiada mais descontraidamente engraçada.

Ao Rafael Fanni, Ana Prates, Fernando Vale e Lucas Coutinho por me receber no apartamento 605 do Bloco C do CRUSP. Agradeço ao Rafael e Ana pelo acolhimento mineiro

nos momentos mais difíceis e pelas conversas mais descontraídas que fizeram essa trajetória de escrita mais leve. Agradeço ao Fernando e o Lucas por terem me aceitado no apartamento e ter desfrutado vários momentos alegres e engraçados.

À *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo* (FAPESP), pela concessão da *Bolsa de Doutorado Regular* (DR – Processo nº 2015/06940-0) no País e pela *Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior* (BEPE – Processo nº 2016/10917-7), ambos os investimentos fundamentais para a realização e conclusão desta pesquisa. Estas bolsas, junto com a reserva técnica, financiaram todas as etapas da pesquisa no país e no exterior, bem como o custeio de participação em eventos acadêmicos nacionais e internacionais.

À minha orientadora, Maurilane de Souza Biccas, por todo apoio pessoal e acadêmico nesta trajetória, com quem pude compartilhar de toda a generosidade, a seriedade e a competência no processo de orientação. Sempre aberta ao diálogo e a escuta atenta a interlocução, fez da escrita da tese um processo de crescimento pessoal e profissional.

Ao NIEPHE (Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação), por representar um espaço importante de formação acadêmica, com reuniões que possibilitaram leituras e discussões que serviram para burilar as páginas deste trabalho. Agradeço à Fabiana Munhoz, Sandra Caldeira, Wiara Alcântara e Rachel Abdala pela aprendizagem no processo de editoração do livro de egressos do grupo, "*De madeiras e artes de fazer fechas*: apontamentos teórico-metodológicos em História da Educação", editado em 2016. Agradeço em particular à Ariadne Ecar e Fernanda Franchini pela leitura de parte da tese, cuja observações e indicações fizeram o texto avançar bastante em consistência e coerência.

Às professoras Maria Angela Salvadore e Diana Gonçalves Vidal, pelas disciplinas cursadas no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP). À Maria Angela pela generosidade e rigor das discussões em sala de aula e das observações nos trabalhos finais de disciplina, incorporados em grande medida ao texto da tese. À Diana por ter apresentado as reflexões de Michel de Certeau e pelas conversas informais que contribuíram bastante para amadurecer o objeto da pesquisa e na escolha do título da tese.

Aos professores Bruno Bontempi Jr. e Aldrin de Moura Figueiredo, avaliadores da banda de qualificação e integrantes da banca de defesa. Agradeço ao Bruno pelo diálogo iniciado na disciplina sobre intelectuais da educação brasileira, no âmbito do programa de pós-graduação em educação, e consolidado com os apontamentos e críticas realizados na qualificação, principalmente a respeito das redes de sociabilidade. Agradeço ao Aldrin, que

foi meu professor na graduação em História na Universidade Federal do Pará (UFPA), pelas importantes indicações de leitura e alertas metodológicos sobre História Social da Amazônia.

À professora Claudia Alves e ao professor Marcos Cezar de Freitas, também integrantes da banca de defesa. Agradeço a Claudia pelos diálogos travados desde o grupo de trabalho da ANPED, passando pelo evento de História de Intelectuais promovido pelo grupo de pesquisa do Bruno na PUC-SP, até chegar ao texto da tese; por suas observações e críticas pertinentes e pelos apontamentos generosos, que contribuíram consideralvemente para a melhoria do texto. Agradeço ao Marcos, que apenas conhecia de leituras dos tempos de graduação a respeito da historiografia brasileira, pelas observações panorâmicas relativas a intelectualidade brasileira oitocentista, fazendo-me considerar questões promissoras para futuros investimentos de pesquisa acerca da relação entre sertão e projeto de nação brasileira.

Ao professor Joaquim Pintassilgo, da Universidade de Lisboa (ULISBOA), pela recepção no período da Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE), entre agosto de 2016 e março de 2017, que foi bastante generosa do ponto de vista pessoal e muito formativa para conhecer as instituições de arquivo portuguesas, especialmente a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).

Ao professor Antonio Carlos Fernandes, do Museu Nacional, pelos e-mails trocados e as informações compartilhadas sobre o acervo antropológico de Enrico Giglioli entre Roma e Florência, suas indicações foram fundamentais para a visitação do Museu Antropológico "Luigi Pigorini", em Roma, e do Museu "La Specola", em Florência.

Ao Luiz Antônio de Souza, diretor da Biblioteca Lúcio Mendonça vinculada à Academia Brasileira de Letras, pelas orientações atenciosas e diligentes a respeito das primeiras edições das obras do José Veríssimo no acervo da biblioteca.

A todos os funcionários dos espaços públicos que administram a consulta de documentos históricos, pelo trabalho silencioso e nem sempre reconhecido, pois zelam pela conservação da matéria-prima do trabalho do historiador: os registros das experiências humanas no tempo.

Ao Presidente Luiz Inácio "Lula" da Silva, o torneiro mecânico que possibilitou avançar significativamente na democratização do Ensino Superior – conquista jamais vista na história deste país! Esta tese de doutorado é um testemunho de suas políticas públicas em educação. Eu, filho da classe operária, da periferia de Belém, agradeço às oportunidades educionais fomentadas por um governo popular. O retrocesso atual, que agora faz do Presidente um preso político, não tardará em ser superado! Força, Presidente Lula!

“Minhas senhoras, meus senhores:

Das formas do amor da pátria mais espontânea, mais natural e, direi até, mais legítima, é o bairrismo: o afeto ingênuo, quase inconsciente, ao torrão onde nascemos, onde experimentamos as primeiras sensações que nos lembrem onde fica a paisagem em que primeiro impressionou o nosso olhar móbil de crianças, onde corre o rio cuja água nos batizou e se elevam as árvores a que primeiro trepamos, onde vive a gente que primeiro conhecemos e amamos, onde surgem, após longos anos passados, as primeiras imagens queridas à nossa memória e para onde se voltam as saudades dos tempos que não voltam mais.

Este torrão natal, pedaço da grande terra que é a pátria política, não é privilégio de nenhum de nós. A nação a que pertencemos compõe-se de inúmeros quejandos torrões, e cada um dêstes é para o nêle nascido o predileto. Êste amor, porém, sente-se êle próprio como que estreito e incompleto. Ao pé, em volta, além da nossa terra natal, ficam outras terras, continuação da nossa, onde vive gente que sabemos nossa irmã, da mesma origem, da mesma fala, do mesmo sentimento que nós e que, como nós, quer conservar e servir a terra em que nasceu.

É esta sucessão num território, geográfica, histórica e moralmente contínuo, de gerações vivas e mortas, ligadas pelo mesmo sentimento de comunidade de origem e pela mesma vontade de vida coletiva e de mútua união, que faz a pátria. O amor da pátria, e ainda o patriotismo, que é, por assim dizer, o seu aspecto político, germina desta semente, o amor do torrão natal, ou, se quiserem, o bairrismo”

(Discurso de José Veríssimo em comemoração
ao Tricentenário de Santa Maria de
Belém do Grão-Pará, em 12 de janeiro de 1916)

RESUMO

MORAES, F. T. *José Veríssimo (1857-1916), intelectual amazônico*: Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891). 2018. 415f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

José Veríssimo foi uma figura-chave no campo intelectual paraense e brasileiro, destacando-se como pensador social da história, cultura, antropologia, literatura e educação. O objetivo é investigar o *fazer-se intelectual* de José Veríssimo por meio das experiências literárias, políticas e educacionais, das redes de sociabilidade e da circulação em eventos internacionais, que possibilitaram o reconhecimento e a autorização do seu pensamento social e educacional sobre a sociedade e cultura amazônica; ou seja, considerar estas dimensões do *fazer-se* como um *lugar de produção* que constituiu o *intelectual amazônico.* A pesquisa seleciona na vasta produção do intelectual paraense, os trabalhos e a atuação em periódicos (jornais e revistas); a participação em eventos acadêmicos internacionais; como professor e diretor do Colégio Americano (1884-1890); e, na Diretoria da Instrução Pública (1889-1890), no período em que viveu no Pará (1877-1891). Este recorte justifica-se pelo *silêncio bibliográfico* entorno das obras históricas, etnográficas e educacionais de José Veríssimo produzidas no Pará, que estabeleceu a distinção entre a fase *provincial* (obras produzidas no Pará) e fase *nacional* (obras produzidas no Rio de Janeiro). Pelos trabalhos escritos no Rio de Janeiro foi reconhecido como um intelectual "maduro", como crítico e historiador da literatura, obscurecendo etnógrafo, antropólogo e educador da realidade amazônica. O processo de modernização da Amazônica no século XIX ocorreu por uma integração nacional e uma inserção internacional. A abertura do rio Amazonas à navegação foi uma das medidas de integração do Extremo Norte do Império ao conjunto da nação, visando à garantia da sua integridade territorial e fluvial. É neste contexto que José Veríssimo produziu os seus estudos histórico-etnográficos e educacionais pautados nos postulados da *política científica* e na proposição de uma *civilização laica* e *federativa* conforme os cânones contestatórios e reformistas da *Geração 1870*. A *experiência periódica* na *Revista Amazônica* constituiu uma rede de sociabilidade com Franklin Távora, na *Revista Brazileira*, e Vicente e Ernesto Quesada, na *Nueva Revista de Buenos Aires*, e o compartilhamento de um projeto editorial que almejava a integração cultural e profissionalização do escritor latino-americano. A participação no *Congresso Literário Internacional* (1881), em Lisboa, agenciou os conhecimentos literários de José Veríssimo em defesa dos escritores brasileiros contra a acusação de pirataria literária (não pagamento de direitos autorais). No *Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica* (1889), em Paris, Veríssimo expôs um trabalho sobre a existência de uma antiga civilização indígena na Amazônia, socializando suas pesquisas sobre arqueologia e antropologia amazônica. A *experiência educacional* ocorreu em dois movimentos. Da difusão/propaganda da educação moderna na *Sociedade Paraense Promotora da Instrução* (1883-1884) à prática educativa no *Colégio Americano* (1884-1890). Da teorização sobre a prática educativa no *A Educação Nacional* (1890) à sua transformação em política pública na gestão como diretor da Instrução Pública no Governo Provisório Republicano (1889-1890). Estes foram os *lugares* do *fazer-se intelectual* amazônico de José Veríssimo no Pará.

Palavras-chave: José Veríssimo. Intelectual Amazônico. Educação. Circulação. Sociabilidade.

ABSTRACT

MORAES, Felipe Tavares de. José Veríssimo (1857-1916), an Amazonian intellectual: the Generation 1870 and education in the Grão-Pará (1877-1891). 2018. 415f. Thesis (Doctorate in Education), Faculty of Education, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

José Veríssimo was a key figure in the Paraense and Brazilian intellectual field, highlighting himself as a social thinker of history, culture, anthropology, literature and education. The objective is to investigate the intellectual becoming of José Veríssimo through literary, political and educational experiences, networks of sociability and circulation in international events, which enabled the recognition and authorization of his social and educational thinking about society and Amazonian culture; that is to say, to consider these dimensions of becoming a place of production that constituted the Amazonian intellectual. The research selects in the vast production of the intellectual paraense, the works and the action in periodicals (newspapers and magazines); participation in international academic events; as professor and director of the American College (1884-1890); and in the Board of Public Instruction (1889-1890), during the period in which he lived in Pará (1877-1891). This clipping is justified by the bibliographic silence surrounding the historical, ethnographic and educational works of José Veríssimo produced in Pará, which established the distinction between the provincial phase (works produced in Pará) and national phase (works produced in Rio de Janeiro). For the works written in Rio de Janeiro was recognized as a "mature" intellectual, as a critic and historian of literature, obscuring ethnographer, anthropologist and educator of the Amazonian reality. The process of modernization of the Amazon in the nineteenth century occurred through national integration and an international insertion. The opening of the Amazon River to the navigation was one of the measures of integration of the Extreme North of the Empire to the whole of the nation, aiming at the guarantee of its territorial and fluvial integrity. It is in this context that José Veríssimo produced his historical-ethnographic and educational studies based on the postulates of scientific politics and the proposition of a laic and federative civilization according to the contestatory and reformist canons of the Generation 1870. The periodic experience in the Amazon Magazine constituted a network of sociability with Franklin Távora, in the Revista Brazileira, and Vicente and Ernesto Quesada, in the New Magazine of Buenos Aires, and the sharing of an editorial project that aimed at the cultural integration and professionalization of the Latin American writer. Participation in the International Literary Congress (1881), in Lisbon, acted the literary knowledge of José Veríssimo in defense of Brazilian writers against the charge of literary piracy (non-payment of copyright). At the Congress of Anthropology and Prehistoric Archeology (1889) in Paris, Verissimo presented a work on the existence of an ancient indigenous civilization in the Amazon, socializing his research on archeology and Amazonian anthropology. The educational experience occurred in two movements. From the diffusion / propaganda of modern education in the Society of Paraense Promoting Instruction (1883-1884) to educational practice in the American College (1884-1890). From theorizing about the educational practice in National Education (1890) to his transformation into public policy in the management as director of Public Instruction in the Republican Provisional Government (1889-1890). These were the places of becoming the Amazonian intellectual of José Veríssimo in Pará.

Keywords: José Veríssimo. Amazonian Intellectual. Education. Circulation. Sociability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Primeira página do Suplemento Literário “Autores e Livros” 86

Imagem 2: Charge de J. Carlos publicado no “Careta”, ... 88

Imagem 3 – Fac-símile manuscrita da correspondência 88

Imagem 4 – O conto “O Crime do Tapuio”, com desenho de Mariz Filho 89

Imagem 5 – José Veríssimo – Desenho de J. Wasth Rodrigues. 90

Imagem 6 – José Veríssimo – Charge (autoria não identificada) 91

Imagem 7 – Conferência de Peregrino Jr. no centenário de José Veríssimo 102

Imagem 8 – Fac-símile do Boletim do Club Miliar 104

Imagem 9 – Assinaturas no banquete oferecido a Lúcio Mendonça. 104

Imagem 10 – Cartão de visitas de José Veríssimo em 1889 105

Imagem 11 – José Veríssimo e Oliveira Lima em 1914 106

Imagem 12 – Capa da coleção “Nossos Clássicos” 111

Imagem 13 – Capa com opinião e outros números da coleção 112

magem 14 – Folha de rosto da coleção “Nossos Clássicos” 112

Imagem 15 – Capa da 1ª série do *Estudos de Literatura Brasileira* 120

Imagem 16 – Capa da 5ª série do *Estudos de Literatura Brasileira* 120

Imagem 17 – Capa da 7ª série do *Estudos de Literatura Brasileira* 121

Imagem 18 – Capa da *Revista Brazileira* 245

Imagem 19 – Sumário da *Revista Brazileira* 246

Imagem 20 – Capa da *Revista Amazonica* 247

Imagem 21 – Sumário da *Revista Amazonica* 248

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados biobibliográficos de José Veríssimo 63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

1 "Sr. Critico": o espelho que *circula* imagens e produz um *lugar* 47

1.1 Os pressupostos ou como posso saber o que vou lhes dizer? 50

1.2 Os contemporâneos (1916) 64

1.3 "José Verissimo. Sua vida e suas obras" (1937) 77

1.4 O Centenário (1957) 98

1.5 "A Tradição do Impasse" (1974): a canonização da imagem 116

2 O Processo de Modernização da Amazônica: reforma dos costumes e secularização do Estado 129

2.1 Modernização e Belle Époque Amazônica: a "Belém da Borracha" 131

2.1.1 Navegação no rio Amazonas e Corpos de Trabalhadores: ordem e civilização no Extremo Norte 132

2.1.2 Agricultura *versus* extrativismo: vetores do desenvolvimento econômico da província 137

2.1.3 A *reforma dos costumes*: a transição do "seringal caboclo" para o "seringal do apogeu" 143

2.2 A reforma do Estado e a modernização: civilização cristã ou laica na Amazônia? 152

2.2.1 Tradição imperial *versus* política científica: reformismo e modernismo na imprensa paraense 153

2.2.2 Por uma *civilização imperial* e *cristã*: conservadores e católicos 162

2.2.3 Por uma *civilização federativa* e *laica*: liberais e republicanos 178

3 Um Homem do Extremo Norte: ciência, letras e política na Província do Grão Pará 193

3.1 Uma breve notícia biográfica: o *itinerário* de José Veríssimo 197

3.2 José Veríssimo e a *política científica*: o culto aos grandes homens e o movimento intelectual brasileiro 208

3.3 José Veríssimo – o cantor da modernização na Amazônia 220

3.3.1 *Revista Amazonica* e Ferreira Penna: a investigação do sertão amazônico 220

3.3.2 *Revista Brazileira* e Franklin Távora: o projeto da *Literatura do Norte* 239

3.3.3 *Nueva Revista de Buenos Aires* e Vicente e Ernesto Quesada: a circulação da *Literatura do Norte* 256

4 Da Amazônia à Europa: a *circulação* em congressos acadêmicos e contatos científicos (Lisboa, 1880; Paris, 1889) 278

4.1 Tricentenário de Luiz de Camões (10 de junho de 1880) 282

4.2 Congresso Literário Internacional (setembro de 1880) 285

4.3 10º Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica (novembro de 1889) 297

4.4 Émile Guimet e Enrico Giglioli 303

5 "Grande operario da civilisação futura dos povos da Amazonia": a *experiência educacional* de José Veríssimo 307

5.1 "Saber é poder": o concurso à cadeira de Francês no Liceu Paraense e a Sociedade Paraense Promotora da Instrução 310

5.2 "Tornar o homem bom, instruído e fórte": o *Collegio Americano* 322

5.3 Uma obra de "são brasileirismo": *A Educação Nacional* entre o Pará e o mundo 342

5.4 Diretoria da Instrução Pública: da teorização à política pública 361

5.4.1 Regulamento 7 de maio: a reforma da instrução primária 362

5.4.2 Regulamento Escolar: os programas e as instruções pedagógicas 366

5.4.2.1 O que se deve saber – a ciência: história, geografia e "lições de coisas" 367

5.4.2.2 O que se deve amar – a Pátria: a formação do cidadão republicano 369

5.5 Relatório de José Veríssimo: diagnóstico, críticas e perspectivas 372

CONSIDERAÇÕES FINAIS 380

REFERÊNCIAS 388

FONTES 403

INTRODUÇÃO

O interesse de investigar a intelectualidade brasileira do século XIX surgiu na graduação em História (2005-2008) na Universidade Federal do Pará (UFPA), após a leitura de "O espetáculo das raças" de Lilia Schwarcz (1993) e "Preto no Branco" de Thomas Skidmore (1976). As discussões sobre evolucionismo cultural e darwinismo social no contexto da *Belle Époque* europeia (1870-1914), como reflexão científica sobre a diferença (entendida enquanto desigualdade) entre sociedades humanas e como legitimidade política do imperialismo europeu sobre América, África e Ásia, havia despertado o meu interesse para pensar as relações entre o discurso científico e o seu uso na legitimação da dominação política, econômica e cultural.

Destas inquietações surgiu o tema da minha monografia de graduação. Naquele momento, queria entender como havia sido a introdução daquelas teorias no contexto amazônico, uma vez que tinham balizado as discussões e reflexões de parte considerável da intelectualidade brasileira do oitocentos. Pensei inicialmente em pesquisar a produção científica do Museu Emílio Goeldi, a partir dos apontamentos realizados por Lilia Schwarcz no seu capítulo sobre as instituições científicas brasileiras, mais especificamente os museus, que haviam pautado a sua produção intelectual articulada com esses modelos teóricos.

Contudo, pouco tempo depois chegou em minhas mãos a obra "Estudos Amazônicos", uma compilação de resenhas, artigos e ensaios de José Veríssimo, organizado pela editora da UFPA. O ensaio "Populações indígenas e mestiças da Amazônia. Sua linguagem. Suas crenças. Seus costumes", escrito em 1878 – sob o título "Raças cruzadas no Pará" – e revisado em 1886, apresentava as observações etnográficas e histórias de José Veríssimo sobre a constituição da sociedade amazônica, articulando sociedade, cultura e natureza, sob uma perspectiva evolucionista. Foi uma grata revelação. Havia encontrado uma produção científica que introduzia aquelas teorias cientificistas para a análise do contexto amazônico. Fui procurar informações para saber quem foi José Veríssimo.

Encontrei duas biografias: "José Veríssimo: sua vida e suas obras" de Francisco Prisco (1937) e "José Veríssimo visto por dentro" de Ignácio José Veríssimo (1966). Ambas as obras apresentam, cada uma a seu modo, a trajetória pessoal, intelectual e as principais obras de José Veríssimo. Nelas descobri sua atuação no Pará e, sobretudo, no Rio de Janeiro.

No Pará as biografias relatam que José Veríssimo fundou um jornal (Gazeta do Norte), uma revista (Revista Amazônica) e uma escola (Colégio Americano). Escreveu em

diversos jornais, tendo, inclusive, debatido nas páginas dos jornais "A República" e "O Liberal do Pará" pela causa da República, quando participou ativamente do Club Republicano no Pará – porém, como veremos, Veríssimo não era propriamente um republicano. Foi diretor da Instrução Pública durante o Governo Provisório Republicano, em 1890. Produziu vários artigos e ensaios literários, históricos, educacionais e etnográficos que refletiam sobre a realidade amazônica. "Primeiras páginas" (artigos e ensaios), "Cenas da vida amazônica" (livro de contos), "Estudos brasileiros – 1ª serie" (artigos e ensaios) e "A educação nacional" (livro) são alguns exemplos de produções intelectuais realizadas no Pará.

No Rio de Janeiro também escreveu em vários jornais, como o "Jornal do Brasil" e o "O Imparcial". Foi professor e diretor no Ginásio Nacional e Escola Normal. Dirigiu a Revista Brasileira em sua terceira fase. Participou do grupo fundador da Academia Brasileira de Letras. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. "Estudos brasileiros – 2ª série", "Estudos de literatura brasileira" (6 volumes), "História da Literatura brasileira" e "Homens e coisas estrangeiras" (3 volumes) foram algumas de suas obras escritas neste momento e que estavam preocupadas com temas relacionados à crítica e à história da literatura brasileira.

Com este conhecimento preliminar sobre Veríssimo, fiquei curioso em saber a sua relação com a educação. Quais as implicações daquelas teorias raciológicas para pensar a questão educacional na Amazônia? Li o "A Educação Nacional" e depois fui procurar documentos sobre a Instrução Pública no Governo Provisório e outros que estivessem relacionados à atuação de Veríssimo na educação. Encontrei *Regulamento Geral da Instrucção Publica e Especial do Ensino Primario do Estado do Pará* (1890) no Arquivo Público do Pará, também conhecido por *Regulamento 7 de maio*, que foi responsável pela primeira reforma educacional sob o Estado Republicano no Pará, ainda em sua forma transitória de Governo Provisório, além de promover uma ampla reformulação do ensino primário.

Na Biblioteca Pública "Arthur Vianna" da Fundação Cultural Tancredo Neves, localizada em Belém, no setor de "Obras raras", encontrei o *Direção Geral da Instrucção Publica. Ensino primario: regulamento escolar, programmas, horários e instrucções pedagógicas para as escolas do Estado do Pará*, que representou uma das atribuições do diretor da instrução pública, no caso, as orientações de José Veríssimo para o ensino primário, expresso em suas *Instrucções Pedagogicas*, na qual realizou sugestões acerca do ensino e dos programas, no que se refere a sua condução e execução. Neste mesmo acervo, localizei o *Noticia Geral do Collegio Americano* (1888), prospecto que expõe em cinco capítulos o

programa de instrução e educação que pretendia adotar na instituição, seguindo os princípios da educação moderna, de acordo com os mestres desta ciência: os pedagogistas – especialmente Herbert Spencer. Basicamente, tratava dos métodos de ensino, das disciplinas escolares, os horários, as regras disciplinas e outros elementos que compunham a rotina do estabelecimento de ensino.

Por fim, localizei na Biblioteca Central da UFPA, no acervo de "Obras raras", *A instrucção publica no Estado do Pará em 1890* (1890), referente a outra atribuição do Diretor da Instrução Pública, que, ao lado das orientações pedagógicas, tinha a incumbência de produzir um relatório anual fazendo um balanço da educação. José Veríssimo apresenta as suas considerações sobre a educação paraense, tomando como referência o regime republicano. Estrutura o relatório, de um lado, com o histórico da instrução pública paraense; e do outro, faz alusões às experiências educacionais modelares em outros países, principalmente, os europeus e os Estados Unidos, e às reflexões dos especialistas da educação desse período, mais uma vez, Herbert Spencer é referência.

Com este material em mãos, procurei saber em que medida o pensamento educacional de José Veríssimo orientou as políticas educacionais do Governo Provisório Republicano. Esta foi a discussão da minha monografia de graduação. "*José Veríssimo (1857-1916) e a Instrucção Publica (1886-1891):* a construção de uma concepção político-educacional hegemônica" (MORAES, 2009) investigou o projeto político-educacional que fora construído e evidenciado nos discursos da elite política paraense (intelectuais e autoridades públicas) no Governo Provisório (1889-1891) de Justo Chermont, sob a administração de José Veríssimo frente à Instrução Pública.

No mestrado (MORAES, 2011), procurei investigar o primeiro governo republicano formado após a Constituição de 1891, o Governo de Lauro Sodré (1891-1897). A minha questão era saber se existiu uma continuidade entre a concepção político-educacional que reformou a Instrução Pública sob a administração de José Veríssimo no Governo Provisório e o Governo de Lauro Sodré, que também encaminhou várias reformas no campo educacional. Basicamente, utilizei as *Mensagens do Governador do Estado ao Congresso do Estado do Pará*, disponíveis de forma digitalizada no departamento de *Latin Studies* da Universidade de Chicago. Na dissertação "*A educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886-1897)*: a construção de uma concepção político-educacional republicana" procurei investigar a concepção político-educacional que orientou as reformas educacionais do primeiro governo de Lauro Sodré (1891-1897), e suas continuidades e rupturas com a concepção político-educacional construída no Governo Provisório (1889-1891).

Para o doutorado, minha intenção inicialmente era aprofundar a compreensão da atuação intelectual de José Veríssimo, seu papel como diretor da Instrução Pública e o seu legado educacional para os governos republicanos paraenses subsequentes, a exemplo do governo de Lauro Sodré. Mas, ainda na graduação, a leitura de dois trabalhos – o artigo de José Maia Bezerra Neto (1998) e o livro de João Alexandre Barbosa (1974) – levantaram uma questão: quais relações havia entre a atuação intelectual de José Veríssimo no Pará e no Rio de Janeiro?

Nas conclusões do seu artigo, que tratava sobre o pensamento social e etnográfico de José Veríssimo produzido no Pará, José Maia Bezerra Neto levantava uma discussão sobre a produção bibliográfica sobre Veríssimo apontando um certo silenciamento e apagamento da produção do autor sobre a sociedade paraense oitocentista, uma vez que existe uma farta literatura que analisou a produção literária de Veríssimo no Rio de Janeiro. A impressão deste tratamento desigual sobre a obra de Veríssimo encontrou, talvez, uma possível explicação na leitura do livro de João Alexandre Barbosa (1974).

Sob a perspectiva da crítica literária, Barbosa examinou a produção fluminense de Veríssimo com o objetivo de entender a sua linguagem crítica; mas, antes disso, faz um mapa global de toda a sua produção, dividindo-a entre *provincial* e *nacional*. A primeira reservava os trabalhos sobre a realidade amazônica sob a influência das teorias deterministas da "Escola de Recife" ou "Geração de 1870". A segunda seleciona a obra do intelectual amadurecido e reconhecido nacionalmente, cuja pena deu contribuições fundamentais para a história e crítica literária brasileira.

Neste ínterim, procurei mais informações e documentos sobre José Veríssimo. Descobri que ele participou de dois eventos na Europa no período em que ainda morava no Pará. Em Lisboa, 1880, no *Congresso Literário Internacional*. E na França, 1889, no *10º Congresso Arqueológico e Antropológico* no qual apresentou *O Homem do Marajó e a Antiga Civilização Amazônica*.

Encontrei também a troca de duas cartas entre Veríssimo e Machado de Assis, na ocasião de lançamento da *Revista Amazônica,* datada de 1883; Veríssimo enviou o primeiro exemplar da revista e convidou Machado para ser colaborador; Machado responde parabenizando a iniciativa e agradecendo o convite. E obtive a antologia escolar *José Veríssimo – Crítica* da coleção *Nossos Clássicos*, organizada por Olívio Montenegro, editada pela Editora Agir, de 1958. Os trechos selecionados das obras de Veríssimo e o texto de introdução escrito por Montenegro pautam-se pela valorização da obra literária do intelectual paraense produzida no Rio de Janeiro. Na parte final da antologia, tem uma seção chamada

"Julgamento crítico", em que vários autores apresentam apreciações positivas sobre a produção literária de Veríssimo. Percebi que estes mesmos autores figuravam entre as referências bibliográficas do estudo de João Alexandre Barbosa.

Então, a proposta que pretendia desenvolver era a de analisar a chave de interpretação *provincial* e *nacional* de Barbosa, que talvez tenha sido formulada a partir desta literatura, ou seja, a produção literária de Veríssimo, tendo em vista as movimentações e contatos que Veríssimo estabeleceu quando ainda atuava no Pará. Pergunto, será que este período paraense é tão infrutífero e menor, se comparado à produção de Veríssimo em território fluminense? Faz sentido esta oposição e hierarquia entre *provincial* e *nacional*? Foi ruminando estas ideias que resolvi reformular o projeto de doutorado, na disciplina "História da Educação: Arquivos e Fontes", ministrada pela Prof.ª Dr.ª Maurilane de Souza Biccas, minha orientadora, no segundo semestre de 2014; submetido e aprovado na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), no primeiro semestre de 2015.

Esta reformulação sofreu ainda algumas alterações, no campo teórico, em razão das contribuições das disciplinas cursadas no primeiro semestre de 2015, "Edward Palmer Thompson, Raymond Williams e Christopher Hill: História Social e História da Educação", ministrada pela Prof.ª. Dr.ª Maria Ângela Borges Salvadori e "Michel de Certeau: Entre História e Educação", ministrada pela Prof.ª Dr.ª Diana Gonçalves Vidal, as quais possibilitaram o aprofundamento da leitura sobre E. P. Thompson e Michel de Certeau. No segundo semestre de 2015, a disciplina "Intelectuais e Educação no Brasil", ministrada pelo Prof. Dr. Bruno Bontempi Jr., ofereceu um interessante panorama à discussão sobre intelectualidade e educação no Brasil, entre os séculos XIX e XX – sobretudo no aprofundamento das temáticas da ilustração luso-brasileira e a *Geração 1870*.

Se neste estudo problematiza-se os *lugares de produção* da criação e crítica cultural e educacional, nada mais natural do que a própria pesquisa evidenciar tais *lugares* na sua constituição enquanto trabalho acadêmico: as disciplinas da pós-graduação e os grupos de pesquisa. Já apontei acima as contribuições das displinas na reformulação da proposta da pesquisa, cabendo acrescentar que o espaço da discussão da sala de aula, aliado a leitura teórica e bibliográfica, representou um fértil laboratório de experimentação de ideias, categorias e hipóteses deste trabalho ainda em estado embrionário, sendo muito importante para burilar algumas questões e consolidar outras leituras. Outra face desta moeda institucional da pós-graduação é o grupo de pesquisa. O NIEPHE (Núcleo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em História da Educação) representou também um espaço privilegiado de leitura e discussões, sobretudo por sua dinâmica de leituras coletivas dos trabalhos em

andamento de mestrandos e doutorandos. Nesse sentido, tive a oportunidade de dialogar com trabalhos cujos objetos e temáticas eram afins, além de ter múltiplos olhares interdisciplinares constribuindo com o meu trabalho ainda em processo de produção. Essa dinâmica é muito importante no solitário processo de escrita, no qual todo tipo de leitura crítica é uma contribuição fundamental para clarificar questões e abrir possibilidades de abordagem. Por isso, disciplinas e grupos de pesquisa foram dois *lugares de produção* complementares na escrita deste trabalho.

O *Exame Geral de Qualificação* foi realizado no dia 22 de agosto de 2016. A banca foi formada pelo Prof. Dr. Bruno Bontempi Jr. (Faculdade de Educação – USP) e Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo (Faculdade de História – UFPA). Até esse momento a proposta da pesquisa estava configurada deste modo. A pesquisa tematiza a História dos intelectuais da educação: formação, sociabilidades, ação e ideias[1], cujo objeto é o fazer-se intelectual amazônico oitocentista – José Veríssimo (1877-1915). José Veríssimo foi uma figura-chave no campo intelectual paraense e brasileiro, destacando-se como pensador social da história, cultura, literatura e educação. A pesquisa procura selecionar, na vasta produção do intelectual paraense, os trabalhos e a atuação em periódicos (jornais e revistas), a participação em eventos acadêmicos internacionais (Portugal, 1880 e França, 1889), os estabelecimentos de contatos científicos com intelectuais europeus e a direção do Colégio Americano (1884-1890), no período em que viveu no Pará (1877-1891), bem como os seus estudos e trabalhos sobre Amazônia produzidos no Rio de Janeiro (1892-1915).

Esta era a proposta original. Porém, após o Exame de Qualificação, o recorte temporal foi redimensionado, provocando novas escolhas no processo da pesquisa e da escrita. Na proposta do relatório de qualificação havia a projeção de um capítulo acerca da produção intelectual de José Veríssimo sobre Amazônia no Rio de Janeiro, entre 1892 e 1915. Este capítulo foi recortado, conforme as orientações da banca de concentrar os esforços de pesquisa no contexto do Grão-Pará oitocentista e a circulação na Europa (Lisboa e Paris). A banca foi unânime em orientar o recorte mais atento ao contexto paraense: "A banca considerou o candidato aprovado, ressaltando a qualidade da escrita e do desenvolvimento da pesquisa. Foi ainda destacado a originalidade do recorte da obra do José Veríssimo. Recomenda-se que seja incluído a formação nos quadros da sociedade paraense".

[1] Esta formulação foi apropriada do grupo de pesquisa do professor Bruno Bomtempi Jr, pertencente ao diretório do CNPq, chamado "Intelectuais da educação brasileira: formação, ideias e ações", cujas reuniões de estudo e eventos científicos participei e representa um dos núcleos de ideias e questões deste trabalho.

Procuro investigar a *produção de um lugar*, no qual José Veríssimo foi consagrado crítico e historiador da literatura, lançando no ostracismo suas obras sobre Amazônia. Ao mesmo tempo, pretendo analisar as experiências sociais, as redes de sociabilidade e circulação que contribuíram na construção de um *lugar de produção* cujos estudos sobre a cultura e a sociedade amazônica – formando o seu pensamento social e educacional – autorizaram e reconheceram José Veríssimo enquanto *intelectual amazônico* (FARIA FILHO, CATANI, 2004; CATANI, 1995).

Desta forma, objetivo deste estudo consiste em investigar o *fazer-se intelectual* de José Veríssimo por meio das experiências sociais e educacionais, das redes de sociabilidade e da circulação em eventos internacionais (Lisboa, 1881 e Paris, 1889), que possibilitaram o reconhecimento e a autorização do seu pensamento social e educacional sobre a sociedade e cultura amazônica; ou seja, considerar estas dimensões do *fazer-se* como um *lugar de produção* que constituiu o *intelectual amazônico*.

Levanto dois problemas. Primeiro, a partir do livro de João Alexandre Barbosa, "A Tradição do Impasse: linguagem da crítica e crítica da linguagem em José Veríssimo" (1974), questiono a chave de interpretação que estabeleceu no conjunto da obra de José Veríssimo, a divisão entre *provincial* (estudos escritos no Pará) e *nacional* (estudos escritos no Rio de Janeiro). Do ponto de vista da crítica literária, Barbosa considera que a primeira fase é marcada pelos esquemas ficcionais e etnográficos das teorias deterministas da *Geração 1870*, os quais se pautam por uma concepção imprecisa de crítica literária, uma vez que a crítica naturalista[2] concebia todos os textos escritos como documentos formadores da nacionalidade brasileira.

Essa concepção é mais bem delineada na segunda fase, conforme uma crítica literária de características impressionistas[3], sendo a literatura compreendida como a arte da palavra e

[2] A crítica literária naturalista, baseada nas contribuições de Hypolite Taine e Ferdinand Brunetière, concebia que a literatura era um dos principais meios de construção de uma consciência comum na formação na nacionalidade. Por isso, todos os textos, fossem científicos, fossem literários, que testemunhassem ou registrassem características sociais e culturais de determinada nacionalidade, eram concebidos como documentos importantes para a análise literária, por vezes entendida como a análise científica da sociedade, já que a literatura é sinônimo de cultura – Sílvio Romero, em toda a sua trajetória, foi um dos grandes representantes brasileiros desta vertente de crítica literária (VENTURA, 1991).

[3] Segundo Roberto Ventura (1991, p. 115), citando João Alexandre Barbosa a respeito da ruptura de José Veríssimo com a crítica naturalista, "Veríssimo rompeu, em parte, com o naturalismo a partir da segunda série dos *Estudos Brasileiros*, de 1894. Adotou uma linguagem impressionista e preocupações marcadas pela estética e retórica, que o afastaram das concepções de Hipppolyte Taine e Ferdinand Brunetière. Incorporou a crítica impressionista de Anatole France e Jules Lemaître, como forma de oposição ao cientificismo naturalista e substituiu disciplinas, como a biologia, fisiologia e sociologia, pela psicologia como instrumento de investigação. Desse modo, procurou superar as limitações da crítica naturalista da 'geração de 1870'. Prova dessa ruptura é seu ensaio sobre *Quincas Borba*, de Machado de Assis, no qual questionou o critério nacionalista e propôs o enfoque da realização literária ou estética das obras".

da composição literária, das belas letras. A partir disso, José Veríssimo fica conhecido como um dos principais críticos e historiadores da literatura brasileira, ao lado de Araripe Jr. e Sílvio Romero. Acredito que essa chave de interpretação contribuiu para o reconhecimento dos trabalhos de crítica e história da literatura de José Veríssimo, em detrimento dos seus trabalhos que abordavam a cultura e sociedade amazônica, fossem eles produzidos no Pará ou no Rio de Janeiro.

Nesse sentido, pondero que seja importante problematizar essa chave de interpretação como uma forma de *tradição seletiva* construída pela *circulação da obra* de José Veríssimo nas primeiras décadas do século XX. A própria biblioteca (a lista de referência bibliográfica) de João Alexandre Barbosa já encaminha alguns elementos desta circulação em livros (crítica e história literária) e jornais (suplementos literários). Na conclusão do livro, o autor chega a investigar, o que chama de leituras "invariáveis", alguns textos e autores que trataram sobre José Veríssimo e a sua obra, dividindo-os entre aqueles que escreveram antes e depois da morte de Veríssimo em 1916 e aqueles que escreveram depois da publicação da biografia de Francisco Prisco, de 1937, procurando saber quais definições foram dadas ao trabalho crítico de José Veríssimo.

Barbosa citou três estudos a respeito de Veríssimo, escritos antes de sua morte em 1916: *Páginas de crítica* (1906), de Pedro do Couto; o texto de Elysio de Carvalho incluído na obra *As Modernas Correntes Estéticas na Literatura Brasileira* (1907); e José Maria Bello e seu artigo escrito em 11 de fevereiro de 1916 no *Jornal do Comércio*, nove dias depois da morte de Veríssimo, no dia 6 do mesmo mês, e depois reunido no *Estudos críticos* (1917).

Os textos selecionados por Barbosa e produzidos depois da publicação da biografia de Francisco Prisco, de 1937, foram: um ensaio de Álvaro Lins, cujo título *Palestra sobre José Veríssimo* de 1942, publicado em 1944 na terceira série do *Jornal da Crítica*; o artigo *O moralista Veríssimo*, incluído no *Da Crítica e da Nova Crítica*, de 1957, e o ensaio *José Veríssimo, Prós e Contras*, do livro *Crítica & Críticos*, de 1969, ambos de Afrânio Coutinho. Através das pesquisas realizadas, encontrei o texto de Álvaro Lins no acervo da Biblioteca Lúcio Mendonça, bem como o livro *Da crítica e da Nova Crítica*, de Afrânio Coutinho, na Biblioteca Rodolfo Garcia – ambas as bibliotecas pertencentes a Academia Brasileira de Letras. Verifiquei que o artigo *O moralista Veríssimo* havia sido publicado originalmente no *Diário de Notícias*, na coluna "Correntes Cruzadas", de 25 de julho de 1954, e nota-se ainda que o artigo *José Veríssimo, Prós e Contras*, fora publicado primeiramente no *Diário de Notícias*, na coluna "Literatura em Questão", de 13 de março de 1966, ambos localizados no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

À biblioteca de João Alexandre Barbosa e às suas balizas de análise, pretendo acrescentar quatro tipologias documentais: *livros de história e crítica literária*, de autores como Carlos Magalhães Azeredo, Alcydes Maia, Alceu Amoroso Lima, Wilson Martins, Aníbal Freire; *biografias*, a já citada de Francisco Prisco e de Ignácio José Veríssimo, filho de José Veríssimo; *periódicos*, os jornais *Jornal de Crítica*, os paulistanos *A Gazeta, Correio Paulistano, Diário de São Paulo, O Estado de São Paulo*, os cariocas *Diário de Notícias, A Manhã, Correio da Manhã, Jornal do Comércio, O Jornal*, as revistas da Academia Brasileira de Letras e a Revista do Livro; e *antologia escolar*, "José Veríssimo – Crítica", com seleção e estudo crítico de Olívio Montenegro, editado pela Editora Agir, em 1958, na coleção "Nossos Clássicos".

Estas são importantes balizas nas quais incorporo estas tipologias documentais, e questiono: de que modo diferentes autores e autoras analisaram o conjunto da produção intelectual de José Veríssimo, quer dizer, quais relações estabeleceram entre a sua produção do Pará e a do Rio de Janeiro, e a respeito de suas produções sobre Amazônia? Suponho que estas diferentes leituras nos ajudam a compreender a *circulação* da obra de José Veríssimo, a *tradição seletiva* que produziu uma chave de interpretação cristalizada por João Alexandre Barbosa, consagrando José Veríssimo como crítico e historiador da literatura brasileira e obscurecendo seus estudos históricos, etnográficos e educacionais sobre a sociedade e cultura amazônica escritos no Pará.

Desse "silêncio bibliográfico" sobre a produção amazônica de José Veríssimo, já assinalado por José Maia Bezerra Neto (1998), ou "esquecimento" sobre essa parte de sua obra produzida no Pará, destacado por Aldrin Figueiredo (2008), é que levantamos o segundo problema: quais foram as experiências sociais, *periódica* e *educacional*, as *redes de sociabilidade* com intelectuais e autoridade públicas, a *circulação* por congressos acadêmicos e estabelecimentos de *contatos científicos* na Europa, a gestão da Diretoria da Instrução Pública, que colaboraram para a construção do *lugar de produção* e o *fazer-se intelectual* de José Veríssimo e que problematizaram a sociedade e cultura amazônica, e sua constituição enquanto *intelectual amazônico*?

Para exemplificar o alcance desta "chave de interpretação", selecionamos as teses de doutorado e dissertações de mestrado que elegeram José Veríssimo como objeto e tema de pesquisa, e que podem ser organizados a partir de três dimensões de análise: 1) a do seu pensamento educacional (CAVAZOTTI, 2003; FRANÇA, 2004; TULLIO, 1996); 2) de suas reflexões histórico-etnográficas e atividade jornalística (CASTILHO, 2012; PAMPLONA, 2009); e 3) das obras de crítica e história literária (ANANIAS, 2008; FREITAS, 2013).

Em linhas gerais, a "chave de interpretação" formulada por João Alexandre Barbosa serve, em alguma medida, de baliza nas apreciações realizadas por estes trabalhos. Por um lado, quando analisam o pensamento educacional e reflexões literárias de Veríssimo, o consagram como intelectual "nacional". De outro, fazem uso do deslocamento entre o pensamento histórico-etnográfico e o pensamento educacional e literário, dadas as ponderações de Veríssimo sobre sociedade e cultura enfocarem a realidade amazônica – quer dizer, como se houvesse uma ruptura entre suas considerações sobre o contexto paraense e aquelas dedicadas ao cenário nacional. Observa-se que a ratificação desta ruptura contribui para a produção de um lugar de produção no qual José Veríssimo é considerado um intelectual "nacional", consagrado por seu pensamento educacional e literário, obscurecendo e obliterando suas análises sobre a realidade amazônica e como elas contribuíram para a constituição de seus trabalhos educacionais e literários.

Por outro lado, busco analisar a *produção de um lugar* nos estudos realizados por José Veríssimo no Pará (1877-1891). Nesse sentido, é fundamental considerar o contexto político e econômico de modernização da Amazônia, ocorrido na consolidação do Estado imperial e na contestação do seus valores e instituições pela *Geração 1870*. A produção político-intelectual de José Veríssimo na província do Pará estava dialogando e intervindo ao lado das forças da *política científica* e na proposição de uma *civilização laica* e *federativa* para a Amazônia.

Para melhor compreender esta conformação sócio-política-econômica, faz-se pertinente recorrermos a algumas contribuições trazidas por Ilmar Rohloff de Mattos (2004), segundo o qual a consolidação do *Império do Brasil* foi alcançada no *tempo saquarema*, tempo dos conservadores fluminenses, a partir de uma restauração e de uma expansão, bem como da construção de uma sociedade em três mundos.

A efetivação do Estado Imperial sob a direção saquarema permaneceu até o Segundo Reinado. O arranjo político e econômico que garantiu a predominância dos conservadores iniciou com a restauração da *moeda colonial*, fato ocorrido nos tempos do liberalismo econômico do capitalismo monopolista industrial, em que a face metropolitana era ocupada pelas Nações Civilizadas (conduzidas antes por Portugal), especificamente a Inglaterra, e a face colonial pela nação independente (a antiga colônia americana).

Neste contexto, o Império do Brasil, em construção, estabelecia relações pelo monopólio do livre comércio, em que colonizadores (responsáveis pelo tráfico negreiro), colonos (proprietários de terras e escravos) e colonizados (dependentes e agregados) mantinham suas funções na efetivação de uma expansão: a economia cafeeira (substituindo a

economia do açúcar). Assim sendo, o regime foi consolidado na integração territorial e na manutenção de uma Monarquia Constitucional centralizada e revezada por substituição de governos com os Luzias (os liberais) – a direção político-econômica, contudo, era dada pelos Saquaremas (os conservadores).

Colonizadores e colonos se transformaram na classe senhorial, construindo o Estado Imperial em função da existência de monopólios, a saber: produção agroexportadora para o mercado externo; tráfico negreiro (até a sua vigência e depois o tráfico interprovincial); mão-de-obra escrava; e da grande propriedade de terra. Quando este arranjo político e econômico começou a entrar em crise (a partir da 1850, com o fim do tráfico negreiro), sendo fortemente contestado, o domínio saquarema entrou em declínio sob os protestos em prol da Abolição e da República.

Uma outra face da moeda colonial em restauração foi a economia da borracha na Amazônia. Entre o século XIX e o XX, o processo de modernização na Amazônia representou a expansão simultânea da mundialização do capital e da cultura das nações europeias para regiões periféricas do globo terrestre. Inglaterra e França eram consideradas os bastiões do que havia de mais avançado em termos econômicos, sociais e culturais. Do ponto de vista da burguesia industrial, a *Belle Époque* consistia no processo civilizatório de unificação das sociedades humanas com os avanços da técnica e as benesses da cultura erudita. A expansão e consolidação do modo de produção capitalista e seu panegírico ideológico de progresso e civilização.

Nesse circuito do capital, Belém e Manaus foram introduzidas como fornecedoras de matérias-primas para a nascente indústria automobilística: a economia extrativista da borracha dinamizava-se segundo suas demandas. Os fluxos de capitais ingleses e de bens simbólicos franceses marcaram a inserção da Amazônia na modernidade: reestruturação e embelezamento urbano segundo a razão econômica e a estética cosmopolita do mundo burguês (COELHO, 2002). A expansão da economia da borracha no Pará ocorreu, inicialmente, com os capitais e créditos da elite extrativa local e o incipiente setor bancário e de seguros, os quais, paulatinamente, foram cedendo lugar aos investimentos estrangeiros. Com a intensificação da produção gomífera, foram necessárias modificações na infraestrutura urbana que acompanhassem o dinamismo econômico, com a construção de portos, docas, armazéns, trapiches, ampliação e saneamento das avenidas centrais. A cidade de Belém transformou-se, de uma acanhada e barroca cidade colonial, em uma capital moderna e cosmopolita, diretamente ligada às demandas europeias (WEINSTEIN, 1993).

Essa discussão da Belém *Belle Époque*, consolidada na intendência de Antônio Lemos (SARGES, 2010; MASCARENHAS, 1999), compõem o cenário, que também era composto pelos debates políticos e intelectuais neste momento de crescimento econômico entrincheirado entre o fomento da agricultura ou do extrativismo da borracha. A despeito da borracha comandar as pautas de exportação, relatórios de presidente de província e apontamentos de intelectuais questionavam a produção extrativista como um "levantamento das rendas e riquezas" pouco efetivo a longo prazo, além de representar um projeto civilizacional que não fomentava o assentamento do homem na terra e o cultivo do trabalho sedentário – dimensões apenas possibilitadas pela agricultura e o seu trabalho regular na terra.

A elite política paraense propunha uma *reforma dos costumes* da população livre e pobre (na maioria, indígena e mestiça) que impusesse valores civilizatórios associados a propriedade e a acumulação de bens, visando da moralização dessa população, com o objetivo de aumentar a produção pautada no trabalho sedentário e na produção regular da agricultura. Esse debate político opondo extrativismo e agricultura como vetores do desenvolvimento econômico na província revelava a intenção de estabelecer maior controle sobre os ritmos e as técnicas de trabalho da população livre e pobre.

Assim, o processo de modernização na Amazônia possibilitado pela abertura à navegação internacional no Rio Amazonas e a maior inserção no mercado internacional como fornecedora de borracha, também foi composto por um debate no interior da província a respeito dos meios sociais e políticos para melhor desenvolver as rendas públicas: a proposição da *reforma dos costumes* da população livre e pobre estava diretamente relacionada ao aumento da produção de borracha, embora fosse defendido um projeto de civilização agrícola para a Amazônia. De todo modo, as duas formas de produção dominantes na região, baseada no extrativismo de gêneros da floresta e na agricultura de culturas de subsistência coexistiam na balança comercial da província. Isto deixava claro um debate político do processo econômico no Pará (SALLES, 2005; BATISTA, 2004; BEZERRA NETO, 2009; 2012).

Neste contexto de mundialização do capital e da cultural, de modernização social e econômica no Segundo Reinado, conforme Angela Alonso (2002) havia um processo crescente de descontentamento e contestação da ordem imperial, emergindo uma estrutura de oportunidades políticas que organizava a comunidade de experiência dos sujeitos políticos marginalizados do processo decisório e, concomitantemente, estabelecia as possibilidades de ação coletiva destes indivíduos em um movimento político.

Buscando articular a crítica da *tradição imperial* (*nacional* ou *brasileira*, termos utilizados como sinônimos pela referida autora) através da *política científica* – em suas propostas *reformistas* de superação da ordem escravista e do governo centralizado da monarquia – este movimento ficou conhecido como *Geração 1870*[4]. Um aspecto interessante neste momento é que tanto a *tradição imperial* quanto a *política científica* trataram-se de fenômenos pautados na apropriação política do repertório europeu. Vale ainda lembrar que não havia um campo intelectual autônomo no século XIX, isto é, toda a produção intelectual estava empenhada em responder e intervir nos debates políticos travados no espaço público: nos panfletos, nas colunas e rodapés dos jornais, nas revistas, nos livros.

Os grupos marginalizados apresentavam suas *teorias da reforma* no debate político. Por um lado, os novos liberais, tendo Joaquim Nabuco e o seu livro *O Abolicionismo* como representante, incidiam suas críticas sobre a herança colonial na formação socioeconômica do Brasil, do mesmo modo que os positivistas abolicionistas, nas figuras de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, que construíram uma leitura positivista da formação brasileira, propunham uma *reforma social*, na qual a primeira medida seria a abolição da escravatura. Por outro, os liberais republicados, responsáveis pelo Manifesto Republicano, tendo à frente Quintino Bocaiúva, os federalistas positivistas gaúchos, representados por Julio de Castilhos e Assis Brasil, e os federalistas científicos paulistas, como Perreira Barreto e Alberto Salles, colocavam em causa a questão da autonomia provincial e da formação do Estado nacional, reivindicando uma *reforma política*, que implementasse a federação como forma de governo.

Pretende-se contribuir com a discussão de Angela Alonso na identificação de mais um grupo regional de contestação vinculado ao movimento da *Geração 1870*: o *grupo paraense* formado por liberais e republicanos, cujos grandes expoentes intelectuais eram, respectivamente, José Veríssimo e Lauro Sodré. Trabalho com a hipótese de que este grupo articulava em suas críticas a proposição, ao mesmo tempo, de uma *reforma social* (nas análises de José Veríssimo) por meio da imigração de estrangeiros e a colonização pela agricultura, com o objetivo de *civilizar* as populações indígenas e mestiças do interior amazônico pelos valores da ética do trabalho capitalista.

[4] Outros estudos tomaram a *Geração de 1870* ou a *Escola de Recife* como objeto de suas análises, a exemplos de Lilia Schwarcz (1993) e Thomas Skidmore, citados no início do texto, bem como Renato Ortiz (1985), Roberto Ventura (1991), Telmo Araújo (2003; 2007) e Roberto da Matta (1987), também sendo referências deste estudo, uma vez que enfocam este movimento intelectual por sua incorporação das teorias deterministas e cientificistas em circulação na Europa – o evolucionismo cultural, o darwinismo social, o positivismo e o naturalismo – para analisar a realidade social brasileira. Tais investigações focaram, sobretudo, como essas teorias foram utilizadas pela intelectualidade brasileira para pensar a identidade nacional, do ponto de vista da formação étnico-racial e das condições climáticas e naturais, para os quais a *mestiçagem* e o *branqueamento* tornaram-se questões fundamentais para problematizar a cultura brasileira.

Por outro lado, propugnavam uma *reforma política* (nas formulações de Lauro Sodré), na qual a forma federalista representada pela República, ao lado da Abolição da escravidão, seriam as duas principais armas para acabar com o cetro do imperador e chicote do senhor. No Pará, identificamos os embates entre as forças da *tradição imperial* e da *política científica*. Ambas as forças tinham projetos de *civilização* para a Amazônica, com pressupostos diametralmente opostos embora compartilhassem da ideia de *progresso* em seus intentos políticos. As forças da *tradição imperial*, representada por Dom Macedo Costa, propunham um projeto de civilização imperial e cristã para a Amazônia. Enquanto que as forças da *política científica* arquitetavam um projeto de civilização laico e federativo para a região. A produção político-intelectual de José Veríssimo no Pará foi construída em função e como intervenção nestes debates.

A *Geração 1870* não foi apenas um movimento político *reformista*, tendo também representado uma primeira manifestação oitocentista do *modernismo* no Brasil. Francisco Foot Hardman (1992) e Monica Velloso (2006) tem proposto uma forma ampliada de analisar o modernismo, não mais restrito a um tempo, um espaço e uma manifestação: 1922, São Paulo e um movimento estético-artístico.

Ao colocar em questão o modernismo paulista, ambos propõem uma dupla ampliação do fenômeno modernista: por um lado, considerá-lo a partir de 1870, da *Geração 1870*, como um processo cujas continuidades e diferenças estão neste arco temporal entre o século XIX (1870) e XX (1920), uma vez que ambos foram reações, respectivamente, aos processos de modernização ocorridos a partir da Guerra do Paraguai (1864-1870) e da Primeira Guerra Mundial (1914-1918); por outro, o modernismo como um movimento político-intelectual de construção da identidade nacional, modulado em função de uma reflexão sobre a temporalidade: leitura do passado, diagnóstico do presente e projeções do futuro. Seja ainda no século XIX, seja na década de 1920, o modernismo representou a necessidade de *atualização da inteligência brasileira* diante das inovações técnicas e culturais, e do choque de temporalidade que daí surgia.

Um movimento simultâneo, contínuo e plural definido pela busca da brasilidade na tensão entre regional, nacional e universal. De contornos estético-artísticos e político-intelectuais, previa a constituição de uma história, cultura e nacionalidade em diferentes décadas e regiões. Nesse sentido, Monica Velloso pensa um modernismo carioca, pautado na cultura popular boêmia, comparando com o modernismo paulista, mais intelectualizado e artístico, ressaltando suas similitudes e particularidades. A proposta é essa ampliação temporal e de formas de manifestação do modernismo, conforme seus recortes espaço-

temporais. Por isso, queremos pensar essa produção amazônica de José Veríssimo como *modernista*, quer dizer, inserido nessa percepção de movimento político-intelectual de construção da identidade nacional, partindo de um lugar específico: *um modernismo amazônico oitocentista*.

Aldrin Figueiredo (2001) já havia realizado esse deslocamento, concebendo um *modernismo amazônico*, a construção da identidade nacional de um ponto de vista amazônico, nas primeiras décadas do século XX, ao analisar o grupo de intelectuais organizados em torno da revista *Belém Nova*. O que pretendemos é associar a discussão de Monica Velloso e Francisco Foot Hardman com a Aldrin Figueiredo: examinar a produção amazônica de José Veríssimo, como uma manifestação do modernismo enquanto movimento político-intelectual de construção da identidade nacional conforme uma experiência amazônica. Diante desta discussão, pretendemos compreender José Veríssimo como um representante da *Geração de 1870* que escreveu sobre a Amazônia no Pará (1877-1891), apresentando um projeto *reformista* de educação na obra *A Educação Nacional* (1890) e produzindo um *modernismo amazônico* oitocentista, de construção da identidade nacional a partir de um ponto de vista amazônico, nos seus estudos históricos, etnográficos e de crítica literária.

Nesse contexto de modernização e contestação, pondero a *experiência periódica* de José Veríssimo escrevendo nos jornais e organizando uma revista, publicando relatos de viagem, ensaios e artigos sobre história, etnografia e crítica literária, representando sua *produção paraense* sobre a Amazônia. Esta produção, acompanhando a produção intelectual da época, nascia nos folhetins das colunas e rodapé dos jornais, ou publicada em revistas científicas e, posteriormente, era compilada em livros. Conforme as redes de sociabilidade constituídas haviam a possibilidade de publicar e colaborar nos periódicos que promoviam o debate público sobre as questões literárias, científicas e artísticas a época. Como veremos, os estudos e artigos de José Veríssimo, a sua *produção paraense* e a *experiência periódica* subjacente, conseguiu circular a partir da publicação em jornal ou revista e a republicação em livro.

A primeira obra de José Veríssimo, *Primeiras Páginas*, de 1878, tratou-se de uma compilação de artigos veiculados no *O Liberal do Pará*, entre 1877 e 1878. O livro é divido em três partes, a saber: a) Viagens ao sertão; b) Quadros paraenses; c) Estudos. “Visita à Monte Alegre” e “Do Pará a Óbidos”, contidos em “Viagens ao sertão”, são as impressões de viagem pelo oeste do Pará, região natal de José Veríssimo, nascido no município de Óbidos.

“Quadros paraenses” são breves perfis sobre situações, manifestações artísticas e tipos característicos da Amazônia, tais como: “O Serão”, que relata a ato de conversar na

frente das casas, em torno de uma candeia, costume cultivado entre as pessoas mais velhas das comunidades; "A Lavadeira", a descrição da bela filha de uma lavadeira, que enquanto tomava banho no rio, uma sucuriju (cobra) lhe espreitava, pronta para dar o bote, Veríssimo observou a situação e interviu com um tiro de espingarda, livrando a moça do perigo; "O Lundun", a festividade em comemoração ao Divino Espírito Santo, ocasião no qual o lundun, dança de origem africana, era dançada pelos integrantes da festividade religiosa; "Indo para a Seringa" e "Voltando da Seringa", são duas narrativas que mostram o cotidiano de esperança de riqueza e a realidade de pobreza na coleta da seringa; e "A Mameluca", que narra as vestimentas e costumes das vendedoras de "cheiro", no caso, ervas aromáticas vendida nos mercados populares da cidade.

E "Estudos", é compreendido por dois ensaios, um histórico-etnográfico e outro crítico literário, respectivamente, "As raças cruzadas no Pará" e "A literatura brasileira – sua formação e destino". O primeiro, consiste no estudo histórico e etnográfico da linguagem, crenças e costumes das populações indígenas e caboclas no interior amazônico. O segundo diz respeito a uma análise da literatura brasileira pautada no critério etnográfico e mesológico, na qual, a poesia, o teatro e romance, deveriam produzir e refletir a sociedade brasileira, em face de sua constituição social, racial e física, de modo a oferecer elementos para a constituição da nacionalidade brasileira.

Na *Revista Brazileira*, terceiro ano, tomo IX, publicou o ensaio etnográfico "A religião dos tupi-guarani". Em breve nota, Veríssimo anunciou que esse estudo faria parte de uma coleção de estudos críticos inéditos com o título "Estudos e ensaios de etnografia do Brasil", que não foi publicado. Este ensaio abordava as diferentes formas de manifestação da religiosidade indígena, consideradas fetichistas de caráter politeísta, segundo os preceitos positivistas e evolucionistas; descreve com minúcia de detalhes os rituais relacionados ao culto de plantas, animais e minerais, bem como a cosmologia e mitologia indígena. Na *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Parte Primeira, Tomo L, de 1887, publicou o ensaio "As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia".

Em 1883 o intelectual paraense fundou a *Revista Amazonica*, durando 11 números, até 1884. O objetivo do periódico era congregar e divulgar estudos sobre direito, economia, literatura, etnografia, que possibilitassem o conhecimento aprofundado da região amazônica. Os artigos e estudos de José Veríssimo na *Revista Amazônica* foram: a) Ídolos Amazônicos (Um Novo Documento); b) A Linguagem Popular Amazônica – Palavras de origem Tupi-Guarani usadas pela gente amazônica e em pratica corrente na região; c) Cenas da vida amazônica – O Boto; d) O movimento intelectual brasileiro nos últimos dez anos –

Conferência feita na Sociedade Promotora da Instrução; e) Tradições, Crenças e Superstições Amazônicas; f) Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia. Veríssimo entrou em contato com Machado de Assis, por correspondência, entre março e abril de 1883, solicitando que fosse colaborador da revista; Machado agradeceu o convite, parabenizou a iniciativa e afirmou que assim que pudesse mandaria um artigo. Machado de Assis não publicou na *Revista Amazônia.*

Conforme mencionado há pouco, em 1886, publicou pela Livraria e Editora de Tavares Cardoso e Irmão, de Lisboa, *Scenas da Vida Amazonica*, um livro de contos de caráter naturalista, antecedido pelo ensaio histórico-etnográfico *As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia* – a versão revista e modificada do estudo *As raças cruzadas da Pará*, publicado originalmente no *Primeiras Páginas*, e republicado, nesta versão revista e modificada, na *Revista Amazonica.* Os contos que compõem o livro são: 1) O Boto; 2) O crime do Tapuio; 3) O voluntário da Pátria; 4) A sorte de Vicentina. E finaliza com "Esbocetos" – as mesmas breves notas do *Primeiras Páginas*, chamadas de "Quadros Paraenses", e o mesmo conto "O Boto", que já figurava nas páginas da *Revista Amazônica.*

Em 1889, publicou *Estudos Brazileiros – 1ª serie* (1877-1889), outro livro composto por artigos e ensaios veiculados em jornais paraenses e na *Revista Brasileira* e *Revista Amazonica.* Os capítulos são: 1) A Literatura Brasileira sua formação e destino; 2) O Conto Popular; 3) O Lirismo Brasileiro; 4) A Religião dos Tupi-Guaranis; 5) Nas Malocas; 6) Gonçalves Crespo; 7) Os Ídolos Amazônicos; 8) O Movimento Intelectual Brasileiro de 1873-83; 8) Literatura e homens de letras no Brasil; 10) A Poesia Popular Brasileira; 11) Castro Alves e o poema dos Escravos; 12) Do nacionalismo na poesia Brasileira; 13) Os Motins politicos no Pará – seu espírito e caráter.

A produção intelectual de José Veríssimo nos jornais paraenses representou uma *experiência periódica* de dupla dimensão: uma *experiência de leitura* e uma *experiência de escrita*. Os jornais oitocentistas, abertamente partidários e densamente ilustrados em suas notícias e artigos científicos, literários e artísticos, foram espaços para o debate, a polêmica e a formação política, cujo proselitismo estava polarizado entre conservadores e republicanos, entre liberais e católicos. Nesse sentido, acredito que escrever e ler estes jornais era uma forma simultânea de formação intelectual e formação política.

Veríssimo também escrevia no *O Liberal do Pará* (órgão oficial do Partido Liberal), *A Província do Pará*, *Gazeta de Notícias* e o *A República* (órgão oficial do Club Republicano no Pará). Salvo suas diferenças internas, eram jornais que defendiam a forma de governo federativa da República, a separação entre Estado e Igreja, a Abolição da escravidão e uma

educação moderna, laica e científica. Por outro lado, os jornais conservadores e católicos, respectivamente, *A Constituição* (órgão oficial do Partido Conservador) e *A Boa Nova*, advogavam a manutenção da forma de governo centralizada da Monarquia, cuja religião oficial do Estado fosse o catolicismo, a escravidão como principal força de trabalho e uma educação tradicional e cristã. Contudo, cada periódico a seu modo lutava para colocar o Pará e o Brasil no caminho da Civilização e do Progresso, sob os auspícios da Monarquia ou da República.

No período entre 1880 e 1888, houve a troca de correspondência entre José Veríssimo e Franklin Távora. Este havia sido redator-chefe da *Revista Brasileira*, entre 1879 e 1881, e 1º secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1887. Em 1889, na ocasião de ser admitido como sócio-correspondente na mesma instituição, José Veríssimo trocou correspondência com João Severiano da Fonseca, então secretário do IHGB.

A rede de sociabilidade de José Veríssimo no interior e fora da província se estabeleceram em torno de quatro nomes: Ferreira Penna (Pará), Franklin Távora (Rio de Janeiro) e Ernesto e Vicente Quesada (Buenos Aires).

Os estudos histórico-etnográficos de José Veríssimo estavam associados ao projeto científico de Ferreira Penna construído no *Museu Paraense*. Tal projeto visava desbravar o sertão amazônico, conhecer o "estado de civilização" de suas populações indígenas e mestiças, ao mesmo tempo, que propunha como um meio de *civilização*, o incentivo da agricultura e do trabalho sedentário: a produção agrícola era concebida como um meio de moralização contra o trabalho sazonal e extrativista da população livre e pobre. O ensaio *As populações Indígenas e Mestiças na Amazônia* estava totalmente vinculado a esse projeto.

Uma das partes deste estudo, dedicado a analisar a crença do *selvagem* amazônico, *A religião dos tupi-guarani*, foi publicado na *Revista Brazileira*, em 1881. A correspondência entre Franklin Távora e José Veríssimo relevou a rede de sociabilidade em direção ao Rio de Janeiro, possibilitada pelas publicações na *Revista Brazileira*, e na *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. José Veríssimo era simpático ao projeto literário de Franklin Távora de produzir uma *Literatura do Norte*. A amizade com Franklin Távora ainda permitiu o ingresso de José Veríssimo como sócio correspondente no *IHGB*, em 1889.

Como resultado deste projeto, Távora publicou alguns perfis biográficos dos seus representantes, na *Nueva Revista de Buenos Aires*, dirigida por Vicente e Ernesto Quesada – José Veríssimo era um destes expoentes. Por intermédio de Távora, Veríssimo publicou o ensaio *Movimento intellectual brazileiro nos ultimos dez annos* e foi correspondente da revista argentina na Amazônia, por meio das páginas da *Revista Amazonica*. Havia um projeto

editorial comum entre a *Revista Amazonica*, *A Revista Brazileira* e a *Nueva Revista de Buenos Aires*: a integração cultural da literatura produzida no continente e a profissionalização do escritor latino-americano, tal projeto reagiu ao processo de modernização econômica que avassalava a América Latina e promovia circuitos de mundialização do capital e da cultura.

Considero que a *circulação* de José Veríssimo em dois eventos internacionais e os contatos científicos estabelecidos na Europa[5], foram momentos importantes do seu fazer-se intelectual, do ponto de vista de suas discussões literárias, científicas e educacionais, como sujeito reconhecido e autorizado acerca dos seus conhecimentos sobre a sociedade, cultura e educação amazônica e literatura brasileira.

O *Congresso Literário Internacional*, ocorrido na cidade de Lisboa, no dia 20 de setembro de 1880, na Sala da Academia Real das Ciências, presidido por Mendes Leal – promovido pela Associação Literária Internacional, sediada em Paris. O programa da reunião constituía-se de três partes: a primeira, um ponto de vista histórico sobre as literaturas antigas e modernas estrangeiras nos diversos momentos da literatura nacional; a segunda, uma questão sobre as traduções do ponto de vista literário – havia traduções literárias fieis e corretas nas literaturas estrangeiras?; e a terceira, uma reflexão a propósito da relação entre tradutores, editores e autores estrangeiros – quais os costumes que existiam no pedido de autorização e retribuição?

Ainda foram discutidas no congresso outras questões que abordavam as disposições legislativas sobre o direito de tradução em vários países. Neste sentido, várias memórias foram escritas e apresentadas. Sobre o Brasil, o sr. Santa Anna Nery discutiu a ausência de uma legislação de proteção à propriedade literária no Império. Já Pinheiro Chagas, historiador e crítico literário português, apresentou uma memória sobre a propriedade literária e levantou a questão de extinção da pirataria literária – traduções realizadas sem pagamento ao autor – que ainda existia no Brasil, da mesma forma que ocorria entre Bélgica e França. José Veríssimo, por sua vez, levantou-se em defesa da literatura brasileira. Na *Revista Brasileira*, de 1881, José Maria Vaz Pinto Coelho publicou o artigo "Da propriedade literária no Brasil", dividido em três partes, tratando sobre a inexistência de uma legislação brasileira que garanta o direito de propriedade literária no Império; citando as discussões realizadas no Congresso

[5] Essa circulação foi o objeto de discussão do Projeto de Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE), com o título "José Veríssimo, intelectual amazônico: a circulação em congressos acadêmicos e contatos científicos na Europa (Lisboa, 1880; Paris, 1889)", submetido junto a FAPESP. Este estudo pretende investigar as experiências de interlocução e contato, consideradas como fundamentais para a constituição do *repertório cultural* de José Veríssimo, ressaltando que essas articulações foram autorizadas pelo seu conhecimento sobre a cultura e sociedade amazônica, e, deste modo, contribuíram para a construção de um lugar de produção amazônico: um intelectual oitocentista forjou a sua produção e estabeleceu seus contatos e interlocuções internacionais agenciadas por experiências sociais, culturais e educacionais sobre e na Amazônia.

Literário Internacional e as intervenções de José Veríssimo e Sant'Anna Nery em favor da literatura brasileira.

No *A Província do Pará*, Veríssimo escreveu dois artigos sobre o congresso. O primeiro, de 17 de outubro, de 1880 e com título "Congressos em Lisboa", relatou a ocorrência de dois congressos, "Congresso Antropológico" e o "Congresso Literário". Sobre ambos apresentava informações gerais: os organizadores, os participantes e os principais assuntos e debates. O segundo, de 7 de novembro de 1880 e com o mesmo título da anterior, tratou sobre as principais conclusões e apontamentos do congresso, transcrevendo alguns trechos do discurso de Pinheiro Chagas e exibindo a sua própria intervenção em favor da literatura brasileira, por meio da apresentação de uma "memória". Segundo consta nas biografias sobre José Veríssimo, escritas por Francisco Prisco (1937) e Ignácio José Veríssimo (1966), filho de José Veríssimo, em razão do destaque no congresso, o governo português outorgou a comenda da Ordem de Cristo a José Veríssimo.

O *10º Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica* foi sediado em Paris, por ocasião da Exposição Universal de 1889. A convite da Sociedade de Antropologia Pré-Histórica, José Veríssimo apresentou o trabalho intitulado "Homem do Marajó e a Antiga Civilização Amazônica", abordando a existência da civilização indígena na Ilha do Marajó. No *A Província do Pará*, de 6 de novembro de 1889, com o título "O Congressos de 1889", uma breve nota informava sobre o evento, realizado no Colégio da França, com a direção do sr. Quatrefages e a participação de 450 congressistas de distintos países, principalmente, belgas, ingleses e alemães. As discussões abordaram a questão da periodicidade dos fenômenos "glaciarios" e a validade das classificações paleontológicas e arqueológicas sobre o período quaternário. Nesta nota não há qualquer referência à comunicação de José Veríssimo.

Na mesma década de 1880, Veríssimo estabeleceu contatos científicos com dois intelectuais europeus: o francês Émile Guimet, com correspondência passiva entre 1881 e 1889; e o italiano Enrico Giglioli, também com correspondência passiva datadas de 1884, 1885 e 1887. Estas correspondências tratam basicamente do interesse destes pesquisadores europeus por publicações (Giglioli pediu um exemplar da *Revista Amazônica* e do livro *Scenas da Vida Amazônia)* e artefatos antropológicos e arqueológicos da cultura amazônica, para compor seus conhecimentos sobre "povos primitivos" e as coleções dos seus museus e institutos de pesquisa. Nos Anais do Musée Guimet, em 1884, houve a publicação do *Idoles de L'Amazone* (Extraite des Annales du Musée Guimet) – este artigo foi originalmente divulgado na *Revista Amazônica*, em março de 1883; acredito que sua republicação em

francês no Mussée Guimet seja resultado das correspondências trocadas entre Émile Guimet e José Veríssimo e do interesse do diretor do museu pela cultura e sociedade amazônica.

A *experiência educacional* de José Veríssimo é investigada no presente estudo em quatro momentos: 1) a Sociedade Paraense Promotora da Instrução e o concurso à cadeira de Francês do Liceu Paraense (1881, 1883 e 1884); 2) o *Collegio Americano* (1884-1890); 3) a edição de *A Educação Nacional* (1890); 4) Diretoria da Instrução Pública, do Governo Republicano Provisório (1889-1891).

Primeiro, a participação como 1º secretário e conferencista na *Sociedade Paraense Promotora da Instrução*, compartilhando esse espaço de reflexão e intervenção política com outros intelectuais paraenses, como Conselheiro Tito Franco de Almeida e o médico Domingos Almeida, ao considerarem a educação moderna como promotora da civilização e do progresso. Segundo, na nova fase do *Collegio Americano*, no qual assume a diretoria ao lado do seu antigo administrador, Justus Nelson, implementando algumas inovações educacionais à época: o Jardim de Infância, a educação física, o ensino de História, Geografia Pátria e Lições de Coisas, desde o ensino primário, aplicação do método intuitivo, a promoção de uma educação laica e científica. Sendo estes dois momentos marcados pela passagem da *difusão/propaganda* nas conferências da *Sociedade* à *prática educativa* no cotidiano do *Collegio Americano*.

Terceiro, a edição do livro *A Educação Nacional*, de 1890, o qual consideramos a sistematização de suas experiências educacionais no contexto amazônico, sintetizada em um projeto de *educação nacional*, que, simultaneamente, representa uma proposta *reformista* de educação, urdida a partir de um *modernismo amazônico*, quer dizer, uma leitura da identidade nacional construída a partir de uma experiência amazônica de apropriação da tradição nacional e do repertório europeu e estadunidense. Claro, sem perder de vista, as polêmicas e debates políticos e educacionais nos quais José Veríssimo se envolveu, por exemplo, sobre a cadeira de francês do Liceu Paraense e a *Questão Veríssimo e Saraiva*. Estes embates demonstram a dimensão política na construção da experiência educacional de José Veríssimo.

O quarto momento é abordado na administração de José Veríssimo como diretor da Instrução Pública, sob o Governo Republicano Provisório (1889-1890), procurando perceber em que medida a sua proposta *reformista* de educação transformou-se em política pública do governo republicano em constituição. Nesse sentido, apreendemos inicialmente as transformações realizadas pelo *Regulamento 7 de maio*, estabelecendo a reforma da instrução primária.

Dois documentos, atribuições exclusivas do diretor da Instrução Pública, registraram a atuação de Veríssimo: o Regulamento Escolar e o Relatório. No regulamento, são apresentadas todas as prescrições administrativas e pedagógicas das escolas públicas do Estado. No relatório, era realizado um balanço da educação pública do ano corrente, fazendo um diagnóstico dos problemas e apresentando as perspectivas de resolução. Considero que Veríssimo realizou uma reforma da instrução pública, implementando várias inovações pedagógicas e preocupado com a formação do cidadão republicano. Nesse sentido, busco examinar de que modo sua proposta *reformista* de educação observou as especificidades amazônicas na construção de uma educação nacional e republicana. A escrita do *A Educação Nacional* e a gestão de José Veríssimo na diretoria da instrução pública, ambos em 1890, representaram a mediação entre a *teorização* da prática educacional e a sua transformação em *política pública*.

Do ponto de vista metodológico, selecionamos documentos impressos e manuscritos na articulação entre conteúdo/textualização e materialidade que possibilitam a leitura e a formação da opinião no ambiente citadino, marcado pela interlocução e confronto de projetos políticos, visões de mundo, complexidade de conflitos e experiências sociais. Assim, estabelecemos a distinção entre jornais, revistas, livros e correspondências enquanto materiais impressos e manuscritos cuja materialidade, periodicidade e conteúdos expressam diferentes mensagens e veiculação de informações, bem como intencionalidades sociais, políticas e culturais na apresentação de projetos políticos e na formação da opinião. Por isso, é fundamental discernir o lugar dos periódicos no espectro social, cultural, político e ideológico no qual a pena de seus editores e colaborares participam e interviram, registrando e fazendo história.

Maurilane Biccas (2008), ao analisar as estratégias de formação de professores realizadas pela *Revista do ensino* (1925-1940) em Minas Gerais, apresenta alguns apontamentos metodológicos no tratamento deste material impresso como fonte e como objeto de pesquisa na História da Educação, que indicam a relação entre materialidade, conteúdo/textualidade e os sujeitos que fazem a revista. Em seu trabalho sugere a formulação de um banco de dados que possibilite a organização destas informações em categorias e o seu posterior cruzamento para fins analíticos. Quanto à materialidade, a autora propõe que seja instado o ano, números publicados, páginas por número, formato (cm), capa, seções, sumário, índice, cores, número de fotografias, número de ilustrações e veiculação de propaganda; a sua periodicidade; formato da revista e modo de manipulação. No concernente ao conteúdo/textualidade, indica que sejam investigados os textos informativos ou opinativos, as

capas, verso da capa, quarta capa, páginas finais e propagandas; fotografias ou ilustrações; temas; fontes referidas; seções. Por fim, os autores que participam colaborando na revista, na escrita de noticiais, artigos ou editorias, que efetivamente contribuíram para a produção do material escrito e veiculado na revista. Acreditamos que estas sugestões metodológicas sejam fundamentais para percepção da especificidade da revista como material impresso e para a organização dos dados e análise segundo os propósitos da presente pesquisa.

Carlos Eduardo Vieira (2007) investigando a relação entre imprensa, intelectuais e modernidade na década de 1920 no Paraná, por meio dos jornais *Gazeta do Povo* e *Diário do Povo*, expõe algumas ponderações metodológicas na consideração do jornal como fonte e como objeto de pesquisa na História da Educação. O jornal impresso diário é uma estrutura midiática que possibilita ação política e cultural e representa a articulação entre meios de comunicação e práticas sociais, sociedade civil e Estado. O jornal conjuga condições de meio de expressão e a produção da vida social. Nesse sentido, é fundamental escrutinar o lugar social ocupado pelo jornal, por seus jornalistas, editorialistas, articulistas, dirigentes e proprietários, suas redes de relações, seus principais temas e assuntos, a presença de seções ou cadernos especializados, a tiragem, a periodicidade, número de anunciantes e de assinantes, o perfil do público e a linha editorial. Estes aspectos indicam a dupla condição do jornal impresso diários: por um lado, como expressão de uma realidade e, por outro, como agente social que intervém na realidade. Estas observações metodológicas são importantes ponderações, pois possibilitam a compreensão do jornal – e nele suas notícias e informações diretamente vinculada à materialidade da sua produção impressa – como meio de expressão e intervenção dos grupos sociais na espera pública.

Em face do exposto, neste estudo procura-se operar com os conceitos que articulem *prática social e política*, *formação do pensamento social e educacional* e *circulação*. A pesquisa insere-se no campo da *História Social dos Intelectuais*, cuja definição é investigar os intelectuais na relação entre as obras que sistematizam seu pensamento e a sua ação política no espaço público. Investe-se, deste modo, na relação entre o *plano subjetivo dos sentidos* e o *plano objetivo das práticas sociais*. Esta dinâmica – que envolve o exame dos procedimentos de produção, a circulação e recepção de ideias e os discursos políticos, científicos, pedagógicos ou artísticos – ultrapassa a lógica e método de análise internalista (de conteúdo) que caracterizou por muito tempo a História das Ideias (VIEIRA, 2008; ZANOTTO, 2008).

Este campo é renovado na retomada da *Nova História Política*, na qual a problemática política e de poder não se restringe aos domínios do Estado, ampliando a investigação da natureza social e cultural do poder político ao inseri-lo nas contradições e

antagonismos da sociedade civil. O objeto de estudo é modificado, produzindo desdobramentos da ação política em termos de práticas discursivas, instituições, partidos, eleições, manifestações, opinião pública, guerra, mídia, associações etc. Além disso, os postulados metodológicos também são transformados, já que ocorre a incorporação de múltiplas temporalidades históricas, estabelecendo o diálogo com outras disciplinas, como a antropologia e ciência política; adotando novos aportes conceituais, como micro poderes e cultura, representações, imaginário, etc. (RÉMOND, 2003).

Acreditamos que seja fundamental considerar o agenciamento intelectual na articulação entre prática social e política, o lugar social de produção e as experiências sociais que constituem o itinerário e redes de sociabilidade. Intelectuais não vivem enclausurados em seus gabinetes de estudos, seu pensamento não está encarcerado nos livros; eles participam da vida social e política, escreve, lê jornais e revistas, dialoga e estabelece relações com outros grupos sociais; têm amizades, interlocutores e contatos, com os quais tem afinidades de interesses ou antagonismos, estabelecendo debates e polêmicas; suas idéias precisam ver a luz do sol e se expor na praça pública.

Em primeiro lugar, para pensar a prática social e política de José Veríssimo, selecionamos os conceitos de *intelectual* peculiares às análises de Antonio Gramsci (2001) e Jean-François Sirinelli (2003).

Segundo o filósofo político marxista, o *intelectual orgânico* oscilaria entre a sociedade política (Estado) – ocupando cargos na burocracia e sendo representante direto dos interesses da classe dominante – e a sociedade civil – como *organizador da cultura*, agindo com relativa autonomia quanto aos interesses dos grupos sociais a ele associados; criando ou trabalhando em instituições (jornais, revistas, escolas etc.) nas quais a produção científica, artística e literária estabelece relações entre política e cultura; contribuindo para a hegemonia de determinados interesses sociais e políticos, visão de mundo e concepção de cultura. Entendemos que esta formulação auxilia na análise das práticas sociais e políticas de José Veríssimo como jornalista escrevendo nos principais jornais liberais que estabeleciam crítica a monarquia e, ao mesmo tempo, como diretor do *Collegio Americano* e da *Revista Amazônica*, importantes meios de veiculação de conhecimentos pedagógicos e científicos preocupados em promover o *progresso* e a *civilização* da região amazônica, interessantes às classes médias e dirigentes envolvidas com a economia da borracha.

Além disso, pautado nas discussões de Serinelli (2003), compreendemos que os intelectuais são produtores e mediadores culturais que contribuem para a promoção de debates e discussões que interessam e informam a diversos grupos sociais. Portanto, suas formulações

e análises representam ação política na esfera pública. A questão basilar, segundo ele, para o estudo da história dos intelectuais é compreender como se constrói "o intelectual".

Assim, levanta duas noções fundamentais: *itinerário* e *sociabilidade*. Itinerário representa as etapas formativas da trajetória intelectual, o espaço de socialização responsável por sua formação seja na escola (ensino secundário e superior), seja na família e no meio social de origem. Já sociabilidade consiste nas práticas estabilizadoras que formam um agrupamento intelectual: frequentar determinados lugares, a troca de correspondência, a publicação em determinados jornais e revistas – todas as práticas que criam uma rede de afinidades e afetos relacionados ao compartilhamento dos mesmos pressupostos culturais, sociais e políticos. Pretendemos desta forma, entender qual foi o itinerário e as sociabilidades que contribuíram para a formação de José Veríssimo enquanto intelectual amazônico.

O itinerário e as sociabilidades constituem-se um *lugar de produção*. O intelectual escreve de um *lugar*, produz em função de um *lugar*. Certeau (1982) talvez tenha sido um dos primeiros historiadores a trazer reflexões sobre a produção historiográfica e o sujeito que a produz, questionando os pressupostos sociais, institucionais, culturais e simbólicos investidos na tomada de uma posição, na escrita de um texto ou na fala de uma intervenção pública. No caso, historiadores enquanto intelectuais dedicados pelas regras da sua prática científica a estabelecer a comunicação entre vivos (comunidade dos historiadores e o público em geral) e mortos (as sociedades pretéritas).

Todos partem de um *lugar*. Ele é a referência para escolhas, preferências, rejeições, recusas e constrangimentos. O ponto de partida que define possíveis coerências e incoerências, capitulações e resistências. Tratando-se de intelectuais, o lugar pode ser um jornal, uma revista, um cargo público ou no governo, um ponto de vista teórico, uma preferência artística, um projeto cultural ou político, etc. Enfim, o lugar pode fazer referência às diversas miríades de possibilidades que comportam a sua atuação especializada cujo manejo astuto e sagaz de sua pena na sociedade civil e na sociedade política, confere prestígio, autoridade e reconhecimento no debate público.

Partindo deste pressuposto, supomos que o *lugar* social de produção *amazônico* contribuiu para a constituição de José Veríssimo enquanto intelectual. Pensar esse *lugar amazônico* consiste em considerar todas as dimensões da atividade intelectual de José Veríssimo que evidenciariam no seu pensamento a reflexão sobre a realidade amazônica. Neste caso, buscamos compreender este *lugar* como *região* nos seus aspectos sociais, políticos, culturais e simbólicos. *Lugar* enquanto positivista e liberal, bem como as implicações que estas escolhas teóricas e políticas podem ter ocupado em sua formação

intelectual. O *lugar* definido na relação com outros intelectuais da região ou de outros estados, que, em alguma medida, sublinharia em seus debates e discussões o seu ponto de vista amazônico sobre questões relacionadas à cultura, política ou economia.

O itinerário e as sociabilidades possibilitam o engendramento de experiências sociais, de um *fazer-se*. Para Edward Thompson (1981; 1987), *experiência* representa as práticas sociais e culturais que os sujeitos constroem nas relações conflituosas e assimétricas dos grupos sociais que compõem, sendo possível apenas nas relações sociais travadas cotidianamente – relações estas que ofertam todos os conhecimentos práticos para situar o sujeito no mundo social em termos de classe e consciência de classe, sentimento de pertença a um grupo, relações de solidariedade e identidade. O termo também produz a articulação entre racionalidade e sentimento, além de engendrar uma consciência afetiva e moral das ações humanas. Acreditamos que o itinerário e as sociabilidades travadas por José Veríssimo na sociedade paraense, sobretudo escrevendo em jornal e revista e sendo diretor de uma escola particular, possibilitou experiências sociais e educacionais para o seu *fazer-se* intelectual amazônico.

Quais são as experiências sociais que fazem com que um indivíduo seja reconhecido como intelectual? Melhor: quais são as experiências sociais que constituem um *fazer-se intelectual*? Como se forma a *classe*[6] dos intelectuais? Acreditamos que três pontos sejam fundamentais para se pensar a proposta de pesquisa nesta perspectiva: *experiências de leitura*, *experiências de escrita* e *experiências de classe*.

O primeiro diz respeito aos autores, tendências literárias e políticas, escolas de pensamento, em suma, às tradições intelectuais anteriores que o pensador em questão entrou em contato e que são responsáveis por essa experiência formativa de acúmulo de referências que possam sustentar suas ideias, práticas, relações e intervenções. O segundo refere-se à apropriação destas tradições intelectuais anteriores que reverberam na escrita do intelectual, compreendidas no sentido amplo de todas as produções lavradas por sua pena em forma de

[6] O significado do conceito de *classe*, cuja reflexão aqui é realizada para pensar a produção intelectual, diz menos respeito ao lugar que o sujeito histórico ocupa no processo produtivo, no sentido de estratificação social, uma vez que procuro articular a relação entre *sujeito* e *estrutura* sintetizado pela categoria *experiência*, conforme os trabalhos de E. P. Thompson. Nesse sentido, *classe* para Thompson representa os condicionamentos sociais que produzem, além dos limites de oportunidades materiais e culturais, processos de compartilhamento, solidariedade, pertencimento, identidade comum. É neste aspecto que procuro pensar a *classe* dos intelectuais: as *experiências* que possibilitam a produção intelectual ao mesmo tempo que oportunizam elementos de compartilhamento da mesma condição de *homem de letras e ciência*. A dimensão profissional da produção científica e cultural, ou seja, a possibilidade de sustentar-se pela publicação de livros era uma viscissitude enfrentada pelos intelectuais brasileiros no século XIX – e como veremos neste estudo, tal condição era compartilhada por intelectuais latino-americanos e europeus.

artigos, ensaios, resenhas, notas, apontamentos e livros. Por fim, o terceiro consiste na junção entre as duas experiências anteriores, considerando que elas representam as formas de organização e laços de solidariedade e sociabilidade com outros intelectuais, que basicamente se definem em função da oposição a outros grupos igualmente intelectuais ou não. Acreditamos que a articulação entre estes três tipos de experiência ajudam a compreender o *fazer-se intelectual*.

Experiência periódica e *experiência pedagógica* são dois pontos de corte, nas miríades de experiências que Veríssimo deve ter experimentado na vida, que selecionamos para considerar especificamente a sua constituição como *intelectual amazônico*. Isto é, a sua produção jornalística e a sua atuação como pedagogo (ou pedagogista, como se dizia à época).

A escrita jornalística foi uma experiência fundamental para o exercício do seu pensamento, bem como a captação de material na própria imprensa que pudesse fornecer referências para a constituição do seu pensamento social sobre a realidade amazônica. Esta produção periódica, devido ao seu caráter diário e dinâmico, talvez tenha representado, em alguma medida, um momento de exercício da escrita, e, ao mesmo tempo, um lugar de formação a partir das leituras de artigos e discussão peculiares aos jornais oitocentistas. Trabalhar como diretor e professor de um colégio representou uma experiência fundamental para as suas reflexões educacionais, uma vez que a própria prática administrativa e educativa é um laboratório para testar teorias e formular discussões sobre esta importante dimensão de formação humana, segundo seus interesses sociais, culturais e políticos. Assim, acredito que a articulação entre *experiência periódica* e *experiência pedagógica* foram partes fundamentais do *fazer-se intelectual* de José Veríssimo.

A constituição do *fazer-se intelectual* amazônico precisa ser dimensionada dentro de um processo e contexto bastante específicos, nos quais possam ser registradas e analisadas todas as disputas e tensões que conformam o ambiente intelectual amazônico oitocentista. Assim, é necessário identificar as forças em disputa pela legitimidade nas batalhas das ideias e os projetos de sociedade em conflito nas décadas finais do século XIX. Antes de 1870, quando veio a público o Manifesto Republicano, as disputas políticas nas províncias que formavam o Império do Brasil, estavam, basicamente, polarizadas entre saquaremas (conservadores) e luzias (liberais) (MATTOS, 2004). Por um lado, os *conservadores* defendiam a continuidade do projeto de centralização política e a economia agro-exportadora e escravista, com apoio de setores da Igreja Católica. Por outro, os *liberais* reivindicavam a federação como forma de organização política, a abolição da escravidão e a implementação do trabalho livre e da indústria, pautado por valores laicos e seculares.

Há uma disputa entre esses projetos sobre a *educação* como promotora do *progresso* e *civilização*: a) liberal, laico e cientificista; b) conservador, monárquico e católico. A experiência periódica – escrevendo em jornais liberais e republicanos, bem como fundando uma revista preocupada com o debate e divulgação científica – e a experiência pedagógica – como diretor e professor de um colégio particular – estavam pautadas por posicionamentos da *política científica* que defendiam a inserção da Amazônia na modernidade, nos quais a educação é a instância formativa que forneceria os elementos necessários para o progresso e civilização da região. Este é o contexto histórico específico no qual ocorrem as disputas e conflitos que fornecem os elementos formativos para a constituição de José Veríssimo como *intelectual amazônico*.

O pensamento é diretamente articulado a práticas sociais, políticas e culturais. Nesse sentido, considero o conceito de *repertório cultural* de Angela Alonso (2002) para o exame da construção do pensamento social e educacional de José Veríssimo. Para Angela Alonso (2002), partindo da sociologia política de Charle Tilly, *repertório cultural* é o conjunto de recursos intelectuais – padrões analíticos, noções, argumentos, conceitos, teorias, esquemas explicativos, formas estilísticas, figuras de linguagem, metáforas –, uma espécie de "caixa de ferramenta" à qual os agentes recorrem seletivamente diante de situações políticas concretas. São, portanto, formas de pensar e formas de agir estão inseridas em práticas e redes sociais.

Analisando a produção escrita do movimento da *Geração 1870*, a autora postula "estratégias de ação", havendo uma correlação direta entre os textos escritos e formas de ação, uma vez que representaram formas de intervenção política dos debates dos anos finais do império. Desta forma, os modelos científicos europeus (positivismo, naturalismo etc.) não foram escolhidos de modo acidental. Ao contrário, foi objeto de escolhas segundo critérios políticos adotados de acordo com conjuntura específica e selecionados por um repertório cultural empenhados na ação política. Compreendemos que este conceito nos possibilita analisar a formação do pensamento social e educacional de José Veríssimo, a constituição de sua produção escrita como mobilização política selecionada e filtrada das teorias científicas europeias, adequadas segundo as peculiaridades da realidade amazônica: um repertório cultural europeu mobilizado por um intelectual amazônico.

De acordo com Serge Gruzinsky (2001a; 2001b), a *circulação* é a dimensão de movimentação e deslocamentos entre "local" e "global" na proposta de uma história conectada. "Local" e "global" são definidos em função das relações estabelecidas entre espaços geográficos, regiões, grupo sociais e culturais. É a articulação entre as escalas que vai demarcar os parâmetros da relação.

Deste modo, “local” e “global” não são considerados como oposições irredutíveis, sem comunicação e trocas, já que se constituem enquanto espaços de trânsito, de mistura. Ao analisar o processo de colonização – a relação entre metrópole e colônia, inserida na mundialização e ocidentalização – permeado por um violento processo de dominação, evidenciou-se os pontos de mesclas e mestiçagens: biológicos, linguísticos e de credos, de saberes e técnicas, de formas de organização do trabalho etc. A circulação é o trânsito entre “local” e “global” do ponto de vista da conexão, da troca, da mestiçagem. Nesse sentido, este conceito pode nos ajudar a pensar a relação entre José Veríssimo como “intelectual amazônico” e como “intelectual nacional”, sobretudo, no seu deslocamento como sujeito em eventos internacionais e das suas ideias no cenário nacional (Rio de Janeiro e São Paulo). Por meio deste aporte também poderemos considerar a conexão entre o “intelectual nacional” e “intelectual amazônico”, de modo à nuançar a “chave de interpretação” que postulou a hierarquia “provincial” e “nacional”.

De que forma constituiu-se a chave de leitura sobre o conjunto das obras de José Veríssimo? Quais foram os critérios seletivos para a divisão entre provincial e nacional? Consideramos que seja possível compreender essa chave de leitura como uma forma de *tradição seletiva* e uma *tradição inventada*.

A *tradição seletiva* é um processo de incorporação que atualiza a validade e legitimidade ideológica da hegemonia ou cultura dominante, a partir da modulação equilibrada de culturas residuais e emergentes. No caso específico deste processo, a cultura residual diz respeito a experiências, significados e valores do passado que, apesar de terem sido incorporados pela cultura dominante, não são expressos nos termos da cultura dominante, sendo vividos de maneira residual – em termos culturais e sociais (WILLIAMS, 2011). Por sua vez, a cultura emergente consiste nas novas experiências, significados e valores que são constantemente criados e produzidos pelas ações humanas criativas e renovadoras, que paulatinamente sofrem tentativas de incorporação pela cultura dominante. A cultura emergente se distingue em duas formas: o alternativo e o opositor. Sendo mais claro:

> Há uma distinção teórica simples entre o alternativo e opositor, isto é, entre alguém que meramente encontra uma maneira diferente de viver e quer ser deixado só e alguém que encontra uma maneira diferente de viver e quer mudar a sociedade. Essa é geralmente a diferença entre as soluções individuais e de pequenos grupos para a crise social e as soluções que pertencem à prática política e, sobretudo, revolucionária (WILLIAMS, 2011, p. 58).

Diferentes intelectuais, com diferentes formações e produções, legaram diferentes leituras e apreciações sobre a produção intelectual de José Veríssimo, considerada como

inauguradora da crítica literária brasileira – ao lado de Araripe Júnior e Sílvio Romero. Tais leituras e apreciações acabaram transformando-se na interpretação dominante: os trabalhos "maduros" e consagrados de José Veríssimo estão relacionados à sua produção no Rio de Janeiro e tratam sobre história e crítica literária.

Os estudos e trabalhos que versam sobre a realidade amazônica oitocentista tornaram-se elementos residuais, se comparados com sua produção dedicada à crítica e história da literatura francamente emergente. Desta forma, acreditamos que o estabelecimento da divisão entre provincial e nacional é uma forma de equacionar, de maneira hierarquizada, uma leitura dominante sobre a produção intelectual de José Veríssimo, segregada em constituições pretensamente residuais e emergentes. Assim, compreender a constituição de José Veríssimo como intelectual amazônico é escrutinar a sua produção sobre a Amazônia, demonstrando a relevância e os elementos emergentes que foram negligenciados pela *tradição seletiva* que construiu essa chave de leitura sobre a obra do intelectual paraense.

Essa chave de leitura também foi uma *tradição inventada*. Segundo Eric Hobsbawn (1984), as *tradições* fornecem elementos de nexo e permanência entre passado e presente. Os mecanismos sociais e culturais que estabilizam determinadas normas e valores do presente foram justificadas em função do seu passado. Na verdade, o passado é apropriado pelo presente em função de suas demandas políticas e culturais. Nisto reside o seu caráter de construção, a sua dimensão de *invenção*: a fabricação de elementos de coesão e identidade social em torno de projetos políticos, culturais e literários estavam profundamente enraizados em interesses do presente cuja legitimidade é forjada no passado.

Deste modo, diante destes pressupostos, a chave de leitura que produziu a *imagem* de José Veríssimo como crítico e historiador literário, em detrimento das suas obras dedicadas à Amazônia e a educação, construída por um conjunto de práticas de leitura, cuja longevidade, ou melhor, *imortalidade*, estabeleceram "certos valores e normas de comportamento através da *repetição*", conseguindo "uma continuidade em relação ao passado" (HOBSBAWN, 1984, p. 9-10). A *repetição* ou reiteração dessa *imagem* fundamentou a metonímia que selecionou e inventou a caracterização de José Veríssimo como o "Sr. Critico", independente, imparcial e dedicado às letras nacionais escrevendo e publicando nos jornais do Rio de Janeiro.

Por fim, o estudo ficou organizado em cinco capítulos cujo movimento analítico é problematizar os processos de seleção e consagração que *produziram um lugar* para José Veríssimo como crítico e historiador literário ao mesmo tempo que busca investigar como as atividades políticas, literárias e científicas de José Veríssimo no Pará foram articuladas e agenciadas por *lugares de produção* que possibilitaram o seu *fazer-se* intelectual amazônico.

O primeiro capítulo, "Sr. Critico: o espelho que *circula* imagens e produz um *lugar*", trata das diferentes leituras (jornais, revistas, livros e biografias etc.) sobre a vida, a obra e a personalidade de José Veríssimo. Tais leituras foram compreendidas como um mecanismo de incorporação seletivo e classificatório a respeito do seu método crítico, projeto de história literária, biografia/personalidade e obras que tematizaram a Amazônia. Também levei em consideração as próprias contribuições de José Veríssimo na construção de sua auto-imagem. Deste mecanismo de incorporação emergiu, de uma trajetória intelectual marcada pela diversidade de temáticas, enciclopédica em abordagens e erudita em conhecimentos, a imagem de crítico e historiador literário: uma metonímia que destacou o crítico/historiador literário em detrimento do polígrafo intelectual oitocentista. Esta imagem fez *circular* a sua obra e produziu um *lugar* na história do pensamento brasileiro.

Uma vez analisado a construção da imagem do "Sr. Critico", procuro contrastá-la com a trajetória intelectual de José Veríssimo na província do Pará. Deste modo, o segundo capítulo, "O Processo de Modernização da Amazônia: reforma dos costumes e secularização do Estado", procura situar as linhas de força do debate econômico e político em pleno processo de modernização da Amazônica. Houve uma maior integração com a abertura da navegação do Rio Amazonas e uma crescente inserção no mercado internacional como fornecedora de borracha. Nos debates entre agricultura e extrativismo como vetor econômico para a região, a elite política provincial propunha a *reforma dos costumes* da população livre e pobre por meio da agricultura e do trabalho sedentário. Havia também o debate sobre a secularização do Estado imperial na província, animado pelas forças da *tradição imperial* e da *política científica*. O que estava em embate eram projetos políticos opostos de civilização para a Amazônia. A produção político-intelectual de José Veríssimo estava moldada por esse contexto de modernização e secularização das instituições políticas.

A *experiência periódica* e a rede de sociabilidade de José Veríssimo foram discutidas no terceiro capítulo, "Um Homem do Extremo Norte: ciência, letras e política na Província do Grão-Pará", que analisa o *fazer-se intelectual* de José Veríssimo em função do debate político sobre o processo de modernização da Amazônia e nos agenciamentos das redes de sociabilidade no interior e fora da Província do Pará. Nesse sentido, a *Revista Amazonica* foi uma instância de *organização da cultura* científica e literária que buscava colocar em circulação as ideias modernas na região. O ensaio *As Populações Indígenas e Mestiças na Amazônia* era a síntese da discussão científica e política de Veríssimo neste processo de modernização na região, pois estava associado ao projeto científico de Ferreira Penna. O intelectual paraense também compartilhava do projeto literário de Franklin Távora, redator da

Revista Brazileira, e dos editores da *Nueva Revista de Buenos Aires*, de promover a integração cultural do continente e a profissionalização o escritor latino-americano.

A *circulação* nos congressos e os contatos científicos estabelecidos na Europa foram abordados no quarto capítulo, "Da Amazônia à Europa: a *circulação* em congressos acadêmicos e contatos científicos (Lisboa, 1880; Paris, 1889)", que busca verificar a participação e os contatos estabelecidos como formas de agenciamento e reconhecimento do seu trabalho intelectual dedicado a literatura brasileira e a antropologia e arqueologia amazônica, no movimento crescente de *mundialização* da *cultura* e da *ciência*. Um dos grandes debates no *Congresso Literário Internacional* esteve relacionado a questão da propriedade literária, pois a sua garantia representava um meio de profissionalização do escritor. Nesta discussão, a partir da sua condição de escritor, agenciou sua concepção de literatura e conhecimentos sobre o mercado editorial brasileiro. No *10º Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica* o intelectual paraense apresentou suas pesquisas sobre a existência de uma antiga civilização indígena na Amazônia, muito sintonizada com o projeto de *arqueologia nobiliárquica* do Estado imperial. Estes trabalhos ainda possibilitaram o contato com Enrico Giglioli e Émile Guimet, intelectuais europeus interessados pela sociedade e cultura amazônica.

Além da literatura e da antropologia, a educação ocupou um lugar fundamental no projeto político-intelectual de José Veríssimo na província do Pará. Os *lugares* desta atuação educacional foram discutidos no quinto capítulo, "'Grande operario da civilisação futura dos povos da Amazonia': a *experiência educacional* de José Veríssimo", ao considerá-la forjada em função do debate político buscando implementar o seu plano de reforma para a *educação nacional*, profundamente fincada em uma *experiência amazônica*. A *experiência educacional* de José Veríssimo foi apreendida em dois movimentos. Da difusão/propaganda da educação moderna na *Sociedade Paraense Promotora da Instrução* (1883-1884) à prática educativa no *Colégio Americano* (1884-1890), mediada pelo debate político na sociedade civil sobre a validade das inovações educativas promovidas por José Veríssimo. Da teorização sobre a prática educativa no *A Educação Nacional* (1890) à sua transformação em política pública na gestão como diretor da Instrução Pública no Governo Provisório Republicano (1889-1890), tal processo converteu o projeto de *educação nacional* em instruções e regulamentos da *educação republicana* no Pará.

1 “Sr. Critico”: o espelho que *circula* imagens e produz um *lugar*

> Estabelecei a crítica, mas a crítica fecunda, e não a estéril, que nos aborrece e nos mata, que não reflete nem discute, que abate por capricho ou levanta por vaidade; estabelecei a crítica pensadora, sincera, perseverante, elevada, — será esse o meio de reerguer os ânimos, promover os estímulos, guiar os estreantes, corrigir os talentos feitos; condenai o ódio, a camaradagem e a indiferença, — essas três chagas da crítica de hoje, — ponde em lugar deles, a sinceridade, a solicitude e a justiça, — é só assim que teremos uma grande literatura.
>
> (Machado de Assis, O ideal do crítico,
> *Diário do Rio de Janeiro*, 8 de outubro de 1865)

A trajetória intelectual de José Veríssimo foi objeto de uma fortuna crítica apaixonada, fosse para exaltá-lo, fosse para detratá-lo, embora pessoalmente o *papa-chibé* cultivasse a introversão e a moderação. No seio dos defensores, Veríssimo era um dos maiores críticos literários do seu tempo, por sua independência, honestidade e imparcialidade. Seus estudos demonstrariam domínio artístico e científico, comparável a grandes críticos franceses de então, como Sainte-Beuve e Brunetière[7], e um caráter bastante distinto das obras de Sílvio Romero e Araripe Jr., seus contemporâneos. Entre os seus desafetos, o autor de *Estudos Brazileiros* não passava de um crítico parcial e arrogante, sem qualquer sensibilidade poética, com uma escrita rebuscada e por vezes incompreensível, cujos trabalhos se distinguiam pela falta de cultura artística e filosófica, pois confundia moralismo sobre os costumes literários do seu tempo com análise literária e narrativa histórica; em suma, um *Saint-Beuve peixe boi*, um *crítico das tartarugas*.

O próprio Veríssimo fez apontamentos sobre a sua trajetória, considerando-se um intelectual independente, guiado por um *grão de ironia e ceticismo* e dignificado pela probidade literária. Portanto, várias *imagens* opostas e antagônicas foram projetadas sobre o seu itinerário intelectual, transcorrido na transição entre o século XIX e XX, e localizado entre o Pará e o Rio de Janeiro.

---

[7] Eram considerados os dois grandes críticos literários franceses no final do século XIX e início do XX. Embora tivessem concepções de literatura distintas. Sainte-Beuve era representante da crítica impressionista, que concebia o texto literário em seus aspectos formais, estéticos e retóricos, como a arte da bela composição. Enquanto Brunetière era representante da crítica naturalista que se pautava na análise dos conteúdos da literatura, dando destaque aos aspectos culturais que fornecessem elementos para a construção da nacionalidade. Em diversos momentos, José Veríssimo foi comparado com estes críticos franceses (VENTURA, 1991).

No conto *O espelho*, publicado em 1882 no *Gazeta de Notícias*, compondo, posteriormente, o volume de *Papéis Avulsos*, no mesmo ano, Machado de Assis abordou a imagem do duplo: arquétipo bastante explorado na literatura oitocentista, de Dostoievski a Oscar Wilde, por meio de João Jacobina e a sua teoria das duas almas, "uma que olha de dentro para fora, *outra que olha de fora para dentro*" (ASSIS, 1962 [1882], p. 346 – grifo meu). Há nesta narrativa três elementos que nos auxiliam na construção do argumento: *o espelho*, *a alma externa* e *o alferes*.

Se o *espelho* no conto machadiano era a *tradição*, refletindo a alma externa do *status* social de alferes, o conjunto de leituras escolhido configurou enquanto uma *tradição seletiva* e *inventada*. Esta imagem fez *circular* a obra de José Veríssimo e produziu um *lugar* na história do pensamento brasileiro. Ou seja, o *espelho* (as leituras) que refletiu a *alma externa* (a vida, obra e personalidade) na figura do *alferes* (crítico e historiador literário). Também consideramos as próprias contribuições de José Veríssimo na construção de sua *auto-imagem*, pois havia muita vinculação entre a *identidade* assumida por Veríssimo e a *imagem* produzida de "Sr. Critico".

Nesse sentido, o presente capítulo investiga o *lugar* assumido pela *obra* de José Veríssimo, por meio de diferentes leituras sobre sua vida, obra e personalidade[8] no pensamento brasileiro enquanto representante da crítica e história literária produzida no final do século XIX e início do XX – assim como, por contraste, as apreciações realizadas por essas leituras a respeito da sua atuação educacional e estudos sobre Amazônia. O argumento central é que as distintas leituras sobre a vida, obra e personalidade de José Veríssimo acabaram, na maioria das vezes, produzindo um mecanismo de incorporação que estabeleceu uma conexão direta entre *personalidade* e *obra*. Com isso, seus trabalhos de crítica e história literária foram considerados fruto de um caráter independente e rigoroso, ao passo que se desprezou, assim, o contexto social e político conturbado das primeiras décadas republicanas

[8] Sônica Araújo (2007) realizou um estudo que também investiga estes aspectos biográficos relacionados a vida, a obra e a personalidade de José Veríssimo, cuja expressão "vida, obra e personalidade" foi apropriado aqui para pensar as diferentes leituras realizadas sobre a trajetória pessoal e intelectual de José Veríssimo entre o Pará e o Rio de Janeiro. Embora este estudo tenha auxiliado no cotejamento das fontes deste capítulo, a condução da análise da autora difere bastante da discussão realizada aqui, sobretudo por ela aderir acriticamente as *imagens* produzidas sobre José Verísismo, consagrando-o como "Sr. Crítico". A respeito da mudança de Veríssimo para o Rio de Janeiro, afirmou: "Interrompera os seus trabalhos de sociologia e de história, ainda no Pará, para *fixar-se na crítica e na história literária*, atividade a que ele se dedicou mais intensamente no Rio de Janeiro" (ARAÚJO, 2007, p. 25 – grifo meu). Como sabemos, Veríssimo não deixou de produzir trabalhos sobre história e sociologia no Rio de Janeiro relacionados a Amazônia. O que este capítulo busca demonstrar é a metonímia que consagrou o crítico e historiador literário em detrimento do etnógrafo e do educador da realidade amazônica. Por isso, esta abordagem distingui-se bastante da realizada por Sônia Araújo (2007).

e o crescente processo de profissionalização do escritor, os quais condicionaram e possibilitaram a produção intelectual de José Veríssimo entre o Pará e o Rio de Janeiro.

Tais *espelhos*, por sua vez, lançaram *luzes* e *sombras* sobre a trajetória intelectual de José Veríssimo entre o Pará e o Rio de Janeiro: luzes na capital da República e sombras na província do extremo norte do Império. Três pesquisadores – não raro, paraenses – da Amazônia, da qual José Veríssimo é um dos maiores interpretes oitocentistas, lançaram questionamentos sobre tais sombras.

Benedito Nunes (2006): as sombras provocaram *esquecimento*.

> José Veríssimo (1857-1916) é conhecido como crítico e historiador da Literatura Brasileira, mas *esquecido* como etnólogo, o folclorista e o pedagogo que ele foi. Figura chave da cultura da época uniu as duas vertentes, a regional, popular e a tradição europeia. Fez o discurso de saudação a Carlos Gomes, quando este veio pela primeira vez a Belém em 1882, e escreveu sobre a formação etnológica da nossa população e a pesca na região, coletou lendas amazônicas, que aproveitou em seus contos. Fundou, além da Revista Amazônica, uma Sociedade Promotora da Instrução, organizou o Clube Republicano ao lado de Lauro Sodré e participou, em Paris, em 1889, de um Congresso de Antropologia. Também abriu uma escola sua, o Colégio Americano, com a inovação do jardim de infância. Depois emigrou para o Rio e nunca mais voltou a Belém (NUNES, 2006, p. 38 – grifo meu).

Aldrin Moura de Figueiredo (2008): talvez haja alguma contribuição de José Veríssimo na composição das sombras e do *esquecimento.*

> Silvio Romero, representante mais conhecido da chamada 'escola de Recife', tem seu nome gravado definitivamente nesse processo de constituição do pensamento social brasileiro. José Veríssimo, no entanto, é alvo de discussão como 'matriz de pensamento' somente a partir de sua mudança para o Rio de Janeiro, em 1891. Talvez por que este nunca tenha se colocado como membro de uma escola específica, nem situado a Província do Pará nos quadros literários nacionais. Assim, José Veríssimo pode ser visto como *co-responsável pelo 'esquecimento'* de grande parte do que realizou quando vivia na Amazônia. Diga-se de passagem, uma vastíssima obra (FIGUEIREDO, 2008, p. 115 – grifo meu).

E José Maia Bezerra Neto (1998): as sombras cunharam *silêncios na bibliografia*.

> A legenda de José Veríssimo (1857/1915), enquanto crítico literário e historiador da literatura brasileira, encontra-se fortemente solidificada nos diversos estudos (acadêmicos ou não) e biografias escritas acerca de sua pessoa, desde seu falecimento. Por outro lado, é possível observar que continuam eclipsadas as suas idéias e obras no campo da história do pensamento social brasileiro.
>
> Neste contexto, as obras de José Veríssimo dedicadas aos estudos literários acabaram constituindo-se em sua 'herança intelectual', enquanto objeto de análise dos pesquisadores vinculados à área da teoria e história da literatura nacional, ofuscando suas contribuições no campo da etnografia da Amazônia. Na verdade, até mesmo os estudiosos de raça e nacionalidade no pensamento social brasileiro, negligenciaram a importância da obra etnográfica do escritor paraense, mesmo que

> não ignorando a legenda de José Veríssimo no campo das letras no Brasil, nas últimas décadas do oitocentos e primeiros vinte anos do século XX.
>
> Talvez o próprio fato do pensamento social e etnográfico em José Veríssimo ter-se caracterizado por sua circunscrição à análise da realidade amazônica, possa ter contribuído para sua suposta *menor* importância no cenário nacional da época, segundo sugerem os *silêncios da bibliografia* (...) (BEZERRA NETO, 1998, p. 240 – grifos meu).

Estes questionamentos possibilitam um duplo exercício de reflexão, iniciados neste capítulo e cujos desdobramentos espraiam-se para os demais: examinar as *luzes* que construíram a imagem do "Sr. Crítico" de José Veríssimo no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo, averiguar as *sombras* das experiências, redes de sociabilidade e circulação que contribuíram para o *fazer-se* de José Veríssimo enquanto *intelectual amazônico*.

1.1 Os pressupostos ou como posso saber o que vou lhes dizer?

Antes de entrar em contato com os *espelhos*, vou apresentar quatro pressupostos para elucidação das suas *imagens*: a) as *identidades* assumidas pelos intelectuais na transição Império-República; b) a *auto-imagem* construída por José Veríssimo; c) a argumentação sobre a linguagem crítica de José Veríssimo, de João Alexandre Barbosa (1974); d) um quadro com fatos da vida e obra de José Veríssimo. Tais pressupostos são alguns "pontos de inflexão da exposição", como diria Marc Bloch (2001), ou melhor, representam os parâmetros históricos de leitura.

Conforme Nicolau Sevcenko (2003), na transição entre as últimas décadas do império e as primeiras décadas republicanas, houve uma transformação na postura dos intelectuais: de *mosqueteiros intelectuais* a *paladinos malogrados*. Para "geração de 1870" havia um programa político *reformista* bastante claro para o país. Sob a bandeira da Abolição e da República, projetava-se a necessidade de construir a nação e remodelar o Estado, quer dizer, modernizar a estrutura social e política, conforme o exemplo europeu e estadunidense. Foram estas pautas que encaminharam a contestação da ordem imperial. Apenas uma política conduzida pelos pressupostos científicos conseguiria erigir os signos da civilização nos trópicos: federação, indústria, ferrovia, trabalho livre, população de maioria branca. Por isso, uma vez abolida a escravidão e proclamada a república, chegara a hora de baixar a pena de combate e arregaçar as mangas no processo de regeneração nacional.

Com a República consolidada, o que se observou foi a *desilusão*[9]: o governo tornara-se uma instância disputada por arrivistas, oportunistas e aventureiros, consagrando a vitória da irracionalidade e incompetência. Os ideais de reforma social e a construção de uma nação moderna foram soterrados pelos mecanismos ancestrais de manutenção do *status quo*. Tal situação foi alvo de críticas pelos intelectuais: "censurava-se-lhes [os políticos e partidos] a inocuidade política, o vazio ideológico, a corrupção e sobretudo a incapacidade técnica e administrativa" (SEVCENKO, 2003, p. 108). Deste modo, suas oportunidades de ação política e produção cultural viram-se limitadas ao funcionalismo público, o jornalismo, e, na melhor das hipóteses, a carreira na política e na diplomacia.

Dois textos[10] de José Veríssimo foram citados por Nicolau Sevcenko (2003) como registros da situação dos intelectuais: o primeiro, é sobre a multidão de analfabetos que formavam a maioria da população brasileira, de acordo o censo de 1890, fazendo da literatura uma produção cultural escrita e lida por poucos; o segundo consiste na coluna escrita no *Jornal do Comercio*, de onde, conforme Sevcenko (2003), "praticamente dirigiu todo o movimento literário na primeira década do século" (SEVCENKO, 2003, p. 112), na qual José Veríssimo defendia o afastamento dos homens de letra da classe governante republicana. Assim, ficava patente, pelo menos, por frações dos grupos letrados, uma postura de *independência*[11]. Outra postura adota por José Veríssimo neste contexto, apontada por Sevcenko (2003), anunciada em 1894 no prefácio da 2ª série dos *Estudos Brasileiros*[12], foi a de encarar os acontecimentos sociais, políticos e literários com "grão de ironia e ceticismo"[13].

Roberto Ventura (1991), por sua vez, tratando do mesmo momento de transição, destaca que, a partir de 1898, com o pacto oligárquico de Campos Sales e a sua "política dos

[9] Isto acabou revelando "três tipos de comportamento-limite" (embora Sevcenko indique três, efetivamente trata apenas de dois) entre os homens de letra, que tenderam a caminhar entre a tradição engajada da "Geração de 1870" e a atividades evasivas e escapistas diante da República que não era dos seus sonhos: os "vendedores" – aqueles que aderiram aos valores e oportunidades do novo regime, produzindo uma literatura amena e de entretenimento conhecida por "o sorriso da sociedade"; os "derrotados" – embora marginalizados das condições sociais e políticas em vigência, suas reações dividiam-se em dois tipos: os resignados e os inconformados; a primeira fração conhecida genericamente por "boêmios", era constituída pelos simbolistas, nefelibatas e decadentistas; a segunda, mantinha o engajamento e as propostas reformistas da "Geração de 1870", eram os "escritores-cidadãos".

[10] O primeiro texto citado é: "Revista literária", *Jornal do Commercio*, 25/7/1900; o segundo, é: *Homens e coisas estrangeiras*, p. 68-9 e 71. Tais referências estão, respectivamente, nas notas 44 e 47, p. 338.

[11] "Eis a proposta de uma independência que era ao mesmo tempo buscada e compulsória, sendo na realidade sequela do desprezo social e do analfabetismo. Independência essa essencialmente contraditória, pois se era libertadora de um lado, mantendo-lhes impoluto o campo ético, de outro era esterilizante porque lhes negava o campo de ação" (SEVCENKO, 2003, p. 113).

[12] VERÍSSIMO, José. *Estudos Brasileiros (1889-1893) – 2ª série*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1894.

[13] "Entretanto, a estética mais prestigiada do período, amplamente difundida por José Veríssimo é fundamentada nos *processos de ironia*. Mas, à ironia amarga e cética de Machado de Assis, Veríssimo prefere aquela de cunho social e reforçadora da solidariedade humana, como em Anatole France, e que encontraria o seu melhor realizador no Brasil em Lima Barreto. Os estudos sobre sátira e a ironia dominam as páginas de crítica, pelo menos até antes da Primeira Guerra Mundial" (SEVCENKO, 2003, p. 124 – grifo meu).

governadores", há a estabilização política e a missão dos intelectuais de ampla reforma social torna-se mais específica na construção das posturas e protocolos da *profissionalização* do crítico e do escritor, cuja maior manifestação era a Academia Brasileira de Letras. A agremiação foi organizada a partir do grupo que se reunia na *Revista Brasileira*, dirigida por José Veríssimo, debatendo sobre questões literária e estéticas, deixando de lado os temas políticos: "Os acadêmicos buscavam o reconhecimento da criação literária e adotavam certa distância entre a sociedade e a sua própria esfera, mas não aceitavam a marginalidade ou o engajamento" (VENTURA, 1991, p. 103).

Ventura (1991) ainda observa o surgimento de dois tipos novos de posturas intelectuais que vão se impor a partir de 1930: o intelectual partidário e o especializado. Ambos aparecem em oposição aos intelectuais universalistas, representados por Sílvio Romero. Estes, impulsionados por um saber enciclopédico, argumentavam em favor do povo, da pátria e da nação, visando a reforma intelectual da sociedade. Os partidários, pautados pelas doutrinas socialistas e anarquistas, defendiam o interesse de uma classe e buscavam a revolução estrutural da sociedade. Por fim, os especialistas representaram as primeiras manifestações de constituição das ciências sociais no país, atitude a ser consolidada com o aparecimento das instituições universitárias, a partir de 1930.

Nicolau Sevcenko (2003) e Roberto Ventura (1991) demonstraram as transformações nas atuações políticas e culturais dos intelectuais brasileiros na passagem do século XIX para o XX. Tais posturas revelaram posições que oscilaram entre a adesão e a contestação do regime republicano em implantação. Houve também aqueles que assumiram uma atitude equidistante, adotando orientações que tenderiam à independência, ironia e ceticismo. Por sua vez, as atividades intelectuais buscaram, como meio de reconhecimento e autenticidade, cada vez mais formas e protocolos de profissionalização e especialização no interior de instituições cujos objetivos fossem essencialmente literários. Este foi o caso de José Veríssimo, da *Revista Brasileira* e da Academia Brasileira de Letras. Todavia, é importante ressaltar que tais posturas, atividades e instituições foram decorrentes da *experiência histórica* dos homens de letras diante daquele contexto de desafios e problemas que, por distintos comportamentos, identidades e ideologias, exigiram agenciamentos, negociações e conflitos na construção do campo intelectual no Brasil[14].

Nesse particular, Alessandra Al Far (2000) abordou o processo de institucionalização da Academia Brasileira de Letras, sua lógica interna de funcionamento e os modos de interlocução com a República dos Conselheiros. Diante do crescente processo de

[14] A esse respeito, sobre a constituição de um campo intelectual no Brasil, conferir: (MICELI, 2001).

profissionalização do escritor, das escassas oportunidades no mercado editorial e de pouco prestígio da atividade literária na sociedade em geral, a Academia surgia como uma instituição dos homens de letras cuja missão era garantir e resguardar a unidade da língua e literatura brasileira. Todavia, como promover uma Academia de Letras em um país de 80% de analfabetos? Seu grupo fundador encarou esse fato com duas estratégias: por um lado, tornou-se uma instância de consagração literária, facilitando a publicação de livros, empregos em jornais e cargos na administração pública; por outro, estreitou laços com a elite social e política carioca, ao eleger os seus membros como *imortais* e transformar as sessões de recepção em grandes vitrines de exibicionismo do colunismo social da época, cujas cadeiras eram disputadas por políticos, empresários, militares, diplomatas etc.

O projeto inicial da Academia era a promoção da língua e da literatura nacional pelos destacados homens de letras do país, tendo como base os estatutos de organização da Academia Francesa. Porém, era necessário encontrar meios financeiros para sustentar suas atividades mais ordinárias, como ter uma sede e orçamento. Houve, portanto, uma aproximação crescente[15] da Academia em relação ao governo republicano e aos círculos da elite intelectual e política.

De acordo com Alessandra Al Far (2000), essa aproximação ocorria por meio de uma *nova forma de sociabilidade*: os salões e conferências literárias. Por um lado, os salões consistiam em encontros, geralmente privados, nas casas de damas da sociedade, nos quais havia a declamação de poesia ou a leitura de trechos de obras importantes da literatura europeia, como foi o caso de Laurinda Santos Lobo, no alto de Santa Teresa; havia também salões, menos pomposos, na casa de homens de letras reunindo os círculos mais letrados da época, tais como os saraus na casa de Coelho Neto. Por outro, as conferências literárias eram palestras proferidas por destacados intelectuais da época – Coelho Neto, Olavo Bilac e Medeiros e Albuquerque, por exemplo – cujos conteúdos versavam sobre amenidades e cujo público era, geralmente, frequentado pelas senhoras abastadas da sociedade carioca. "As conferências e os salões literários representaram a estreita ligação das letras com o mundo da

[15] De acordo com Alessandra Al Far, essa aproximação ocorria por meio de uma *nova forma de sociabilidade*: os salões e conferências literárias. Por um lado, os salões consistiam em encontros, geralmente privados, nas casas de damas da sociedade, nos quais havia a declamação de poesia ou a leitura de trechos de obras importantes da literatura europeia, como foi o caso de Laurinda Santos Lobo, no alto de Santa Teresa; havia também salões, menos pomposos, na casa de homens de letras reunindo os círculos mais letrados da época, tais como os saraus na casa de Coelho Neto. Por outro, as conferências literárias eram palestras proferidas por destacados intelectuais da época – Coelho Neto, Olavo Bilac e Medeiros e Albuquerque, por exemplo – cujos conteúdos versavam sobre amenidades e cujo público era, geralmente, frequentado pelas senhoras abastadas da sociedade carioca. "As conferências e os salões literários representaram a estreita ligação das letras com o mundo da elite social carioca, gerando, muitas vezes, uma produção literária superficial e amena" (AL FAR, 2000, p. 74).

elite social carioca, gerando, muitas vezes, uma produção literária superficial e amena" (AL FAR, 2000, p. 74).

Neste contexto Machado de Assis, o primeiro presidente da Academia, esforçou-se por todos os meios na construção da *credibilidade literária* da instituição, Joaquim Nabuco, um dos seus membros, tinha consciência de que, ao lado da credibilidade, a instituição precisava notabilizar-se socialmente: por isso, propôs o *critério dos expoentes*, ou seja, a *imortalidade* não deveria ficar restrita àqueles que se destacassem na literatura, pois a instituição apenas se consolidaria no seio da sociedade quando os membros mais prestigiados desta estivessem representados em suas cadeiras. A *missão* da Academia e a *identidade* do homem de letras, seu membro por excelência, tornavam-se contraditórias: a instituição que evocava o escrutínio de guardiã da língua e literatura brasileira tinha entre os seus membros sujeitos que não haviam dado uma contribuição relevante para a literatura nacional.

Dois exemplos disso foram a eleição de Lauro Müller e Mario de Alencar[16], cujos pleitos foram decididos, respectivamente, por critérios políticos e pessoais. Conforme Alessandra El Far, em 1912 entrou em vacância a cadeira de Rio Branco, cuja disputa ficou entre Lauro Müller – então, Ministro das Relações Exteriores – e Ramiz Galvão – naquele momento, diretor da Instrução Pública, ex-diretor da Biblioteca Nacional e com vários trabalhos publicados. Lauro Müller não tinha nada escrito até a eleição, senão um discurso feito para uma festa promovida pelo presidente Hermes da Fonseca que mandou imprimir novamente em Paris, sob os cuidados de Medeiros e Albuquerque. Em razão da exiguidade de linhas do texto, foi empregado o papel mais grosso disponível. Um "papelão e letras garrafais", como qualificou jocosamente Lima Barreto, o discurso não passava de um simples folheto impresso: este folheto garantiu ao ministro a *imortalidade* na Academia. Salvador de Mendonça, Rui Barbosa, Vicente de Carvalho e José Veríssimo procuraram conquistar votos para Ramiz Galvão. Em vão. Em uma das eleições de maior quórum – geralmente estes

[16] Ainda segundo Alessandra El Far, em 1905 foi eleito Mário de Alencar para a cadeira de José do Patrocínio, também pleiteada pelo padre José Severiano Rezende e Domingos Olímpio. Olímpio era o favorito na disputa, pois concentrava todas as credenciais de homem de letras: colaborava nos principais jornais do país, dirigia a revista semanal *Os Anais* e havia publicado com grande repercussão o romance *Luzia-homem* (1903), abordando a seca ocorrida no Ceará em 1878. No entanto, com apenas duas pequenas coletâneas de versos, ainda no começo da carreira literária, Mário de Alencar era filho de José de Alencar e pupilo querido de Machado de Assis. Foram 17 votos a favor de Mário de Alencar – todos pertencentes a amigos de Machado de Assis –, exceto José Veríssimo, que votou em Domingos Olímpio. Joaquim Nabuco, ao invés de considerar o mérito literário de Domingos Olímpio, escolheu Mário por dois motivos: agradar o "mestre do cenáculo" e saldar antigas rusgas com José de Alencar. No discurso de recepção, Mário de Alencar apontou que sua eleição era uma homenagem a memória do pai, um grande romancista brasileiro. Medeiros e Albuquerque resumiu assim a eleição de Mário de Alencar: "Mas, que se podia recusar a Machado de Assis?" (EL FAR, 2000, p. 110). A respeito da polêmica entre Joaquim Nabuco e José de Alencar, ocorrida nas páginas do *O Globo*, em 1875, sobre o lugar da cultura africana na sociedade brasileira, consultar: (VENTURA, 1991), especialmente, o capítulo 2, "Uma nação mestiça", nas páginas 44-47.

momentos não contavam com tantos membros –, 37 votos no total, o resultado foi 22 votos para Lauro Müller e 15 votos para Ramiz Galvão. Essa eleição representou a renúncia do cargo de secretário-geral e o afastamento definitivo de José Veríssimo da Academia. Em meio aos pedidos de reconsideração, Veríssimo respondeu irredutível "deixemos que a Academia se faça à imagem da sociedade a que pertence" (EL FAR, 2000, p. 117).

O grupo fundador, aquele que frequentava as reuniões do chá das cinco horas na *Revista Brazileira* e que tinha maioria monarquista, embora criasse uma agremiação republicana, transformou o mecenato do Império – caracterizado pelo favor e clientelismo – em formas refinadas e corteses de seleção e exclusão na consagração dos *imortais*. Suponho que esse mesmo mecanismo, por meio dos discursos de recepção, também institui uma *imagem* e uma *memória* sobre os *imortais*. Foi o caso de José Veríssimo, cuja imagem de crítico *independente* e *imparcial* entrava em franco descompasso com as preferências e inclinações totalmente *pessoais* e *parciais* de escolha dos membros da agremiação que ajudou a fundar e era membro estimado. Como veremos adiante, as leituras vinculadas a Academia Brasileira de Letras tiveram um papel destacado na construção da *imagem* de "Sr. Crítico" de José Veríssimo.

Por seu turno, outro pressuposto importante é a identificação das imagens criadas por José Veríssimo sobre própria atividade intelectual – por meio de prefácios, correspondências e registros biográficos – neste processo de transição entre as últimas décadas do Império e as primeiras décadas republicanas. Estas modalidades textuais revelaram aproximações subjetivas e sentidos atribuídos pelo autor à sua produção escrita, destacando, em outras palavras, a construção paulatina da legitimidade de uma obra, mediada pelos limites e possibilidades do contexto histórico e por meio da produção da *autoria*.

> "Ninguem mais do que o autor d'este livro lhe conhece o nenhum valor.
>
> Explicar porque então o publica, é que não sabe. Talvez pelo mesmo motivo porque a arvore dá fructos, deixando ao leitor o direito de retorquir-lhe que esses são bons e máos o guardando para si o de poder contestar-lhe: mas sempre fructos.
>
> Agora uma explicação, que importa uma desculpa.
>
> A maior parte d'elle, ou antes todo, foi escripto quando o autor era victima de uma enfermidade, que, além de enfraquecer-lhe o espirito, vedava-lhe todo esforço, todo trabalho. Foi violando as prescripções medicas que o escreveu. Estes prohibiram-n'o de estudar. Eis a causa de muitas das maculas do livro. Sem estudo é impossivel produzir nada bom.
>
> Se lhe não faltar a vida e a saude, é possivel que [já que começou no ingrato officio de escriptor] novas e mais estudadas producções façam esquecer as *primeiras paginas* de quem começa.

> Sirva a promessa acima de desculpa á afouteza d'esta publicação.
>
> Pará, dezembro de 1877.
>
> O autor (VERÍSSIMO, 1878, p. 5)

Estas breves linhas reticentes e acanhadas, senão demasiadamente reservadas, balbuciadas como um pedido de *desculpa*, é o prefácio do *Primeiras Paginas*, de 1878, escrito aos 21 anos. É a primeira obra de José Veríssimo, derivada de artigos e ensaios publicados no *O Liberal do Pará*. Embora haja o receio do livro de estreia, produzido com leitura e escrita intermitente nos intervalos da convalescência de uma enfermidade, Veríssimo tem consciência do valor da publicação. Tem a certeza da *arvore que dá fructo*, deixando ao público o encargo de avaliar se são bons ou maus; todavia, há a confiança de serem *fructos*. Mesmo com os óbices da falta de saúde e a violação das prescrições médicas, estas *primeiras paginas* são os *frutos* de quem *já que começou no ingrato officio de escriptor*: José Veríssimo era um sujeito cônscio da penosa carreira de homem de letras no Brasil.

É possível compreender que o tom de escusa do prefácio seja uma estratégia retórica – bastante peculiar ao vocabulário e formas de tratamento dos textos oitocentistas – que buscava marcar o mérito da obra acentuando o contexto espinhoso da escrita, sem hesitar do valor dos seus *fructos*. Tais palavras reticentes parecem ser uma forma de rejeição – impressão equivocada que algumas das leituras, sobretudo, as de cariz biográfico, aqui investigadas, incorreram. Não há o olvido, uma vez que os ensaios e estudos que formam o livro foram republicados, embora com notas revendo seus sentidos originais, em revistas e livros no transcorrer da década de 1880: mais precisamente, em 1883, na *Revista Amazônica*; em 1886, no *Scenas da Vida Amazonica*; e, em 1889, no *Estudos Brazileiros (1877-1885) – 1ª série*.

Em 30 de novembro de 1884, num raro momento autobiográfico de sua longa carreira, José Veríssimo realizou – nas suas próprias palavras à noiva, Maria Eloy Tavares – *uma especie de confissao escrita*. Em tom bastante íntimo e carinhoso e como havia prometido em correspondência anterior, dizia o "que ao mesmo tempo fosse um resumo do meu passado, e uma chave do meu caracter, para teu futuro governo" (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Carta de José Veríssimo a Maria Eloy Tavares, 30 de novembro de 1884, p. 1). Nesta epístola, Veríssimo deixava claro que elementos de sua personalidade foram herança familiar – sobretudo, a honestidade – e alimentava a *vocação* de encetar uma carreira letrada e científica.

A respeito da herança familiar e suas crenças:

> Em mim, que não professo nenhuma religião positiva, a *honestidade*, a probidade, como a gloria e a fé no Progresso, é um culto. Devo dizer-te que isto é em mim tanto mais facil quanto na minha família – e orgulho-me disso – a honestidade é a regra comum. Meu pai é um dos homens mais honestos que eu tenho conhecido, e foi sua honestidade, muitas vezes talvez descabida e pueril, que nunca o deixou enriquecer ou 'arranjar-se', segundo a giria vulgar (Carta de José Veríssimo a Maria Eloy Tavares, 30 de novembro de 1884, p. 2).

Quanto à aspiração de ser um homem de letras e ciência:

> A minha vocação única, que até hoje as circunstancias de que atrás falei tem contrariado, eram as carreiras literarias, e, tenho profunda fé que, si outras tivessem sido as condições de minha vida, e mais propicias ao pleno desenvolvimento das tendencias do meu espirito, eu já me houvera feito um nome digno das letras, ou nas ciencias do meu pais (Carta de José Veríssimo a Maria Eloy Tavares, 30 de novembro de 1884, p. 2).

Embora haja no seu espírito a oscilação contraditória do recatado homem de hábitos taciturnos e o intelectual sedento de reconhecimento:

> Ás vezes, como te disse, de uma feita, bem antes de sermos noivos, vem-me uns ímpetos de abrir caminho através dos obstáculos, de fazer um *nome ilustre glorioso*, e de gritá-lo bem alto; outra, apodera-se de mim um desanimo estupido, um medo de tudo, e vejo óbices invenciveis por toda parte, fantasio conspirações que na realidade talvez não existam, e a minha vontade, romantica e banal, fora retirar-me, ir viver para um sitio, ignorado e humilde (Carta de José Veríssimo a Maria Eloy Tavares, 30 de novembro de 1884, p. 2 – grifo meu).

Aos 27 anos, noivo às portas do matrimônio, Veríssimo sublinhava um traço de sua personalidade formada, segundo ele, no exemplo paternal, ao mesmo tempo que – na contramão da hesitação dos 21 – consolidava sua inclinação para a carreira intelectual, uma vez que a *vocação* é encarada como uma *ambição*, embora fosse acompanhado pela onipresente sombra do *fracasso*.

Em 1889, no longo e denso prefácio do *Estudos Brazileiros (1877-1885) – 1ª série* tratou das condições de produção intelectual no país, partindo da sua experiência na Província do Pará, e realizando uma constatação em conjunto com um diagnóstico: um dos pontos referia-se ao movimento intelectual, que se encontrava limitado a publicação nos folhetins de jornal e a republicação em livros, a um custo exorbitante aos autores e a leitura a um minguado público leitor. Um outro ponto, articulado ao primeiro, apontava que tal estado de coisas devia-se desde as condições da instrução pública a impossibilidade de viver de letras no Brasil. Encerrava com estas palavras o prefácio:

> Escusado é, pois, affirmar que não tenho a pretensão de esperar para este livro mais do que têm tido os seus irmãos. Pondo-lhe este longuíssimo prefacio apenas quiz dizer, repito, *os sentimentos de um brazileiro* em um momento que se lhe figura critico na vida politica e intellectual da patria. Defendido pela *minha obsburidade provinciana* e occulto nos labores humildes pelo real e o necessario da vida, como diria Garret, ridícula fora qualquer outra a pretensão que se quizesse descobrir n'este estirado proemio.
>
> *Têm os livros os seus fados*, me parece ainda hoje, vista a fallibilidade humana, a mais profunda coisa que jamais em Critica se escreveu. Eu entrego este aos que lhe estejam reservados.
>
> Pará, Fevereiro de 1889 (VERÍSSIMO, 1889, p. XXIV – grifo do autor e meu).

Entre o suposto receio do valor da reflexão e a apreciação da Crítica – como já vimos, inclinações demonstradas anteriormente e preservadas aqui –, Veríssimo, em *os sentimentos de um brasileiro*, procurava concretizar a sua *vocação* de homem de letras ao colocar em relevo a necessidade de um conjunto de *reformas* que viessem a modificar a situação *intelectual* do país, embora escrevendo da *obscuridade provinciana*. Aqui é possível dizer que Veríssimo assumia a sua pena de *mosqueteiro intelectual.* Assumir essa posição de escritor de *província* talvez oscilasse entre uma posição política e uma posição retórica, tendo em vista que neste contexto os espaços de produção literária estavam sendo disputados entre escritores das províncias e os escritores da Corte.

Uma das instâncias sociais, do seu ponto de vista, cuja reforma tornava-se urgente era a formulação de uma *educação nacional*. Em 1890, no *A Educação Nacional*, Veríssimo (1890) sistematizava suas reflexões sobre o tema e, nas linhas de conclusão, posicionava-se assim:

> Pensador livre em Religião, em Philosophia e em Politica, o autor d'este livro não pertence a nenhuma igreja, a nenhuma escola, a nenhum partido. Perante sua patria, que estremece, e perante a sociedade a que pertence e à qual procura servir como entende melhor, é apenas, no belíssimo dizer biblico: *'um homem de boa vontade'*.
>
> Foi com a boa vontade de servir o seu país que escreveu este livro, acaso inutil" (VERÍSSIMO, 1890, p. 181 – grifo meu).

"Um homem de boa vontade": José Veríssimo era um *mosqueteiro intelectual* que buscava com suas ponderações, supostamente à *margem dos partidarismos*, servir a pátria com o seu *são brasileirismo* – trecho de Sílvio Romero (1888) no *História da Literatura Brazileira* utilizado como epígrafe no *A Educação Nacional*. Talvez esse seja um dos primeiros indícios de sua tentativa de construção de uma postura *independente*, quer dizer, pautada em princípios e diretrizes abstratas de um *nacionalismo militante* ao largo de favores,

interesses imediatos e questões pessoais, imprecações, nas quais, incorria o debate político de então.

Em 1894, já morando no Rio de Janeiro, era lançada a segunda série dos *Estudos Brazileiros (1889-1893)*. Este é o seu primeiro testemunho de *desilusão* com a República dos Conselheiros. No prefácio, procurava estabelecer os nexos de continuidade da sua "campanha de nacionalismo", encetados pelos escritos produzidos no Pará – "em livros e jornaes provindicanos" –, cuja "inspiração principal da minha obscuríssima vida litteraria", por sua vez, representava "o *estudo da patria brazileira* em todos os aspectos que nol-a representem tal qual é, como única base segura para assentarmos *uma cultura verdadeiramente nacional"* (VERÍSSIMO, 1894, p. VII-VIII – grifos meu). Não obstante, tal disposição seria procedida em outro contexto, no qual fosse necessário outro tipo de postura diante da nova realidade social e política republicana.

A República, a panaceia política para todos os males sociais do Brasil, a "Terra da Promissão", "onde correm arroios de leite e de mel", em 1894, convertia-se da musa do debate político em leviatã do Estado moderno, forjando-se a ferro e fogo sob o comando do marechal Floriano Peixoto. Em tintas melancólicas, José Veríssimo registrava que aqueles seis anos inaugurais "entrão a falhar alento e animo e illusões, *as queridas e doces illusões de outr'ora...*" (VERÍSSIMO, 1894, p. VIII – grifo meu).

Embora fosse um republicano histórico, no prefácio dos *Estudos Brazileiros – 1ª série*, argumentava que a simples mudança de regime político não era suficiente para resolver a crise política e intelectual de então; agora, uma vez o Brasil tornando-se republicano, com escassa "a necessaria liberdade politica", sem "a indispensavel isenção e independencia espiritual", restava apenas ao "observador imparcial", em meio às migalhas de engajamento e ilusões de outrora, "juntar um grão de ironia e scepticismo" – como já havia assinalado Nicolau Sevcenko (2003).

A partir deste momento, intensificava-se a tomada de posição do intelectual *independente* e *imparcial*, cujo trabalho é totalmente alinhavado na mais escrupulosa *honestidade* e *probidade intelectual*. Conforme Francisco Prisco (1937), na biografia a ser analisada mais adiante, José Veríssimo realizou comentários sobre a obra de Hypollite Taine e Sainte-Beuve, os quais seriam verdadeiras *auto-photographias*, respectivamente:

> ha alguma cousa que vale mais que o talento, o estilo, as galas e louçanias da forma e ainda do fundo literario, é a *probidade intellectual* (...) Possui (...) este amor e respeito da sua arte de escriptor e da sua *profissão de critico*, que por cousa alguma deste mundo lhe não consentiria dizer senão o que sentia, embora não o dissesse sempre como sentia (PRISCO, 1937, p. 119-120 – grifo meu).

Compreende-se aqui que a *imagem* fornecida por Prisco (1937) e a *auto-imagem* de Veríssimo coincidem, até porque, como veremos mais a frente, em larga medida, a *auto-imagem* foi indutora das *imagens*. Para José Veríssimo, portanto, na *profissão de critico* era imprescindível o desempenho da *probidade intellectual*.

Como observa-se, neste breve retrospecto, a *auto-imagem* de José Veríssimo foi construída segundo seu agenciamento nos distintos processos históricos, isto é, entre as últimas décadas do Império, no Pará, e as primeiras décadas republicanas, no Rio de Janeiro. Durante este percurso, a sua existência registrou e forjou a passagem do engajamento dos *mosqueteiros intelectuais* ao ceticismo e independência dos *paladinos malogrados*, cuja performance política e intelectual, para adquirir credibilidade e legitimidade, tendeu crescentemente à profissionalização e especialização, induzida, sobretudo, pela tentativa estoica de isenção das *paixões do dia* e pelo esforço de *probidade* nas atividades do espírito.

Com isto, é possível afirmar que a *auto-imagem* de Veríssimo e as *imagens* produzidas pelos *espelhos* a respeito de sua atividade intelectual – sobretudo, no Rio de Janeiro – *registraram* essa experiência histórica de transição, ao mesmo tempo que *forjaram* a imagem do "Sr. Crítico" de Veríssimo. Nela, a *obra* é fruto da *personalidade*, o intelectual honesto e probo produziu uma obra rigorosa e austera: tal operação ao *registrar* a ação do sujeito na história, também subtrai o contexto e a estrutura que o condicionam, acabando, aliás, por *forjar* a imagem da *agência* como desdobramento da *personalidade* – o sujeito perde-se na história, a imagem imortaliza-se na posteridade.

Por sua vez, exponho agora com a argumentação de João Alexandre Barbosa (1974), no *A Tradição do Impasse*, a respeito de linguagem crítica de José Veríssimo. Embora a classificação e observações de Barbosa (1974) sobre a trajetória de Veríssimo sejam objeto de crítica – realizada mais adiante, na quarta parte do capítulo –, não há aqui qualquer objeção sobre sua análise da linguagem crítica de José Veríssimo. Na verdade, uma vez que sistematiza características da atividade crítica de Veríssimo, nos ampara no processo de cotejamento das *imagens* que refletiram essa atividade. A análise de Barbosa (1974) pautou-se por três períodos: a) 1878-1890 – "A geração contestante"; b) 1891-1900 – "O grão de ironia e ceticismo"; c) 1901-1916 – "A dupla face de Janus".

Estes três momentos, conforme João Alexandre Barbosa (1974), foram marcados pela mudança na linguagem crítica de Veríssimo, indo da crítica naturalista ao impressionismo crítico, cujo procedimento respondia às solicitações do momento histórico de transição Império-República. Como resultante, se deu a construção de um impasse: apesar de

José Veríssimo realizar uma mudança na concepção da *linguagem crítica* – na passagem de uma acepção ampla de literatura (como sinônimo de cultural) do naturalismo crítico para uma acepção restrita (como arte literária) do impressionismo crítico –, não houve uma *crítica da linguagem* que conseguisse analisar a especificidade da linguagem literária enquanto objeto histórico e estético – é deste descompasso que surgiu o impasse.

a) 1878-1890 – "A geração contestante". Preconizada por Sílvio Romero, os pressupostos básicos da crítica naturalista consistiam em considerar literatura qualquer manifestação da cultura que contribuísse para a construção da nacionalidade brasileira. Por isso, tornava-se fundamental a adoção do critério *nacionalístico*, pautado no estudo dos aspectos mesológicos e etnográficos da formação do *povo*: a mestiçagem é objeto de estudo da literatura – o que Barbosa chama de "esquemas ficcionais e etnográficos".

Assim, há aqui um conceito ampliado de literatura, sendo sua finalidade a construção da identidade brasileira. Inserido nesse processo, o primeiro ensaio de Veríssimo com estas características é o "A Literatura Brasileira – sua formação e destino (relance)", incluído no *Primeiras Páginas* de 1878, no qual explícita a adesão ao critério nacionalístico e a necessidade da construção de uma literatura verdadeiramente brasileira: ao registrar o *povo*, construa-se a *nação.* A crítica naturalista estava no bojo das lutas republicanas e abolicionistas de contestação da ordem imperial.

b) 1891-1900 – "O grão de ironia e ceticismo". Este foi o momento da modificação na concepção de literatura: de documentos da cultura, os escritos passam a ser considerados conforme a finalidade literária. Essa mudança significava ainda a passagem da crítica naturalista ao impressionismo crítico, isto é, a passagem do critério nacionalístico para o critério do gosto e opinião pessoal do crítico na análise da obra literária. A literatura, em suma, era concebida enquanto arte literária, fruto do talento do escritor. A obra de Machado de Assis é o divisor de águas na produção crítica de José Veríssimo, verificável no ensaio "Quincas Borba", inserido no *Estudos Brazileiros (1889-1893) – 2ª série*, de 1894.

Contudo, tal passagem ocorreu com algumas características e impasses derivados da ausência de uma *crítica da linguagem* que abordasse a especificidade da literatura, a conjugação entre forma e conteúdo, entre texto e contexto da obra literária. Assim, os estudos críticos de José Veríssimo, embora buscassem abordar a peculiaridade da arte literária, apenas se restringiam a comentários sobre costumes literários, por vezes, moralistas, cujos critérios rigorosos foram instituídos segundo sua experiência de leitor e a formação do seu gosto. Veríssimo era um crítico preocupado com a criação literária vinculada à cristalização de experiências fincadas no passado, daí o seu tradicionalismo (o beletrismo extremo), a

incompreensão com os "novos" (sobretudo, na poesia), o seu romantismo garrettiano e o realismo eçaniano. Além disso, era um inquisidor atento à vida política, social e econômica do país, evidenciados nos seus trabalhos sobre América Latina, a retomada das preocupações pedagógicas e as reflexões renovadas em tom reivindicatório e acusador sobre a Amazônia. É desta *dualidade* de fazer crítica literária e participar, por meio das letras, da vida política, que emerge a dupla face de Janus.

c) 1901-1916 – "A dupla face de Janus". Neste contexto, há um jogo de contrapontos entre o crítico (empenhado na avaliação e julgamento de autores e obras) e o historiador literário (dedicado à análise das origens e destinos da literatura nacional), ocorrendo a tentativa de aliança entre o impressionismo crítico e o modelo naturalista – em paralelo, há ainda o crítico social e político, focado nos julgamentos morais sobre os costumes sociais e políticos do seu tempo. Ambos se caracterizam – principalmente, a crítica literária – pela adoção de um conservadorismo literário de matriz romântica e um beletrismo gramatical fazendo-o totalmente refratário a qualquer experimentação literária do seu tempo, como é possível observar nos seus artigos sobre o simbolismo e o futurismo.

Do ponto de vista histórico-literário, seu embasamento teórico é o *História da Literatura Francesa* (1894), de Gustave Lanson, que se configura numa referência muito menos "esteticista" (aspecto equivocadamente muito repetido e que talvez denote uma crítica implícita aqueles que afirmam ser de caráter estético as análises de Veríssimo, neste momento), uma vez que é substancialmente *impressionista*. Contudo, vale destacar que as análises especificamente histórico-literária eram pautadas no ideal de rigor e objetividade da experiência crítica "científica" naturalista. A linguagem crítica depreendida da sua obra histórico-literária responde por uma análise superficial, baseada em uma concepção individualista que o levava, por um lado, a posições moralizantes, e, por outro, ao esforço de especificação dos autores e obras analisadas, se aproximando da contemporaneidade. Este esforço induziu, erroneamente, segundo Barbosa (1974), muitos a conceberem um método estético nas análises de Veríssimo.

Por fim, fechando o conjunto de pressupostos de abertura do capítulo, organiza-se no Quadro 1, os dados biobibliográficos sobre a trajetória de José Veríssimo. É importante ressaltar que estes dados estão relacionados ao período em que os livros foram publicados, o que nem sempre corresponde com a atividade profissional realizada no mesmo período. A disposição destes dados foi pensada para auxiliar na leitura da trajetória intelectual e profissional de José Veríssimo no Pará e no Rio de Janeiro.

Quadro 1 - Dados biobibliográficos de José Veríssimo

Estado	Atividades Profissionais	Obras Publicadas
Pará	1877 – O Liberal do Pará	
		1878 – Primeiras Páginas
	1880 – Congresso Literário Internacional (Lisboa) 1880-1884 – Diário do Grão-Pará	
	1884-1890 – Colégio Americano 1889 – 10º Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica (Paris)	1886 – Cenas da Vida Amazônica 1889 – Estudos Brasileiros (1877-1889) – 1ª série
	1890 – Diretoria da Instrução Pública	1890 – A Educação Nacional
Rio de Janeiro	1891 – Jornal do Brasil	
	1892-1897 – Reitor e professor do Externato do Ginásio Nacional (nome republicano do Colégio Pedro II)	1892 – A Amazônia – aspectos econômicos 1894 – Estudos Brasileiros (1889-1893) – 2ª série
	1895-1900 – Diretor da *Revista Brasileira*	1895 – A Pesca na Amazônia
	1898-1916 – Diretor e professor da Escola Normal e do *Pedagogium* 1899-1915 – Jornal do Comércio 1901-1903 – Correio da Manhã 1912-1915 – O Imparcial	1899 – Cenas da Vida Amazônica – 2ª edição 1901-1907 – Estudos de Literatura Brasileira – seis séries 1906 – A Educação Nacional – 2ª edição 1907 – Que é Literatura? E Outros Estudos 1902 -1910 – Homens e Coisas Estrangeiras 1915 – Interesses da Amazônia
		1916 – História da Literatura Brasileira
		1936 – Letras e Literatos

Fonte: PRISCO, 1937; VERÍSSIMO, 1966.

A partir desta introdução destaco a maneira como este capítulo foi organizado em função do conjunto de *imagens* sobre a vida, a obra e a personalidade de José Veríssimo. A primeira parte, *Os contemporâneos*, consiste nas leituras elaboradas antes e depois da morte de Veríssimo, em 1916, na *emergência* entre os fatos da vida compartilhados com José

Veríssimo e as *imagens* da memória recente, após a sua morte. Já a segunda, *José Verissimo. Sua vida e suas obras*, agrupa as apreciações realizadas depois da publicação da biografia de Francisco Prisco (1937), em 1937, cuja narrativa era baseada nas *imagens* da memória legadas pelos *contemporâneos* e representou uma *defesa* da figura humana e intelectual de José Veríssimo. O terceiro segmento, *O Centenário*, seleciona as análises formuladas no contexto de comemoração do centenário de nascimento, em 1957, na qual houve uma *celebração* do seu legado e memória como principal crítico literário do passado. Por último, em *A Tradição da Impasse: a canonização da imagem*, apresenta o exame crítico da obra de João Alexandre Barbosa, de 1974, que produziu a *canonização* destas *imagens* como tese universitária.

Então, vamos às *imagens*. Ou, como disse Jacobina quando ia discorrer sobre sua promoção de alferes da Guarda Nacional: "Santa curiosidade! tu não és só a alma da civilização, és também o pomo da concórdia" (ASSIS, 1962 [1882], p. 347).

1.2 Os contemporâneos (1916)

Em 1897, na *Revista Brazileira*, sob o título "Os Nossos Academicos", Antonio Salles (1897) realizou a apresentação da vida e da obra dos quarenta membros da primeira instituição nacional dedicada às letras e à língua pátria: a Academia Brasileira de Letras. É interessante observar a exposição da carreira literária de José Veríssimo, diretor da revista, desde 1895, pois é representativa da projeção de *imagens* sobre sua vida, obra e personalidade. Antes de Veríssimo, Salles fazia a exposição de Sílvio Romero: "No tribunal da critica costuma o Sr. Sylvio Romero occupar, frequentemente, ora a cadeira de accusador, ora a de advogado: - a de juiz é que elle raramente occupa" (SALLES, 1897, p. 145). Neste tribunal, o papel de juiz era desempenhado com probidade e independência pelo:

> Sr. José Verissimo, porém, se conserva impassível nesta, quer se apresente a julgamento um amigo, quer um desaffecto. A sua franqueza, sempre igual para todos, tem sido interpretada como severidade systematica por aquelles que pelo seu excessivo melindre são levados a enxergar pessimismo preconcebido onde só ha *probidade* e *independencia* (SALLES, 1897, p. 146 – grifos meu).

Com esta credencial, Salles passou em revista atividades e obras publicadas[17] por Veríssimo no Pará e no Rio de Janeiro, representando "uma affimação constante de amor ás

[17] Todas as atividades realizadas e obras publicadas por José Veríssimo entre o Pará e o Rio de Janeiro, citadas por Antonio Salles, estão presentes no quadro biobibliográfico; utilizamos desta sistematização para tornar o texto menos carregado de informações repetitivas, pois, a maioria das *imagens* aqui analisadas, fazem uma

coisas pátrias, sobretudo as que se relacionam com o nosso desenvolvimento intellectual" (SALLES, 1897, p. 146). "O *educacionista*, o *ethologo* e o *critico* estão intimamente ligados na individualidade do Sr. José Verissimo" (SALLES, 1897, p. 146 – grifos meu), que não se limita a dirigir a revista, uma vez que fora responsável por várias colaborações distintas por "duas notaveis virtudes: - estylo puro, vigoroso e elegante e um perfeito conhecimento da technica literaria que lhe permite apreciar com criterio artistico qualquer producção até nos seus mais subtis detalhes de composição" (SALLES, 1897, p. 147).

As *imagens* de *educacionista, ethologo* e *critico* evocadas por Antonio Salles (1897) são importantes – sobretudo, a de *juiz independente* e *probo* – porque, provavelmente, passaram pela chancela de José Veríssimo. Ou seja, são *imagens autorizadas* sobre a carreira intelectual do diretor da revista. Embora Veríssimo quisesse manter a *imagem* de homem de letras polígrafo e erudito, e ao mesmo tempo uma *auto-imagem* de crítico independente, imparcial e com probidade literária, a posteridade registrou – principalmente, entre seus *contemporâneos* – a sua atividade como *crítico literário*. Criou-se uma *metonímia*: das miríades de interesses sociais, políticos e literários do intelectual polígrafo e de conhecimentos enciclopédicos, destacou-se *o juiz independente* e *probo* no tribunal da crítica. Esta *imagem* surgiu das páginas da *Revista Brazileira*, é deste *lugar* que Antonio Salles caracteriza a atividade de José Veríssimo no momento da inauguração da Academia Brasileira de Letras.

A segunda edição do *Scenas da Vida Amazonia* (a primeira é de 1886) foi publicada em 1899. Na nova edição, José Veríssimo suprimiu o estudo introdutório – *As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia* –, apenas mantendo os contos e os esbocetos (breves descrições de sujeitos da cultura popular amazônica). Procurou, talvez, emprestar uma maior fluidez literária ao livro, um tanto prejudicada pelo denso ensaio introdutório. Machado de Assis (1962 [1899]), no mesmo ano, escreveu uma resenha do livro, divulgada no *Gazeta de Notícias*. O autor de *Quincas Borba* colocava em relevo todos os méritos da obra, desde o título (que é exato, sem dizer tudo), os temas (acerca da natureza e dos costumes locais), a descrição densa e viva, a narrativa de "estilo correntio e vernáculo" até "uma nota de poesia, a graça e o vigor das imagens" de tão vasta região que o escritor paraense fez conhecer por meio da criação artística.

Machado (1962 [1899]) ainda fez duas observações que sublinham o *lugar* de Veríssimo neste momento de republicação, refletindo uma *imagem* do "Sr. Crítico". Na

---

articulação entre vida, obra e personalidade, portanto, a referência recorrente, além de desnecessária, deixaria o texto demasiado cansativo.

primeira afirma: "(...) O autor que *ocupa lugar eminente na crítica brasileira*, também, enveredou um dia pela novela, como Sainte-Beuve, que escreveu *Volupté*, antes de atingir o sumo grau na crítica francesa" (ASSIS, 1962 [1899], p. 721 – grifo meu). Na segunda defende que, "*Tal crítico, se tiver o mesmo dom de análise do Sr. José Veríssimo*, achará que um testemunho esclarecido é mais cabal que outro, e regulará os seus leitores, dando-lhes este depoimento feito com emoção, com exação e com estilo" (ASSIS, 1962 [1899], p. 721 – grifo meu)

No livro *El Brasil Intelectual – impressiones y notas literarias*, de 1900, o diplomata e literato argentino Martín García Mérou (1900), do capítulo IX ao XII, detém-se na apreciação da obra de José Veríssimo, na trilha iniciada por Antonio Salles e Machado de Assis. Demonstrava conhecer a biografia do intelectual paraense, listando alguns dos seus estudos, como "Primeiras Páginas", "Estudos Brasileiros" e "Cenas da Vida Amazônica", e reconhece as qualidades de Veríssimo na crítica literária: "Las cualidades distinguidas del talento de José Verissimo se destacan ampliamente en el *terreno de la critica*" (MÉROU, 1900, p. 99 – grifo meu), uma vez que "el escritor paraense muestra un espiritu serio, sobrio y cultivado al mismo tiempo". Mais adiante Mérou continuava:

> Benévolo sin condescendescencias culpables, erudito sin pedentaria, de preparación literaria solida y ideas moderadas y sensatas, ocupa hoy un lugar proeminente entre sus colegas brasileiros y ha sabido rodear su nombre de *indiscutible autoridad* (MÉROU, 1900, p. 99-100 – grifo meu).

Da produção de José Veríssimo, "sus libros, en efecto, abordan los temas más diversos y pasan con facilidad de la critica al comentario político, á la reflexion filosófica ó á la investigación etnografica" (MÉROU, 1900, p. 121). Entre as obras lidas a que mais fascinou Mérou foi *Cenas da Vida Amazônica*, por considerá-la a obra mais *nacional*, uma vez que representa a realidade brasileira, por meio de um estudo da psicologia das populações nativas da região norte e da representação artística e real desta mesma região. O capítulo XII é dedicado ao estudo do *Cenas*, no qual Mérou inicia assim:

> Sin ir tan lejos ni aspirar á tanto, leyendo las *Escenas de la vida amazónica*, confieso que he sentido deseos veementes de conocer al índio José Tapuio, y que me sentiria feliz compartiendo con D. Portirio Espírito Santo da Silva, *el tambaqui moqueado* ó 'poisson grillé' de la cocina obidense, la *manicoba* preparada com *trippes de paca* y albóndigas de mandioca: y después de aquella buena refacción, extendiéndome em la hamaca 'colgada en uno de los rincones del corredor, con el largo cachimbo apretado en los lábios, esperando que la negrita viniera á encenderlo (MÉROU, 1900, p. 127 – grifos do autor).

Ou seja, ao ler o *Cenas*, Mérou gostaria de sentar-se à mesa e tirar uma sesta como um autêntico caboclo amazônico. Esse entusiasmo se estende nas impressões de leitura e citação copiosa dos trechos de cada um dos contos que compõe o livro, na ordem, "O boto", "O crime do tapuio", "O voluntário da pátria" e "A sorte de Vicentina". Como é possível observar, as credenciais de Veríssimo como *escritor* e *crítico literário*, e o apontamento do *Cenas* como uma obra de *literatura nacional*, são interessantes indícios da forma como a obra de José Veríssimo foi lida por um *intelectual latino-americano* – no caso, argentino – sempre pontuando as qualidades de Veríssimo no registro da nacionalidade brasileira.

Cenas também é objeto de comentários, não tão entusiásticos como os de Mérou, de Carlos Magalhães de Azeredo (1902), no capítulo "Um crítico nacional", do *Homens e Livros*, de 1902. Na ocasião, dois volumes de *Estudos de Literatura Brasileira* haviam sido publicados e o *Cenas*, em 1899, conhecia a segunda edição. Nesta obra, conforme Azeredo, Veríssimo demonstrara as técnicas de escritor de ficção: as qualidades descritivas, de lucidez e franqueza, apesar da secura realista, das paisagens naturais e dos tipos rudes e "selvagens" do interior amazônico. "(...) contou-me alguem que o velho Ramalho Ortigão [renomado crítico português do século XIX]", testemunhou Azeredo, havia ficado "deslumbrado" com sua leitura, não apenas por seu mérito literário, "mas também por essa revelação de um meio tão extranho, tão distante".

E continuava Azeredo:

> Relendo hoje as *Scenas da Vida Amazónica*, temos o direito de lastimar que o autor abandonasse repentinamente o rumo em que ia, deixando-nos esse livro sómente como um *tributo de mocidade* á literatura creadora. Podemos, porém, consolar-nos ponderando a superior utilidade, especialmente no nosso ambiente intellectual, da *missão* que elle preferiu desempenhar, dedicando-se-lhe com vigor e perseverança nada vulgares.
>
> Uma das mais graves deficiências da vida literaria no Brasil é seguramente a *escassez de críticos* – digo de críticos que mereçam esse nome e se compenetrem das múltiplas difficuldades e exigencias de seu officio. (AZEREDO, 1902, p. 260 – grifos meu)

Veríssimo transformara-se de *escritor de ficção* em *crítico literário*, cumprindo, assim, uma *missão* diante de um contexto marcado pela falta de críticos dedicados ao ofício. *Cenas* é uma *obra da juventude* vivida no Pará, na qual retratava, com qualidades singulares de escritor, aquele ambiente exuberante em natureza e exótico em gentes, distante e estranho. Carlos Magalhães de Azeredo (1902) é o primeiro, entre os *contemporâneos* de Veríssimo, a fazer uma leitura sobre sua obra que explique a notoriedade como crítico literário, em termos

de *missão*. Neste caso, *Cenas* é um trabalho de mocidade, cujas características ficcionais não perduraram na carreira do escritor; assim como a temática amazônica, dedicado que estava Veríssimo, no presente da escrita de Azeredo (1902), à crítica literária e à literatura brasileira.

Isto posto, Azeredo (1902) referia o trabalho de Veríssimo como crítico literário fixo e remunerado, algo raro na época, no *Jornal do Commercio* – transformando-o, com suas colaborações, em uma "verdadeira *Revista Literaria*" (AZEREDO, 1902, p. 262 – grifo do autor) – e como diretor da *Revista Brazileira*, cuja existência foi brilhante, já que reunia colaboradores de diferentes posições políticas e credos literários, a serviço das letras nacionais. Além disso, o intelectual paraense também foi responsável pela fundação da Academia, que, até aquele momento, em 1902, havia conquistado seu lugar na vida nacional, e a *Revista Brazileira* já não mais existia. Conforme Azeredo, diante das dificuldades, José Veríssimo não desanimava, parecia cumprir uma *missão*:

> Entretanto, o Sr. José Veríssimo não desanima; vae prosseguindo, com uma energia serena e impassível, no desempenho da *missão* que se impoz. Busquemos estudar, com o mesmo espírito que o anima, a sua individualidade, e a sua ação como fator do nosso progresso intellectual (AZEREDO, 1902, p. 264 – grifo meu).

No desempenho dessa *missão*, algumas características da individualidade de José Veríssimo se destacaram: sinceridade, independência, o "hábito de dizer a verdade", não ser polemista, ser um homem de caráter, ter uma competência incontestável, ser um homem instruído e erudito; bem como, a falta de simpatia e o pessimismo. Quanto à sua ação, a reflexão diz respeito a severidade dos seus julgamentos críticos: "[...] soem estes a estimular os homens de valor a produzir mais e melhor, conquistando o aplauso público e a consagração dos seus pares á fôrça de merecimento" (AZEREDO, 1902, p. 273).

José Veríssimo também recebeu censuras ao seu trabalho de crítico. Entre elas, as de maior repercussão, pela própria exuberância de suas polêmicas, saíram da pena de Sílvio Romero. Iniciada em 1906, no *Compêndio de história da literatura brasileira*, escrita junto com João Ribeiro; e finalizada, em 1909, no *Zeverissimações ineptas da crítica*. Todavia, de acordo com Roberto Ventura (1991)[18], na polêmica com Veríssimo há antecedentes e reverberações de uma polêmica anterior, movida contra Machado de Assis[19]. Na verdade,

[18] Consultar, especialmente, os capítulos 4 e 5, respectivamente, "O caso Machado de Assis" (p. 95-107) e "A morte da polidez" (p. 108-120).

[19] Em 1878, no prefácio do livro de poesias *Cantos do fim do século*, Romero postulara as diretrizes de uma "moderna poesia", baseada nas ciências naturais e na crítica histórica, cujos métodos e rigor formariam uma nova inspiração poética, e em oposição a verve romântica, emergiria uma poesia científica. Como poeta, Machado identificou a fragilidade desta proposta literária, expondo suas críticas no artigo *A nova geração* na

ambas consistiram, por diferentes formas de argumentação literária e ofensas pessoais, na defesa do projeto crítico de Sílvio Romero – o critério nacionalístico –, ao qual Machado e Veríssimo haviam incorrido na insolência de se oporem com seus trabalhos literário e crítico. Em outras palavras, os romances do escritor fluminense não contribuíam para a *formação* da nacionalidade e as apreciações críticas do intelectual paraense não avaliavam para *conhecer* a pátria.

Havia entre Silvio Romero e José Veríssimo uma divergência entre projeto de história literária e linguagem crítica. Até 1894, Veríssimo e Romero compartilhavam os pressupostos da crítica naturalista, porém, daí em diante, o primeiro inclinou-se para a crítica impressionista, ao passo que o segundo se manteve no mesmo escrutínio crítico por toda sua carreira intelectual. Na publicação da segunda edição de *História da Literatura Brasileira*, de 1902, Veríssimo escreveu uma resenha crítica – inclusa no *Estudos de Literatura Brasileira* – congratulando a obra como um grande acontecimento literário, em razão de sua abordagem sociológica da literatura, ao passo que fazia alguns apontamentos críticos sobre o conceito amplo de literatura, a inexatidão da periodização literária, a falta de imparcialidade e dos marcos de origens da história literária. Neste último aspecto, sublinha Ventura (1991), residia o maior ponto de desavença. Veríssimo considerava que Francisco Adolfo de Varnhagen, na introdução ao *Florilégio da poesia brasileira*, de 1850, havia estabelecido uma tradição de escrita da história literária, vinculando as demais produções posteriores de Ferdinand Wolf, Norberto Silva, Fernandes Pinheiro... e Silvio Romero (VENTURA, 1991)

Revista Brazileira, em 1879; segundo ele, o interesse pela ciência não deveria limitar a produção poética com uma camisa de força de terminologias e pedantismo, pois, no prefácio em questão, não havia uma definição de linguagem poética, revelando a incongruência entre pensamento e expressão. Demorou alguns anos, mas o brioso intelectual sergipano escreveu sua resposta, com a ira que lhe era peculiar, em 1897, no *Machado de Assis. Estudo comparativo de literatura brasileira*. A comparação aqui estabelecida com a obra de Tobias Barreto – a régua mais atual e avançada da cultura literária para Sílvio Romero, a medida com a qual mensurava tudo e todos em suas críticas e polêmicas –, buscava revelar muito mais os contrastes que as semelhanças. Do ponto de vista literário, a obra de Machado de Assis, conforme Romero, na escala evolutiva da literatura brasileira, era um misto de duas escolas ultrapassadas, o romantismo e o classicismo. Deste modo, não contribuía para formar a nação, retratando as características da natureza e do povo. Aliás, nesse sentido, criticou com veemência a ironia e o humor da obra machadiana "imitados" da literatura inglesa e alemã, uma vez que eram incompatíveis com o caráter racial brasileiro, pois os autores daqui eram mais inclinados à sátira e ao paradoxo, caracteres adquiridos da adaptação do caráter português no meio tropical. Essas observações eram acompanhadas por vezes de ofensas pessoais, por exemplo, de considerar Machado um representante da "sub-raça brasileira cruzada" (no caso, um mulato), em cujas obras, devido a sua "psicologia mestiça", haveria em suas obras uma minguada força imaginativa e escassas descrições da paisagem, bem como a titubeante construção do vocabulário e da frase. Para Roberto Ventura, tais apontamentos de antropologismo obtuso deviam-se a incompreensão da linguagem literária de Machado de Assis, totalmente inovadora para as receitas literárias do realismo-naturalismo de então, revelando, por sua vez, na utilização de critérios científicos para justificar os seus gostos e preferências, a oscilação na crítica literária no final do século XIX entre uma postura de cientificismo naturalista, e suas pretensões a imparcialidade e o rigor, bem como o impressionismo subjetivista, cônscia dos limites dos métodos adotados e o gosto do crítico.

Romero, obviamente, não recebeu bem as críticas, às quais respondeu no *Compêndio* (1906). Para quem reivindicava com a sua *História* o lugar de *fundador* da história literária, tais críticas soavam como uma afronta aos seus trabalhos, uma vez que se reputava a si próprio o introdutor do critério etnográfico e da teoria da mestiçagem, do estudo da poesia popular e da inclusão de todos os gêneros/autores/obras na história literária. Por isso, considerava que a introdução de Varnhagen, além de não ter esses atributos, era incipiente de caráter filosófico e critérios sistemáticos na abordagem da história literária.

Conforme Roberto Ventura (1991), José Veríssimo conferia as inovações evocadas por Romero ao ensaio de Varnhagen – a essas críticas de Romero, Veríssimo respondeu-as no "Sobre alguns conceitos do sr. Silvio Romero", incluso no *Que é Literatura?*, de 1907. Tais questões de prioridade e precedência eram de importância imprescindível para a concepção evolucionista de Romero, pois a representatividade de autor/obra dependia da sua ordem de inserção na evolução cultural brasileira. A primeira edição da *História* de Romero é de 1888, enquanto que o ensaio de Varnhagen é de 1850, por isso, para ser *fundador* da história literária, era necessário desqualificar o trabalho de Varganhen em favor do seu, o marco fundador da moderna história literária no Brasil.

Em 18 de dezembro de 1906, Sílvio Romero pronunciou o discurso de recepção de Euclides da Cunha, na Academia Brasileira de Letras. Por sua vez, Euclides cumpriu as formalidades da consagração, tecendo elogios a Valentim Magalhães e Castro Alves, respectivamente, o antecessor e o patrono da cadeira. Romero, fugindo a praxe, fez críticas a Valentim Magalhães, Castro Alves, ao governo, aos anarquistas etc. Nelas, reafirmava o valor e superioridade da obra de Tobias Barreto, pois esta havia sido obscurecida em favor de Castro Alves por uma "crítica de arribação". José Veríssimo identificou-se como membro desta "crítica", considerando a afirmação uma ofensa pessoal por ter colocado em questão a sua *probidade literária*, cuja resposta foi publicada no "Post scriptum" no *Que é Literatura?*, de 1907 (VENTURA, 1991).

Por suas diferenças de linguagem crítica, nos embates entre a crítica naturalista e impressionismo crítico, Romero escreveu *Zeverissimações ineptas da crítica*, de 1909: do ponto de vista literário, a crítica de Veríssimo era totalmente destituídas dos conhecimentos indispensáveis das disciplinas científicas, da erudição literária e da especulação filosófica; do ponto de vista pessoal, as críticas de Romero transformavam-se em ofensas, ao chamá-lo de "Sainte-Beuve peixe-boi" e "crítico das tartarugas", até o ponto de fazer ilações de caráter racial, a respeito da vulnerabilidade intelectual do mestiço (VENTURA, 1991).

As críticas de Ronald de Carvalho na seção "História e Crítica", do capítulo "O Naturalismo", no *Pequena História da Literatura Brasileira*, de 1919, assumiram um tom menos recriminativo. A sexta edição, de 1937, é introduzida por um prefácio de Medeiros e Albuquerque, cuja intenção era situar o "grande livro" de Ronald de Carvalho diante dos predecessores na escrita da história literária, principalmente, Sílvio Romero e José Veríssimo.

Segundo Medeiros e Albuquerque (1937), enquanto Romero tinha virtudes e defeitos muito marcados, como uma maior inclinação à síntese do que à análise, sendo melhor expositor de generalidades do que um julgador de personalidades – a primeira parte da sua *História*, em que expôs os "fatores de literatura", seria melhor que a segunda, que tratava de autores/obras com critérios que variavam conforme seu temperamento –, Veríssimo, menos apaixonado que Romero, tinha critérios mais rígidos de apreciação, que, por vezes, eram bem estreitos. Assim, dois defeitos se destacavam no intelectual paraense: "a absoluta incapacidade de julgar tudo o que diz respeito á poezia" e "uma grande ignorancia de couzas de ciencia e filozofia" (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1937, p. 12) – concordando aqui com Sílvio Romero. Nas críticas de Ronald de Carvalho à José Veríssimo, conforme Medeiros e Albuquerque (1937), havia muita generosidade ao dizer que o trabalho de Veríssimo mirava mais as obras do que os autores: "O que ha é que elê dissimulava melhor" (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1937, p. 12)

Ronald de Carvalho, não obstante considerasse Veríssimo filiado a grandes críticos do século XIX, como Sainte-Beuve e Bruetière, chamando-o de "critico objetivo" por centrar suas análises nas particularidades das obras. Outro aspecto interessante é o apontamento de que a principal limitação do seu trabalho crítico assentava-se na sua maior característica: a objetividade de apreciação das particularidades das obras, deslocadas dos "phenomenos sociologicos" geradores dos "epiphenomenos artisticos, scientificos e literarios", "não auscultava as raizes intimas das obras, tomava-a como um ponto de referencia entre muitos outros, e, insulando-a inteiramente, julgava-a por si mesma" (CARVALHO, 1937, p. 329). Tal observação não impedia de reconhecer – segundo o prefaciador, com alguma generosidade – alguns atributos da obra e personalidade de Veríssimo: "José Verissimo tem uma qualidade fundamental, que ressalta de qualquer estudo seu, que está em todos os seus conceitos e em toda a sua produção: *a honestidade escrupulosa*" (CARVALHO, 1937, p. 327-328 – grifo meu); "A *honestidade* dos seus conceitos marcou-lhe, entretanto, um logar symphatico em nossas letras, que elle amou e servio com *independencia*, criterio e boa vontade" (CARVALHO, 1937, p. 329-330 – grifos meu)

Laudelino Freire (1911), por sua vez, talvez tenha realizado o mais feroz – tão ou mais feroz que Sílvio Romero – conjunto de observações críticas à figura de José Veríssimo, no livro *Um crítico e um poeta*, de 1911. Tal conjunto debruçou-se sobre seu trabalho crítico, destacando sua atuação no *Jornal do Commercio*, na *Revista Brazileira* e na Academia Brasileira de Letras.

Para Freire (1911), Veríssimo era um "escriptor útil" nos seus estudos dedicados à história, literatura, etnografia e educação nacional – citando como exemplos, o *Scenas da Vida Amazonica* e *A Pesca na Amazônia*. Todavia, "Quem lê depois em qualquer de suas chronicas já lhe não pode conceder aquelles mesmos títulos" (FREIRE, 1911, p. 8 – grifos do autor). Isto é, embora fosse um historiador, etnólogo e educador razoável, não passava de um crítico medíocre, de apreciações sem valor e presunçosas, cuja parcialidade audaciosa e calculadamente pessimista rendeu-lhe inúmeros desafetos.

Na verdade, enquanto crítico "foi um *produto de si mesmo*, iniciado na Revista Brasileira, alentando posteriormente pelas casas editoras e Jornal do Commercio e por último integralizado pela academia de letras" (FREIRE, 1911, p. 11 – grifo meu), cuja aspiração fundamental era ser "*crítico dirigente* de todo o movimento intellectual de sua pátria" (FREIRE, 1911, p. 17 – grifo meu). Suas verdadeiras aptidões estavam no "domínio da publicidade", no elogio de obras e destruição de reputações literárias, pois, ao assumir aquelas tribunas de destaque, buscava "organisar grupo, destacar os distinctos e proclamar immortaes" (FREIRE, 1911, p. 13).

Os apontamentos de Laudelino Freire (1911), ao revelar o espírito de grupo e a tendência ao favoritismo que motivaria a crítica de Veríssimo, não estavam sozinhos na denúncia dos jogos políticos e literários do grupo organizado na *Revista Brazileira*, núcleo fundador da Academia Brasileira de Letras. Conforme Roberto Ventura (1991, p. 102-103), Sílvio Romero, no bojo de suas críticas à Machado de Assis, também combatia todas as formas de panelinha literária, sobretudo, do grupo liderado por este, um verdadeiro clã, uma turma de medalhões, cujas senhas de inclusão e exclusão, estabeleciam as linhagens para uma política dinástica na literatura.

No entanto, diferente de Laudelino Freire, por coincidências extemporâneas dignas do intelectual sergipano, Sílvio Romero era integrante do grupo de Recife, e suas críticas a Machado investiam-se de uma oposição, entre o movimento pernambucano e o grupo fluminense, organizado na Livraria Garnier e na rua do Ouvidor. Distinguindo-se, segundo Romero, pela posição privilegiada na capital federal e sua preferência pela cultura francesa, uma vez que seu grupo se arrogava introdutor da cultura germânica no Brasil – sem esquecer,

é claro, Romero participava do chá das cinco da *Revista Brazileira* e era integrante de uma das 40 cadeiras dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. De todo modo, estes indícios assinalam que as *imagens* produzidas de *probidade*, *honestidade* e *independência* do trabalho crítico de José Veríssimo tinha como núcleo irradiador a Academia Brasileira de Letras, a fábrica de *consagração* e *imortalidade*.

Por ocasião da morte de José Veríssimo, em 2 de fevereiro de 1916, José Maria Bello (1917) escreveu um artigo em sua homenagem no dia 11 de fevereiro, publicado nas páginas do *Jornal do Commercio*, e depois republicado, no ano seguinte, no livro *Estudos criticos.* "A incipiente litteratura nacional perde nelle o seu mais alto, quiçá, o seu *unico critico*", e perguntando em seguida, "[...] quem lhe aceitará a herança?", de desempenhar "sacerdocio das lettras", de "cumprir a nobre missão de critico, ensinando e esclarecendo", uma vez que "José Verissimo encontrára o caminho do seu espirito; *nascera para critico*" (BELLO, 1917, p. 5-6 – grifo meu).

Este tom elogioso de homenagem póstuma percorre todo o texto e parece responder algumas críticas feitas ao falecido intelectual. Alguns interpretavam como pessimismo, de acordo com José Maria Bello (1917), era apenas a forma de crer e agir de um áspero moralista, de um esteta. Veríssimo não era "frio" ou "distante", apenas tinha grande reserva. Na intimidade, tinha um espirito alegre e cheio de humor, por vezes dotado de sarcasmo. Consideravam-no incapaz de "idéas geraes", por se ocupar de minucias e detalhes, de "questiunculas grammmaticaes". Se Veríssimo não foi um filósofo, desempenhou o papel de agitador de ideias, de larga cultura, capaz de tudo apreender e tudo compreender. Bello (1917) citava ainda um artigo escrito por Veríssimo sobre Bergson, no jornal *O Imparcial*, digno de um filósofo.

Quanto às comparações, "Nenhum outro escriptor no Brazil teve as qualidades de critico de José Verissimo, nem Araripe Junior, nem Sylvio Romero" (BELLO, 1917, p. 12), porque o primeiro era mais um "curioso" e um "impressionista", e o segundo, mais um "divulgador", um "pamphletario". Termina o texto afirmando: "[...] essas pobres linhas valham apenas como o signal de uma saudade muito viva e da homenagem que lhe devia" (BELLO, 1917, p. 13).

"Com a morte de José Verissimo, perderam as Lettras Brasileiras um dos seus mais bem dotados, mais autorizados, mais conscienciosos cultores" (JORNAL DO COMMERCIO, 6 de fevereiro de 1916, p. 1), assim iniciava o folhetim "Dominicaes", no *Jornal do Commercio*, de João Fusco, quatro dias depois da morte de José Veríssimo. Para Luso (1916), o intelectual paraense não pertencia à categoria dos críticos que haviam falhado na carreira de

escritor, pois quando "adoptou tão exigente, melindrosa *missão*, era um escriptor consagrado" (JORNAL DO COMMERCIO, 6 de fevereiro de 1916, p. 1 – grifo meu).

Com *Cenas da Vida Amazônica*, revelava as qualidades de novelista, admiradas com entusiasmo por Ramalho Ortigão – referência realizada anteriormente por Carlos Magalhães de Azeredo. No *Pesca do Amazona* (sic) – o correto é *A Pesca na Amazônia* –, Veríssimo abandonava a ficção em favor da observação rigorosa dos costumes. João Luso também citou o *Estudos Brasileiros* e a *Educação Nacional*, obras nas quais demonstrava suas aptidões de pedagogista, sociólogo e patriota. No rodapé da homenagem póstuma, encerrava assim João Luso, "nos limitámos a estudar a sua feição de *critico litterario*, aquella com que mais nos poderiamos ter familiarizado através dos artigos de revista ou de jornal, ácerca de livros que tambem nós leramos e meditamos" (JORNAL DO COMMERCIO, 6 de fevereiro de 1916, p. 1 – grifo meu)

O "Adeus" da Academia Brasileira de Letras a José Veríssimo, escrito por Filinto de Almeida (1930), seu diretor na ocasião, foi publicado em março de 1930 na revista da instituição – não possuo informações se foi publicado em algum número anterior da revista. O texto situava, ao participar do núcleo de fundação da instituição, a intenção de Veríssimo de enobrecer a profissão das letras, tão malquista na "metropole cosmopolita e indiferente". Louvava a capacidade de iniciativa, a inteligência, a cultura do intelectual paraense. Considerava que aquele não era momento para fazer elogio literário do escritor e crítico. Mais de uma vez, Almeida afirmou naquelas linhas que José Veríssimo nada devia à Academia, "a Academia lhe devia a ele quazi tudo o que hoje é e o que hoje vale" (ALMEIDA, 1930, p. 327). Lamentava seu afastamento e a sua ausência se fazia sentir. "Mas nem por isso a Academia lhe é menos grata, nem menos honrará a sua memória e o seu nome" (ALMEIDA, 1930, p. 327).

Ainda no âmbito da Academia Brasileira de Letras, a vida e a obra de José Veríssimo foram objeto de apreciações no discurso de posse de Alberto Faria, na cadeira nº 18, no lugar de Barão Homem de Melo, em 6 de agosto de 1919. O mesmo correu nos "Perfis Academicos" da cadeira nº 18, fundada por José Veríssimo, realizado por Arthur Motta, na Revista da Academia Brasileira de Letras, de março de 1930.

Praxe dos discursos de posse da Academia era a realização de um breve histórico dos ocupantes anteriores. Até a posse de Alberto Faria (1964 [1919]), os ocupantes haviam sido José Veríssimo e Barão Homem de Melo. A partir de uma reconstituição biobibliográfica, Farias pretendia em seu discurso apresentar a fisionomia do pioneiro "da civilidade e do civismo no Brasil", já reconhecendo que Veríssimo, dedicara-se "desde a juventude à crítica e

à história de nossas letras" (FARIA, 1964 [1919], p. 879). Assim sendo, tratou de expor a trajetória intelectual de Veríssimo, no Pará e no Rio de Janeiro.

As Raças Cruzadas no Pará, estudo incluído no livro *Primeiras Páginas*, de 1878, conforme Alberto Faria, havia sido escrito pela influência de Ferreira Pena, geógrafo mineiro radicado no Pará, que fez surgir o interesse em José Veríssimo para os assuntos relacionados a etnologia. Apontava ainda Faria que o estudo *A Literatura Brasileira, sua formação e destino*, incluído também no *Primeiras Páginas*, coincidia com as ideias de Sílvio Romero nos artigos publicados na *Revista Brasileira*, 2ª fase, de 1881, e depois comporia os primeiros capítulos do *História da Literatura Brasileira*, de 1888. Essa coincidência aconteceu, sem Veríssimo ter conhecimento, até aquele momento da obra de Sílvio Romero, uma vez que ambos utilizavam em seus trabalhos literários, os critérios de análise de Martius, assim, "sem disputa de originalidade, irritante por inútil" (FARIA, 1964 [1919], p. 882). E continua Faria: "Isso explica o que escreveu êle **d'O conto popular** e **d'A poesia popular brasileira**, no **O Liberal do Pará**, de janeiro de 1879, antes portanto da publicação na **Revista Brasileira** de idênticos trabalhos do crítico sergipano" (FARIA, 1964 [1919], p. 882 – grifos em negrito do autor).

Uma vez no Rio de Janeiro, a partir de 1891, Alberto Farias afirmava que Veríssimo já iniciara o seu trabalho como crítico literário no *Jornal do Brasil*, de propriedade de Rodolfo Dantas, onde escrevia um rodapé todas as segundas-feiras. Parte destas colaborações compôs a 2ª série dos *Estudos Brasileiros*, de 1894. Além disso, o intelectual paraense ainda escreveu artigos sobre a Amazônia, entre agosto e setembro de 1891, publicados em 1892, com o título *A Amazônia*. Outros trabalhos sobre a região ainda sairiam da pena de Veríssimo nos próximos anos: *A Pesca na Amazônia*, de 1895; *Pará e Amazonas – Questões de Limites*, de 1899; e *Interesses da Amazônia*, de 1915. Nesse sentido, comentava Alberto Farias: "(A propósito e em parênteses, convém frisar que, sem ridículos pruridos de **provincianismo**, José Veríssimo amou sempre a zona de sua procedência; jornalista de renome na capital do país, continuava a enaltecer-lhe a imprensa, escrevendo n'**A Província do Pará**, n'**A Republica** e n'**O Comércio do Pará**)" (FARIA, 1964 [1919], p. 896 – grifos em negrito do autor). Alberto Faria foi um dos poucos *contemporâneos* de Veríssimo que apresentou uma visão equilibrada de sua trajetória intelectual, sem inclina-se apenas na análise de sua atividade de crítico literário.

Por sua vez, no "Perfis Academicos", escrito por Arthur Motta (1930), há o mesmo tipo de leitura realizada por Carlos Magalhães de Azeredo (1902): a busca da *gênese* do crítico literário na trajetória intelectual de Veríssimo – algo apontado por Farias, mas sem

tanto desenvolvimento. Outro ponto que os aproxima é a referência às mesmas obras de Veríssimo que abordaram a Amazônia. Ambos ainda apresentam copiosas informações fatuais sobre a vida de Veríssimo – algo apenas observado na biografia de Francisco Prisco (1937), objeto de nossa discussão no próximo tópico.

Conforme Arthur Motta (1930), *Primeiras Páginas* representa "as primeiras manifestações do critico", mas não deixam de ser "méra curiozidade bibliográfica" (MOTTA, 1930, p. 14). *Cenas da Vida Amazônica* é o seu melhor livro subordinado, senão o único, ao gênero da ficção. Esta obra configurava-se em um tributo ao naturalismo, uma leitura regional da realidade nacional, no qual retratava os costumes, a linguagem e a psicologia do caboclo amazônico. O livro foi bastante elogiado por Machado de Assis, Ramalho Ortigão e João Ribeiro. "Deu-lhe nome o livro; consolidou-lhe a reputação de *escritor genuinamente brazileiro*. Nada falta á concepção para dar á obra o *caracter nacional* e o *sabor de regionalismo* bem compreendido" (MOTTA, 1930, p. 15 – grifo meu).

Mesmo bem-sucedido na novela, como foram bem-sucedidos Araripe Júnior no romance de costumes e nas crônicas, e Sílvio Romero na poesia, José Veríssimo estava explorando um gênero estranho às suas aptidões já manifestadas para a crítica literária. "Com essa especialidade ele se revelou na literatura brazileira, publicando as seguintes obras: *Estudos Brazileiros*, em 2 vols.; *Estudos de Literatura Brazileira*, em 6 vols.; *Homens e coizas estrajeiras*, em 3 vols.; *Que é literatura?* e *Historia da Literatura Brazileira*" (MOTTA, 1930, p. 16 – grifo do autor). Era neste gênero, segundo Motta, que a sua atividade intelectual deveria ser apreciada.

Estes estudos revelaram a sua *evolução* como crítico e o alargamento de sua capacidade de julgamento estético, segundo os processos da crítica moderna, apurando a sua cultura científica e filosófica, já apresentando, por sua vez, um programa da nacionalidade brasileira. Nesse sentido, comparada a sua crítica com a de Araripe Júnior e Sílvio Romero, "Ao primeiro seduzia a cultura filozofica; ao segundo atraia a ilustração enciclopedica; ao terceiro [José Veríssimo] cativava a *função de juiz*, estribado em conhecimentos científicos" (MOTTA, 1930, p. 17 – grifo meu).

Contudo, conforme Motta (1930), foi nos seis volumes de *Estudos de Literatura Brazileira* que Veríssimo firmou-se como crítico autorizado e respeitado, representando o melhor de sua obra. Os artigos que compõem esses volumes foram originalmente publicados nas páginas do *Jornal do Commercio* e na *Revista Brazileira*. Estes estudos apresentam todas as qualidades que distinguiram o seu trabalho intelectual enquanto crítico: probidade, vasta ilustração, severidade, independência.

Em alguma medida, Arthur Motta (1930) sintetizava vários elementos que foram levantados pelas leituras anteriores sobre a obra de José Veríssimo, acentuando como um traço fundamental a *emergência* da *imagem* de crítico literário: fosse para elogiá-lo, fosse para detratá-lo, houve a preocupação de demarcar a *gênese* e estabelecer a *missão* do "Sr. Crítico". E tal operação pautava-se ainda na apresentação *caudatária* de outras dimensões de sua obra, como aquelas dedicadas a educação e a análise da Amazônia. Talvez essa seja a característica mais marcante dos *contemporâneos* de José Veríssimo, lendo o conjunto de sua obra. Alguns deles apresentam maior ou menor conhecimento sobre fatos de sua vida que auxiliam na leitura dos seus estudos. Este ponto, acredito, seja algo distintivo das leituras dos seus trabalhos a partir da publicação da biografia *Jose Verissimo, sua vida e suas obras*, de Francisco Prisco, de 1937.

1.3 "José Verissimo. Sua vida e suas obras" (1937)

Com os títulos "José Verissimo – O Crítico Literário" e "José Verissimo", publicados em página inteira, respectivamente, em 25 de dezembro de 1930 e 19 de abril de 1931, no *Jornal do Commercio*, foram expostos fragmentos do trabalho ainda em produção[20], até aquele momento, de Francisco Prisco. O primeiro excerto tratava da vida de José Veríssimo no Pará – a parte introdutória do livro, posteriormente. O segundo, sobre a atividade crítica e a intimidade de José Veríssimo – fragmentos do que viria a ser o 5º capítulo "José Verissimo – O Crítico" e o 7º capítulo, "José Verissimo – O Homem íntimo".

Esta exposição de partes da obra em produção apresenta indícios da capacidade de *circulação*, fazendo com que seu conteúdo ficasse mais conhecido do público e mais procurado depois de publicado em livro. Ao mesmo tempo, revela *propriedades* da sua escrita, com uma redação fluída de parágrafos curtos, abundante em citações e escasso em referência das fontes. Em plena década de 1930, segue ainda o esquema de publicação em

[20] Foram identificados apenas estes dois excertos publicados em jornal, localizados na Hemeroteca do Arquivo dos Acadêmicos, na coleção José Veríssimo, da Academia Brasileira de Letras. É muito provável que haja outros fragmentos publicados na imprensa. De todo modo, estes dois fragmentos são representativos da forma de produção e capacidade de penetração nos meios intelectuais da época. Sobretudo, por ser a primeira biografia mais sistemática escrita sobre José Veríssimo, ultrapassando o limite das seis colunas do jornal de boa parte das notas biográficas – geralmente, circunstâncias e comemorativas – e assentando-se como *obra de referência* pela acuidade das informações e pela *imagem* construída sobre a trajetória de José Veríssimo – embora, por vezes, seja bastante laudatória e condescendente com o seu biografado, quase assumindo a tribuna da *defesa*, ou como próprio Prisco afirmou nas conclusões: o seu desejo de fazer *justiça* na posteridade a um sujeito tão injustiçado em vida.

vigência no século XIX: o intervalo entre a página do jornal e a brochura do livro – o mesmo intervalo de publicação da totalidade da obra escrita de José Veríssimo.

Francisco Prisco (1937) publicou 21 anos após a morte de Veríssimo o livro intitulado: *José Verissimo. Sua vida e suas obras*[21] representou uma *inflexão* na fortuna crítica sobre Veríssimo, ao dialogar com parte considerável dos seus *contemporâneos* e compor uma *imagem* da sua trajetória e obra. A partir de então, tornou-se referência para a maioria dos trabalhos que abordassem crítica literária no Brasil em geral e os estudos de José Veríssimo em particular. A sua contribuição foi construir uma narrativa sobre os principais acontecimentos da vida de José Veríssimo e as suas respectivas produções intelectuais, utilizando, para isso, as categorias de *destino* e *vocação*: o "Sr. Crítico" seria o ápice de uma carreira intelectual, cujas primeiras manifestações no Pará apenas precipitariam a sua inclinação definitiva como grande estudioso da literatura brasileira no Rio de Janeiro. Francisco Prisco procurou, a luz dos acontecimentos biográficos, investigar a *psicologia do autor*: a *obra* copiosa e rigorosa como desdobramento direto da *personalidade* independente e honesta.

Desta forma, é bastante reveladora a abordagem de Francisco Prisco (1937) sobre as obras de Veríssimo produzidas no Pará e no Rio de Janeiro em relação à Amazônia. Do Pará, comentou, principalmente, *Primeiras Paginas* e S*enas da Vida Amazonica*, ambas "produções da juventude" (PRISCO, 1937, p. 14). No *Primeiras Paginas*[22], de 1878, era possível observar "os inevitáveis defeitos dum trabalho de estréa", embora evidenciassem "o homem *destinado* á sedutora convivencia com os livros" (PRISCO, 1937, p. 12-13 – grifo meu). Embora, essa mesma obra tenha "só o *merito da prioridade* que, como se sabe, é em letras

[21] PRISCO, Francisco. *José Verissimo. Sua vida e suas obras.* Rio de Janeiro: Brigueit, 1937. A estrutura de capítulos é a seguinte: "I – José Verissimo", "II – O contista", "III – O pedagogo", "IV – Opera minor", "V – O Critico", "VI – A Revista Brasileira" e "VII – José Verissimo intimo".

[22] O livro é divido em três partes, a saber: a) Viagens ao sertão; b) Quadros paraenses; c) Estudos. "Visita à Monte Alegre" e "Do Pará a Óbidos", contidos em "Viagens ao sertão", são as impressões de viagem pelo oeste do Pará, região natal de José Veríssimo, nascido no município de Óbidos. "Quadros paraenses" são breves perfis sobre situações, manifestações artísticas e tipos característicos da Amazônia: "O Serão", "A Lavadeira", "O Lundun", "Indo para a Seringa", "Voltando da Seringa" e "A Mameluca". E "Estudos", é compreendido por dois ensaios, um histórico-etnográfico e outro crítico literário, respectivamente, "As raças cruzadas no Pará" e "A literatura brasileira – sua formação e destino". Como já foi dito, na nota 30, alguns republicados e seus conteúdos modificados em volumes posteriores. Em 1886, no *Scenas da Vida Amazonica*, o ensaio introdutório "As Populações Indígenas e Mestiças da Amazonia" é uma versão revista e modificada do "As raças cruzadas no Pará", assim como, a seção *Esbocetos* é a republicação dos "Quadros paraenses". No *Estudos Brazileiros – 1ª série* (1877-1889), de 1889, o primeiro capítulo é "A Literatura Brasileira – sua formação e destino". Este movimento de republicação evidencia que a produção intelectual de Veríssimo passava por um processo de revisão e modificação, indicando reconsiderações e atualizações dos temas estudados. Embora o *Primeiras Paginas* tenha tornado-se uma *raridade bibliográfica* – pois não foi objeto de reedições até hoje –, a republicação dos textos que lhe compõe demonstram ultrapassar o *mérito da prioridade* e ocupam um lugar relevante na obra de José Veríssimo: as primeiras cogitações sobre a realidade amazônica e a literatura brasileira, apontando, em germe, as duas linhas temáticas centrais das suas produções intelectuais no Pará e no Rio de Janeiro.

muito relativo. É apenas, como dizem os bibliographos, um cimelio, uma *raridade bibliographica*" (PRISCO, 1937, p. 14-15 – grifos meu). Sendo o livro, ressaltava Francisco Prisco, rejeitado mais tarde por Veríssimo, reconhecendo apenas "como os rebentos mais espontâneos de sua obra literaria" (PRISCO, 1937, p. 14).

Scenas da Vida Amazonica[23], de 1886, recebeu uma apreciação um pouco mais entusiasmada de Francisco Prisco (1937): uma das primeiras manifestações do naturalismo no Brasil. Assinalava que o livro foi objeto de elogios nas leituras de Ramalho Ortigão e Machado de Assis. Como filho do majestoso rio Amazonas, José Veríssimo registrou a grandeza da natureza e das pessoas que nela habitavam. Neste volume de contos, para aqueles estudiosos das coisas brasileiras, há o valor documental da beleza descritiva do narrador e a exatidão e honestidade do observador da realidade amazônica: tal documento literário, de acordo com Prisco, reproduziu José Veríssimo, "através do seu *temperamento*, o que viu e sentiu, herdando-nos um livro de emoção forte, de arte verdadeira, de alta e nobre inspiração" (PRISCO, 1937, p. 48 – grifo meu).

Aos estudos escritos no Rio de Janeiro, reservou um capítulo para resenhá-las, chamado curiosamente de "Opera minor"[24], os quais foram: *A Amazonia*[25], *A Pesca na Amazonia*[26], *Pará e Amazonas*[27] e *Interesses da Amazonia*[28]. Tais textos, escritos inicialmente

[23] Publicado pela Livraria e Editora de Tavares Cardoso e Irmão, de Lisboa, *Scenas da Vida Amazonica*, era introduzido pelo ensaio histórico-etnográfico *As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia* – a versão revista e modificada do estudo *As raças cruzadas da Pará*, publicado originalmente no *Primeiras Páginas*, e republicado, nesta versão revista e modificada, na *Revista Amazônica*. Os contos que compõem o livro são: 1) O Boto; 2) O crime do Tapuio; 3) O voluntário da Pátria; 4) A sorte de Vicentina. E finalizada com "Esbocetos" – as mesmas breves notas do *Primeiras Páginas*, chamadas de "Quadros Paraenses", e o mesmo conto "O Boto", que já figurava nas páginas da *Revista Amazônica*. Como é possível observar, partes do *Scenas* compunham inicialmente o *Primeiras Paginas*; assim, tais detalhes não foram notados por Francisco Prisco, que, se não havia apreciado tanto o *Primeiras Paginas*, como se entusiasmou pelo *Scenas*, embora a primeira exista no interior da segunda, havia ficado bastante impressionado com as densas e riquíssimas descrições da natureza amazônica realizadas por Veríssimo: "Por força que a enormidade da caudal e opulencia daquela vegetação esplendente, abririam sulcos indeleveis e perspectivas infinitas em sua imaginação [de José Veríssimo]. Não ha quem se isente das condições do meio que o circumda. E' o que explica o vigor destes contos, em cujas paginas ha o reflexo da propria natureza, que nelles se retrata em períodos banhados de sol, estonteantes de luz e prenhes daquella poesia, que se respira a longos haustos ao contacto da vida sertaneja. Não raro a tristeza nos invade e domina, a tristeza que a propria vida explica com as decepções e as dores em que é fértil o mundo..." (PRISCO, 1937, p. 38). Tal foi o seu envolvimento na leitura, que só faltou, como fez Martín García Mérou, querer conhecer os personagens e os costumes apresentados nos contos – parece que ambos compartilham os encantamentos do exotismo sobre a Amazônia.

[24] Neste capítulo, outros estudos também foram abordados, como: "Emilio Littré" (1881), "Carlos Gomes" (1882), "A. S. Ferreira Penna" (1895) e "O Século XIX" (1899).

[25] Volume de 1892, formado pelos artigos publicados entre agosto e setembro de 1891 no *Jornal do Brasil*.

[26] Publicado em 1895, o livro é o terceiro volume das monografias brasileiras da Livraria Francisco Alves. Os Mamíferos e as Aves do Brasil, os dois primeiros números, foram escritos por Emilio Goeldi.

[27] O livro, de 1899, é a memória escrita por José Veríssimo, após ser escolhido pelo governador Paes de Carvalho, para defender o Pará no litigio com o Amazonas sobre os limites territoriais: o debate centrou-se sobre o marco de divisão ser a Serra de Parintins, nos domínios paraenses, ou o outeiro de Maracá-assú, em terras amazonenses.

nas páginas dos jornais e depois publicados em livros, tinham a grande preocupação de *publicizar* a Amazônia, conforme o próprio Veríssimo, uma região tão rica e vasta e tão desconhecida. Por isso, estes breves opúsculos expunham um panorama geral da geografia, sociologia e economia da região, de modo a fazê-la conhecida do grande público. Principalmente, das suas potencialidades econômicas, para a agricultura e navegação fluvial; e dos seus principais problemas: a baixa densidade demográfica e a pouca diversidade da cadeia produtiva, concentrada nas atividades extrativas, sobretudo, a borracha.

Pelo visto, este esforço de divulgação, não foi visto por Francisco Prisco (1937) com tanta relevância no conjunto das obras de José Veríssimo, talvez, porque não fossem contos, nem tratassem de literatura. Diferente do *Scenas da Vida Amazonica*, considerada uma obra de juventude com os seus méritos literários, estes breves estudos sobre Amazônia, foram apenas classificados por *opera minor*, cuja resenha já era um relevante serviço para a posteridade.

Francisco Prisco (1937) também dedicou um capítulo – "José Veríssimo – O Pedagogo" – para expor as atividades educativas de José Veríssimo, no Pará e no Rio de Janeiro: "Na imprensa e na tribuna ninguem o excedêra em enthusiasmo pela causa do ensino. Foi *educação o maior apostolado de sua vida* por ella, desde os tempos de moço até a idade provecta, dispendeu grande parte de sua actividade" (PRISCO, 1937, p. 51-52).

Em Belém, apontava como principais atividades de Veríssimo na educação a fundação do Colégio Americano (1884-1890), a gestão na Diretoria da Instrução Pública (1890-1891) e a publicação do *A Educação Nacional* (1890). Na capital federal, Veríssimo foi reitor do externato do Ginásio Nacional (nome republicano do Colégio Pedro II) e professor, e eventualmente diretor, na Escola Normal e no *Pedagogium*, e publicou no Livro do Centenário, o capítulo "A Instrução Publica e a Imprensa", no qual fazia um estudo panorâmico sobre a instrução e a imprensa na História do Brasil.

Nesse sentido, Prisco (1937) inventaria as publicações de José Veríssimo sobre a temática educacional nos periódicos fluminenses, pois o objetivo deste era fazer uma compilação posterior em livro, com o título "Historia da Instrucção Publica no Brasil", que seria a sua obra definitiva sobre o assunto, porém, infelizmente, não realizada[29]. Embora

---

[28] "Trata-se dum opusculo de 36 paginas, formado por tres artigos dados á estampa no Jornal do Commercio, em dezembro de 1915" (PRISCO, 1937, p. 111).

[29] Francisco Prisco apresentou um levantamento da produção educacional de José Veríssimo no Rio de Janeiro. Alguns artigos derivam das lições de um curso ministrado no *Pedagogium*, sob a inspiração do diretor interino Dr. José Barbosa Rodrigues. Posteriormente, publicados na Revista *Educação e Pediatria*, dirigida por Franco Vaz e Alvaro Reis. "Antecedentes historicos do ensino publico no Brasil – Os Jesuitas e as reformas de Pombal" e a aula inaugural do curso foram publicados nos números 1 e 2 da revista. "A Companhia de Jesus e o Ensino"

Francisco Prisco fizesse referência às atividades pedagógicas de José Veríssimo, elas apenas compunham de maneira coadjuvante, do mesmo modo que estudos dedicados a Amazônia, o conjunto da vida e das obras de José Veríssimo, cuja existência, conforme as páginas desta biografia, foi dedicada a crítica e história literária.

É impossível não encarar com estranhamento este levantamento e o lugar secundário que é dado a dimensão educacional da trajetória intelectual de José Veríssimo na biografia de Francisco Prisco (1937): o educador é considerado sempre em função do crítico literário. Tal inventário de publicações possibilita vários *sinais* e *indícios* – como diria Carlo Ginzburg (2007) – para a investigação da experiência educacional de José Veríssimo no Rio de Janeiro, uma vez que ele ocupou lugares-chave nas principais instituições educativas da capital federal.

Por razões dos limites da presente proposta, este estudo não aborda essa dimensão da sua trajetória intelectual. Contudo, pelo movimento de suas publicações, é possível perceber que suas atividades educativas, fossem cursos, fossem conferências, eram publicadas nas revistas de cultura em geral e de temática educacional, em particular. Algo muito similar a sua experiência educacional no Pará, ocorrida entre o *exercício da prática* no Colégio Americano (1884-1890) e a *teorização sobre a prática*, com a publicação do *A Educação Nacional* (1890) – discussão realizada no capítulo 5.

O capítulo mais volumoso foi destinado à atividade crítica, intitulado "José Veríssimo – O Crítico". A *imagem* construída do "Sr. Crítico" de José Veríssimo por Francisco Prisco reúne muitas características levantadas pelos *contemporâneos*[30]: probidade intelectual, honestidade, independência e sinceridade. Comparava, por vezes, o seu trabalho crítico com a austeridade da *magistratura* e com o desejo de orientação do *professorado*. Não raras vezes, também o comparou com críticos nacionais e estrangeiros. Pelas semelhanças, era

---

teve a publicação dividida nos números 6 e 7, de novembro e dezembro de 1913. Nos números de abril a dezembro de 1914, foi publicada a lição sobre "Outros fatores da Instrucção Publica – Ordens religiosas; o seu ensino – Seminarios episcopaes". Conforme Francisco Prisco, quando realizou a pesquisa para a biografia, existiam apenas estes números no acervo da Biblioteca Nacional. Além de uma longa "carta aberta", destinada ao sr. Wenceslau Braz, o presidente de então, intitulada "Pela Educação Nacional". Na Revista *Educação Nacional* – sem deixar claro datas e edições –, foram publicados os artigos: "O mal do nosso ensino publico", "O ensino da historia na Escola Normal" e "O ensino municipal no Rio de Janeiro". Na *Revista Brasileira*, foi publicada a lição inaugural de Pedagogia no *Pedagogium*, com o título "A pedagogia" – 1º ano, 1895, tomo II, p. 310-18. Na Revista *Educação e Ensino*, limitada há apenas cinco números – acredita Francisco Prisco – que foram publicados os seguintes artigos de José Veríssimo: "A Educação em geral", "A Pedagogia" e "A Educação Physica". Pela Imprensa Nacional, publicou "Condições a que devem satisfazer os livros destinados ao ensino primario, secundário e normal"; originalmente apresentado como documento ao Conselho Diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro, em 1892 – segundo Francisco Prisco, este trabalho é muito raro e deve-se encontrar na Biblioteca do Gabinete Português de Leitura.

[30] Além de citar boa parte deles, tratados na primeira parte do capítulo: Ronald de Carvalho, Carlos Magalhães de Azeredo, Laudelino Freire, João Luso, Arthur Motta, Alberto Faria, Sílvio Romero.

o nosso Sainte-Beuve. Pela proeminência, frente à Sílvio Romero e Araripe Júnior, "coube, sem contestação, o sceptro da critica literaria no Brasil" (PRISCO, 1937, p. 148). Das inúmeras polêmicas, geralmente Veríssimo as encarava com indiferença; porém, apenas uma respondeu por escrito: a de Sílvio Romero, por ter atacado sua *probidade literária*, jamais contestada pelos seus desafetos, cuja discordância restringia-se a opinião e julgamento.

Tal *probidade literária* destacava, segundo Francisco Prisco (1937), sua vasta cultura filosófica e científica, balizando, assim, a qualidade dos seus trabalhos críticos. O talento e o engenho do autor na composição[31] da obra literária eram alguns dos seus critérios fundamentais, embora, a correção da linguagem e as questões de estilo, também fizessem parte de suas apreciações. Algumas críticas foram pontuadas a respeito da sua insensibilidade para poesia, a pouca paciência com os escritores jovens e a escrita excessivamente rebuscada (mal escrita, muitos diriam), as quais, de acordo com Prisco (1937), eram levianas e injustas. Neste sentido, a conclusão levantou a questão da *justiça*:

> Soffreu em vida a *injustiça* duma legião de literatos que, em geral, não mereceram os seus gabos, mas agora, quando de par com seus livros, delle só nos resta a lembrança, o exemplo de um caracter inteiriço e a admiração de um alto e claro espirito; já é tempo de se lhe fazer justiça, a *justiça* que elle esperava lhe fizessem depois de morto... (PRISCO, 1937, 187-188 – grifos meu).

Tais páginas de "simples impressões", motivadas pela "testimunho de admiração e de saudade", procuravam também ser uma *biografia vingadora*[32], embora bastante laudatória

[31] Aqui, em 1937, Francisco Prisco já identificava características *impressionistas* na atividade crítica de José Veríssimo: a literatura como obra de composição e talento do escritor. Sem, é claro, o mesmo rigor e discussão teórica de João Alexandre, que compreendeu a mudança na linguagem crítica de José Veríssimo – da crítica naturalista para a crítica impressionista – inserido no contexto social, político e cultural do final do século XIX e início do XX. De todo modo, é importante apontar que Prisco já antecipava, de modo menos acurado e diligente, a percepção de João Alexandre Barbosa. E isso não é observado por Barbosa, embora utilize a biografia de Prisco no seu estudo como referência para fatos e eventos da vida de José Veríssimo.

[32] Essa expressão foi consagrada por Eça de Queiroz, ao auto intitular-se um "artista vingador", e por Euclides da Cunha ao considerar *Os Sertões* e *Paraíso Perdido* como "livros vingadores", assim, coloco o livro de Francisco Prisco (1937) na mesma *tradição* que, por diferentes meios e contexto, procura *fazer justiça* a um tema, grupo ou indivíduo. De modo similar, considero que a escrita biográfica de Francisco Prisco está ligada a outra *tradição*: a produção biográfica do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Maria da Glória de Oliveira, no seu *Escrever vidas, narrar a história* (2011), investigou as biografias publicadas na seção "Biografias de brasileiros distintos por letras, armas e virtudes" da *Revista Trimestral*, desde a fundação do periódico, em 1838, até os anos finais do Império. A pedra fundamental do projeto, lançada no discurso inaugural do cônego Januário da Cunha Barbosa, consistia em incorporar a memória da vida dos grandes homens à escrita da história nacional. Ao lado da construção da história da nação, dos grandes acontecimentos, da construção do Estado, era necessário escrever a respeito da vida dos grandes homens, cujas distinções de letras, armas e virtudes, também contribuíam para a construção nacional. Conforme Oliveira, havia a coexistência de duas concepções biográficas nos escritos do IHGB: por um lado, o modelo do *ilustre cavalheiro plutarquiano*, marcado pela *historia magistral vitae* e os pressupostos de ação do indivíduo na história a partir da inspiração nos exemplos dos antepassados familiares, religiosos ou nobres; por outro, o *grande homem das Luzes*, que, formado pela progressiva socialização da sociedade burguesa, é laicizado, humanizado e civilizado, ao mesmo

e condescendente. Devido a sua contribuição, o livro de Francisco Prisco foi objeto de *resenhas* na imprensa carioca, algumas positivas, outras nem tanto, porém, todas reconhecem o seu mérito de tratar sobre a vida e obra de Veríssimo do ponto de vista biográfico – uma lacuna, até aquele momento.

A seção *Livros novos*, do *O Radical*, de 20 de dezembro de 1936, estampava uma resenha sem autoria sobre o livro de Francisco Prisco. Segundo o resenhista, era "o nosso critico mais completo", pois a sinceridade, a imparcialidade e a lealdade da sua *personalidade* orientavam o seu trabalho crítico. Um exemplo disso: Veríssimo jamais deixou de reconhecer em Sílvio Romero um dos maiores historiadores literários brasileiros, não obstante os ataques de Romero, um dos seus adversários implacáveis, no *Zeverissimações ineptas da crítica*. "O sr. Francisco Prisco, publicando 'José Verissimo', nada mais fez do que praticar um *acto de justiça* e preencher *um vacuo*, que se não justificava, na literatura nacional" (O RADICAL, 20 de dezembro de 1936, p. 3 – grifos meu), uma vez que "Há muito que se sentia a necessidade de um estudo como esse, que foi dedicado, agora, ao inesquecivel director da 'Revista Brasileira' (O RADICAL, 20 de dezembro de 1936, p. 3)

Se Carlos Magalhães de Azeredo (1902) e o seu "Homens e livros", e Elysio de Carvalho com "As modernas correntes estheticas", "tratam apenas do critico", o trabalho de Francisco Prisco (1937) distinguiu-se, por sua vez, porque "abrangeu o homem no seu todo, cercando-lhe a vida e a obra de considerações opportunas e justas", tornando-se, por isso, "um livro de leitura agradavel, deixando-nos no espirito, ao virar-se-lhe a ultima pagina, uma impressão nítida do que foi e fez o saudoso escriptor brasileiros" (O RADICAL, 20 de dezembro de 1936, p. 3). Portanto, o resenhista, sem reservas ou críticas, congratulava-se pela publicação, reconhecendo *acto de justiça* e agradecendo o *vacuo* preenchido nos estudos sobre a literatura nacional – e também divulga a *imagem* construída por Francisco Prisco (1937): a obra como resultado da personalidade, a luz dos fatos biográficos.

A resenha de Carlos Maul não estava tão de acordo com a do resenhista do *O Radical*. No texto, publicado no *Jornal do Commercio*, de 24 de dezembro de 1936, sob o título "A Critica Literaria no Brasil", Maul sublinhava "A figura de José Verissimo *revive*

---

tempo que é distinto e admirado por sua personalidade e os seus méritos pessoais enquanto indivíduo. Contudo, a peculiaridade do projeto biográfico do instituto também estava no *fazer justiça* aos ilustres biografados no *tribunal da posteridade*: "O trabalho de memória não se reduzia à fixação de exemplos ou ao estabelecimento de uma linhagem de ilustres para servir de espelho à nação, mas pressupunha uma relação de herança e dívida com o passado. A escrita biográfica confundir-se-ia com a prestação de um tributo devido às vidas dos grandes homens, com a qual se perpetuaram suas ações e se consignaram seus verdadeiros 'lugares' na história. Haveria, portanto, uma vinculação entre os imperativos da memória e de justiça cujas implicações excederiam a epistemologia do conhecimento histórico para se inscrever em uma problemática moral e ética mais ampla" (OLIVEIRA, 2011, p. 142). Parece-nos que o estudo de Francisco Prisco buscou *fazer justiça* a José Veríssimo, transformando o seu livro em uma *biografia vingadora* no *tribunal da posteridade* da crítica literária brasileira.

agora no perfil que delle traçou o sr. Francisco Prisco" (JORNAL DO COMMERCIO, 24 de dezembro de 1936, p. 3 – grifo meu). Segundo o resenhista, na escrita de Veríssimo não havia estilo, pois seus estudos não continham a "leveza luminosa" de Anatole France nem o "rigor e precisão" de Sainte-Beuve. Assim, o volume de Francisco Prisco sublinhava as "modalidades do polygrafo", ou seja, o pedagogo – "essa precisamente a mais forte das suas características" –, o historiador, o contista, o crítico. Mas, acima de tudo, Veríssimo era um *acadêmico* – "não se demandava na lingua, media as atitudes, condicionava os gestos" –, aderindo, de imediato, a ideia de Lúcio Mendonça de fundar uma Academia Brasileira à moda da casa de Richelieu (a Academia Francesa).

Na verdade, para Maul (1936), as páginas biográficas de Francisco Prisco fazem uma *apologia*, uma vez que suas apreciações sobre a vida e a obra de Veríssimo buscaram santificar suas qualidades e escamotear os seus defeitos. Prisco considerava Veríssimo o principal crítico literário no Brasil na sua época, por causa das suas qualidades de justiça e equilíbrio. "Não o foi tanto assim...", e para destacar a parcialidade do biografado, Maul evocou a eleição de Lauro Müller para a Academia Brasileira de Letras. O então Ministro das Relações Exteriores, no prelúdio da Primeira Guerra Mundial, "era grosseiramente accusado de germanophilia" pela Liga Brasileira dos Aliados. Sendo desprezada toda sua brilhante trajetória política, iniciada na propaganda republicana, ocupando o Ministério da Viação, honrando o legado de Rio Branco e "no parlamento e fôra delle produzira orações dignas de anthologias".

José Veríssimo foi o único a não afiançar a unanimidade acadêmica na votação. Não raro, ele fosse um dos mais destacados membros da Liga pelos Aliados, fato que apenas comprovava da divergência política, uma atitude de *parcialidade* e *intransigência*. "Por ahi se verifica que Verissimo apezar dos seus predicados, não fugia ás contigencias rudimentares da argila humana. Visto porém na sua hora, elle não deixava de ter o merito de dar á critica um ar de intransigencia que desapareceu com a sua morte" (JORNAL DO COMMERCIO, 24 de dezembro de 1936, p. 3). A resenha de Carlos Maul assinalava que a imagem do "Sr. Crítico" de Veríssimo não era unânime, expondo a parcialidade dos seus interesses políticos, mesmo que fosse questionável a defesa do resenhista do ingresso de um político profissional, com "orações dignas de anthologias", em uma instituição dedicadas às letras.

Houve também outras apreciações críticas do *José Verissimo. Sua vida e suas obras*, que ficaram entre o reconhecimento e a divergência mais sútil. Estes foram os casos de Carlos Magalhães de Azeredo (1937) e Rosário Fusco (1940). Em 31 de outubro de 1937, o *Gazeta de Notícias* publicava a carta de Azeredo, àquela altura morando em Roma, com o título "José

Verissimo, acima de Sainte-Beuve". Inicia agradecendo o envio do exemplar, cuja leitura página a página foi motivada pela amizade e a saudade que sentia pelo biografado, realizando, no corpo da carta, um breve comentário sobre o livro. A leitura foi bastante informativa sobre as obras menores de Veríssimo e a sua atividade cívica e pedagógica. Era possível observar essa dimensão pedagógica na sua atividade crítica, "Vejamos em primeiro logar os defeitos; veremos depois as qualidades", como se fosse um mestre-escola corrigindo "exercícios" escolares.

Azeredo considerava Veríssimo superior moralmente a Sainte-Beuve – "Por isso, permitta-me a franceza, divirjo do Senhor quanto ao parentesco intellectual de José Veríssimo com Sainte-Beuve" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 31 de outubro de 1937, p. 10 – grifo meu) –, apesar do estilo crítico deste não ter qualquer semelhança e até faltar em Veríssimo, segundo Azeredo. Ele se assemelha mais ao estilo de Brunetière, pela intransigência e a incompreensão de alguns requintes artísticos, compensados pela vasta cultura e a soberana honestidade. Diverge também de Prisco quanto a contribuição de Veríssimo na revelação de "Canaan" de Graça Aranha, pois o intelectual maranhense já era escritor formado na ocasião da publicação. Contudo, afirmava: "E' incontestável – dote predominante – a bôa fé absoluta de grande crítico; a sua *imparcialidade* 'consciente' não se desmentia nunca; não a mareava nem perturbava prevenção alguma, fosse a favor dos amigos, fosse contra os desaffectos" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 31 de outubro de 1937, p. 10).

Por sua vez, Rosário Fusco (1940) no livro *Vida Literária* de 1940, especialmente, no capítulo XXVI "José Verissimo", fazia uma leitura da obra de José Veríssimo no geral, e do livro de Francisco Prisco, em particular. Estabelecia rapidamente uma comparação entre José Veríssimo e José de Alencar, no que havia de convergência em suas carreiras literárias: a) ambos fizeram o que "quizeram", literariamente; b) foram mais críticos de si mesmos do que dos outros; c) preocupação com a problema do estilo brasileiro; d) ambos cultivaram a vaidade literária. Tal comparação ilustrava que para o conhecimento da obra do iniciador do romance brasileiro e do mais honesto dos críticos brasileiros era necessário o conhecimento de suas vidas. No caso de Veríssimo, conforme Fusco, era imprescindível na análise de sua obra o *conhecimento dos fatos de sua vida*, cujas apreciações e estudos foram acompanhados de rápidas e incompletas notas biográficas que forneciam parcas informações de sua *personalidade*, de um crítico tão errado e tão respeitável, tão nobre de intenções e tão mal compreendido.

Por isso, Rosário Fusco (1940) reconhecia na biografia de Francisco Prisco a intenção de nobilitar a memória de José Veríssimo. Embora não fosse o estudo mais

completo, era uma importante contribuição ao estudo da literatura brasileira, tão escassa de fontes de informação nos seus estudos críticos, fosse sobre um autor, fosse sobre um livro. *José Verissimo. Sua vida e suas obras* pertencia à classe de livros que representavam um *trabalho*, em razão do processo de sistematização e compilação de datas, nomes, impressões, organizado mais ou menos mal e mais ou menos bem. Se o livro não chegou a impressionar Rosário Fusco (1940), como portador de um *valor dinâmico*, reconhecia, todavia, os problemas que a obra retomava sobre o estado geral das letras no fim do século XIX e início do XX, a partir da apreciação do trabalho crítico de José Veríssimo.

Em 31 de maio de 1942, o Suplemento Literário *Autores e Livros*, do jornal *A Manhã*, dirigido por Múcio Leão, dedicara um considerável espaço em suas páginas para a abordagem da carreira literária de José Veríssimo, com excertos de trechos de suas obras de crítica e de literatura, transcrições de correspondências com Machado de Assis e Graça Aranha, julgamentos críticos de Ronald de Carvalho, Tristão Cunha e Filinto de Almeida, uma breve nota biográfica e bibliográfica e publicação de charges.

A nota biográfica, provavelmente escrita por Múcio Leão, após abordar os principais fatos da sua formação intelectual entre o Pará e o Rio de Janeiro, finalizava-se assim:

> Sendo um dos fundadores da Academia, ele criou ali a cadeira nº 17 [na verdade, é a nº 18], cujo patrono é João Francisco Lisboa. José Veríssimo deixou numerosa e valiosíssima obra literária, destacando-se entre os seus livros os *vários estudos sociológicos e econômicos sobre Amazônia*, os 'Estudos de Literatura Brasileira" em seis volumes, os 'Homens e Coisas Estrangeiras', em 5 volumes. Deixou ele o renome sólido de *um dos maiores críticos nacionais*, a sua autoridade nesse gênero de cultura só tem rival na autoridade de um Sylvio Romero e na de um Araripe Junior (A MANHÃ, 31 de maio de1942, p. 263 – grifos meu).

Como é possível observar, em um raro momento, a imagem de "Sr. Crítico" de José Veríssimo é colocada no mesmo plano dos seus estudos dedicados a Amazônia. O Suplemento dedicado à carreira literária de Veríssimo, também vinha fartamente ilustrado com alusões às suas obras e a sua personalidade – expostas nas imagens de 1 a 6.

Imagem 1: Primeira página do Suplemento Literário "Autores e Livros"

AUTORES & LIVROS

31/5/1942
Ano II

SUPLEMENTO LITERÁRIO DE "A MANHÃ"
publicado semanalmente, sob a direção de Mucio Leão *(Da Academia Brasileira de Letras)*

Vol. II
Núm. 17

Notícia sobre José Verissimo

José Verissimo Dias de Mattos nasceu na colônia militar de Óbidos, no Pará, no dia 8 de abril de 1857. Era filho do sr. José Verissimo de Mattos, médico daquela colonia. Na pia baptismal não recebeu ele o nome que se tornou famoso, e que veio a legar ao seu país, como um dos mais altos títulos de gloria de nossa civilização espiritual. Grande admirador de Jose Clemente, o estadista da Independência, foi esse o nome que o dr. José Verissimo de Mattos deu ao seu filho. Mais tarde o rapaz reivindicou para si o nome paterno.

José Verissimo passou a infancia em sua cidade natal. Quando teve de começar os estudos primários, passou a residir em Manáus, e depois os prosseguiu em Belem. Aos doze anos veio para o Rio, sózinho, para estudar preparatórios e engenharia. Na Escola Politécnica ficou apenas durante um ano e logo regressou, por motivo de saude, ao Pará.

Em 1877 iniciou a carreira jornalística, no "Liberal do Pará", passando depois a trabalhar no "Diário do Gran Pará". Em 1879, fundou a "Gazeta do Norte", onde deu à publicidade alguns dos seus melhores trabalhos da mocidade. Dez anos depois reuniu alguns desses estudos num volume que recebeu o título de "Estudos Brasileiros".

Em 1880, encontrando-se em viagem na Europa, tomou parte, em Lisboa no Congresso Literário Internacional. Teve opportunidade ali de defender o Brasil e os literatos brasileiros de acusações injustas que lhes eram feitas. Redigiu e publicou em tal ocasião uma memória sobre o movimento literário do Brasil. Nessa ocasião o governo português lhe conferiu a comenda da Ordem de Cristo.

Em 1889 regressou à Europa, indo tomar parte no décimo Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, reunido em Paris por ocasião da Exposição Internacional. Apresentou ali uma comunicação sobre o Homem de Marajó e a antiga civilização amazônica.

No ano seguinte foi nomeado diretor da Instrução Pública do Pará, lugar em que ficou durante aquele ano e o de 1891. Nesse último ano mudou-se para o Rio de Janeiro. Em 1892 foi nomeado diretor do Externato do Ginásio Nacional, hoje Colégio Pedro II, ficando ali durante cinco anos.

E' de 1895 a fundação da "Revista Brasileira", que José Verissimo dirigiu em sua terceira fase, que sem dúvida foi a mais brilhante do célebre magazine. Na redação da "Revista Brasileira" congregavam-se os grandes valores brasileiros da época, e de lá é que saiu a Academia Brasileira, prestigiada pelos mais eminentes amigos de José Verissimo, amigos que se chamavam Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Visconde de Taunay, Lucio de Mendonça, etc.

Sendo um dos fundadores da Academia, ele criou ali a cadeira n.º 17, cujo patrono é João Francisco Lisboa. José Verissimo deixou numerosa e valiosissima obra literária, destacando-se entre os seus livros os varios estudos sociológicos e econômicos sobre a Amazônia, os "Estudos de Literatura Brasileira" em seis volumes, os "Homens e Coisas estrangeiras", em 5 volumes.

Deixou ele o renome sólido de um dos maiores críticos nacionais, e sua autoridade nesse gênero de cultura só tem rival na autoridade de um Sylvio Romero e na de um Araripe Junior.

BIBLIOGRAFIA DE JOSÉ VERISSIMO

E a seguinte a bibliografia de José Verissimo:

Anos de 1901, 1904, 1905 e 1907.

bro de 1890, publicação que foi, por assim dizer, o núcleo de on-

JOSE' VERISSIMO

SUMÁRIO

PÁGINA 263:

— Notícia sobre José Verissimo.
— Bibliografia de José Verissimo.
— *Entrapédia*, de José Verissimo.
— Sumário.

PÁGINA 264:

— *Um dia de Natal*, de José Verissimo.

res. Carta de José Verissimo à sua noiva.
— *A arte deve ser clara*, de José Verissimo.
— *José Verissimo*, de Humberto de Campos.

PÁGINA 274: —

— *O Intermezzo*, de Heine. Ns. 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38,

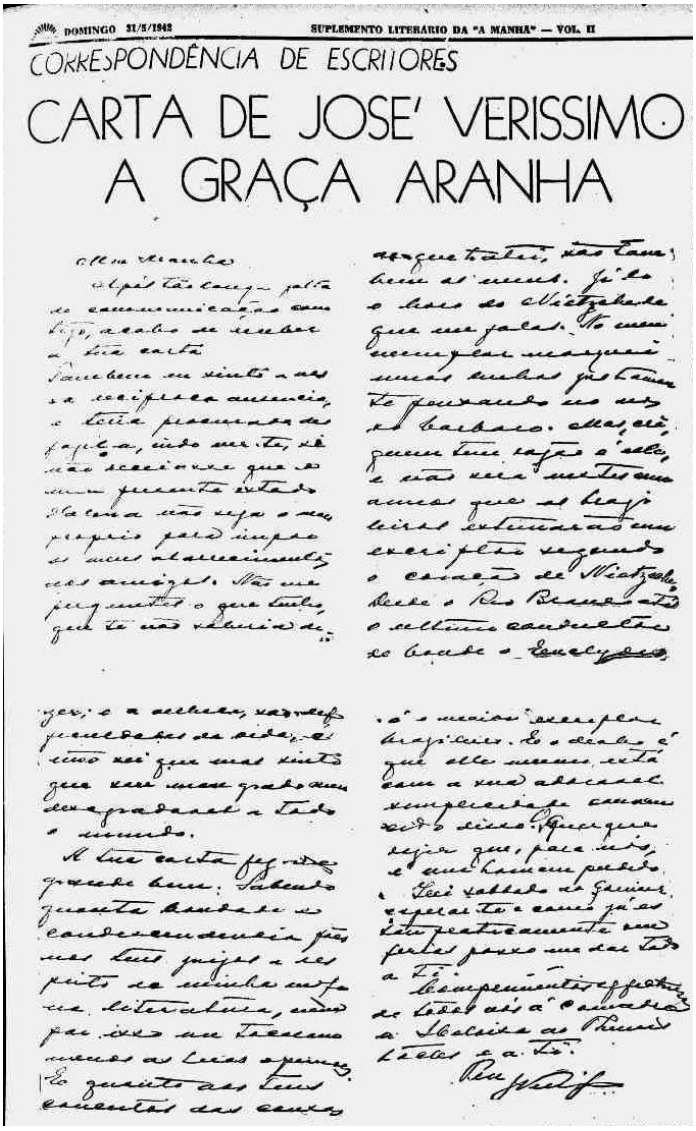
Fonte: A MANHÃ, 31 de maio de 1942, p. 253.

Imagem 2: Charge de J. Carlos publicado no “Careta”,
intitulada “Galeria de Imortais, José Veríssimo, Autor de Canaan”

Caricatura de José Veríssimo, feita por J. Carlos e publicada em "Careta", com a seguinte legenda: "Galeria de Imortais. José Veríssimo, Autor de Canaan"

Fonte: A MANHÃ, 31 de maio de 1942, p. 255.

Imagem 3 – Fac-símile manuscrita da correspondência
entre José Veríssimo e Graça Aranha



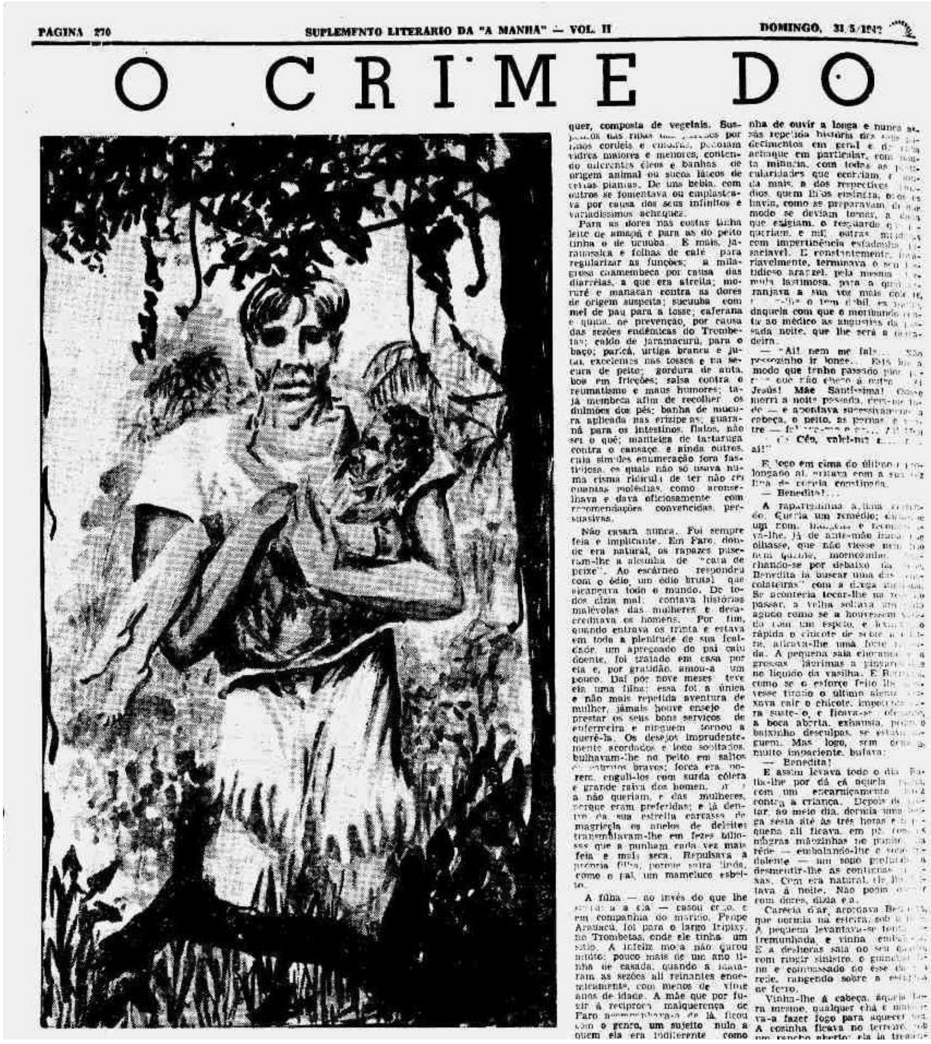
DOMINGO 31/5/1942 SUPLEMENTO LITERARIO DA "A MANHÃ" — VOL. II

CORRESPONDÊNCIA DE ESCRITORES

CARTA DE JOSE' VERISSIMO A GRAÇA ARANHA

Fonte: A MANHÃ, 31 de maio de 1942, p. 269.

Imagem 4 – O conto “O Crime do Tapuio”, com desenho de Mariz Filho



PAGINA 270 — SUPLEMENTO LITERÁRIO DA "A MANHÃ" — VOL. II — DOMINGO, 31/5/1942

O CRIME DO

quer, composta de vegetais. Suspensos nas [illegible] por [illegible] cordeis e [illegible], pejoiam vidros maiores e menores, contendo diferentes óleos e banhas de origem animal ou sucos láteos de certas plantas. De uns bebia, com outros se fomentava ou emplastrava por causa dos seus infinitos e variadíssimos achaques.

Para as dores nas costas tinha leite de amapá e para as do peito tinha o de ucuuba. E mais, jaratataca e folhas de café para regularizar as funções; a milagrosa caamembeca por causa das diarréias, a que era atreita; mururé e manacan contra as dores de origem suspeita; sucuuba com mel de pau para a tosse; caferana e quina, de prevenção, por causa das sezões endêmicas do Trombetas; caldo de jaramacurú, para o baço; paricá, urtiga branca e jutaí, excelentes nas tosses e na secura de peito; gordura de anta, boa em fricções; salsa contra o reumatismo e maus humores; tajá membeca afim de recolher os dulmões dos pés; banha de mucura aplicada nas erisipelas; guaraná para os intestinos, [illegible], não sei o quê; manteiga de tartaruga contra o cansaço e ainda outros, cuja simples enumeração fora fastidiosa, os quais não só usava numa cisma ridícula de ter não [illegible] quantas moléstias, como aconselhava e dava oficiosamente com recomendações convencidas, persuasivas.

Não casara nunca. Foi sempre feia e implicante. Em Faro, donde era natural, os rapazes puseram-lhe a alcunha de "cara de peixe". Ao escárneo respondera com o ódio, um ódio brutal que abrangera todo o mundo. De todos dizia mal, contava histórias malévolas das mulheres e desacreditava os homens. Por fim, quando entrava os trinta e estava em toda a plenitude de sua fealdade, um apregoado do pai caiu doente, foi tratado em casa por ela e, por gratidão, amou-a um pouco. Daí por nove meses teve ela uma filha; essa foi a única e não mais repetida aventura de mulher, jamais houve ensejo de prestar os seus bons serviços de enfermeira e ninguém tornou a querê-la. Os desejos imprudentemente acordados e logo sopitados, bulhavam-lhe no peito em saltos [illegible] bravos; força era, porém, engulí-los com surda cólera e grande raiva dos homen, [illegible] a não queriam, e das mulheres, porque eram preferidas; e já dentro da sua estreita carcassa de magricela os anelos de deleites transmudavam-se em fezes biliosas que a punham cada vez mais feia e mais seca. Repulsava a própria filha, porque saíra linda, como o pai, um mameluco esbelto.

A filha — ao invés do que lhe [illegible] a ela — casou cedo, e em companhia do marido, Penpe Arauacá, foi para o lago Iripixy, no Trombetas, onde ele tinha um sítio. A infeliz moça não durou muito: pouco mais de um ano tinha de casada, quando a mataram as sezões ali reinantes endemicamente, com menos de vinte anos de idade. A mãe que por fugir à recíproca malquerença de Faro [illegible] de lá, ficou com o genro, um sujeito nulo a quem ela era indiferente como

[illegible]nha de ouvir a longa e nunca assás repetida história dos [illegible] padecimentos em geral e [illegible] achaque em particular, com muita minúcia, com todas as particularidades que ocorriam, [illegible] da mais a dos respectivos [illegible] dos quem lh'os ensinara, onde os havia, como se preparavam, de que modo se deviam tomar, a dieta que exigiam, o resguardo que [illegible] queriam, e mil outras minúcias com impertinência enfadonha, insaciável. E constantemente, invariavelmente, terminava o seu fastidioso arrazoado pela mesma [illegible] muito lastimosa, para a qual arranjava a sua voz mais [illegible] o tom débil, [illegible] daquela com que o moribundo conta ao médico as angústias da passada noite, que lhe será a derradeira.

— "Ai! nem me fale... Não [illegible] ir longe... [illegible] modo que tenho passado [illegible] que não chego à outra [illegible] Jesus! Mãe Santíssima! [illegible] morri a noite passada, [illegible] de — e apontava sucessivamente a cabeça, o peito, as pernas, [illegible] tre — [illegible]... Ai! [illegible] Céo, valei-me [illegible] ai!"

E logo em cima do último [illegible] longado ai, gritava com a sua [illegible] fina de careta constipada:

— Benedita!...

A rapariguinha [illegible]. Queria um remédio; [illegible] um com [illegible] e [illegible] va-lhe, já de antemão [illegible] olhasse, que não viesse nem [illegible] nem [illegible], morncominho. [illegible] chando-se por debaixo da [illegible] Benedita ia buscar uma das [illegible] colateiras" com a droga [illegible]. Se acontecia tocar-lhe na [illegible] passar, a velha soltava um [illegible] agudo como se a houvessem [illegible] do com um espeto, e [illegible] rápida o chicote de sobre a [illegible] re, atirava-lhe uma forte [illegible] da. A pequena saía chorando [illegible] a grossas lágrimas a pingar [illegible] no líquido da vasilha. E [illegible] como se o esforço feito lhe [illegible] vesse tirado o último alento [illegible] xava cair o chicote, impotente [illegible] ra sustê-o, e ficava-se [illegible], a boca aberta, exhausta, [illegible] baixinho desculpas, se estava [illegible] guem. Mas logo, sem [illegible] muito impaciente, bufava:

— Benedita!

E assim levava todo o dia. [illegible] lia-lhe por dá cá aquela [illegible], com um encarniçamento [illegible] contra a criança. Depois de [illegible] tar, ao meio dia, dormia uma [illegible] ga sesta até às três horas e a pequena ali ficava em pé, com as negras mãozinhas no punho da rede — embalando-lhe o sono [illegible] dolente — um sono [illegible] a desmentir-lhe as contínuas [illegible] xas. Como era natural, [illegible] tava à noite. Não podia [illegible] com dores, dizia ela.

Carecia d'ar, acordava Benedita, que dormia na esteira, sob [illegible]. A pequena levantava-se [illegible] tremunhada, e vinha [illegible]. E a deshoras saía do seu [illegible] com ringir sinistro, o [illegible] e compassado do esse [illegible] rede, rangendo sobre a [illegible] de ferro.

Vinha-lhe à cabeça, àquela hora mesmo, qualquer chá e [illegible] va-a fazer fogo para aquecer [illegible]. A cozinha ficava no terreiro, sob um rancho aberto: ela ia [illegible]

Fonte: A MANHÃ, 31 de maio de 1942, p. 270.

Imagem 5 – José Veríssimo – Desenho de J. Wasth Rodrigues.

Fonte: A MANHÃ, 31 de maio de 1942, p. 258.

Imagem 6 – José Veríssimo – Charge (autoria não identificada)

Fonte: A MANHÃ, 31 de maio de 1942, p. 272.

Enquanto Francisco Prisco (1937) buscava fazer *justiça* à memória de José Veríssimo com sua biografia, Álvaro Lins (1944), em palestra proferida no Colégio Pedro II, pretendia realizar uma *defesa* da carreira literária do autor de *Estudos da Literatura Brasileira* – publicada inicialmente no *Correio da Manhã,* de 1942, e, posteriormente, no *Jornal da Crítica* – 3ª série, de 1944 (LINS, 1944, p. 25-56).

Evocando a biografia de Prisco, afirmava que a formação da *personalidade* literária de Veríssimo ocorrera no Pará, principalmente, nas suas preocupações sobre *literatura* e *ensino*, evidenciadas nas publicações de "Cenas da Vida Amazônica" e "A Educação Nacional". "Foi no Rio de Janeiro, porém, que José Veríssimo realizou *o que há de mais considerável* na sua obra literária" (LINS, 1944, p. 25 – grifo meu). Na capital federal, Veríssimo transformara-se em um *crítico autêntico,* aquele que diz a *verdade* e faz da crítica uma *magistratura*. Todavia, sua obra era mais citada do que estudada, suscitando leituras e críticas pouco informadas sobre sua carreira – por isso, a palestra era uma *defesa* de José Veríssimo.

Assim, Álvaro Lins (1944) responde a maioria das censuras correntes – a seu ver, boa parte injustas, por desconhecimento – ao trabalho crítico de Veríssimo: a preferência pelos poetas românticos e a incompreensão dos simbolistas; a falta de domínio do alemão, pelo que diziam que não tinha cultura; sua indiferença ao meio social na análise das obras; o conceito estrito de literatura; o fato de fazer uma crítica de amigos. A única crítica, reconhecia Lins, baseada na leitura de suas obras enfatizava a irregularidade do seu estilo de escrita, o que não cabia defesa e era o maior obstáculo para sua glória literária. Tal glória fora construída no ramo mais difícil da crítica literária de então, o *julgamento dos contemporâneos*, ao passo que, suas apreciações de primeira hora tinham valor analítico até nos dias de Lins, apontando para a longevidade das análises de Veríssimo: "Uma vitória que não vinha só da sua inteligência, mas das *qualidades morais da sua personalidade*: a isenção, a vocação de juiz, a ausência de inveja, o amor à verdade" (LINS, 1944, p. 37 – grifo meu) – Álvaro Lins apropriava-se da *imagem* construída por Francisco Prisco.

A despeito disso, a *História da Literatura Brasileira* de Veríssimo obtivera mais notoriedade do que a sua obra crítica, e, conforme Lins, uma vez comparadas, "torna-se muito evidente a inferioridade do historiador literário em face do crítico literário" (LINS, 1944, p. 39) – sendo isso paradoxal, segundo Lins, a melhor parte da sua obra não ser lida e conhecida. Há no *História* "um tom de desabafo e ajuste de contas, que está perfeitamente em desacordo com o critério de uma história", sobretudo contra Sílvio Romero e a Escola do Recife; assim, certas injustiças cometidas nesta obra não eram comuns em sua crítica literária.

Em matéria de história literária, a comparação era inevitável, tendo em vista que ambos divergiam no conceito de fenômeno literário; sendo Romero mais inclinado ao conceito amplo dos alemães, e, Veríssimo, por sua vez, ao conceito estrito dos franceses: "Daí a superioridade de Sylvio Romero como historiador da literatura, enquanto mais se destaca a figura de José Veríssimo no ofício da crítica em si mesma" (LINS, 1944, p. 40). A *História* de Veríssimo consistia mais um arremate da carreira do crítico literário.

A análise de Álvaro Lins (1944) já antecipava determinados termos do debate (o mérito da obra e a comparação com Sílvio Romero, por exemplo) realizado na década de 1950 na imprensa paulista e carioca, a respeito da *História* de José Veríssimo – que recebeu, em 1954, a terceira edição pela Editora José Olympio. Do mesmo modo, em 1952, Wilson Martins (1952), no seu *A crítica literária no Brasil*, ao fazer uma sistematização dos estudos literários no país[33], inserindo José Veríssimo na *linhagem estética*, também levantara algumas questões da discussão.

No capítulo VII, "Linhagem Estética", Wilson Martins (1952) considerava José Veríssimo o precursor desta corrente no Brasil, consistindo em "fazer da crítica a filosofia da literatura" ao utilizar-se de todos os conhecimentos gramaticais, históricos, sociológicos etc. e encarar a peculiaridade do fenômeno literário, ao realizar um exercício de redução da análise visando a originalidade do autor e sua obra – tais eram as premissas de uma análise estética. "Seria êste o momento", afirmava Martins na introdução do capítulo, "de tentar a *rehabilitação* do chefe espiritual desta família, o crítico José Veríssimo (1857-1916), se ela já não tivesse sido feita amplamente pelo sr. Álvaro Lins" (MARTINS, 1952, p. 97 – grifo meu).

Logo, caracterizava a carreira literária de Verissimo conforme as leituras de Mário de Alencar e Elísio de Carvalho – pois Martins considerava-as complementares e coerentes. Para Alencar, os estudos críticos de Veríssimo perfaziam três fases, a do nacionalismo, a da função social da literatura e a do julgamento puramente estético. Segundo Carvalho, três ideias dominariam a sua obra: o problema da cultura, a defesa da língua e a função social da arte. Por sua vez, Martins afirmava em síntese:

---

[33] Deixemos que Martins nos explique a sua sistematização: "Grupam-se, assim, várias linhagens de escritores, cada um com caracteres específicos e determinando um tipo uniforme de aproximação do fenômeno literário. Daí uma idéia exata da *evolução* da crítica, (...) o que melhor corresponde ao espírito real e histórico do evolucionismo, isto é, não o que implica uma idéia de 'progresso', mas o de uma transformação que faz passar um agregado do homogêneo ao heterogêneo, ou do menos heterogêneo ao mais heterogêneo" (MARTINS, 1952, p. 20). Em outras palavras, a crítica literária se organizaria em *linhagens literárias* ou *famílias espirituais* cujo compartilhamento de características comuns com o passar do tempo se deslocaria do homogêneo ao heterogêneo, fazendo com que linhagens ou famílias viessem a compartilhar características em entre si, sem desconfigurar suas formações originais. Assim, Martins estabeleceu seis agrupamentos: 1) linhagem gramatical; 2) linhagem humanística; 3) linhagem histórica; 4) linhagem sociológica; 5) linhagem impressionista; 6) linhagem estética. A linhagem estética representou o agrupamento mais heterogêneo por compartilhar a maioria das características das linhagens anteriores, sendo, por isso, conforme Martins, a mais representativa da crítica literária no Brasil.

> Essas preocupações de Veríssimo são, como se vê, as da família estética, as que fazem da interpretação literária alguma coisa que pertence essencialmente à literatura, sem ignorar nem os subsídios da cultura nem os elementos sociológicos que concorrem na obra de arte e os que, por sua vez, ela provocará (MARTINS, 1952, p. 99).

Nesse particular, se havia aqueles que elogiavam a natureza essencialmente estética da *Pequena História da Literatura Brasileira*, de Ronald de Carvalho, na maioria das vezes, também ignoravam "que o embrião deste livro já existia na *História da Literatura Brasileira*, de José Veríssimo" (MARTINS, 1952, p. 98 – grifo do autor). Ao tratar de história literária, era impossível não mencionar a *História da Literatura Brasileira* de Sílvio Romero e tampouco não compará-la com a de José Veríssimo. Para Wilson Martins, muito mais que se justapor, o mérito de cada *História* se *completava*: enquanto Romero era melhor compilador de material e realizador de sínteses, Veríssimo destacava-se na apreciação dos autores e suas obras, pois "(...) na literatura brasileira a obra critica de José Veríssimo *completa* a obra histórica de Silvio Romero" (MARTINS, 1952, p. 98 – grifo meu)

Em 1954, a Editora José Olympio lançava a terceira edição do *História da Literatura Brasileira*, de José Veríssimo. Na imprensa paulistana, Jorge Rizzini e Otto Maria Carpeaux, e na imprensa carioca, Afrânio Coutinho, escreveram resenhas gratulando a edição e examinando o livro não tão novo assim, fazendo jus à tradição da crítica literária folhetinesca de receber os *livros novos*.

A resenha de Jorge Rizzini ocupou as páginas do Suplemento Literário do *Correio Paulistano* de 1 de agosto de 1954. Com o título "Silvio Romero e José Verissimo: dois conceitos de literatura", iniciava nestes termos: "Ao contrario do que muita gente boa pensa" – talvez, Wilson Martins (1952) – "a 'Historia da Literatura Brasileira' de José Verissimo *não veio completar* a de Silvio Romero, nem vice-versa (...)" (CORREIO PAULISTANO, 1 de agosto de 1954, p. 3 – grifo meu). Embora ambos trabalhassem sobre o mesmo material literário, suas análises eram orientadas por concepções opostas de literatura. Se foram tão distintos, por que se acreditou que fossem complementares? A resposta, segundo o resenhista, residia na observação dos conceitos distintos de literatura do intelectual sergipano e do intelectual paraense.

Em José Veríssimo havia a predileção pelos mestres franceses, que examinavam quase exclusivamente o *lado estético* – aqui, pelo visto, Rizzini parece entra em acordo com Martins – das obras literárias. E citava a definição de literatura de Veríssimo: "Literatura é a arte literaria. Somente o escrito com o proposito ou a intuição dessa arte, isto é, com os

artifícios de invenção e de composição que a constituem é, a meu ver, literatura" (CORREIO PAULISTANO, 1 de agosto de 1954, p. 3). Por seu turno, Sílvio Romero tinha preferência pelos pensadores alemães, que se guiavam por uma visão sociológica de literatura, da obra literária como sinônimo de cultura – e também citava sua definição: "Pretendo escrever um trabalho naturalista sobre a historia da literatura brasileira. Munido do criterio popular e étnico para explicar o nosso carater nacional, não esquecerei o criterio positivo e evolucionista da nova filosofia social quando tratar de notar as relações do Brasil com a humanidade em geral" (CORREIO PAULISTANO, 1 de agosto de 1954, p. 3)

Portanto, por serem *Histórias* tão diferentes ocorreu a impressão de se complementarem, e nisto estava o equívoco. A tentativa de uni-las geraria um verdadeiro caos. Contudo, nenhuma delas foi definitiva, servindo de roteiro para uma terceira *História*: a *Pequena História da Literatura Brasileira*, de Ronald de Carvalho, "mas Ronald foi impotente para tão grande realização..." (CORREIO PAULISTANO, 1 de agosto de 1954, p. 3). Por fim, em uma breve notinha de rodapé, inserida ao lado da palavra *caos*, Jorge Rizzini recomendava *supressão* da ideia de complementação entre as *Histórias* de Veríssimo e Romero inscrita no texto de apresentação da terceira edição ora lançada: "E' de esperar-se que na próxima edição que José Olimpio fizer, suprima tal frase a fim de não confundir o espirito dos leitores: e terá contribuído para que o famoso equivoco se desfaça" (CORREIO PAULISTANO, 1 de agosto de 1954, p. 3).

Com o título "A História de José Verissimo", de 15 de julho de 1954, no *Diário de São Paulo*, Otto Maria Carpeaux saudava a nova edição de um livro naquele momento inacessível, "como se continuasse, para além da morte, a perseguição do *critico probo* pelos que não aguentavam a probidade" (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 15 de julho de 1954, p. 4 – grifo meu). Carpeaux acreditava que uma das motivações da escrita da *História*, de José Veríssimo, foi responder segundo suas convicções à *História*, de Sílvio Romero, sendo isso observável no prefácio e no capítulo sobre Tobias Barreto. Nesse sentido, concordava com Álvaro Lins que a *História* de Veríssimo era o arremate de suas experiências literárias: "o livro não é propriamente trabalho de um historiador das letras e sim a palavra final de um critico literario" (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 15 de julho de 1954, p. 4).

Historiador da literatura era Sílvio Romero. A superioridade de Veríssimo estava na crítica: foi um "Brunetière dos trópicos" e exerceu a crítica por *vocação*. Por fim, Carpeaux (1954) avaliava que as observações de José Veríssimo sobre a literatura brasileira – sobretudo, seus vícios, desvios e problemas – eram compartilháveis por Capistrano de Abreu e Paulo Prado, tidos por grandes "moralistas". Mas pensaria do mesmo modo, o maior dos

nossos moralistas, Machado de Assis? “Machado descobriria atrás das fraquezas nacionais as fraquezas geralmente humanas”. Enquanto Machado era lido e pouco compreendido, Veríssimo virava raridade bibliográfica, mas, graças a José Olympio, a *História* poderia ser conhecida e estudada.

A abordagem do “moralismo” de José Veríssimo era a base do artigo de Afrânio Coutinho: “O moralista Veríssimo”. Na coluna “Correntes Cruzadas”, do *Diário de Notícias*, de 25 de julho de 1954, Afrânio Coutinho iniciava a resenha transcrevendo excertos das obras de José Veríssimo, *Estudos de Literatura Brasileira* e *História da Literatura Brasileira*. “Descansai, ó gênios indígenas da vida literária, quem assim falou não foi o responsável por esta seção” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 25 de julho de 1954, p. 3), atribuindo os excertos a outro membro do partido dos homens desagradáveis: José Veríssimo cuja *História da Literatura Brasileira* recebia a terceira edição pela editora José Olímpio. Conforme Coutinho (1954), aqueles excertos expunham os traços dominantes da obra e da *personalidade* de José Veríssimo:

> (...) um moralista, um espírito antes inclinado à reflexão sôbre os costumes, caráter, temperamento, qualidades e defeitos de nosso povo e da nossa vida e literatura, do que propriamente um crítico literário, e muito menos um historiador da literatura. Quanto muito poderá dizer que seu temperamento crítico se aguçava e tornava mais certeiro no trato da coisa social do que da literária pura, ou antes da literaro-social (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 25 de julho de 1954, p. 3)

A *História* de José Veríssimo, continua Coutinho (1954), pode ser um grande livro, mas não é história da literatura. Destacava-se no livro, não as qualidades do historiador e crítico literário, mas “o conjunto de pensamentos e meditações pertinentes sôbre os costumes literários, sôbre a vida literária, sôbre a literatura no Brasil”. Há vários trechos com observações sobre autores e livros, como há outros momentos marcados por divagações e generalizações, relevando muito mais um moralista, ou um crítico moralista.

Concluía Coutinho (1954), concordando com Álvaro Lins (1944): “Se o sêgredo do valor e atração dêsse livro não está na história, que não é história, não reside no estilo, nem tampouco na crítica. Não há força nem originalidade crítica em Veríssimo, e isso podemos comprovar em seus estudos e nesses ensaios que formam a *História*, espécie de *testamento crítico*” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 25 de julho de 1954, p. 3 – grifo meu). Ora considerado crítico literário, ora apontado crítico moralista, decerto, era unânime que a *História* de José Veríssimo é o último trabalho da carreira de um crítico.

Se a *História da Literatura Brasileira* representou o testamento crítico de José Veríssimo, em 1947, Manuel Bandeira escreveu uma saudosa nota alusiva aos 28 anos de falecimento do intelectual paraense, publicada na *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Bandeira dividiu a nota em duas partes, nas quais apresentava as credenciais do crítico literário – "Certo foi um grande critico, o nosso primeiro grande critico literário" (BANDEIRA, 1947, p. 371) – e a figura menos conhecida, presente nos recônditos de sua memória, "(...) quero falar apenas do meu diretor e mestre de geografia do Colégio Pedro II" (BANDEIRA, 1947, p. 372).

Então, sigamos as lembranças do estudante Manuel Bandeira. Certa vez, entre o primeiro ou o segundo ano do curso, faltou o professor de geografia e o próprio diretor foi substituí-lo. "Em sua classe as lições eram dadas de vara em punho diante dos mapas murais". Na ocasião, o objeto de estudo era Pernambuco, o estado natal de Manuel Bandeira. "Qual o maior rio de Pernambuco", perguntou José Veríssimo à classe. Resposta de Manuelzinho: "Capibaribe". "Bem se vê que o sr. é um Pernambuco", replicou espirituoso o professor Veríssimo, irrompendo uma gargalhada geral na sala de aula. Reestabelecida a ordem, veio a correção do mestre: "Capiberibe!". Relembra mais tarde o poeta Manuel Bandeira: "Aquele incidente da aula iria fornecer-me, vinte e tantos depois, um efeito musical para a minha 'Evocação do Recife', onde repito como estribilho as duas formas 'Capibaribe... Capiberibe...'. Infelizmente o mestre já era morto quando escrevi o poema..." (BANDEIRA, 1947, p. 373)

A respeito da predileção de José Veríssimo pelos poetas românticos, Bandeira lembrou de uma vez, de uma ocasião da infância, "ouvi em sua casa do Engenho Novo, aonde eu tinha ido brincar com o seu filho e meu companheiro de bancos do Pedro II, José Veríssimo Filho" (BANDEIRA, 1947, p. 374), depois de mostrar o jornalzinho colegial com versos de Lucílio Bastos bastante camisiriano, "Verissimo expandiu-se em elogios e fez-nos sentir a superioridade dos grandes românticos". Neste momento, aquele da *transposição*, quando a vida se transforma em memória, "as coisas já desprovidas de vibração deixam de ser simplesmente vida na corrente do dia-a-dia para ser vida nos subterrâneos da memória", como diria Raduan Nassar (1989, p. 99), Bandeira encerrava comovido: "Neste instante tenho vontade de acreditar na imortalidade, tenho necessidade de saber que o mestre pode ouvir-me sustentar que a 'Canção do Exílio' é sublime e que o meu rio querido se chama 'Capibaribe'" (BANDEIRA, 1947, p. 374).

Eis o estribilho de *Evocação do Recife*, integrante do livro *Libertinagem*:

> Rua da União...
> Como eram lindos os nomes das ruas da minha infância
> Rua do sol
> (Tenho medo que hoje se chame do dr. Fulano de Tal)
> Atrás de casa ficava a rua da Saudade...
> ...onde se ia fumar escondido
> Do lado de lá era o cais da rua da Aurora...
> ...onde se ia pescar escondido
> Capiberibe
> – Capibaribe
> Lá longe o sertãozinho de Caxangá
> Banheiros de palha
> Um dia eu vi uma moça nuinha no banho
> Fiquei parado o coração batendo
> Ela se riu
> Foi o meu primeiro alumbramento (BANDEIRA, 1982, p. 71)

Assim, ficou a homenagem do aluno ao professor, do poeta ao crítico. Dos 28 anos de falecimento em 1947, passamos às comemorações do centenário de nascimento, em 1957.

1.4 O Centenário (1957)

O Correio da Manhã, de 7 de abril de 1957, sob o título "José Veríssimo (Centenário de Nascimento)", estampava a breve nota:

> Os filhos, genros, noras, netos e bisnetos de JOSÉ VERÍSSIMO convidam seus parentes e amigos para a missa que, em intenção à sua alma, mandam celebrar amanhã, dia 8, às 10,30 horas, no altar-mor da Igreja de São Francisco de Paula. Antecipadamente agradecem (CORREIO DA MANHÃ, 07 de abril de 1957, p. 13 – grifo em letra maiúscula do autor).

Três dias antes, no mesmo jornal, a Academia Brasileira de Letras lançava o anúncio convidando a sociedade carioca:

> A sessão solene comemorativa do 1º centenário do nascimento de José Veríssimo será realizado na Academia Brasileira de Letras às 17 horas de 11 corrente, não obstante transcorrer a 8 a data do nascimento, tendo em vista ser aquêle o dia habitual das sessões (CORREIO DA MANHÃ, 04 de abril de 1957, p. 11).

Tal sessão seria conduzida pelo então presidente da agremiação, Peregrino Jr., i também ocupante da cadeira nº 18, criada por José Veríssimo, cuja conferência tinha por título: "José Veríssimo em carne e osso". A conferência de Peregrino Júnior foi publicada no *Jornal do Comércio* e na *Revista da Academia Brasileira de Letras*.

No dia 2 de abril, ainda no *Correio da Manhã*, na coluna "Escritores e Livros", José Conde informava na capital federal as ações do governo do Pará, em parceria com a Academia Paraense de Letras, visando a comemoração do centenário do paraense ilustre:

> (...) palestras sôbre o crítico em todos os estabelecimentos de ensino do Estado; o lançamento de um prêmio literário, de âmbito nacional, no valor de 20 mil cruzeiros, para o melhor ensaio sôbre o escritor; uma exposição das obras de Veríssimo que terá local a sede da Biblioteca e Arquivo Público do Pará (CORREIO DA MANHÃ, 02 de abril de 1957, p. 16).

A nota destacava ainda que todos os atos teriam "caráter oficial" e iniciariam a partir da sessão comemorativa de 7 de abril, na Academia Paraense de Letras, presidida pelo jornalista e acadêmico Santana Marques e com a presença do escritor Ignácio José Veríssimo – filho do homenageado. E finaliza com a informação de utilidade pública, para aqueles pouco inclinados a comemorações oficiais: "O dia 8 de abril será decretado feriado escolar no Estado" – 8 de abril de 1857, data de nascimento de José Veríssimo.

Estas notas indicam os âmbitos alcançados pela comemoração do centenário de José Veríssimo, desde a família e amigos com a tradicional missa (embora Veríssimo fosse um sujeito bastante anticlerical), passando pela instituição que ajudou a fundar e zeladora da memória e imagem dos seus *imortais* (Veríssimo ficaria demasiadamente comovido com a conferência de Peregrino Jr.), até o governo do Estado do Pará homenageando um dos seus mais destacados intelectuais, cujos trabalhos eram incansáveis no estudo e divulgação da Amazônia (talvez Veríssimo olharia com alguma desconfiança a manifestação oficial, sempre fora desconfiando de comemorações oficiais). Claro que a *celebração* do centenário não encerrou-se nestas comemorações, pois houve um intenso movimento de publicação na imprensa carioca e paulista[34], e a edição de uma antologia escolar, rendendo tributo à memória de José Veríssimo.

[34] O capítulo circunscreveu-se no exame das leituras sobre a vida, obra e personalidade e nas manifestações dedicadas ao centenário de José Veríssimo veiculadas em periódicos e publicações cariocas e paulistas, devido a amplitude da *circulação* destes impressos na construção da imagem do "Sr. Crítico" de José Veríssimo na posteridade e como um dos grandes representantes da crítica e história literária no pensamento brasileiro – tal processo de consagração, como capítulo procura demonstrar, esteve totalmente assentado no lugar de destaque que Veríssimo assumiu na imprensa carioca e como fundador da Academia Brasileira de Letras, e as reverberações acerca dos seus estudos na imprensa paulista. Embora reconheça-se a dimensão fundamental da imprensa paraense compor esse circuito de leituras e comemorações, pelas razões evidentes de ser um intelectual paraense, é necessário também sopesar que a densidade e a quantidade de material tornavam a sua inclusão

As duas grandes manifestações, em função dos lugares de destaque e da riqueza documental, foram a conferência de Peregrino Jr. na Academia Brasileira de Letras, proferida no dia 11 de abril (quinta-feira), e as páginas dedicadas no Suplemento Literário do *Estado de São Paulo*, de 13 de abril (sábado), com as colaborações de Wilson Martins, José Aderaldo Castello, Lúcia Miguel-Pereira e Antonio Candido, e transcrições de correspondências, documentos e trechos de obra e reprodução de fotografias e charges.

Às 17 horas, no tradicional chá das quintas-feiras, em sessão solene e comemorativa, Peregrino Jr. leu a conferência *José Veríssimo em carne e osso*. O conferencista buscava justapor o "crítico José Veríssimo" áspero e severo ao "José Veríssimo de carne e osso", revelando suas fraquezas, paixões, dúvidas e grandezas. Veríssimo sempre foi reconhecido pela *ação da palavra*, por seus estudos críticos, enquanto sua *presença pessoal* era vista como amarga e triste. Embora tímido e introvertido, era um sujeito de grande caráter, de bom trato íntimo, que amava os amigos.

A conferência expôs detalhes preciosos da vida de José Veríssimo até aquele momento desconhecidos do grande público e que não constavam na biografia de Francisco Prisco (1937), isso em razão do contato em primeira mão com *documentação primária*: as correspondências e o caderno de notas[35] – considerando que a de Prisco era baseada em *pesquisa bibliográfica*, sobretudo, dos escritos produzidos pelos *contemporâneos* de Veríssimo. Assim, a "biografia" de Peregrino Júnior não é tão completa se comparada com a de Prisco; no entanto, em razão do seu material de consulta, levantou fatos desconhecidos sobre a intimidade de José Veríssimo.

Certa vez, relata Peregrino Jr., em uma incursão no interior do Pará, o jovem José Veríssimo se aproximou de um "barracão de caboclos" atraído por "uma linda mameluca", sua timidez e recato eram afrontados com a desenvoltura e o convite sem rodeios da moça – "Muço, venha cá! Venha matar um jacaré!". Veríssimo, que nunca havia matado um jacaré,

---

inexequível neste momento de escrita do trabalho. Conforme Michel de Certeau, enquanto a pesquisa não tem limites, a escrita do trabalho precisa de ponto final. No entanto, uma das questões que me instiga para a análise da imprensa paraense é necessariamente estabelecer a comparação com a imprensa carioca e paulista na construção da imagem do "Sr. Crítico" de José Veríssimo: quais tipos de leituras os periódicos do Pará realizaram sobre a vida, obra e personalidade de José Veríssimo, de 1916 a 1974? Valorizaram mais suas obras de crítica e história literária ou destacaram seus estudos sobre a Amazônia? Quais foram, também, o conteúdo das manifestações comemorativas realizadas pelo governo do Pará? Estas questões permearão minhas futuras pesquisas.

[35] De fato, no Arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras, na coleção "José Veríssimo", é possível consultar correspondências e recortes de jornais relacionados a José Veríssimo. Quando fui pesquisar neste acervo, não havia cadernos de notas ou apontamentos disponíveis para a consulta. Talvez, eles ainda existissem no tempo de Peregrino Jr. e foram se desgastando no transcorrer das décadas. De todo modo, fica o registro do pesar de não ter acesso a esse tipo de registro tão precioso, que, no correr da pena, pode guardar uma miríade de impressões sobre leituras ou fatos cotidianos.

ficou bastante aturdido com o convite inusitado. Os demais presentes fazem coro com a moça – "Venha, muço, venha matar o bicho!" –, não havia jeito. Veríssimo engatilha, mira na cabeça e atira: no dispersar da fumaça da pólvora, o jacaré afundava fulminado! Havia acertado! A cabocla aplaude e sorrindo diz: "É macho!" (JORNAL DO COMÉRCIO, 28 de abril de 1957, p. 3).

De matador de jacaré, José Veríssimo foi quase deportado do Pará. O "Club Militar", em 1889, responsável pela deposição do presidente de província e organização da transição republicana no estado, quis deportá-lo por dois motivos: ter assinado uma manifestação contra a deposição – o presidente era amigo de Veríssimo – e ter chamado a proclamação de "sedição militar". Por ambas as situações foi considerado "monarquista". Esse episódio da deportação também foi retratado – inclusive com o fac-símile do "Club Militar" negando a deportação – nas páginas do Suplemento Literário do *Estado de São Paulo.*

Peregrino Jr (1957) listou ainda os lugares nos quais o autor de *Cenas da Vida Amazônica* residiu na capital carioca, todos bairros da zona norte: Catumbi, Boca do Mato, Engenho Novo – mesmo que a vida fosse mais barata e tranquila, em Lins de Vasconcelos, sempre reclamava da falta de água! Quando foi diretor do Ginásio Nacional, tinha direito a casa oficial e mudou para São Cristóvão, onde não ficou muito tempo, por causa dos vizinhos: um quartel e a febre amarela. Ainda segundo Peregrino Jr., José Veríssimo também morou em Jacarepaguá, mesmo detestando o lugar, pois foi onde morreu D. Ana Flora, sua mãe, infortúnio ainda agravado pelo calor, pela falta de recursos e pela distância. "Faleceu repentinamente no dia 2 de fevereiro de 1916, em sua residência, na rua Marques de Leão, no Engenho Novo, de um brusco ataque de *uremia*" (JORNAL DO COMÉRCIO, 28 de abril de 1957, p. 3 – grifo meu) – dos documentos com que entrei em contato, a conferência de Peregrino Jr. (1957) foi o único que indicou a causa da morte de José Veríssimo.

Imagem 7 – Conferência de Peregrino Jr. no centenário de José Veríssimo

COMEMORADO O CENTENÁRIO DO CRITICO JOSÉ VERISSIMO

NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

A ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, anteontem, em sessão solene, através da palavra de seu presidente, sr. Peregrino Júnior, prestou homenagem à memória de José Verissimo, pela passagem do primeiro centenário de seu nascimento, ocorrido em 1857, na cidade de Óbidos, no Pará. O acadêmico Peregrino Júnior pronunciou longa conferência sôbre José Verissimo, fixando a sua infância e a adolescência, naquele mundo ainda no «3º dia da criação» como expressou [illegible]

José Verissimo, filho do homenageado e o embaixador Bernard Hardion, chefe da representação diplomática da França.

O acadêmico Peregrino Júnior, quando proferia sua palestra, vendo-se à direita o embaixador da França, sr. Bernard Hardion.

TERÃO INÍCIO AS SOLENIDA

BÊNÇÃ

TERÃO início, amanhã, domin nos templos desta capital, as Semana Santa, comemorativas morte do Redentor. O cardeal D. ros Câmara presidirá a abertura oficiando, às 10 horas, na Catedral na bênção e procissão de Ramos, ser observado na Catedral, dura Maior, é o seguinte:

Domingo de Ramos — 10 ho procissão de Ramos, por sua em. sistência pontifical do emo. pre

Antônio Paiz Cintra — cô- nego mons. Ivo Calliari. III Noturno: cônego mons. J. A. Gonçalves de Resende — cônego Viriato Moreira — cônego mons. Simeão Macedo. Confessôres: 16 às 17 horas: mons. Benedito Marinho e cônego Viriato Moreira. 17 às 19 horas:

Fonte: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13 de abril de 1957, p. 2

No dia 13 de abril de 1957, sábado, uma breve nota repercutia a conferência de Peregrino Jr., cujo título "Comemorado o centenário do crítico José Veríssimo", ocupava o centro da página 2 do *Diário de Notícias*. Assim a nota discorria:

> O orador na longa exposição de análise, de crítica, de louvor à figura de José Veríssimo, colocou em primeiro plano o homem, tanto nas relações sociais quanto na vida intima, no seio da família. Assim, surgiu, aos que ouviram a palavra do escritor, o crítico, o jornalista e o literato como personalidade humana, possuidor de reações normais, sem deformações. A pessoa física de Veríssimo é apresentada sem resíduos e asperezas, desfocado do formal, do distante. A sua personalidade foi adjudicando, com o passar do tempo, falso conceito que lhe atribui coração impassível, inatingível às emoções da vida, imprimindo-lhe caráter obliterado que se projeta, de certa maneira, nas apreciações de sua obra. Nessa ordem de idéias, ao referir-se à correspondência particular do crítico, o orador salientou facetas ignoradas do caráter, e revelou sua vocação pedagógica e o seu pendor pela política no começo da República (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13 de abril de 1957, p. 2)

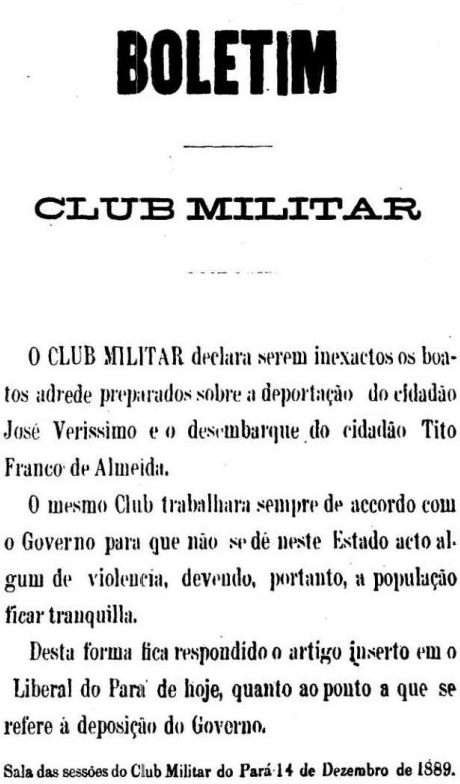
E finaliza assinalando as presenças ilustres:

> A sessão promovida pela Academia em homenagem a um dos seus fundadores estiveram presentes ainda o general Inácio José Veríssimo, filho do homenageado e o embaixador Bernard Hardion, chefe da representação diplomática da França (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13 de abril de 1957, p. 2).

Com toda a pompa e circunstância, a Academia Brasileira de Letras comemorava o centenário de nascimento de José Veríssimo, um dos seus membros fundadores e ilustre *imortal*. Ao lado da imagem do "Sr. Crítico", com a qual contribuiu bastante desde a sua fundação e no tempo dos *contemporâneos* de Veríssimo, há também, desde a nota de Manuel Bandeira, em 1947, o esforço de apresentar outras facetas, mais humanas, mais íntimas, do fundador da cadeira nº 18. Da conferência de Peregrino Júnior (1957), pautada em pesquisa documental, emerge uma Veríssimo mais cotidiano, um Veríssimo de *carne e osso*, um "Sr. Crítico" de *carne e osso*.

Ainda no sábado, dia 13 de abril de 1957, na capital paulista eram distribuídos os exemplares do Suplemento Literário do *O Estado de São Paulo,* dedicado, nas páginas 4 e 5, a homenagear José Veríssimo. Com textos de Lúcia Miguel Pereira (sobre o Cenas da Vida Amazônica), Antonio Cândido (sobre o Educação Nacional), uma seleção de trechos das obras de José Veríssimo, uma foto da família Veríssimo, de 1912 e duas publicações documentais: um, o boletim do Club Militar do Pará, de 1889, negando a deportação de José Veríssimo; o outro, de 1901, um conjunto de assinaturas no verso do "menu" do banquete oferecido a Lúcio Mendonça – todos na página 4.

Imagem 8 – Fac-símile do Boletim do Club Miliar



BOLETIM

CLUB MILITAR

O CLUB MILITAR declara serem inexactos os boatos adrede preparados sobre a deportação do cidadão José Verissimo e o desembarque do cidadão Tito Franco de Almeida.

O mesmo Club trabalhara sempre de accordo com o Governo para que não se dê neste Estado acto algum de violencia, devendo, portanto, a população ficar tranquilla.

Desta forma fica respondido o artigo inserto em o Liberal do Para de hoje, quanto ao ponto a que se refere á deposição do Governo.

Sala das sessões do Club Militar do Pará 14 de Dezembro de 1889.

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO, 13 de abril de 1957, p. 4.

Imagem 9 – Assinaturas no banquete oferecido a Lúcio Mendonça.

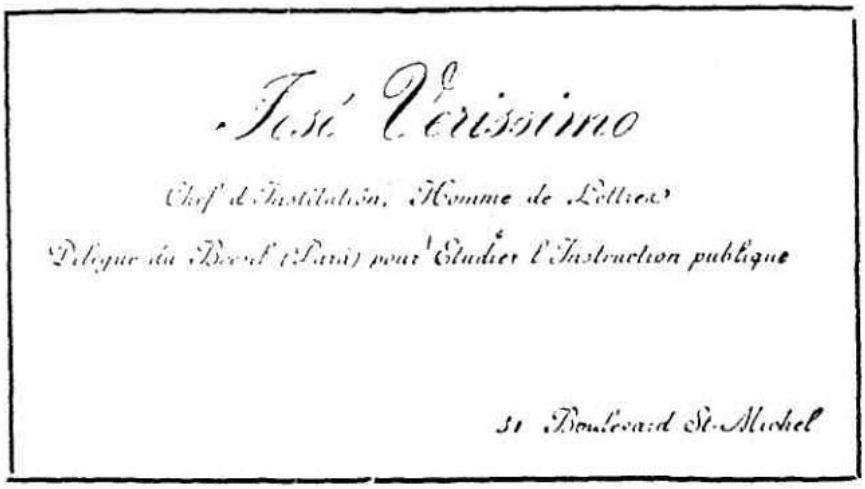
Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO, 13 de abril de 1957, p. 4.

Na página 5, há textos de José Aderaldo Castello (uma bio-bibliografia de Veríssimo), Wilson Martins (sobre a crítica literária de Veríssimo), um cartão de visitas de José Veríssimo, de quando esteve na França em 1889, uma caricatura, uma foto com Oliveira Lima, de 1914, outra foto da ocasião da visita de Guglielmo Ferrero, e vários trechos manuscritos de "fac-símiles" esparsos.

No final da página 5, uma breve nota de agradecimento:

> Este Suplemento agradece à família de José Veríssimo, em especial à d. Ana Flora Veríssimo, filha do ilustre do escritor, a gentileza com que poz à sua disposição os ineditos, fotografias e demais documentos que ilustram estas duas paginas (O ESTADO DE SÃO PAULO, 13 de abril de 1957, p. 5).

Imagem 10 – Cartão de visitas de José Veríssimo em 1889



Cartão de visitas de José Verissimo, durante a sua estada na França, em 1889

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO, 13 de abril de 1957, p. 5.

Imagem 11 – José Veríssimo e Oliveira Lima em 1914

Jose Verissimo e Oliveira Lima em 1914

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO, 13 de abril de 1957, p. 5.

Lucia Miguel Pereira (1957), no ensaio "Cenas da Vida Amazônica", iniciava o texto com uma questão: "Existirá um 'ficcionista' José Verissimo?". Procurando analisar esse aspecto criador de sua obra, encaminhou seu argumento na mesma trilha de Francisco Prisco: *Cenas* é um *livro de mocidade* cuja notabilidade estava apenas no registro da sociedade amazônica, uma vez que a *vocação* de Veríssimo era a crítica literária. "É pois um *trabalho de mocidade*, de um moço de vinte e três anos, que não saira ainda de sua provincia", e como nunca mais escreveu literatura, dedicando-se apenas a crítica literária, "deixando assim bem claro que era essa a sua *vocação*, esse o genero no qual sentia realizar-se" (O ESTADO DE SÃO PAULO, 13 de abril de 1957, p. 4 – grifos meu). Os contos apontam para uma investigação, revelando conhecimento das tendências literárias do seu tempo, dos costumes, da "mentalidade primitiva", de registar o que via no seu em torno, de investigar a sua terra. Tanto Lúcia Miguel Pereira (1957) quanto Francisco Prisco (1947) consideravam qualquer

produção de José Veríssimo sob o ponto de vista da *gênese* ou *vocação* do crítico literário – a *imagem* do "Sr. Crítico" sempre presente.

Na sua colaboração, talvez buscando sair da zona de conforto da crítica literária, Antonio Candido (1957) escreveu uma resenha sobre *A Educação Nacional*, com um título simples e direito: "José Veríssimo e a educação". Para ele, este estudo distinguia-se pela relação entre reflexão teórica e encaminhamentos práticos, revelando um autor informado das teorias sociais do seu tempo e munido de conhecimentos fornecidos pela experiência prática.

Situava a preocupação de Veríssimo na distinção entre instrução e educação e a importância para a formação do caráter nacional; os problemas de nossa formação social, advinda do cruzamento racial, da influência do meio natural e do emprego do trabalho escravo. Para a construção da "educação nacional", Veríssimo tomava como exemplos a França pós-1870, a Itália e a Alemanha. Como soluções práticas na educação, apontava Veríssimo: a educação física, a educação da mulher e o ensino de história e geografia pátria. Elaborou também orientações minuciosas para a produção de livros de leitura, os quais partissem de fatos concretos do nosso meio, história e tradições populares.

Contudo, Antonio Candido também reflete aqui uma *imagem* recorrente nas leituras anteriores, ao relacionar o crítico literário e educador pelos laços do patriotismo:

> A paixão literária não isolou José Verissimo dos problemas do seu tempo. Pelo contrario, seria possivel, caso necessario, sustentar que ela se baseava noutra, mais exigente e vasta: o patriotismo. Dos primeiros aos últimos escritos sentimos nele este ponto de aplicação que o levava, em ultima analise, a conceber a literatura, de um lado como expressão nacional (daí sua preferencia pelos romanticos); de outro, como instrumento formador de uma mentalidade nacional (daí o papel que lhe atribuía na educação). Ao critico literario se junta pois, harmonicamente, um educador no mais amplo sentido, condicionados ambos pelo patriota, autor de livros cujos titulos se referem, quase todos, ao Brasil (O ESTADO DE SÃO PAULO, 13 de abril de 1957, p. 4).

Por sua vez, na página 5 do Suplemento Literário, estavam os textos de Wilson Martins (1957) e José Aderaldo Castello (1957). Ambos completaram a homenagem abordando a questão da crítica literária e retomando alguns fatos da sua vida e extensa bibliografia.

Wilson Martins (1957) analisou as características da crítica literária de José Veríssimo no ensaio "O crítico José Veríssimo". Observa algumas dificuldades da crítica em analisar os críticos[36], aspirando julgá-los do seu presente, desconsiderando o contexto

[36] Considero que Wilson Martins faz essa introdução sobre a crítica dos críticos com referência nas críticas de Afrânio Coutinho a obra de José Veríssimo, no artigo "O moralista José Veríssimo": não reconhecia Veríssimo um historiador da literatura e observava na sua crítica militante uma série de problemas, sobretudo, a ausência de

histórico no qual pensaram e escreveram. Críticos bem avaliados no seu tempo, são destratados na posteridade; críticos mal vistos no seu tempo, são laureados. Para Martins, todo crítico deseja influir no seu tempo e permanecer na posteridade: "Daí serem julgados pelo que foram e pelo que não foram: toda a argucia dos que consideram a sua contribuição se mede pela capacidade de identificar o positivo e o negativo numa obra em que essas duas forças se afrontam sem cessar" (O ESTADO DE SÃO PAULO, 13 de abril de 1957, p. 5)

Segundo Martins, isto é o que acontece com José Veríssimo, que ficou conhecido pelos julgamentos negativos, enquanto Sílvio Romero é lembrado pelos julgamentos positivos. Esse é fundamentalmente um historiador, já aquele, essencialmente crítico. Enquanto Romero esgota-se na leitura, Veríssimo exige a releitura. Por ironia, no mercado editorial, é Romero quem se relê e Veríssimo nem mesmo se lê, em razão das poucas reedições de sua obra (exceto sua História da Literatura Brasileira, recentemente reeditada – provavelmente, deve ser a terceira edição da José Olimpio).

Deste modo, para Martins (1957), a crítica de José Veríssimo era marcada por três grandes coordenadas: "o interesse estetico, as leituras universais e a preocupação nacionalista", de modo que "as primeiras o habilitavam e preparavam para exercer a *missão* que escolhera, do ponto de vista que se colocara; as três se dinamizavam entre si e modificavam, com isso, a sua natureza intrínseca" (O ESTADO DE SÃO PAULO, 13 de abril de 1957, p. 5). Wilson Martins (1957), de modo similar a Carlos Magalhães de Azevedo (1902), um dos *contemporâneos* de Veríssimo, considerava que o ofício de crítico em Veríssimo era uma *missão* – além do claro tom de *defesa*, como fizeram Francisco Prisco (1937) e Álvaro Lins (1944). Em diferentes contextos, seja de *emergência*, seja de *celebração*, as imagens vão se repetindo, criando e reproduzindo uma *tradição seletiva* e *inventada* do "Sr. Crítico".

Com o título "Bio-bibliografia de José Veríssimo", José Aderaldo Castello (1957) apresentou um perfil de José Veríssimo. Quando Castello tratou da atividade jornalística no Pará, considerou que o convívio com geógrafo Domingos Soares Ferreira Pena, havia despertado o interesse do jovem Veríssimo pelos estudos de corografia e etnografia, sendo os seus primeiros trabalhos o registro da viagem a Monte Alegre e Óbidos, cujo título "Viagem no sertão", foi a primeira colaboração, em 1877, no jornal *O Liberal do Pará*.

Na ocasião de abertura do Colégio Americano:

---

uma concepção e métodos claros de crítica, bem como de uma ideia de estética – questões que não estavam no gradiente de preocupações do tempo histórico de José Veríssimo.

> Confessa – Veríssimo – também que a nova atividade não o levará a sacrificar a sua vocação literaria. De fato, associará as duas coisas para o resto da vida – ensino e literatura, além da atenção constante voltada para os problemas de sua região de origem (O ESTADO DE SÃO PAULO, 13 de abril de 1957, p. 5)

Quando Veríssimo mudou-se, em 1891, para o Rio de Janeiro:

> Finda-se assim, em 1891, a *fase provinciana* da carreira de Jose Verissimo, que desse ano em diante, na capital do país, encontra campo mais largo e visão mais ampla para as suas atividades, na verdade substancialmente as mesmas do ambiente paraense (O ESTADO DE SÃO PAULO, 13 de abril de 1957, p. 5 – grifo meu).

O perfil de José Aderaldo Castello (1957) expôs uma leitura bastante original da trajetória e as obras de José Veríssimo – muito similar ao esboço biográfico realizado por Alberto Faria no seu discurso de posse da cadeira nº 18. Preocupa-se com detalhes de produção e composição das obras – como é o caso da comparação com Sílvio Romero –, além de ter uma visão equilibrada da produção de Veríssimo nos contextos amazônico e fluminense.

Embora qualifique a primeira de "fase provinciana", sem qualquer significado menor ou de demérito, distinguiu-se, por seu turno, de Francisco Prisco (1937), que considerava as obras do contexto paraense como preparatórios, enquanto ensaio da *vocação* e realização do *destino*, para o advento do crítico literário no Rio de Janeiro. E convém não esquecer: Castello escreveu este perfil sem qualquer citação a *José Verissimo. Sua vida e suas obras*, e sem consulta a *documentação primária*, como foi o caso de Peregrino Jr. (1957). Por isso, acredito que o perfil é fruto de uma cuidadosa *pesquisa bibliográfica*, embora não haja referência as fontes, característica bastante comum dos textos jornalísticos do período.

Ainda neste contexto de comemoração do centenário, mais uma leitura foi incorporada ao repertório de *imagens* sobre a vida, a obra e a personalidade de José Veríssimo: ser considerado *um clássico brasileiro*. Na coluna "Letras e Problemas Universais", do *Diário de Notícias*, de 28 de abril de 1957, Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima) pretendia situar a contribuições e demonstrar a atualidade da poesia de Alberto de Oliveira, do romance de Aluísio de Azevedo e da crítica de José Veríssimo, no artigo "Três centenários".

Quando estes três *clássicos* da literatura nasceram, o romantismo predominava na literatura brasileira. Em 1857, José de Alencar lançava "O Guarani", sua obra prima; no Pará, no Maranhão e no Rio de Janeiro, nasciam os três renovadores da poesia, do romance e da

crítica no país; esse é um ano-marco para as nossas letras e culminante do Romantismo, que vinte anos depois, seria combatido por esses três anônimos em futuras lutas estéticas.

Na poesia, Alberto de Oliveira se desvencilhava de suas crisálidas românticas para se encaminhar cada vez mais para o neoclassicismo e o parnasianismo. Era a objetividade reagindo ao lirismo subjetivo; era o reforço da forma contra o "relaxamento romântico". No romance, Aluísio de Azevedo também deixava de lado os cânones românticos, lançando, de forma sistemática e definitiva, as características do romance naturalista. O romance naturalista e a poesia parnasiana se inspiravam na mesma transformação de valores do sujeito ao objeto, da imaginação a observação, do idealismo ao realismo, da espiritualidade ao ceticismo. Na crítica:

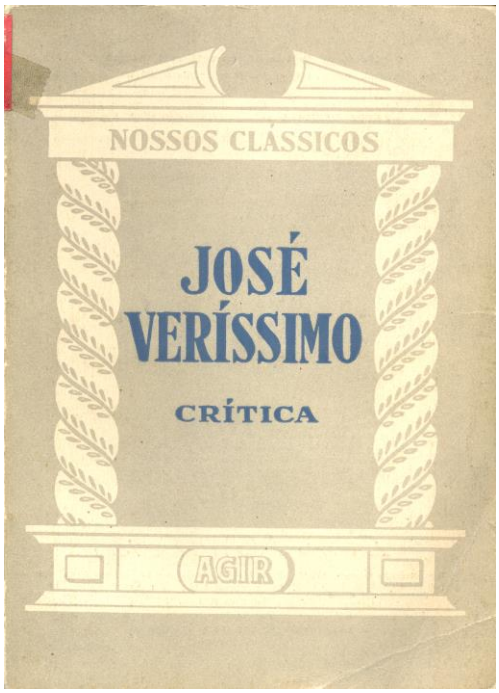
> O mesmo *rigor*, a mesma *objetividade*, o mesmo predominio da razão sôbre o sentimento, o mesmo espirito neo-clássico e anti-romântico, tudo isso iria constituir, no seu plano e com as devidas transposições analógicas, o mesmo fundo intelectual do que partiria o jovem critico paraense, de início, também ainda seduzido por certo romantismo regionalista, para no lugar de enorme prestigio que um dia iria ocupar como o mais temido e o mais acatado dos nossos criticos profissionais do 'reviewing", *em moldes bebidos em Saint-Beuve e Brunetière* (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 28 de abril de 1957, p. 6 – grifo meu)

Oitenta anos se passaram, entre 1877 e 1957, nos quais "(...) é curioso como na poesia, no romance e na critica, do neo-modernismo de 1957, podemos encontrar traços comuns com êsses *clássicos* do nosso século XIX, hoje centenários" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 28 de abril de 1957, p. 6 – grifo meu). O concretismo poético e sua oposição ao abstracionismo moderno, têm muitas similaridades com a poesia de Alberto de Oliveira e sua reação ao subjetivismo romântico. No neonaturalismo dos romancistas de 1957, como Guimarães Rosa, há traços muito semelhantes com o naturalismo de Aluísio de Azevedo, que desafiava o idealismo romântico. A objetividade da crítica literária exata e austera de José Veríssimo, bem como a sua preocupação máxima de justiça, ainda estavam bem próximas das aspirações científicas dos críticos de 1957.

Concluía Tristão de Athayde (1957): "Tanto é certo que há modernos já nasceram velhos e centenários que são sempre novos..." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 28 de abril de 1957, p. 6). Portanto, José Veríssimo é um *clássico brasileiro* em razão do caráter de sua crítica literária rigorosa, objetiva e justa e similar àquela praticada por Saint-Beuve e Brunetière: o *clássico* é a convergência de outras imagens a respeito do "Sr. Crítico", que, neste momento de centenário, foram retomadas na demonstração da longevidade e atualidade dos "centenários que são sempre novos...".

Essa visão sobre *clássicos brasileiros* orientou a produção de pequenas antologias literárias escolares pela Editora Agir, em 1957. Organizada por Alceu Amoroso Lima, Roberto Alvim Corrêa e Jorge de Sena, a coleção pretendia oferecer seleções de textos, estudos críticos, indicações de leitura e questionários didáticos de autores fundamentais da literatura brasileira e portuguesa. Em 1958, organizada por Olívio Montenegro, era publicada a antologia *José Veríssimo – Crítica*[37].

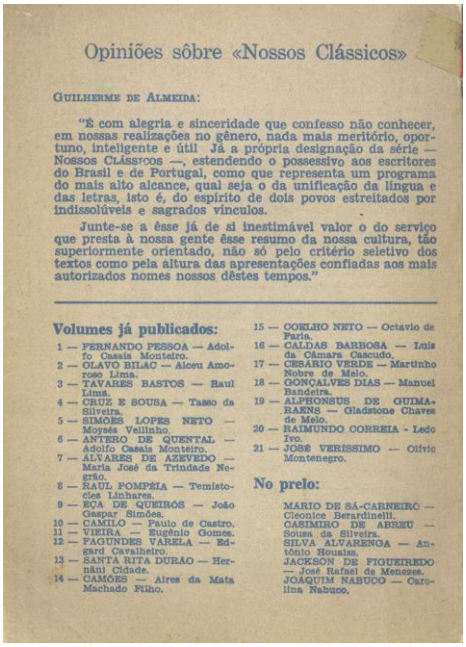
Imagem 12 – Capa da coleção "Nossos Clássicos"



Fonte: MONTENEGRO, 1958.

[37] A antologia escolar "José Veríssimo – Crítica", com seleção e estudo crítico de Olívio Montenegro, editado pela Editora Agir, na coleção "Nossos Clássicos", é formada por três partes: a) Apresentação – com a contextualização histórica e estudo crítico; b) Antologia – seleção de trechos das obras "Cenas da Vida Amazônica" (contos), "A Educação Nacional", "Homens e coisas Estrangeiras", "Estudos de Literatura Brasileira", "História da Literatura Brasileira" e "Letras e Literatos"; c) Bibliografia do Autor, Bibliografia sobre o Autor, Julgamento Crítico e Questionário.

Imagem 13 – Capa com opinião e outros números da coleção



Opiniões sôbre «Nossos Clássicos»

GUILHERME DE ALMEIDA:

"É com alegria e sinceridade que confesso não conhecer, em nossas realizações no gênero, nada mais meritório, oportuno, inteligente e útil Já a própria designação da série — Nossos Clássicos —, estendendo o possessivo aos escritores do Brasil e de Portugal, como que representa um programa do mais alto alcance, qual seja o da unificação da língua e das letras, isto é, do espírito de dois povos estreitados por indissolúveis e sagrados vínculos.

Junte-se a êsse já de si inestimável valor o do serviço que presta à nossa gente êsse resumo da nossa cultura, tão superiormente orientado, não só pelo critério seletivo dos textos como pela altura das apresentações confiadas aos mais autorizados nomes nossos dêstes tempos."

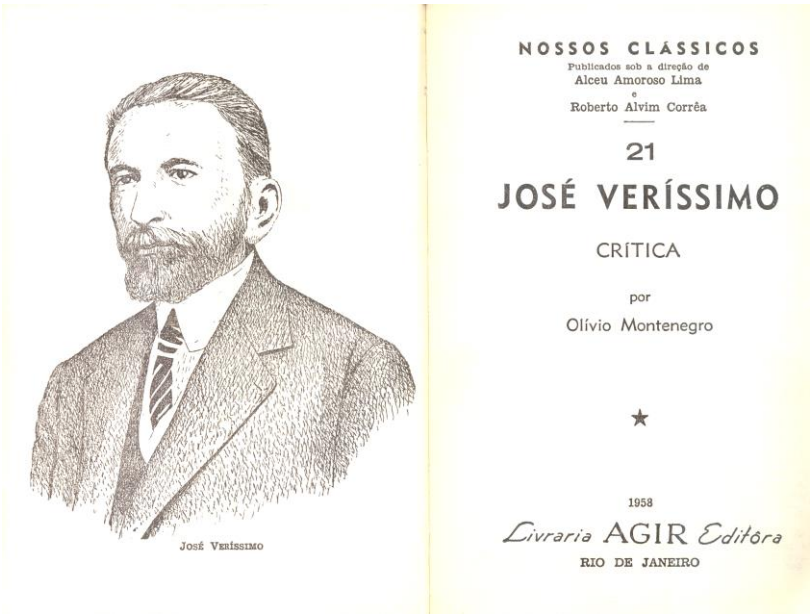
Volumes já publicados:

1 — FERNANDO PESSOA — Adolfo Casais Monteiro.
2 — OLAVO BILAC — Alceu Amoroso Lima.
3 — TAVARES BASTOS — Raul Lima.
4 — CRUZ E SOUSA — Tasso da Silveira.
5 — SIMÕES LOPES NETO — Moysés Vellinho.
6 — ANTERO DE QUENTAL — Adolfo Casais Monteiro.
7 — ALVARES DE AZEVEDO — Maria José da Trindade Negrão.
8 — RAUL POMPÉIA — Temístocles Linhares.
9 — EÇA DE QUEIRÓS — João Gaspar Simões.
10 — CAMILO — Paulo de Castro.
11 — VIEIRA — Eugênio Gomes.
12 — FAGUNDES VARELA — Edgard Cavalheiro.
13 — SANTA RITA DURÃO — Hernâni Cidade.
14 — CAMÕES — Aires da Mata Machado Filho.
15 — COELHO NETO — Octavio de Faria.
16 — CALDAS BARBOSA — Luís da Câmara Cascudo.
17 — CESÁRIO VERDE — Martinho Nobre de Melo.
18 — GONÇALVES DIAS — Manuel Bandeira.
19 — ALPHONSUS DE GUIMARAENS — Gladstone Chaves de Melo.
20 — RAIMUNDO CORREIA - Ledo Ivo.
21 — JOSÉ VERÍSSIMO — Olívio Montenegro.

No prelo:

MÁRIO DE SÁ-CARNEIRO — Cleonice Berardinelli.
CASIMIRO DE ABREU — Sousa da Silveira.
SILVA ALVARENGA — Antônio Houaiss.
JACKSON DE FIGUEIREDO — José Rafael de Menezes.
JOAQUIM NABUCO — Carolina Nabuco.

magem 14 – Folha de rosto da coleção "Nossos Clássicos"



Fonte: MONTENEGRO, 1958.

Na apresentação da antologia, na parte "estudo crítico"[38], Olívio Montenegro (1958) selecionou trechos das obras literárias, sociológicas e educacionais de José Veríssimo. No entanto empenhou maior relevância aos estudos literários, definindo as características e o caráter do crítico literário e dividindo-as de acordo com o contexto de produção: no Pará e no Rio de Janeiro.

No contexto paraense, as duas principais obras às quais Montenegro (1958) fez referência são *Cenas da Vida Amazônica* e o *A Educação Nacional*. O *Cenas* é o seu único livro de ficção no qual realizou a exposição literária da natureza amazônica, com "a minúcia e o gôsto de um bom paisagista, e ainda da melhor penetração psicológica é a pintura do homem tal como êle nos representa dentro do seu visguento e morno quadro social de vida" (MONTENEGRO, 1958, p. 7). Para afiançar seus julgamentos, citou um texto de Machado de Assis sobre o *Cenas*, que considerava Veríssimo um escritor com estilo e mão bem assentada, dominando a sua matéria de escrita, com graça, poesia e vigor nas imagens que construía.

A Educação Nacional, editado no Pará em 1890, é considerado um divisor de águas:

> Ainda no seu tempo do Pará nota-se uma outra obra de José Veríssimo que, em meio menos distraído e de leitores menos apressados, mesmo hoje, a sua repercussão seria diferente: trata-se do livro *A Educação Nacional*, que êle publicou em 1891, no mesmo ano que se muda para o Rio (MONTENEGRO, 1958, p. 8 – grifos meu.)

O livro lançava apreciações críticas que combinaram a constatação dos principais problemas educacionais brasileiros no início do período republicano: ausência de legislação bem constituída, de métodos e materiais organizados, de professores adequadamente formados etc. Com uma vigorosa análise sociológica e histórica sobre a vida social e doméstica, dimensionava, por exemplo, as influências deletérias da escravidão no caráter brasileiro e como a educação poderia contribuir para a renovação da nacionalidade. Na segunda edição, de 1906, acompanhada de uma "Introdução", atualizava a discussão educacional para o início do século XX e constatava que as reformas e modificações no campo da educação no início da República surtiram nenhum ou quase nenhum efeito, de modo que ainda se amargava os mesmos problemas e impasses.

Veríssimo começava a lidar com problemas nacionais. Eis a inflexão, segundo Montenegro (1958):

---

[38] O "estudo crítico" é derivado de dois artigos publicados por Olívio Montenegro no *O Jornal*: "Um crítico brasileiro", de 12 de junho de 1958; "Um crítico independente", de 7 de setembro de 1958.

> De certos problemas ligados mais à formação étnica e à vida social das populações da região amazônica fez em verdade José Veríssimo o principal assunto dos seus primeiros livros. Ainda êsse estudo, por circunscrito que pareça, um meio dele chegar a uma maior clarificação do *gênio nacional*. Porque o nacionalismo em Veríssimo não foi nunca o que se possa chamar de expansão lírica de um exaltado espírito patriótico: pareceu antes uma reverberação mais intensa do homem e uma clarividência do escritor.
>
> Quando êle interrompe os seus trabalhos meio de ficção meio de história, no Pará, é para fixar-se inteiramente na *crítica literária*. O historiador rapidamente evoluiu no crítico. Aliás o historiador e o crítico se tocam por muitos pontos, e por vezes se interpenetram. Os exemplos mais altos dessa coincidência admirável iríamos encontrar em certos e famosos críticos estrangeiros: Hazlitt, Carlyle, Sainte Beuve, Taine (MONTENEGRO, 1958, p. 9 – grifos meu).

José Veríssimo conseguia combinar em sua crítica literária o valor social dos fatos históricos ao valor artístico dos fatos da literatura, demonstrando as razões sociais, filosóficas e estéticas de ser. Suas análises foram objetivas, rigorosas e precisas, uma vez que não deixaram de ser marcadas pela imaginação e sensibilidade. Estas seriam as marcas que distinguem as suas obras *Estudos de Literatura Brasileira* e *História da Literatura Brasileira*: analisam as vicissitudes que a literatura brasileira travou para criar autonomia e originalidade diante do espírito e tradição de outras literaturas, sobretudo, de Portugal e França.

Para Montenegro (1958), a diferença fundamental entre José Veríssimo e Silvio Romero residira na objetividade e impessoalidade que caracterizaram os julgamentos do intelectual paraense. Romero, sem dúvida, fora um grande inovador no estudo da literatura brasileira, ao encaminhar a sua interpretação na conjugação da doutrina científica com doutrina política na evolução da história literária. No entanto, isso assumiu por vezes um tom pessoal e polemista que acabava obscurecendo o senso do crítico. Destoava de Veríssimo, que, de maneira independente, cumpria o papel do verdadeiro crítico segundo Machado de Assis[39] – citado por Olívio Montenegro (1958): "O crítico deve ser *independente* –

[39] Como havia dito, este "estudo crítico" era resultado de dois artigos jornalísticos. Nestes dois ensaios foi enfatizada a mesma ideia: o trabalho crítico de José Veríssimo encarnava o "modelo do crítico" de Machado de Assis. Convém lembrar: "O ideal do crítico", texto de Machado de Assis dedicado a crítica literária, foi publicado em 8 de abril de 1965, no *Diário do Rio de Janeiro*. Não obstante, um excerto do ensaio de Machado serve de epígrafe neste capítulo, o qual será retomado na conclusão, com a devida referência a Olívio Montenegro; porém, já vou realizado logo uma distinção, pois não considero que seja a *encarnação*, embora, talvez, a pretensão disso, a *imagem* disso – tendo de antemão que Veríssimo, ao menos diretamente, nunca fez essa relação, embora provavelmente conhecesse esse ensaio de Machado de Assis. Senão, vejamos. Primeiro, no artigo "Um crítico brasileiro": "Neste particular êle seguia ao pé da letra o que Machado de Assis no seu livro 'Crítica' recomenda, como essencial a todo o verdadeiro crítico. Recomenda nestas palavras: 'O crítico deve ser independente – independente em tudo e de tudo – independente da vaidade dos escritores e da vaidade própria'. José Verissimo de algum modo realizou êsse modêlo de crítico, como queria Machado de Assis" (O JORNAL, 13 de junho de 1958, p. 3). Segundo, no ensaio "Um crítico independente": "Não sei quem mais do que êle tivesse cumprido o bom preceito de Machado de Assis a respeito dos críticos. E como Machado de Assis também foi crítico e, por vêzes dos mais lúcidos, convem citar o que êle principalmente recomenda para o

independente em tudo e de tudo – independente da vaidade dos outros e da vaidade própria" (MONETENEGRO, 1958, p. 11 – grifo meu)

Deste modo, Olívio Montenegro qualificou a *imagem* cunhada por Tristão de Athayde. Estabeleceu uma periodização que aquilatava claramente as obras de caráter literário e a preocupação com questões nacionais, encaminhando, por sua vez, a compreensão de que o autor de *Estudos Brasileiros* sofrera uma *passagem* de historiador/etnógrafo preocupado com *questões amazônicas* para o crítico/historiador da literatura que amadureceu o seu *gênio nacional*. Nesta passagem, Veríssimo fora *celebrado* como crítico literário marcado pela independência, rigor e objetividade de análise dos fatos literários – esta é a *imagem* que qualificou o intelectual paraense em *clássico brasileiro*.

No contexto do centenário, surgiriam textos propondo um *balanço* ou *revisão* da obra crítica de José Veríssimo: foi o caso de Osmar Pimentel e o seu "Um anjo de guarda-chuva", de 13 de julho de 1957, no *O Estado de São Paulo* – abordagem já ensaiada no texto de Wilson Martins no Suplemento Literário do mesmo jornal.

Osmar Pimentel (1957) pontuava a falta de uma análise isenta que revelasse as virtudes e os defeitos do trabalho crítico de José Veríssimo. "Um anjo de guarda-chuva", verso retirado de um poeta (não cita qual), Pimentel (1957) classificava Veríssimo, quando vivo, como um anjo da crítica literária, reconhecido pela justiça e equilíbrio, diferente de Sílvio Romero, o demônio da historiografia literária brasileira. Depois de morto, Veríssimo começa a perder admiradores em razão de leitores mais bem informados. Sua crítica assemelha-se aos benefícios e limitações de um guarda-chuva: "util, prudente e com aquele sortilegio proprio à circunspecção" e "burocratica, sem imaginação e até, quando a analisamos sem paixão, às vezes ridicula, e, quase sempre, inatual" (O ESTADO DE SÃO PAULO, 13 de julho de 1957, p. 4).

"A *revisão* da obra critica de José Verissimo está reclamando deve partir da analise profunda (...)" uma vez que, acentuava Osmar Pimentel (1957), "É preciso por isso, compreender verdadeiramente José Verissimo, que ainda continua sendo, como diria o poeta, o surpreendente anjo de guarda-chuva de nossa critica literaria" (O ESTADO DE SÃO PAULO, 13 de julho de 1957, p. 4).

Tal revisão, cogito, foi concretizada em *A Tradição do Impasse*, de João Alexandre Barbosa (1974), a primeira tese universitária sobre a obra de José Veríssimo, defendida em 1971 no curso de Teoria Literária da Universidade de São Paulo. Na verdade, como veremos,

---

crítico, que é seguinte: 'O crítico deve ser independente – independente em tudo e de tudo – independente da vaidade dos autores e da vaidade própria'" (O JORNAL, 7 de outubro de 1958, p. 3).

o trabalho de João Alexandre Barbosa *canonizou* a *imagem* do "Sr. Crítico" de José Veríssimo em um *lugar* novo: a universidade.

1.5 "A Tradição do Impasse" (1974): a canonização da imagem

No artigo "Um Outro Veríssimo", publicado no *O Estado de São Paulo*, de 25 de fevereiro de 1967, João Alexandre Barbosa selecionou e comentou alguns trechos do livro *Estudos da Literatura Brasileira*. Sua intenção era evidenciar o desconhecimento da obra crítica de Veríssimo – ainda nas primeiras edições, quase todas esgotadas –, na qual desenvolve vários temas e questões, e uma vez comparado com a sua obra de síntese, *História da Literatura Brasileira*, podia-se conhecer outras facetas de sua obra que ultrapassam a críticas de esteticista e moralizante. Eis o primeiro parágrafo do texto:

> Sabe-se que o ano de 1966 marcou *cinquenta anos da morte* de um dos críticos brasileiros mais prejudicados pelo nosso subdesenvolvimento editorial: José Veríssimo, cuja obra é praticamente *desconhecida* pelas mais novas gerações brasileiras que ficam, quando muito, no conhecimento de sua 'História da Literatura Brasileira', uma vez que os seus diversos estudos críticos são já *raridades bibliográficas*, conservados ainda hoje nos estreitos limites das primeiras edições (O ESTADO DE SÃO PAULO, 25 de fevereiro de 1967, p. 3 – grifos meu)

Citando Otto Maria Carpeaux (sem fazer referência), que concebeu Veríssimo como um escritor de *insights* históricos, suas melhores páginas não se encontram em uma obra de síntese. Nos *Estudos de Literatura Brasileira*, autores como Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Joaquim Nabuco, por exemplos, recebem estudos marcados pelos *insights* históricos de Veríssimo. Na terceira série destes *Estudos*, ao comentar o livro "Essais sur l'Histoire de l'Art" (no capítulo "Das condições da produção literária no Brasil"), de Emílio Michel, ultrapassando as críticas da posteridade de esteticista, apontava parâmetros para uma sociologia da literatura brasileira, tornando sem fundamento as críticas de ser um escritor sem perspectiva social, uma vez que apresenta os fundamentos sociais e culturais do que chamava de arte literária. Deste modo, nas páginas dos *Estudos de Literatura Brasileira* havia um José Veríssimo *desconhecido*:

> Decididamente, não estamos na presença de um crítico apenas esteticista e moralizante. *Este é um outro Veríssimo*. Um autor que, sobretudo no cinquentenário de sua morte, precisava encontrar uma editora capaz de prestar um serviço valioso á cultura nacional reeditando-lhe os 'Estudos', permitindo, assim, a sua volta á circulação (O ESTADO DE SÃO PAULO, 25 de fevereiro de 1967, p. 3 – grifos meu)

João Alexandre Barbosa, neste breve artigo, já demonstrava a necessidade de reedição de uma das principais obras críticas de José Veríssimo, o *Estudos de Literatura Brasileira*, até aquele momento, ainda na primeira edição pela Editora Garnier – os seis volumes foram publicados entre 1901 e 1907 – configurando-se em uma raridade bibliográfica. Esse *outro Veríssimo*, que não cabia nos rótulos de crítico "esteticista" e "moralizante" – respondendo e estabelecendo distância em relação a Afrânio Coutinho e Wilson Martins –, precisava ser redescoberto, pois estava praticamente *desconhecido* das novas gerações de críticos, dos estudiosos da literatura e da cultura brasileira em geral.

Assim, no cinquentenário de sua morte, em 1966, tornava-se mais que oportuna a reedição destes volumes, pois, uma vez preenchida tal lacuna editorial, a editora que colocasse novamente em circulação os *Estudos* prestaria um relevante serviço à cultura brasileira. O apelo de João Alexandre Barbosa não só foi ouvido, como duas editoras em parceria se interessaram pela empreitada: Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, e a Editora da Universidade de São Paulo. Ambas relançaram, entre 1976 e 1977, os seis volumes já conhecidos do *Estudos de Literatura Brasileira*, e um inédito sétimo volume, recomendando por Veríssimo para publicação póstuma.

Contudo, antes disso, João Alexandre Barbosa defendia sua tese de doutorado em Teoria Literária na Universidade de São Paulo, em 1971, com o título "Linguagem da crítica e a crítica da linguagem: um estudo de caso brasileiro (José Veríssimo)" que, em 1974, foi publicada pela Editora Ática: "A Tradição do Impasse: linguagem da crítica e crítica da linguagem em José Veríssimo".

No início do presente capítulo, na parte dos *pressupostos*, apresentamos a argumentação de Barbosa sobre a *linguagem crítica* de José Veríssimo. Esta argumentação informou e nos ajudou a cotejar no transcorrer do capítulo as questões sobre Veríssimo ser um crítico *estético* ou um *moralista*, ou suas limitações de análise poética e indisposição com jovens escritores etc. Por isso, relembremos a argumentação de Barbosa, a sua tese sobre a *tradição do impasse*. Em 1894, no livro *Estudos Brasileiros – 2ª série*, há uma mudança na concepção crítica de José Veríssimo, de uma *visão naturalista* (todos os fatos da cultura são literatura) para uma *leitura impressionista* (literatura é a produção cultural realizada com finalidade artística) dos fenômenos literários.

Tal mudança não realizou uma *crítica* da linguagem literária que fosse capaz de identificar a especificidade da forma literária enquanto objeto histórico e estético. Assim, conforme Barbosa, Veríssimo não era um crítico moralista ou esteticista, pois a sua leitura das

obras literárias era *impressionista*, largamente fundamentada em suas preferências pessoais. Isso tudo num momento histórico em que a crítica literária e a própria condição de escritor passavam por um processo de profissionalização, exigindo ao mesmo tempo uma atividade cada vez mais *especializada* e uma postura política cada vez mais *imparcial* e *independente* no contexto das primeiras décadas republicanas.

Uma vez exposta a argumentação de João Alexandre Barbosa, nos detemos aqui na crítica à sua *classificação* da obra de José Veríssimo, presente no primeiro capítulo "Um mapa da obra". Essa classificação vai permeando os demais capítulos de sua tese: a divisão e a hierarquia da obra de José Veríssimo entre *provincial*, produzida no Pará, e *nacional*, produzida no Rio de Janeiro. Consideramos que Barbosa realiza uma *síntese* das *imagens* produzidas sobre a vida, obra e personalidade de Veríssimo: na verdade, *canoniza* aquelas imagens transformando-as em tese universitária.

Tal *classificação* acompanha a *argumentação* de João Alexandre Barbosa (1974). Os estudos produzidos na *fase provincial* ainda eram marcados pela indecisão e a pouca maturidade do jovem escritor, que, oscilando entre os esquemas ficcionais e etnográficos, pautava-se por uma concepção de crítica naturalista. Do ponto de vista da crítica literária, o principal trabalho de Veríssimo é o "A Literatura Brasileira – sua formação e destino (relance)".

O livro que registra a passagem para a *fase nacional*, no Rio de Janeiro, e, consequentemente, a mudança na visão de crítica literária, é o *Estudos Brasileiros – 2ª série*, no qual há uma "transição metodológica" entre as preocupações nacionalísticas da "Geração de 1870" e a abordagem da especificidade do fenômeno literário enquanto arte literária. Na página 42, Barbosa afirmava a respeito desta transição: "(...) a imagem de um José Veríssimo etnógrafo, que se *frustrou* em favor do crítico e historiador literário" (BARBOSA, 1974, p. 42 – grifo meu)

Essa *frustração* identificada por Barbosa (1974) nada mais é do que a *hierarquia* operada por sua análise entre os estudos enciclopédicos sobre história, literatura e crítica literária da Amazônia e do Brasil realizados no Pará, orientados pelas teorias cientificistas da *Geração de 1870*, e os trabalhos escritos no Rio de Janeiro pautados pelo *impressionismo crítico* de inspiração francesa, preocupados com a especificidade do fenômeno literário – representando, assim, a melhor e mais importante parte da sua obra, e constituindo-se, definitivamente, no "Sr. Crítico" José Veríssimo.

Tal *frustração* e *hierarquia* foram operadas em razão do horizonte de expectativa do estudo de João Alexandre Barbosa (1974), definindo a *inflexão* e o *limite* de sua análise. A

tradição do impasse na crítica literária brasileira, na transição entre o século XIX e XX, acabou obscurecendo uma das suas características principais: a dimensão *poligrafa* e *enciclopédica* da pena de José Veríssimo; ao lado da crítica e história literária, mantiveram o interesse onipresente por sua região de origem, a Amazônia, e a educação como principal forma de intervenção social nos problemas sociais do seu tempo – além do interesse pela cultura e sociedade latino-americana.

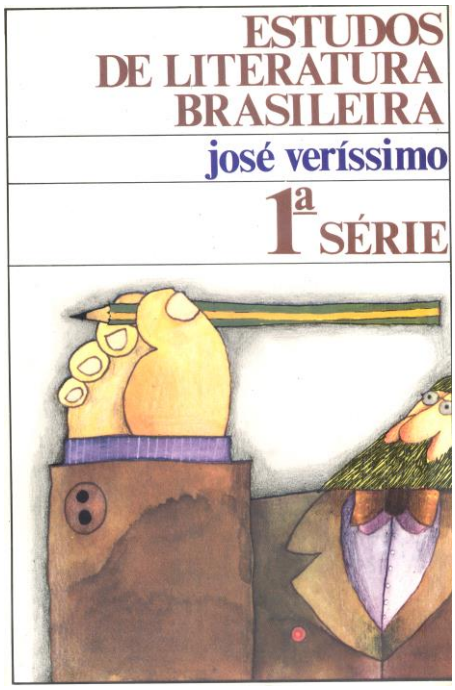
Como se vê, Barbosa (1974) efetuou uma *metonímia* infeliz: evidenciou o crítico literário em detrimento do intelectual enciclopédico cujos interesses conjugavam crítica, história, antropologia – especialmente os estudos direcionados para a educação e a Amazônia. Sintetizou todas as *imagens* a respeito da atividade crítica de José Veríssimo na sua tese da *tradição do impasse*, uma vez que o *núcleo comum* de todas aquelas *imagens* estava assentado em dois pilares principais: estabelecer a *gênese* do crítico, selecionar suas *características* e apontar suas *obras* mais relevantes.

O estudo de João Alexandre Barbosa (1974) *canoniza* tais *imagens* enquanto tese acadêmica ao investigar o *impasse* da linguagem crítica de José Veríssimo. Assim, para Barbosa (1974), o crítico literário, aquele *outro Veríssimo* desconhecido, surgiu do deslocamento entre o Pará e o Rio de Janeiro, despontou da mudança entre os esquemas ficcionais e etnográficos da *crítica naturalista* e a adoção do *impressionismo crítico* do julgamento do gosto e do talento da arte literária, uma mudança expressa justamente nos volumes cuja reedição no artigo de 1967: os *Estudos de Literatura Brasileira*. Portanto, a *tradição do impasse* é a imagem do "Sr. Crítico" de José Veríssimo transformada em tese universitária.

Entre 1976 e 1977, a parceria entre a Editoria Itatiaia e a Editora da Universidade de São Paulo – provavelmente, atendendo aos apelos do artigo de 1967 – foi responsável pela reedição dos seis volumes conhecidos e um sétimo volume inédito dos *Estudos de Literatura Brasileira*. Até aquele momento, raridades bibliográficas nos limites da primeira edição pela Editora Garnier, entre 1901 e 1907. Os volumes dos *Estudos* integraram a "Biblioteca de Estudos Brasileiros", cujo acervo era formado por dez obras publicadas[40].

[40] As obras publicadas anteriormente, integrando a coleção: "Vila Rica do Pilar" de Fritz Teixeira de Salles; "História da Inconfidência de Minas Gerais" de Augusto de Lima Júnior; "História Antiga das Minas Gerais" (2 volumes) de Diogo de Vasconcelos; "História da Civilização Brasileira" (2 volumes – A Colônia e O Império) de João Camilo de Oliveira Tôrres; "História da Civilização Brasileira" (A República) de João Dornas Filho; "Brasil – Uma Civilização nos Trópicos" (vários autores).

Imagem 15 – Capa da 1ª série do *Estudos de Literatura Brasileira*

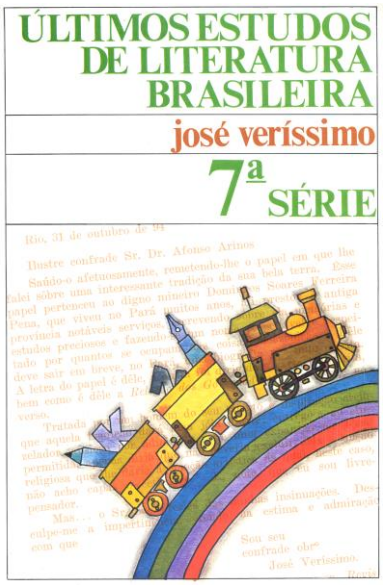


Fonte: VERÍSSIMO, 1977

Imagem 16 – Capa da 5ª série do *Estudos de Literatura Brasileira*.

Fonte: VERÍSSIMO, 1977

Imagem 17 – Capa da 7ª série do *Estudos de Literatura Brasileira*



Fonte: VERÍSSIMO, 1978

A edição dos *Estudos* foi destinada aos cuidados de João Etienne Filho, responsável pela sugestão de um prefácio para cada volume, escritos por autoras e autores reconhecidos pelos estudos sobre crítica literatura e a cultura brasileira: primeira série, "A Crítica em série" por João Alexandre Barbosa; segunda série, "José Veríssimo e o Brasil" por Vivaldi Moreira; terceira série, "Um Crítico Julgador" por Oscar Mendes; quarta série, "Introdução" por Letícia Malard; e a sexta série, "A Missão Histórica da Crítica de José Veríssimo" por Melânia Silva Aguiar. O próprio Etienne Filho assinava um dos prefácios – quinta série, "Revisão de José Veríssimo" – e algumas orelhas dos livros – segunda, terceira, quinta, sexta e sétima série. Apenas a apresentação do sétimo volume – até então inédito – foi reservada ao prof. Luiz Carlos Alves, da Faculdade de Letras da Universidade de Federal de Minas Gerais.

Em linhas gerais, os prefácios tiveram elementos comuns nas suas estruturas de apresentação de cada série. Cada um, a seu modo, evocava a *importância* da reedição dos *Estudos* – parabenizando a iniciativa das editoras Itatiaia e Edusp – por ser uma obra fundamental da história da crítica literária no Brasil – embora pontuasse que o interesse por sua leitura não se restringia a uma "exumação" do passado ou uma curiosidade de antiquário. Havia muita *atualidade* nas considerações realizadas por José Veríssimo há setenta anos atrás a respeito de autores que ficaram consagrados na literatura brasileira, como Graça Aranha,

Olavo Bilac, Euclides da Cunha etc. Assim, tais análisea ainda tinham relevância, fosse por sua validade crítica, fosse por serem um ponto de partida para novas reflexões – ressaltando os limites de ser uma crítica no calor dos acontecimentos literários.

Outro ponto levantado pelos prefácios, na demonstração da atualidade, consistia na breve *revisão* sobre o legado crítico de José Veríssimo, indicando os seus pontos positivos e negativos: o caráter imparcial/independente/probidade literária da sua crítica e ter sido um dos primeiros críticos profissionais do Brasil; a utilização do mesmo critério de avaliação para livros literários e de cultural geral, provocando a sua incompreensão da linguagem poética, sobretudo, dos simbolistas. No mais, os prefaciadores são unânimes na afirmação de que José Veríssimo era um dos autores fundamentais da literatura brasileira, embora fosse bastante citado e pouco lido. Assim, esta reedição era uma boa oportunidade de compreender um momento da história da crítica brasileira e apreender o que havia de atualidade e o que necessitava de revisão na sua obra, uma das precursoras da crítica literária no Brasil.

Assim, selecionamos três prefácios cujo destaque por seus apontamentos específicos a respeito dos *Estudos*, nos ajudam a entender este processo de reedição: da primeira série, "A Crítica em Série" por João Alexandre Barbosa; da quinta série, "Revisão de José Veríssimo" por João Etienne Filho; e da sétima série "Últimos Estudos – Introdução" por Luiz Carlos Alves.

João Alexandre Barbosa, no prefácio datado de julho de 1976, transformava a argumentação e a classificação de sua tese de doutorado em texto de apresentação dos seis volumes dos *Estudos*. Advertia, de início, que "dois vícios fundamentais de leitura" deveriam ser evitados: o anacronismo de querer impor rotulações metodológicas do presente aos textos do passado, desprezando, assim, a evolução do pensamento crítico; e a "posição emoliente e parasitária de uma leitura simplesmente arqueológica", como se o discurso do passado fosse uma curiosidade de antiquário. Após as advertências, mostrava que a série era formada por artigos escritos originalmente para a imprensa – Revista Brasileira, Jornal do Comércio, Correio da Manhã e as revistas Kosmos e Renascença – e depois republicada em livros.

Para dar um sentido interpretativo à leitura da série, expunha a sua tese e a exemplificava com alguns artigos dos *Estudos*, selecionando, por exemplo, um dedicado à análise da poesia simbolista. Ao lado do mérito de sua argumentação acerca da linguagem crítica de José Veríssimo, estava o equívoco da classificação do conjunto da obra, destacando o crítico literário em detrimento do intelectual enciclopédico e polígrafo. Encerrava – provavelmente, com bastante satisfação – o prefácio evocando o artigo de 1967, no qual apontava a necessidade de reedição dos *Estudos*:

> Por isso mesmo, posso terminar repetindo aquilo que, sobre o autor, escrevi há dez anos:
>
> Este é o um outro Veríssimo. Um autor que precisava encontrar uma editora capaz de prestar um serviço valioso à cultura nacional reeditando-lhe os Estudos, permitindo, assim, a sua volta à circulação.
>
> É o que agora ocorre, graças aos esforços da Itatiaia: cabe ao leitor completar o circuito dessa crítica em série (BARBOSA, 1976, p. 31)

Porém, ficou a dúvida: se a reedição era uma parceria entre a Editora Itatiaia e a Editora da Universidade de São Paulo, por que o mais congratulado por essa reedição, tendo a sua recomendação atendida, apenas faz referência a editora mineira? Considerando que sua tese de doutorado foi defendida na instituição paulistana, na qual viria a ocupar a cadeira de professor livre docente de Teoria Literária e Literatura Comparada, é estranho não ter referência a Editora da Universidade de São Paulo.

Em 1977, João Alexandre Barbosa foi convidado para fazer a seleção e apresentação de uma antologia de textos acerca do conceito de Literatura na obra de José Veríssimo, com o título "José Veríssimo: teoria, crítica e história literária". O volume integrava o acervo da coleção "Biblioteca Universitária de Literatura Brasileira"[41], sob a direção de José Aderaldo Castello, editada pela Editora da Universidade de São Paulo – o mesmo que escreveu um artigo biobibliográfico no Suplemento Literário do *O Estado de São Paulo*, por ocasião do centenário de nascimento de José Veríssimo, em 1957. A proposta da coleção consistia na formação de um *corpus* bibliográfico de referência em quatro eixos temáticos: a) historiografia, crítica e ensaio; b) a poesia; c) a narrativa ficcional; d) do teatro. O primeiro eixo – do qual faria parte a antologia encomendada à João Alexandre Barbosa – propunha-se a reunir textos críticos e teóricos, cujos estudos fossem contribuições originais, sobre história da Literatura Brasileira, que introduzissem a seleção de textos fundamentais dos maiores autores da literatura brasileira, destinava-se aos estudantes de letras de graduação, pós-graduação e professores de Literatura.

A antologia iniciava com um texto de apresentação – em linhas gerais, a mesma estrutura do prefácio da 1ª série do *Estudos* – e quatro eixos temáticos: a) Questões Literárias; b) Teoria da História da Literatura Brasileira; c) História da Literatura Brasileira; c) Crítica da Cultura no Brasil. Como suportes de leitura, no final do livro eram oferecidas uma

[41] As outras edições que compunham a coleção: "Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária – seleção e apresentação de Alfredo Bosi"; "José de Alencar – Iracema – edição crítica de José Carlos Garbuglio"; "Manuel Antônio de Almeida – Memórias de um sargento de milícias – edição crítica de Cecília de Lara"; "Mário de Andrade – Macunaíma – edição crítica de Telê Porto Ancona Lopez"; "Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária – seleção e apresentação de Antonio Candido".

"Bibliografia de José Veríssimo" e uma "Bibliografia sobre José Veríssimo". A escrita do prefácio da 1ª série do *Estudos* e a organização desta antologia credenciaram João Alexandre Barbosa enquanto "o grande pesquisador de sua obra [de José Veríssimo]", como havia dito Letícia Malard, prefaciadora da 4ª série do *Estudos*. Este reconhecimento justifica-se pelo fato de sua tese de doutoramento representar o primeiro estudo universitário, com largo levantamento documental, sobretudo das obras produzidas no Rio de Janeiro, que instituiu a obra crítica de José Veríssimo como uma das mais importantes contribuições ao pensamento brasileiro do ponto de vista da crítica e da história literária – a *canonização* do "Sr. Crítico" José Veríssimo.

"Revisão de José Veríssimo", escrito em 14 de novembro de 1976, era o prefácio da 5ª série do *Estudos*, redigido por João Etienne Filho. Como alguém ligado ao "plano geral da obra" – como afirmou na segunda nota de rodapé deste texto –, cuja sugestão de que cada volume fosse introduzido por um prefácio, Etienne Filho iniciava o texto louvando a iniciativa da reedição do *Estudos* pelas editoras Itatiaia e Edusp – esse destaque foi realizado em várias orelhas da série, como por exemplo, da 2ª série: "Apresenta-se, agora, a segunda série dos ESTUDOS DE LITERATURA BRASILEIRA, de José Veríssimo, um dos grandes empreendimentos editorias da Editora Itatiaia Limitada e Editora da Universidade de São Paulo, neste ano de 1976".

A proposta de Etienne Filho no prefácio era fazer algumas reflexões revisando a obra de José Veríssimo. Os pontos positivos já eram conhecidos e foram abordados nos prefácios anteriores – independencência/imparcialidade/probidade literária. Quanto aos negativos, Filho se refere ao autodidatismo e caráter mais ensaístico da obra do que crítica literária. O autodidatismo era uma faca de dois gumes podendo realizar antecipações geniais e efetuar algumas limitações graves; como exemplo, citou-se o caso das considerações negativas a Olavo Bilac e aquelas dedicadas a Magalhães Azeredo e Afonso Celso, bastante elogiosas.

Isso foi atribuído – o autodidatismo – à precariedade da crítica de folhetim, à "obrigação profissional" de acompanhar o movimento de publicação dos chamados livros novos. Todavia, Filho aqui entra em contradição, ao ter dito em tom positivo, na orelha da 2ª série, que José Veríssimo foi o primeiro crítico literário profissional no Brasil. Nesse sentido, em razão do autodidatismo e da crítica de folhetim, considerava que Veríssimo oscilava entre a crítica objetiva e realista e opinião pessoal. Por isso, suas páginas dedicadas ao ensaísmo seriam as melhores.

Para afiançar sua posição, citava um trecho do rodapé de Tristão de Athayde – do artigo "Três centenários", escrito para o centenário de José Veríssimo – fragmento este

retirado do texto da "Apresentação" de Olívio Montenegro (1958) da coleção "Nossos Clássicos", dedicada aos textos críticos de José Veríssimo. Inclusive, Filho destacava o esforço de Montenegro de mostrá-lo como grande crítico. Um "Cronista da vida literária" – assim encerrava o prefácio – cujas páginas demonstravam a vocação para o ensaio do que para a crítica literária, sendo este "o verdadeiro perfil de José Veríssimo" (FILHO, 1977, p. 6).

As editoras Itatiaia e Edusp lançaram uma nota justificando essa reedição dos estudos críticos de José Veríssimo. A "Nota da Editora" – o primeiro e único texto sobre a reedição – anunciava o encerramento da publicação das séries do *Estudos de Literatura Brasileira*.

> Com o aparecimento deste último volume, a Editora Itatiaia conclui o seu projeto de publicação da importante coleção dos Estudos de Literatura Brasileira, de José Veríssimo. Esta casa tem consciência do serviço que presta à cultura brasileira e, em particular, à crítica literária, ao fazer reeditar as seis séries conhecidas dos Estudos e a elas incorporar esta série, constituída de textos publicados em jornais e revistas e alguns inéditos, tudo resumido pelo autor numa 'sétima série' para publicação post-mortem (segundo sua vontade, que hora se faz pela primeira vez).
>
> (...)
>
> A Editora Itatiaia e a Edusp sentem-se recompensadas em seu esforço de revelar ao leitor brasileiro mais este conjunto de ensaios críticos de José Veríssimo.
>
> O seu aparecimento representa, sem dúvida alguma, um fato auspicioso e de real interesse em nosso meio cultura, na atualidade (VERÍSSIMO, 1977, p. 9)

O prefácio deste volume inédito reservou-se ao trabalho editorial de Luiz Carlos Alves. A apresentação de Alves segue o mesmo itinerário dos demais prefácios – importância e atualidade da obra de José Veríssimo –, detendo-se na explicação da origem destes textos inéditos na imprensa carioca, todos derivados do *Jornal do Comércio* e das revistas *Kosmos* e *Renascença*, e o próprio modo como ocorreu o seu primeiro contato com este material. José Veríssimo havia organizado os textos desta "sétima série", pouco antes de sua morte em 1916. O grosso caderno que abrigou o material ficou "mantido em poder de herdeiros", até que Ignácio José Veríssimo[42], um dos seus filhos, tomou a iniciativa de cedê-lo para publicação;

[42] Em 1966, Ignácio José Veríssimo lançou uma biografia sobre o pai, chamada *José Veríssimo Visto por Dentro*, que se distingue da biografia de Francisco Prisco e os demais relatos biográficos trabalhos até aqui, pelos detalhes íntimos da vida de José Veríssimo, embora *reflita* a mesma *imagem* de José Veríssimo enquanto crítico literário, como é possível notar pela estrutura da obra: parte 1 – A Biografia; parte II – Síntese de sua obra como Crítico Literário; parte III – Sobre a História da Literatura. A biografia de Ignácio José Veríssimo representa um relevante suporte de informações sobre a vida de José Veríssimo, porém não teve a mesma repercussão e importância da biografia de Francisco Prisco.

atitude formalizada em "documento passado ao editor comercial desta obra". Luiz Carlos Alves transcrevia na íntegra:

> Esse caderno de originais constitui, assim, a nossa principal fonte de referência utilizada na preparação da presente edição. Em suas páginas, colou José Veríssimo artigos recortados de jornais e revistas aos quais prestava colaboração, escreveu de próprio punho trechos e anotações e, às vezes, comentários inteiros sobre livros aparecidos na época, sobre os quais não tivera antes oportunidade de falar.
>
> Por ocasião de sua morte, o volume estava pronto para publicar. Não o fez Veríssimo por razões que se não esclarecem muito bem. Sabemos apenas que previu para ele uma publicação póstuma. É o que se depreende da leitura de uma recomendação deixada na primeira página do caderno acima referido: 'Para se publicar depois de minha morte, segundo instruções que acompanham (ALVES, 1977, p. 14).

Na primeira página do caderno-códice havia outra recomendação de José Veríssimo, a respeito do título do livro póstumo: "Últimos Estudos de literatura brasileira VII". Com estes fatos documentais, Luiz Carlos Alves assim finalizava a publicação e o seu texto introdutório, considerando este livro inédito é "um fato novo na história literária de José Veríssimo", pois ela apenas ratificava "(...) a importância que tem Veríssimo no âmbito da cultura brasileira e o papel que lhe cabe na história da crítica literária entre nós (...)" (ALVES, 1977, p. 15).

Fasto Cunha, no artigo "José Veríssimo e os impasses da crítica literária", de 25 de junho de 1977, no *Jornal do Brasil*, ao repercutir a reedição do *Estudos*, "A publicação dos seis volumes de *Estudos de Literatura Brasileira* de José Veríssimo, nos convida a uma reflexão mais longa sobre essa literatura, sua crítica e seu real conhecimento" (JORNAL DO BRASIL, 25 de junho de 1977, p. 6)[43], realizou dois apontamentos representativos do que estou tratando aqui.

A respeito do projeto editorial: "José Veríssimo sai engrandecido dessa reedição em tão boa hora promovida pela editora Itatiaia e pela Universidade de São Paulo? Sem dúvida" (JORNAL DO BRASIL, 25 de junho de 1977, p. 6). Sobre o lugar de grande pesquisador da obra de José Veríssimo: "E João Alexandre Barbosa, afinal o responsável por uma nova avaliação da obra crítica de José Veríssimo, com o seu livro *A Tradição do Impasse*, de 1974" (JORNAL DO BRASIL, 25 de junho de 1977, p. 6).

A tese de doutorado e a projeto editorial foram dois *espelhos* fundamentais para *canonização* da *imagem* do "Sr. Crítico" de José Veríssimo.

[43] Na mesma trilha de José Veríssimo, em pleno ano da graça de 1977, este artigo depois foi republicado em livro (CUNHA, 1977).

***

Em 1902, na 2ª série do *Estudo de Literatura Brasileira*, José Veríssimo resenhou o livro de Carlos Magalhães de Azeredo, "Homens e Livros". No capítulo chamado "Um Livro de Crítica", sem qualquer menção ao capítulo dedicado à sua obra crítica, o intelectual paraense fazia a seguinte advertência:

> Não me parece de bom aviso querer a crítica, à força de explicações, às vezes sutis e especiosas, emendar a personalidade moral de um escritor e, mesmo por simpatia, pretender fazê-lo qual desejava que ele fosse. Quaisquer que sejam os subsídios que lhe forneçam a vida do escritor, a convivência do crítico com ele, ela deve principalmente ater-se às suas obras. É somente por elas que ele vive e merece a nossa atenção (VERÍSSIMO, 1977, p. 37)

Conforme a discussão realizada neste capítulo, documento e analiso um longo processo de *emenda* pela fortuna crítica de José Veríssimo, que realizou, entre entusiastas e desafetos, a *imagem* que "desejava que ele fosse": do "Sr. Crítico". Tal *emenda* nada mais foi do que uma lenta e persistente *tradição seletiva* e *inventada.* A composição da *imagem* de José Veríssimo como crítico literário ocorreu por meio da relação direta entre *personalidade* severa/imparcial/independente e a *obra* rigorosa e dotada de probidade literária. Retira-se, deste modo, o sujeito da história ao transformar a sua experiência em fruto da personalidade, ignorando a *agência* condicionada pela *jaula flexível* (GINZBURG, 2006, p. 20) da estrutura social, política e cultural. Sua *circulação* foi garantida por sua produção e veiculação acontecer, principalmente, pela imprensa paulistana e carioca. Garantindo, assim, o seu *lugar* no pensamento brasileiro.

Isto não é responsabilidade apenas da fortuna crítica. A *auto-imagem* de José Veríssimo sobre sua trajetória intelectual, sobretudo no Rio de Janeiro, pautada na independência, imparcialidade e probidade literária – sua síntese foi o dístico: *grão de ironia* e *ceticismo* – contribuiu na construção das *imagens* pela fortuna crítica, uma vez que consideramos, mesmo indiretamente, e sem qualquer referência direta de José Veríssimo, que o intelectual paraense buscava encarnar o *ideal do crítico* de Machado de Assis, como foi pontuado por Olívio Montenegro (1958), cujo trecho serve de epígrafe neste capítulo. Consideramos isso em razão do profundo respeito intelectual e os fortes laços de amizade que uniam o intelectual paraense ao escritor carioca – respeito e laços totalmente parciais que

buscavam obedecer imparcialmente ao conselho machadiano “estabelecei a crítica pensadora, sincera, perseverante, elevada”.

As *imagens* da fortuna crítica registraram o árduo processo de profissionalização do escritor, entre as últimas décadas do Império e as primeiras décadas republicanas. Buscavam forjar um *status* profissional e uma atividade inclinada cada vez mais para a especialização, cujo maior desdobramento institucional foi a fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897 – não raro, José Veríssimo fizesse parte do núcleo-fundador que frequentava o chá das cinco da *Revista Brasileira* na rua do Ouvidor.

Todos estes *espelhos* lançaram *luzes* sobre uma parte da vasta obra intelectual de José Veríssimo, aquela destinada a crítica e a história literária, cujas contribuições fincaram o seu *lugar* no pensamento brasileiro, enquanto um dos fundadores – ao lado de Sílvio Romero e Araripe Jr. – da crítica literária no Brasil. Por outro lado, deixaram nas *sombras* – apesar de evocadas, colocadas como coadjuvantes – as suas contribuições educacionais e os seus estudos sobre a sociedade e cultura amazônica, ambas preocupações de toda a sua carreira. Portanto, os próximos capítulos procuram lançar algumas *luzes* sobre essas *sombras*, uma vez que foram reconhecidas as *imagens* que produziram o *esquecimento*.

“Sr. Crítico” substituiu o intelectual polígrafo e enciclopédico que viveu entre dois mundos: o Pará e o Rio de Janeiro.

2 O Processo de Modernização da Amazônica: reforma dos costumes e secularização do Estado

Ao considerar a produção político-intelectual de José Veríssimo realizada nas atividades jornalísticas na Província do Pará, entre 1877 e 1889, compreendo sua introdução no contexto de modernização na Amazônia, ocorrido no Segundo Reinado e o crescente movimento de contestação da ordem imperial, representado pela *Geração 1870*. Pondero esse processo de modernização induzido pela maior integração nos tentáculos da unidade nacional do Estado imperial em consolidação, bem como a crescente inserção da região no mercado internacional, notadamente a Europa, ávido por *commodities* para os seus empreendimentos industriais – o látex da *hevea brasiliensis*.

Por essa integração nacional e inserção internacional, conforme Aldrin Figueiredo, Rafael Chambouleyron e José Luis Alonso (2017), podemos considerar a região enquanto *Amazônia Global*, pois "sempre foi um espaço de fronteiras, de políticas transnacionais e de relações sociais, intelectuais e econômicas em escala mundial", tendo em vista que esta postura metodológica busca adequar-se a própria dinâmica histórica da região, que se estabeleceu extrapolando as fronteiras nacionais, cujas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, em razão de sua posição geográfica no Extremo Norte do Brasil, estiveram mais próximas dos países andinos, caribenhos e europeus se comparado com o "coração do Império" – o Rio de Janeiro cafeeiro (SALLES, 2008).

As décadas de 1850 e 1860 foram representativas da consolidação da ordem imperial no plano externo e interno à província, respectivamente: a abertura internacional da navegação no rio Amazonas e a modificação do mundo do trabalho no sertão amazônico, ambas ocorrendo em função do aumento exponencial da exportação da borracha para o mercado europeu. Esse processo também foi acompanhado pelo crescimento das atividades científicas incentivadas pelas visitas de naturalistas estrangeiros, sobretudo Louis Agassiz (Expedição Thayer) e Frederick Hartt (Expedição Morgan), fomentando o conhecimento do interior amazônico, das suas potencialidades naturais e econômicas e as características sociais e culturais de suas populações indígenas e mestiças – esta iniciativa foi concretizada com a *Associação Filomática* e institucionalizada com o *Museu Paraense*, por meio do trabalho do grupo de *ilustrados* sob a liderança de Domingos Soares Ferreira Penna.

Do ponto de vista político, o Estado Imperial na província do Pará era disputado por três grupos: os dois "partidos constitucionais", Partido Conservador e Partido Liberal; e a Igreja Católica, naturalmente, aliada dos conservadores. Com o surgimento dos republicanos,

a partir da fundação do *Club Republicano no Pará*, em 1886, ficavam mais bem delineados os grupos de defesa e contestação ao *status quo* imperial, respectivamente: conservadores e católicos, de um lado; liberais e republicanos, do outro. Se formos organizar esses grupos em função de suas lideranças mais expressivas, os conservadores seriam o "grupo Siqueira Mendes"[44]; os católicos, o "grupo Macedo Costa"[45]; os liberais, o "grupo Assis"[46]; e, por fim, os republicanos, o "grupo Sodré"[47]. Contudo, os blocos de aliança também tinham suas rusgas internas, demonstrando os limites das associações políticas e os seus projetos de poder dentro e fora das instâncias do Estado imperial. Do ponto de vista da contestação, levando em conta as reflexões de Angela Alonso (2002) referente aos grupos políticos que constituíram a

[44] Manuel José de Siqueira Mendes, conhecido por cônego Siqueira Mendes, nasceu em Cametá, interior do Pará, em 1825. Realizou os estudos primários e o seminário em Belém, por orientação de um dos principais expoentes do clero no Pará, Dom Romualdo de Seixas, sendo consagrado presbítero; na gestão de Dom José Afonso de Morais Torres, foi nomeado cônego da Sé de Belém. Foi lente de Teologia e Moral no Seminário e de Latim no Liceu Paraense. Iniciou a vida política nas fileiras do Partido Liberal, mas depois passou para as hostes conservadoras, tornando-se, na década de 1870 e 1880, o principal chefe político do Partido Conservador do Pará, escrevendo assiduamente no seu órgão de imprensa, o jornal *A Constituição*. Eleito para sucessivas legislaturas na Assembleia Provincial, foi vice-presidente de província, assumindo a presidência em algumas ocasiões, ao passo que foi eleito quatro vezes deputado no Parlamento Nacional, e, em 1886, assumiu uma das cadeiras do Senado até o ocaso do Império (BEZERRA NETO, 2009; NEVES, 2009)

[45] Antônio de Macedo Costa, conhecido por Dom Macedo Costa, nasceu na cidade de Maragogipe, no interior da Bahia, em 1830. Em Salvador, ingressou no seminário em 1848; realizou o restante de sua formação eclesiástica na França, no seminário de São Sulpício, ordenando-se presbítero; concluindo com o Doutorado em Direito Canônico pela Pontifícia Universidade Gregoriana, de Roma, em 1859. Em 1860, indicado por Dom Romualdo de Seixas, Arcebispo de Salvador, foi o 10º bispo do Pará. Dom Macedo Costa e Dom Vital, Bispo de Olinda, foram os principais representantes da romanização ou reforma católica no Brasil, movimento que consistiu no reforço dos valores espirituais e temporais da Igreja Católica. Tal movimento resultou na chamada "Questão Religiosa", provocando embates entre maçons e católicos em face do crescente processo de secularização, engendrado pela modernização o país, a partir de 1870. Estes embates ocorreram também no interior da província do Pará entre católicos e conservadores, representados respectivamente pelos jornais *A Boa Nova* e *A Constituição*, de um lado, e de outro, liberais e republicanos entrincheirados nos jornais, respectivamente, *O Liberal do Pará* e *A República*. A polêmica entre Dom Macedo Costa, advogando os valores teológicos da Igreja Católica e Lauro Sodré, defendendo os valores laicos do republicanismo, foi um dos pontos altos dos debates políticos na década final do Império do Pará (BEZERRA NETO, 2009; MARTINS, 2005; NEVES, 2009).

[46] Joaquim José de Assis era mineiro e chegou na província do Pará, em 1855, como secretário do Presidente Sebastião do Rego Barros. Ingressou no Partido Liberal, em 1857, sendo um dos seus principais líderes. Em 1872, fundou dois periódicos de vida efêmera: o jornal maçon *O Pelicano* e o jornal republicano *O Futuro*. Porém, a sua iniciativa jornalística mais longeva foi a inauguração do *A Província do Pará*, em 25 de março de 1876. Foi diretor da Instrução Pública em 1861. Elegeu-se deputado provincial pelo Pará e deputado geral pelo Mato Grosso. Como capitalista, foi dono da companhia de paquetes a vapor realizando a navegação entre Belém e os portos de cidades do Marajó e Macapá, e um grande proprietário rural e de gado na Ilha do Marajó (BATISTA, 2004; BEZERRA NETO, 2009; NEVES, 2009).

[47] Lauro Nina Sodré e Silva, natural de Belém, nasceu em 1858. Realizou os estudos primário e secundário na capital paraense. Como sua família não tinha recursos para mandá-lo estudar nas faculdades de direito, em 1877 ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, graduando-se em Ciências Físicas e Matemáticas. Benjamin Constant era professor na instituição, cuja postura política republicana e positivista, iniciou uma geração de jovens no debate político. Lauro Sodré era um desses jovens e assumiu as bandeiras da República e da Abolição. Retornou à Belém, em 1883, iniciando a propaganda republicana que viria a se consolidar, em 1886, com a fundação do *Club Republicano no Pará* e a criação do seu jornal oficial, *A República*. Com a proclamação da República, Lauro Sodré foi eleito o primeiro governo republicano no Pará, cumprindo mandato entre 1891 e 1897 (COELHO, 2006).

oposição à Monarquia, considero a existência de um *grupo paraense* formado pela associação entre liberais e republicanos, os representantes da *Geração 1870* no Pará: o "grupo Assis" e o "grupo Sodré". O debate político no Pará foi polarizado entre as forças da *tradição imperial*, representado pelo conservadores e católicos, e as forças da *política científica*, formado por republicanos e liberais.

Nesse sentido, pretendo contribuir com a discussão da autora na identificação de mais um grupo regional de contestação vinculado ao movimento da *Geração 1870*: o *grupo paraense* formado por liberais e republicanos, cujos grandes expoentes intelectuais eram, respectivamente, José Veríssimo e Lauro Sodré. Neste estudo trabalho com a hipótese de que este grupo articulava em suas críticas a proposição, por um lado de uma *reforma social* (nas análises de José Veríssimo) por meio da imigração de estrangeiros e a colonização pela agricultura, com o objetivo de *civilizar* as populações indígenas e mestiças do interior amazônico pelos valores da ética do trabalho capitalista; por outro lado, propugnavam uma *reforma política* (nas formulações de Lauro Sodré), na qual a forma federalista representada pela República, ao lado da Abolição do escravidão, seriam as duas principais armas para acabar com o cetro do imperador e chicote do senhor.

Na primeira parte do capítulo, apresenta-se o processo de modernização[48] na Amazônia e os debates políticos sobre o seu desenvolvimento econômico. Na segunda, as disputas políticas pela direção intelectual e moral deste processo de modernização, em termos de uma *civilização imperial e cristã* ou uma *civilização federativa e laica* na Amazônia.

2.1 Modernização e Belle Époque Amazônica: a "Belém da Borracha"

As décadas de 1850 e 1860 foram decisivas para a consolidação da ordem imperial, sob a hegemonia política saquarema na região de agricultura mercantil-escravista do sudeste cafeeiro. Tal ordem foi montada conforme a decretação de um conjunto jurídico cujo objetivo era conservar a ordem social e consolidar a manutenção da unidade territorial, desempenhando, dessa forma, uma *organização* e uma *expansão*. Se houve o decreto nº 708, de 14 de outubro de 1850, estabelecendo a extinção do tráfico negreiro intercontinental, destruindo a principal forma de fornecimento de força de trabalho, houve também a Lei nº 701, a conhecida "Lei de Terras", de setembro de 1850, que representou um esforço de

[48] Para uma discussão mais panorâmica a respeito das vinculações e desvinculações entre modernidade e modernização na história política brasileira, vide: FAORO, 1992; 2012.

construção, ao concentrar as terras devolutas e as aquelas cujo título de propriedade eram as sesmarias a partir de um critério censitário (MATTOS, 2004, p. 184).

Outras medidas foram tomadas visando aperfeiçoar os aparelhos de coerção jurídica e policial. Uma restauração do Exército e da Marinha com o intuito de dotar as armas nacionais de melhor organização, com impactos desde o corpo de saúde até às formas de promoção na carreira. A reforma do Código de Processo Criminal estabelecia a mudança na competência de escolha do juiz municipal, do juiz de órfãos e do promotor público, antes selecionados pela câmara municipal, passaram a ser eleitos pelo governo. Ocorreu também segundo Mattos (2004): "um conjunto de medidas administrativas buscava incentivar a expansão dos negócios e assegurar o fluxo de recursos para o Tesouro, cujas necessidades financeiras cresciam em paralelo à organização a que os Saquaremas se propunham e à Coroa competia" (MATTOS, 2004, p. 186).

Entre essas medidas estava o decreto nº 1.037, de 30 de agosto de 1852: a concessão de privilégio exclusivo por trinta anos da navegação a vapor no rio Amazonas à Irineu Evangelista de Sousa, o Barão (e depois, Visconde) de Mauá.

2.1.1 Navegação no rio Amazonas e Corpos de Trabalhadores: ordem e civilização no Extremo Norte

A liberação da navegação a vapor no rio Amazonas, no domínio do governo imperial, e a instituição dos Corpos de Trabalhadores, no âmbito do governo provincial, representaram as duas formas de manter a ordem e difundir uma civilização no Extremo Norte do Império do Brasil. Ambos os processos foram erigidos sob o temor de um mesmo espectro de *anarquia* e *desordem* recente: o movimento popular da Cabanagem, composto por índios, mestiços, negros livres, escravos, mulheres, brancos pobres, cuja sublevação contra as autoridades e os grupos dominantes locais rendeu a primeira experiência de governo popular no período regencial e uma sangrenta repressão, totalizando mais de 30 mil mortos, entre 1835 e 1840 (DI PAOLO, 1985; FREITAS, 2005; RICCI, 2001; 2007; ROCQUE, 1984; PINHEIRO, 2001; SALLES, 1992).

No seu *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, a principal obra histórica a retratar a Cabanagem no século XIX, Domingos Antônio Raiol, o Barão do Guajará, assinalou duas razões fundamentais para a "turba" levantar-se em revolta: a *ociosidade* e a *ignorância* (RICCI, 2002). Desta forma, o restabelecimento da lei e da ordem na província do Pará,

ocorreu no dia 13 de maio de 1836, a partir da intervenção das *tropas da legalidade*, retomando pela força das armas o controle militar e político da província. Nesta retomada, Marechal Francisco José de Souza Soares d'Andrea foi nomeado Presidente e Comandante de Armas da Província, e comandou a construção de três instituições que visavam combater aqueles males que provocaram a sedição: os Corpos de Trabalhadores e o Liceu Paraense e a Biblioteca Pública (LIMA, 2010; 2012; RICCI, 1993).

De acordo com Claudia Fuller (2008; 2011), entre 1838 e 1859, os Corpos de Trabalhadores constituíram-se instrumentos de controle da população livre e pobre da província, com a justificativa de evitar que vagasse nas cidades da província homens "vagabundos e ociosos", e cuja organização procurava recrutar e distribuir a força de trabalho disponível para o emprego, fosse em obras públicas, fosse para serviços à particulares. Criado em 25 de abril de 1838 pelo Marechal Soares Andréa, os Corpos de Trabalhadores estavam reunidos em Companhias ligadas a diferentes localidades na capital e no interior da província, e uma das suas atribuições principais consistia no recrutamento de índios, mestiços e negros livres que não tivessem propriedades ou um trabalho regular. Este recrutamento compulsório representava um controle sobre a força de trabalho da população livre e o seu espaço de circulação, pois uma vez membro do corpo os deslocamentos eram apenas permitidos com uma guia emitida pelo comandante do corpo discriminando o local e a finalidade do deslocamento. Os trabalhadores encontrados sem guia eram presos e remetidos aos seus comandantes.

Além do evidente recurso de repressão à novas revoltas populares, os Corpos de Trabalhadores tinham um outro objetivo: a *moralização* da população livre e pobre por meio do trabalho sedentário. Do ponto de vista historiográfico (LOPES, 2012; MOREIRA NETO, 1992; 1994; SALLES, 2005; SILVEIRA, 1994; WEINSTEIN, 1993), essa *moralização* consistiu em uma estratégia de dominação de classe, de discriminação étnico-racial e de recrutamento de força de trabalho para as relações capitalistas de produção na região, em função de sua inserção crescente no mercado internacional. É possível afirmar que essa política de recrutamento e controle de trabalhadores foi um primeiro ensaio do processo de modernização na região, pois visava modificar as relações de trabalho tradicionais associadas ao trabalho sazonal para outras identificadas com o trabalho sedentário. Representou a primeira tentativa de *reformar os costumes* da população livre e pobre.

De acordo com Ilmar Rohloff de Matos (2004), a *ordem saquarema* criou uma sociedade em *três mundos*, hierarquizados entre pessoas e coisas. De um lado havia o *mundo*

do governo[49], no outro polo o *mundo do trabalho*[50] e, surgindo a margem destes extremos, o *mundo da desordem*. Os habitantes destes mundos eram distinguidos pela propriedade. À margem da Casa e do Estado, erguia-se a mundo da desordem, formado por todos aqueles que eram proprietários de si mesmos e de sua própria força de trabalho: a massa de homens livres e pobres, agregados e moradores, dependentes em geral – negros, mestiços e libertos. Enquanto na Europa, a Nação é o conjunto dos indivíduos livres e iguais, no Império do Brasil, a Nação é a relação entre os três mundos, entre coisas e pessoas. E o conjunto das pessoas é divido entre Povo (mundo da casa e do Estado) e Plebe (mundo da desordem), os quais são livres, mas não iguais, cuja distinção é marcada pela raça, pela instrução, pela propriedade e pelos vínculos pessoais. Foi este mundo que vigorou até o fim da Monarquia.

Embora a população livre e pobre não fosse proprietária, também não era propriedade como os escravos, mantendo ainda a condição de pessoa, de despossuído na estrutura social. É nessa condição de despossuído que Maria Sylvia Carvalho Franco (1997) procurou analisar a população livre e pobre da "civilização do café" no interior paulista, sob a vigência da escravidão, no final do século XIX. A "comunidade caipira", formada por todos os trabalhos e serviços sazonais em torno do sistema produtivo do café, tais como tropeiros, vendeiros, sitiantes (pequeno lavrador), agregados e camaradas (trabalhadores intermitentes), que estabeleciam relações de dependência entre o proprietário (fazendeiro) e o homem sem posses:

> Assim, numa sociedade em que há concentração dos meios de produção (...) forma-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conheceram os rigores do trabalho forçado (...). Formou-se, antes, uma 'ralé' que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade (FRANCO, 1997, p. 14).

Na Amazônia em geral, e no Pará em particular, pode-se dizer, como já foi indicado aqui por Claudia Fuller (2008; 2011), a população livre e pobre era formada pela massa despossuída de índios, mestiços e negros livres dedicada a trabalhos sazonais associados à atividades extrativistas.

---

[49] O mundo do governo, ou o império da "boa sociedade", era formado pelos proprietários que monopolizavam o governo da mão-de-obra escrava, da terra, dos negócios, da política e dos homens – a administração civil, militar, leiga e eclesiástica. A cidadania estava restrita aos proprietários, aqueles que desfrutavam da liberdade na sociedade civil e que podiam desempenhar o comando da vida política. Portanto, eram habilitados para governar a Casa (privado) e o Estado (público). A Casa era o pequeno reino particular de governo da família, dos escravos e dos dependentes, cujo poder privado era vivenciado e interiorizado pela prerrogativa da violência. O Estado pretendia ser a mediação entre a Casa e o mundo do trabalho, coibindo os excessos do primeiro sobre o segundo e garantido os monopólios que fundavam a existência da classe senhorial.

[50] O mundo do trabalho era representando pela massa de escravos, com quem se estabelecia uma relação de propriedade e de força, cuja existência era reduzida a mais valiosa mercadoria do processo produtivo, a mercadoria que produz riqueza.

Para Mattos (2004), o projeto civilizador da elite política provincial assentava-se na manutenção da ordem na medida que estivesse assegurada a difusão de uma civilização: a centralização política corporificada na Coroa, os valores aristocráticos de hierarquia e autoridade e o trabalho como gerador do progresso. Em outras palavras: a manutenção hierarquizada da sociedade em três mundos, sob o comando da centralização monárquica, seria apenas consolidada pelo progresso propiciado por meio do trabalho. A população livre e pobre precisava converter-se da plebe "ociosa e vagabunda" em súditos "uteis e valorosos". Dessa forma, haveria a difusão de uma *civilização imperial* e o rompimento de dois legados do passado colonial: a barbárie dos Sertões e a desordem das Ruas (MATTOS, 2004, p. 245).

De acordo com Lucina Batista (2004), tal projeto civilizador imperial manifestou-se na sociedade civil, nas colunas e editoriais dos jornais, e na sociedade política, nas páginas de prestação de conta dos relatórios de presidente de província do Pará. Para o jornal *Treze de Maio*, na edição de 2 de novembro de 1844, apenas a conversão do homem livre e pobre em *proprietário* tornaria a sociedade ordeira e próspera, pois a "vantagem de adquirir bens" cultivaria o "habito de industria e economia"; um lavrador que possuísse uma vinha, uma cabana e algumas cabeças de gado seria um "homem mais útil à sociedade, mais industrioso, e mais fiel ao seu partido" (BATISTA, 2004, p. 243).

Quatro anos depois, com linha de argumentação semelhante, em 27 de julho de 1848, o jornal *Teo-Teo*, embora apontasse com entusiasmo os crescentes lucros da exportação da borracha na balança comercial da província, fazia algumas ressalvas a respeito dos trabalhadores dedicados à extração da seringa que viviam isolados no interior da floresta, distantes do resto da "sociedade" e desprezando o hábito da poupança e aquisição de bens (BATISTA, 2004, p. 241)

O jornal *O Doutrinario,* do dia 16 de abril de 1849, informava aos seus leitores que uma das principais questões que movimentavam os círculos de debate entre políticos e intelectuais das "nações civilizadas" era o aumento da capacidade produtiva das economias nacionais, ao passo que a mesma questão estava colocada para a província do Pará, que já experimentava o crescimento das exportações de borracha (BATISTA, 2004, p. 239).

Por sua vez, corroborando com as argumentações dos jornais, em 1841, o relatório de Bernardo de Sousa Franco observava que o incentivo à catequese dos índios do Pará – um dos principais sujeitos que compunha a população livre e pobre da província – contribuiria para a alteração do seu modo de vida tradicional associado a coleta e o nomadismo, pois "o fim religiozo e politico da cathequeze se pode conseguir sem forçar desde logo os Indios à *vida sedentaria e agrícola*", cuja finalidade fundamental é incutir "O *dezejo dos gozos*, e

commodidades da vida, lhes irá dando habitos mais sociaes, e o futuro verá seus filhos, ou netos talvez já sedentarios, e activos habitantes das povoações (...)" (PARÁ. Discurso de Bernardo de Souza Franco à Assembleia Legislativa Provincial, 1841, p. 15-16 – grifos meu).

Portanto, três jornais diferentes e um relatório de presidente de província expunham a mesma preocupação de equacionar a questão de modificar os hábitos de trabalho da população livre e pobre e a sua contribuição para o crescimento econômico da província. Tais posições já apontavam os termos do debate da elite política nas próximas décadas: "vida sedentaria e agricola" impondo-se como modo de vida civilizado sobre as formas tradicionais associadas ao extrativismo da população livre e pobre do interior da província.

Em 1854 a borracha dominaria a pauta de exportações da província do Pará. A partir de 1870 ocuparia a terceira posição na pauta de exportações do Império do Brasil. Isto só seria possível com a liberação da navegação do rio Amazonas, principal rota de escoamento da produção de borracha. Conforme Vitor Marcos Gregório (2009), o processo de abertura do rio Amazonas foi um intricado jogo de interesses nacionais e internacionais. Por um lado, houve a pressão internacional pela abertura da navegação do rio Amazonas, sobretudo, dos Estados Unidos, e o imperativo da garantia da soberania nacional sobre a região pelo governo brasileiro.

Por outro lado, na Câmara e no Senado havia o debate sobre a política a ser adotada nesse processo de abertura: oscilando entre o incentivo à livre concorrência e à concessão de privilégio para as empresas que operariam a navegação no rio Amazonas. O governo imperial decidiu pelo contrato com a empresa formada por capitais nacionais. Os termos da concessão realizada a Irineu Evangelista de Souza previam, além do já citado privilégio de exclusividade de navegação por trinta anos, a subvenção pecuniária mensal e a cessão de terras para a fundação de sessenta colônias nas margens do rio. Em janeiro de 1853 iniciavam as atividades da Companhia de Navegação e Comércio do Rio Amazonas.

Gregório (2009) aponta que esse contrato receberia duas revisões, em 1854 e em 1857. Na primeira revisão, cancelava-se a concessão de privilégio exclusivo. Na segunda, também era retirada a obrigatoriedade da fundação de colônias nas margens do rio, atividade com custos elevados e poucos resultados positivos, e o oferecimento de um aumento da subvenção pecuniária, de trinta e um para trinta e cinco contos de réis anuais, mediante a apresentação dos balancetes que comprovavam a operação em prejuízo. No entanto, entre 1857 e 1867, a Companhia de Navegação e Comércio do Rio Amazonas completava uma década de resultados satisfatórios, acompanhando o movimento de exportação da borracha e as flutuações favoráveis dos preços no mercado internacional.

Neste cenário positivo, ocorreu a abertura internacional da navegação no rio Amazonas, no dia 7 de setembro de 1867, com a assinatura do Decreto n. 3.749, fato que representou a "(...) incorporação de um terço do atual território brasileiro ao conjunto do País, e na consolidação do processo de formação do Estado Nacional", ou seja, "(...) após as políticas adotadas nessa época, a região amazônica pode sentir-se, finalmente, parte da comunidade brasileira" (GREGÓRIO, 2009, p. 210). A unidade territorial estava assegurada, no entanto *sentir-se* integrado a comunidade brasileira, como veremos mais à frente, era outra questão para o Extremo Norte do Império do Brasil.

2.1.2 Agricultura *versus* extrativismo: vetores do desenvolvimento econômico da província

Neste momento intensificou-se o processo de modernização econômica da região amazônica, sob o ritmo das exportações da borracha. Se nas décadas posteriores à Cabanagem, houve a inquietação com a manutenção da ordem e o crescimento econômico da província, ambos foram garantidos com a abertura da navegação à vapor do rio Amazonas e a alta demanda e os preços crescentes do látex no mercado internacional. Não obstante, neste contexto de bonança, a elite política provincial questionava-se a respeito da atividade produtiva que garantiria o desenvolvimento prolongado e seguro da província. Óbvio, ninguém reclamava das divisas adquiridas com a exportação da borracha para os cofres do erário público, mas a sua produção era derivada da atividade irregular e nômade da coleta da seringa. Seria possível um crescimento seguro e regular nestas bases produtivas? Ou apenas o trabalho sedentário e constante da agricultura daria essa garantia? Eis o objeto do debate à sombra da prosperidade da borracha: agricultura *versus* extrativismo como vetor de desenvolvimento econômico da província.

Segundo Luciana Batista (2004), entre 1852 e 1865, as rendas gerais da província do Pará cresceram exponencialmente, sendo a base da arrecadação os impostos sobre a exportação da goma elástica. Até o final da década de 1880 o Pará monopolizava o fornecimento de borracha aos países estrangeiros – principalmente, a comunidade europeia. Os seringais paraenses estavam localizados na chamada *região das ilhas*, composta pela Ilha do Marajó e o foz do rio Xingu, completada pelas margens do rio Jari e os rios da Baía do Melgaço; outras extensões com seringais não tão produtivos eram o rio Tapajós e as bacias dos rios Tocantins e Guamá. A partir de 1870 novas áreas de extração na província do

Amazonas incluíram-no como fornecedor de borracha, com seringais localizados nas zonas dos rios Solimões, Madeira e Juruá.

Com a circulação de capitais, ocorreu a modificação da estrutura urbana da cidade de Belém, permitindo o melhoramento das ruas, estradas e prédios, acompanhado da melhoria dos transportes e aumento da oferta de bens e serviços. A esse respeito, os viajantes estrangeiros foram pródigos de relatos sobre o cotidiano da região. Principalmente, Henry Bates (1979) e Alfred Wallace (1979) que visitaram Belém duas vezes, em 1848 e em 1859 (Wallace retornou em 1852). Ambos observaram as transformações urbanas, como as estradas calçadas, os prédios e casas novas, juntamente com a intensa mistura de "raças" nas ruas da cidade, embora também apontassem o encarecimento dos itens de abastecimento e víveres em Belém. Segundo Bates, no retorno em 1859, a elevação do custo de vida (aluguéis e cesta básica) era o "reverso da medalha" dos melhoramentos urbanos. A seu ver, está situação devia-se ao aumento da população e à fixação de novos residentes, elevando a demanda de abastecimento acima da capacidade de oferta dos produtores locais.

Diante desta situação, os presidentes de província reclamavam do abandono da agricultura pelo favorecimento à extração da borracha. Em 1854, o presidente de província Conselheiro Rêgo Barros assinalava que a importação de gêneros alimentícios era maior que a exportação, em razão dos "braços" empenhados na extração da borracha:

> Estas diferenças provem do maior consumo dos generos importados, do preço extraordinário a que tem subido a borracha, e consequentemente do emprego quase exclusivo dos braços na sua extracção e fabrico, á ponto de nos ser preciso actualmente receber de outras Provincias generos de primeira necessidade, e que dantes produzíamos até para fornecer-lhes (PARÁ. Fala do Conselheiro Rêgo Barros à Assembleia Legislativa Provincial, 1854, p. 39-40).

Em discurso na Assembleia Provincial, em sessão de 1858, João Silva Carrão chamava atenção para o elevado preço dos alimentos e víveres. Embora ficasse bastante satisfeito com as altas do preço da borracha, em 1860, o presidente Fábio Alexandre dos Reis, observava com apreensão a "decadência progressiva" da agricultura em razão do estímulo à produção gomífera.

Para Luciana Batista (2004), houve algum impacto na produção dos artigos de consumo local com o crescimento de exportação da borracha, os melhoramentos urbanos e o aumento do custo de vida. No entanto, nada que chegasse próximo de uma "crise da agricultura". Para demonstrar tal incongruência, a autora faz um cruzamento dos dados de importação e exportação de gêneros alimentícios, da composição demográfica e os hábitos alimentares da população. Os gêneros importados não eram comuns na dieta da maior parte da

população da província, pois havia uma distinção na alimentação entre a "população branca" (pão de trigo branco, manteiga e bacalhau) e a "população de índios e negros" (açaí, farinha de mandioca, frutas silvestres e peixes) – conforme a classificação realizada por Wallace e utilizada pela autora. Logo, os gêneros importados eram consumidos pelos brancos e os produzidos localmente pelos índios e negros. E se teve uma crise de abastecimento e a necessidade de importação de alimentos, tal oferta não seria suficiente e acessível para a maioria da população, provocando uma alta mortalidade. Ao verificar os dados demográficos da província, o único período de depressão aconteceu no período pós-Cabanagem, com a morte de 30 mil pessoas no universo de até então 130 mil habitantes. No período de aumento da exportação da borracha, em razão do próprio crescimento econômico da província, constatou-se um leve crescimento demográfico.

Os pressupostos da crítica dos presidentes de província, a vocação econômica do Pará para atividades extrativistas, foi incorporada pela historiografia econômica (SANTOS, 1980; WEINSTEIN, 1993), considerando que até 1850 a principal produção agrícola da província era o cacau; porém, com o crescimento dos preços do látex no mercado internacional, a borracha começou a liderar a pauta de exportação, abandonando apenas no seu ocaso, com a concorrência da produção asiática, a partir de 1912. Contudo, pesquisas mais recentes (SALLES, 2005; BASTISTA, 2004; BEZERRA NETO, 2009; 2012) vêm questionando esses pressupostos, junto a investigações preocupadas com a presença africana e a importância da escravidão na região, ao demonstrar que esse crescimento não ocorreu com o detrimento das atividades agrícolas; acontecendo, na verdade, a coexistência da produção gomífera e agrícola, porque o cacau e outros gêneros alimentícios (arroz com casca, açúcar e algodão) sempre fizeram parte das pautas de exportação da província ao lado da borracha.

Diante de tais fatos, uma questão se impõe: se não havia crise de abastecimento, por que a elite política provincial reclamava o abandono da agricultura em favor da extração da borracha, alegando a escassez de gêneros de primeira necessidade na província? O que estava em jogo era a modernização do mundo do trabalho, a partir da imposição de uma racionalidade produtiva pautada no trabalho regular, o controle sobre o tempo e o volume de produção e a modificação das técnicas de produção, associados à agricultura. Em outras palavras: era necessário a *reforma dos costumes* da população livre e pobre pelo hábito do trabalho sedentário da agricultura e o abandono das atividades extrativistas ligadas ao trabalho intermitente.

Conforme João Pacheco de Oliveira Filho (1979)[51], a partir desse momento, aprofundava-se o projeto político de uma Amazônica agrícola, ao mesmo tempo que se arraigava na consciência da elite política provincial a importância do seringal como *unidade produtiva*, visando a modificação no seu interior dos ritmos de trabalho e das técnicas de produção. Na verdade, ainda segundo o autor, a Amazônia como espaço de fronteira geográfica estava sendo disputada pela agricultura e pelo extrativismo enquanto vetores de desenvolvimento econômico. Por isso, urgia perscrutar melhor as potencialidades naturais e os modos de vida de suas populações nativas. As expedições do funcionário da Secretária do Governo da Província, Domingos Soares Ferreira Penna[52], que manifestava interesse pela coleta de produtos naturais, artefatos arqueológicos e estatística regional, visavam registrar o "estado de civilização" do sertão amazônico por meio da coleta de informações acerca dos recursos naturais e as povoações do interior (SANJAD, 2010).

Segundo Nelson Sanjad (2010), a primeira expedição de Ferreira Penna ocorreu em 1863 na exploração dos rios Tocantins e Anapu – o primeiro era conhecido pelas dificuldades de navegação, devido as cachoeiras no médio Tocantins e a falta de pontos às rotas e expedições; o segundo, pelo potencial de navegação e comunicação comercial com o rio Xingu. A comissão da expedição foi formada por Ferreira Penna e o engenheiro Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardins. O relatório de Ferreira Penna foi divido em duas partes, a primeira dedicada ao Tocantins e a segunda, a Anapu; o seu conteúdo arrolava-se conforme as instruções realizadas pelo presidente de província, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque: "produtos naturais de maior proveito e vantagens para o comércio", "o estado da agricultura e os seus principais produtos", "a que indústrias se dedica a população", "quais os estabelecimentos fabris e agrícolas", "qual a população fixa", "o estado das populações e as suas necessidades mais urgentes" (SANJAD, 2010, p. 50). Assim, a viagem pelos rios Tocantins e Anapu expuseram a inclinação de Ferreira Penna para a expedição geográfica e o registro de informações de caráter estatístico, de história natural e de etnologia.

---

[51]Agradeço a Luiz Laurindo, após conversas regadas a muito café, piadas e algumas elucubrações historiográficas no CRUSP, a indicação e ceder a versão integral do texto.

[52] Domingos Soares Ferreira Penna nasceu em 1818, sendo natural de Minas Gerais e membro de uma tradicional família notabilizada pelos importantes postos políticos no Império. Antes de radicar-se em Belém, em 1858, ocupou vários cargos na província natal, em São Paulo e na Corte. Foi nomeado Secretário de Governo na gestão de Manoel Frias e Vasconcellos frente a província do Pará – permaneceu neste cargo por nove anos. Neste posto, empreendeu várias viagens pelo interior amazônico coletando produtos naturais e objetos arqueológicos, cujos relatórios foram importantes memórias sobre as riquezas naturais e a situação social das populações do sertão, demonstrando seu interesse por geografia, arqueologia e antropologia. Foi também naturalista-viajante a serviço do Museu Nacional entre 1872 e 1884. Participou de importantes debates científicos com Ladislau Netto, então diretor do Museu Nacional, a respeito do patrimônio arqueológico na Amazônia (SANJAD, 2010; 2011)

Tal inclinação transformou-se na habilidade científica de coletar e montar coleções de exemplares da fauna e flora amazônica e na colaboração com o Museu Nacional e com vários viajantes de passagem pelo Pará. Exemplo disso, em 1866, o presidente Couto de Magalhães e Ferreira Penna receberam a *Expedição Thayer*, sob o comando de Louis Agassiz, cujo objetivo era investigar a fauna ictiológica do rio Amazonas. Durante a viagem pelo Amazonas, Ferreira Penna ocupou-se de organizar a coleção de peixes da expedição, cujas referências foram realizadas com distinção no relato de viagem do naturalista suíço.

Em fevereiro do mesmo ano, Couto de Magalhães enviou um ofício ao Museu Nacional oferecendo objetos de história natural, acompanhado em anexo uma relação dos objetos inventariados, assinado por Ferreira Penna: uma pedra de talho abundante nas margens do Rio Negro, nove mamíferos e alguns pedações taxidermizados de aves, identificados com as nomenclaturas científicas e os nomes populares em português e francês. Deste modo, Ferreira Penna tornara-se uma autoridade científica dentro e fora da província: "Sua viagem ao Tocantins e Anapu o projetou nos círculos políticos locais como explorador e analista do 'estado de civilização' das 'povoações do interior'. O intelectual também vinha se destacando na interlocução com viajantes e coletores de passagem pela região, bem como com as instituições científicas da Corte" (SANJAD, 2010, p. 53).

Segundo Nelson Sanjad (2010), a visita de Louis Agassiz e a Segunda Exposição Provincial de Produtos Agrícolas e Industriais foram eventos decisivos para o surgimento da *Sociedade Filomática* e do *Museu Paraense*. Durante sua estada em Belém, Louis Agassiz realizou algumas conferências, nas quais indicou a necessidade da existência de um Museu de História Natural que pudesse reunir, organizar e expor objetos da fauna e flora local. Embora de forma pontual, a Exposição Provincial desempenhou o papel de divulgação das potencialidades agrícolas e industriais dos recursos naturais da província. Agassiz foi convidado de honra da exposição, participando do seu encerramento, em 1866. Imbuído do projeto de criação de um museu de história natural, Ferreira Penna publicou uma carta circular nos jornais convocando interessados na fundação de uma "Sociedade Filomática"; inclusive, entrou em contato com os membros da comissão organizadora da Exposição Provincial. Embora a reunião fosse marcada para julho, sua realização ocorreu apenas em 2 de agosto de 1866, no salão principal do Palácio do Governo.

Com apoio do presidente interino Antônio Lacerda de Chermont, o Barão de Arary, e a sua posição estratégica de funcionário da Secretaria do Governo, Ferreira Penna incorporou a *Sociedade Filomática*, uma iniciativa da sociedade civil, no interior da sociedade política provincial, transformando o projeto em assunto de utilidade pública. Como ambos eram

membros do Partido Liberal, também procuraram nesta instância apoio para a iniciativa. Não por acaso, dos oito membros[53] que formaram a comissão nomeada pelo presidente para redigir os estatutos da Sociedade, quatro eram os filiados ao partido, inclusive o líder do partido na época, Francisco Acácio Corrêa.

No dia primeiro de setembro de 1866, a comissão se reuniu novamente para discutir o estatuto; no dia 15, foi formalmente aprovado pelo presidente; no dia 20, publicado em expediente oficial. De acordo com Nelson Sanjad (2010), o estatuto era constituído por 28 artigos que evidenciavam a concepção dos políticos e intelectuais sobre a função e a demanda de um museu de história natural: instrução pública e divulgação científica. A finalidade principal da *Associação Filomática*, como ficou conhecida, conforme o primeiro artigo, era criar e manter um "Museu de história natural e de artefatos indígenas". Por um lado, haveria a formação e exposição de coleções de produtos naturais e objetos etnográficos; e por outro, a "preleção" e "lições" de geografia, hidrografia, etnografia, história natural e história do Brasil e do Pará – bem como a montagem de uma biblioteca dedicada a estes assuntos.

Entretanto, mesmo com o reconhecimento oficial da *Associação Filomática*, a existência do *Museu Paraense* ainda não estava assegurada. Muito contribuiu para essa institucionalização uma outra viagem científica, conduzida por Charles Frederick Hartt, chamada *Expedição Morgan* – ocorrida em duas viagens, em 1870 e em 1871. Formada por uma comitiva de estudantes da Universidade de Cornell, o objetivo da expedição era investigar a natureza e as populações do Baixo Amazonas, no oeste do Pará. Ferreira Penna já havia visitado e escrito dois relatórios sobre a região do Baixo Amazonas; um deles chamado *A Região Occidental da Provincia do Pará – resenhas estatísticas das Comarcas de Obidos e Santarem*, apresentado ao presidente Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo e publicado em 1869. Como Frederick Hartt e sua comitiva pretendiam excursionar na região, Ferreira Penna auxiliou com roteiros e informações sobre a localização de sítios arqueológicos, estabelecendo, a partir disso, uma sólida interlocução a respeito de etnologia e arqueologia amazônica: ambos eram bastante interessados em cerâmica arqueológica e pinturas e gravuras rupestres, abundantes em Monte Alegre e Óbidos (SANJAD, 2010).

Não raro, portanto, que os caminhos percorridos pela *Expedição Morgan* fossem muito semelhantes aos itinerários das viagens de Ferreira Penna. A colaboração entre Ferreira Penna e Frederick Hartt foi muito importante para que o cientista canadense-americano

[53] Os oito membros assinantes do Estatutos da Associação Filomática eram: Dr. Américo Marques de Santa Rosa, Dr. José Ferreira Cantão, Padre Felix Vicente de Ledo, Francisco Accacio Corrêa, Antonio Nicolau Monteiro Baena, José de Carvalho Serzedello, José Antonio Affonso e Domingos Soares Ferreira Penna.

fizesse carreira como especialista em assuntos amazônicos e se tornasse um assíduo colaborador do Museu Paraense. Na segunda expedição, em 1871, Hartt fez a doação de volumes e produtos naturais e arqueológicos ao museu e de livros novos e especializados, vindos do Estados Unidos, para a Biblioteca. Assim, diante destas articulações de cientistas estrangeiros e da própria elite política provincial, no começo de 1871, o presidente de província Joaquim Pires Machado Portella instituiu oficialmente o *Museu Paraense* e a Biblioteca Pública, transformando ambos em repartição pública, com verba própria, funcionários e uma sala no térreo do Liceu Paraense (SANJAD, 2010).

De acordo com Nelson Sanjad (2010), o projeto científico do *Museu Paraense* surgiu no contexto de debate sobre o progresso econômico da província e a contribuição das atividades científicas nesse processo. Se uma das qualidades dos museus de história natural era a divulgação científica, conforme estabelecia os estatutos da *Associação Filomática*, a exposição de acervos e coleções com recursos naturais, como vegetais, minerais e animais, deveria tornar estes produtos atraentes ao comércio e a indústria, bem como incentivar o fomento da agricultura e a diversificação das exportações.

Desde presidentes de província à naturalistas existia a compreensão comum do "progressivo abandono dos produtos tradicionalmente cultivados e exportados pelo Pará", ao mesmo tempo, que "clamava contra as *condições de trabalho dos seringueiros* e a excessiva dependência da economia paraense sobre um único produto", a borracha (SANJAD, 2010, p. 57 – grifo meu). Diante do potencial econômico para a agricultura e a diversidade de espécies vegetais desprezados, conforme estes discursos, em razão da extração e exportação do látex, Ferreira Penna era partidário do "caráter civilizador da agricultura" (SANJAD, 2010, p. 57)

2.1.3 A *reforma dos costumes*: a transição do "seringal caboclo" para o "seringal do apogeu"

Doravante, as condições de trabalho e as técnicas de produção do seringal e a defesa do potencial civilizador da agricultura se intensificam no debate político e intelectual da província. Cada vez mais se aprofundava a necessidade de *reformar os costumes* da população livre e pobre dedicada ao trabalho sazonal do extrativismo por meio do trabalho sedentário da agricultura, ao mesmo tempo que se recomendava diferentes projetos de *colonização* e *migração/imigração* para desenvolvimento econômico da Amazônia. No entanto, o que efetivamente se verificou foi a mudança das relações de produção no interior do seringal, ocorrendo a transição do modelo de *seringal caboclo* para o *seringal do apogeu*.

O presidente de província Couto de Magalhães, no relatório de 15 de agosto de 1864, realizou apontamentos bastante representativos sobre o lugar assumido pela agricultura e o extrativismo no modo de vida da população livre e pobre no interior da província. Essa população, chamada por ele de "pequenos produtores no Pará", em um ano dividia o seu trabalho durante seis meses, dedicando-se ou a "colheita da borracha, ou a do cacáo, da extracção dos oleos vegetaes", e os outros seis meses "passa ociosamente, isto é, sem nada produzir". Diante deste quadro, propunha:

> "Se tivessemos um meio de fazer com que apparecesse uma lavoura fixa e não nomade, o que aconteceria? Elles colherião esse productos naturaes pela mesma forma que o fazem até hoje, e ainda produzirião mais o trabalho dessa lavoura fixa" (PARÁ. Relatório de Presidente de Província, Couto de Magalhães, 1864, p. 15).

Assim, a lavoura fixa ocuparia os seis meses de trabalho "ocioso", "trabalharião um anno, o que quer dizer, em vez de produzirem 50, produzirião 100" (PARÁ. Relatório de Presidente de Província, Couto de Magalhães, 1864, p. 15).

Contudo, quando atravessou a zona do rio Tocantins, Couto de Magalhães destacou que esses "pequenos produtores" habitavam em "pobres choupanas, cobertas de palha, despidas de muros, sem divisões interiores" cujas ferramentas de trabalho resumiam-se a "uma canoa, a um cão, a uma faca, anzóes, primitivos instrumentos de caça e pesca, alguma roupa e paneiros". A seu ver, frente a tanta precariedade, se perguntava: "como é que essa gente vive e sustenta?" (PARÁ. Relatório de Presidente de Província, Couto de Magalhães, 1864, p. 7).

Por isso, para desenvolver a *industria* e adotar a lavoura fixa na provincia, era necessário "crear necessidades" nesta população tão pouco ambiciosa, bastante refratária ao trabalho regular; pois a indústria nada mais é do que o "esforço da inteligência do homem para satisfazer uma necessidade que apparece", logo se "não existir necessidades não haverá razão para que exista a industria". Portanto, sua conclusão era: "Crear necessidades, civilisando o povo e dando-lhe instrucção, são os meios de fazer apparecer a industria; são lentos é certo, mas são tambem os unicos e seguros" (PARÁ. Relatório de Presidente de Província, Couto de Magalhães, 1864, p. 7)

No relatório de 15 de agosto de 1871, o presidente Abel Graça redigiu observações bastante assemelhadas às de Couto de Magalhães, no que diz respeito aos lugares ocupados pela agricultura e pelo extrativismo na economia da província; sobretudo ao sublinhar a relação entre a capital Belém e as cidades do interior na cadeira de produção da extração e exportação da borracha. Embora os jornais noticiassem o aumento das rendas públicas,

advindo dos impostos de exportação da borracha, reticente, advertia, "é necessário não se deslumbrar pelo brilho desse progresso". Do seu ponto de vista, era necessário distinguir o "progresso fictício", baseado nas atividades extrativistas, e o "progresso real", balizado nas atividades agrícolas (PARÁ, Relatório de Presidente de Província, Abel Graça, 1871, p. 48).

Se Belém desfrutava da prosperidade provocada pelo comércio da borracha e por seu porto ser a única via de comunicação entre o vale do Amazonas e os navios da Europa e dos Estados Unidos, isto não se traduzia em progresso para toda a província. Para isso, bastava fazer uma visita às vilas e às cidades do interior, em boa parte, zonas fornecedoras da borracha, todas em decadência. A razão desta decadência era bem clara: "em vez de cuidarem da lavoura, que daria vida, energia e influência as populações, obrigando a capital a remeter avultadas somas de dinheiro em troca dos gêneros cultivados, os habitantes desprezam estes recursos", pois, em meio a prosperidade, lamentava o presidente Abel Graça:

> não haveria dúvidas que a borracha, enquanto conservasse o preço excepcional a que teria chegado, enquanto assegurassem aos habitantes vestimentas e alimentação, seria objeto de constante atração dos trabalhadores do Pará (PARÁ, Relatório de Presidente de Província, Abel Graça, 1871, p. 48-49).

Em 1882, o comendador Pimenta Bueno (1882), então gerente da *Amazon Steam Navigation Company*, publicou o folheto *Industria Extrativa. A Borracha*[54], no qual realizava um estudo sobre as técnicas de extração da borracha, demonstrando a sua obsolescência para a economia amazônica, e, ao mesmo tempo, sublinhava a importância da agricultura e de uma reforma da Lei de Terras, para garantir a ocupação e a colonização das terras amazônicas. Do seu ponto de vista, a atividade extrativista promovia "a vida ambulante das populações do interior da província", dissipando de modo irregular o trabalho produtivo dos seringueiros. O "patrimônio dos seringais" (BUENO, 1882, p. 20), não bastasse ser uma forma irregular de produção, ainda era explorado de maneira predatória, com técnicas rudimentares de extração. Como os ciclos de coleta do látex duravam de quatro a seis meses, não havia uma ocupação regular das terras na Amazônia, pois o tempo de permanência nas zonas de seringais durava apenas o necessário para a construção de uma casa de madeira e a plantação de um roçado de subsistência improvisado, para o seringueiro e a sua família:

> (...) nada aproveita ao geral da população, tirando-lhe o incentivo para a cultura da terra e para o exercicio de outras industrias, afeiçoando-as a vida nomade e desregrada dos seringais, estagnando, emfim, entorpecendo e contrariando o progresso do trabalho amparado pela economia (BUENO, 1882, p. 16).

[54] Agradeço ao bibliotecário Samuel Pessoa, vinculado a Gerência de Acervos Digitais da Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Amazonas, pela diligência e celeridade na disponibilização do documento na plataforma ISSU, da Biblioteca Virtual da secretaria.

Segundo Pimenta Bueno (1882), para que houvesse a ocupação das terras amazônicas com propriedades particulares produtivas, tornava-se imperioso uma reforma da Lei de 18 de setembro de 1850, a conhecida "Lei de Terras", de acordo com as condições da região. Se a lei estabelecia a fiscalização da demarcação, da venda e do uso das terras produtivas, bem como prestava orientação para a ocupação de terras devolutas por colônias de nacionais e estrangeiros no território brasileiro, isto não havia se verificado no Extremo Norte do Império. Suas críticas destinavam-se principalmente ao valor das terras no Brasil: o preço de meio real por braça quadrada, o valor mínimo estabelecido pela lei para a aquisição de terras devolutas, era muito elevado para a realidade da região.

No caso das províncias do Pará e do Amazonas, cogitar a venda de terras era simplesmente desconhecer a abundância de terrenos disponíveis e a escassez de população: "(...) *o trabalho vale tudo e o terreno quasi nada*" (BUENO, 1882, p. 21 – grifos do autor). Por esta razão, a sua proposta de ocupação e valorização das terras na região assentava-se no *sistema de foro* na concessão de terras, cujo pagamento seria realizado depois de 20 anos de posse, considerando também situação de transmissão de propriedade. Não via com maus olhos o cultivo da seringueira, colocando, até mesmo como condição para a concessão de terra o plantio de determinadas quantidades de seringueiras. No entanto, era na agricultura que estava baseado o seu projeto de valorização econômica da Amazônia, pois enraizaria as populações no interior à terra e "de melhorar as condições economicas e moraes da população, fixando-a ao sólo pelo trabalho methodico e regular" (BUENO, 1882, p. 21).

A resposta não tardou. Ainda em 1882, o jornal conservador *Diario do Gram-Pará* publicou um breve opusculo intitulado *A Borracha – Breves Reflexões oppostas pelo Diario do Gram-Pará ás considerações do snr. M. A. Pimenta Bueno* (1882), em resposta a Pimenta Bueno. Como notório defensor do extrativismo da borracha, o articulador do jornal rebate os argumentos de Pimenta Bueno, sobretudo aquele relacionados a modificação da lei de terras, ao desgaste das seringueiras e a susposta dependência econômica do Pará e Amazonas à industria extrativa. Ao utilizar abundantes dados estatísticos da balança de exportação do Pará e do Amazonas, nos quais despontava a borracha como um dos principais gêneros, o articulista afiançava: "Provámos com dados estatísticos, dignos da melhor fé, que a borracha de outras procedencias nem pela cifra de producção, nem pela sua qualidade póde competir com a nossa, já nos mercados ingleses, já nos dos Estados-Unidos" (DIARIO DO GRAM-PARÁ, 1882, p. 30). Na conclusão, o articulista conservador apresentava uma distinção e uma hipótese. A industria extrativa na Amazônia ao utilizar o trabalho livre constrastava com a agricultura das demais regiões do Império baseada no braço escravo. Diante disso, lançava

uma hipótese bastante otimista: “Avançamos a hypotheses da suppressão do elemento servil que, diminuindo a producção do café e do assucar, dará á borracha a supremacia sobre as outras industrias do paiz, fazendo com que os preços d’este artigo constituam a principal base do cambio” (DIARIO DO GRAM-PARÁ, 1882, p. 30).

Assim, a missão do articulista era combater com dados estatísticos a *hypocondria social* que desconfiava da pujança econômica da *synphonia elastica*. Na hipótese ficava bastante explicita a aposta dos conservadores paraenses, ao menos aqueles organizados na redação do *Diario do Gram-Pará*, da economia da borracha vir a protagonizar a balança comercial brasileira com a Abolição da escravidão. Portanto, do ponto de vista da *tradição imperial*, inseridos neste debate no interior da província, esta fração dos conservadores paraenses defendiam a industria extrativa por considerá-la a mais adequada para as condições naturais e humanas do vale do Amazonas, representando o posto mais avançado das *forças saquaremas* na intregação econômica da Amazônia ao conjunto do Império do Brasil.

Na mesma direção de Pimenta Bueno, no relatório de 1º de setembro de 1862, o presidente Francisco Carlos de Araújo Brusque propunha a concessão das terras devolutas nas quais houvesse seringueiras, cujo objetivo era a *conservação* daquelas árvores da extração predatória, uma vez que transformava o seringueiro em proprietário, possibilitando, deste modo, a ocupação das terras na articulação entre extrativismo e atividade agrícola:

> Então, velarião os proprietarios na conservação das seringueiras, que vão mirrando pelo emprego do chamado *arroxo*, com que esgotão toda a serva da arvore, e seria mais facil então fundarem-se estabelecimentos regulares, onde o trabalho seria *moralisado* e o trabalhador encontraria os necessarios recursos, que lhe faltão nessas *passageiras feitorias*, que hoje se levantão, e que no fim da safra desapparecem, deixando como vestigio de sua existencia a *cruz*, que indica a morada dos mortos! (PARÁ. Relatório de Presidente de Província, Francisco Carlos de Araújo Brusque, 1862, p. 49 – grifos meu)

No entanto, em 1872, depois retornar de uma viagem ao rio Tapajós, os engenheiros Gonçalves Tocantins e Corrêa de Miranda apresentaram um relatório revelando a dinâmica de trabalho do seringueiro, morador das vilas e cidades nas margens rio Tapajós. Em conversa com os engenheiros, após vir com sua família do seringal, o trabalhador relatou que extraiu látex durante todo o verão na ordem de 10 arrobas. Com este trabalho intermitente de coleta a cada seis meses, tornava-se inviável a instituição de propriedade regulares, em meio a uma população que vive em função da próxima safra, estabelecendo novas viagens para os seringais, deixando as suas terras em completo abandono: ou seja, a vida do seringueiro resumia-se à uma vida improvisada no seringal, utilizando o *arroxo* e o abandono de qualquer

atividade agrícola regular, as *passageiras feitorias* (PARÁ. Relatório apresentado ao Presidente de Província por Gonçalves Tocantins e Corrêa de Miranda, 1872, p. 6-8).

Por sua vez, João Martins da Silva Coutinho, à época diretor de Terras Públicas e Colonização na província do Amazonas, apresentou um relatório em 1861 com a proposta do governo conceder a posse das terras com seringueiras mediante o compromisso do proprietário fazer novas benfeitorias: a produção de gêneros agrícolas conjugado ao *cultivo* de seringueiras (BATISTA, 2004, p. 255). As terras cedidas deveriam ser objeto de fiscalização por funcionários do governo. O seu projeto tinha o intuito de garantir a ocupação regular das terras pela agricultura e a expansão dos seringais, já com algumas árvores enfraquecidas pela extração predatória do *arroxo*. Nesse particular, Luciana Batista apresenta como Silva Coutinho explicava no que consistia o *arroxo*:

> comprimir-se o tronco da arvore com um cipó muito grosso, obliquamente, fazendo-se na parte superior com algumas incisões por onde corria o leite, que era recebido em um vaso na parte inferior da ligadoura. Este processo mata as arvores em pouco tempo (BATISTA, 2004, p. 255).

Ainda havia o método de preparação do látex em goma elástica, o mais tradicional realizado por defumação e prejudicial à saúde, e o método *Strauss*, desenvolvido por Henrique Antônio Strauss, que consistia em uma preparação mais inovadora da borracha, sem a emissão de fumaça tóxica.

Conforme Francivaldo Nunes (2011), Henrique Strauss ao comentar o extrativismo da borracha sintetizava a crítica ao trabalho nômade: "o movimento era de uma população que trabalha por seis meses, *barbarizando-se* em vez de *civilizar-se*" (NUNES, 2012, p. 99 – grifos meu). Strauss devia compartilhar da mesma crença de Ferreira Penna no poder *civilizador* da agricultura. Nestes debates, como foi possível, observar a agricultura era concebida não apenas como atividade econômica, pois representava também um *processo civilizador* de moralização e fomento de uma ética de trabalho capitalista, cuja imposição visava disciplinar, pelo tempo linear da jornada de trabalho diário o modo de vida das populações indígenas e mestiças baseado no tempo cíclico da natureza e do trabalho intermitente (NUNES, 2011).

Talvez a obra que melhor sintetize os argumentos levantados neste debate sobre o desenvolvimento econômico da Amazônia seja *O Valle do Amazonas – Estudo sobre a Livre Navegação do Amazonas, Estatistica, Producções, Commercio, Questões Fiscaes do valle do Amazonas*, de 1866, de Aureliano Cândido Tavares Bastos (1975 [1966]). O seu programa econômico para a região estava baseado no tripé: liberdade de comércio, agricultura e

imigração europeia. E o seu diagnóstico sobre a condição social e moral da população livre e pobre também deveria ser compartilhada por toda a elite política provincial:

> (...) os raros imigrantes que o Solimões atualmente acolhe no seio imenso de sua abundância edêmica, não comunicam ao índio o impulso do homem civilizado, o exemplo da moralidade da família, o sentimento do gosto, o amor do trabalho, o espírito da indústria, o cultivo das artes úteis, o desejo de melhoramento e a necessidade de ilustração. Dominados pelos apetites mais vulgares, rendem-se à indolência e a preguiça, e nem depressa confundem-se com o selvagem nos hábitos, nos prazeres, no gênero de trabalho, nas perfídias de um tráfico desonesto, nas dissensões, na miséria e na degradação (BASTOS, 1975 [1866], p. 218).

Conforme Jonas Marçal de Queiroz (2001), houve um intenso debate na imprensa paraense, entre 1877 e 1888, no contexto de crescente pressão abolicionista, sobre a *política de braços* para alavancar o progresso econômico da região. Se um mesmo sonho movia liberais e conservadores para "construir na Amazônia uma civilização equiparável à exuberância de sua natureza", havia diferentes caminhos: imigração ou colonização? Europeu ou cearenses? Extrativismo ou agricultura? Um pressuposto importante deste debate foi a migração de cearenses atingidos pela grande seca em 1877, pois se havia um lugar que precisava de trabalhadores para desenvolver suas atividades produtivas, este lugar era a Amazônia.

Nesse sentido, o jornal *Diario de Noticias* foi o principal defensor do emprego de trabalhadores cearenses na agricultura. Dizia-se imparcial dos ditames político-partidários, sendo apenas "porta-voz dos interesses da província e falava em nome dos que almejavam o seu progresso". Nos artigos de 25 de março de 1884, em regozijo pela "redenção do Ceará", e de 27 de julho de 1887, intitulado "A immigração cearense", ficava patente a sua preferência por trabalhadores cearenses por serem os braços disponíveis, embora também colaborasse para a escolha a abolição da escravidão naquela província ter sido realizada de maneira pacífica e ordeira – tais qualidades poderiam ser extensivas aos seus naturais. O jornal era também bastante reticente no incentivo à introdução de trabalhadores estrangeiros, por duas razões: o Pará não ter condições de competir com outras províncias pela atração de imigrantes europeus e as dificuldades de adaptação ao clima da região e aptidão para o trabalho agrícola.

Os jornais que se explicitavam como incentivadores da importação de trabalhadores estrangeiros eram abertamente vinculados ao Partido Conservador e ao Partido Liberal, respectivamente: *Diario de Belem, Liberal do Pará e A Provincia do Pará*. A única exceção, pelo lado dos conservadores, era o *Diario do Gram-Pará* cuja defesa do extrativismo da borracha rendia duras críticas ao incentivo da agricultura e imigração – como ficou evidenciado no opusculo de resposta a Pimenta Bueno. O *Diario de Belem* era mais inclinado

para a imigração espontânea do que para a colonização, utilizando na base de sua argumentação excertos do relatório do presidente da província do Paraná, Alfredo d'Escragnolle Taunay, sobre as vantagens da imigração frente a colonização: esta seria um "favor demasiado" criando a indolência, o espírito de iniciativa se demove com a "providência administrativa".

Enquanto que o *Liberal do Pará* e *A Provincia do Pará* defendiam a adoção do trabalho europeu na agricultura e o emprego do trabalhador nacional, no caso, os migrantes cearenses, na atividade extrativa. Já a preferência pela instalação de colônias agrícolas se estabelecia conforme os ventos do debate político. Em 1886, 108 açorianos foram enviados para a colônia agrícola em Bragança, pelo presidente conservador Tristão Alencar Araripe. Medida apoiada pelo *Diario de Belem*, ao mesmo tempo que *A Provincia do Pará* moveu intensa campanha contra a iniciativa. Em 1881, o governo liberal decretou o ingresso de famílias cearenses em Bragança, ação duramente criticada pelo *Diario de Belem*; para cinco anos depois, em governo de situação conservadora, o mesmo jornal elogiar a instalação de imigrantes europeus em Bragança.

De acordo com João Pacheco de Oliveira Filho (1979), "*o ideal de uma Amazônia agrícola nunca foi seriamente conduzido como uma alternativa real à indústria extrativa*" (FILHO, 1979, p. 127 – grifos do autor). Este debate registrou os "mecanismos de passagem" do *seringal caboclo* para o *seringal do apogeu*: o controle da terra, do capital e do trabalho. Descrito de Couto de Magalhães à Pimenta Bueno, o *seringal caboclo* era a unidade produtiva explorada por técnicas rudimentares em seringueiras nativas, por força de trabalho requisitada localmente e de caráter familiar, formada, geralmente, pela população livre e pobre da província: índios, mestiços e negros livres. A extração coexistia com um pequeno roçado, as "passageiras feitorias", e a construção de pequenos casebres de madeira, que, nestas condições improvisadas, possibilitava uma pequena produtividade do trabalho. A *reforma dos costumes* visava intensificar o controle sobre essa cadeia produtiva, imprimindo a *racionalidade* de trabalho regular e sedentário, associado, geralmente, à agricultura.

A primeira característica do *seringal do apogeu*, modelo dominante do *boom* da economia da borracha, a partir de 1870, com a migração nordestina, foi a "*colocação do produtor independente integralmente a serviço da extração*" (FILHO, 1979, p. 131 – grifos do autor). O controle da terra diante da folgada estrutura fundiária da Amazônia não era oneroso, pois o que precisava de investimentos eram as *benfeitorias*, uma vez que o valor do seringal estava na sua capacidade de produção, na sua capacidade de concentrar em uma mesma área o maior número de *madeiras* (seringueiras aptas à extração) e *colocações*

(trabalhadores aptos à extração). Diante do lento crescimento populacional da região e as crescentes demandas de produção pelo mercado internacional, tornou-se inevitável o apelo à migração nordestina.

Neste aspecto, João Pacheco (1979) sublinhava: "*A migração de nordestino para a Amazônia precipuamente para tornar-se seringueiro (...) já não depende apenas de vicissitudes climáticas*" (FILHO, 1979, p. 134 – grifos do autor). A migração nordestina destinada ao seringal foi necessariamente *organizada* e *induzida.* Por isso, o controle de capital era fundamental para montar o seringal e organizar migração:

> *Os recursos para aquisição dessa força de trabalho* – como também o *financiamento para a constituição de uma 'exploração' e a formação de novos seringais – provém quase invariavelmente das casas aviadoras*, interessadas em expandir a produção de borracha de seus fregueses (FILHO, 1979, p. 135 – grifos do autor).

Neste contexto surgia a figura do *agenciador* que arregimentava essa força de trabalho – a turma dos *brabos* –, muitas vezes pagando seus custos de transporte e estadia, para ser negociado pelos seringalistas nos mercados de Belém e Manaus. Na contração da política de importação de braços, aqui havia um projeto de *endividamento* e a criação da condição de *trabalhador dependente*. Em síntese, o *seringal do apogeu* consistia na unidade de produção formada por mão de obra importada e de caráter isolado, dedicada exclusivamente a extração, cuja produtividade é mais elevada.

José Veríssimo participou deste debate, cujos pressupostos pareciam ser comuns entre liberais e conservadores do extrativismo da borracha não ser o principal vetor de desenvolvimento econômico da província, que almejava uma Amazônia agrícola por meio da *reforma dos costumes* da população livre e pobre: a substituição de uma ética do trabalho e percepção do tempo natural e sazonal pelo fomento da indústria, da produção regular, do *dezejos de gozos*, possibilitados pelo trabalho sedentário e acumulação de bens. Em razão de sua amizade com Ferreira Penna, que provavelmente provocou o interesse por geografia e antropologia pela leitura dos seus relatórios, José Veríssimo atualizou o projeto político-intelectual da *Associação Filomática,* e, posteriormente, *Museu Paraense*, de investigação do sertão amazônico na publicação do *Primeiras Paginas*, de 1878, nos números da *Revista Amazonica,* entre 1883 e 1884, e no *Scenas da Vida Amazonica,* de 1886.

A posição de Veríssimo neste debate ficou sintetizado no ensaio *As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia*, o estudo introdutório do *Scenas*, no qual expôs uma análise histórico-antropológica que conjuga ao mesmo tempo um diagnóstico sobre a

conjuntura política contemporânea e a retomada histórica sobre o processo de colonização na região, buscando entender a situação de *degradação* e *indolência* da população livre e pobre: corporificado na figura do *tapuio*, o mestiço de branco com índio. Neste ensaio, a *atualização* do projeto de Ferreira Penna de investigação do sertão amazônico estava pautado na *política científica*, consistindo na apropriação do repertório europeu e da tradição imperial presentes na análise de Veríssimo por considerar a *mestiçagem*, a imigração, a colonização (a agricultura) e a educação como meios para *reformar os costumes* da população indígena e mestiça (a imensa maioria da população livre e pobre) e fomentar a *civilização* na Amazônia. Estas são as pautas, apropriadas do debate político da província, para uma agenda *reformista* conforme os cânones da *Geração 1870.*

Todavia, antes de realizar a análise da produção político-intelectual de José Veríssimo, é necessário conhecer outra frente de discussão que se realizava na província do Grão-Pará de modo simultâneo ao debate sobre o seu desenvolvimento econômico neste contexto de modernização, que diz respeito a *reforma do Estado*: uma civilização laica ou cristã na Amazônia? Conservadores e católicos, liberais e republicanos apresentaram os seus projetos políticos de conservação e mudança das estruturas de organização do Estado, embora houvesse uma polarização entre tradição e fé *versus* ciência e razão, havia também muitos pressupostos comuns: as duas trincheiras com suas diferenças internas projetavam o *progresso* e a *civilização* na região. Se sob as bençõe de Pio IX e o cetro de um terceiro reinado, se sob as benesses da secularização, abolição e federação, eis o debate. Obviamente, José Veríssimo não estava alheio e imune a tais questões.

2.2 A reforma do Estado e a modernização: civilização cristã ou laica na Amazônia?

Ao lado da discussão sobre a *reforma dos costumes* da população livre e pobre e os vetores de desenvolvimento econômico da província, entre a agricultura e o extrativismo, havia ainda a disputa da *direção moral e intelectual* (ou espiritual, como queriam os católicos) do processo de modernização e a própria organização do Estado. Se a modernização ocorrida com a abertura da navegação a vapor do rio Amazonas e o grande volume de exportação de borracha era observada com as lentes do *progresso* e da *civilização*, pressuposto compartilhado pelas forças políticas da província do Pará, empunhasse, por sua vez, a

questão: os ventos de bonança e prosperidade vindos da Europa contribuiriam para modificação ou conservação das estruturas do Estado imperial na província?

No final da década de 1870 e no transcorrer da década de 1880, iniciava nos jornais paraenses uma temporada de exposição de *projetos de reforma*, cujos pressupostos pautavam-se pelas alianças entre as *forças da fé e da tradição* representadas pelos conservadores e católicos, e as *forças da razão e da ciência* constituídas por liberais e republicanos. Em outras palavras, de acordo com Raymundo Heraldo Maués (1999), páginas e mais páginas impressas registraram, na linguagem corrente dos contemporâneos, por vezes marcada pela virulência verbal e o chiste jocoso, os embates políticos entre *os filhos de Loiola* e os *defensores da chibata e do cetro*, e os *liberangas* e os *utopistas republicanos*.

2.2.1 Tradição imperial *versus* política científica: reformismo e modernismo na imprensa paraense

O processo de modernização conservadora implementando pelo gabinete Rio Branco (1871-1875) foi responsável – por meio do avanço dos meios de comunicações, facilitando a instalação de telégrafos, ferrovias e barateando os custos dos jornais – pela construção de um espaço público ao largo das instituições políticas imperiais, possibilitando que os grupos marginalizados pudessem expressar seu descontentamento político, apresentando-se uma nova agenda de temas e problemas. Os *grupos de contestação* se organizaram conforme as *modalidades de marginalização*, isto é, a *comunidade de experiência* que os convergia, formando círculos concêntricos que se distanciavam dos dois centros de poder do Império – fosse o poder da sociedade de corte, centrado na figura do imperador, fosse o poder político sob o comando do Partido Conservador. Estes grupos eram: os novos liberais e os liberais republicanos, dissidentes do Partido Liberal, mobilizados em razão da marginalização política; os positivistas abolicionistas da própria Corte, do Recife e de São Paulo, marginalizados socialmente; e, dois grupos regionais, os federalistas positivistas do Rio Grande do Sul e os federalistas científicos de São Paulo (ALONSO, 2002).

A *estrutura de oportunidades políticas* emergiu da combinação entre crise política e modernização econômica, em conjunto com o surgimento de um espaço público ao largo das instituições políticas imperiais. As discussões sobre a reforma da ordem imperial, assentadas no regime de trabalho e centralização política, dividiu a elite política do Segundo Reinado. Havia aqueles – principalmente os conservadores considerados “emperrados” – que eram

refratários a qualquer tipo de mudança ou reforma na política e sociedade imperial. Os setores moderados do Partido Conservador e boa parte do Partido Liberal estavam inclinados à democratização do sistema político e à modernização da economia, através da abolição da escravidão, a laicização do Estado e a ampliação das formas de participação política, embora fossem favoráveis a essas mudanças de forma lenta e gradual. Entre 1860 e 1870, os embates no interior destes setores recrudesceram. O pacto político oligárquico que mantinha liberais e conservadores oscilando no poder dissolveu-se. Os descontentes de ambas facções políticas fundaram o Partido Republicano, em 1870 (ALONSO, 2002).

Buscando articular a crítica da *tradição imperial* (*nacional* ou *brasileira*, termos utilizados como sinônimos pela referida autora) através da *política científica* – em suas propostas *reformistas* de superação da ordem escravista e do governo centralizado da monarquia – este movimento ficou conhecido como *Geração 1870*. Um aspecto interessante neste momento é que tanto a *tradição imperial* quanto a *política científica* trataram-se de fenômenos pautados na *apropriação política* do repertório europeu. Vale ainda lembrar que não havia um campo intelectual autônomo no século XIX, isto é, toda a *produção intelectual* estava empenhada em responder e intervir nos *debates políticos* travados no espaço público: nos panfletos, nas colunas e rodapés dos jornais, nas revistas, nos livros.

A *tradição imperial*, derivada das reflexões dos ilustrados brasileiros e do movimento romântico, enfrentou as vicissitudes políticas do Primeiro Reinado e da Regência, criando um modelo de Estado, organização da sociedade e identidade nacional estabelecido a partir de uma experiência nacional – de centralização política e escravidão – que se distanciava e incorporava o repertório do pensamento europeu – do pensamento conservador da Restauração francesa de Guizot e Thiers, do direito divino do rei de Bossuet e do romantismo de Chateaubriand e Lamartine. Tal tradição estava assentada em três bases: o *liberalismo estamental*, que legitimava a hierarquia social e cujos cidadãos eram os proprietários de escravos; o *catolicismo hierárquico*, herdado da antiga metrópole, do ponto de vista religioso, garantia a legitimidade do poder real e acolhia aqueles que o liberalismo excluía, homens livres pobres, mulheres, crianças e escravos; e, o *indianismo romântico*, representava uma forma de singularizar a nação brasileira, ao mesmo tempo, que criava uma visão positiva da colonização portuguesa e uma identidade nacional compatível com as instituições políticas do Império.

Os ilustrados brasileiros da "geração da independência" foram sucedidos e tinham alguns traços comuns com o movimento romântico de Gonçalves Dias e José de Alencar, como a exaltação da natureza e a preocupação com a "integração" do indígena na sociedade

nacional. Assim, era necessário construir a identidade da nação independente, cuja manutenção da escravidão (e da grande lavoura agroexportadora) e do Estado centralizado (regido pelo Conselho de Estado e o Poder Moderador) precisavam ser legitimados como elementos da nacionalidade brasileira. O romantismo brasileiro selecionou os demarcadores simbólicos que autenticariam a existência da nação brasileira, uma vez que os elementos positivos e idílicos do passado colonial brasileiro eram as sociedades indígenas e a natureza exuberante, elevados ao símbolo da nacionalidade. Tratava-se, porém de um índio e de uma natureza devidamente idealizados de acordo com os padrões de coragem, nobreza, altivez e brandura do cavaleiro medieval, próprios da imaginação edênica dos tempos da conquista do Novo Mundo. O índio Peri, do romance *O Guarani*, e a terra das palmeiras, da *Canção do Exílio*, são os protótipos românticos da nacionalidade brasileira (CANDIDO, 2000; RICUPERO, 2004).

José Bonifácio, um dos grandes representantes dos ilustrados brasileiros, ainda no Primeiro Reinado, lançou uma plataforma de questões, nos escritos que ficaram conhecidos por *Projetos para o Brasil*, que mobilizou as demais gerações de intelectuais no transcorrer do século XIX – sobretudo a *Geração 1870*, tocada pelas reflexões quanto à mestiçagem, à civilização dos índios e à abolição da escravidão. Segundo Maria Odila Dias (2005), a mentalidade dos intelectuais que ensaiaram a modernização, no transcorrer do século XIX, apresentam muitas peculiaridades dos ilustrados brasileiros do século XVIII e início do século XIX: uma formação intelectual enciclopédica associada ao pragmatismo racionalista da ilustração europeia, fundamentados na crença no poder da razão e dos conhecimentos jurídicos e científicos na resolução dos problemas sociais e econômicos.

Um exemplo de análise educacional dos ilustrados brasileiros foi a *Memória sobre a Reforma dos Estudos da Capitania de São Paulo*, publicada entre 1815 e 1816, cujo objetivo era apresentar um sistema estruturado de instrução pública para a capitania de São Paulo, de Martim Francisco Ribeiro d'Andrada Machado. De acordo com Bruno Bontempi Jr. e Carlota Boto (2014), nesta memória, Martim Francisco realizou uma apropriação do debate educacional da Revolução Francesa, sintetizado na proposta de Condorcet, "Cinco Memórias sobre a Instrução Pública", que deu sustentação teórica ao Relatório da Assembleia Nacional (1791-1792) na França pós-revolucionária, quer dizer, as inovações pedagógicas de Condorcet foram apropriadas por Martim Francisco:

> [...] sem que, todavia, ameace a situação monárquica, estamental, patrimonialista e escravocrata da realidade luso-brasileira de seu tempo, guardando o traço 'moderado' que, nos anos 1820, a elite política nativista julgaria necessária manter

> para o controle do processo de emancipação e construção do Estado Nacional (BONTEMPI JR; BOTO, 2014, p. 276)

As formas de pensar e agir da *Geração 1870* combinaram elementos da tradição nacional – do seu diálogo seletivo com o *status quo* – e do repertório europeu da *política científica* em uma forma de ação coletiva de contestação da ordem imperial, filtrada segundo a experiência nacional de marginalização, encaminhando a luta política em prol da Abolição e da República. O positivismo de Émile Littré e Pierre Laffitte, o evolucionismo de Herbert Spencer, e a *Geração 1870* portuguesa, por Teófilo Braga e José Oliveira Martins, foram algumas das referências teóricas da *política científica* da *Geração 1870* brasileira, pautando sua plataforma *reformista*.

Os grupos marginalizados apresentavam suas *teorias da reforma* no debate político. Os *novos liberais*, tendo Joaquim Nabuco e o seu livro *O Abolicionismo* como representante, incidiam suas críticas sobre a herança colonial na formação socioeconômica do Brasil, do mesmo modo que os *positivistas abolicionistas*, nas figuras de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, que construíram uma leitura positivista da formação brasileira, propunham uma *reforma social* na qual a primeira medida seria a *abolição* da escravatura. Neste mesmo contexto, os *liberais republicados*, responsáveis pelo Manifesto Republicano, tendo à frente Quintino Bocaiúva, bem como os *federalistas positivistas gaúchos*, representados por Julio de Castilhos e Assis Brasil, e os *federalistas científicos paulistas*, como Perreira Barreto e Alberto Salles, colocavam em causa a questão da autonomia provincial e da formação do Estado nacional, reivindicando uma *reforma política*, que implementasse a *federação* como forma de governo.

A *Geração 1870* não foi apenas um movimento político *reformista*, tendo também representado uma primeira manifestação oitocentista do *modernismo* no Brasil[55]. Do ponto de vista da história da cultura e crítica literária, a historiografia produzida sobre o modernismo considerou determinados marcos e construiu uma periodização[56]. São Paulo é o espaço. A década de 1920 é o tempo. A Semana de Arte Moderna de 1922, mais especificamente, é o marco de ruptura estético-artística conduzido segundo as vanguardas artísticas europeias: uma *ruptura* na cultura brasileira. Qualquer manifestação literária ou artística anterior, híbrida e

[55] Esta discussão é derivada do artigo "Modernismo e Educação na Amazônia (1870-1920)", apresentado no XII Congresso Ibero-Americano de História da Educação da América Latina (CIHELA), de 2016, em coautoria também com Rafaela Paiva Costa.

[56] O grande representante desta historiografia é o trabalho de Mário da Silva Brito (1964), *História do Modernismo Brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna*. Neste estudo, transforma-se a memória e a visão dos próprios modernistas paulistas em argumento historiográfico, uma vez que a linguagem de vanguarda estabeleceu a ruptura e a abordagem artístico-estética promoveu a inovação sem precedentes na cultura brasileira. O modernismo paulista foi consagrado como o modelo do modernismo brasileiro.

deslocada, foi qualificada como "pré-modernista". O Brasil moderno surgia na década de 1920, conduzido pela locomotiva paulista e seu crescimento econômico e demográfico[57].

Mas, a partir das décadas de 1980 e 1990, alguns estudos passaram a questionar aquela historiografia, pensando o modernismo como um movimento mais diverso e complexo, em diferentes tempos e espaços, constituído por projeções futuristas e revalorizações do passado, cujo programa era redescobrir o país. O surgimento do Brasil moderno se desloca para os anos 1870. Nesse momento, o mesmo sentimento e consciência e de ruptura entre os "novos" e os "velhos tempos", entre o Brasil do "futuro" e o Brasil do "passado", que tomou conta da geração do pós-Grande Guerra, fora experimentado pelos homens e mulheres com o fim da guerra com o Paraguai, o lançamento do Manifesto Republicano, a imigração europeia, a luta abolicionista, a construção da nação/nacionalidade.

"Um bando de ideias novas esvoaçavam sobre nós de todos os pontos do horizonte", registrou Sílvio Romero (1926 [1868], p. 26). Ou, nas palavras de Mário de Andrade (1974 [1942], p.231): "(...) impunham a criação de um espírito novo e exigiam a reverificação e mesmo remodelação da Inteligência nacional". Seja no século XIX, seja no XX, o modernismo representou a necessidade de atualização da inteligência brasileira frente às inovações técnicas e culturais em avanço na Europa e nos Estados Unidos.

Nesse sentido, subcrevo as formulações de Francisco Foot Hardman (1992) e Monica Velloso (2003) sobre o modernismo como um movimento ocorrido entre 1870 e 1920. Ambos registraram que o historiador, educador e crítico literário José Veríssimo, no *História da Literatura Brasileira* (1963 [1916]), definia este conjunto de transformações nos modos de percepção e sentimento como "modernismo".

Hardman apresenta apontamentos e questionamentos sobre os sentidos do modernismo. Sobretudo, o sentido consagrado a partir dos modernistas paulistas que homogeneizaram um processo mais amplo segundo o seu ponto de vista de vanguarda, com valores, temas e linguagens estético-artística. O argumento está no fato deste processo – em razão das brutais transformações técnicas, sociais, econômicas e culturais entre 1870 e 1920 – ter modificado as formas de concepção do espaço e do tempo, bem como promoveu o choque de temporalidade em trânsito entre o messianismo romântico e o maquinismo iluminista, a cultura popular e a cultura erudita, o sertão e o litoral etc.

[57] Um exemplo desta abordagem é *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*, organizado por Wilma Peres Costa e Helena Carvalho de Lorenzo (1997). Nesta coletânea, busca-se demonstrar que o processo de modernização da década de 1930 estava sendo gestado nos anos 1920. A gênese de um Brasil moderno, a constituição de uma sociedade burguesa e industrial, a formação da classe trabalhadora, no qual o Estado protagoniza a transformações na economia, foram inventariados nos anos 1920 – não obstante, a maioria dos trabalhos investigue a experiência paulista.

Neste momento são construídas imagens/representações sobre o maquinismo moderno na cultura brasileira, formando um *continuum* mental de múltiplas e contraditórias combinações, organizado em duas tradições fundantes do processo de modernidade: por um lado, a *eufórico-diurno-iluminista*, com adesão irrestrita aos valores da civilização técnica industrial e projetos otimistas do futuro; por outro, a *melacólico-nortuno-romântico*, que consistiu na aversão a sociedade urbana e industrial e na volta ao passado como forma de regeneração social.

Deste modo, aquele sentido unívoco atribuído ao movimento modernista encaminhou três efeitos nocivos, do ponto de vista heurístico: a) exclusão do amplo e multifacetado universo sociocultural, político e regional que não se enquadrava nos cânones de 1922; b) redução das relações internacionais da cultura brasileira aos contatos com movimentos estéticos europeus; c) definição esteticista do próprio modernismo, abandonando as dimensões políticas sociais, filosóficas e culturais, decisivas na percepção do choque de temporalidades, na experiência de antigo/moderno antes de 1922. Por outro lado, os questionamentos levantados por Hardman são:

> Modernismo, qual? Dos artistas de 1922 ou de 1900? Da geração de 1930 ou de 1870? Dos comunistas de 1922 ou do movimento operário socialista e libertário das décadas precedentes? Dos arquitetos acadêmicos ou dos engenheiros de obras públicas? Dos 'tenentes' dos anos 20 ou dos abolicionistas e republicanos de meio século antes? Dos poetas metropolitanos ou dos seringueiros do Acre? Dos fios telegráficos da Comissão Rondon ou dos índios rebeldes? De Mário e Oswald de Andrade ou de Mário Pedrosa e Lívio Xavier? Da revolução 'técnica' ou da revolução 'social'? Dos nacional-integralistas ou dos bolchevistas? Do Manifesto Antropófago ou do Primeiro de Maio? (HARDMAN, 1992, p. 303).

Por sua vez, Monica Velloso concebe o modernismo como movimento político-intelectual na perspectiva da *simultaneidade*, da *continuidade* e da *pluralidade*, definindo-se pela busca da brasilidade e da identidade nacional, na tensão e ambivalência entre regional e nacional, erudito e popular, litoral e sertão, universal e nacional. É simultâneo porque são diferentes manifestações do modernismo acontecendo ao mesmo tempo, em diferentes espaços, como Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. A simultaneidade consiste na pluralidade de tempos, espaços e tradições. Os vínculos de continuidade entre a geração de 1870 e a geração de 1920 se estabelecem nas tradições filosóficas e intelectuais que são retomadas e reelaboradas para a construção da nacionalidade e da cultura brasileira, no século XIX e no século XX.

Um exemplo disso é a comparação por ela proposta entre o modernismo carioca e o paulista: no Rio de Janeiro, o modernismo estaria mais diretamente ligado a temáticas e

linguagens da cultura popular. Articulado por intelectuais boêmios, cuja linguagem humorística, sobretudo a da caricatura, era a forma de expressão cultural e política, pautado nos domínios do informal e do espontâneo. O moderno é apreendido como experiência. Velloso afirma:

> No Rio de Janeiro, particularmente, é de fundamental importância considerar os espaços informais da cultura na constituição de sociabilidades, que, em muito, contribuíram para a dinâmica modernista. As ruas, largos, praças, os cafés literários e principalmente as festas populares propiciaram o encontro de distintas percepções, valores e concepções sociais. E é a partir desses espaços que deve ser compreendida a cultura urbana modernista. A idéia de organizar um movimento para discutir de forma sistemática a questão da identidade cultural brasileira não encontrou disponibilidade nem adeptos no Rio de Janeiro (VELLOSO, 2006, p. 370-371).

Por contraste, o modernismo paulista dedicou-se a pensar a identidade cultural brasileira por três perspectivas: o grupo verde-amarelo (Cassiano Ricardo, Plínio Salgado e outros), o Manifesto Pau-Brasil/Antropofágico de Oswald de Andrade, e a brasilidade de Mário de Andrade. Distintas propostas de nacionalidade, embora houvesse em comum a preocupação em pesquisar as características da cultura brasileira, atualizada de acordo com os parâmetros da cultura europeia e demarcando a especificidade nacional. O *moderno* é expresso em pensamento, proposta. Nesta comparação, vê-se a pluralidade e simultaneidade do modernismo carioca e paulista como formas de percepção e experiência do processo de modernização das primeiras décadas do século XX (VELLOSO, 2006).

Sobre esse processo de modernização, José Murilo de Carvalho (1998) faz uma importante ponderação. No intervalo 1870-1914, para além de todas as "campanhas civilizadoras" de modificação dos espaços urbanos das grandes cidades, do saneamento e higienização, do avanço da industrialização e da imigração europeia, prevaleceu a *força da tradição*. E prevaleceu tanto nos setores populares dos espaços rurais e urbanos, resistindo às imposições modernizadoras na dinâmica e legitimidade de suas formas de cultura e sociabilidades; como entre as elites políticas e intelectuais modernizadoras, para as quais este processo significava uma forma de distinção e hierarquização que reforçavam a sua hegemonia compreendida como *civilização* e *progresso*: a imposição do seu modo de vida e visão de mundo sobre o conjunto da sociedade, a partir de um *autoritarismo*, ora violento, ora paternalista.

A partir desta matriz de discussão, um conjunto de trabalhos foi construído perscrutando a modernidade brasileira e o seu processo de modernização, por diferentes modos de percepção, consciência e sentimento na configuração do modernismo. Mesmo que alguns destes trabalhos não se orientem claramente pela categoria "modernismo", suas

análises encaminham a compreensão da *continuidade* entre os processos de modernização e a sua percepção social, cultural e política pelo conjunto da sociedade brasileira – sobretudo, os intelectuais associados às elites modernizantes – entre três últimas décadas do século XIX e as três primeiras décadas do século XX.

Três autores são fundamentais para se considerar esses processos sob a categoria "modernismo": Nicolau Sevcenko (2003 – [1983]), Flora Süssekind (1987) e Francisco Foot Hardman (1988). São trabalhos que iniciam a discussão de uma leitura ampliada do modernismo, questionando aquela "tradição de ruptura", ao selecionarem, respectivamente: as formas de engajamento e produção literária dos intelectuais e seus projetos de sociedade, especialmente aqueles escritores que eram considerados "pré-modernistas", como Lima Barreto e Euclides da Cunha; os modos pelos quais o processo de modernização produziu novas formas de consumo e sensibilidade cultural entre o público e os escritores, mediados pelas inovações técnicas; e as imagens e representações do maquinismo moderno, a inserção da modernidade na selva, a partir da construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

Outros trabalhos que tratam deste mesmo momento de virada de século, sem abordar diretamente a categoria "modernismo", mas operam com a ideia de *continuidade*: Nísia Trindade Lima (1999), Eliana de Freitas Dutra (2005) e Luciana Murari (2009). Respectivamente, estes estudos abordaram: a emergência do pensamento social brasileiro e a sua institucionalização universitária; projetos políticos dos impressos de grande circulação, como os almanaques, para o debate sobre a construção da identidade nacional; as representações sobre a natureza na cultura brasileira no contexto do processo de modernização.

Assim, pautados nos argumentos de Hardman, Velloso e Carvalho, ao lado desta historiografia mais recente, considero o modernismo como movimento político-intelectual dos séculos XIX e XX, a partir de 1870, que expressou a consciência social, política e cultural de percepção e experiência da sociedade sobre o processo de modernização. Por sua vez, encontrou nos intelectuais e artistas uma forma de interpretação aguçada desse processo em termos de "um bando de ideias novas", de "atualização da inteligência brasileira", na oscilação entre razão iluminista e a subjetividade romântica, operando a articulação entre presente, passado e futuro da passagem ambivalente, contraditória e ambígua da sociedade brasileira à modernidade.

A proposta é essa ampliação temporal e de formas de manifestação do modernismo, conforme seus recortes espaço-temporais. Por isso, quero pensar essa produção amazônica de José Veríssimo como *modernista*, quer dizer, inserida nessa percepção de movimento

político-intelectual de construção da identidade nacional, partindo de um lugar específico: *um modernismo amazônico oitocentista*. Aldrin Figueiredo (2001) já havia realizado esse deslocamento, concebendo um *modernismo amazônico*, a construção da identidade nacional de um ponto de vista amazônico, nas primeiras décadas do século XX, ao analisar o grupo de intelectuais organizados em torno da revista *Belém Nova*. O que pretendo é associar a discussão de Monica Velloso (2006) e Francisco Foot Hardman (1992) com a de Aldrin Figueiredo (2001): examinar a produção amazônica de José Veríssimo como uma manifestação do modernismo enquanto movimento político-intelectual de construção da identidade nacional conforme uma experiência amazônica.

Cabe aqui ainda algumas considerações sobre a imprensa paraense oitocentista. De acordo com Aldrin Figueiredo (2005), a história da imprensa no Pará surgiu com a publicação dos primeiros exemplares do *O Paraense*, redigido e impresso em Belém, sob a direção de Felippe Patroni, em 1822; embora, em 1821, também iniciativa de Patroni, mas impresso em Lisboa, tenha circulado o *Gazeta do Pará*. Os jornais da primeira metade do século XIX, principalmente, nas décadas de 1820 e 1830, período de instabilidade do Primeiro Reinado e das Regências, eram verdadeiros libelos políticos, folhas volantes impressas no tamanho de um pequeno caderno não ultrapassando cinco páginas. Na província do Pará, davam a sua contribuição na agitação política do movimento cabano. Ainda assim, por suas condições de impressão onerosas, tornavam-se um artigo restrito à elite local e à reduzida parcela de letrados – fato que não impedia que as notícias circulassem de boca em boca.

No entanto, Aldrin Figueiredo ainda destaca que a partir de 1870, com a reorganização da província pós-cabanagem acompanhando o progresso material da *folie du látex*, houve avanços nas técnicas de impressão e a ampliação do mercado da imprensa:

> Os redatores e tipógrafos viram o consumo das gazetas se estenderem a novas camadas sociais no âmbito dos pequenos comerciantes e, logo em seguida, a uma apreciável parcela do povo das cidades – fosse na capital ou em cidades do interior, especialmente Vigia, Cametá, Bragança e Santarém (FIGUEIREDO, 2005, p. 248).

Mais de 300 jornais circulavam na capital paraense entre diários, semanários e pequenos panfletos, uma vez que a industria jornalística com tipografias próprias conseguia reduzir os preços, dando possibilidade do surgimento de jornais associados a diferentes colorações políticas, órgãos de sociedades assistencialistas, sociedades secretas e a diversos segmentos da população, como imigrantes e trabalhadores, além de diversas finalidades de publicação, como comemorações, homenagens e efemérides.

Ainda segundo o autor, em suas colunas havia espaço para o debate político, ao mesmo tempo que eram publicadas informações a respeito do expediente administrativo do governo, a movimentação dos portos, do comércio e da industria, a cotação do preço da borracha; a reprodução de notícias de outros jornais de cunho nacional e internacional, a publicação de críticas literárias, relatos de viagem, poesias, tradicional folhetim de rodapé e amenidades em geral; as páginas finais, geralmente, reservadas à publicidade da maior variedade de produtos, da máquina de costura Singer ao último lançamento de xarope para tosse. É nesse contexto de *espaço público em construção* que emergem os jornais conservador *A Constituição*, católico *A Boa Nova*, liberais *O Liberal do Pará* e a *Província do Pará* e republicano *A República*.

Assim, a produção político-intelectual de José Veríssimo emergiu dos embates políticos entre as forças da *tradição imperial* e as forças da *política científica* na província do Grão-Pará. Tendo-se em conta que a crise de legitimidade da ordem imperial, muitas vezes lida como *decadência*, colocou os fundamentos do seu consenso na agenda política: a escravidão, a religião do Estado e o sistema representativo. Com a presença do bispado no Pará, a discussão sobre o processo de secularização e da relação entre Estado e Igreja tomou relevo nos debates, sobretudo, a respeito das funções tradicionalmente atribuídas à Igreja: o casamento, o enterro, o batismo e o ensino – todos considerados como sacramentos ou missão da Santa Sé.

Nesse ínterim, a centralização política era sistematicamente questionada como forma político-administrativa eficaz diante das inovações e exigências da modernidade. Sendo, por sua vez, a abolição o fiel da balança política, pautando as discussões sobre o regime de trabalho, ora vista como execranda instituição, ora considera um mal necessário. Todas as forças políticas foram a favor da abolição, porém cada uma tem o seu próprio projeto de transição do trabalho servil para o trabalho livre. Todos querem envidar esforços para a inserção da Amazônia no *grêmio da civilização*, contudo o que estava em disputa era a legitimidade dos pressupostos políticos de cada projeto: o reforço dos valores da *tradição imperial* ou a inovação dos princípios da *política científica*. Eis a batalha de ideias que ocupou a imprensa paraense na década final do Império.

2.2.2 Por uma *civilização imperial* e *cristã*: conservadores e católicos

A construção e consolidação do Estado imperial ocorreu com participação ativa da Igreja Católica, ao tornar-se a religião oficial do Estado. O regime de padroado delegava algumas funções públicas e oficiais do estado para a esfera religiosa, transformando, deste modo, os membros da Igreja Católica em funcionários públicos. Acontecimentos da vida civil uma vez considerados sacramentos, como nascimentos, casamentos, enterros, ficavam sob a responsabilidade das autoridades eclesiásticas. A utilização do espaço físico das igrejas como zonas de votação nas eleições demonstrava o estreitamente com o Estado.

Nestas circunstâncias, era bastante natural a aliança política entre conservadores e católicos. As forças da *tradição imperial* defendiam um modelo de *civilização* baseado na aliança entre trono e altar. Contudo, os ventos da *romanização* ou *reforma católica* sopraram de Roma, modificando esta correlação de forças, ao estabelecer a defesa da autoridade papal e incentivar o combate ao processo de secularização que ameaçava o poder temporal da igreja – inclusive, criando conflitos com seus tradicionais aliados, os conservadores, ocasionando a chamada *Questão Religiosa*.

Segundo Augustin Wernet (1997), até nos anos finais do Império, o catolicismo no Brasil configurou-se a partir de duas tradições: o *catolicismo lusitano*, vigente dos idos coloniais e incorporado à nação independente; e o *catolicismo francês*, durante o Segundo Reinado. A primeira tradição fundamentava-se na aliança entre Igreja e Estado, formalizada no regime de padroado e que garantia da construção de um *status quo* espiritual e temporal. Deste modo, a relação entre Estado e Igreja caracterizava-se por uma *solidariedade ativa* na condução das instituições públicas, uma vez que o Estado precisava das instituições religiosas para administrar sua intervenção política e coesão social; ao passo que a Igreja dependia dos recursos disponibilizados pelo Estado para promover sua proposta de evangelização. Neste contexto, conforme Fernando Neves (2009), o Estado imperial era formado por duas estruturas que sinalizavam sentidos complementares, apesar das naturezas opostas: por um lado, os negócios civis regidos pela cultura da esfera secular; por outro, os negócios eclesiásticos destinados à esfera sagrada (NEVES, 2009, p. 21).

Ainda segundo Augustin Wernet (1997), a segunda tradição, do *catolicismo frânces*, consistia na defesa da autonomia do poder espiritual da Igreja nas atividades eclesiásticas e o seu fortalecimento político frente ao poder temporal do Estado. Com o processo de modernização e crescente secularização da sociedade e do Estado, a Igreja, em face dos seus setores mais conservadores, reagiram a partir da implementação de um *projeto ultramontano* de reforço da autoridade temporal da Igreja. Nesse sentido, Estado e Igreja apropriaram-se do liberalismo estamental tentando circunscrever um estado liberal e católico, que foi

rompimento parcial pelo projeto ultramontano. Este projeto converteu o clero brasileiro em adversário da modernidade, embora quisesse manter sua posição de aliança com o Estado. De acordo com Karla Martins (2005), uma dimensão dessa apropriação pela Igreja foi considerar o catolicismo popular como um anátema da ignorância, que deveria ser combatido por uma cruzada de ilustração – a Igreja ultramontana pretendia aproximar os fiéis aos dogmas e sacramentos da Santa Fé, as bases que sustentavam seu projeto de *civilização católica*.

Para análise aqui empreendida é importante delinear a posição das forças da *tradição imperial* quanto a sua leitura da *modernidade*, pois o seu significado estava em disputa no processo de modernização em curso, frente as forças da *política científica*. Nesse sentido, ambos os grupos *compartilhavam* determinados anseios de *progresso* e *civilização* da Amazônica, embora houvesse *divergência* a respeito dos princípios e pressupostos norteadores dos seus projetos políticos para a região. Por um lado, conservadores e católicos *ultramontanos,* consideravam a *modernidade* do ponto de vista da centralização política e da sacralização social – a *civilização* consistia no monopólio do poder pelo trono e no monopólio da fé pela Igreja. Enquanto que, por outro lado, para liberais e republicanos a *modernidade* nada mais era do que descentralização política e a secularização das instituições sociais – a *civilização* deveria ser obrigatoriamente baseada na República, no Estado laico e no *laissez faire* econômico.

Segundo Karla Denise Martins (2005, p. 172), tal projeto de *civilização católica* procurava articular diversas dimensões da vida sagrada e da vida civil: a educação[58], a economia e a religião. O Partido Conservador no Pará, sob o comando do cônego Siqueira Mendes, era um grande aliado na concretização deste projeto, fosse na Assembleia Legislativa Provincial, fosse na Presidência da Província, fosse nas páginas do jornal *A Constituição.* Os conservadores baseavam a sua argumentação política em valores assentados na cultura religiosa da Igreja Católica. Fundamentavam o seu projeto político na defesa da centralização política, posição compartilhada por setores dominantes da Igreja. Por sua vez, as posições político-religiosas dos católicos, representadas pela extração *ultramontana*, ganhavam as ruas nas páginas do jornal *A Boa Nova*. Assim, havia um núcleo de convergências no seio do *status quo* imperial na província do Pará; embora fosse parcialmente abalado com o advento da *Questão Religiosa*, se manteve a aliança até o ocaso da Monarquia.

[58] Os projetos e a instituições da Igreja Católica dedicadas à educação serão apresentados no quinto capítulo. Essa dimensão da *civilização católica* é fundamental para estabelecer os parâmetros do debate político no qual emergiu o *Collegio Americano* e a proposta educacional de José Veríssimo, no interior das forças da *política científica.*

Fernando Neves (2009) observa que ficou evidenciado no episcopado do Bispo do Pará, Dom Macedo Costa, aliando *Religião* e *Civilização*, o processo de modificação da experiência religiosa dos católicos na Amazônia, conhecido como *romanização* ou *reforma católica*. Sua proposta representou uma reação da Igreja Católica ao processo de secularização – provocado pelo racionalismo iluminista pautado nos ideais liberais da Revolução Francesa – por meio do reforço do poder temporal e espiritual da autoridade papal; buscando, por sua vez, reorganizar as forças da tradição contra a "anarquia" da modernidade e impor a submissão da razão, da ciência e do estado à fé – ou seja, à autoridade papal. Tal reforma católica estava encarnada na orientação dos bispos e efetivada na atuação dos padres e intelectuais que procuraram legitimar a centralização política de Roma (NEVES, 2009, p. 26).

As diretrizes do catolicismo da Santa Sé pautavam-se na cultura religiosa eclesiástica assentada mais nos *sacramentos* do que nas *devoções*. As visitas pastorais realizadas por Dom Macedo Costa visavam fortalecer essas diretrizes, através dos sacramentos do casamento, do batismo e da crisma, evitando, deste modo, os costumes do catolicismo devocional promovidos por irmandades, confrarias e ordens terceiras estimuladoras de uma experiência religiosa que prescindia da mediação do sacerdote. Nesse processo de renovação religiosa, Dom Macedo Costa realizava uma oposição entre o *"catolicismo da Santa Sé"* e o *"catolicismo da floresta"*: o primeiro oferecido nos seminários europeus conforme os cânones da *romanização*; o segundo, uma formação frágil em teologia e liturgia, e vulnerável às superstições, às crendices e os costumes do catolicismo popular (NEVES, 2009).

Do ponto de vista econômico, Dom Macedo Costa apresentava suas posições a respeito do progresso material da província. A Igreja Católica também tinha seu projeto de *reforma dos costumes* da população livre e pobre – sobretudo, os grupos indígenas – por meio da religião e do trabalho. A "civilização dos índios" e a política dos aldeamentos era fundamental para a arregimentação de força de trabalho indígena cujo desenvolvimento dependia diretamente da correlação de forças entre as autoridades eclesiásticas e os presidentes de província. Senão, observe-se o caso de Abel Graça e Pedro Vicente de Azevedo, ambos presidentes de província vinculados ao Partido Conservador e com posições que divergiam no que tange a política de aldeamentos, o que implicava, necessariamente, na questão da agricultura/extrativismo e o emprego de mão-de-obra estrangeira e nacional (MARTINS, 2005)

Segundo Karla Martins (2005), em 1870, Abel Graça mapeou alguns aldeamentos espalhados pela província – Belém, Santarém, Porto de Moz, Rio Xingu e Portel – reconhecendo o fracasso desta política na introdução das populações indígenas na vida civil

atribuindo este fato à ganância dos interesses privados dos diretores laicos, pouco preocupados com a catequese e o ensino para o trabalho dos índios. Não raro, o único aldeamento com resultados satisfatórios, o do Rio Xingu, estava sob administração de padres capuchinhos. Para o presidente havia mais utilidade na força de trabalho indígena do que na estrangeira, uma vez que a primeira além de abundante na região, era mais adaptada as intempéries do clima tropical.

Por essa razão, solicitava junto ao governo central mais investimentos para a política de aldeamento, comandada pelos padres capuchinhos, cujo trabalho de catequese e ensino, traria mais retornos à província, mesmo que a longo prazo, se comparados aos investimentos à imigração estrangeira. Portanto, sublinha Karla Martins (2005), para Abel Graça o êxito da política de aldeamento estava associado a ação catequizadora das autoridades religiosas. Em ato contínuo, tal política também deveria estar agregada à agricultura, cuja produção de riqueza regular e o uso do trabalho sedentário era a base da prosperidade duradoura, do "progresso real", se comparado as atividades extrativistas, e cujo o emprego deveria dar preferência a mão-de-obra nacional, fosse indígena, fosse cearense (MARTINS, 2005, p. 127-128).

De acordo com Martins (2005), o presidente de província Pedro Vicente de Azevedo considerava que três agentes tentaram exercer uma ação "civilizadora" sobre os índios: os missionários, os diretores laicos e os regatões. Estes faziam um trabalho mais efetivo de integração dos indígenas à sociedade branca do que os missionários e os diretores laicos. Os religiosos, segundo ele, restringiam o seu trabalho de catequese aos aldeamentos, e nos momentos que ficavam na administração dos diretores laicos, os "selvagens" retornavam à floresta e se dedicavam à coleta das drogas do sertão e a extração da seringa, esquecendo dos aprendizados e voltando ao estado de "letargia" e "indolência".

Embora praticantes de negócios inescrupulosos, os regatões atuavam por todo o sertão amazônico, desbravando o interior da floresta, e colocando as populações indígenas em contato a sociedade "civilizada". Enquanto os missionários preocupavam-se com as almas, os regatões tratam de mercadorias; ao invés de ensinar os índios a rezar, os regatões ensinavam-lhes a trabalhar, a negociar, e, por vezes, a furtar. Por isso, na visão de Azevedo, a solução do problema da mão-de-obra na Amazônia não estava no indígena aldeado, pois apenas o trabalhador estrangeiro estava acostumado ao trabalho regular na agricultura (MARTINS, 2005, p. 130).

Dom Macedo Costa, dialogando com as posições de políticos conservadores, era favorável a política de aldeamentos sob o controle das missões religiosas. Conforme Karla

Martins (2005), ele subscrevia as diversas críticas que apontavam a vida dissoluta de alguns sacerdotes nos aldeamentos, e, ao lado dos diretores laicos, contribuíam para o fracasso destes empreendimentos. O religioso argumentava ser necessário uma reforma intelectual na formação dos noviços que fortalecesse seu conhecimento filosófico e teológico da doutrina da Igreja Católica, ao mesmo tempo que se buscasse reforçar o sentido de missão e civilização na expansão do Cristianismo em terras amazônicas: o padre seria um agente civilizador, levando a *Boa Nova* de salvação. Deste modo, Dom Macedo Costa engrossava as fileiras daqueles que sublinhavam o papel civilizatório da agricultura – sobretudo, entre as hostes conservadoras – para a prosperidade econômica da província, empregando a mão-de-obra do nativo catequizado e do cearense cristão:

> (...) havia o consenso, pelo menos entre os políticos ligados ao Partido Conservador, que a agricultura salvaria os homens da perdição, constituiria a base da família e da moral e, por consequência, formaria uma economia forte e menos dependente das oscilações do mercado internacional (MARTINS, 2005, p. 153).

Essa posição era compartilhada por Dom Macedo Costa, pois a agricultura estava na base da formação da "família católica, solidária e sedentária".

Em 21 de março de 1883, no Paço da Assembleia Provincial do Amazonas, Dom Macedo Costa (1884)[59] proferiu a conferência *A Amazonia – meio de desenvolver sua civilisação*, "perante o Exmo Sr. Presidente da Provincia e grande numero de pessoas gradas", cujo objetivo era a exposição à sociedade manauara do seu projeto de "elevar, pois, o nivel intellectual e moral dos povos do Amazonas", tendo em vista que "é uma questão econômica de primeira ordem"; na verdade, "É uma questão politica, uma questão social, uma questão de humanidade, um grande problema no ponto de vista da civilisação e do Christianismo" (COSTA, 1884, p. 7).

"Para proceder com metodo", Dom Macedo Costa preparou a conferência em três partes: a) "falarei primeiro do *homem amazonico*, sua situação actual e necessidade de um prompto remedio" (COSTA, 1884, p. 7 – grifo do autor); b) "Em segundo logar desenvolver-vos-hei o plano de um *Vapor-Igreja*, de um *Templo fluctuante*, destinado á evangelização do grande valle" (COSTA, 1884, p. 7 – grifos do autor); c) "Em terceiro e ultimo logar demonstrar-vos-hei a necessidade desse projeto, suas vantagens, sua exequibilidade" (COSTA, 1884, p. 8).

[59] Embora Dom Macedo Costa assinasse suas conferências e colaborações na imprensa com a insígnia religiosa de bispo, era também conhecido apenas pelo primeiro nome, de "Antonio". Geralmente, era nomeado assim pelos adversários políticos, menosprezando sua autoridade religiosa (MARTINS, 2005).

Nesta palestra apresentou o programa político-religioso de uma *civilização católica* na Amazônia, esposada por católicos *ultramontanos* e conservadores, e por vezes, pungentemente defendida na imprensa católica na garantia das instituições civis do casamento e do enterro sob o monopólio da Igreja diante do crescente processo de secularização e das pressões das forças da *política científica* pela a laicização do Estado imperial.

Como apontado por Angela Alonso (2002), o movimento político-intelectual da *Geração 1870* estava marginalizado das principais instituições imperiais – como as cátedras das faculdades, o parlamento, e os partidos – e acabou apostando sua mobilização nas campanhas temáticas, nas associações de curta duração, nas passeatas, nos comícios, nos banquetes. Os grupos contestadores estabeleceram suas formas de organização política nas margens do parlamento, no seio da sociedade civil: por meio de práticas político-culturais de mobilização representadas pelas conferências, *meetings*, agindo em efemérides e datas comemorativas (ALONSO, 2002, p. 275-277).

No entanto, aponto que este mesmo expediente político também era mobilizado pelas forças da *tradição imperial*, embora estabelecessem alianças com os conservadores, como era o caso dos católicos, ou mesmo tivesse acesso à política institucional, no caso dos liberais. Tais práticas político-culturais eram *compartilhadas* pelos grupos políticos em disputa – embora, frise-se bem, seus princípios e conteúdos políticos fossem totalmente distintos. A *conferência* de Dom Macedo Costa (1884) "perante o Exmo Sr. Presidente da Provincia e grande numero de pessoas gradas", enquanto prática política-cultural corrente entre os grupos políticos, tinha o claro objetivo de batalhar no convencimento e adesão de setores da sociedade civil amazônica – pois a discussão realizada no Amazonas é totalmente extensiva ao Pará –, a considerada "opinião pública", para o seu projeto de *civilização católica* na Amazônia.

A conferência de Dom Macedo Costa (1884) também se articulou pelo *repertório* da *tradição imperial* – principalmente, na mobilização do catolicismo e do romantismo indigenista –, pois realizou um diagnóstico da situação social, moral e econômica da sociedade amazônica, ao mesmo tempo que efetivou uma explicação sócio-histórica-religiosa para os problemas constatados e apresentou um plano de reforma, ou *restauração*, nas palavras do bispo: isto ficava evidente na organização da conferência, ao procurar expor a situação do homem amazônico e a "necessidade de um prompto remedio", o plano do *Cristóforo*, e, por fim, a necessidade, as vantagens e a exequibilidade do projeto.

Dom Macedo Costa representava a intervenção política dos católicos *ultramontanos* no processo de modernização ocorrido nas províncias do Pará e do Amazonas a partir da

abertura da navegação internacional do rio Amazonas e da crescente exportação da borracha para o mercado europeu. Do mesmo modo que a *Geração 1870* reagiu a esse processo, produzindo uma resposta político-intelectual *modernista*, ao articular uma visão do passado, um diagnóstico do presente e projeções de futuro, percebemos que esta mesma reação também foi *compartilhada* pelos grupos conservadores, sobretudo os católicos *ultramontanos*. Assim, se havia um ímpeto *reformista* e *modernista* entre as forças da *política científica* representados pelos liberais e republicanos, ele também era partilhado pelo sinal inverso da *restauração* e da *conservação* pelas hostes da *tradição imperial*, especialmente os católicos *ultramontanos*.

À guisa de introdução, Dom Macedo Costa (1884), como não podia deixar de ser, afirmava que a exuberância da natureza amazônica cada vez mais chamava a atenção do mundo. Os rios e as florestas impressionavam a imaginação dos artistas e poetas, e despertava o interesse da ciência, da indústria e do comércio na descoberta de suas riquezas naturais. Se Louis Agassiz havia comparado a fecundidade do vale do Amazonas com os vales do Nilo, do Ganges e do Eufrates, vaticinando que aquele seria o próximo a ocupar um lugar de destaque na história, Humbold, por sua vez, observou que a riqueza deste vale se transformaria no "maior empório do comercio do mundo" (COSTA, 1884, p. 6).

Tal vale e tal empório, conforme Dom Macedo Costa (1884), apenas agora, no século XIX, estava fornecendo alguns produtos retirados da natureza, sem qualquer indústria, sem qualquer trabalho mais elaborado, "sem sombra de cultura", por processos grosseiros e braços insuficientes de uma população nômade, "quasi sem cultivo intellectual e moral", em parte ainda mergulhada na "noite do selvagismo". Embora nestas condições, a Amazônia ocupava um lugar notável na "balança da industria e do commercio do mundo", ao abastecer de "ouro vegetal da siphonia elástica" dois terços do consumo do globo; agora, cogitava Dom Macedo Costa (1884), se isto fosse acrescentado pelo trabalho e pela indústria de uma grande população "instruida, moralisada, laboriosa", o que seria da região quando se juntasse aos gêneros extraídos da floresta a produção de "mil outros riquissimos productos que braços inteligentes e activos poderão desentranhar deste solo abençoado?" (COSTA, 1884, p. 7). Diante desta promessa, "Vou fallar-vos de um projecto que se liga a este grande porvir da Amazonia", era necessário enfrentar no presente um "problema summamente momentoso": os "meios de melhorar o estado presente da população do Amazonas" (COSTA, 1884, p. 7) – eis o primeiro ponto da conferência "homem amazonico, sua situação actual e necessidade de um prompto remedio".

Segundo Dom Macedo Costa (1884), sem referência a qualquer dado estatístico, a população do Amazonas é formada pela "raça indigena, pura ou já modificada", que, a despeito dos seus defeitos, conserva as qualidades do seu "tipo" – a resistência à fadiga e às privações, sem deixar de ser manso, dócil, inteligente e sóbrio: "tal o caracter desta raça, que, com ser (sic) instruída e educada muitissimo imperfeitamente, ahi está já offerecendo um elemento util ao trabalho nacional" (COSTA, 1884, p. 8). Porém, esta "população christã" sustentava uma vida nômade em função das temporadas de vazantes dos rios, e, ao adentrar o interior da floresta em busca da cobiçada goma elástica e outros produtos naturais, deixa os povoados, as freguesias e as vilas com roças baldias e as casas abandonadas; pois, nos distantes seringais não há "nenhuma igreja, nenhuma escola, nenhuma feira, nenhum meio de convivencia e aperfeiçoamento social" (COSTA, 1884, p. 9)

Na verdade, há apenas a companhia do "commerciante regatão", o homem europeu nômade pela ambição do dinheiro, que vai ao encontro desta "gente operaria" com o objetivo de trocar os "fructos do trabalho" por "generos de primeira necessidade e até os de luxo, e, muitas vezes, o virus de uma corrupção que ella felizmente ignorava" (COSTA, 1884, p. 9). Assim, essa vida nômade, errante e isolada, provocou a "laxidão dos costumes, dissolução dos vínculos da família", ausente dos meios para elevar e retemperar o espírito, deixando "sem nenhum socorro espiritual" e a mercê das "facilidades e seducções do mal", ficando, assim, impossibilitado de "adiantar-se, de polir-se, de melhorar e engrandecer-se", eis a razão, portanto, da "decadencia moral e espiritual das povoações do Amazonas" (COSTA, 1884, p. 9). Por isso, o que mais entristecia e assombrava Dom Macedo Costa era a dispersão geográfica, social, espiritual das populações cristãs no sertão amazônico, aspecto que tornava-se o "principal obstaculo a toda a *acção moralisadora*, a todo o *influxo civilisador* que sobre ellas queiram exercer a autoridade civil e religiosa" (COSTA, 1884, p. 17 – grifos do aurtor).

O clérigo *ultramontano*, por seu turno, apontava o motivo para essa desastrosa situação à *política de aldeamento*, ao estabelecer um divisor de águas: tal política *antes* e *depois* da direção das autoridades religiosas. Diante deste diagnóstico, apresentava sua explicação sócio-histórico-religiosa. *Antes*, com as ordens régias e graças a catequese, havia frequentes *descimentos* do *gentio*, que, uma vez reduzido às aldeias, formavam-se povoados, vilas e cidades, com igrejas limpas, de bom feitio e bem ornadas, e várias fábricas, manufaturas e lavouras que abasteciam todo o vale.

Porém, *depois* da "decadencia e morte da cathequeze", somado ao despotismo das autoridades locais e às "eternas intrigas da politicagem", se viu formado um conjunto que estimulou o lucro fácil na extração das novas drogas realizadas com pouco trabalho,

fortalecendo, assim, a "tendencia ingênita do carater indio para uma vida vaga, aventurosa e solta de toda sujeição"; tal situação, deslocou os "centros de gravitação das sociedades amazonenses", da cidade ao sertão, dando início ao êxodo da população livre e pobre em direção aos seringais mais próximos, gerando "a dispersão quasi completa na que nos achamos" (COSTA, 1884, p. 13). Se esse *movimento* continuasse, o êxodo periódico da cidade ao sertão, advertia Dom Macedo Costa, se chegaria a um curioso resultado: uma vasta e prospera província com uma só cidade – a capital; e o sertão, em ruínas!

Por isso, houve a necessidade de retomar o fio interrompido das "gloriosas tradições historicas sobre a catechese", pois, ao acompanhar o "genio aventuroso do velho Portugal", descobrindo novos mundos e dilatando o seu império, os "apostolos do Crucificado" levaram como parte de sua missão a "luz da fé aos povos barbaros": "*A fé e o império* era a divisa gloriosa desse heroico povo que por isso abrio um sulco tão profundo e luminoso na historia da civilisação" (COSTA, 1884, p. 24 – grifo do autor). Vieram estes apóstolos cumprir o "Ide pelo mundo universo, pregae o Evangelho a toda a criatura", e ao promoverem os primeiros descimentos dos índios, buscavam afeiçoar o indígena com a vida civilizada e amaciar seus costumes à sombra da cruz.

Se este "trabalho colossal", que durou 214 anos, tivesse continuado, talvez não houvesse "mais um só indio selvagem nas nossas florestas", mas, ainda assim, "logramos a doce consolação de ver todas as tribus caminhando animosas para um iluminado porvir, incorporadas á *communhão politica do império*, mesmo aquellas que por seus instinctos ferozes incutem terror ao homem civilisado" (COSTA, 1884, p. 25 – grifo meu). Todavia, essa grande *missão* foi obstruída pelo "torvo despotismo do Marquez de Pombal", cujo banimento dos melhores missionários desfechou um golpe de morte nas missões do Brasil e retardou em trezentos anos a civilização do povo.

Assim, efetivado esse arrazoado histórico, Dom Macedo Costa (1884) considerava que o antigo sistema de missões em pontos fixos era praticamente impossível de executar, apenas se fosse realizado em menor escala, em ensaios mais ou menos profícuos. Isto se deve, por um lado, a limitação do número disponível de sacerdotes para a missão; e, por outro, devido a dispersão populacional e o imenso território. Por estas razões, era necessário explorar o sistema hidrográfico da região, a sua rede interminável de "estradas que caminham", que afluem para a grande estrada real do rio-mar, "por sobre as aguas é que o Espirito de Deus será levado a esses povos famintos de verdade e de justiça" (COSTA, 1884, p. 30-31), um notável regime de águas que possibilitava navegar até as mais longínquas paragens do interior amazônico.

Como, então, navegar tão vastas vias fluviais? Por canoas? As fadigas das viagens diuturnas impossibilitariam, aliadas às estações chuvosas e suas cheias dos rios, além das intempéries naturais que revelavam tantos outros perigos. E os vapores da Companhia do Amazonas? Em razão do seu intuito comercial e o tempo limitado das paradas para embarque e desembarque de pessoas e de mercadorias, dificultariam o trabalho missionário.

Eis, portanto, o projeto do *Navio-Igreja*, do *Templo fluctuante*, do *Christoforo*, que, consistia na construção de um paquete ou vapor dedicado exclusivamente à missão de evangelização no vale do Amazonas; sua função primordial era o transporte regular de Sacerdotes por essa "immensa rede fluvial do rio-mar", levando as *luzes* e os *socorros do espírito* às populações cristãs e pagãs que viviam e morriam em desamparo no sertão amazônico. Da mesma forma que os cedros do Líbano serviram na construção do templo de Salomão, as formosas madeiras do vale amazônico ergueriam as paredes do vapor; o altar ficaria localizado ao fundo, junto ao Sacrário, onde se ministraria o Santíssimo Sacramento; ao lado do púlpito, haveria uma pia batismal, um órgão e todos os paramentos necessários para o exercício do culto católico.

O *navio-missionário*, ou a *Basílica-naval*, estava mensurado em 120 pés de comprimento e 30 pés de largura, com o menor calado possível para navegar livremente não apenas pelo Amazonas, mas também por seus afluentes, tanto na cheia quanto na baixa das águas. Com toda a pompa e circunstância, Dom Macedo Costa fazia questão de ressaltar o emprego do vapor, "essa maravilhosa invenção moderna", convertido ao serviço do Evangelho, "levando realmente nosso Senhor e Redemptor aos povos que o esperam, isto é, a vida, a luz, a salvação temporal e eterna dos homens", cuja missão primordial era "facilitar a diffusão do fecundo germe da civilisação christã até pelas mais incultas e remotas paragens da Amazonia (COSTA, 1884, p. 22).

Assim, o *Christoforo* retomaria as *tradições históricas da catequese*, conforme as condições hodiernas de dispersão da população cristã no sertão amazônico, ao converter as tecnologias da modernidade em função da missão político-religiosa da Igreja Católica. Porém, o intervalo histórico sem a catequese e a política de aldeamento sem o controle da autoridade eclesiástica, segundo Dom Macedo Costa, deixaram catastróficas chagas:

> Sem o Padre não se conservam as igrejas. A chuva do cêo cáe sobre os altares em ruina, e sobre o pavimento abandonado. E se a piedade conserva algumas, não mais as embalsama o odor do Sacrificio, não resôa mais nelas a prédica evangélica, não ha mais o Santissimo Sacramento no Tabernaculo, cessam as ceremonias do culto e todas as praticas christãs. Sem predica, sem Sacramentos, sem *praticas da vida christã*, esmorece e extincta a fé, corrompem-se os costumes; a *corrupção dos costumes* traz a degradação do caracter, o viver grosseiro e todo animal, o habito de infames orgias, que *conduz a barbaria*. Eis a escala por onde um povo desce degrau

> a degrau até o selvagismo. *O selvagem não é o homem primitivo, é o homem degenerado* (COSTA, 1884, p. 27 – grifos meu)

Se a "gente operaria" do vale do Amazonas estava em decadência moral e espiritual, com os *costumes corrompidos*, isto se devia muito mais a ausência das *práticas da vida cristã* do que a sua suposta inferioridade racial e a suposta determinação do meio natural. Pois, para tirá-la da *decadência*, para atingi-la com a "vida do espirito e do coração", é necessária a ação do Padre segundo o coração de Deus, o verdadeiro apóstolo que levasse a Palavra do Evangelho aos corações dos homens. Tal ação se efetivava nas *visitas pastorais*, que, realizada em condições pouco favoráveis, "concilia tantos esposos desavindos, acalma tantas discórdias entre os cidadãos, restabelece tantas uniões ilegítimas, funda tantas novas famílias sobre a base da religião e da moral, consolida em tantos a fé abalada", e com a utilização do *Christoforo*, "tornará mais frequente e por isso mesmo mais efficaz este esforço para *reformar costumes* (...)" (COSTA, 1884, p. 39 – grifo meu).

Tal reforma consistia basicamente na *restauração* da *missão* da Igreja Católica – a esse respeito, o religioso *ultramontano* citava uma "exclamação" de Santo Agostinho:

> És tu, Igreja Santa, (...) que offerecendo mimo á infância, forte disciplina á mocidade, e socego á velhice, diriges e ensinas segundo a idade do corpo e do espirito. Tu sujeitas por casta obediencia a mulher ao marido, não para o prazer dos sentidos, mas para o nascimento dos filhos e da sociedade domestica. Tu dás poder aos maridos sobre as mulheres, não para a depressão de um sexo fragil, mas sob a lei de uma sincera amizade. Tu subordinas os filhos aos pais por livre dependencia, e confias aos pais sobre os filhos uma autoridade santa. Tu reunes os irmãos por um laço de religião mais forte e estreito que o do sangue, e respeitando todos os empenhos da natureza e da escolha, dobras pela caridade os vínculos do parentesco e da alliança. Tu ensinas os escravos a se dedicarem a seus senhores, menos por necessidade de sua condição, que por consciencia do dever. Tu tornas os senhores indulgentes para com os escravos, por consideração do grande Deus, pai commum de todos. Tu ligas os cidadãos aos cidadãos, as nações ás nações, e todos os homens entre si, achegando-os não só pela sociedade, senão tambem pela fraternidade. Tu instrues os reis a velar no bem dos povos, os povos a se submetterem aos reis. Tu ensinas a quem é devida a honra, a quem o affecto, a quem o respeito, a quem o temor, a quem a consolação, a quem as advertencias, a quem os conselhos, a quem as censuras, a quem o castigo, mostrando como todos têm direito a tudo e como a todos é devida a caridade, e a ninguém a injustiça (COSTA, 1884, p. 37-38)

Por fim, conclamava que diferentes setores da sociedade política (governo provincial e o governo central) e da sociedade civil (capitalistas, negociantes, industriais, empregados públicos, patrões, empregados dos seringais etc.), a engajarem-se por meio do *espírito de associação* – o mesmo princípio que os *saquaremas* pretendiam difundir sua *civilização imperial* – a este projeto de *caridade cristã* e *reforma dos costumes* do povo do Amazonas – por extensão, da Amazônia. Ao encerrar o discurso, se comparou a Moisés, reconhecendo que

embora concentre esforços para vislumbrar a empresa do *Christoforo* levando o Santíssimo Sacramento pelas águas do Amazonas, caso isso não acontecesse, morreria com os braços estendidos para a terra prometida.

Outra tecnologia da modernidade convertida à serviço do projeto político-religioso *ultramontano* da Igreja Católica foi a *imprensa*. Um versículo da Epístola de Paulo aos Filipenses, capítulo quatro, versículo 8, "TUDO QUE FOR VERDADEIRO, HONESTO, JUSTO, SANTO, AMAVEL" – em letras garrafais –, era a epígrafe do jornal *A Boa Nova*, redigido pelos cônegos José Lourenço da Costa Aguiar, Luiz Barroso e José Andrade Pinheiro, cujo primeiro número circulou pelas ruas de Belém em 1871.

Como jornal católico, dedicado a causa da Santa Sé, à defesa da missão da Igreja Católica, também estava imerso nos debates políticos no interior da província, estando atento ao diante do processo de modernização, reagindo contra a secularização das instituições civis do Estado sob o monopólio da Igreja (considerados enquanto Santíssimos Sacramento) como foi o caso do casamento e enterro civil. No entanto, antes disso, o órgão de imprensa definiu o seu programa de atuação: o manual de redação do *jornalismo catholico*.

Entre 19 e 22 de dezembro de 1877, sob o título *A imprensa diaria*, os redatores do *A Boa Nova* republicavam o artigo do Padre Ramière, no qual era levantada uma discussão sobre o poder e os perigos da imprensa em geral, além da necessidade de construção de uma imprensa católica em particular. Em 6 de agosto de 1879, publicou o artigo "O jornalismo catholico", que, ao articular a argumentação do Padre Ramière e as posições do Papa Leão XIII, propunha um "apostolado da imprensa diaria".

"Um milagre e só um milagre póde impedir que o jornalismo anti-religioso acabe de matar a sociedade. Não será isto coisa evidente?" (A BOA NOVA, 6 de agosto de 1879, p. 1), assim arguia o articulista do artigo publicado no *A BOA NOVA* em 6 de agosto de 1879, não assinado, já estabelecendo uma oposição no seio da imprensa diária entre o *jornalismo anti-religioso* e o *jornalismo católico*. Para alertar deste perigo da ação do jornalismo laico, utilizava-se de uma metáfora: se as fontes de água do nosso país, com algumas raras exceções, estivessem contaminadas, não seria um dever alertar nossos compatriotas do "veneno mortal" e evitar uma grande mortandade? Na ordem moral, ocorre situação semelhante, cujas fontes de água é a imprensa diária:

> Seguramente Leão XIII não disse nada de mais, quando attribui em grande parte á imprensa diaria o *diluvio de males* que inunda a sociedade. Todas as outras causas das desordens sociaes, – o erro, a incredulidade, a immoralidade, as excitações ao crime, – todas essas influencias tão perniciosas por si mesmas adquirem uma eficácia vezes mais perniciosa ainda, desde o momento em que o jornalismo d'ellas

> se apodera e lhes presta sua *potencia de propaganda* (A BOA NOVA, 6 de agosto de 1879, p. 1 – grifos meu)

Por isso, na condição "Soldado de Deus, somos obrigados a defender a sua causa em toda a parte onde ella é atacada"; pois, em tempos idos, quando as muralhas da Cidade de Deus foram assaltadas pela "artilharia pesada da erudição", atacando a sã doutrina com grossos livros, com grossos livros ela foi defendida; agora, "(...) não é com grossos livros, não é mesmo com folhetos, é sobretudo com *folhas volantes* que se combate". Assim encerrava o articulista: "Ao apostolado da sciencia, que não bastaria hoje para defender a fé, deve juntar-se o *apostolado da imprensa diaria*" (A BOA NOVA, 6 de agosto de 1879, p. 1 – grifo meu)

Não obstante, uma questão se impõe: como converter o *diluvio de males* à *apostolado da imprensa*? Em última instância, como transformar o *diluvio de males* em *potencia de propaganda* contra a modernidade? Ao *escriptor catholico*, ao contrário dos jornalistas irreligiosos, que declaram a sua própria opinião, urgia confessar o "juizo da Igreja", nunca poderia se afastar da "linha recta da verdade", deveria por ofício "interpretar fielmente o pensamento da Igreja". Para cumprir essa missão, o *jornalista catholico* precisava se conservar distante de dois extremos, da fraqueza que favorece o erro e da agrura intempestiva que fere a caridade.

Além destes, havia um outro perigo não menos temível – a desunião: sempre que houvesse desacordo entre questões de doutrina e questões de fato, deveria prevalecer sempre os interesses da Igreja. Portanto, entre todas as obrigações do *jornalista catholico*, Leão XIII sublinhava a divisa de São Francisco de Sales: "tornar a *verdade amavel*, fazer apparecer em todo o seu brilho os encantos e as *vantagens, mesmo temporaes, da religião*" (A BOA NOVA, 6 de agosto de 1879, p. 2 – grifos meu); isto é, "Ensinemos pois aos homens a conhecer a Igreja e não poderão deixar de a amar" (A BOA NOVA, 6 de agosto de 1879, p. 2). O articulista do *A BOA NOVA* findava o texto com uma simpática evocação aos céus:

> Ó meu Jesus, eu vos offereço por intermédio do Coração immaculado de Maria as orações e os soffrimentos d'este dia, em reparação de nossas offensas e pelas outras intenções do vosso divino coração.
>
> Eu vol-as offereço em particular pelos escriptores que defendem vossa causa nos difficies *combates da imprensa*. Dae-lhes, ó divino Mestre, o espirito de força e de suavidade que os ponha em estado de sustentar os *direitos da verdade* sem ferir os *direitos da caridade*. Assim seja" (A BOA NOVA, 6 de agosto de 1879, p. 2 – grifos meu).

A questão da secularização do *enterro* e do *casamento* cristão foram duas oportunidades que os *jornalistas catholicos* tiveram de ensinar as *"vantagens, mesmo*

temporaes, da religião", na linha tênue entre os direitos da *verdade* e da *caridade* vinculados à Igreja e os direitos *civis* garantidos pelo Estado.

A Boa Nova de 12 de maio de 1877 publicava o *Uma palavra sobre os enterros civis*, cujo teor chamava a atenção para o assombroso estado de decadência social, que estava diretamente associado à crescente ausência da religião na sociedade. Tal situação era observável em "Um dos mais tristes symptomas da actual decadencia é por sem duvida o chamado enterro civil", cuja definição singular era oferecida aos leitores:

> É a negação mais ou menos directa immortalidade d'alma, que só existe pura e integralmente no espiritualismo christão.
>
> O enterro civil, portanto, é um atentado sacrilego contra a base de todas as crenças, contra o eixo em torno do qual giram os interesses mais palpitantes da sociedade (A BOA NOVA, 12 de maio de 1877, p. 1).

Arrancar essa crença do povo católico nada mais era do que "*bestialisal-o"*, era fazê-lo renegar o título de homem, era negar a virtude e o bem, pois o dogma da imortalidade da alma consistia na convicção que iluminava a vida e a morte, que, nas palavras piedosas de Baguenault de Puchese, "é aguilhão á virtude, freio ao egoismo, excitante da felicidade, refugio do infortúnio, extrema consolação do agonisante, unica esperança dos que ficam", e nas palavras de exortação do articulista significava uma forma de "contrapor-se á nossa época de cubiça, egoismo e dissolução em que os ferozes instinctos do materialismo avassalam tudo, em que o dever se abate vencido e o pheni dos prazeres se propaga como contagio mortífero" (A BOA NOVA, 12 de maio de 1877, p. 1).

Se "O enterro civil, sem Padre, sem cerimonia alguma religiosa, é uma apostasia tão escandalosa para os presentes como funesta para os vindouros", o articulista ressaltava que "Felizmente os catholicos, em bôa hora, compreendem todo o horrivel dos enterros civis" (A BOA NOVA, 12 de maio de 1877, p. 1), e compreenderam plenamente tal abominação, que chamavam aqueles que procuravam desfrutar deste direito *civil* de "*enterra-cães*", os mesmos que temiam a "bestialização" do povo por não ter o direito da *verdade* e da *caridade* garantidos – eis "*vantagens, mesmo temporaes, da religião"* (A BOA NOVA, 12 de maio de 1877, p. 1).

Por sua vez, no *A Boa Nova* do dia 24 de julho de 1878, o artigo *O matrimonio e o liberalismo* previa "grandes abalos no coração do povo brasileiro", em razão das reformas políticas que pretendiam usurpar "o socego das famílias e da sociedade com leis opressivas" (A BOA NOVA, 24 de julho de 1878, p. 1), dentre as quais assinalava o casamento civil. O articulista opunha o direito cristão ao casamento religioso e o direito laico ao casamento civil;

isto é, "Quer considereis como sacramento, quer como *contracto puramente natural*", de princípio deixava claro sua premissa "o matrimonio não póde estar sujeito ás leis do Estado, pois não é da sua competencia" (A BOA NOVA, 24 de julho de 1878, p. 1). O casamento civil, conforme os liberais, pressupunha um governo para legislar sobre o matrimônio compreendido na dupla forma de contrato e de sacramento. A sociedade, ainda segundo os liberais, era formada por relações mútuas formalizadas por contratos voluntários, cuja função de árbitro do governo visaria tão somente garantir o direito civil – o casamento seria uma das suas manifestações.

Contudo, para o *jornalista catholico*, o matrimônio como contrato, era um atentado cuja garantia "causará grandes desastres no imperio do Brazil" (A BOA NOVA, 24 de julho de 1878, p. 1). A argumentação, que apreende o casamento como sacramento, apontava suas atribuições derivadas da família, do indivíduo e de Deus. A família é anterior à sociedade, e esta, cuja existência depende da família, não pode destruir-lhe ou usurpar-lhe os direitos. O direito doméstico, que é o direito da família, deve ser reconhecido e garantido, e apenas inibido quando prejudicar outrem; todavia, nunca submetido à ação do Estado, pois a esfera doméstica é independente do poder social. Se a sociedade é derivada da família, é seu grande interesse conservá-la e garanti-lhe os direitos, uma vez que sua organização não é formada por indivíduos isolados, mas reunidos no derredor do lar doméstico.

Ainda no mesmo artigo, o articulista destaca que quando Deus criou o gênero humano o dividiu em dois sexos; o casamento junta-os, consistindo isso em sua essência, transforma dois esposos em um casal, em uma família; assim, o matrimônio enquanto unidade "não depende da lei civil; não é precisamente a lei civil que regula e determina a geração do filho, unidade que formam os esposos" (A BOA NOVA, 24 de julho de 1878, p. 2). Por fim, ao estabelecer a unidade do homem à mulher, Deus instituiu, santificou e abençoou o casamento como sacramento para perpetuação da espécie humana: "Como se vê é o matrimonio da competencia exclusiva de Deus" (A BOA NOVA, 24 de julho de 1878, p. 2). Portanto, diante desta exposição, o *jornalista catholico* evidencia porque era um atentando a lei civil querer regular uma instituição divina:

> Mas querer penetrar na organisação interior do matrimonio, prescrever-lhe condições intrinsecas, por impedimentos ou formas que affectam-lhe a validade, sujeital-o, como qualquer outro contracto, á sua vigilancia e autoridade, eis o que não pode o poder civil, eis o que nunca poderá, sem cometer um iniquo atentado contra os direitos domesticos, os direitos individuaes e os direitos de Deus (A BOA NOVA, 24 de julho de 1878, p. 2).

Assim, as forças da *tradição imperial* esgrimiam em duas frentes, na sociedade civil e na sociedade política. Por um lado, por meio da retomada da política de aldeamentos sob o controle eclesiástico e do ambicioso projeto missionário do *Christoforo*, pretendia contribuir com a *reforma dos costumes* da população livre e pobre levando os sacramentos e as boas práticas cristãs ligadas à religião e ao trabalho. Por outro, reforçar o monopólio da Igreja sobre o enterro e o casamento compreendidos enquanto sacramentos, diante do crescente movimento de secularização da sociedade, mais vinculados à Igreja e aos seus direitos da *verdade* e da *caridade*, do que à garantia de direito *civil* pelo Estado. Eis, portanto, as duas faces da *civilização católica* na Amazônia.

2.2.3 Por uma *civilização federativa* e *laica*: liberais e republicanos

Do outro lado da contenda política imperial na província estavam os liberais e os republicanos, os representantes da *política científica*: o *grupo paraense* da *geração 1870.* Porém, como já foi delineado a constituição deste grupo por Angela Alonso (2002), suas principais lideranças, polêmicas e práticas políticas, cumpre dizer que a atuação dos *novos liberais* da Corte (Rio de Janeiro) e a dos *positivistas abolicionistas* de Recife (Pernambuco) guardam muitas similaridades com os liberais e os republicanos paraenses, embora o *grupo paraense* se configure como um agrupamento politicamente marginalizado à semelhança dos *federalistas científicos* do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

Percebo, pois, duas homologias da atuação do *grupo paraense* em relação a outros grupos contestadores: embora suas práticas políticas e o debate doutrinário estejam mais próximos dos *novos liberais* e *positivistas abolicionistas*, sua posição marginalizada politicamente e dinâmica econômica própria assemelha-se a condição dos *federalistas científicos* gaúchos e paulistas. É a partir desse feixe de correlações que procuro demonstrar a constituição de um *grupo paraense* no interior do movimento político-intelectual da *geração 1870*, em função do debate político na província em oposição as forças da *tradição imperial* e a proposição de uma *civilização federativa e laica* para a Amazônia em tempos de modernização e *Belle Époque.*

Conforme Angela Alonso (2002), nos anos de 1870, a elite imperial estava dividida entre *conservar* ou *reformar*: *conservadores moderados* almejavam modernização econômica; *liberais moderados* aspiravam por reforma política; e, *conservadores emperrados* se aferravam na salvaguarda das instituições. O movimento político-intelectual da *geração 1870* ingressou neste debate; seus livros, artigos, conferências e comícios também se pautavam pela

agenda parlamentar, ao passo que enfrentavam dilemas estruturais da sociedade imperial, principalmente a *organização política* e o *regime de trabalho*.

Essa discussão, na produção político-intelectual do movimento, incorporou *novas formas, novas teses*, ajustada às grandes temáticas em discussão no fim do século XIX: "a experimentação de novas formas de organização político-administrativas, a crise da economia agrária, a ampliação da cidadania" (ALONSO, 2002, p. 246). Os grupos contestadores pelejavam por uma *reforma do Estado*: o objetivo era a descentralização político-administrativa e tributária, a secularização dos direitos civis e a expansão da vigência do liberalismo econômico. Isto ficava evidenciado nas bandeiras do *abolicionismo* e do *federalismo* como inovações políticas ao indicar reformas estruturais à conjuntura de crise do Império.

A *política científica* consistia no *repertório* político-intelectual da *geração 1870* de críticas às instituições, às práticas e aos valores do *establishment* saquarema do Segundo Reinado, pois, representou, conforme a dinâmica do debate político na imprensa e no parlamento, a incorporação das teorias estrangeiras de reforma social e uma reinterpretação da *tradição imperial*, e construiu uma plataforma política assentada em uma tríade negativa: anticlericalismo, antindianismo romântico e antiliberalismo imperial.

Todos os grupos contestadores dialogaram com a tradição político-intelectual do Segundo Reinado, porém com diferentes ênfases, segundo o tipo de marginalização sociopolítica e o acesso aos recursos retóricos disponíveis no fim do oitocentos: a) a contestação aos fundamentos socioeconômicos do Império; b) à forma política imperial; c) às formas de legitimação do regime; d) à elite política e aos partidos monárquicos. Há também em comum nestas interpretações o *diagnóstico* da própria época como período de crise e a *proposição* de um programa de reformas.

"O movimento intelectual da geração 1870 foi um *fenômeno internacional*. Na Europa e na América caracterizou-se por uma reação às formas intelectuais e políticas da sociedade tradicional: ao romantismo e ao catolicismo (...)" (ALONSO, 2002, p, 331 – grifo meu): a *geração 1870* brasileira utilizou-se dos esquemas intelectuais disponíveis, baseado na experiência social de marginalização política, nos projetos e os escritos da *geração 1870* europeias, principalmente a francesa e a portuguesa. O movimento construiu um *modelo analítico* que tinha uma forte inclinação *comparativa*, cuja mobilização política derivada de duas frentes: a *avaliação sincrônica* da sociedade contemporânea e a *introspecção no passado* colonial.

Assim, o repertório da *política científica* francesa foi articulado junto a uma nova interpretação do processo de colonização português, oferecendo uma *mediação* entre os esquemas gerais e a situação brasileira, possibilitando a crítica da tradição imperial sem romper em definitivo com ela. Portanto, a *política científica* empenhou-se na transformação das principais descobertas da "sociologia" – do campo embrionário das ciências sociais no século XIX europeu – em argumentos para a ação política; encontrou-se aqui a linguagem e as categorias que se diferenciavam da *tradição imperial*.

Este repertório adotou nas suas investigações do passado brasileiro uma *teoria evolucionista da história*, que, de um ponto de vista materialista e científico, propunha o diagnóstico sociológico de mudanças sociais em escala mundial; a lei da evolução universal estabelecia *três estágios civilizatórios* relacionados: a) formas de produção econômica; b) sociabilidade e tipo de "vida mental e moral"; c) instituições políticas. Tais estágios eram conduzidos por *uma teleologia*: a história tenderia para o desenvolvimento econômico e a complexificação social; a secularização com crescente predominância da ciência sobre a religião; e a expansão da participação política e a racionalização do Estado – todas essas mudanças apareciam como *necessidade*. O movimento também seguiu uma *teoria da mudança política,* cujos apontamentos da *política científica* eram a aplicação do saber sociológico na condução do governo e a planificação racional das tarefas político-administrativas.

Estas duas teorias possibilitaram uma reinterpretação da história nacional em contraposição à filosofia política que contribuiu para a fundação das instituições do Segundo Reinado; ela pautava-se no conceito de *civilização* muito próximo do sentido de *modernização* e uma percepção de aceleração do tempo da história e absolência das instituições. Tal leitura enquadrou a conjuntura brasileira como um momento de *crise* ou *decadência*, porém a lógica evolucionista de uma história ocidental precisava de parâmetros comparativos para avaliar a conjuntura brasileira. Era necessária uma mediação explicativa para entender a singularidade brasileira.

De acordo com Angela Alonso (2002), a *geração 1870* portuguesa auxiliou a particularizar o diagnóstico ocidental, na análise do *processo de colonização*, pois foi por meio dela que se chegou a ideia de *decadência*. A tese da *decadência* do Império português estava formulada tanto em Oliveira Martins quanto em Teófilo Braga. Houve uma releitura do processo de colonização focando na construção do Estado-Nação brasileiro e a formação das estruturas socioeconômicas e hierárquicas políticas herdadas. O repertório da *política científica* foi incorporado pelo movimento intelectual conforme três necessidades: a) auxiliar

na interpretação da conjuntura política; b) a expressão da insatisfação e anseios políticos dos grupos marginalizados politicamente e apontamento para reformas; c) fornecessem armas de combate contra os bloqueios políticos e sociais da ordem estamental e recursos de legitimação às suas reivindicações de reforma.

A divisão doutrinária entre positivismo, spencerianismo, darwinismo social e novo liberalismo e a separação entre vida política e intelectual dificultam a percepção da unidade essencial dos escritos e atividades dos grupos contestadores, que "compõem modalidades de contestação do status quo imperial e de demanda por reformas estruturais" (ALONSO, 2002, p. 245). A produção político-intelectual dos grupos ressaltava mais sua marginalização política do que a adesão a doutrinas estrangeiras; isto é, a incorporação destas teorias ocorria em função do debate político e críticas a ordem saquarema. Assim, é melhor definir o movimento por sua atuação política como *reformismo*, deixando claro, neste ponto, a sua relação de continuidade com a *tradição imperial* – sua dimensão não-revolucionária. Todos os grupos rejeitavam a *revolução*. Buscavam a modificação da ordem imperial pela *reforma.*

Uma das continuidades do movimento com a *tradição imperial* eram o *elitismo*, constituído de duas faces: a) a participação política popular continuava regrada, hierarquizada, pois não havia bandeira de igualdade social; o conhecimento como critério de acesso a política; permanência das intenções aristocratizantes da *tradição imperial*; b) a formação de uma intelligentsia para conduzir as reformas, pois essa nova elite política estaria apta para agir em prol do bem comum; se as práticas eram derivadas das ideias, tornava-se fundamental modificar as formas de pensar, por isso, urgia o surgimento de uma *vanguarda*. Essa inclinação elitista e antipopular afastou a *geração 1870* das teorias da revolução, não estando na contestação da ordem saquarema o desdobramento da crítica à hierarquia social em si. Assim, não estavam distantes do pragmatismo conservador, ficando evidente que o movimento não foi popular e nem revolucionário, ou seja, era reformista comandado por uma elite ilustrada.

A reforma do ensino promovida pelo Gabinete Rio Branco, preocupada com a ênfase nos conhecimentos científicos em detrimento dos conhecimentos humanísticos, buscava modificar o perfil de formação das instituições de ensino superior do Império: do bacharelismo ao profissionalizante conforme as demandas do processo de modernização em curso. A Escola Central desmembrou-se na Escola Politécnica e a Escola Militar. A primeira seguiu a trajetória das tradicionais faculdades de direito e medicina, consolidando-se como um instrumento de seleção da elite e dos grupos médios (profissionais liberais, funcionários públicos etc.) da sociedade imperial. A segunda, no caminho oposto, acolhia o perfil de

indivíduos empobrecidos advindos da agricultura de subsistência, ocupações urbanas e serviços não públicos. No entanto, as duas instituições tinham um caráter fortemente científico e profissionalizante, abrigando no seu interior agremiações de estudantes associadas ao cientificismo em geral, e ao positivismo em particular. Dois membros destacados do *grupo paraense* da geração 1870 frequentaram estes bancos escolares, mesmo que em curta temporada: José Veríssimo (Escola Politécnica) e Lauro Sodré (Escola Militar).

Lauro Nina Sodré nasceu em Belém a 17 de outubro de 1858. Foi uma figura proeminente na política paraense, desde a fundação do *Club Republicano* no Pará, em 1886, e uma vez proclamada a República, disputou o campo político paraense com Antonio Lemos, polarizado entre *lauristas* e *lemistas*, até assumir dois mandatos como governador do Pará, em 1891-1897 e 1917-1921. Católico praticante e com inclinações republicanas, de família pouco abastada e sem recursos para cursar Direito, ingressou em 1877, na Escolar Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Em 1878, iniciou a colaboração na *Revista Phenix Literária*, publicando artigos de crítica ao catolicismo e de defesa ao positivismo e à República. Tal mudança ocorreu após o contato com o professor Benjamin Constant, positivista e republicano, de quem tornou-se aluno dileto e discípulo, sendo estimulado a militar na organização e fundação do *Club Acadêmico Positivista*. Em 1882, concluiu o curso de Estado-Maior e recebeu o título de bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas.

A atuação política de Lauro Sodré, enquanto positivistas e republicano, na província do Pará transcorreu a década de 1880. Isto ficou evidenciado, por um lado, na fundação do *Club Republicano* no Pará, em 1886, e o seu órgão oficial na imprensa, *A República*. A agremiação republicana apresentou ainda o seu programa político em Dois Manifestos: 31 de maio e 7 de setembro de 1886. Por outro, nas polêmicas jornalísticas – publicadas em 1896, sob o título *Crenças e Opiniões* – impressas nas páginas do *A Província do Pará*, em 1881, com o católico *ultramontano* Dom Macedo Costa, em defesa do positivismo contra o catolicismo, sob o título *A Philosofia Positiva*; e nas colunas do *Diario de Noticias*, em 1888, com o liberal Conselheiro Tito Franco de Almeida, em resposta às críticas do conselheiro ao Manifesto do *Club Republicano*, no que concerne sua crítica à Monarquia e previsão de advento da República.

Considero que os manifestos e as polêmicas jornalísticas[60] dos *republicanos* representaram um dos momentos da *política científica* do *grupo paraense* da geração 1870 na

[60] Quanto às polêmicas literárias, culturais e políticas na virada do século XIX e XX no Brasil, subscrevemos as análises de Roberto Ventura que, ao questionar as razões da frequência das polêmicas na imprensa brasileira, selecionando os debates de Sílvio Romero e seus contemporâneos, entre 1870 e 1914, procurou dimensionar sua

província do Pará, expresso nos escritos de Lauro Sodré. Outro momento da *política científica* ficou evidenciado na polêmica jornalística, ensaios e conferências do *liberal* José Veríssimo, que, pautado por uma orientação positivista, ao prestar culto aos grandes homens – Émile Littré, Carlos Gomes e Marquês de Pombal – e reconstituir movimento intelectual brasileiro, tecia críticas aos *status quo* imperial, incluindo os católicos *ultramontanos*. Outro *front* de José Veríssimo foi a *Revista Amazonica*, publicada entre 1883 e 1884, a edição do *Primeiras Paginas* (1878) e do *Scenas da Vida Amazonica* (1886) – especialmente o ensaio *As populações indígenas e mestiças da Amazonia* –, pois, neste conjunto de operações políticas, Veríssimo promoveu a continuidade do *projeto científico* de Ferreira Penna de investigação do sertão amazônico e se tornou um *mediador cultural* e um dos expoentes da *Literatura do Norte*, projeto literário idealizado por Franklin Távora. Os resultados destes projetos *circularam* na *Nueva Revista de Buenos Aires*, de Vicente e Ernesto Quesada.

Embora fossem estabelecidas estas redes de sociabilidade no interior e fora da província, a produção político-intelectual de José Veríssimo, cujos pressupostos da *política científica* ordenavam sua reflexão, foi uma vigorosa intervenção política no debate a respeito da *reforma dos costumes* da população livre e pobre e a prosperidade material que ocorria nos círculos da elite política provincial. A colonização estrangeira e a agricultura, orientação liberal já estabelecida por Tavares Bastos, eram as formas de ocupação e produção econômica autônoma, ao mesmo tempo, que promoviam o trabalho sedentário e a *mestiçagem* da população livre e pobre – sendo, portanto, as bases para a *civilização* da Amazônia.

Assim, em primeiro lugar, abordo dos manifestos e das polêmicas jornalísticas dos *republicanos* organizados no *Club Republicano*, através dos escritos de Lauro Sodré. Em 11 de abril de 1886, o jornal *Diario de Noticias* publicava a lacônica nota:

> Alguns cavalheiros de nossa sociedade, pretendendo fundar um Clube Republicano nesta capital, reunir-se-ão, no próximo domingo, a uma hora da tarde, na casa nº 16, situada no arraial de Nazaré, e convidam todas as pessoas que comunguem dos mesmos ideias republicanos, a comparecem a essa primeira reunião" (BORGES, 1983, p. 31)

---

importância para a formação da crítica literária e do pensamento social brasileiro oitocentista. Ventura defende que tais polêmicas levantavam as concepções de literatura, sociedade e política correntes na *"Geração de 1870"* brasileira, bem como incorporaram a dinâmica do desafio da poesia popular e um código de honra tradicional da mentalidade rural, que entrava em contradição com as propostas de modernização, ao mesmo tempo que representava a interação entre o oral e o escrito, a convergência entre valores modernos e tradicionais (VENTURA, 1991).

A reunião foi presidida pelo 2º tenente Lauro Sodré, o advogado Justo Chermont e o médico Paes de Carvalho, firmando, a partir de então, a luta contra os dois Partidos Monárquicos – o Conservador e o Liberal – em favor da federação e da abolição.

A propaganda republicana no Pará iniciou, embora de forma efêmera, com o jornal *O Futuro* em 1872. Tratava-se de um semanário cuja propriedade do Dr. Joaquim José de Assis durou até o décimo número, retornando o Dr. Assis às fileiras do Partido Liberal. Outras iniciativas igualmente efêmeras foram *O Democrata* (1876) e a *Revolução* (1880). *A Província do Pará*, fundada em 25 de março de 1876, sendo outra iniciativa de Dr. Assis na imprensa, estava mais alinhada aos liberais, embora compartilhasse de valores republicanos – principalmente a abolição –, por isso, abria espaço para a colaboração de republicanos, como foi o caso de Lauro Sodré, que escrevia com o pseudônimo "Danton" em razão da sua condição de militar.

A República, órgão oficial do *Club Republicano* no Pará, iniciava sua circulação em 1º de setembro de 1886, com a epígrafe de Victor Hugo: "Il faut agir! Il faut marcher! Il faut vouloir!". O corpo de redatores era formado por Lauro Sodré, Justo Chermont, Henrique de Santa Rosa e Manuel Barata. A linha editorial do jornal pautava-se por uma abordagem noticiosa (informativa) e doutrinária (política):

> Esta folha tem por missão principal: discutir e sustentar a legitimidade e oportunidade do sistema republicano federativo no Brazil; pugnar dentro da legalidade monarchica, por todas as *reformas* que facilitem o advento da democracia.
> A linguagem da folha será invariavelmente moderada, cortez, nunca sendo permittido á redacção tratar de assumptos individuaes.
> Na parte inedictorial não serão admittidos artigos assignados ou anonymos, quando escriptos em linguagem virulenta e insultuosa (A REPÚBLICA, 11 de setembro de 1886, p. 2 – grifo meu)

O programa dos republicanos, os chamados "republicanos históricos", foi apresentado à sociedade paraense em dois manifestos. O Primeiro Manifesto[61], redigido por Lauro Sodré, cuja *leitura oral* pelo primeiro secretário Justo Chermont, sob frementes aplausos na quarta reunião do clube em 31 de maio:

> (...) onde outrora o símbolo da Monarquia hereditária, surgirá o estandarte da República eletiva; opomos a uma *Monarquia de escravos*, a *República dos homens*

[61] Não há evidência de que este Primeiro Manifesto tenha sido publicado pelo jornal *A República*, colocado em circulação em 1º de setembro de 1886. Conforme Ricardo Borges, a redação é atribuída a Lauro Sodré e a leitura, a Justo Chermont. O próprio texto do Segundo Manifesto, de 7 de setembro de 1886, não está completo, embora haja dois excertos disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acreditamos que o Segundo Manifesto, publicado em 7 e 11 de setembro de 1886, seja uma versão ampliada do Primeiro Manifesto, lido em 31 de maio de 1886 (FARIAS, 2000; 2005).

> *livres*; (...) será para nós a gloriosa Hégira de onde datará a nossa vida como nação livre e independente, a proclamação da República (BORGES, 1983, p. 32 – grifos meu).

Ainda nesta reunião, Dr. Paes de Carvalho propôs a fundação de um jornal dedicado a constituir-se enquanto órgão de propaganda oficial da agremiação republicana, proposta efusivamente apoiada e aprovada. Neste Primeiro Manifesto, os republicanos paraenses associavam diretamente República e Abolição na proposição de uma *República dos homens livres*.

O Segundo Manifesto, também conhecido por *Manifesto 7 de setembro*, provavelmente escrito por Lauro Sodré, *publicado* nas páginas do jornal da agremiação, *A República*, em 7 de setembro de 1887, ampliava o espectro de discussão do primeiro ao intensificar a crítica à escravidão, demonstrando seus efeitos nocivos à sociedade brasileira e paraense, somado a contestação à centralização política: "A esse unitarismo atrophiador e mortificante nós, os republicanos, oppomos a descentralisação, o grande e fecundo fator da vida das nações" (A REPÚBLICA, 07 de setembro de 1886, p. 2). A República é apenas compatível com o regime de descentralização, pois, "mantendo a integridade da Patria, garanta em sua plenitude a vida dos differentes membros do corpo social", constituía-se "segundo os princípios modernos da sciencia e sob o regimen da industria e a semecracia" (A REPÚBLICA, 07 de setembro de 1886, p. 2).

Como signatário destes princípios, o manifesto fazia referência a Charles Darwin[62] e a Teófilo Braga[63], postulando que a história da civilização é a história da *luta pela vida*, e apenas o regime que favorecesse o desenvolvimento do *indivíduo* possibilitaria a marcha do *progresso*. Por isso, a história da civilização poderia ser resumida na batalha da *liberdade* contra a *autoridade*, cujo fiel da balança seria o governo que menor interferência tivesse nas atividades do *indivíduo*. Logo, conforme o manifesto, a República é a forma de governo que favorece o *indivíduo* e a *liberdade*: "A federação é a forma por meio da qual se affirma a

[62] "E' a historia da civilisação como [ilegível] em que se registram os aconte [ilegível] de uma luta ingente e sem tre [ilegível] grande e terrível lei em que se base [ilegível] deduções da nova philosophia monística, essa *luta pela vida*, – que Darwin demonstrou como sendo fator dominante na metamorphose das especies, é tambem extensiva ao mundo social e determina a formula do progresso, garantindo a victoria do mais forte n'esse duelo universal, n'essa *bellum omnium contra omnes*" (A REPÚBLICA, 07 de setembro de 1886, p. 2 – grifo do autor).

[63] "Como anunciou Theophilo Braga: 'A medida que a educação publica se alarga, que a industria se multiplica, que as opiniões se racionalisam, o individuo adquire um maior gráo da sua consciencia e procura affirmar por todas as formas a propria independencia. E' n'esta phase de transformação que o Estado se immobilisa, concentrando a auctoridade nos privilegios dynasticos, apoiando nas classes atrazadas, conservadoras por instincto, e embaraçando o progresso individual por uma regulamentação importuna e atrofiadora chamada a centralisação administrativa" (A REPÚBLICA, 07 de setembro de 1886, p. 2)

força do *individualismo* e essa ha de ser no futuro, como se deduz da sucessão historica, o molde geral por via do qual se hão de reorganizar as nações livres" (A REPÚBLICA, 07 de setembro de 1886, p. 3 – grifo meu)

Na conclusão do *Manifesto 7 de setembro*, publicada no dia 11 de setembro de 1886, é retomada a discussão da forma republicana de governo sustentada na federação e na abolição. Os republicanos paraenses, na condição de "Sentinellas avançadas do progresso", denunciavam a escravidão, "os vendilhões de carne humana", que, ao lucrar "á custa da honra e do sangue de uma raça", submetiam "os seus irmãos" à "maldade requintada e brutal, assassinar pelo processo lento da vergasta ou pelo supplicio da fome, (...) cujo grande crime é a côr escura do pigmento" (A REPÚBLICA, 11 de setembro de 1886, p. 2). A monarquia constitucional, esse "monturo de podridões", na ótica da militância republicana, significava a aliança entre centralização e escravidão, "Com o *sceptro* do sr. Pedro de Alcantara emparelha a maravilha o *chicote* do fazendeiro" (A REPÚBLICA, 11 de setembro de 1886, p. 2 – grifos meu), ou seja, o *sceptro* e o *chicote* equivaliam a dois símbolos do despotismo no nível do poder político e do poder econômico, sendo seus crimes a "usurpação da liberdade" e o "abaixamento do caracter brasileiro" (A REPÚBLICA, 11 de setembro de 1886, p. 2). A missão política das *sentinelas do progresso* consistia, portanto, em denunciar e combater os crimes do *throno do rei* e do *tronco dos algozes*, ao colocar em marchar as *reformas* já enunciadas nas palavras do Primeiro Manifesto: "Assim nós oppomos a uma *monarchia de escravos a republica dos homens livres*" (A REPÚBLICA, 11 de setembro de 1886, p. 2 – grifos do autor).

Havia uma terceira instituição no espectro de críticas dos republicanos paraenses: o *altar da Igreja*. Na verdade, as duas polêmicas nas quais se envolveu Lauro Sodré, junto as críticas dos dois manifestos, demonstravam que a *política científica* dos republicanos paraenses estava pautada na confrontação de três poderes: o *throno do rei*, o poder político; o *tronco dos algozes*, o poder econômico; o *altar da Igreja*, o poder eclesiástico. As polêmicas com Dom Macedo Costa e Conselheiro Tito Franco de Almeida representaram o confronto com defensores do *altar da Igreja* e do *throno do rei*, ao demonstrar pelo repertório científico e político do positivismo – sobretudo, a lei dos três estados –, a monarquia como uma *metafísica política* e o catolicismo como *teologia morta*. Ambas instituições deveriam ser superadas pelo ímpeto avassalador do *estado positivo*, cujos avanços científicos e os fatos políticos do século comprovavam, representado pela República e o Estado laico:

> Eu tinha sido aqui no Pará um franco atirador, sempre me lucta aberta contra os representantes e os defensores da velha doutrina theologica, que em nome da Constituição e das leis monarchicas, traziam-nos as consciencias amordaçadas, impondo-nos á viva força uma religião desacreditada pela sciencia (...) (SODRÉ, 1997 [1896], p. 19)

Antes de observar os termos destas polêmicas, é importante se destacar o pressuposto de que Lauro Sodré era um positivista não-ortodoxo. Após a morte de Comte, ocorreu a discussão sobre o conjunto da obra do filósofo de Montpellier. Os principais herdeiros foram Pierre Laffitte e Émile Littré. A ortodoxia de Laffitte não considerava as "falhas" e "limitações" da doutrina comteana, assinaladas pelas críticas de Huxley e Spencer, principalmente pelas características assumidas com a Religião da Humanidade e o culto a Clotilde de Vaux: a ortodoxia sacralizou Comte e transformou sua filosofia em uma religiosidade laica (COELHO, 1997, p. VII-VIII). A esse respeito, afirmou Lauro Sodré, no prefácio do *Crenças e Opiniões*: "Eu não sou e nunca fui nunca, desde que tive audácias de apparecer na imprensa, um positivista ortodoxo" (SODRÉ, 1997 [1896], p. 15); " (...) não sou em sectário da Religião da Humanidade, tal qual Comte a concebeu e pregou, e como a praticavam os positivistas chamados verdadeiros e completos" (SODRÉ, 1997 [1896], p. 15)

Por sua vez, a não-ortodoxia da leitura de Littré ressaltava o *método positivo* que representou ao mesmo tempo a *síntese* dos conhecimentos científicos disponíveis e a *relatividade* destes conhecimentos cuja validade estava sempre em *progresso*. O *Curso de Filosofia Positiva* – considerada a obra mais importante de Comte, por indicar as etapas do método positivo – ao postular a *lei dos três estados* estabelecia uma teoria do conhecimento e uma filosofia da história, unificando as ciências naturais e sociais pelo princípio da *evolução* (COELHO, 1997, p. VII-VIII). No mesmo prefácio, assinalava Lauro Sodré: "Quando eu falo na philosophia positiva, entendo-a como um systema, onde o pensamento não encontra peias, antes descobre azas para alar-se ás altas regiões do saber (...)" (SODRÉ, 1997 [1896], p. 8); "E. Littré falou na grande força de penetração da philosophia positiva", em razão de representar "effeito natural e historico da lei da evolução" (SODRÉ, 1997 [1896], p. 8)

Tal postura não-ortodoxa da pena de Lauro Sodré foi compartilhada pelos escritos de José Veríssimo na crítica ao catolicismo e à monarquia, na homenagem aos grandes homens e na reconstituição do movimento intelectual brasileiro. O positivismo heterodoxo, a crítica à escravidão e a centralização monárquica, somado a luta pela secularização das instituições do Estado imperial, foram pontos de diálogo e intercâmbio político-intelectual entre republicanos e liberais. Porém, nem todos os membros do Partido Liberal compartilhavam destes pressupostos. Por exemplo, Conselheiro Tito Franco de Almeida, embora fosse abolicionista e

adepto da secularização do Estado, mantinha-se fiel à monarquia constitucional, ao *throno do rei*. Isto apenas demonstra, conforme Angela Alonso (2002), que, a medida que o acesso aos recursos políticos e símbolos do parlamento e do funcionalismo público eram restritos, a *experiência de marginalização* política regulava os graus de adesão e adoção da *política científica* na contestação da ordem saquarema.

O jornalista José Veríssimo e o 2º tenente Lauro Sodré ocupavam posições desprestigiadas no interior da elite política provincial, se comparados à Conselheiro Tito Franco de Almeida e Dom Macedo Costa: aqueles estão à margem da ordem imperial, ao passo que estes desfrutam das benesses da ordem, como cargos e recursos, defendendo, por isso, a aliança entre *throno* e *altar*. Foi essa *experiência de marginalização* sociopolítica que permitiu a emergência do *grupo paraense* da *geração 1870* na Amazônia, cuja mobilização política ocorreu com apropriação ativa e criativa das contribuições político-intelectuais da *geração 1870* francesa (Émile Littré) e portuguesa (Teófilo Braga) e o diálogo com a *tradição imperial* ao assumir uma postura *reformista* e *elitista ilustrada*.

Em 1881, a polêmica[64] entre o jovem 2º tenente Lauro Sodré e o insigne bispo Dom Macedo Costa movimentaram as páginas e as paixões políticas dos jornais *A Boa Nova* e *A Província do Pará*. Em nota retrospectiva, de 1896, da republicação dos seus textos jornalísticos, sob o título *A Philosophia Positiva*, Lauro Sodré expunha os motivos da querela. Em razão de suas colaborações em revistas acadêmicas e no jornal *A Província do Pará*, órgãos da imprensa que defendiam o "dogma da emancipação da consciencia", tais escritos foram lidos como "audaciosa heresia no seio da sociedade catholica paraense". Nesta época, Lauro Sodré era lente interino da cadeira de História no Liceu Paraense, e, após "as maldições e os protestos das consciencias *indignadas*", orquestradas pela redação do jornal *A Boa Nova*, foi ao cabo de alguns dias destituído da função. Aqueles eram tempos da "intolerancia philosophica", estampado, nestes termos, pelos piedosos tipos do jornal católico:

> Não queremos já allegar a nossa qualidade de christãos, de catholicos; fossemos nós um povo musulmano, budhista etc. não era possivel *tolerar* que se nomeasse professor, guia e instituidor da mocidade um atheu publico, notório como este, e no mesmo momento em que elle está fazendo escandalosissimo alarde do seu atheismo, do seu materialismo o mais brutal (SODRÉ, 1997 [1896], p. 247 – grifo do autor)

[64] Não foram encontrados nos acervos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no setor de microfilmagem da Biblioteca Pública "Artur Vianna", em Belém, os exemplares do jornal *A Boa Nova*, com os artigos de Dom Macedo Costa. Também não foram localizados, nos mesmos acervos, os exemplares das colaborações de Lauro Sodré no *A Província do Pará.* O registro remanescente desta contenta entre o militar e o bispo ficou registrado na republicação do livro *Crenças e Opiniões*, em 1896, do então primeiro governador republicando no Pará, Lauro Sodré, retomando sua militância jornalística em defesa do positivismo e da República na imprensa paraense no transcorrer da década de 1880.

Nos dias 17 e 18 de agosto de 1881, a redação da *A Província do Pará*, com os artigos *O ensino official e os livres pensadores*, ia à carga em defesa do militar republicano em reação a "exagerada intolerancia pregada pela folha catholica". É neste contexto que Lauro Sodré realizou a defesa do positivismo contra o catolicismo. Pela erudição e o domínio da história da ciência, os artigos de Lauro Sodré pareciam conferências de divulgação científica, os quais transpareciam a sua posição de *livre pensador* positivista, com críticas que encaravam o catolicismo em função da *lei dos três estados*. O século XIX era o tempo do *estado positivo*, de vigência da modernidade científica e laica. O catolicismo era um *anacronismo* do *estado metafísico*, de resquícios da monarquia e do império da fé sobre a razão. O século XIX era a fronteira final de oposição entre a *razão científica* e o *absoluto metafísico*, submetidos, ambos, à força inexorável da *evolução*: "E ainda tentaes resistir! Sois hoje uma força retardataria. As vossas doutrinas são um *obstaculo á marcha da civilisação*" (SODRÉ, 1997 [1896], p. 83 – grifo meu)

Essa constatação era apenas o reconhecimento da lei da *evolução* do que o ateísmo *strictu sensu*, pois, suas críticas estavam no campo da *ciência* e da *razão*, na observação das *leis naturais* de que crenças teológicas transformar-se-iam em conhecimento positivo:

> O tempo ha provado a improficuidade das vossas doutrinas. A actualidade não é vossa. A geração moderna não reconhece mais a vossa auctoridade. O século XIX eliminou a revelação e o milagre. Não tenteis fugir á acção das leis naturaes (SODRÉ, 1997 [1896], p. 83)

Portanto, se o catolicismo era *teologia morta*, a monarquia era uma *metafísica política* – eis a razão de sua polêmica com Conselheiro Tito Franco de Almeida.

Nas páginas do *O Liberal do Pará*, em 1888, o Conselheiro Tito Franco de Almeida considerou o *Manifesto 7 de setembro* um verdadeiro *templo da inconsequência* contra o *governo monarchico democratico* ou a *democracia temperada*, cuja resposta, por parte dos republicanos, foi realizada nas páginas do *Diario de Noticias – A República* havia parado de circular em 1887 –, pela pena de Lauro Sodré. Este debate demarcou os distanciamentos e as aproximações entre liberais e republicanos – com ênfase para as divergências. Conselheiro Tito Franco de Almeida representava setores do Partido Liberal favoráveis à abolição, à descentralização política e à secularização das instituições sociais, no entanto, adeptos à monarquia constitucional: "S. Exc. é sectario da velha fórmula do *poder absoluto d'El-Rei*. S. Exc. é um homem cujo espirito vive alumiado pela luz crepuscular do passado" (SODRÉ, 1997 [1896], p. 53 – grifo meu)

Conforme o Conselheiro Tito Franco, procurou no *Manifesto 7 de setembro* "(...) as idéas, os principios, as reformas que promettem os republicanos, e que apenas se lhe depararam *proposições negativas* (...)" (SODRÉ, 1997 [1896], p. 53 – grifo do autor), por ser uma crítica pungente à *democracia temperada*. Lauro Sodré respondia: "O que nós offerecemos é tudo porque são os *meios praticos de realisar* as reformas, que *em parte* são defendidas por nós e pelo partido liberal" (SODRÉ, 1997 [1896], p. 61 – grifo do autor).

Enquanto o Conselheiro e o Partido Liberal haviam adotado o projeto do deputado Joaquim Nabuco de "*creação de republicas* unidas pelo laço nacional da monarchia", (SODRÉ, 1997 [1896], p. 64 – grifo do autor) conforme Lauro Sodré, "(...) a actual phase do partido republicano é de uma lucta desabrida e renitente contra o regimen monarchico a que nos planeamos substituir a fórma republicana federativa" (SODRÉ, 1997 [1896], p. 59). Apesar de ambos os partidos considerassem viver uma época de *decadência*, os seus programas de reforma eram diferentes. Se os liberais propunham *reformas sociais* que aperfeiçoassem a *democracia temperada*, os republicanos lutavam por *reforma política* – "Para nós a fórma republicana é a um tempo meio e fim. Queremol-a como condição *sine qua* para que possamos caminhar sem tréguas na larga senda do progresso" (SODRÉ, 1997 [1896], p. 66).

Contudo, com o processo de modernização desencadeado pela navegação internacional do rio Amazonas e a exportação crescente de borracha, uma contradição se firmava naquele idos da década de 1880 e se instalava a animosidade progressiva à centralização política: os ganhos econômicos da borracha não ficavam na região, drenados pelos impostos do governo imperial. Tal animosidade também era compartilhada por São Paulo e Rio Grande do Sul, províncias com dinâmicas econômicas em ascensão que sofriam com os impostos imperiais e a parca representatividade política no Parlamento Nacional, hegemonizada por políticos fluminenses e nortistas (o nordeste atual). Os *federalistas científicos* paulistas e gaúchos, diante da marginalização política e da pujança econômica, inclinavam-se à *reforma política*, adeptos da república federativa. O *grupo paraense*, no seu interior formado por liberais e republicanos, divididos entre a *reforma social* e a *reforma política*, era igualmente crítico à centralização político-administrativa da monarquia. Como demonstrarei mais à frente, essa marginalização política produziu uma sensibilidade estético-literária de percepção da dinâmica peculiar da cultura no norte do império: eis os germes da *Literatura do Norte*.

Se Lauro Sodré destacou-se entre os republicanos como doutrinador da *política científica*, José Veríssimo no seio das hostes liberais se distinguiu na contestação à ordem

saquarema na Amazônia. Ao mesmo tempo que, a partir da redação da *Revista Amazonica*, interviu no debate político na província, com a palavra de ordem *Não basta produzir borracha*, e estabeleceu contato e colaborações com duas revistas fora do Pará: a *Revista Brazileira*, de Franklin Távora, e a *Nueva Revista de Buenos Aires*, de Vicente e Ernesto Quesada. A partir desta rede de sociabilidade editorial houve o compartilhamento de posicionamentos políticos contra o isolamento nacional (províncias/Rio de Janeiro/Buenos Aires) e internacional (Brasil/Argentina/América Latina) e os anseios pela profissionalização do escritor, questões que contribuíam para pensar a *integração* e a formação de uma comunidade intelectual latino-americana.

***

Os anos 1850 e 1860 foram fundamentais para o processo de modernização da Amazônia, possibilitado pela navegação fluvial do rio Amazonas e a exportação de borracha para o mercado internacional. As instituições imperiais eram restauradas na província após o terremoto político e social provocado pela Cabanagem. A elite política provincial, fossem liberais, fossem conservadores, debatiam os vetores de desenvolvimento econômico para a região, opondo atividades extrativistas e a produção agrícola. Ninguém estava disposto a perder as rendas e riquezas possibilitadas pela exportação da borracha, porém, havia uma forte defesa em basear as atividades produtivas na agricultura – a forma mais regular e segura de produção de riqueza. A própria agricultura era considera um símbolo de civilização e moralização da população livre e pobre da província – indígena e mestiça em sua maioria. A agricultura e o trabalho sedentário eram considerados dois instrumentos fundamentais na *reforma dos costumes* da população indígena e mestiça. Nesta discussão, estava em jogo estabelecer a disciplina e o controle na cadeia produtiva do seringal. Na verdade, o projeto era impor ao trabalho extrativo e sazonal do seringal às atividades regulares e sedentárias da agricultura: ocorrendo a transição do "seringal caboclo" ao "seringal do apogeu". Eis o debate econômico em tempos de modernização.

Mas também houve o debate político associado a secularização das instituições do Estado imperial na província. Estava em causa dois projetos de civilização para a Amazônia. Pelo lado das forças da *tradição imperial*, liderada pelos católicos, na figura de Dom Macedo Costa, propunha-se uma *civilização imperial* e *cristã.* O projeto da Igreja Católica para a

região estava relacionado à ampliação do domínio das instituições civis, como o casamento e o enterro. Embora também assumisses posições no debate econômico, concordando com a necessidade de promover as atividades agrícolas e *reformar os costumes* da população livre e pobre por meio da política de aldeamento. A religião e a agricultura eram elementos de civilização na conservação e aperfeiçoamento das instituições imperiais. Do ponto de vista da *política cientifica*, liderada pelo republicano Lauro Sodré, o progresso da Amazônica seria promovido apenas por um Estado federativo e laico. A centralização política e a influência da Igreja nos negócios públicos apenas retardavam que as luzes do progresso chegassem a província, uma vez que ambas instituições eram aliadas da chibata, ambas aceitavam a escravidão. Por isso, era necessário do ponto de vista dos republicanos lutar por uma *reforma política*, pautada na descentralização e laicização do Estado. Pela abolição imediata da escravidão. Apenas com estes elementos uma *civilização federativa* e *laica* se ergueria na Amazônia.

No próximo capítulo, observa-se a maneira pela qual a atividade jornalística, científica e literária de José Veríssimo estava inserida neste contexto econômico e político: um homem do Extremo Norte produzindo ciência e literatura nas fronteiras da *Amazônia Global*.

3 Um Homem do Extremo Norte: ciência, letras e política na Província do Grão Pará

> "Notem, por favor, senhores, que todos estes altos professores europeus, nossa luz e nossa esperança – todos estes Mills, Darwins e Strauses –, às vezes consideram as obrigações morais do homem moderno de uma maneira muitíssimo espantosa. [...] O senhor gargalhará e perguntará: porque lhe ocorreu começar a falar precisamente estes nomes? – Porque é ainda mais difícil conceber – falando de nossa juventude inteligente, entusiástica e estudiosa – que estes nomes, por exemplo, lhes escapassem durante os estágios iniciais de suas vidas. É possível conceber que a juventude russa permanecesse indiferente à influência destes e de outros semelhantes líderes do pensamento europeu progressista, especialmente no aspecto russo de suas doutrinas? – esta é uma expressão engraçada? *'aspecto russo de suas doutrinas'*; que as pessoas a desculpem; emprego-a apenas porque este aspecto russo existe de fato nessas doutrinas. Ele consiste nas inferências que, derivadas dessas doutrinas, na forma de inabaláveis axiomas, *são extraídas apenas na Rússia*, enquanto na Europa, diz-se, sequer se suspeita da possibilidade de tais deduções"
>
> [Fiódor Dostoiévski – Diário de um Escritor, 1873 – grifos meu]

A tradição *seletiva* e *inventada* que atribuiu a imagem de "Sr. Critico" à José Veríssimo, observada no primeiro capítulo, utilizou como matéria-prima em suas operações determinados fatos biográficos do *itinerário* do intelectual paraense entre o Pará e o Rio de Janeiro. Francisco Prisco (1937), no seu *Jose Verissimo. Sua vida e suas obras*, de 1937, sintetizou estas leituras dos *contemporâneos* de José Veríssimo, pautadas em impressões de convivência e poucas notícias sobre sua vida pregressa no Pará. Tais impressões apontavam

para a *vocação* e a *missão* de José Veríssimo no exercício do trabalho de crítico – sobretudo, na crítica diária em jornal, na direção da *Revista Brazileira* e na fundação da Academia Brasileira de Letras.

Em sua biografia, Prisco (1937) articulava essas impressões com fatos biográficos da atuação de José Veríssimo no Pará – fatos que até aquele momento, 1937, constituíam uma lacuna nos estudos sobre José Veríssimo e a sua inserção na história da literatura brasileira. Nessa articulação, ratificava-se a chave da *vocação* e *missão* ao dar-se maior relevância aos escritos de José Veríssimo dedicados à literatura e aos estudos literários. O "jovem" Veríssimo, ainda hesitante, ainda indeciso, dividia suas atividades intelectuais na província entre a literatura, a etnografia e a educação. Entretanto, para o biográfo, nessas atividades iniciais, já demonstrava o *destino* para a carreira literária, e já evidenciava também alguns traços da personalidade *independente* e *honesta*, cujo desenvolvimento e "amadurecimento" ocorreria no Rio de Janeiro, angariando vários inimigos e se distinguindo como um dos grandes críticos literários do Brasil na virada do século XIX e XX. Este, portanto, teria sido o *lugar* destinado à sua *obra* no pensamento brasileiro.

Em resumo: a imagem de "Sr. Crítico" foi construída em função de uma metonímia que submeteu o todo pela parte. Enquanto intelectual oitocentista, cuja atividade era vetorizada por múltiplos interesses, temáticas e abordagens relacionadas à história, etnografia e educação, estas dimensões foram obliteradas pela história e crítica literária. Convém notar que aquelas leituras, sintetizadas por Francisco Prisco (1937), elegeram como principal obra de José Veríssimo produzida no Pará o *Cenas da Vida Amazônica* – um livro de contos, considerado o primeiro exercício do consagrado crítico e historiador da literatura na carreira literária. Este capítulo pretende questionar essa metonímia.

Apreendi a rede de sociabilidade de José Veríssimo e a construção do seu projeto político-intelectual no contexto dos dilemas vividos pela elite política da província, a partir da sua ligação com Ferreira Penna. Conforme Nelson Sanjad:

> Souza Dantas [então presidente de província do Pará] também foi o responsável pela nomeação de José Veríssimo Dias de Mattos para dirigir interinamente a biblioteca [pública]. Oficial da Secretaria da Presidência, Veríssimo recebeu a missão de organizar o catálogo da instituição. Foi provavelmente nessa ocasião que Veríssimo teve a oportunidade de conhecer de perto os problemas que afligiam os diretores da biblioteca e do museu. Permaneceu no cargo durante pouco tempo, mas certamente o suficiente para se aproximar do Barão do Marajó e do próprio Ferreira Penna. Datam de 1883, por exemplo, as publicações de Ferreira Penna no periódico que Veríssimo fundou (e que duraria apenas um ano), a 'Revista Amazônica'[...] (SANJAD, 2010, p. 137-138).

O ensaio *As populações indígenas e mestiças na Amazônia* – publicado como introdução do livro de contos *Cenas da Vida Amazônica*, de 1886 – é a entrada de Veríssimo nesses debates, ao investigar as populações do sertão amazônico, seu modo de vida, suas crenças e linguagens; ao mesmo tempo, propunha o fomento da agricultura e do trabalho sedentário como forma de civilizar e tirar do abatimento/indolência o caboclo amazônico. Se Ferreira Penna representou o principal elo na rede de sociabilidade de José Veríssimo no *interior da província*, Franklin Távora, por sua vez, foi o elo da rede de sociabilidade de Veríssimo para *fora da província*, na Corte do Império.

Os primeiros indícios dessa relação foram a publicação de dois artigos de José Veríssimo: *A Religião dos Tupi-Guaranis,* na *Revista Brazileira*, em 1881; e na *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brazileiro (IHGB)*, em 1887, o ensaio *As Populações*. Franklin Távora, escritor pernambucano, funcionário da Secretaria do Império, que foi redator da *Revista Brazileira* e da *Revista Trimestral do IHGB*, manteve correspondência com José Veríssimo entre 1880 e 1888. O que aproximava o intelectual paraense e o pernambucano era o interesse pela literatura brasileira considerada do ponto de vista das províncias do Norte, pois havia uma grande diferença entre Norte e Sul do Império, em face de suas peculiares tradições, costumes, natureza e populações: eis o projeto de uma *Literatura do Norte*.

Com o fechamento da *Revista Brazileira*, em 1881, Távora estabeleceu contato com Ernesto Quesada, diplomata e intelectual argentino, em missão diplomática no Rio de Janeiro, dono do periódico *Nueva Revista de Buenos Ayres*. Uma das preocupações da revista era a integração da intelectualidade latino-americana, possibilitando, deste modo, espaço para Franklin Távora divulgar o seu projeto de uma *Literatura do Norte*, por meio da apresentação da proposta e breves biografias dos seus principais representantes; entre eles, Inglês de Sousa e José Veríssimo. O perfil biográfico do intelectual paraense foi publicado em 1883, no tomo VII, páginas 17 a 28. A partir disso, Veríssimo tornou-se agente literário e colaborador da revista argentina na Amazônia, em 1884, publicando a conferência *El Movimiento Intelectual Brasileiro em los ultimos diez años*, e estabelecendo o intercâmbio entre a *Revista Amazonica* e a *Nueva Revista de Buenos Aires*. Além da circulação latino-americana, a amizade de José Veríssimo com Franklin Távora ainda rendeu ao intelectual paraense o diploma de sócio correspondente do IHGB, em 1888 (AGUIAR, 2005).

Isto posto, o objetivo deste capítulo é analisar o *fazer-se intelectual* de José Veríssimo em função do debate político sobre o processo de modernização da Amazônia e nos agenciamentos das redes de sociabilidade no interior e fora da Província do Pará.

Trabalha-se com a hipótese de que o seu projeto político-intelectual de José Veríssimo se pautou na atualização do projeto de Ferreira Penna, cujo pressuposto fundamental era a civilização do sertão amazônico por meio da agricultura e da imigração estrangeira. Ao mesmo tempo, José Veríssimo era um liberal que transitava pelas hostes republicanas, nutrindo amizade entre os seus principais líderes, como Lauro Sodré e Justo Chermont. Nesse sentido, a produção intelectual de José Veríssimo escrita no Pará revelou-se um projeto de investigação científica e intervenção política no sertão paraense, conforme as diretrizes da *política científica* e a apropriação da *tradição nacional* que pautaram a mobilização política da *Geração 1870*.

É nesse esforço de conhecer o sertão amazônico[65] que José Veríssimo pensou a nacionalidade brasileira, aderindo ao projeto literário de Franklin Távora de uma *Literatura do Norte*, e sendo reconhecido como um dos seus representantes por meio do perfil biográfico, ao passo que também foi agente literário e colaborador no periódico argentino *Nueva Revista de Buenos Aires*. Nesses marcos de projetos e redes de sociabilidade, suponho que José Veríssimo constituiu-se um *intelectual amazônico*.

Deste modo, divido o capítulo em três partes. Primeiro, um breve perfil biográfico da trajetória de Veríssimo conforme os fatos e publicações arrolados na carta de admissão como sócio correspondente no IHGB, em 1889. Segundo, as primeiras *experiências periódicas* de intervenção política utilizando-se de práticas político-culturais de contestação ao *status quo* imperial da *geração 1870*. Por fim, as redes de sociabilidade de José Veríssimo a partir da adesão ao projeto científico de Ferreira Penna e ao projeto literário de Franklin Távora, mediado pela *Revista Amazonica* que, ao representar a articulação entre *experiência periódica* e *organização da cultura*, possibilitou o movimento editorial de intercâmbio com a *Revista Brazileira* e a *Nueva Revista de Buenos Aires*.

[65] Nesse sentido, é importante pontuar uma promissora frente de pesquisa na comparação das *imagens* de sertão amazônico de José Veríssimo e Euclides da Cunha. Uma chave produtiva de leitura é a percepção das convergências e divergências das *experiências* e *contextos* de produção de ambos os intelectuais sobre a região amazônica: Veríssimo produziu seus ensaios entre a década de 1870 e 1880 e Euclides da Cunha escreveu os seus trabalhos em 1902, durante a viagem pelo Alto Purus. José Veríssimo é um sujeito da região cujos estudos procuram investigar a história e a etnografia do sertão e propor um projeto de civilização – Amazônia é uma terra que reúne todas as condições sociais e naturais para avançar na marcha do *progresso*. Euclides da Cunha é um sujeito em missão de trabalho na região, ao passo que os seus ensaios buscam registrar esta terra sem história, à margem da história, abudante em natureza e escassa de homens. Acredito que a diferença de *imagens* entres os dois intelectuais corresponda aos seus distintos contextos e experiências de produção sobre a Amazônia. Sobre Euclides da Cunha e a Amazônia, vide: AMORY, 2009; CUNHA, 2000; HARDMAN, 2009; GUIMARÃES, 2010; SANTANA, 2000; VENTURA, 1998; 2003.

3.1 Uma breve notícia biográfica: o *itinerário* de José Veríssimo

Em 20 de outubro de 1889, José Veríssimo enviou uma carta à João Severiano da Fonseca – em resposta ao ofício de 10 de agosto, solicitando uma fotografia e uma nota biográfica – para completar a sua matrícula de sócio correspondente do *Instituto Histórico e Geográfico Brazileiro* (IHGB). Essa breve nota biográfica consistia na apresentação de suas credencias enquanto *homem público*, referendando o seu ingresso em uma das principais instituições intelectuais do Império, nas quais podem ser observadas o seu *itinerário* na província do Pará. O relato da carta foi cotejado com informações da biografia escrita por Ignácio José Veríssimo, *José Veríssimo visto por dentro*, de 1966.

"Nasceu na (veretincta) colônia militar de Obidos, a 2 leguas desta cidade, na provincia do Pará, a 8 de abril de 1857" (Carta de José Veríssimo a João Severiano da Fonseca, 22 de outubro de 1889, p. 2). Óbidos, uma antiga aldeia dos índios Pauxis, ascendeu à categoria de cidade em 1854. A colônia foi extinta em 1867. As colônias militares eram uma estratégia de ocupação demográfica, manutenção da ordem pública e integridade da unidade territorial, localizadas nas regiões limítrofes entre países ou localidades entre províncias. Óbidos ficava nos limites do Pará com a província do Amazonas, fundada em 1850. Em 1877, viajando pelo Baixo Amazonas, assim descrevia José Veríssimo a cidade natal:

> Obidos chamou-se primitivamente a aldéa dos *Pauxis*. Este nome é indigena. Até hoje acreditei ser ele pertencente á lingua geral ou tupi e corruptella do vocábulo *ypauauichy* – que se traduz por lago de uichy – ypaua, lago em tupi – pois é certo que o lago situado atraz da cidade abundou outr'ora em arvores d'esse fructo.
>
> (...) Obidos está assente sobre uma collina á margem esquerda do Amazonas, justamente no passo mais pertado d'este rio, a oito milhas, pouco mais ou menos, da embocadura do Trombetas, e não n'ella como mentem as geographias oficiais.
>
> (...) A sua altura séra de 100 metros acima do nivel comum das aguas, o que concorre para fazer de Obidos uma das mais aprasiveis e salutares localidades da região amazonica (VERÍSSIMO, 1878, 39-42)

"Filho legítimo do Dr. José Veríssimo de Mattos, (médico fluminense) e de D. Ana Flora Dias de Mattos (mineira)" (Carta de José Veríssimo a João Severiano da Fonseca, 22 de outubro de 1889, p. 2). O pai de José Veríssimo nasceu em 2 de setembro de 1816, na fazenda Cachoeirinha em Mangaratiba no Rio de Janeiro. O avô também era José Veríssimo de Mattos e através dele entrou o "Veríssimo" na família Mattos – nascido em 1 de outubro, acrescentou ao seu prenome o santo do dia, São Veríssimo. Os Mattos eram uma abastada família de plantadores de café no interior do Rio de Janeiro entre o fim do século XVIII e o início do XIX. Como expressão do seu poder local, mandaram construir o cais de embarque de café e a

Igreja Matriz de Mangaratiba. O pai de José Veríssimo tinha doze anos quando o avô Veríssimo morreu. Sobre o Dr. José Veríssimo sabe-se pouco. Em 1840, aos 24 anos, formou-se em medicina no Rio de Janeiro, apresentando a tese "Considerações sobre a Versão Cefálica". Trabalhou durante 15 anos em Barra Mansa e foi um dos fundadores da Santa Casa local.

Depois, mudou-se para Sêrro, em Minas Gerais. Na cidade, conheceu Ana Flora da Piedade Dias. A mãe de José Veríssimo nasceu em 2 de outubro de 1814, filha de um capitão de milícias e fazendeiro pobre, José Dias, pai de 14 filhos. Ana Flora era a caçula. Nesta condição, foi tratada com mais liberdade. Aprendeu a ler e escrever aos 8 anos, com o alfaiate que fazia a roupa dos irmãos. Naquele ambiente de fazenda, à época, apenas os homens recebiam instrução, dotando Ana Flora de distinção, uma mulher esclarecida. Talvez isso e o isolamento da fazenda contribuíram para o seu casamento tardio, aos 42 anos. Casaram-se em 1855. Com a oposição da família de Ana Flora ao casamento, por não simpatizar com Dr. Veríssimo, o casal mudou-se para o Rio de Janeiro. Ao conhecer a família do marido em Mangaratiba, saiu a nomeação, em 1856, de médico oficial da colônia militar em Óbidos, no Pará.

Era notória a admiração de José Veríssimo pelo pai, por seu caráter austero, pela honestidade indômita e pela severidade dos costumes, ao ponto de criar o hábito de sair de casa apenas de colarinho e gravata. Tal admiração estendeu-se à mãe. O seu primeiro livro, *Primeiras Paginas,* publicado em 1878, foi dedicado à Ana Flora. O segundo livro, de 1886, *Scenas da vida amazônica*, fora dedicado à memória do pai, falecido em 1885:

> 'Não é tanto áquelle a quem devo a existência que voto este livro; antes faço ao incomparavel amigo, ao homem honestissimo cuja vida, muito obscura embora, tem-me sido optima lição e salutar exemplo' – Estas palavras escriptas á frente do manuscripto d'este livro por occasião do seu ultimo anniversario o anno passado [1885], quero-as conservar aqui, como a pallida expressão de uma dor imensa e de uma saudade eterna pelo pae exemplarissimo e amigo indizivel que ele me foi (VERÍSSIMO, 1886, p. 8)

Do ponto de vista escolar e profissional:

> Seus estudos de prepatorios no Rio de Janeiro onde matriculou-se em 1874 na antiga Escola Central, depois Politecnica, deixando por doença de completar o curso e retirando-se em 1876 para a sua província natal onde foi empregado publico (official e chefe de seção da Secretaria do Governo). Tendo dado a sua demissão ocupou-se no magistério particular onde está até hoje (Carta de José Veríssimo a João Severiano da Fonseca, 22 de outubro de 1889, p. 2)

José Veríssimo realizou o curso primário entre Belém e Manaus. Como Óbidos é mais próximo de Manaus, aos oito anos viajou para a capital do Amazonas, ficando aos cuidados do amigo paterno Tenente Coronel Inocêncio de Araújo. Em 1867, os pais de Veríssimo fixaram residência em Belém, e nos próximos dois anos ele concluiu o seu curso primário no Seminário Episcopal. Em agosto de 1869, com doze anos, mudou-se para a Corte. Hospedado na casa do tio paterno, o advogado Antonio Veríssimo de Mattos, começava o ensino secundário.

Segundo Ignácio José Veríssimo, Antonio Veríssimo "formou-se em Direito em São Paulo em 1844. Advogou em Barra Mansa. Foi advogado da companhia das Docas Pedro II. Deputado em duas Legislaturas. Juiz dos Feitos da Fazenda. Por fim, Conselheiro em 1888" (VERÍSSIMO, 1966, p. 31).

Na parte "Estudos" do *Primeiras Paginas,* José Veríssimo faz uma dedicatória ao tio:

> durante sete anos deu-me a sua generosa hospitalidade, e, o que mais é, so seus affectos de pae e os carinhos de sua família – a qual me honro de pertencer. Não o podendo, aqui lhe ofereço o que este livro tem, sinão de melhor, ao menos de mais duradouro, pedindo-lhe que não julgue do meu reconhecimento – que é imenso, pelo valor da oferta – que é nenhum (VERÍSSIMO, 1878, p. 132).

Antes de matricular-se na Escola Central, depois transformada em Escola Politécnica, em 3 de junho de 1874, José Veríssimo iniciou os estudos secundários no Ginásio Pedro II e depois fez os preparatórios no Colégio Vitória, da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, entre 1873 e 1874 – localizada na rua dos Latoeiros (atual Gonçalves Dias), cuja existência ocorreu entre 1850 e 1880. José Veríssimo pretendia ser engenheiro civil. Porém, uma doença interrompeu sua formação e o fez retornar a Belém em 1876, aos 19 anos.

Ao retornar à capital paraense, seu primeiro emprego foi na Companhia de Navegação do Amazonas, responsável pela navegação a vapor do rio Amazonas. Iniciou na vida jornalística n'*O Liberal do Pará*, órgão do Partido Liberal, dirigido pelo Conselheiro Tito Franco de Almeida, em 1877; escrevendo artigos sobre crônicas de viagem, contos e crítica literária. Entre 1880 e 1884, colaborou no *Diário do Grão-Pará.* Além disso, redigiu resenhas, artigos e críticas literárias nos jornais: *A Província do Pará*, *O Comércio do Pará*, *Gazeta de Notícias, A República*.

Além do jornalismo, também foi funcionário público. Em 21 de setembro de 1878, *O Liberal do Pará* publicou uma breve nota sobre o concurso para oficial da Secretaria da Província: às 11 horas do dia 23, no palácio do governo, haveria o certame cuja banca de examinadores era formada pelos srs. drs. João Pedro Honorato Corrêa de Miranda,

responsável por redação oficial; José Felix Soares, por aritmética; Hildebrando Borjona de Miranda, por inglês; e Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, por francês. “São oppositores ao referido lugar os srs. José Verissimo Dias de Mattos e João Pereira Gomes” (O LIBERAL DO PARÁ, 21 de dezembro de 1878, p. 1). No mesmo jornal, em 31 de dezembro, na sessão “Parte Official”, era publicada a portaria de nomeação: “O presidente da provincia, attendendo às provas exibidas em concurso por José Verissimo Dias de Mattos e a classificação feita pelos respectivos examinadores, resolve nomeal-o para exercer o lugar de official da secretaria da provincia, que está vago” (O LIBERAL DO PARÁ, 31 de dezembro de 1878, p. 1).

Em 3 de setembro de 1881, ainda foi nomeado temporariamente como bibliotecário: “Foi designado o official da secretaria da presidência Jose Verissimo Dias de Mattos para servir em comissão de bibliothecario publico” (O LIBERAL DO PARÁ, 03 de setembro de 1881, p. 1). “No pequeno relatório apresentado pelo digno bibliothecario” ao presidente de província, José Coelho da Gama e Abreu, Veríssimo realizava um inventário do acervo organizado por volta de 6 mil volumes e apontava uma breve estatística das obras consultadas: 527 obras científicas e 4.713 jornais. Disto concluía: “quão pouco cultivado é entre nós o estudo sério e util das sciencias, e preferida a leitura ligeira de jornaes, que também não deixa de ter utilidade” (PARÁ. Relatório de Presidente de Província, José Coelho da Gama e Abreu, 1881, p. 22). E finaliza suas observações com uma reclamação e uma observação: a biblioteca precisava com urgência de um novo prédio ou lugar para hospedar o acervo e prestar seu serviço de utilidade pública, pois seu estado atual estava totalmente vulnerável ao cupim. A gratificação de 800 réis para o ajudante e de 25 réis ao servente não estava sendo suficientes para a manutenção adequada do espaço da biblioteca, que ocupava uma sala do andar térreo do Liceu Paraense.

Se José Veríssimo havia abandonado o curso de engenharia civil na Escola Politécnica por motivo de doença, a sua frágil constituição física e os problemas de saúde foram responsáveis por inúmeras solicitações de licença médica. Essa situação de enfermidade provocou muita inquietação em seus pais. Em carta de 18 de janeiro de 1877, à sua mulher que estava com José Veríssimo em Santarém, afirmava o pai apreensivo: “O estado de meu filho não me contenta, pois a tosse não o abandona. Permita Deus que ela cesse” (VERÍSSIMO, 1966, p. 36). Em outra carta para Ana Flora, datada de 2 de dezembro do mesmo ano, o Dr. José Veríssimo de Mattos continua preocupado com a saúde do filho: “Se, infelizmente, o nosso filho tiver alguma hemoptise, tomará o remédio que vai no vidro” (VERÍSSIMO, 1966, p. 36).

Em 1879, José Veríssimo deu entrada no processo de pedido de licença médica remunerada por três meses. Como havia sido recém nomeado oficial da secretaria, *A Constituição* de 12 de junho de 1879 noticiou assim a concessão do benefício:

> Concedeu-se tres mezes de licença com ordenado ao official da secretaria do governo José Verissimo Dias de Mattos. Ainda não ha muito tempo que foi nomeado para o emprego que exerce e já com tres mezes de licença e com ordenado! E digam que o joven José Verissimo não é um *felizardo*! (A CONSTITUIÇÃO, 12 de junho de 1879, p. 1 – grifo meu)

Na sessão *Noticiario*, de 14 de junho de 1879, *O Liberal do Pará* saiu em sua defesa, pois conforme o articulista era apenas necessário vê-lo para concluir a necessidade da licença para tratar sua saúde. Entretanto, para justificar seu pedido, Veríssimo apresentou no pedido um atestado médico expedido pelo Dr. José Paes de Carvalho. Ao conceder a licença, o Dr. Gama e Abreu, então presidente da província, não fez favor algum ao oficial, uma vez que "a presidência não podia negar sem fazer injustiça a um dos mais distinctos empregados de sua secretaria. A licença, porém, foi concedida só com o ordenado, de acordo com a lei. Já vê a 'Constituição' que o *joven* José Verissimo não é tão *felizardo* como supõe" (O LIBERAL DO PARÁ, 14 de junho de 1879, p. 1 – grifo do autor). A licença foi publicada em portaria oficial em 24 de junho de 1879[66]. Este é apenas um prelúdio dos embates políticos do liberal José Veríssimo com os conservadores do *A Constituição.*

No intervalo de três anos, a saúde de José Veríssimo não melhorou. Novo pedido foi realizado em 19 de fevereiro de 1880, dessa vez para tratamento fora do país[67]. A concessão da licença ocorreu em 24 de março[68] e o despacho da polícia para Lisboa, cuja fiscalização inventariava o movimento dos portos da capital da província, em 28 de março[69]. Uma vez em terras lusitanas, o Dr. José Veríssimo recomendava ao filho: "Espero que seja o teu primeiro cuidado tratar da tua saúde arruinada, para poderes, depois, visitar esses lugares notáveis,

---

[66] "O presidente da provincia, attendendo ao que requer o official da 2ª secção da secretaria da presidência, José Verissimo Dias de Mattos resolve conceder-lhe tres mezes de licença com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier" (O LIBERAL DO PARÁ, 24 de junho de1879, p. 1).

[67] "Requerimento de José Veríssimo Dias de Mattos, official da secretaria do governo da provincia, pedindo um anno de licença com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde fora do paiz – À comissão de fazenda e orçamento" (O LIBERAL DO PARÁ, 02 de março de 1880, p. 2).

[68] Na sessão *Noticiario*, com o expediente administrativo da Presidência da Província, a ordem do dia era a seguinte: "1ª discussão dos projectos ns. 1.886 (approvado reg. dos expostos), 1.887 (approvando o reg. das obras publicas municipaes), *1.888 (concedendo um anno de licença a José Verissimo Dias de Mattos)* e 1.889 (isentando do Imposto da decima o hospital da ordem 3ª de S. Francisco da Penitencia" (O LIBERAL DO PARÁ, 24/03/1880, p. 2 – grifo meu).

[69] "Foram despachadas pela policia: Para Lisboa: - João Pedro Vaz Pisco, Antonio de Araujo Duarte, d. Joanna Ledo Monteiro do Valle, d. Anna da Silva Lages Mello e seus filhos Marianna, Alfredo e Cecilia, *José Verissimo Dias de Mattos*, Adrião d'Oliveira e Souza, Ignácio de Souza Lages, Antonio Luiz de Farias, José Manoel Lopes, Brunengo Froncio, Adolfo Francisco, Joaquim Thiago Pereira, d. Maria dos Remedios" (O LIBERAL DO PARÁ, 28 de março de 1880, p. 2 – grifo meu).

como desejas" (VERÍSSIMO, 1966, p. 36). Em maio de 1880, Ana Flora reforçava as palavras do marido:

> Lê com atenção todos os tópicos da carta de teu pai sôbre os teus sofrimentos. É muito necessário que tomes, em toda a consideração, os conselhos dos médicos; que tenhas cautelas, coibindo-te de coisas que te façam mal. Pensa, todos os dias, que tens pai e mãe, que só vivem para ti e que só pensam em ti (VERÍSSIMO, 1966, p. 36).

Em junho de 1880, já residindo em Lisboa, José Veríssimo consultou-se com o Dr. May Figueira, então professor da Faculdade de Medicina – provavelmente, recomendado pelo pai. Conforme o diagnóstico, o seu estado de saúde requeria cuidados: "(...) apresenta todos os sintomas de 'engourgement' do pulmão direito, consequência de recente congestão pulmonar, com escarros sanguíneos"; "(...) a respiração do lado direito é fraca"; "(...) os escarros são consistentes e espessos"; "(...) a voz um pouco rouca"; "(...) há inflamação da entrada da glote" (VERÍSSIMO, 1966, p. 37). Ao lado dos exames e dos procedimentos para o tratamento, o Dr. May Figueira sugeria a hospedagem na estação de repouso em Eaux Bonnes, nos Pirineus.

Com o diagnóstico de obstrução pulmonar, que o fustigava desde 1876, chegou a Paris. Procurou, ainda sob as recomendações do pai, o Dr. Ch. Fauvel, que, concordando com o diagnóstico do colega português, indicou mais alguns medicamentos para complementar o tratamento. Consultou mais um médico, o Dr. Lee, que também aprovou as prescrições do médico português. Com estas confirmações em mãos, seguiu para Eaux Bonnes e depois, Pau, para se submeter a alguns exames médicos. Os resultados corroboraram todos os pareceres médicos e indicam que a cura era possível. José Veríssimo comunicou as boas notícias aos pais e recebeu uma carta aliviada da mãe: "As notícias que temos de tuas melhoras foram um bálsamo consolador. (...) Espero-te ver livre dêsses males que tanto te têm acabrunhado e a nós mortificado" (VERÍSSIMO, 1966, p. 37).

Na estada em Lisboa, encontrou tempo para participar do Congresso Literário Internacional, em setembro de 1880. Em 1889, ainda participou em Paris do 10º Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, realizado no contexto da Exposição Universal. Em sua carta de matrícula no IHGB, Veríssimo pontuou sua participação nesses eventos:

> Tomou parte em 1880 no Congresso Litterario Internacional reunido em Lisboa e ahi teve occasião defender os escriptores brasileiros da accusação de prolegerem a contrafacção. Convidado a tomar parte no Congresso de Anthropologia e Archeologia pré-histórica que se reuniu esse anno em Paris por occasião da Exposição Universal foi aquela cidade onde apresentou ao Congresso uma nota

> sobre *Homem de Marajó e a antiga civilização Amazônica* (Carta de José Veríssimo a João Severiano da Fonseca, 22 de outubro de 1889, p. 2 – grifo do autor).

E ainda nesta linha, apontou ser agraciado com título nobiliárquico e ser membro de respeitadas instituições científicas nacionais – como o próprio *IHGB* – e internacionais:

> É commendador da Real Ordem Militar Portuguesa de N. S. Jesus Christo, correspondente do Instituto Histórico, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e da Sociedade Anthropologica e Ethnographica de Florença (Carta de José Veríssimo a João Severiano da Fonseca, 22 de outubro de 1889, p. 2).

O título de "comendador" foi concedido pela Coroa Portuguesa em razão do seu desempenho na defesa da literatura brasileira, que, no Congresso Literário Internacional, foi acusada de "pirataria literária" na "memória" de Pinheiro Chagas; Veríssimo pediu a "palavra" no evento para explicar as condições de produção literária no Brasil e demonstrar os equívocos nos quais incorria o escritor português. Foi admitido sócio correspondente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em 1887, ao apresentar o folheto "Scenas da Vida Amazonica, com o estudo As Populações Indigenas e Mestiças da Amazonia" (REVISTA DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO, 1887, p. 331). Era também membro da Sociedade de Antropologia e Etnografia de Florença. Entre 1884 e 1887, José Veríssimo trocou correspondência com Enrico Giglioli, diretor do Museu Zoológico de Vertebrados do Real Instituto de Estudos Superiores de Florença. Talvez tenha sido esse o período que se tornou membro da Sociedade, por intermédio de Giglioli.

A respeito do "Tendo dado a sua demissão [da Secretaria do Governo da província] ocupou-se no magistério particular onde está até hoje", José Veríssimo estava fazendo referência ao *Collegio Americano*. Originalmente em atividade desde janeiro de 1881, localizado na Estrada de São João, o *Collegio Americano* era propriedade de Justus W. Nelson, pastor metodista de origem estadunidense em missão na Amazônia, que, posteriormente, iria militar nas páginas do jornal *Apologista Cristão Brasileiro*. Em março, a escola precisava de um professor de francês (DIÁRIO DE BELÉM, 30 de março de 1881, p. 1). Em abril, José Veríssimo assume a vaga de francês, português e história. Em 7 de janeiro de 1884, era reinaugurado[70] o *Collegio Americano*, sob a direção de José Veríssimo e Justus W. Nelson, na Estrada de São Jerônimo, em frente da Companhia de Bonds Paraense.

[70] Considero que a instituição foi reinaugurada, uma vez que ela já existia desde 1881 sob a direção de Justus Nelson. Em 1884, Veríssimo divide a direção e reformula o colégio, dando-lhe feição diferente da sua forma anterior. Esta observação constitui-se em um ineditismo deste estudo, constatado a partir da pesquisa em jornais paraenses do período, sobretudo, o *Diário de Belém*. As biografias sobre Veríssimo, de Francisco Prisco (1937) e Ignácio José Veríssimo (1966), e estudos que abordam seu pensamento educacional, tratando de forma lateral o

O internato, meio-pensionato e o externato, o ensino primário, secundário e o curso preparatório, bem como o ensino de música e ginástica foi o que permaneceu da formulação original do colégio. Nessa nova fase, era outra instituição que surgia sob a orientação da pedagogia moderna, conforme os pressupostos teóricos de Herbert Spencer. A instituição passou a ser totalmente laica, não ministrando ensino religioso ou confessando qualquer religião e não impedindo os seus alunos de praticarem suas crenças.

A educação para ambos os sexos – aprendendo as mesmas disciplinas – também foi uma novidade. Outra mudança foi a inserção de História do Brasil, Geografia Geral e especial do Brasil, Lições de coisas e Educação física como disciplinas presentes desde o ensino primário, uma das preocupações fundamentais do colégio – completada pela Leitura, Escrita, Língua Portuguesa, Cálculo Aritmético, Geometria Prática e Sistema Métrico. No ensino secundário: Português, Latim, Francês, Inglês, Geografia, História, Aritmética e Álgebra. O método utilizado na condução de todas as disciplinas era o intuitivo. No Jardim de Infância (*Kindergarden*), por outro lado, empregava-se o método de Froebel, admitindo-se meninas de 3 a 6 anos, como externas ou meio-pensionistas.

Quanto a sua produção intelectual, ou aquela que julgava digna de nota, Veríssimo listou as seguintes:

> Alguns dos trabalhos jornalísticos em varias folhas, discursos e conferencias, teve publicados as seguintes obras:
>
> Primeiras Paginas – Viagens no Sertão, Quadros paraenses, Estudos, Pará, 1878.
>
> Emilio Littré, Traços biographicos, Pará, 1881, 1 folheto.
>
> Carlos Gomes, Escorço, Pará, 1882, 1 folheto.
>
> Scenas da Vida Amazonica, com um estudo sobre as populações indígenas e mestiças da Amazonia, Lisboa, 1886, 1 vol.
>
> Estudos brazileiros, Pará, 1889, 1 vol (Carta de José Veríssimo a João Severiano da Fonseca, 22 de outubro de 1889, p. 2).

Como a maioria dos livros escritos no século XIX brasileiro, as obras de José Veríssimo nasciam nas colunas e folhetins dos jornais, e eram, posteriormente, compiladas e organizadas em livros para não cair no esquecimento da publicação diária da imprensa. O "Viagens no Sertão", primeira parte do *Primeiras Paginas*, era formado por "Visita à Monte Alegre" e "Do Pará à Obidos", cujas publicações ocorreram, respectivamente, no *O Liberal*

Colégio Americano, como, por exemplo, o de Socorro França (2004), demarcaram o período de existência da instituição entre 1884 e 1890.

do Pará. "Emilio Littré – Traços biographicos" foi um conjunto de pequenos ensaios publicados entre 1 e 10 de junho de 1881 no *Gazeta de Noticias*.

Por sua vez, "Carlos Gomes – Escorço", um breve perfil biográfico do maestro campineiro, publicado no *Diario do Gram-Pará*, foi uma homenagem na ocasião da apresentação da opera *Salvatore Rosa*, no Teatro da Paz (A CONSTITUIÇÃO, 16 de agosto de 1882, p. 1-2). Por fim, o livro *Estudos Brazileiros* era uma compilação de artigos e ensaios publicados em vários jornais, como *A Província do Pará* e *A República*, e também em revistas, como *Revista Brazileira* e a *Revista Amazonica*, de sua propriedade, entre 1883 e 1884.

Antes da *Revista Amazonica*, José Veríssimo fundou um jornal, em 1879, chamado *Gazeta do Norte*. No entanto, não durou muitos números, não tendo resistindo a voragem do tempo. Já a *Revista Amazonica*, também uma iniciativa editorial de curta duração, teve seus exemplares conservados, consistindo em um projeto político-intelectual cuja intervenção pretendia contribuir nos debates artísticos, científicos e literários na província. Nomes eminentes do ambiente intelectual paraense colaboraram na revista, como Tito Franco de Almeida, Ferreira Penna e Barbosa Rodrigues; ao mesmo tempo, que Veríssimo também realizou convites para Machado de Assis e Franklin Távora colaborarem na revista, embora nenhum artigo de um ou outro tenha sido publicado.

Em 1881, Veríssimo publicou o ensaio *A religião dos tupi-guarani* na *Revista Brazileira*, entrando, neste momento, em contato com o redator da revista, Franklin Távora, e adotando para a *Revista Amazonica* o mesmo formato gráfico em conjunto com um projeto editorial bastante semelhante: uma agremiação intelectual que congregasse os *sábios* e *ilustrados* que estavam produzindo conhecimentos em diversas áreas do saber a respeito da nacionalidade brasileira. Entre 1881 e 1888, José Veríssimo e Franklin Távora mantiveram uma copiosa correspondência e estabeleceram um diálogo a respeito de uma *Literatura do Norte.* Essa amizade também rendeu a José Veríssimo a entrada no *IHGB*, como sócio correspondente, uma vez que Franklin Távora havia lhe indicado e sugerido a publicado do ensaio *As Populações Indígenas e Mestiças na Amazônia*, na *Revista Trimestral do IHGB*, da qual o intelectual pernambucano era redator.

Considero o ensaio *As Populações Indígenas e Mestiças na Amazônia* a ligação entre a *rede de sociabilidade* de José Veríssimo no *interior* e *fora* da Província do Pará: Ferreira Penna e Franklin Távora são os vetores das redes de relações políticas, científicas e intelectuais no seio da elite política paraense e da Corte. A construção da rede e a maneira como José Veríssimo inseriu-se nos debates é o escopo de discussão do capítulo, no qual

pretendo examinar o seu *fazer-se intelectual* incorporado nessas redes de sociabilidade que interveio politicamente nos debates sobre o destino da província do Pará e problematizou a nacionalidade brasileira, conforme sua experiência social e intelectual na Amazônia.

Desse modo, pretendo observar José Veríssimo assumindo os *lugares* de *organizador da cultura* e *mediador cultural*. Na filosofia política gramsciniana, que procurou investigar a relação existente entre sociedade civil e sociedade política na formação dos Estados nacionais no Ocidente, a partir da experiência italiana, o papel dos intelectuais assumiu uma dimensão decisiva nos processos de construção de hegemonia e direção moral e intelectual da sociedade – notadamente, o papel do intelectual orgânico como mediador dos interesses dominantes na sociedade civil e a sua introdução na sociedade política. Ou seja, a própria construção da hegemonia é pressuposta pela *organização da cultura* no âmbito da sociedade civil, a esse respeito Gramsci levantou alguns pontos de reflexão:

> (...) É preciso elaborar sobre isso um projeto orgânico, sistemático e argumentado. Registro das atividades de caráter predominantemente intelectual. Instituições ligadas à atividade cultural. Método e problemas de método do trabalho intelectual e cultural, seja criativo ou divulgativo. *Escola*, academia, círculos de diferentes tipos, tais como instituições de elaboração colegiada da vida cultural. *Revistas* e jornais como meios para *organizar* e difundir determinados tipos de *cultura* (GRAMSCI, 2001, p. 32 – grifos meu).

Carlos Nelson Coutinho, um dos principais tradutores e estudiosos da obra de Gramsci no Brasil, realizou alguns comentários sobre a questão da "organização da cultura":

> A 'organização da cultura', em suma, é o sistema das instituições da sociedade civil cuja função dominante é a de concretizar o papel da cultura na reprodução ou na transformação da sociedade como um todo. (...) Para simplificar: não pode existir sociedade civil efetivamente autônoma e pluralista sem uma ampla rede de organismos culturais; e, vice-versa, não pode existir organização da cultura efetivamente democrática sem estar apoiada numa sociedade civil deste tipo. E a luta de classes, sob a forma de batalha das ideias, de luta pela hegemonia e pelo consenso, atravessa tanto a sociedade civil quanto esse sistema de 'organização da cultura' (COUTINHO, 2011, p. 17-18).

Portanto, considero José Veríssimo como *organizador da cultura*, a partir do seu trabalho intelectual como redator da *Revista Amazonica* e diretor do *Collegio Americano*.

De acordo com Jean-François Sirinelli (2003), a categoria *mediação cultural* pretende romper com a hierarquia que distancia os "processos de criação ou produção" associados ao intelectual "produtor original ou criador" reconhecido como representante da cultura erudita, alta cultura, cultura dominante, e os "processos de acesso e recepção" destes bens culturais atribuídos a outro tipo intelectual identificado como "divulgador ou

vulgarizador", sendo o contrário do anterior. Assim, a *mediação cultural* consiste na articulação equivalente e retroalimentada e simultânea do processo de produção, circulação e apropriação dos bens culturais entre "criadores ou produtores" e "divulgadores ou vulgarizadores" na formação de um público. Deste modo, reconhecemos na produção intelectual de José Veríssimo esse papel de *mediação cultural* que na circulação por revistas nacionais e internacionais possibilitou a introdução de públicos cada vez mais amplos à conhecimentos sobre a cultura e a sociedade amazônica oitocentista (SIRINELLI, 1998; GOMES; HANSEN, 2016).

Desta forma, a *Revista Amazonica* constituiu-se em um espaço de aglutinação de determinadas posições e visões difusas na sociedade civil paraense a respeito da economia da borracha e de quais caminhos a província do Pará deveria seguir para consolidar o seu desenvolvimento econômico e social. Assim, a revista tornou-se um espaço de *organização da cultura*: ou seja, uma instituição privada de hegemonia que buscava dar legitimidade a um projeto civilizacional direcionado à Amazônia que não fosse tão somente baseado na economia extrativista, buscando na lavoura uma forma mais duradoura e moralizante de civilização e de progresso.

Nesse sentido, também considero o *Collegio Americano* um espaço de *organização da cultura*, uma vez que a *instrução* representou ao mesmo tempo um *laboratório intelectual* e uma forma de *intervenção política*, pois aplicava na prática os métodos e inovações educativas utilizadas na Europa, bem como elevava o nível intelectual da mocidade. Os dois vetores de reforma social que a *revista* e a *escola* estavam propondo para a sociedade paraense eram o *trabalho* e a *educação*.

Essa posição político-intelectual da revista era o argumento do ensaio *Populações* que, ao lado do *Primeiras Paginas* e o *Scenas da Vida Amazonica*, serviu de passaporte intelectual à José Veríssimo em círculos intelectuais na Corte do Império, uma vez que essas obras se transformaram em *mediadores culturais* portadores de conhecimentos sobre a Amazônia. Dotavam, por conseguinte, José Veríssimo de reconhecimento e autoridade a respeito da sociedade e cultura amazônica; quer dizer, estes *lugares de produção* contribuíram na sua constituição enquanto *intelectual amazônico* – eis o argumento que o capítulo ambiciona demonstrar.

Ao mesmo tempo, também compreendo José Veríssimo como um representante da *Geração 1870* na Amazônia, junto com Lauro Sodré, construindo a contestação mais sistemática da ordem imperial na província do Pará, tendo ambos dialogado com a *tradição imperial* e se apropriado do *repertório político-intelectual europeu*. Assim, ambos realizaram

um diagnóstico da conjuntura política na região, a partir de uma leitura histórica sócio-econômica da *decadência* e a proposição de um programa de reformas políticas e sociais que giravam em torno da abolição e da república, para o Brasil, e imigração, colonização e educação, para a Amazônia. A título de hipótese, arrisco dizer que o *grupo paraense* da *Geração 1870* era representado pela aliança entre o *grupo Assis* e o *grupo Sodré* replicando a mesma aliança entre os novos liberais da Corte e os positivistas abolicionistas da Corte e de Recife, proposta pela reflexão de Angela Alonso (2002).

Deste modo, vamos observar as primeiras *experiências periódicas* de José Veríssimo por meio do agenciamento das práticas político-culturais de contestação da *geração de 1870*, inseridas na escrita das biografias de Émile Littré e Carlos Gomes, e na conferência sobre a renovação do movimento intelectual brasileiro entre 1873 e 1883. Este é mais um desdobramento dos embates entre as forças da *tradição imperial* e da *política científica*: José Veríssimo era representante da fração liberal.

3.2 José Veríssimo e a *política científica*: o culto aos grandes homens e o movimento intelectual brasileiro

De acordo com Angela Alonso (ALONSO, 2002, p. 283-301), as práticas político-culturais dos grupos contestadores eram os comícios abolicionistas/republicanos, concursos literários, reuniões de estudos, saraus e efemérides literárias, banquetes e passeatas. Tratava-se de eventos públicos chamados de *meetings* na Inglaterra, que, ao serem apropriados pelo movimento *geração 1870* brasileiro, interligavam-se a outras formas de protesto no Ocidente e ressignificavam a tradição político-cultural brasileira. Em ato contínuo à contestação política, havia a deslegitimação simbólica da monarquia. A nação inventada no Segundo Reinado tinha dois pilares: politicamente, a incompletude do povo, que gerava a hierarquia e a delegação de poder; simbolicamente, a especificidade brasileira expressa no indianismo – os grupos contestadores combatiam essas duas faces do regime.

A crítica à concepção saquarema de nação, produzida nos artigos e livros de interpretação do Brasil da *política científica*, se manifestou nas práticas político-culturais, mobilizadas em duas efemérides: os dez anos da morte de Castro Alves e o tricentenário de Camões em 1880. Conferências, poemas e obras de louvação vieram de todos os grupos, cujas

homenagens promoviam uma imagem alternativa da nacionalidade e um novo panteão de heróis nacionais estava sendo evocado. A retomada de Camões passava pelo filtro da *geração 1870* portuguesa; Almeida Garrett, no auge do romantismo lusitano, produziu uma leitura nacionalista de *Os Lusíadas*, que, ao elevar Camões à condição de mito, possibilitou à *geração 1870* portuguesa e brasileira sua apropriação de Camões como uma estratégia revisionista da própria ideia de nação.

A *geração 1870* portuguesa auxiliou a congênere brasileira na construção de um novo cânon literário e simbólico nacionais em relação ao indianismo. A releitura de Camões derivadas de obras críticas ao romantismo foram muito relevantes, como as de Oliveira Martins, *A História do Romantismo em Portugal* (1880) e *Camões, Lusíadas e a renascença em Portugal* (1872), por aproximá-lo do sebastianismo e associá-lo à identidade nacional portuguesa. Joaquim Nabuco, eminente liderança dos *novos liberais*, apropriou-se de tais leituras, valorizando o legado português contra a nomenclatura tupi do romantismo, o que motivou sua polêmica com José de Alencar em 1876, pois recusava o indianismo ao retomar a tradição ibérica. Os *positivistas abolicionistas* foram na mesma direção de valorizar as conexões entre a cultura brasileira e ibérica cujas grandes manifestações foram as comemorações ao Centenário de Marquês de Pombal (1882). *Federalistas científicos* e *liberais republicanos* também fizeram uma releitura de Camões pela *geração 1870* portuguesa, porém pelo ângulo de Teófilo Braga; encontram em Camões o reconstrutor da pátria e a superação da longa fase de *decadência* por meio da forma republicana.

Os republicanos portugueses foram os que mais mobilizaram politicamente o tricentenário de Camões em 1880; no Brasil, houve várias leituras da obra do poeta português, levantou-se vários Camões contestadores: um de Miguel Lemos, outro de Afonso Jr. e um terceiro de Nabuco. Assis Brasil reproduziu o verso camoniano em *O monstro*; foram realizadas conferências sobre o poeta por Miguel Lemos, Nabuco e Clóvis Beviláqua; a *Revista Brazileira* publicou uma edição especial, em 10 de junho de 1880, chamado "Homenagem a Luis de Camões". Nas comemorações à Camões, os grupos contestadores retomaram a herança cultural ibérica para a construção de uma versão alternativa de nação ao indianismo saquarema: a raiz ibérica era uma conexão da nação nova reformada com a civilização europeia.

Castro Alves e Carlos Gomes também foram mobilizados entre a forma romântica e a pauta reformista; os dois artistas mantinham o tom inflamado do romantismo que havia sido aplacado pelas obras de José de Alencar. As efemérides culturais tinham uma conotação política. A imagem do Brasil que emergia destas comemorações recriminava a violência da

colonização, presente em Navio Negreiro, mas acentuava na epopeia de Camões o seu lado positivo: a implantação de uma raiz ibérica na América – neste movimento, havia uma incorporação simbólica do negro encarado como elemento formador da nacionalidade por meio da escravidão. O indianismo era atacado de duas formas. Em Castro Alves, considerado poeta da abolição, buscava-se a humanização do negro na distinção da instituição escravista e sua dimensão étnico-racial. Desarmava-se também a versão luso-tupi da nacionalidade em favor de uma tríade formada com a inclusão do "elemento africano", quebrando a dicotomia saquarema. Por outro lado, os laços com a cultura portuguesa, encarados enquanto Estado nacional, foram acionados levando em conta a demanda de integração do país ao movimento "ocidental".

Associadas as efemérides à grandes homens luso-brasileiros, ocorridas na dimensão diacrônica, como Castro Alves, Carlos Gomes, Luís de Camões e Marquês de Pombal, houve também homenagens a expoentes da cultura francesa nos ramos da sociologia e da literatura, acontecidas de modo sincrônico, como Émile Littré e Victor Hugo, cujos falecimentos ocorreram, respectivamente, em 1881 e 1885. A morte de Littré provocou bastante controvérsia a respeito da suposta extrema-unção que teria recebido antes do falecimento. Rui Barbosa lamentou a morte do "sábio" francês; Clóvis Bevilácqua, Martins Jr. e Arthur Orlando lançaram manifesto negando a conversão de Littré ao catolicismo. Essa questão não era de menor importância quando se discutia a separação entre Estado e Igreja: um dos eminentes defensores da secularização da sociedade convertendo-se ao catolicismo seria tema de debate entre as forças da *tradição imperial* e da *política científica*.

É neste contexto de homenagens e comemorações aos grandes homens e os seus usos culturais nos debates políticos da *geração 1870* portuguesa e brasileira que emergiram os escritos de José Veríssimo, enaltecendo feitos, qualidades e realizações destas figuras eminentes do passado e do presente. Com isso, buscava transformá-los em argumentos para as suas posições político-intelectuais de contestação ao *status quo* saquarema, sobretudo aos católicos *ultramontanos*. A partir de pressupostos positivistas, Lauro Sodré, no prefácio de *Crenças e Opiniões*, estabelecia os parâmetros deste culto laico aos grandes homens:

> Foi na observação e na historia que se revelou esse culto espontaneo dos grandes homens. E a concepção da Humanidade, como um grande Ser capaz de inspirar a nossa conducta, vem definida desde Pascal: 'A longa successão das gerações humanas pode ser considerada como um só homem que nunca morre e que vae sempre se aperfeiçoando' (SODRÉ, 1997[1896], p. 17-18).

Em outras palavras: para Sodré, embora não fosse positivista ortodoxo, uma religião positiva seria a fé demonstrável por meio dos dogmas da ciência, e "cujo culto espontaneamente celebram todos os *povos civilisados*, realisando as *grandes comemorações cívicas*, por meio das quaes o sentimento se aperfeiçoa e exalta", o que, em última instância, "a alma é levada para a pratica das virtudes altruisticas, aprendendo a viver para outrem e em outrem" (SODRÉ, 1997[1896], p. 18).

Um dos grandes homens homenageados em *grandes comemorações cívicas*, com reconhecimento em vida, e exéquias triunfais na morte, foi Carlos Gomes. O maestro campineiro visitou Belém em duas ocasiões: 1882-1883 e 1896. Em 1882-1883, ocorreram em *tournée* sob a imagem apoteótica do gênio musical brasileiro, cujo sucesso nas grandes casas de ópera europeias credenciava como intérprete dos sentimentos e paixões da alma brasileira. Em 1882, acompanhado pela Companhia Lírica Italiana, de Tomás Passini, e em 1883 pela sua companhia lírica de Carlos Gomes, organizada na Itália. Em 14 de maio de 1896, desembarcou em Belém, a convite de Lauro Sodré, então primeiro governador republicano do Pará, para dirigir o Conservatório de Música do Estado – e muito enfermo, faleceu em solo paraense, recebendo, em 18 e 20 de setembro e 8 de outubro de 1896, marchas e comícios em homenagem a sua memória. Conforme Geraldo Mártires Coelho (1995)[71], estes dois momentos foram fundamentais na ratificação e inauguração de dois processos, respectivamente: do mito Carlos Gomes, gênio musical e herói nacional, e do início do teatro lírico e do consumo de ópera em Belém[72].

O Teatro da Paz, uma das principais realizações artísticas da *Belle Époque* financiada pela borracha, foi estabelecido em 1878. Desde 1880, já havia a expectativa da passagem de Carlos Gomes pelo seu palco, quando a Companhia Lírica Italiana, de Tomás Passini, acompanhava o autor de *O Guarani* em *tournée* pelo Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém. Quando a Companhia chegou a Belém, Carlos Gomes vinha de Salvador, mas teve que retornar ao Rio de Janeiro – embora, com a ausência lamentada do maestro, *O Guarani* tenha sido exibido em 9 de setembro de 1880. Com mediação da Associação Lírica Paraense, por meio de Tomás Passini e José Cândido da Gama Malcher (compositor e maestro paraense

[71] A respeito das passagens de Carlos Gomes, em 1883 e 1883, e o seu estabelecimento na capital paraense, em 1896, ver o capítulo "O Arco do Pêndulo" (p. 91-136).

[72] "A vinda de Carlos Gomes ao Pará e a atuação da Companhia Lírica Italiana no palco do Teatro da Paz inauguraram, por assim dizer, o consumo de ópera em Belém, da mesma forma como imprimiram uma feição qualitativamente nova à música instrumental apresentada na cidade. Até o final do Oitocentos, a vida mundana de Belém, sempre sustentada pela trajetória ascendente das rendas, públicas e privadas, geradas pela borracha, foi em grande parte marca pela exibição de companhias líricas e companhias dramáticas, acontecimento que possuía um grande apelo social" (COELHO, 1995, p. 99).

formado em Milão), Carlos Gomes chegou a Belém em 24 de julho de 1882. De forma similar ao que ocorrera dois anos antes, no Rio de Janeiro e em Salvador, organizaram-se comissões para recepcioná-lo a bordo, formadas por integrantes do governo provincial e de agremiações musicais, dramáticas e literárias de Belém:

> Desembarcado, esperavam o maestro as bandas de música, os fogos de artifício, as saudações acadêmicas, as aclamações estudantis e o inevitável cortejo triunfal pelas ruas da cidade, misturando-se, pois, nesses eventos, Governo e sociedade civil (COELHO, 1995, p. 99).

Como não poderia deixar de ser, essa *grande comemoração cívica* repercutiu nos jornais representantes das forças políticas da província, *O Liberal do Pará* e o *A Constituição*, ressaltado, em ambos, o papel de destaque desempenhado por José Veríssimo na recepção ao *testa di leone* – epíteto pelo qual ficou conhecido Carlos Gomes na Itália.

Em 25 de julho de 1882, um dia depois da chegada do maestro em terras paraenses, o articulista d'*O Liberal do Pará* justificava nestes termos às homenagens, na nota intitulada *Carlos Gomes*: "Não ha nada mais justo do que a homenagem que a *humanidade* presta aos seus filhos eminentes, sejam vivos ou mortos. Os povos, disse alguém, honram-se, honrando os *grandes homens* (...)"; "E' a esse genio, que enche-nos de orgulho a *nós brasileiros*, como deve não menos orgulhar á todos os homens que presam os *triumphos da humanidade*, que o *Liberal do Pará*, felicitando-o pela sua chegada á esta terra" (O LIBERAL DO PARÁ, 25 de julho de 1882, p. 1 – grifo meu).

A leitura positivista realizada pelos liberais era compartilhada pelos republicanos, pois ambos os grupos nas suas afinidades e distanciamentos políticos, compreendiam na figura de Carlos Gomes a encarnação do gênio nacional, do grande homem, cujo reconhecimento e homenagem era uma forma de síntese entre a nacionalidade brasileira e os triunfos da humanidade. Essa apropriação introduzia a figura de um eminente monarquista nos embates simbólicos de contestação ao *status quo* imperial, uma vez que transformava o *gênio nacional* romântico no *grande homem* positivista.

É nesta chave interpretativa que o mesmo jornal, no dia 27 de julho, descrevia com riqueza de detalhes a recepção do maestro e a participação de José Veríssimo no festejo cívico: ao atracar, às 4 horas da tarde o paquete *Carnapijó* com Carlos Gomes a bordo, "Ahi, o nosso distincto comprovinciano José Verissimo preferiu um bellissimo discurso, saudando o distincto maestro em nome da população de Belem". A reação de Carlos Gomes àquele discurso, "refere-nos uma testemunha occular", foi de profunda gratidão, "com a alma repleta de emoção", pela solene manifestação de apreço e consideração, e ainda

> Disse que vinha ao Pará para saldar uma divida de gratidão que havia contrahido para com a população de tão briosa provincia quando, por occasião da primeira estação lyrica, foi aqui dado um espetáculo em seu beneficio. Via, porem, que, em vez de saldar divida, estava contrahindo uma outra maior (O LIBERAL DO PARÁ, 27 de julho de 1882, p. 1).

O articulista reproduziu algumas palavras do discurso de Veríssimo, com Carlos Gomes já em terra, e o estado de ânimo que as acompanhava:

> O enthusiasmo foi então indescriptivel. Cidadãos de todas as classes e nacionalidades porfiavam em ser os primeiros a vel-o e applaudil-o de perto. Reunido o povo na praça d'armas do navio, tomou ainda a palavra o nosso amigo José Verissimo e falou mais ou menos nestes termos: – Maestro! Saudei-te ha pouco em nnome da população de Belem: A prova de que falei a verdade é este quadro que presenceamos. Vê como todos te admiram e applaudem! (O LIBERAL DO PARÁ, 27 de julho de 1882, p. 1).

Na quarta-feira, 16 de agosto de 1882, o jornal *A Constituição*, na matéria *Pelo Theatro*, comentava as homenagens realizadas durante a opera *Salvator Rosa*, ocorrida no sábado, 12 de agosto, "O theatro da Paz ostentava interna e externamente as mais brilhantes galas". No fim do primeiro ato, o maestro foi chamado a cena e agraciado com significativos aplausos, recebendo em seguida, um rico álbum com o panorama de Belém ofertado pela sociedade *Quinze de Agosto*, e uma abotoadura de ouro do sr. Jose Maria Honorato Fernandes, acompanhado pelo distinto maestro Gurjão.

No fim do segundo ato, o maestro foi brindado com uma coroa de ouro imitando folhas de louro pela *Associação Lyrica*, e galardoado ainda "Pelo Sr. José Verissimo, com um belíssimo *bouquet* de flores naturaes, atado por uma riquissima fita, com esta dedicatoria: *Ao maestro Carlos Gomes, por José Verissimo*" (A CONSTITUIÇÃO, 16 de agosto de 1882, p. 2 – grifo do autor). No fim do terceiro ato, outras homenagens foram feitas, dentre elas, "Um opusculo com capa de veludo carmesim, contendo o folhetim do sr. José Verissimo publicado pelo *Diario do Gram-Pará* logo que aqui chegou o maestro"[73] (A CONSTITUIÇÃO, 16 de agosto de 1882, p. 2). A nota finalizava assim: "(...) O illustre maestro já veio sagrado pelo genio e o publico paraense cobrindo-o de sinceros e vehementes aplausos, deu testemunho de sua profunda admiração á quem conquistou para o Brazil um glorioso renome na arte nacional" (A CONSTITUIÇÃO, 16 de agosto de 1882, p. 2).

[73] Não foi encontrado o folhetim completo publicado no *Diario do Gram-Pará*, pois o ano de 1882 não está disponível nem na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, nem no setor de microfilmagem da Biblioteca Pública "Arthur Vianna", em Belém.

Conforme Francisco Prisco (1937), este breve opúsculo, chamado de "escorço" por José Veríssimo, escrito em 15 páginas e dedicado à figura de Carlos Gomes, foi produzido em comemoração à sua chegada a Belém, a 24 de julho de 1882, e entregue nas mãos do próprio maestro. Acreditamos que aqui há um desencontro de informações: este opúsculo não foi entregue na chega de Carlos Gomes à Belém, ocasião em que Veríssimo proferiu discursos de recepção, mas durante as homenagens na opera *Salvator Rosa*. Prisco citou um breve trecho do escorço, "cujo intuito foi unicamente prestar homenagem ao immortal compositor" (PRISCO, 1937, p. 89): "Carlos Gomes não é apenas um genio artístico, mas tambem uma grande alma expansiva e meiga, um distincto caracter" (PRISCO, 1937, p. 89)[74].

Portanto, os grandes homens mereciam *grandes comemorações cívicas* em vida, e na morte, pois, era um dever dos cultores dos grandes homens zelar por sua reputação: fato ocorrido com o falecimento de Émile Littré, em 1881. Como é possível observar, tais efemérides, homenagens e comemorações foram realizadas dialogando com o debate político entre forças da *tradição imperial* e da *política científica*, esgrimindo pela direção moral e intelectual do processo de modernização em curso, cuja crítica e a defesa da ordem saquarema era o fiel da balança política.

Em 1874, quando José Veríssimo ingressou na Escola Central, depois transformada em Escola Politécnica, no curso de engenharia civil – embora, em 1876, tenha voltado ao Pará por motivos de doença –, "aí conheceu o positivismo na convivência de Coelho Barreto, pai de Paulo Barreto (João do Rio), e de Pedro Barreto Galvão" (LINS, 1967, p. 134). Em julho de 1881, no jornal *Gazeta de Noticias*, foi publicado de maneira seriada o breve perfil biográfico *Emilio Littré*, de José Veríssimo. Em dezembro de 1881, tomou o formato de folheto com 49 páginas e dedicado à mocidade paraense (PRISCO, 1937, p. 86)[75], cujo exemplar foi oferecido à redação d'*O Liberal do Pará* e registrado com congratulação na breve nota *Emilio Littré*:

> O nosso talentoso comprovinciano José Verissimo reunio em folheto os artigos que publicou na 'Gazeta de Noticias' sobre Emilio Littré e a Philosophia Positiva, addicionando-lhe um novo artigo de polemica.

[74] Esse trecho é a única informação disponível, conforme apurei nas pesquisas realizadas para este estudo, sobre o conteúdo deste opúsculo comemorativo da passagem de Carlos Gomes por Belém. O texto encontra-se esgotado, e pelo visto, extinto – o que é uma pena.

[75] Infelizmente, este folheto com o perfil biográfico de Émile Littré encontra-se esgotado, e se é obra rara, não foi localizado nenhum exemplar nas pesquisas realizadas para este estudo. As informações disponíveis estão registradas na biografia de Francisco Prisco – no capítulo "Opera minor" – e alguns excertos da versão original publicada no jornal *Gazeta de Noticias*, nos dias 1, 2 e 3 de julho de 1881, sob o título "Emilio Littré"; no dia 7 e 9, "Baptismo de Littré"; e no dia 10, "Enterro de Littré", disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no setor de microfilmagem da Biblioteca Pública "Arthur Vianna", em Belém.

> O sr. José Verissimo prestou um bom serviço á sociedade propagando 'em forma mais duradoura' as *idéas modernas* em contraposição aos *princípios reaccionarios* que formigam entre nós.
> O illustre escriptor fez bem em offerecer o seu escripto à *mocidade*; porque dessa falange esclarecida do século que depende a total *aniquilação dos preconceitos* e *idéas retrógradas*.
> Agradecemos assás o exemplar com que nós obsequiou (O LIBERAL DO PARÁ, 13 de dezembro de 1881, p. 1 – grifos meu)

O redator d'*O Liberal do Pará*, de 13 de dezembro de 1881, estabeleceu o gradiente de leitura e recepção das forças da *política científica* sobre o opúsculo de José Veríssimo: a biografia de Émile Littré significava a exposição das *idéas modernas* em oposição aos *princípios reaccionarios* e as *idéas retrógradas* contribuindo, por seu turno, para a *aniquilação dos preconceitos* que formigavam no seio da mocidade paraense; ou seja, a biografia de Littré dialogava diretamente com o debate político na província.

Na escrita do perfil biográfico, José Veríssimo apontava a *filosofia positiva* como a base segura da "renovação mental" reclamada pelo progresso da humanidade, que "(...) não se achavam [nas] creações hypotheticas da metaphysica, nem [nas] entidades da theologia", e assumia o papel de discípulo de Émile Littré – no caso, a posição de positivista heterodoxo[76] –, ao reconhecer a sua justificativa para a dissidência[77] no seio da "pequena escola positivista". Como havia apontado anteriormente Lauro Sodré (1997[1896]), Littré era

[76] No conjunto da obra de Auguste Comte (1798-1857), cuja proposta filosófica e científica era a descoberta das leis naturais que regiam e organizavam a sociedades humanas, e a proposta política era a conservação da sociedade industrial encarada como estado positivo de vigência dos avanços da ciência, houve duas obras fundamentais: *Cursos de Filosofia Positiva*, que propunha uma síntese e um método do conhecimento positivo, e *Sistema de Política Positiva* e *Catecismo Positivista*, ambas propondo uma ciência política e religião positiva. Após a morte de Comte, criaram-se duas correntes no interior do positivismo, encabeçadas por dois discípulos de Comte: Émile Littré que defendia como principal legado o método positivo, chamado de heterodoxos; e Pierre Laffitte, que aceitava integralmente o sistema filosófico positivista, chamado de ortodoxos. Essas duas escolas foram as principais formas de apropriação do legado comteano entre os positivistas brasileiros. No Pará, dois eminentes positivistas, Lauro Sodré e José Veríssimo, eram seguidores de Émile Littré (LINS, 1967; AZZI, 1980; ALONSO, 2002; COELHO, 2006).

[77] "Eis as nobres palavras com que elle justifica a sua dissidencia: 'Comte, em um dado momento, julgando e afirmando que não fazia mais do que desenvolver a Philosophia Positiva, mudou de methodo. Nada mais grave do que uma mudança de methodo. Foi forçoso discutir a legitimidade d'este, porque o mais fiel discípulo não podia mesmo sob a palavra do mestre, empenhar-se, sem indagar por si mesmo, d'esta legitimidade, em uma palavra sem convencer-se da necessidade de passar de um a outro methodo. A adhesão ao segundo não devia ser senão o resultado de um exame rigoroso como o que conquistára a adhesão ao primeiro. E, o digo já, foi impossivel achar esta necessidade affirmada por Comte; dous methodos mostravam-se como duas doutrinas distinctas, com pontos de partida differentes e inconciliaveis. O processo de discussão foi muito simples; consistiu em tomar o systema de Philosophia Positiva que para Comte como para mim faz lei e methodo e em principio, e empregal-o como um instrumento de logica. O que não resistiu a essa prova foi condemnado. Eu desejaria ardentemente que succedesse o contrario. Discipulo da primeira parte, estava inteiramente disposto a sel-o da segunda, por este ascedente irresistivel da verdade demonstrada. O ascendente falhou e foi-me preciso seperar-me das concepções que para mim não tinham mais razão de ser. D'esta sorte, mantendo com firmesa a Philosophia Positiva, que é a base, eu com menos firmesa, rejeite em grande parte, a Politica Positiva [e a Religião Positiva], que Comte quis d'ella dedicar" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 01 de julho de 1881, p. 2).

sectário do *método positivo*, passando ao largo da *religião positiva*, esposada por Pierre Laffite[78]. Esse reconhecimento do redator d'*O Liberal do Pará*, fazia José Veríssimo desempenhar o papel de publicista das *idéas modernas* representadas, neste contexto, pelo positivismo na vertente de Émile Littré.

A admissão de Littré na Academia Francesa, depois da publicação do seu *Diccionario*, e a demissão do famoso Dupanloup, bispo de Orleans, ambos os fatos transcorridos em 1871, é um dos momentos do perfil escrito por Veríssimo no qual houve uma intervenção mais direta no debate político na província: a relação entre a Igreja Católica e os livres-pensadores – leia-se: ateus. Tal situação recebeu o "ataque grosseiro do clericalismo" em uma carta dirigida pelo bispo à redação do "jornal catholico *Le Monde"*, em que postulava quais os critérios a Academia Francesa deveriam utilizar para a admissão dos seus membros, principalmente, "quando as opiniões apparecem em publico e com barulho [que provocam] (...)", pois "(...) a Academia não pode sancionar todas as opiniões".

Em outras palavras: "Em definitiva, a verdade n'esta questão é simples *que a respeito de opiniões professadas, ha um limite*, sempre o houve, deve havel-o e se o ha, deve ser ou aqui ou em parte nenhuma" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 02 de julho de 1881, p. 2 – grifo do autor). Para o bispo Dupanloup, com o acento de Veríssimo para o contexto da província, só "póde ser admitido na Academia, posto que *atheu*, se se tiver a prudencia de não professar publicamente esta opinião" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 02 de julho de 1881, p. 2 – grifo meu). Do acento, Veríssimo passou para a crítica aberta: "E' de facto a doutrina da *hypocrisia official*, corrente na Igreja, depois que, em virtude da manifestação das idéas dissidentes principiada com a Reforma, se creou essa entidade hybrida que se chama a religião do Estado, a *crença official*" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 02 de julho de 1881, p. 2 – grifo meu).

Assim, ao evidenciar a *hypocrisia official*, Veríssimo lutava contra os *princípios reaccionarios* e as *idéas retrógradas* associadas à Igreja Católica. No contexto da província, os embates entre as forças da *tradição imperial* e da *política científica*, ficaram marcados em duas baixas que abalizavam a *marginalização* no acesso aos recursos políticos e burocráticos dos jovens representantes das *idéas modernas*: a demissão de Lauro Sodré como professor interino na cadeira de História e a reprovação de José Veríssimo para a cadeira de Francês,

[78] "Pouco depois da morte do mestre a pequena escola positivista dividiu-se em dous campos; um hortodoxo, fazendo cabedal de toda a doutrina de Comte, tendo por chefe Pedro Laffite, que o é também da religião da Humanidade, e outro dissidente, que não aceita do illustre pensador senão o methodo scientifico e as consequências que d'elle logicamente decorrem, e cujo chefe, Emilio Littré, acaba de fallecer" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 01 de julho de 1881, p. 2).

ambos os cargos no Liceu Paraense. Estes constrangimentos indicavam a dimensão de *decadência* da política imperial, cujo combate era mediado por um *repertório* que mobilizava argumentos científicos, associados ao positivismo em particular e o cientificismo em geral, e valores laicos, levantados pela garantia de direitos civis e a secularização das instituições do Estado imperial.

Outro momento deste embate ocorreu no artigo *O Positivismo e a Boa Nova*, publicado no *Gazeta de Noticias*, de 16 de julho de 1881, no qual José Veríssimo cumpria o "dever do discípulo da Philosophia Positiva", realizando sua defesa contra críticas de boa ou má fé. Respondia a um artigo de fundo do *A Boa Nova*, "orgão da theologia catholica n'esta cidade", dedicado a apreciação do positivismo, que partia da seguinte premissa: "Na base do *materialismo* da escola positivista está a contradicção" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 16 de julho de 1881, p. 2 – grifo meu). Do lado católico, quem escrevia artigos contra Comte e Littré, sob o título geral *A Philosophia Positiva*[79], era o cônego Raimundo Ulisses de Albuquerque Penaforte, vigário da Catedral de Belém, orador sacro, jornalista e poeta (LINS, 1967, p. 134-135).

José Veríssimo avaliou as referências às obras de Gustavo Wyrouboff, André Lefevre e o próprio Littré, "Estas citações bastam para mostrar que a *Boa Nova* errou confundindo materialismo com positivismo" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 16 de julho de 1881, p. 2). Com isso, procurava demonstrar que o clero paraense era "mais profundamente ignorantes do hodierno movimento das idéas", fosse dos princípios da ciência moderna, fosse da escola filosófica que os professava esses princípios. Em outras palavras, definia seu objetivo:

> O meu fim não é uma polemica, impossivel, entre o positivismo e a theologia, mas unicamente corrigir erros grosseiros que a ignorancia clerical, com a audacia que lhe própria, comette contra uma doutrina a que, como o disse algures, eu devo a minha orientação mental e o meu desenvolvimento moral (GAZETA DE NOTÍCIAS, 16 de julho de 1881, p. 2)

Conforme Geraldo Mártires Coelho (2011, p. 159) e Ivan Lins (1967, p. 134-135), pelo perfil biográfico de Émile Littré e a defesa do positivismo na imprensa, José Veríssimo é considerado um dos expoentes do positivismo no Pará – ombreado por Lauro Sodré. Ainda, segundo Geraldo Coelho, a partir de 1850, era bastante acentuada a presença da cultura literária e científica francesa nos jornais paraenses, constituindo-se uma das faces marcantes

[79] Como ocorreu com outras polêmicas jornalísticas abordadas até aqui, não está disponível o ano de 1881 do jornal *A Boa Nova*, no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no setor de microfilmagem da Biblioteca Pública "Arthur Vianna", em Belém.

da circulação cultural propiciada pela circulação de capital, induzida pela exportação da borracha e abertura da navegação internacional do rio Amazonas.

A apropriação do positivismo como *repertório* reformista da *geração 1870* na província significou, por meio da contestação da ordem imperial, a mediação entre cultura francesa acadêmica e o debate político provincial possibilitada por esse espaço de fronteira social e cultural de intercâmbios da *Amazônia Global*. Posso dizer, portanto, que José Veríssimo estava esgrimindo com a pena da *política científica* em favor do *aniquilamento dos preconceitos* derivados das *idéas retrógradas*, ao prestar homenagens aos grandes homens, ao fazer a defesa do positivismo e, por fim, ao demonstrar como a "renovação mental", o "hodierno movimento das idéas", se manifestou no movimento intelectual brasileiro no decênio 1873-1883.

Em julho de 1883, na *Sociedade Paraense Promotora da Instrucção*[80], José Veríssimo proferiu a conferência *O Movimento Intellectual Brazileiro – nos ultimos dez annos*, publicada no mês de julho do mesmo ano na *Revista Amazonica*. "Espiritos que não sei si chame acanhados, si menos cultos, acoimam de *materialista*, em uma accepção de desprezo"; com essa referência ao artigo do *A Boa Nova* de 1881, iniciava a conferência, cujo erro e a injustiça daquela alcunha, comprovava que os católicos deconheciam "(...) o formidavel movimento intellectual que agita todo o mundo civilisado" (REVISTA AMAZÔNICA, 1883, p. 167 – grifo meu).

Tal movimento era baseado nas descobertas da *ciência positiva*, superando a especulação teológica e o idealismo vago, tendo a Europa, "a nossa velha mestra", como um "laboratorio immenso" que fornecia ao mundo inteiro sistemas filosóficos, teorias científicas, ideias literárias, criações artísticas e combinações estéticas. Assim, esse movimento de renovação intelectual no Brasil, utilizando-se a baliza do "sr. dr. Sylvio Romero", iniciara em 1873, pois, até esse momento, a vida intelectual no país era limitada a alguns trabalhos de erudição histórica e jurídica e "suffocada na córte do imperio pela idolatria romantica" (REVISTA AMAZÔNICA, 1883, p. 168): "Em uma palavra, desde a independencia até 1873,

[80] Tal iniciativa, levada a cabo junto a outros intelectuais da província, como Tito Franco de Almeida, Paes de Carvalho e Domingos Almeida, tinha por finalidade "diffundir conhecimentos, de propagar á instrucção, essa grande alavanca e solida base de todo progresso" no seio da sociedade paraense, por meio de conferências dominicais, realizadas ás 10 horas, no salão do Grêmio Literário Português. José Veríssimo ocupou o cargo de primeiro secretário. A *Sociedade*, embora uma associação efêmera, como várias outras associações de mesma natureza filantrópica, era baseada na crença de que difusão/propagação de conhecimentos *modernos*, sobretudo, a *instrução*, "grande alavanca e solida base" para *reforma* da sociedade. A *Sociedade* foi um dos *lugares* da *experiência educacional* de José Veríssimo cuja exposição será realizada no quarto capítulo.

não ha, não conheço ao menos, a não ser talvez a *Flora fluminense* de Velloso, um único trabalho de valor da sciencia brazileira" (REVISTA AMAZÔNICA, 1883, p. 168)

José Veríssimo atribuía esse fenômeno de renovação a três "causas geradoras": guerra do Paraguai, movimento republicano de 1870 e a questão religiosa. O que havia de comum nestes fatores estava relacionado ao despertar da *consciência nacional*. É nesse ímpeto que Veríssimo foi registrando as manifestações dignas de nota na Filosofia, na Literatura (romance, poesia e teatro) e nas Ciências Naturais. Apontava também a reforma do Colégio Pedro II, a criação da Escola Politécnica, a partir da Escola Central, a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto – estas últimas, instituições mais dedicadas ao ensino das ciências físicas, matemáticas e naturais. Em ato contínuo, havia a reforma do Museu Nacional e da sua revista *Archivos*, surgia em sua 1ª fase a revista *Ensaios de sciencia*, dedicada aos estudos das línguas indígenas e as ciências da linguagem e os *Annaes* da Biblioteca Nacional.

"Ao mesmo tempo nas provincias, dava-se igual movimento de espíritos" (REVISTA AMAZÔNICA, 1883, p. 174), citando obras relevantes de filosofia à história produzidas em Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul e São Paulo. E alguns eminentes representantes das "modernas tendencias do intellecto brazileiro", nas ciências, na história, na crítica literária, na literatura, citando Machado de Assis, Sílvio Romero, Araripe Júnior, Escragnolle Taunay, Franklin Távora, dentre outros. Por fim, encerrava a conferência com um voto: "(...) o de que o Pará não fique fora desse movimento, e compreenda que para a gloria e a honra, e para a propria felicidade material, de um povo, *não basta produzir borracha*" (REVISTA AMAZÔNICA, 1883, p. 177 – grifo do autor).

Até esse momento, a *experiência periódica* de José Veríssimo estava diretamente articulada as práticas político-culturais adotadas pela *geração 1870* brasileira, associadas às *grandes comemorações cívicas* que renderam homenagens aos grandes homens vivos e mortos, no caso de Carlos Gomes e de Émile Littré, somado à defesa do positivismo como *orientação mental* e *desenvolvimento moral*. Tais práticas mobilizaram um *repertório* reformista na contenda entre as forças da *tradição imperial* e da *política científica*, cujos respectivos projetos políticos de *civilização imperial e cristã* e *civilização federativa e laica* disputavam a direção moral e intelectual do processo de modernização em curso na província.

Mais adiante, a *experiência periódica* se desdobrou em *organização da cultura*, com a criação da *Revista Amazonica*, e *mediação cultural*, com os escritos científicos e literários de José Veríssimo dedicados à investigação do sertão amazônico. Tais escritos publicados entre jornal/revista e o livro, representaram uma intervenção político-intelectual no debate sobre a *reforma dos costumes* da população livre e pobre da província, revelando, por sua vez,

uma *rede de sociabilidades* no interior e fora da província que agenciaram o *fazer-se intelectual* de José Veríssimo enquanto *intelectual amazônico*.

3.3 José Veríssimo – o cantor da modernização na Amazônia

"Não basta produzir borracha". Com esse voto, José Veríssimo completou sua conferência, cujo inventário do "hodierno movimento de idéas" relacionado à ciência positiva – leia-se, as ciências exatas e naturais –, almejava que o Pará integrasse esse mesmo movimento: "(...) e espero que não se romperá a corrente começada em 1873, que irá de dia para dia elevando o nivel da *mentalidade brazileira*" (REVISTA AMAZÔNICA, 1883, p. 177 – grifo meu)

Nesse levantamento, procurando demonstrar a *atualização da inteligência brasileira*, Veríssimo expunha uma leitura *modernista* que consistia em considerar a elevação da *mentalidade brazileira* a partir de um *lugar de produção* amazônico, associado a uma concepção de tempo tripartida: "Para dirigirmo-nos com segurança para o *futuro*, precisamos conhecer o *passado*" (REVISTA AMAZÔNICA, 1883, p. 177 – grifo meu), cujo presente consistia em entender o processo de modernização na Amazônia, intervir no debate sobre a *reforma dos costumes* da população livre e pobre, e, sobretudo, não limitar a prosperidade material da província à *produção da borracha*.

Á essa operação político-intelectual chamo de *modernismo amazônico*, que, associado à *política científica*, orientou os seus escritos publicados em três revistas, revelando a *rede de sociabilidades* no interior e fora da província: Ferreira Penna, Franklin Távora e Vicente e Ernesto Quesada. Essa operação e essas redes, entendidas enquanto *lugares de produção*, agenciaram o *fazer-se intelectual* de José Veríssimo, fazendo-o assumir a posição de *cantor* da modernização na Amazônia. Senão, vejamos.

3.3.1 *Revista Amazonica* e Ferreira Penna: a investigação do sertão amazônico

Em 1877, José Veríssimo empreendeu duas viagens ao oeste do Pará: à terra natal, Óbidos e a sua vizinha, Monte Alegre. "Visita á Monte Alegre" foi publicado em março no

folhetim do jornal *O Liberal do Pará*; "Do Pará á Obidos", no mesmo jornal, entre abril e maio de 1877. Ambos os relatos integravam a seção "Viagens no Sertão", do livro *Primeiras Paginas*, de 1878. Como já foi dito, Ferreira Penna tornou-se uma referência para os estudiosos de ciências naturais e arqueologia em razão de suas viagens de exploração, recolhendo informações e produzindo etnografia nos seus relatórios sobre o "estado de civilização" no sertão amazônico. Foi no expediente burocrático da Secretaria de Governo da Província que se firmou a amizade entre José Veríssimo e Ferreira Penna:

> A amizade entre Veríssimo e Ferreira Penna, quase 40 anos mais velho, deve ter se fortalecido nessa época, quando primeiro – recém-contratado como Oficial da Secretaria de Governo – assumiu interinamente a administração da Biblioteca Pública, enquanto o segundo dirigia o vizinho Museu Paraense (SANJAD, 2010, p. 143).

Na verdade, existem muitos indícios que José Veríssimo buscou atualizar o *projeto científico* de Ferreira Penna – idealizado na *Sociedade Filomática* e corporificado no *Museu Paraense* – nas suas duas primeiras obras publicadas, *Primeiras Paginas*, de 1878, e *Scenas da Vida Amazonica*, de 1886, e na fundação da *Revista Amazonica*, entre 1883 e 1884 – na qual Ferreira Penna era colaborador.

Segundo Nelson Sanjad (2010), os relatórios de Ferreira Penna realizavam uma etnografia das condições de vida e cultura da população do interior amazônico e uma arqueologia do passado das populações indígenas; ao mesmo tempo perscrutava escalas geográficas das cidades e vilas, principais atividades de subsistência, enfim, todos os elementos do modo de vida dos ribeirinhos, seringueiros e populações tradicionais que viviam das atividades extrativistas, da pesca e da caça. Este *projeto científico*, cuja dimensão institucional foi o *Museu Paraense*, procurava produzir um conhecimento ilustrado com objetividade narrativa e rigor na apuração dos dados sobre a sociedade, a cultura e a história amazônica – até aquele momento, pouco conhecidos, e que despertavam o interesse científico dos viajantes e naturalistas estadunidenses e europeus.

Esse conhecimento ilustrado também pretendia ser interventivo politicamente, de modo a fornecer argumentos científicos ao debate sobre a *reforma dos costumes* da população livre e pobre da província: Ferreira Penna era um defensor da agricultura e do trabalho sedentário como elemento moralizador e civilizador. As viagens de José Veríssimo à Óbidos e à Monte Alegre carregaram esse ímpeto de exploração e investigação do sertão amazônico, desbravando o seu "estado de civilização", em 1877. Tais viagens, além das informações contidas nos relatórios de Ferreira Penna, vão servir de material etnográfico para o ensaio

"Raças cruzadas no Pará", integrante do *Primeiras Paginas*, e os contos e esbocetos do *Scenas da Vida Amazonica*.

As similaridades que guardam o relato de viagem de José Veríssimo e os relatórios de exploração de Ferreira Penna é algo semelhante à relação entre discípulo e mestre: "A estrutura narrativa de ambos é muito próxima dos relatórios de viagem de Ferreira Penna, isto é, incluem a descrição detalhada da paisagem, dados estatísticos e históricos, enriquecidos com uma crônica de costumes e algumas impressões de viagem" (SANJAD, 2010, p. 145). Embora Veríssimo fosse natural do oeste do Pará, da cidade de Óbidos e por isso familiarizado desde a infância com a paisagem, as condições sociais e as sociabilidades culturais, retornar ao torrão natal talvez tenha lhe causado bastante impacto – em 1876, ainda era aluno de engenharia civil na Escola Politécnica, na capital do Império. A suposição deve-se ao tom pessimista e passional das narrativas, cuja denuncia impunha-se como dever moral e político.

Em ambos os relatos, é comum o apontamento da beleza dos rios e da floresta secular, das potencialidades do solo para a lavoura, que contrastam com a ignorância e a indolência "entre os seus habitantes – caboclos ou tapuios – como indistintamente os chamam, o mesmo fatalismo embrutecedor, essa indolencia nociva e a falta completa de ambição de um viver melhor" (VERÍSSIMO, 1878, p. 20), pouco inclinados ao trabalho na agricultura, com uma alimentação péssima e vulgar, habitando em casas improvisadas e sem conforto, dedicando-se, por fim, as "industrias extractivas" cujo atividade principal é a coleta da borracha: "Ha duas moléstias que atrazam regularmente a população do Pará e de todo o valle amazônico, são: a extracção da borracha e da castanha" (VERÍSSIMO, 1878, p. 20).

Uma das lavouras que mais se destacavam em Monte Alegre era a do algodão, no entanto, a cultura não recebia qualquer cuidado regular, pois "(...) falla-se a qualquer plantador de mandioca sobre as vantagens da cultura do algodoeiro, e elle vos virará as costas" (VERÍSSIMO, 1878, p. 22). Contudo, já tratando de Óbidos, passam meses na coleta da seringa, vivendo nas piores condições no interior da floresta, "deixam tudo quanto é estável, a casa, a cidade, a roça, a fabrica! Insticto nomade tão prejudicial a esta terra (...) cria a falta absoluta de ambição, matando assim o amor ao trabalho productor" (VERÍSSIMO, 1878, p. 49). Se pudesse, e não fosse "uma medida anti-liberal", Veríssimo proibiria a extração de borracha e de castanha, pois ambas atividades "roubam a provincia centenas, senão milhares de braços que aplicados a lavoura augmentariam, em pouco tempo, a sua riqueza" (VERÍSSIMO, 1878, p. 49).

Nesses dois relatos, José Veríssimo resumiu todo o debate realizado pela elite política e intelectual da província a respeito de qual vetor – agricultura ou extrativismo – deveriam se impor para promover a prosperidade material da província. De Bernardo Franco à Couto de Magalhães, passando por Dom Macedo Costa, havia a unanimidade no julgamento da população livre e pobre como preguiçosa e indolente, no limite, *degenerada*, por não se dedicar à agricultura e ao trabalho regular, nem ao desejo de ter propriedades e acumular bens, ter ambição, criar necessidades, cultivar *dezejo de gozos*, em suma: o embate entre a agricultura como civilizadora e moralizadora e o extrativismo como *moléstia do atraso*.

Ao finalizar o relato sobre Óbidos, dialogando com Ferreira Penna, que considerava os filhos daquela cidade "(...) bons brasileiros, optimos paraenses e ainda melhores obedienses", Veríssimo indagava-se: "Terão elles degenerado?". Em seguida, respondeu: "Não sei; mas tenho fé, que não hão de desmentir essa asserção justa do illustrado sr. Ferreira Penna. Mas, não obstante, em lugar do bairrismo – que é um vicio, eu peço-lhes patriotismo – que é uma virtude (VERÍSSIMO, 1878, p. 61).

Entre bairrismo e patriotismo, avultava essa questão sobre as razões da *decadência* da população livre e pobre na província, cuja argumentação histórico-antropológica foi realizada em dois ensaios: *As Raças Cruzadas do Pará – sua linguagem, suas crenças e seus costumes*, de 1878; e *As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia – sua linguagem, suas crenças e seus costumes*, de 1886. Embora fosse um mesmo ensaio, havia muitas distâncias entre as versões de 1878 e 1886, sobretudo, nos conceitos e na escala: raças cruzadas/mestiçagem e Pará/Amazônia. Nesse ínterim, em 1883, era fundada a *Revista Amazonica*¸ onde foram publicados os artigos-rascunho[81], revisando e aumentando o ensaio de 1878, tendo como resultado a versão de 1886.

Portanto, antes de tratar deste processo de revisão e ampliação, é necessário abordar o projeto científico-literário da *Revista Amazonica*, pois nela também foi publicado um dos contos que compôs o *Scenas da Vida Amazonica*, chamado "O Boto" – quer dizer, entender o projeto da revista como *organização da cultura* participando do debate político da província, entre as forças da *tradição imperial* e da *política científica*, que guardava, por sua vez, muitas semelhanças com a *Revista Brazileira* na fase sob a organização de Franklin Távora e Nicolau Midosi, entre 1879 e 1881.

[81] Os artigos-rascunho foram: "A Linguagem Popular Amazonica", publicado entre março e junho de 1883; "Tradições, Crenças e Superstições Amazonicas", publicado em agosto e setembro de 1883; e "As Populações Indigenas e Mestiças da Amazonia", a versão preliminar do ensaio final de 1886, publicado em janeiro-fevereiro de 1884.

Em março de 1883, o primeiro número da *Revista Amazonica* entrava em circulação nas ruas de Belém do Pará. A estrutura da publicação era constituída pelo pré-textual, capa e sumário, o miolo de artigos de colaboradores e o pós-textual, com seção de propaganda, assinatura e publicações recebidas. Era publicada uma vez por mês com fascículos de 32 páginas[82], sob a direção de José Veríssimo, e a composição da "empreza diretora", por Clamentino José Lisboa, Joaquim Ignacio Amazonas d'Almeida, José Cardoso da Cunha Coimbra e Dr. Paes de Carvalho. As modalidades de assinaturas[83] e os agentes da revista assinalavam o alcance da sua circulação. Os agentes estavam distribuídos em escala amazônica[84] e europeia[85]. A questão da assinatura era uma dimensão fundamental para a continuidade do projeto editorial, cujo *Aviso* na parte final da revista, o diretor chamava atenção para a confirmação da assinatura:

> Rogamos ás pessoas a quem é remetido este numero com carta circular, o favor de, caso não queiram assignar a REVISTA, devolverem-no a nós ou a nossos agentes, afim de não lhes ser enviado o 2º numero; sendo que si o não fizerem tomaremos a liberdade de as considerar assignantes (REVISTA AMAZÔNICA, 1883, p. 81)

Com essa estrutura, modalidades de assinatura e distribuição de agentes, os editores apresentaram o *programa* da revista, neste primeiro número, de março de 1883. O editorial, com evidentes tintas de *manifesto*, conclamava todas as forças político-intelectuais das duas províncias – Pará e Amazonas – interessadas na investigação da região, na perspectiva de um *espirito novo* que atualizava o mundo intelectual, cuja formação de uma *comunidade de desejos* possibilitasse de maneira combinada o *desenvolvimento material* e o *progresso moral* da Amazônia. Em outras palavras: a revista reunia, publicava e divulgava os estudos das forças da *política científica* que estavam disputando a direção intelectual e moral do processo de modernização na região; assim, por desempenhar esse papel, constituía-se enquanto *organizadora da cultura*. Eis o texto do editorial:

---

[82] No primeiro ano, 1883, foi publicada, ininterruptamente, de março a setembro. No ano seguinte, 1884, foi publicada em edições bimestrais, janeiro-fevereiro, março-abril. Depois, infelizmente, saiu de circulação.

[83] A assinatura da revista, em Belém, para um ano custava 10$000, seis meses, 6$000, e o número avulso 1$000; para outras províncias e o interior do Pará, os valores eram, respectivamente, 12$000, 7$000 e 2$000; para os países da União Postal, a assinatura anual custava 25 francos e semestral, 13 francos – solicitava-se pagamentos adiantados

[84] Manaus (Henrique Ferreira Penna d'Azevedo), Óbidos (Antonio Caminha Muniz), Santarém (Joaquim Maria Machado de Abreu Peixoto), Monte Alegre (João Valente do Couto Junior), Cametá (Antonio Joaquim Alves da Silva) e Vigia (Francisco Ferreira de Vilhena Alves).

[85] Lisboa (Mattos Moreira & Cardosos, Praça de D. Pedro n. 67) e Paris (Maisonnneuve & Cie, Libraire, Quai Voltaire 25)

> Abrir um campo em que venham lavrar quantos se interessem pelo *desenvolvimento moral* da esplendida região amazonica; tornal-a conhecida, dentro e fóra do paiz, pelo estudo dos multiplos aspectos porque pode ser encarada, aos sabios, letrados, economistas e financeiros emprehendedores; estreitar n'uma *comunidade de desejos* e, até certo ponto, de idéas, as relações entre as duas provincias que formam a Amazonia; propagar o *espirito novo* que actualmente agita o mundo intellectual; offerecer aos estudiosos de ambas essas provincias um meio menos ephemero do que o jornal, de dar publicidade ao resultado de suas locubrações – tal é o fim desta publicação.
>
> Entendemos que no meio do febril movimento commercial que a riqueza nativa do valle do Amazonas entretem não só n'esta *Liverpool dos Tropicos* – como já lhe chamaram – mas ainda na futurosa cidade de Manaos, havia lugar para um jornal consagrado a promover directa ou indirectamente, o engradecimento moral e, portanto, dirigir melhor o material da Amazonia, e que publical-o seria, sinão um serviço que prestavamos, ao menos uma lacuna que cobríamos.
>
> *Não basta* – cremos nós – *produzir borracha*, cumpre tambem gerar idéas; não é sufficiente escambar productos, é ainda preciso trocar pensamentos; e um *desenvolvimento material* que se appoiasse n'um correlativo *progresso moral* seria, não somente improfícuo, mas funesto, pela extensão irregular que faria aos instinctos – já a esta hora muito exagerados – do mercantilismo.
>
> Si uma publicação que se consagre às letras, às artes e às sciencias, póde concorrer para esse fim, a *Revista Amazonica* quer e espera ser essa publicação, comtanto, – é claro – que não lhe faleçam nem a collaboração de todos os escriptores que para elle quiserem contribuir, nem a protecção do generoso publico das duas provincias a que a dedicamos.
> Os editores (REVISTA AMAZÔNICA, 1883, p. 5-6 – grifos meu).

Os votos realizados no final da conferência *O Movimento Intellectual Brazileiro – nos ultimos dez annos*, em julho de 1883, já estavam circulando pela atmosfera política da província desde março, ecoando qual palavras de ordem: *Não basta produzir borracha, cumpre tambem gerar ideas! Não é sufficiente escambar productos, é ainda preciso trocar pensamentos!* Eis, portanto, uma revista literária, artística e científica organizando a baioneta de ideias das forças da *política científica*, representados pelo liberal José Veríssimo e pelo republicano Dr. Paes de Carvalho.

Os artigos-rascunho publicados na *Revista Amazonica* marcaram a edição revista e aumentada da versão inicial de 1878 – *As Raças Cruzadas do Pará* – para a versão final de 1886 – *As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia*. Além das modificações no interior do texto, incluindo mais informações e transformando notas de rodapé em texto corrido, as alterações mais marcantes ficaram registradas na introdução e conclusão de ambos os textos. Contudo, um aspecto é comum às duas versões, marcando a *singularidade* de José Veríssimo no debate político na província: a investigação dos hábitos, dos costumes e das crenças da população livre e pobre na perspectiva do "grande elemento historico das raças" (VERÍSSIMO, 1878, p. 134).

Neste ensaio, José Veríssimo mobilizou o *repertório* da *política científica* – sobretudo, pelo tom anticlerical e antirromântico – ao realizar um diagnóstico social, cultural e econômico da sociedade paraense, cuja explicação histórico-etnográfica-científica para os problemas identificados, indicava um *programa* de reforma exposto nas conclusões do ensaio; ao mesmo tempo, produzia uma resposta político-intelectual *modernista*, ao articular uma visão do passado, um diagnóstico do presente e projeções de futuro.

Portanto, havia uma inclinação *reformista* e *modernista* entre as forças da *política científica* representados pelos liberais e republicanos, na qual este ensaio de Veríssimo representou uma proposição de *reforma social* por meio da combinação entre colonização estrangeira, trabalho sedentário, agricultura, miscigenação e educação – quer dizer, a imposição da sociabilidade burguesa e temporalidade capitalista sobre o modo de vida cíclico e sazonal da população livre e pobre composta por indígenas e mestiços[86].

Na introdução da versão de 1878, José Veríssimo apontava que, perante os avanços científicos realizados na Europa, o Brasil não poderia mais ficar alheio aos cientistas e viajantes que analisavam, não apenas a fauna, a flora e o solo do país, mas também as populações nativas, *a raça*[87], "quasi morta pelas cruas guerra que soffreu, pelos cruzamentos ou occulta na vastidão de nossas florestas com medo á civilisação" (VERÍSSIMO, 1878, p. 133). Por isso, era necessário investigar o passado do ponto de vista antropológico[88], pois, a

[86] Essa discussão estava inserida em um processo mais amplo de *civilização dos índios* na Amazônia, cujas forças envolvidas eram diversas, indo da Igreja Católica aos Presidentes de Província, incluindo intelectuais e viajantes, passando pelos "regatões", todos preocupados com a incorporação das populações indígenas à sociedade nacional, e cujos os empreendimentos datam desde o século XVIII, com o advendo do Diretório dos Índios. A esse respeito, consultar: COELHO, 1996; 2005; HENRIQUE, 2013; 2017; HENRIQUE; MORAIS, 2014; SAMPAIO, 2001; 2007.

[87] No final do século XVIII e início do século XIX, ainda permaneceu em aberto, em razão da tradição igualitária da Revolução Francesa, o modo de designar a diversidade e a diferença dos diversos grupos e sociedades humanas, como "povos" ou "nações". Nesta abertura, o termo *raça* foi inserido na literatura científica, pelo naturalista George Cuvier, cuja transposição das classificações naturais da biologia eram aplicadas à sociologia, sãsociais. Diferenças que definiam os *povos* e a sua relação com o *meio* natural, social. Demarcando, desse modo, hierarquias entre as sociedades humanas definidas enquanto *raças*. Portanto, esse *racismo cientifico* postulava que a relação dos diferentes *povos* com o *meio* era manifestada por suas características físicas influenciadas por heranças morais, intelectuais e culturais marcada por diferentes níveis de desenvolvimento – a *raça* naturalizava as *hierarquias* sociais, uma vez a diferença era considerada como desigualdade (SCHWARCZ, 1993, p. 43-66).

[88] José Maia Bezerra Neto (1998) apresenta as matrizes teóricas do pensamento social e etnográfico de José Veríssimo, cujas bases remontam o naturalismo, o evolucionismo e o positivismo, e as quais possibilitaram ao intelectual paraense uma leitura da realidade amazônica bastante cientificista e determinista, uma vez que a natureza e a raça impunham qualidades degeneradas sobre a população amazônica. Por sua vez, Eveline Souza (2011) analisou o pensamento de Veríssimo no contexto do Segundo Império, comparando-o a reflexões de outros intelectuais, tais como Dom Macedo Costa e Couto de Magalhães, conjugando experiência social e produção intelectual, a respeito da *civilização dos índios* e seus respectivos os projetos de inserção das populações indígenas na sociedade nacional, incutindo-lhes valores do trabalho sedentário, da religião cristã etc. Nesse sentido, Marina Castilho (2012) realizou a discussão sobre as imagens das populações indígenas que emergem dos estudos etnográficos de José Veríssimo, cuja ambivalência representa a observação estigmatizada do Outro e o reconhecimento das contribuições de sua cultura para a formação social da Amazônia.

narrativa histórica ainda é escrita na forma de crônica, ignorando, por sua vez, a relação entre o *meio* e o *povo*; por isso, a história do povo brasileiro é a análise antropológica dos cruzamentos raciais e sua relação com a natureza:

> Cremos que a esse estudo aproveitará também o feito sobre as raças filhas da portugueza com o typo puro-tupi ou Guarany. Conhecendo, por nossas viagens e observações, próprias, a essas raças, ousamos publicar estas paginas, que são mais uma nota do que um trabalho completo" (VERÍSSIMO, 1878, p. 136).

Na conclusão, constatava o estado de degradação – devido ao predomínio do modo de vida indígena – das raças cruzadas no Pará e apontava o efeito impotente da *catequese* para civilizar os indígenas, questionando-se: "E o que ha a fazer para arrancar as raças cruzadas do Pará ao abatimento em que jazem?". Em seguida, apresentava uma solução darwinista social[89]: "Pensamos que nada. Esmagal-as sob a pressão enorme de uma grande emigração, de uma raça vigorosa que n'essa luta pela existencia de que falla Darwin as aniquile assimilando-as, parece-nos a única cousa capaz de ser util á esta provincia. E ai d'ella se assim não for!" (VERÍSSIMO, 1878, p. 211).

Na versão definitiva, de 1886, introduzia assinalando a "missão histórica" assumida pela *miscigenação* no caminho da "unidade étnica à humanidade", no qual a América seria a vanguarda frente à "velha Europa", ultrapassando Ásia e África e apontando um novo rumo para a civilização. América é a unidade continental que integra o Brasil e a Amazônia[90]. Fica evidente a sua premissa monogenista de unidade do gênero humano e orientação

---

[89] O darwinismo social foi a aplicação dos princípios da seleção natural na análise das sociedades humanas. Os grupos humanos seriam considerados como "raças puras", cujas qualidades físicas, intelectuais, morais e sociais são preservadas e transmitidas quando garantida a pureza racial. Preconiza que as raças humanas teriam diferentes pontos de origem, caracterizando-se como *poligenist*a, e seriam, em vista disso, as condições raciais e naturais que determinam os diferentes níveis de adaptação e evolução das sociedades – portanto, fundamentando a desigualdade entre as raças. Para os darwinistas sociais, a miscigenação foi encarada como degeneração, porque as raças humanas seriam desiguais entre si e o cruzamento entre raças superiores e inferiores gerariam seres híbridos ou mestiços estéreis e debilmente adaptados. A mestiçagem representaria a degeneração da pureza racial, sociedades miscigenadas estão destinadas a ser pouco adaptadas e inferiores na luta pela sobrevivência (SCHWARCZ, 1993, p. 43-66).

[90] "A *America* é o vastissimo candinho em que se *fundem* hoje as diversas raças e gentes do globo. Porventura sua missão historica é dar, servindo de campo para o *cruzamento* de todas ellas, unidade éthnica á humanidade, e, portanto, nova fase ás sociedades que hão de viver no futuro. Amplissimo terreiro aberto ás ambições de todo o genero, o Novo Mundo, rompendo com os velhos preconceitos das sociedades tradicionais da *Europa*, toma tambem caminho da *civilização uma direção nova*, deixando atraz de si a *Ásia* e suas antiqüíssimas civilisações e a *África* e sua secular barbaria. (...) O *Brasil* vai pela mesma entrada, e aqui, como em todo o continente, os povos e as raças *mesclam-se*, fazendo desapparecer completamente os typos puros, tornando n'esta parte do mundo, mais do que em nenhuma outra, verdadeiro o princípio de antropologia que nega a existencia de raças puras. (...) A vasta *região amazonica* é um exemplo vivo do grande facto, que n'ella pode ser apreciado em plena realisação, se bem que com menos variedade. A gente brasileira, antochtone (sic) ou não, *mistura-se* em larga escala nas duas provincias [Pará e Amazonas] banhadas pelo rio-mar [Rio Amazonas] (...)" (VERÍSSIMO, 1886, p. 9-10 – grifos meu).

evolucionista cultural[91] da classificação dos estágios de desenvolvimento: a mestiçagem apresenta novas perspectivas civilizacionais. Fica, assim, evidente a mudança de uma postura *darwinista social* do ensaio de 1878 para a defesa de pressupostos *evolucionistas culturais* na versão de 1886, por assumir, ao invés do aniquilamento assimilacionista, a *miscigenação* como uma das dimensões do seu programa de *reforma social* para a população livre e pobre da Amazônia.

A Amazônia está inserida nesse contexto e Veríssimo pretende analisar a maneira como se formou o *tapuio e os seus descendentes*. Mesmo com a ausência de estatísticas oficiais, ele considera ser possível afirmar que a maioria da população da província do Pará é mestiça, em razão, unicamente, da adaptação dos portugueses ao clima e à disposição geográfica da região. O processo de colonização constituiu gerações com pai europeu e mãe indígena. Destes cruzamentos derivou dois tipos predominantes: o curiboca (branco e índio) e o mameluco (curiboca e branco).

O *curiboca* é conhecido erroneamente como *tapuio*, mas acaba assumindo essa nomenclatura. A distinção entre o *tapuio* e o *mameluco* é a aproximação, pelos sucessivos cruzamentos, em relação ao branco. Há uma predominância de tapuios porque a presença indígena é maior do que a de brancos na região. Assim, o tapuio é o limiar entre o branco e o indígena, com a predominância de caracteres físicos, morais e culturais dos "selvagens". Deste modo, tapuios e mamelucos são extremamente degradados.

Conforme Deborah Lima (1999), há uma discussão historiográfica sobre o termo *caboclo*, cujas modulações foram modificando-se de acordo com o contexto histórico, pautadas em um conjunto de oposições: "pobre *versus* rico, selvagem *versus* civilizado, floresta *versus* cidade e, na avaliação moral, indolente *versus* empreendedor" (LIMA, 1999, p. 20). Nesta discussão, José Veríssimo assume um lugar importante. Segundo Carlos Araújo Moreira Neto (1988), Veríssimo é "uma das poucas fontes disponíveis para o estudo do *tapuio* da Amazônia como categoria étnica" (MOREIRA NETO, 1988, p. 48 – grifo meu). Veríssimo estava considerando a *mestiçagem* no contexto de oposição entre

[91] O evolucionismo cultural pretendeu estabelecer os diferentes níveis de evolução das sociedades humanas em suas características raciais e disposições com o meio natural e climático. Defendeu que os diferentes grupos humanos têm uma origem comum, guiando-se por *premissas monogenistas* e todos os povos passariam pelos mesmos estágios de desenvolvimento – selvageria, barbárie e civilização –, os quais seriam únicos e obrigatórios em uma sucessão linear de evolução. As diferenças raciais e culturais não são encaradas como permanentes, porque a contingência é garantida em razão dos estágios evolutivos que todos os grupos humanos passariam. A origem unitária da humanidade e os estágios evolutivos obrigatórios fez com que os evolucionistas culturais encarassem a miscigenação como uma etapa deste devir que caracteriza a perfectibilidade humana: as sociedades mestiças ocupariam o intervalo entre a selvageria e a barbárie em direção à civilização – o evolucionismo cultural considerou a homogeneidade étnica como o ponto de chegada das sociedades civilizadas (SCHWARCZ, 1993, p. 43-66).

selvagem/civilizado e indolente/empreendedor. O termo *tapuio* era originalmente usado pelas próprias populações indígenas para designar pejorativamente membros de outras etnias, significando "hostil" e "inimigo" e associado pelos colonizadores ao "índio bravo" – resistente a assimilação (ARENZ, 2015, p. 30-31).

No século XIX, o termo *tapuio* foi ressignificado e relacionado aos mestiços de branco com índio, também conhecidos por *caboclos*. Contudo, José Veríssimo considerava equivocado designar tais mestiços por *tapuio*, uma vez que defendia a nomenclatura *mameluco* ou *curiboca*. Embora fizesse essa observação, acabou utilizando no ensaio *As Populações Indígenas e Mestiças na Amazôni* a nomenclatura corrente e popular de *tapuio*. Se em 1878 Veríssimo considerava a mestiçagem na chave de *degradação* tão somente, em 1886, embora ainda parta deste ponto de vista negativo, já ponderava a mestiçagem como um meio para a *civilização*. Deste modo, o *tapuio* é um sujeito intermediário entre branco e o índio, que ainda apresenta mais características "selvagens" indolentes e do tranalho sazonal do que "civilizadas" do trabalho sedentário e livre iniciativa[92].

Nesse sentido, o intelectual paraense citava um trecho do *Viagem ao Brasil*, do "sábio" Agassiz[93], que afiança esta constatação: os cruzamentos raciais geraram um povo degenerado. Todavia, adverte

> Esta observação, com quanto até certo ponto justa, e de um sabio eminente, é *superficial*, principalmente se se quizer, como ele, concluir d'ella contra os cruzamentos. É preciso ir ao fundo e estudar a *historia dos cruzamentos e dos aldeamentos* do selvagem no Pará e no Amazonas (VERÍSSIMO, 1886, p. 15 – grifo meu)

[92] No Rio de Janeiro, em 1892, Veríssimo publicou uma série de artigos de divulgação sobre a região no *Jornal do Brasil*, posteriormente compilados no opusculo *A Amazonia – aspectos economicos*. Neste opusculo Veríssimo apresentava o *tapuio* como "(...) é o indio já entrado em nossa civilisação e completamente afastado da vida selvagem (...)" (VERÍSSIMO, 1892, p. 30). Porém logo seguida afirmava também: "E' esta gente, dizia eu, que até 1877 fazia a extracção da borracha. De 1878 em diante os seringaes forão invadidos pelos 'retirantes' cearenses, acossados pela sêcca"; e considerando esse contexto de seca e migração nordestina, a respeito da produção extrativa afirmava "Hoje são o tapuio e seus descendentes e o cearense que fazem essa extracção" (VERÍSSIMO, 1892, p. 31). Apesar de não ser o escopo deste estudo, é relevante indicar essa mudança de concepção sobre o *tapuio* nos textos etnográficos de José Veríssimo no Pará e no Rio de Janeiro. Nesse sentido, aponto uma hipótese: os contextos de produção distintos talvez sejam um indicativo importante nesta mudança, pois os ensaios de 1878 e 1886 estão inseridos no debate político de *reforma dos costumes* na província, enquanto que o opusculo de 1892 empenhava-se na divulgação folhetinesca da região no alvorecer da capital republicana. Certamente, as experiências intelectuais e políticas na província foram mobilizadas na escrita do opusculo, contudo em outro contexto. É exatamente essa articulação entre *experiência* e *contexto* uma questão a ser investigada.

[93] "O resultado de não interrompidas allianças entre sangues-mixtos é uma classe de homens, nos quaes o typo puro desappareceu, e com elle todas as boas qualidades physicas e moraes das raças primitivas, deixando em seu lugar um povo degenerado, tão repulsivo como esses cães produto de uma cadella de raça com um gôso, com horror dos animaes de sua especie, entre os quaes é impossivel descobrir um unico individuo tendo conservado a itelligencia, a nobreza, a effectividade na natural que fazem do cão de typo puro o companheiro e favorito do homem civilisado" (VERÍSSIMO, 1886, p. 14-15).

No processo de colonização, *jesuítas*[94] e colonos portugueses deveriam representar os marcos civilizatórios das populações indígenas. Ao contrário, sua ação predatória seria a causa da dissolução, da ignorância e do desmazelo no qual viviam as populações mestiças[95]. Os jesuítas ao invés de ensinarem os elevados valores da religião cristã, utilizaram a *catequese* como uma forma de dominar a força de trabalho indígena, jogando-os ao encontro dos colonos. Estes, por sua vez, com o encargo de incutir os valores benéficos do trabalho, submeteram os indígenas à escravidão, destruindo suas famílias e transformando as mulheres em concubinas.

Na crítica à ação jesuítica, "os ambiciosos socios de Jesus", José Veríssimo apropriou-se das análises realizadas pela *geração 1870* portuguesa, principalmente a respeito dos efeitos deletérios da "influencia nefastíssima do ensino jesuítico", ao apontar a sede de poder temporal da ordem na dominação do trabalho indígena, citava: "Vejam: Theoph. Braga, *Historia de Camões*, I parte, Cap. I; Oliveira Martins, *Historia de Portugal*; R. Ortigão, *A Renascença e os Luziadas*, prefacio á edição do poema feita pelo Gabinete portuguez de Leitura do Rio de Janeiro" (VERÍSSIMO, 1886, p. 18 – grifos do autor). Resume assim Veríssimo essa digressão histórica:

> D'aquela raça selvagem, inferior, perseguida e aviltada pela escravidão e pelo desmembramento de sua rudimental (sic) familia, e d'esta outra civilizada, superior, porém mal educada e representada talvez pelo que vinha de peior, provieram o *tapuio* e o *mameluco*, um coagido a viver uma vida artificialmente civilisada e *cruzando-se*, ou *antes mestiçando-se*, se assim posso dizer, pela ação dos meios, o outro, seu filho verdadeiro, com todos os defeitos de ambas, e quiçá sem algumas das boas qualidades de nenhuma.
>
> È tanto mais para notar a dureza da observação de Agassiz quanto estas causas da degradação da gente amazonica não escaparam inteiramente ao distincto sabio, cuja opinioo levou-me a esta digressão (...) (VERÍSSIMO, 1886, p. 19-20 – grifos meu)

[94] Enquanto liberal, a utilização do termo "jesuíta" por José Veríssimo não é gratuita. Conforme Heraldo Maués, na disputa política entre liberais e católicos na imprensa paraense foi urdido um vocabulário virulento e diverso para qualificar os representantes da Igreja Católica na Amazônia, como categoria, o "jesuíta", e as suas práticas políticas, "o jesuitismo", que, combinados, significavam neste contexto: "hipócritas, ignorantes, traiçoeiros e obscurantistas", "congregação de homens tão detestáveis quanto é aceitável o catolicismo", "exércitos permanentes da corte de Roma", "milícia disciplinada dos filhos de Loiola", "têm o sorriso nos lábios e o punhal do sicário debaixo da sotaina", "assassinos de almas", "inimigos públicos, malfeitores, facínoras", "o coração tão negro como a sotaina que vestem", e assim por diante, a lista de desqualificações é imensa (MAUÉS, 1999)

[95] Embora fosse do ponto vista raciológico, José Veríssimo tinha uma percepção da agência indígena, ou seja, que as populações indígenas poderiam ser "civilizadas", se fosse incorporado elementos do seu modo de vida – os fracassos das iniciativas laicas e religiosas residiam na imposição cultural, que por si só gerava resistência. Nesse sentido, há um profundo olhar colonial nos seus estudos etnográficos, ao mesmo tempo que ele seja devidamente assentado nas condições sociais e histórias da colonização portuguesa na Amazônia. Dessa forma, é relevante relacionar esse ponto de vista com as discussões da *nova história indígena*, mesmo que extrapole o escopo deste estudo, é uma promissora frente de pesquisa. Sobre essa historiografia, consultar: MONTEIRO, 1994; 1995; 2001; ALMEIDA, 2003; 2008; 2017; CUNHA, 1992.

Isso influenciou na conformação do *estado moral* de tapuios e mamelucos, caracterizado pela falta de iniciativa, ação e energia. Mesmo que seu desenvolvimento intelectual seja superior aos indígenas, eles não seriam dotados de boa índole e instintos pacíficos, demonstrado por sua propensão à prática de atos criminosos, herança atávica dos "selvagens". Assim, Veríssimo era adepto da ideia da hereditariedade psicológica dos evolucionistas, compartilhada, por exemplo, por Sílvio Romero.

A presença africana[96] é quase inexistente na formação étnico-racial amazônica. Tapuios e mamelucos são resultados de cruzamentos de branco com índio. Nas crenças, na língua e nas tradições populares, o alcance da cultura indígena seria predominante. Poucas palavras de origem africana fazem parte da linguagem popular: *muxinga* (chicote de cavalo, vergasta) e *mocambo* (lugar de escravos fugidos) são as duas únicas, segundo Veríssimo, formadas no solo amazônico. Nas crenças populares amazônicas, o "saci-cererê" de outras regiões do país, representado por um menino negro, corresponde ao "matitaperê" corporificado em um velho tapuio.

As crenças do "selvagem brasileiro", até o momento da "descoberta", eram marcadas pelo caráter fetichista, animadas por um espírito infantil, polarizadas entre culto de animais e de vegetais. Esta mesma característica fica evidente no sentimento religioso do tapuio e do mameluco. A religião deles é uma mistura de fetichismo e politeísmo, um conservado das sociedades indígenas e o outro recebido dos portugueses.

Para Veríssimo (1886), os indígenas não estavam preparados para a elevada e elaborada concepção de divindade cristã – Deus trino. Os missionários católicos e protestantes malogravam em seus intentos apostólicos porque não teriam entendido "a verdade posta em principio pela sociologia, de que nenhum homem, não preparado pela evolução natural dos periodos da sua civilisação, pode passar do fetichismo ao polytheismo (...)"(VERÍSSIMO, 1886, p. 57). Enumera todas as manifestações do fetichismo de procedência animal, vegetal e mineral: ação do Pajé ou curandeiro[97], a lenda do boto[98], a uiara[99], o acauã[100], o sucuri[101], o

[96] Existe uma historiografia inaugurada na década de 1970 que trata da presença africana na Amazônia. Basicamente, discute a peculiaridade desta presença, ofuscada por muito tempo, em razão de dois fatores: a predominância da economia extrativista em oposição ao *plantation*, em termos de modelos explicativos, o primeiro exigia o trabalho indígena na recolha das drogas do sertão e o segundo, o trabalho africano adaptado a agricultura; o consenso de que indígenas seriam melhor adaptados às condições climáticas da região em relação aos africanos. Esta historiografia procura criticar ambas as posições, demonstrando, com complexidade e riqueza documental, a especificidade dos povos africanos na formação da Amazônia, conferir: (SALLES, 2005; VERGOLINO-HENRY; FIGUEIREDO, 1990; CHAMBOULEYRON, 2006; BEZERRA NETO, 2001)

[97] O chefe dos tupi-guarani ou aquele que conhece o poder medicinal das ervas, conseguindo curar os enfermos sempre acompanhado por um ritual de benzimentos, músicas e danças.

[98] Semelhante à sereia, o boto teria o dom de seduzir as mulheres em noite de luar, após se transformar em um homem muito atraente vestido de branco e com chapéu. Nas cidades do interior, até hoje, esta é uma explicação utilizada justificar uma gravidez indesejada.

uirapuru[102] e o jurutauí[103] – ordem animal; a tajapurá[104] e a jurutipepena[105] – ordem vegetal; o muiraquitã[106] – ordem mineral. A crença que tudo tem "mãe" personificadas na "mãe do rio", "mãe do mato". Asseverava Veríssimo:

> Estas são, entre outras, as crenças que elles herdaram de seus paes selvagens, e que conservaram de mistura com as que receberam dos seus ascendentes civilisados. Como ficou dito, sua religião é antes um mixto de fetichismo e polytheismo, do que monotheista. As suas crenças oriundas da crença tupi-guarani são, como acabamos de ver, fetichistas; aquellas que receberam dos conquistadores, como veremos, *polytheista*. Entretanto, é sempre a feição fetichista que predomina (VERÍSSIMO, 1886, p. 66-67 – grifo do autor)

A imaginação fetichista dos mestiços e mamelucos é restrita para a concepção de um Deus único, mesmo que trino. Na verdade, esse Deus é esquecido ou pouco reverenciado, pois sua simplicidade primitiva não consegue assimilar as demais pessoas da trindade, o Espírito Santo e o Menino-Deus. Assim, os santos assumem um papel de divindade, caracterizando-se como politeísmo, que alimenta todo o fervor e devoção religiosa, invertendo o mandamento "amar a Deus sobre todas as coisas", porque "(...) trocando a veneração que ensina a Egreja pela adoração idolatrica, constituindo assim no seio de uma religião essencialmente monotheista, como é o christianismo, um *polytheismo* muitas vezes grosseiro (...)" (VERÍSSIMO, 1886 p. 68 – grifo meu).

Depois de apresentar copioso relato sobre as festividades populares do Sairé e do Espírito Santo, Veríssimo arremata com a seguinte conclusão sobre a religiosidade amazônica naqueles tempos de romanização ou reforma católica[107]:

---

[99] É outra lenda relacionada ao boto referindo-se a uma doença que ataca os nervos.
[100] É ave símbolo de mau agouro ou de notícias ruins e o acometimento de histerismo entre as mulheres.
[101] É a lenda da cobra grande que estimula a crença de sua ferocidade em razão do seu tamanho gigantesco, com olhos de diâmetro medindo dois palmos.
[102] É uma ave de canto belíssimo e um talismã que traz ventura aquele que o possui.
[103] É a ave notívaga cuja pele preservaria as jovens donzelas das seduções e faltas desonestas. Assim que a moça chegasse a puberdade, as moças eram assentadas na pele por três, depois disso, ficam imunes as paixões desonestas, garantindo a reputação até o casamento.
[104] As populações ribeirinhas acreditam que esta planta levada a proa da canoa ou barco traz boa sorte na pescaria.
[105] Esta planta serve de pouso para uma pomba mística que canta e ninguém vê e quando joga o seu encanto em uma vítima acaba deixando paralítica. A planta é associada a ave como mal presságio.
[106] É o amuleto de barro cozido na forma de sapo que representa proteção: era um presente das índias aos guerreiros no tempo da guerra em sinal de vitória na batalha e bom regresso.
[107] É muito provável que a combatividade de José Veríssimo às manifestações de religiosidade popular tenha uma dupla entrada: de crítica política ao catolicismo e de folclorista evolucionista. Essa dupla perspectiva é interessante para considerar a só tempo a dimensão anticlerical e a dimensão folclórica (cultura popular) no pensamento histórico-etnocgráfico de José Veríssimo, bem como sua afinidade com a modernidade do pensamento raciológico europeu. Sobre a modernidade no pensamento de José Veríssimo, conferir: SALLES, 1992, 2011. A respeito do processo de romanização ou reforma católica e a religiosidade popular na Amazônia, vide: MAUÉS, 1995.

> Demorei-me, talvez de mais, na descripção d'esta tão popular festividade amazonica, e fiz de caso pensado, porque queria deixar patente o seu caracter pouco religioso, que é sempre o mesmo em todas as manifestações de sua devoção, desde a mais humilde festa do interior, até a pomposa e celebre solemnidade paraense de Nossa Senhora de Nazareth – cuja extincção ardentemente desejo, para a honra da nossa civilisação (VERÍSSIMO, 1886, p. 73).

Os usos e costumes de tapuios e mamelucos ainda seriam marcados por hábitos "semi-selvagens" adquiridos das sociedades indígenas. As condições naturais influenciaram decisivamente para que tivessem crenças, linguagem e usos daqueles grupos considerados "inferiores". No entanto, isso é explicado pelo seguinte fato:

> É entre os mais humildes, porém mais genuínos representantes das raças mestiças, do branco com o indio, e do tapuio, dessa gente para quem a *civilização foi madrasta* e que, na profunda miseria do seu triste viver, parece ainda guardar as marcas indeleveis dos sofrimentos por que passaram seus avós (VERÍSSIMO, 1886, p. 70 – grifos do autor).

A respeito da religiosidade popular na Amazônia, Aldrin Figueiredo (2008) considera que José Veríssimo, ao lado de outros intelectuais, como Pádua Carvalho, Sílvio Romero, Sant'Anna Nery e Couto de Magalhães, acompanhou as mudanças nos círculos intelectuais do final do século XIX, entre o folclore e a ciência, procurando compreender as lendas e o imaginário do homem amazônico do ponto de vista evolucionista: "As crenças, os mitos e as lendas eram explicações sequenciais e historiadas de seu pensamento animístico, numa versão primitiva e selvagem da religião" (FIGUEIREDO, 2008, p. 100).

Dessa discussão, derivaram outros dois trabalhos de Veríssimo dedicados à religiosidade indígena: *A Religião dos Tupi-Guaranis*, publicada na *Revista Brazileira,* em 1881, e *Os Idolos Amazonicos (Um novo documento)*, divulgado em março de 1883 na *Revista Amazonica*. Ambos os estudos ampliam a análise sobre as crenças e as mitologias indígenas, articulando antropologia e arqueologia, ao debater com João Barbosa Rodrigues a partir de evidências materiais dos muiraquitãs talhados em nefrita como chave para entender as "origens" das crenças animistas do "selvagem" amazônico em termos de fetiche ou ídolo. Em 1889, esse debate ganhou uma nova dimensão no trabalho apresentado por José Veríssimo no 10º Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, ocorrido em Paris, com o título *O Homem do Marajó e a Antiga Civilização Amazônica*.

A *linguagem* é o elemento mais marcante desse processo de miscigenação. Nela se faz valer a abrangência da cultura indígena, facultando reflexões sobre uma língua brasileira e uma literatura nacional. As modificações da língua portuguesa no Brasil não são um fato

isolado, mas atestam a *evolução das línguas* pela ação de diferentes fatores étnicos, climáticos e raciais, criando algo que fica entre o dialeto e a língua. No nível do dialeto, pela modificação na língua falada no Brasil e Portugal; na questão da língua escrita, salvo erros de redação, gramática é rigorosamente a mesma. Embora não fosse é possível falar de uma língua brasileira, mas o português experimentou grandes transformações no Brasil.

Entretanto, em algum momento essa evolução chegou a Portugal, fazendo com que a língua falada no Brasil fosse acolhida por lá, constituindo-se esse momento no deslocamento da proeminência econômica brasileira em relação à antiga metrópole para questões de ordem moral, política e civilizatória. Isso reverberou na produção literária brasileira, ao proporcionar aos escritores brasileiros a emancipação da imitação da literatura portuguesa.

Novamente, Veríssimo dialoga com os trabalhos da *geração 1870* portuguesa, no que tange às modificações da língua portuguesa em Portugal e no Brasil, citando, além das referências anteriores, reflexões de Teófilo Braga[108] e de Adolfo Coelho[109]. Embora modificada, a linguagem popular amazônica é herdeira de Camões, o Tejo deságua no Amazonas:

> (...) recordem-se as palavras que o grande romântico Garrett põe na boca de Camões, moribundo:
> Soberbo Tejo, nem padrão ao menos
> Ficará de tua gloria? Nem herdeiro
> De teu renome?... Sim: recebe-o, guarda-o,
> Generoso Amazonas, o legado
> De honra, de fama e brio: não se acabe
> A lingua, o nome portuguez na terra.
> Garrett, Canto X, 21 (VERÍSSIMO, 1886, p. 31).

Depois de discutir sobre a formação dos hábitos, crenças e linguagens dos tapuios e mamelucos, Veríssimo apresenta alguns pontos de conclusão: a) esta população mestiça está degenerada; b) as condições sociais, políticas, religiosas e climáticas na quais aconteceram as

---

[108] José Veríssimo citava a obra *Estudo da poesia moderna portugueza no Parnaso portuguez moderno*, na página XXXIII: "Na moderna nacionalidade brazileira a lingua tambem se vae alterando, constituindo um verdadeiro dialecto do portuguez, cada um dos elementos da *mestiçagem* contribue com as suas alterações especiaes" (VERÍSSIMO, 1886, p. 29 – grifo meu).

[109] De Adolfo Coelho, Veríssimo fez referência ao estudo introdutório "Da lingua portugueza", do "Grande Diccionario" de Francisco Domingos Vieira, página XXXIII: "A lingua portugueza... no Brazil, em Ceylão, tem padecido modificações que se reproduzirão em parte no continente se perdermos a nacionalidade e ella deixar de ser lingua litteraria: o *r* desinência do infinito deixará necessariamente de ser provunciado como succede no Brazil" (VERÍSSIMO, 1886, p. 31-32); e citava também a alteração de sentido dos ditados portugueses pela cultura indígena: "É interessante observar que até alguns ditados populares de origem portugueza fossem adulterados no sentido indigena. Assim este, citado pelo sr. Adolpho Coelho, com que em Portugal se zomba de quem diz *antão* por *então*: 'Antão era moleiro, fazia anzoes e pescava caracoes" transformou se n'est'outro: 'Antão é pae da antinha' com a elisão do artigo definitivo que, veremos, é próprio do falar d'elles. Antinha chamam á anta (*Tapirus* pequena)" (VERÍSSIMO, 1886, p. 29 – grifos do autor).

misturas contribuíram para o seu estado; c) a predominância do elemento indígena sobre o branco português na região; d) a população que não pertence a estes grupos também sofreu com a suas influências. E questiona: "E o que há a fazer para arrancar as raças cruzadas do Pará do abatimento em que jazem?". Replicava os pontos e a questão colocada na conclusão da versão de 1878.

Contudo, na versão de 1886, acrescentou alguns parágrafos de revisão[110], sobretudo, do *remedio* recomendado na versão anterior, cuja sugestão era a imigração de uma *raça forte* que esmagasse no processo de luta pela vida a *raça degenerada*. A mudança de posição lhe ocorreu por uma *questão política*: "Não via que essa raça privilegiada não virá tão cedo, não virá talvez nunca, em razão das condições mesológicas da região, e alvitrei um expediente cujo principal defeito era ser inexequivel" (VERÍSSIMO, 1886, p. 93). Nessa questão, concordava com aqueles que apontavam a inadaptação dos trabalhadores europeus as condições naturais da região.

Como já assinalava na introdução da versão de 1886, a *mestiçagem* adquiria uma "missão histórica" de unificação do gênero humano e a América assumia um papel de destaque, incluídos o Brasil e a Amazônia em sua unidade continental. Essa nova abordagem incidia na conclusão, realizada depois de muito estudo e reflexão, ao concordar com o postulado de Émile Littré, seu mestre positivista, presente na obra *Fragments de Phylosophie positive et de sociologie contemporaine*, de 1876: "o problema politico consiste em utilisar no maior proveito das sociedades a força natural que lhes é propria" (VERÍSSIMO, 1886, p. 93).

Logo, a força natural era *povo* formado pelas populações indígenas, puras ou cruzadas com os conquistadores e colonizadores portugueses: "Si me fóra permittido dar um aviso, era que as aproveitassemos em bem da vastissima e riquissima região amazonica" – quer dizer, "aproveitá-las" consiste em *reformar seus costumes* através da mestiçagem com raças europeias enérgicas e vigorosas (alemães e ingleses, de preferência) no meio social no qual a educação e o trabalho sedentário na agricultura representassem instrumentos de elevação moral e intelectual destas populações. Veríssimo concluía categoricamente, sublinhando o *elemento mestiço* como o verdadeiro *elemento nacional*:

> (...) Mostrei com máxima boa fé e franqueza o que são essas populações, acompanhei-as desde que appareceram na nossa história até hoje; a outros, áqueles que, talvez sem consciencia da difficuldade da empreza, se mettem de hombro com os phenomenos sociaes, cabe a tarefa infinitamente mais ardua, de facultarem-lhes

[110] "Foi assim que conclui este estudo na sua primeira edição. Hoje julgo dever fazer uma observação, que vem modificar a minha maneira de ver de ha tres annos [indica em nota de rodapé: "Escrevia isto em 1880"] acerca do *remedio* a dar para arrancar as raças cruzadas do Pará (e Amazonas) ao abatimento em que jazem" (VERÍSSIMO, 1886, p. 93 – grifo do autor).

> os meios de se desenvolverem progressivamente. Si este trabalho valle alguma cousa, sirvam-se d'elle no aproveitamento do *elemento mestiço – o nosso verdadeiro elemento nacional* –; si não, façam novos e mais perfeitos estudos que lhes possam servir de base para a resolução d'esse difficil e momentoso problema. Em todo caso, *trabalhem* (VERÍSSIMO, 1886, p. 93-94 – grifos meu)

Como é possível observar, esse ensaio foi forjado na oficina da luta político-intelectual. Em razão do diagnóstico pessimista, da explicação histórico-etnográfica-científica rigorosa e do programa de *reforma social* relativamente otimista, este estudo, mesmo que indiretamente, foi uma resposta categórica à conferência realizada por Dom Macedo Costa em 1883, *Amazonia – meios para a sua civilisação*. Dessa maneira, considerava abertamente a catequese e a política de aldeamentos um retumbante fracasso[111] cuja ação contribuiu, aliás, utilizando palavras de Couto de Magalhães[112], mais para a degradação do que a civilização dos indígenas[113].

Considero, por essas características de engajamento e erudição, este ensaio a espinha dorsal da produção histórico-etnográfica de José Veríssimo, possibilitando a publicação em outros espaços editoriais no interior e fora do Pará. Mas, principalmente, por ter exercido o papel de *mediação cultural*, sendo utilizado e reconhecido como uma referência *autorizada* de conhecimento sobre a cultura e a sociedade amazônica.

O ensaio *As Populações Indígenas e Mestiças na Amazônia* era a parte introdutória do livro de contos *Scenas da Vida Amazonica*, publicado em Lisboa, pela Tavares Cardoso &

---

[111] "Com quanto a perfectibilidade humana seja um dogma que aceitamos e proclamamos, não cremos que a barbaria de seculos, a barbaria tradicional possa ser substituida pela civilisação, em um dia, em um anno, em annos mesmo e longos até, nem pelo missionário, nem pelo interprete, nem pela colonia militar" (VERÍSSIMO, 1886, p. 92). E de maneira mais contundente, criticava abertamente a ação dos padres e a religião do Estado: "A religião do Estado – si acha-se capaz de similhante empreza – representada pelos seus parochos, cabia reagir fortemente contra todos esses vicios que minam tão terrivelmente a sociedade sertaneja das duas provincias, e tractar, pelos meios de que naturalmente deve dispor, de levantar-lhe a moralidade. Mas a religião do Estado, no doce conforto do salario que lhe elle paga pontualmente, quando muito faz barulho nas capitaes, e não se lhe dá de se ir incommodar pelos inhospitos sertões, onde os raros parochos, pelo maior parte dignos do céo budhico, por uma bestificação preexcelente, fazem como os demais, sinão peior: concubinam-se-lhes com as mulheres, escravisam-lhes os filhos, roubam-lhes o trabalho, e em vez de se levantarem, como quiçá lhes cumpria, contra a influencia deleteria deste meio social, são muitíssimas vezes os primeiros a lisonjear-lhes os defeitos" (VERÍSSIMO, 1886, p. 80).

[112] Sobre o pensamento etnográfico de Couto de Magalhães, consultar: HENRIQUE, 2003; TURIN, 2012.

[113] "A condenação dos processos de catechese e civilisação dos selvagens do sr. Couto de Magalhães achamos n'estas suas palavras: '... o indio catechisado é um homem degradado, sem costumes originaes, indifferente a tudo, e portanto á sua mulher e quasi que á sua familia'. E mais adiante: 'A prostituição, que se nota em tão alta escala nas aldêas fundadas por nós, é a consequencia forçosa do aldeamento, o qual, trazendo a vida sedentaria a homens que não tem as artes necessarias para viver n'ella, sujeita-os á cultura da terra para um alimento inferior para elles, ao que com menor trabalho conseguiriam na caça e na pesca, emquanto pudessem livremente entregar-se a ellas na vida semi-nomada a que estão habituados. D'ahi o desgosto, a preguiça, a ociosidade que forçosamente corrompem tudo e criam a prostituição, a embriaguez e outros vicios". Mais adiante ainda accrescenta: "Cada tribu que nós aldêamos é uma tribu que degradamos, e que por fim destruímos com as melhores intenções e gastando nosso dinheiro" (VERÍSSIMO, 1886, p. 92).

Irmão, em 1886. No prefácio, Veríssimo reclama das dificuldades do processo de publicação vivenciadas pelo escritor brasileiro, praguejando ser um *obscuro escritor de província*, tendo que apelar a editores estrangeiros para ver suas obras publicadas, cujos originais minguavam guardados a cinco anos na gaveta:

> Custa-me, que nem uma tarefa enfadonha, escrever estas poucas linhas como preambulo a este livro feito ha cinco annos, refeito, de novo abandonado, outra vez lido e corrigido, entre o desalento de o vêr sem esperanças de publicação, o arrefecimento do primeiro enthusiasmo por elle, as apprehensões sempre crescentes sobre o seu valor, e, como remate a estes sentimentos desencontrados, a desanimadora certeza das tristissimas condições do escriptor n'este paiz, muito principalmente de um *obscuro escriptor de provincia*!
> Hoje que, parece, vae elle sempre á luz, sob os auspícios de editores estrangeiros, falta-me disposição para pôr-lhe a modo de proemio algumas explicações porventura necessarias – e, quem sabe? talvez inuteis – quaesquer observações, como amam os auctores, com o fim de solicitar a attenção e a benevolencia dos leitores ou fazer-lhes perceber – o que é uma duvida tacita da sua intelligencia – qual foi o seu fim e qual o espirito em que o realisaram (VERÍSSIMO, 1886, p. 8 – grifo meu).

O *Scenas* é pautado na estética naturalista; seus contos e esbocetos realizaram uma leitura literária dos conhecimentos históricos e etnográficos do ensaio introdutório, por meio do qual Veríssimo também empreendia no campo da ficção uma investigação imaginativa do sertão amazônico: a rigor, ficcional e imaginativa cuja descrição e narração potencializavam a observação dos fatos sociais e culturais registrados pela etnografia.

Os contos e esbocetos foram escritos pela pena ficcional do etnógrafo: é importante ressaltar que a discussão sobre a "linguagem" dos tapuios, no ensaio introdutório, era acompanhada de uma espécie de glossário de "Palavras de Origem Tupi-Guarani Usadas pela Gente Amazonica e em Pratica Corrente na Região". Considerado uma das primeiras manifestações do naturalismo literário na Amazônia, ao lado dos livros de Inglês de Sousa e os escritos de Marques de Carvalho, *Scenas da Vida Amazonica* foi o único livro de ficção escrito por José Veríssimo[114].

Do ponto de vista do reconhecimento pelos pares contemporâneos no Pará, o conto "O Crime do Tapuio" foi republicado em 17 de abril de 1887 pelo jornal literário *A Arena*, dirigido por Marques de Carvalho. Conforme Maurel Ferreira Barbosa (2013), o conto foi à estampa no primeiro número, com a seguinte apresentação, provavelmente escrita por Marques de Carvalho:

[114] A respeito do lugar da literatura regionalista na formação da literatura brasileira, consultar: CANDIDO, 2000; SANTINI, 2011.

> O *crime do tapuio* – um apreciavel conto inédito de nosso *illustrado* colaborador José Verissimo – há de agradar *immensamente* a todos, pelo brilhante *estylo desprentencioso* com que é traçado, e pela grande e palpitante corrente de vida que percorre-lhe o entrecho, *collocando* de pé todos os seus personagens. Obra de um *intelligente conteur* que timbra em escrever n'uma linguagem simples e popular, seguindo, assim, os *dictames* d'um *louvavel* naturalismo sem pretensão (sic) de armar ao *effeito*, *O Crime do Tapuio* faz parte d'uma importante obra de estudos amazônicos e de crítica que José Veríssimo tem *actualmente* nos *prélos* da casa editora dos srs. Tavares Cardoso & Irmão, de Lisbôa, e que deve *apparecer* a lume por todo o *mez* de maio vindouro (BARBOSA, 2013, p. 121).

Outro momento de reconhecimento da competência intelectual de José Veríssimo foram as citações realizadas por Nina Rodrigues, em 1894, no seu estudo *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, especialmente no capítulo 4, "Brasil Anthropologico e Ethnico". Essa apropriação, ao considerar Veríssimo um profundo conhecedor da sociedade e cultura amazônica, vai transformar Nina Rodrigues no percurso de duas imagens – infelizmente atuais – sobre a Amazônia: a) um grande vazio demográfico, embora considerada a população indígena existente, seria rarefeita diante do contexto nacional; b) a "terra de índio", habitando as "solidões do sertão amazônico", ou de mestiços degradados, vivendo nas cidades e vilas, resultando disso, o pouco interesse na presença africana na Amazônia – "A razão disto está tanto no discurso hegemônico propalado por José Veríssimo, como pelas longas transcrições seguidas do mais contundente beneplácito científico feito, àquela obra [As populações indígenas e mestiças da Amazônia], por Nina Rodrigues" (FIGUEIREDO, 2008, p. 124).

Segundo Aldrin Figueiredo (2008), devido a essa apropriação da sua produção histórico-etnográfica, "José Veríssimo é, no final do século XIX, uma espécie de porta-voz da Amazônia" (FIGUEIREDO, 2008, p. 111). Por sua vez, José Maia Bezerra Neto (1998) aponta que o pensamento social e etnográfico de José Veríssimo, por ser representante da *geração 1870* no Pará, é a incorporação das principais teses do *racismo científico* em particular – no caso, o *evolucionismo cultural* – e das vertentes do *cientificismo* em geral, como o *positivismo* e o *naturalismo*.

Corroborando com Figueiredo e Bezerra Neto, diante da discussão realizada até aqui, considero que os ensaios, artigos, prefácios e conferências de José Veríssimo foram articulados conforme os pressupostos da *política científica*; isto é, a argumentação científica era apropriada para a contestação da sociedade e das instituições imperiais, cujos desdobramentos na província estavam associados à secularização das instituições do Estado (crítica a aliança Estado e Igreja) e à *reforma dos costumes* da população livre e pobre (agricultura *versus* extrativismo; trabalho sedentário *versus* trabalho nômade). À medida que

estas *armas da crítica* política foram publicadas em revistas, puderam atingir públicos mais amplos fora da província, transformando-se em instrumentos de *circulação* e convertendo-se em *conhecimento crítico* sobre a sociedade e a cultura amazônica: José Veríssimo, *mediador cultural* da Amazônica.

Este *lugar* de *mediador* fica mais evidente em duas publicações e uma correspondência. Em 1881, na *Revista Brazileira*, do estudo "A Religião dos Tupi-Guaranis"; e na *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, do ensaio "As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia", em 1887. Ambas foram intermediadas por Franklin Távora, com quem José Veríssimo manteve laços de amizade por meio de uma correspondência que transcorreu a década de 1880 e levou-o a ser considerado um expoente da *Literatura do Norte* nas páginas da revista argentina *Nueva Revista de Buenos Aires* e agraciado como sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

3.3.2 *Revista Brazileira* e Franklin Távora: o projeto da *Literatura do Norte*

O primeiro contato, por correspondência[115], entre Franklin Távora e José Veríssimo ocorreu em 11 novembro de 1880. Távora havia lido o discurso de Veríssimo no Congresso Literário Internacional, proferido dia 24 de setembro de 1880 e publicado no *Jornal do Commercio* em 9 de novembro do mesmo ano. Nesse discurso, Veríssimo, além de defender os escritores brasileiros, acusados de conivência com a pirataria literária, apontava que a literatura brasileira estava em *construção*, abandonando, àquela altura, o indianismo romântico ao pautar-se na abordagem da natureza tropical e da mestiçagem como demarcadores da nacionalidade brasileira.

Franklin Távora e o seu *O Cabeleira* eram apontados como representantes destas *idéas modernas* na renovação da literatura brasileira. A argumentação do discurso já estava presente no estudo "A Litteratura Brazileira – sua formação e destino (relance)", compondo o *Primeiras Paginas*, de 1878, no qual a mestiçagem despontava como dimensão inovadora na análise da literatura brasileira e da cultura e sociedade amazônica.

Por esse reconhecimento, Távora julgou encontrar em Veríssimo um importante aliado para o seu projeto de uma *Literatura do Norte*. Por um lado, congratulava Veríssimo pelo discurso no congresso:

[115] Infelizmente, está apenas disponível a correspondência ativa de José Veríssimo para Franklin Távora no arquivo dos Acadêmicos, no acervo particular de José Veríssimo, da Academia Brasileira de Letras, organizado no prédio da Biblioteca Rodolfo Garcia.

> Tive a satisfação de ler no Jornal do Commercio (desta Côrte), de 9 do mês corrente, o discurso que V. S.ª proferiu a 24 de setembro ultimo no Congresso Literario de Lisboa por ocasião de se tratar da propriedade litteraria.
> Foi V. S.ª tão justo e tão verdadeiro nas ideas e nas noticias que expendeu sôbre as cousas literárias do Brasil, que tenho por homenagem devida ao merecimento e ao patriotismo em dar-lhe-ei os parabéns; e, valendo-me da ocasião agradecer-lhe ter-se lembrado do *meu nome* para dar testemunho da existencia de uma litteratura brazileira desprendida do indianismo, filha legitima dos sentimentos e costumes dominantes no Brasil depois de realisado o *cruzamento das tres raças* concorrentes na formação do brasileiro atual (Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, 11 de novembro de 1880 – grifos em sublinhado do autor e grifos em itálico meu)

Iniciava-se aqui a correspondência entre Távora e Veríssimo marcada pelo intercâmbio de assuntos públicos e particulares, de pretensões literárias, impressões de leitura, fracassos editoriais e fatos da vida familiar. Sobretudo, as tentativas frustradas de publicação, já expostas por Veríssimo no prefácio do *Scenas da Vida Amazonica*, e compartilhada por Távora na mesma carta:

> Tenho-lhe roubado muito tempo; mas ainda direi, para completar esta ordem de idéas, que o meu Lourenço, conclusão do Matuto, ha quase três anos dorme no pó da minha gaveta por não ter um editor, e eu ainda não me haver desembaraçado das despesas feitas com a publicação do Matuto. *Eis o que são as letras no Brasil* (Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, 11 de novembro de 1880 – grifos em sublinhado do autor e grifos em itálico meu)

Nas demais correspondências, Távora informava à Veríssimo do seu projeto de livro chamado *O Norte* – nunca realizado na totalidade –, nas quais ficou esboçado o seu projeto de uma *Literatura do Norte*. Em carta de 1 novembro de 1881, expunha o projeto literário:

> (...) prometi para breve a publicação do 1º tomo de uma obra intitulada O Norte, no qual examinarei especialmente a *tendencia* literária, diferente da do Sul, que apresentam várias produções nortistas inspiradas nos costumes, paixões, natureza fisica etc. de várias provincias do Norte.
> Esta divisão, que não é filha do meu arbítrio ou de vaidade, mas de observação e exame que se me afiguram verdadeiros, não agrada, por motivos que são óbvios, aos escritores do sul, em geral imitadores de literatura estrangeiras, e por isso mesmo fracos desde que se tratar de apurar as contribuições que mais fielmente representam o meio nacional (...).
> Plenamente convencido dessa divisão natural e tendo por mim a ciência moderna que assinala um papel importante ao meio físico, às origens históricas e a outros grandes factores, sustentarei com a energia de que sou capaz a literatura do Norte (...).
> Convém notar que por essa palavra [Norte] quero significar, não que exista uma literatura nortista formada, próspera, florescente; isto seria paradoxal, mas que existe uma *tendencia*, uma *feição vasta*, que não é o simples matiz provinciano; que existem espécimens inspiradas nesta feição; que o estímulo entre letras do Norte e do Sul é o único meio de aproveitarem os escritores do Sul as riquezas que deixam pelos produtos estrangeiros, e de formar-se no país, um rico patrimônio de producções originaes.
> Estará o colega de acôrdo com estas idéas? (Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, 1 de novembro de 1881 – grifos em sublinhado do autor, grifos em itálico meu)

Antes de analisar a resposta de Veríssimo, destaco que Franklin Távora já havia apresentado seu projeto literário no *prefácio-manifesto* de *O Cabeleira*, de 1876. Nessa introdução, escrita como carta endereçada a um amigo da Suíça, opunha copiosamente as diferenças entre as províncias do Norte e do Sul do império, observadas do aspecto físico ao político, do cultural ao racial. Assinalava, assim, que havia uma literatura consolidada no Sul[116], ao passo que no Norte despontavam muitas potencialidades[117]:

> (...) os escriptores do norte (...) [têm] o dever de levantar ainda com luta e esforço os nobres fóros dessa *grande região*, exhumar seus typos legendários, fazer conhecidos seus costumes, suas lendas, sua poesia máscula, nova, vivida. (TÁVORA, 1876, p. 13 – grifo meu)

Por essa "grande região", bem compreendido, era extensivo do Pernambuco, do qual *O Cabelleira* pretendia ser um estudo histórico-literário, ao "Pará e Amazonas, que não me são de todo desconhecidas; Ceará, torrão do meu nascimento; todo o norte emfim" (TÁVORA, 1876, p. 6). No final da introdução, às prováveis acusações de seperatismo, deixava uma advertência:

> Não vai nisto, meu amigo, um baixo sentimento de rivalidade que não aninho em meu coração brazileiro. Proclamo uma verdade irrecusavel. Norte e sul são irmãos, mas são dous. Cada um ha de ter uma litteratura sua, porque genio de um não se confunde com o do outro. Cada um tem suas aspirações, seus interesses, e ha de ter, si já não tem sua *politica* (TÁVORA, 1876, p. 13-14 – grifo meu).

Para compreender a resposta de Veríssimo, é fundamental considerar esse contexto político de contestação estético-literária da *geração 1870*. Digo isso, pois, Claudio Aguiar (2005, p. 355-57) na exposição desta correspondência, trocada em 1881, utiliza para ilustrar a posição de José Veríssimo sobre o projeto de Franklin Távora uma crítica – "Franklin Távora

---

[116] "No romance, porém, já não é assim. O sul campeã sem émulo nesta arena, onde têm colhido notaveis louros: Macedo, o observador gracioso dos costumes da cidade; Bernardo Guimarães, o desenhista fiel dos usos rústicos; Machado de Assis, cultor estudioso do gênero que foi vasto campo de glorias para Balzac; Taunay que se particulariza pela fluência, e pelo faceto da narrativa; Almeidinha, que a todos este se avantajou na correcção dos desenhos, posto houvesse deixado um só quadro, um só painel, quadro brilhante, painel imenso, em que ha vida, graça, e colorido nativo. Estes talentos, além de outros que me não lembram de momento, não têm, ao menos agora, competidores no norte, onde aliás não ha falta de talentos de igual esphera" (TÁVORA, 1876, p. 13).

[117] "Esta pouquidade de architectos faz-se notar com especialidade no romance, gênero em que o norte, a meu ver, póde entretanto figurar com brilho e bizarria inexcedivel. Esta verdade dispensa demonstração. Quem não sabe que na historia conta elle J. F. Lisboa, Baena, Abreu e Lima, Vieira da Silva, Henriques Leal, Muniz Tavares, A. J. de Mello, Fernandes Gama, e muitos outros que podem bem competir com Varnhagem, Pereira da Silva, e Fernandes Pinheiro; que o primeiro philologo brazileiro, Sotero dos Reis, é nortista; que é nortista Gonçalves Dias, a mais poderosa e inspirada musa de nossa terra;; e que igualmente o são Tenreiro Aranha, Odorico Mendes, Franco de Sá, Almeida Braga, José Coriolano, Cruz de Cordeiro, Ferreira Barreto, Maciel Monteiro, Bandeira de Mello, Torres Bandeira, que valem bem Magalhães, A. de Azevedo, Varella, Porto Alegre, Casimiro de Abreu, Cardoso de Menezes, Texeira de Mello?" (TÁVORA, 1876, p. 12-13)

e a Literatura do Norte" – divulgada no *Jornal do Commercio*, a respeito da segunda edição do *O Cabeleira*, publicado pela editora Garnier, em 1902 (VERÍSSIMO, 1977, p. 73-78).

Nessa crítica, quem responde não é o José Veríssimo, *mosqueteiro intelectual* (SEVCENKO, 2003) da *geração 1870*, fundador da *Revista Amazonica*, e sim, o "Sr. Critico", já vivendo os dissabores da primeira década republicana, bastante avesso à crítica naturalista e observando esse projeto, em retrospectiva, como uma "ilusão de bairrista e de romântico". É, no mínimo, extemporâneo, para não dizer anacrônico, relacionar sem as devidas ressalvas uma carta de 1881 e um texto de crítica de 1902.

A rigor, não há correspondência ativa de José Veríssimo com o seu posicionamento escrito; mas é possível inferir que ele tenha respondido, em uma missiva de 7 de dezembro de 1881, em razão da referência realizada por Franklin Távora em carta de 8 de janeiro de 1882: "Devo grande satisfação a sua carta de 7 do mês p. [próximo] findo, na qual se manifesta sobre as minhas idéas em literatura com uma franqueza e precisão que tenho por muito dignas". Por isto, é possível crer na afinidade do autor de *Scenas da Vida Amazonica*, signatário da literatura naturalista formadora da nacionalidade observada do ponto de vista regional, com a *Literatura do Norte* de Franklin Távora. Porém, se havia simpatia de Veríssimo ao projeto de Távora, também devia haver críticas e ponderações *francas* e *precisas*. Há, portanto, indícios de uma adesão crítica do escritor paraense ao projeto literário do amigo cearense.

Continua Távora na carta de 8 de janeiro:

> Em presença da sua aludida manifestação, sou levado a concluir que estamos quasi de pleno acordo no modo de entendermos as letras, ou se trate do romance naturalista ou experimental, ou se trate da literatura do Norte que eu não tenho por fundada mas julgo virá a fundar-se (Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, 8 de janeiro de 1882 – grifo em sublinhado do autor)

Nessa mesma carta, trocaram também algumas impressões de leitura sobre literatura francesa e Franklin Távora comentou o recebimento do folheto dedicado a Émile Littré, escrito por Veríssimo:

> As minhas idéas sôbre o romance atual resumem-se em pouco; banimento da retórica, descrições naturais; cenas decentes; principios de utilidade prática e social.
> Não tenho grandes leituras de *Balzac* nem de *Zola*; mas sinto que estes dois analistas do coração e da vida humana são os que devem servir de guias feitas as restrições que o meu ideal artístico exige. Por isso agradeço ao colega, como já agradeci ao Rangel de S. Paio o terem-me aconselhado estudo dêles.
> Com sua carta de [ilegível] posterior áquela, recebi o folheto que dedicou ao estudo de Em. [Émile] Littré.
> Muito me agradou a leitura desse folheto pelo estilo em que está escrito, pelas suas reflexões, e pelas notícias sobre o biografado.

> A ser-se *positivista*, deve-se pertencer ao grupo Littreísta, cuja filosofia é sã, natural e congruente.
> Apreciei tambem muito o *ensino* que deu a Boa Nova, que conquanto se diga nova, não passa de muito velha.
> Eu não sou verdadeiramente positivista; mas tudo me diz que para lá me encaminho; e folgo de ver que o colega é o *primeiro a promover* aí o desenvolvimento da filosofia positiva, segundo Littré.
> Beijo-lhe as mãos pela oferta, e aguardo o seu prometido escrito para a Revista (Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, 8 de janeiro de 1882 – grifo em sublinhado do autor e grifos em itálico meu)

Entre ser ou não ser positivista, Távora reconhecia o valor da propaganda realizada por Veríssimo, pois, aos olhos do amigo, era o *primeiro a promover* a filosofia positiva no Pará, cujo grande mérito era ensinar *novas ideias* à velha *Boa nova.* Ao lado da cultura filosófica francesa, estava também a cultura literária francesa, uma vez que ambas davam o tom da *atualização* cultural e intelectual desde o final da década de 1870, na oposição entre a literatura romântica e a literatura naturalista. Ao assumir-se um escritor naturalista, embora seja cônscio das leituras por fazer, Távora se posicionava diante desta oposição, em favor dos "dois analistas do coração e da alma humana": Veríssimo, por indicar a leitura dos dois analistas, já estava posicionado.

Após a apresentação e adesão ao projeto literário, somadas a reciprocidades políticas e literárias, era natural o convite para publicar na *Revista Brazileira*. Aliás, nas últimas linhas da carta de 11 de novembro de 1880, Távora anuncia que enviara alguns exemplares da *Revista Brazileira* com o duplo objetivo de fazer o projeto editorial conhecido dos jovens escritores do Norte – quer dizer, para as bandas do Extremo Norte, a Amazônia – e incentivar José Veríssimo a colaborar para o periódico.

A primeira fase da *Revista Brazileira* ocorreu em 1857, por iniciativa de Cândido Batista de Oliveira (1801-1865), brasileiro formado em Coimbra, catedrático da Academia militar e também diplomata e político. Naquele momento, a publicação era dedicada mais a temas científicos do artísticos e literários, circulou até o terceiro tomo, em1860. O projeto de retomada da *Revista Brazileira* em 1879 surgiu nas conversas avulsas do expediente burocrático da Secretaria de Império do Largo do Rocio, dos amigos Balduíno Coelho, Cândido Rosa e Moreira Sampaio, cuja responsabilidade recaiu sobre Nicolau Midosi (1838-1889) e Franklin Távora (1842-1888) – eis o grupo fundador da segunda fase da *Revista Brazileira*.

Diferente da primeira fase, a ênfase editorial era mais artística e literária do que científica, embora publicasse colaborações de caráter histórico, geográfico, econômico, filosófico etc. Enquanto editor, Midosi encarregou Távora dos assuntos literários da

publicação, e assim, tornou-se este redator-chefe da revista. Para que o projeto caísse no gosto do público, era necessário rigor na seleção dos artigos, elegendo os nomes mais expressivos da vida intelectual de então, e a garantia de representatividade – já que se queria "brasileira" – de novos valores da Corte e das províncias. Por isso, adotou-se a estratégia de escrever *cartas circulares* divulgando e convidando colaboradores com produções já conhecidas na praça intelectual e boas promessas em início de carreira (AGUIAR, 2005, p. 355-57).

Cumpre dizer, de pronto, que o projeto editorial da *Revista Amazonica* de José Veríssimo foi largamente inspirado nessa organização da segunda fase da *Revista Brazileira*, com a redação chefiada por Franklin Távora. Ambas eram dedicadas ás letras, ás artes e ás ciências, com diagramação gráfica muito similar (fonte de capa), organização editorial semelhante (sumário, propaganda e publicações recebidas). A estratégia de divulgação e recrutamento de colaboradores, baseada no envio de *cartas circulares* com exemplar anexo, era igualmente compartilhada.

Esse foi o caso de Machado de Assis com a *Revista Amazonica.* José Veríssimo entrou em contato por correspondência, em 4 de março de 1883, solicitando que fosse colaborador e enviando um exemplar da revista, colocando em prática o protocolo de *cartas circulares*:

> Pará, 4 de março de 1883.
> Il*ustríssi*mo Ex*celentíssi*mo Sen*hor* Joaquim Maria Machado de Assis
> Com esta receberá V*ossa* Ex*celênci*a o primeiro n*úmer*o da *Revista Amazônica*,
> da qual sou Diretor.
> É uma tentativa, talvez utópica, mas, em todo o caso bem intencionada.
> Não sei se terá mais, ou, pelo menos, tanta vida como a *Brasileira*.
> Eu por mim o que posso prometer é que farei tudo para que viva.
> Mas eu só, e no meio de uma sociedade onde os cultores das letras não
> abundam, nada posso; e se não fosse confiar na proteção daqueles
> que, como V*ossa* Ex*celênci*a, conservam vivo o amor ao estudo, não a
> publicaria.
> É, pois, para pedir a sua valiosíssima colaboração que tenho a honra
> de escrever a V*ossa* Ex*celênci*a, de quem, há muito que
> Sou
> Admirador sincero
> José Veríssimo (Carta de José Veríssimo a Machado de Assis, 4 de março de 1883 – grifos do autor)

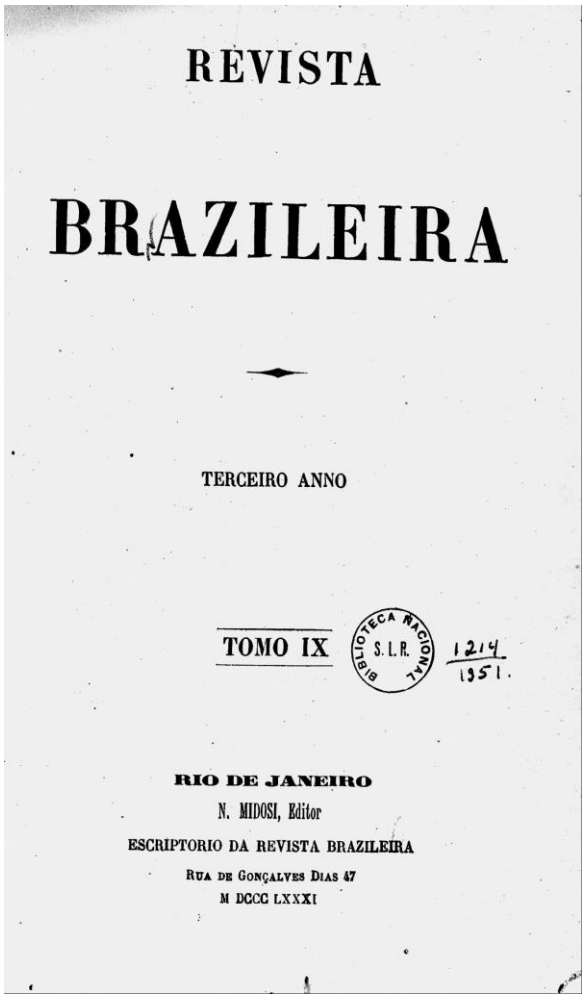
Machado de Assis agradeceu o convite, parabenizou a iniciativa e afirmou que assim que pudesse mandaria um artigo, em carta de 19 de abril de 1883:

> Rio de Janeiro, 19 de abril de 1883.
> Il*ustríssi*mo Ex*celentíssi*mo S*enhor* José Veríssimo.
> Recebi a carta de V*ossa* Ex*celênci*a e o 1.º número da *Revista Amazônica*.
> Na carta, manifesta o receio de que a tentativa não corresponda à intenção,
> e que a *Revista* não se possa fundar. Não importa; a simples tentativa
> é já uma honra para V*ossa* Ex*celência*, para os seus colaboradores e para a

> Província do Pará, que assim nos dá uma lição à Corte.
> Há alguns dias, escrevendo de um livro, e referindo-me à *Revista Brasileira*, tão malograda, disse esta verdade de La Palisse: "que não há revistas, sem um público de revistas". Tal é o caso do Brasil. Não temos ainda a massa de leitores necessária para essa espécie de publicações. A *Revista Trimestral* do Instituto Histórico vive por circunstâncias especiais, ainda assim irregularmente, e ignorada do grande público.
> Esta linguagem não é a mais própria para saudar o aparecimento de uma nova tentativa; mas sei que falo a um espírito prático, sabedor das dificuldades, e resoluto a vencê-las ou diminuí-las, ao menos. E realmente a *Revista Amazônica* pode fazer muito; acho-a bem feita e séria. Pela minha parte, desde que possa enviar-lhe alguma coisa, fá-lo-ei, agradecendo assim a fineza que me fez, convidando-me para seu colaborador.
> Sou com estima e consideração,
> Admirador e obr*igad*o confrade
> Machado de Assis (Carta de Machado de Assis a José Verissimo, 19 de abril de 1883 – grifos do autor).

Machado de Assis não publicou na *Revista Amazonica.* De todo modo, isto demonstra que modelos de editoração de revistas estavam circulando e projetos editoriais, científicos e políticos eram compartilhados, como é o caso, da amizade entre Franklin Távora e José Veríssimo.

Imagem 18 – Capa da *Revista Brazileira*



REVISTA

BRAZILEIRA

TERCEIRO ANNO

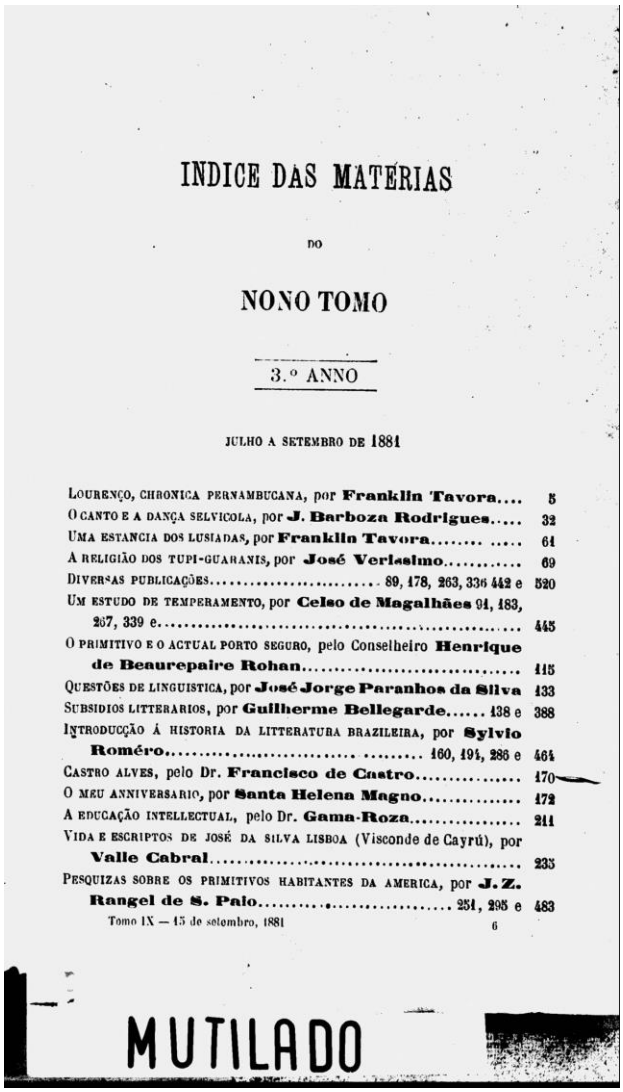
TOMO IX

BIBLIOTECA NACIONAL S.L.R. 1214 1951.

RIO DE JANEIRO
N. MIDOSI, Editor
ESCRIPTORIO DA REVISTA BRAZILEIRA
RUA DE GONÇALVES DIAS 47
M DCCC LXXXI

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Imagem 19 – Sumário da *Revista Brazileira*



INDICE DAS MATERIAS

DO

NONO TOMO

3.º ANNO

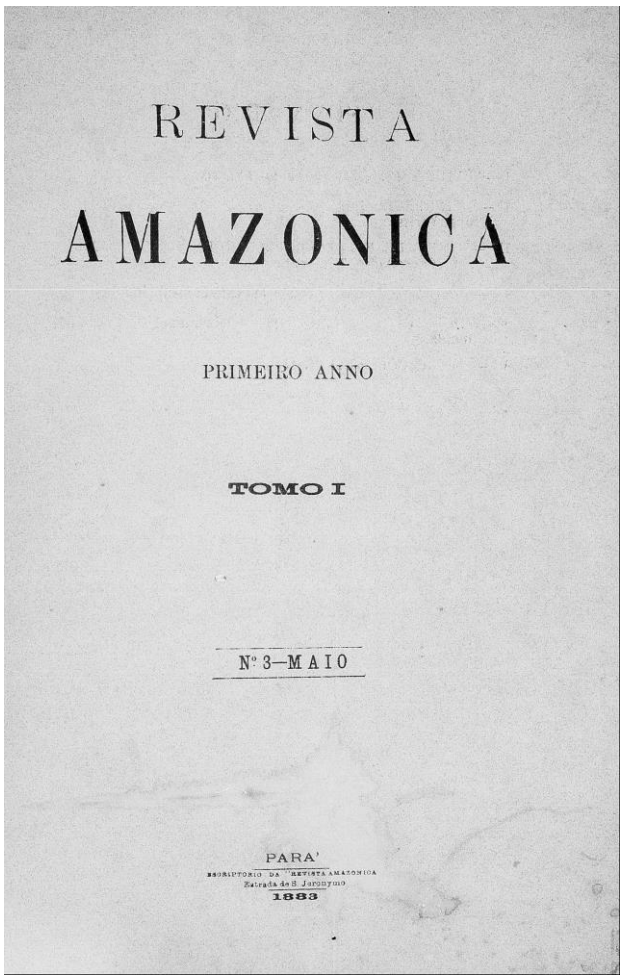
JULHO A SETEMBRO DE 1881

LOURENÇO, CHRONICA PERNAMBUCANA, por **Franklin Tavora**.... 5
O CANTO E A DANÇA SELVICOLA, por **J. Barboza Rodrigues**..... 32
UMA ESTANCIA DOS LUSIADAS, por **Franklin Tavora**..... 61
A RELIGIÃO DOS TUPI-GUARANIS, por **José Verissimo**..... 69
DIVERSAS PUBLICAÇÕES..... 89, 178, 263, 336 442 e 520
UM ESTUDO DE TEMPERAMENTO, por **Celso de Magalhães** 91, 183, 267, 339 e..... 445
O PRIMITIVO E O ACTUAL PORTO SEGURO, pelo Conselheiro **Henrique de Beaurepaire Rohan**..... 115
QUESTÕES DE LINGUISTICA, por **José Jorge Paranhos da Silva** 133
SUBSIDIOS LITTERARIOS, por **Guilherme Bellegarde**..... 138 e 388
INTRODUCÇÃO Á HISTORIA DA LITTERATURA BRAZILEIRA, por **Sylvio Roméro**..... ..... 160, 194, 286 e 464
CASTRO ALVES, pelo Dr. **Francisco de Castro**..... 170
O MEU ANNIVERSARIO, por **Santa Helena Magno**..... 172
A EDUCAÇÃO INTELLECTUAL, pelo Dr. **Gama-Roza**..... 211
VIDA E ESCRIPTOS DE JOSÉ DA SILVA LISBOA (Visconde de Cayrú), por **Valle Cabral**..... 235
PESQUIZAS SOBRE OS PRIMITIVOS HABITANTES DA AMERICA, por **J. Z. Rangel de S. Paio**..... 251, 295 e 483

MUTILADO

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Imagem 20 – Capa da *Revista Amazonica*


REVISTA

AMAZONICA

PRIMEIRO ANNO

TOMO I

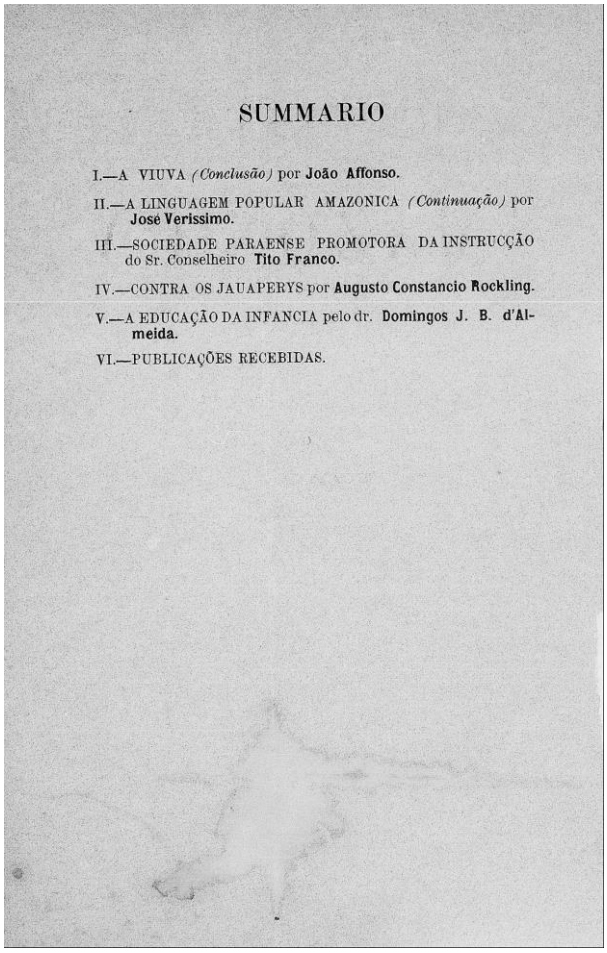
Nº 3—MAIO

PARÁ

1883

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Imagem 21 – Sumário da *Revista Amazonica*



SUMMARIO

I.—A VIUVA *(Conclusão)* por **João Affonso.**

II.—A LINGUAGEM POPULAR AMAZONICA *(Continuação)* por **José Verissimo.**

III.—SOCIEDADE PARAENSE PROMOTORA DA INSTRUCÇÃO do Sr. Conselheiro **Tito Franco.**

IV.—CONTRA OS JAUAPERYS por **Augusto Constancio Rockling.**

V.—A EDUCAÇÃO DA INFANCIA pelo dr. **Domingos J. B. d'Almeida.**

VI.—PUBLICAÇÕES RECEBIDAS.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Na carta de 19 de maio de 1881, Franklin Távora acusava recebimento da colaboração de José Veríssimo para a *Revista Brazileira* e já anunciava o projeto de escrever breves estudos sobre os escritores do Norte. Os esclarecimentos biográficos sobre Veríssimo

para compor estes estudos foram obtidos por meio de Rodrigues Barbosa. Por fim, afirmava ter notícia do *Primeiras Paginas*:

> Acuso recebimento do seu trabalho sobre a religião dos Tupis, o qual me eu grande satisfação.
> Sairá em qualquer dos próximos números da Revista, e fio que será muito nem recebido pelo público, e especialmente pelos nossos homens de letras a quem assuntos semelhantes oferecem particular interesse.
> Por intermédio do Sr. Rodrigues Barbosa recebi alguns esclarecimentos biográficos sobre o colega. Por ditos esclarecimentos aproveitar-me-ei quando houver de escrever o artigo que lhe destino na série de rápidos estudos que há muito intendo realizar sobre jovens escritores do Norte, aqui quase inteiramente desconhecidos.
> Infelizmente do colega não tenho nenhuma publicação, e somente por informações muito agradáveis no meu intento e a sua individualidade literária sei que tem publicada uma obra intitulada – Primeiras Paginas – de que farei aquisição, se houver, como presumo, nas livrarias desta Capital, exemplares á venda (Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, 19 de maio de 1881 – grifo em sublinhado do autor).

O ensaio *A Religião dos Tupi-Guaranis* foi publicado no terceiro ano, tomo nono, que abrangia julho a setembro de 1881. Esse projeto de escrever breves estudos sobre escritores do Norte, dentre os quais Veríssimo figurava como um insigne representante, foi publicado em 1882 e 1883 na *Nueva Revista de Buenos Aires*, sob o título *Escritores Del Norte Del Brasil*.

Em carta de 19 de julho de 1881, Távora agradece o envio do exemplar do *Primeiras Paginas* e com muita satisfação repercutia a leitura do ensaio de Veríssimo na Corte, sublinhando a importância da colaboração de escritores do Norte na *Revista Brazileira*:

> Agradeço a V. S. o brinde do seu livro Primeiras Páginas, do qual tratarei oportunamente.
> O seu artigo, publicado no fascículo da Revista, de 1 do mês corrente, produziu a melhor impressão na roda dos literatos.
> A Gazeta da Tarde, ordinariamente incontestavel, teceu-lhe justos elogios, dando-lhe as honras do primeiro daquele fascículo.
> Fiquei satisfeito com este acolhimento, devido aliás ao seu mérito e trabalho. Pouco a pouco a mentalidade do Norte vai ganhando, no primeiro plano das nossas letras, o lugar conspícuo que de ha muito lhe pertence.
> Espero que sempre que lhe fôr possivel venha ilustrar com seus trabalhos, que se caracterizam por uma feição local e nacional de irrepreensivel colorido, as paginas da Revista Brasileira, publicação que, si ainda não representa, ao menos se propõe representar a literatura brasileira independente e, quanto possível, viva (Carta de Frnaklin Távora a José Veríssimo, 19 de julho d 1881 – grifo em sublinhado do autor)

Franklin Távora comprovava com a clareza própria dos contemporâneos a dimensão *modernista* da produção intelectual de José Veríssimo, pois, ao acentuar o ganho de espaço da "mentalidade do Norte" e solicitar novas colaborações de Veríssimo, reconhecia nestes escritos "uma feição *local* e *nacional* de irrepreensível colorido": na obra esgrimida nas

trincheiras políticas da província, a identidade nacional era perscrutada por meio do sertão amazônico, na tensão entre *local* e *nacional* – eis o *modernismo amazônico*. Esse foi o único trabalho de Veríssimo publicado no periódico, pois a *Revista Brazileira* encerrou suas atividades no décimo tomo. Em carta escrita com pesarosa tinta de confissão, no dia 28 de janeiro de 1882, Távora agradecia o envio do conto "O Boto" para a revista, embora ela já não existisse, e continou informando sobre o projeto "escritores do Norte":

> Fica em meu poder o conto que me enviou como presente de festas para a Revista Brasileira, presente muito estimável sobre o qual me manifestarei adiante.
> A Revista já se não pública. Desde setembro no ano p. [próximo] findo tinha-me eu retirado da respectiva redação, realmente pesaroso em deixar em mãos pouco zelosas esse ente que eu ajudara, com estremos de que sou capaz, a dar os primeiros passos na escabrosa estrada das letras. Desgostei-me por uma perfídia, e retirei-me.
> Não costumo dar muita importância aos meus serviços, que na realidade muito pouco devem valer; mas quem conhece a Revista pode avaliar quanto trabalhei, sem faltar ás minhas ocupações na Secretaria do Império, no Instituto Histórico e em outros centros literários, pela aquisição da nomeada que a Revista chegou a ter dentro de pouco tempo do seu aparecimento.
> Eu previa que ela havia de durar pouco depois do meu afastamento. Não ha nisto orgulho nem vaidade, ha consciencia do trabalho. Eu escrevia artigos de crítica, lia tudo quanto se enviava para dar noticia nas "Diversas publicações", escrevia cartas, pedindo artigos, aos moços de talento do país, escrevia romances, enfim... Para que ir adiante? Desculpe-me este desabafo, e nem a mais ligeira sombra de exaltação propria veja em palavras que o descontentamento, a descrença, o enjôo me arrancam do íntimo da alma.
> O seu conto é muito bonito, pelas notícias etnográficas, pelas descrições da natureza, pela divisão na narrativa, pela naturalidade nas cenas, e especialmente pelo termino, que, conquanto perfeitamente natural, chega a modo de imprevistamente, e por isso nos põe no espirito uma interessante surpresa.
> Peço-lhe me permita não devolvê-lo já. Talvez possa conseguir a sua publicação em outro periódico ou jornal onde ele pareça dignamente, como merece.
> Além desta razão, tenho outra para retardar a devolução quero tratar dele nas paginas que destino ao colega no meu livro O Norte. Nestas páginas já me ocupei com os seus outros trabalhos (Primeiras Paginas, Gazeta do Norte, Religião dos Tupis-Guaranis, discurso no Congresso de Lisboa, Emilio Littré) Portanto devolvê-lo-ei pelo vapor de 10 do mês p. [próximo] vindouro, si antes disso não tiver achado para ele colocação condigna (...).
>
> P. S – Previno-lhe que no Norte não escrevo largas sobre os escritores que apresento, em número de 20 a 22. Não são biografias, mas rápidas apreciações pelo modelo dos estudos de ocasião das "Diversas publicações" da Revista; posto que algum tanto mais desenvolvidos. Se eu fôsse pôr estudos literários, dois tomos não chegariam. Além disso, o plano da obra não os admitiria. Dêsses 20 ou 22 escritores trato eu, vindo do Norte, por províncias, até Sergipe, em uma das dez secções em que se divide o livro. Deve portanto caber a cada escritor umas seis páginas, quando muito, em tipo mignon (tipo 8) no formato do Lourenço (Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, 28 de janeiro de 1882, grifos em sublinhado do autor)

Com o conto *O Boto* em mãos, Távora procurou publicá-lo em alguma revista da Corte, como havia prometido. Contudo, não logrou êxito. Em carta de 19 de fevereiro de 1882, devolvia o manuscrito, informando que cogitara a revista *Globo Ilustrado*, mas desistiu, "não porque não seja capaz, mas sim por ser insuficiente". Vejamos quais os motivos da

insuficiência: “O Globo tem 16 paginas, várias das quais tomadas com estampas e figurinos, alguns artiguinhos muito frívolos e fracos”, ou seja, “numa palavra: meter ali o seu escrito era condená-lo a levar todo o ano a sair aos bocadinhos, o que certamente não lhe poderia ser agradável nem conveniente” (Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, 19 de fevereiro de 1882 – grifo em sublinhado do autor). “O Boto” foi publicado na *Revista Amazonica*, em julho de 1883.

Em março de 1883, com o surgimento da *Revista Amazonica*, cujos agentes abrangiam a região amazônica – Pará e Amazonas – e capitais europeias – Lisboa e Paris –, Távora transformava-se pela camaradagem no mais destacado agente da revista no coração do Império, o Rio de Janeiro, como ficou registrado no convite feito por Veríssimo na carta de 27 de fevereiro de 1883:

> Agradeço-lhe tambem o convite para escrever na Revista do Amazonas [sic].
> Hei de mandar-lhe, talvez pelo vapor de 10 de março p. [próximo] vindouro, algum escrito para a indicada Revista, a cuja redação folgo de pertencer.
> Aqui, na Secretaria, já tenho um assinante para ela, o sr. Joaquim Rodrigues Carneiro, Oficial da minha Directoria. Pode portanto fazer a remessa oportunamente.
> De minha parte conte com tudo o quanto ver que está a meu alcance e em favor da sua publicação. A minha pena, os meus amigos, a colaboração destes, de tudo disponha.
> Pode mandar-me, por ora, 10 numeros que passarei. Este numero ha de aumentar (Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, de 27 de fevereiro de 1883 – grifos em sublinhado do autor).

Em 21 de abril de 1883, em meio aos preparativos para o concurso no Colégio Pedro II, pois concorria à cadeira de Corografia e História do Brasil, acusava recebimento dos exemplares da revista, assegurando já ter dois assinantes, os senhores Joaquim Borges Carneiro e Luís Honório Viana Souto, respectivamente, oficial e amanuense da Secretaria do Império, esperando completar as dez assinaturas. “Por ora nada posso fazer sobre a Revista Amazonica. Estou em vesperas de um concurso muito disputado, e que tem atraindo muito a atenção do publico. Imagine como ando”. Mesmo assim, matinha o seu apoio ao projeto do amigo: “Logo, porém, que passe esta crise, tomarei a peito a causa da sua Revista” (Carta de Franklin Távora a José Verissimo, 21 de abril de 1883 – grifo em sublinhado do autor). Pelos reveses da vida e o acúmulo de trabalho, a exemplo de Machado de Assis, Franklin Távora também não publicou nenhuma colaboração na *Revista Amazonica*.

Findo o projeto editorial da *Revista Brazileira*, Franklin Távora dedicou-se a outros dois projetos: fazer *circular* os “escritores do Norte” na *Nueva Revista de Buenos Aires* e ser redator-chefe da *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* (RTIHGB). Em 20 de maio de 1880, Távora assinava o pedido de ingresso no IHGB, constando em anexo, o ensaio histórico *Os Patriotas de 1817*. Durante os oito anos que foi sócio da

instituição, passou seis como orador oficial (1881-1887). Desde o fechamento da *Revista Brazileira*, em 1881, Távora nunca mais se envolveu em qualquer empreendimento editorial, apenas sendo agente informal da *Revista Amazonica* na Secretaria do Império.

Em 1887, era investido dos cargos de Primeiro Secretário e Diretor da revista do instituto. Conforme Claudio Aguiar (2005, p. 397-398), imprimiu uma nova política editorial na revista, cujos pressupostos estavam largamente pautados na experiência da *Revista Brazileira*: a diversificação e ilustração dos temas e assuntos; e a larga divulgação da revista, ao abrir espaço para novos colaboradores de diferentes províncias do Império, de dentro e fora do Brasil. Eis a porta da entrada de José Veríssimo no IHGB. Em 10 de maio de 1887, recebia o convite de Távora para colaborar na Revista Trimestral e lançar candidatura de sócio-correspondente. Para Aguiar, essa política editorial e o convite a Veríssimo significavam os primeiros passos para a grande festa de jubileu da instituição: 21 de outubro de 1888, 50 anos de existência do IHGB. Assim foi feito o convite pelo amigo Távora, um chamado à renovação:

> Meu caro amigo Sr. José Verissimo:
> Remeto-lhe com esta carta um exemplar da Revista Trimestral do Instituto Histórico.
> Por ela ha de ver que procura a nova comissão de redação, afastando-se da rotina, dar nova direção a tão benemérita instituição que tem prestado relevantissimos serviços á nossa historia – é verdade, mas bem pode prestar ainda maiores si acomodar ao progresso das ciencias modernas.
> Temos em mente inocular sangue novo nas veias deste corpo que com semelhante reforço muita vida e robustez ha de ganhar.
> Eu não podia esquecer o colega, tratando-se de letras, historia, etnografia, linguística etc. (Carta de Franklin Távora a a José Veríssimo, de 10 de maio de 1887 – grifo sublinhado do autor)

Esse chamado de renovação não se limitava à colaborar na revista, pois estendia-se em convidar José Veríssimo a lançar candidatura de sócio-correspondente; para Távora, Veríssimo preenchia todos os requisitos de erudição e ilustração, e indicava os protocolos de ingresso, assegurando que tinha o seu apoio para a candidatura:

> Si faz do Instituto o juizo que os homens sensatos do pais e notabilissimas ilustrações estrangeiras lhe votam, isto é, si entende que com sua entrada no seio de tão util associação não terá diminuidos os seus méritos pessoais enfim si quer pertencer ao Instituto, mande-me algum trabalho historico, geográfico ou etnográfico que tenha ainda inédito, ou no caso de os não ter, algum dos seus livros, que, servindo-me dêles para titulo de admissão, terei a satisfação de o propôr em uma das primeiras sessões.
> Os livros ou o manuscrito devem vir acompanhados de carta sua em que declare que os apresenta como título para a sua admissão.
> Rogo-lhe o favor de me responder com brevidade (Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, 10 de maio de 1887)

José Veríssimo enviou o *Scenas da Vida Amazonica*, publicado em 1886. O ensaio introdutório deste livro, *As Populações Indigenas e Mestiças da Amazonia*, foi publicado da Revista Trimestral do IHGB, no tomo 50, de 1887. Em 7 de agosto de 1887, em carta, Távora acusava o recebimento do livro e informava sobre o encaminhamento dos trâmites de admissão, ao lado de demonstrações de amizade pelo escritor paraense:

> Meu caro amigo Sr. José Verissimo:
> Tenho presentes duas cartas suas, uma das quais veio acompanhada do seu bom livro Cenas da Vida Amazonica.
> A primeira parte deste livro, a saber, o estudo sobre as raças da Amazonia, mandei-a reproduzir na Revista do Instituto, 2º folheto, de que lhe remeto um exemplar por esta ocasião.
> Do mesmo estudo me aproveitei para servir de título de sua admissão como socio do Instituto.
> A proposta está com a Comissão de trabalhos historicos, e depois irá á Comissão de admissão de socios.
> Dentro de poucas sessões espero vê-lo pertencer á dita associação.
> Não estranhe que seja muito parco de letras nesta carta.
> Mal posso dispor de mim. Não tenho tempo nem para me coçar.
> Escreva-me, escreva-me sempre cartas bem compridas, minuciosas, francas, intimas, como a sua ultima. Agrada-me muito lê-las pela sinceridade que as repassa, quer nos prós quer nos contras qualquer que seja os assuntos delas.
> E continue a escrever para a imprensa a publicar bons livros.
> Meus respeitos a sua excelentissima familia.
> Abraça-o seu amigo Franklin Távora (Carta de Franklin Távora a José Verissimo, 7 de agosto de 1887 – grifos em sublinhado do autor)

Em 5 de dezembro de 1887, embora estivesse se recuperando de doença, informava sobre a admissão no IHGB, o dinheiro guardado de assinaturas da *Revista Amazonica* e o pedido para ser agente da revista *Semana* no Pará e no Amazonas:

> Meu caro amigo Sr. José Verissimo:
> Acabo de levantar-me de uma moléstia grave de que fui acometido em princípios de outubro ultimo.
> Durante a minha enfermidade foi o senhor aprovado unanimemente para o lugar de socio correspondente do Instituto.
> Por este vapor se lhe envia o respectivo diploma.
> O senhor tem de constituir-se o representante do Instituto aí. Rogo-lhe que se interesse por ele, não só remetendo-lhe escritos como o seu estudo sobre as raças da Amazonia, mas também buscando aumentar as relações literarias e sociais da referida Associação.
> Não é preciso remeter ao Tesoureiro a sua jóia (20$000).
> Há de lembrar-se que há mais de 3 anos tenho esta quantia em meu poder, importância das assinaturas da Revista Amazonica.
> Ao mesmo Tesoureiro, Desembargador Araripe, já disse que me mandasse receber de mim a dita jóia.
> Tomei a liberdade, autorizado pelas nossas relações de amizade, de dar o seu nome para colaborador e agente literario da Semana no Pará e Amazonas (Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, 6 de dezembro de 1887 – grifo em sublinhado do autor)

A última carta de Franklin Távora, conforme Claudio Aguiar (2005), era destinada à José Veríssimo. Em razão da doença, àquela que lhe provocaria a morte, pedia desculpas pela demora na resposta das cartas enviadas, nas quais o amigo lhe consultava sobre a necessidade de autorização para usar o título de Comendador – agraça concedida pelo Governo Português devido ao discurso no *Congresso Literário Internacional* em Lisboa. Encerrava Távora a missiva, em forma de *post-scripto*, insistindo na inclusão de José Veríssimo na publicação comemorativa do cinquentenário do IHGB, como representante da província do Pará:

> "Meu caro amigo Dr. José Verissimo:
> Estive muito doente. Por esta razão não respondi logo às 3 ou 4 cartas que teve a fineza de escrever-me e que tanto me agradaram.
> Relendo-as agora, vejo que lhe devia pronta resposta sobre a graça que mereceu do Governo de Portugal.
> Na Secretaria me informaram que não lhe é necessario requerer dispensa do prazo de tempo, e que em qualquer tempo lhe é permitido usar a Comenda, contanto que requeira a necessaria autorização.
> Por causa do meu estado de saude deixei o Gabinete do Presidente do Conselho onde me achava perfeitamente colocado.
> Digo-lhe para justificar-me da demora em lhe responder.
> Meus respeitos à excelentíssima familia. Seu amigo e colega Franklin Távora"
> .
> P. S – Não se esqueça de mandar qualquer trabalho original, ou qualquer inédito sobre essa Provincia para ser ingresso no livro sobre o quinquagenario do nosso Instituto.
> A idéa do jubileu é minha, e tenho o maior interesse em vê-la realizada tão completamente como merece.
> O Pará, segunda província do Brasil na ordem geográfica, não pode ficar sem representação histórica e etnográfica etc.
> O que houver de remeter, deverá estar aqui até 15 de setembro p. [próximo] vindouro.
> Rio, 5 de agosto de 1888 (Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, 5 de agosto de 1888)

Em 1889, José Veríssimo, cumprindo os protocolos de admissão na instituição, enviou uma carta à José Severiano da Fonseca, secretário à época, onde constava uma breve biografia com suas principais publicações e uma fotografia. Com a morte de Távora, não foi realizada a publicação comemorativa alusiva ao cinquentenário do IHGB. De todo modo, ficou o registro do projeto e o convite à José Veríssimo para compor, enquanto representante da província do Pará, aquela publicação comemorativa.

Assim, a *sociabilidade* entre José Veríssimo e Franklin Távora demonstra o papel de *mediação cultural* adquirido pela produção político-intelectual do escritor paraense para além dos limites da província do Pará. Por isso, chamamos a atenção para a vinculação direta entre os processos de *organização da cultura* e de *mediação cultural*. Essa vinculação é pautada na transformação da *prática político-cultural* em *conhecimento científico*: pois a própria dinâmica da *política científica* era converter o conhecimento científico em prática político-

intelectual, com a devida mediação da conjuntura política. Eram dimensões que se retroalimentavam: *organização* e *mediação* foram momentos distintos do processo cultural que ora esgrimia na política, ora formava na ciência.

O estudo *As Populações Indigenas e Mestiças na Amazonia* recebeu a redação final, por meio de ensaios-rascunhos publicados na *Revista Amazonica*, defendendo uma premissa básica no debate sobre a *reforma dos costumes* da população livre e pobre: não basta produzir borracha, é necessário valorizar nossa *força natural*, o *elemento mestiço*. Essa intervenção política transformou-se em *mediação cultural*, ao ser publicada na *Revista Brazileira – A Religião do Tupi-Guaranis* era um excerto da análise sobre crenças do *As Populações* – e na *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RTIHGB), conferindo à José Veríssimo o reconhecimento como referência intelectual nos estudos sobre a sociedade e cultura amazônica, ao mesmo tempo que era considerado um dos mais destacados representantes da *Literatura do Norte*.

Nesse particular, sob a denominação de *Escritor Del Norte Del Brasil*, a trajetória intelectual de José Veríssimo *circulou* nas páginas do periódico argentino *Nueva Revista de Buenos Aires*, organizado por Ernesto e Vicente Quesada, por meio das colaborações de Franklin Távora. Essa série de publicações no periódico argentino, entre 1882 e 1883, ocorreu no hiato editorial entre a *Revista Brazileira*, fechada em 1881, e a *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, cuja redação assumiu em 1887. Então, vamos observar a *Literatura do Norte* sendo divulgada como uma das manifestações da literatura brasileira para os círculos intelectuais da América Latina, representado pela Argentina.

3.3.3 *Nueva Revista de Buenos Aires* e Vicente e Ernesto Quesada: a circulação da *Literatura do Norte*

Havia questões literárias e culturais que aproximavam a intelectualidade latino-americana no final do século XIX, que, diante das transformações sociais e políticas dos processos de modernização que atingiram o continente a partir de 1870, desdobrados na circulação de capital e de cultura, estabeleceram-se *iniciativas editoriais* que buscavam a um só tempo unificar as identidades nacionais, por meio da tensão nacional e regional (provincial), e integrar a comunidade latino-americana, demarcando sua singularidade diante do "movimento ocidental" – leia-se, a Europa. Este projeto político-intelectual de unificação nacional e integração continental possibilitou a constituição de uma *rede de sociabilidade* cujas trocas e intercâmbios movimentaram a razão, o coração e as penas de José Veríssimo,

de Franklin Távora e de Vicente e Ernesto Quesada, por meio das páginas de seus respectivos periódicos: *Revista Amazonica, Revista Brazileira* e *Nueva Revista de Buenos Aires*[118].

Belém, Rio de Janeiro e Buenos Aires estavam articuladas por questões regionais, nacionais e internacionais, cujo *jogo de escalas* (REVEL, 1998) era agenciado pelas *redes de sociabilidade* e as suas *práticas político-intelectuais*: fundar revistas, criar redes de colaboradores e difundir publicações, pois produzir e circular conhecimento era uma forma de intervenção política na província, na capital, no continente. Como o próprio Veríssimo concebia, na introdução do *As populações* de 1886, a Amazônia e o Brasil integravam a unidade continental da América; nesta unidade, incluíam-se, Rio de Janeiro e Buenos Aires, formando a rede de colaboração com Franklin Távora e Vicente e Ernesto Quesada.

Conforme Paula da Silva Ramos (2016), a *Nueva Revista de Buenos Aires* (1881-1885) consistiu em um espaço editorial de interlocução da intelectualidade latino-americana, comandada por Vicente e Ernesto Quesada, cuja dimensão de *mediação* e *circulação cultural* conseguiu congregar uma rede de colaboradores preocupados com o lugar da cultura latino-americana no contexto internacional, a partir da cultura nacional argentina. Os editores da revista, empenhados em uma "missão patriótica", estavam comprometidos com setores da classe média argentina apreensivos com o processo de modernização, encaminhado pela imigração em massa. Também se empenhavam na construção da nacionalidade baseado nas manifestações da cultura erudita argentina, criando uma coesão na identidade nacional argentina, bem como sua projeção na cultura latino-americana.

Essas questões ficaram expostas no programa da revista. Por um lado, os editores buscavam delimitar uma cultura literária, científica e artística que fosse representativa de

[118] Se José Veríssimo já esboçava seus primeiros contatos com intelectuais latino-americanos em idos de 1880, no contexto de produção no Pará (1877-1891), este intercâmbio foi intensificado após a mudança para o Rio de Janeiro (1892-1916), a partir de 1892, com as críticas folhetinescas nos jornais cariocas. Imbuído de ideias pan-americanos, largamente compartilhados por outros intelectuais do seu tempo, como Joaquim Nabuco, e o projeto de fortalecimento de uma comunidade latino-americana de escritores, José Veríssimo fazia circular nos circuitos intelectuais brasileiros – sobretudo carioca – os últimos lançamentos de escritores latino-americanos. Estes escritos foram reunidos – ao lado de escritores europeus e estadunidenses – nas três séries do *Homens e Cousas Estrangeiras*: primeira série (1899-1900), de 1902; segunda série (1901-1902), de 1905; terceira série (1905-1908) – todas edições publicadas pela Editora Garnier (BARBOSA, 1974; 2000; VERÍSSIMO, 2000). Derivado do *Homens e coisas estrangeiras*, João Alexandre Barbosa (1986) organizou uma antologia de textos de José Veríssimo dedidados a cultura latino-americana, intitulada *Cultura, Literatura e Política na América Latina*. Mais recentemente, no ímpeto de analisar a constituição de um pensamento latino-americano, uma historiografia tem sido construída com enfoque comparativo ao perscrutar a produção intelectual de José Veríssimo em par com a de intelectuais latino-americanos, ao mesmo tempo que seleciona em sua vasta obra tópicos de discussão latino-americana. Nesse sentido, há um frutífero campo de pesquisa sobre mundo intelectual hispano-americano e as entradas de José Veríssimo neste campo de pesquisa. A este respeito, ver: ARAÚJO; ARAÚJO, 2015; ARAÚJO, 2013; 2014; ARAÚJO, 2003; SOUSA, 2014; PRADO, 2001a; 2001b; 2005; PRADO; VILLAÇA, 2015; BEIRED; BARBOSA, 2010; BAGGIO, 1998; 2000.

todas as províncias argentinas. Isto ocorria porque a capital portenha ocupava um papel de destaque na cultura nacional, deixando no ostracismo cultural todo movimento intelectual produzido fora de Buenos Aires. Por outro lado, considerava fundamental a formação de uma identidade nacional argentina articulada à constituição de uma comunidade latino-americana. De acordo com Paula da Silva Ramos (2016), ambos os processos de coesão nacional e integração continental era uma forma de intervenção política, proveniente de uma dupla constatação de isolamentos e distanciamentos culturais: "Os diretores se mostravam preocupados com o *'isolamento cultural'* que persistia na Argentina e que distanciava Buenos Aires das províncias do interior, bem como o distanciamento em relação aos países latino-americanos" (RAMOS, 2016, p. 217 – grifo meu). Ainda segundo Paula Ramos:

> "a Argentina foi apresentada como catalisadora das inquietações latino-americanas. Buscava-se, assim, demonstrar aos leitores as similaridades das discussões intelectuais levadas a cabo pelo periódico platino e aquelas presentes nos demais países latino-americanos" (RAMOS, 2016, p. 228)

Tais inquietações e apreensões eram compartilhadas por Franklin Távora na direção da *Revista Brazileira.* O periódico brasileiro, sediado no Rio de Janeiro, em razão das próprias inclinações de Távora, tinha o projeto editorial dedicado às manifestações eruditas da cultura literária e artísticas brasileira. Por isso, buscava acolher colaborações de jovens talentos das províncias – sobretudo, as do Norte – cujos trabalhos e escritos não eram conhecidos na Corte do Império do Brasil. Isto ficou demonstrado, como vimos anteriormente, na repercussão do ensaio *A Religião dos Tupi-Guaranis* de José Veríssimo, publicado na revista em 1881.

Em carta à Veríssimo, Távora assegurava a boa impressão do artigo na roda de literatos, merecendo, inclusive, artigo elogioso no *Gazeta da Tarde*:

> Pouco a pouco a *mentalidade do Norte* vai ganhando, no primeiro plano das nossas letras, o lugar conspicuo que de ha muito lhe pertence"; com tais colaborações esperava que as páginas da *Revista Brazileira* "(...) se ainda não representa, ao menos se propõe representar a literatura brasileira independente e, quanto possível, viva (Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, 19 de julho de 1881 – grifo meu).

Mutatis mutandis, a *Revista Brazileira* compartilhava das mesmas inquietações da *Nueva Revista de Buenos Aires*: publicar e difundir toda a cultura literária e artística produzida nas províncias e que eram desconhecidas no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Assim, fica patente a razão política do diálogo entre Franklin Távora e Vicente e Ernesto Quesada, dado que o projeto literário de um *Literatura do Norte* guardava bastante afinidade com o programa do periódico argentino; se publicar o movimento intelectual produzido ao

largo de Buenos Aires era uma forma de coesão nacional, nada mais salutar para a integração latino-americana que divulgar as manifestações literárias desconhecidas no Rio de Janeiro.

Segundo Paula da Silva Ramos (2016), o primeiro artigo transcrito do periódico brasileiro na revista argentina, publicado em 1881, era assinado por Sílvio Romero, intitulado *Literatura Brasileira – sus relaciones com el "neo-realismo"* (NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, 1881, p. 483-507). As colaborações transcritas de outros países eram acompanhas de copiosas notas de rodapé, com a rubrica *Notas de la Direccion*, para situar o leitor argentino, ora sobre os propósitos da revista com a transcrição, ora sobre questões levantadas pelo texto transcrito. Como o artigo de Romero realizava um levantamento da literatura brasileira contemporânea, com escopo condizente com o programa da revista, uma copiosa nota foi inserida informando que a intenção era " (...) estrechar los lazos de confraternidad entre las naciones de América Latina, publicando estudios sobre la vida intelectual de sus distintos pueblos", consistindo em "(...) facilitar el conocimiento mutuo de sus literaturas y para que puedan ejercer recíprocamente la legítima influencia que les corresponde" (NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, 1881, p. 483)

Na mesma nota, depois de reconhecer no Brasil uma potência latino-americana e a importância da *Revista Brazileira* para o movimento intelectual do país vizinho, os editores incluíram uma referência ao discurso de José Veríssimo no *Congresso Literário Internacional*, realizado em Lisboa. Se Franklin Távora parabenizava Veríssimo pela abordagem das "cousas literárias do Brasil", ao testemunhar a existência de uma literatura em *construção* orientada pelas *idéas modernas*, os editores da revista argentina ressaltavam a parte do discurso relativa à questão da *propriedade literária* – a garantia de direitos autorais – e as suas implicações na relação entre autores e livreiros. De acordo com Paula da Silva Ramos, a questão da propriedade intelectual era um tema bastante relevante para os editores da *Nueva Revista de Buenos Aires*.

Neste ponto, os fios se atam. Observamos anteriormente, no prefácio do *Scenas* e na correspondência entre José Veríssimo e Franklin Távora, o registro das dificuldades de publicação e de viver de letras no Brasil, seja na província, seja na Corte. Tais vicissitudes no exercício do trabalho intelectual não estavam restritas à Belém e ao Rio de Janeiro, pois abrangiam, também, ao rio da Prata, à Buenos Aires. Ao dialogar com o discurso de Veríssimo, que relatava as dificuldades de publicação e remuneração dos escritores brasileiros e a conturbada relação com os editores, cuja condição de *homem de letras* em síntese era pagar para publicar, os escritores argentinos sublinhavam no texto da nota que a

marginalização do trabalho intelectual era condição comum da intelectualidade latino-americana:

> Un literato brasileiro, señor José Veríssimo, lo explicaba en el Congreso literario de Lisboa, adoléce en el Brasil del mismo defecto que en Rio de la Plata - con raras excepciones no hay editores, es decir, libreros que compren los manuscritos á los autores, ó aun que los impriman gratis. Los que tanto allí como aquí se adornan con el pomposo nombre de editores - repito que hay excepciones - son meros impresores, pues el autor paga de su proprio bolsillo el costo de su libro (...) Resulta de esto que la literatura es un verdadero lujo en las naciones latino-americanas, porque de su pluma no vive en estos países escritor alguno, si se exceptúa á los diaristas ó polemistas y panfletistas en materia política. El hecho es triste, pero es exacto (NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, 1881, p. 485)

A mobilização em prol da *profissionalização* do escritor foi demasiadamente dramática na década de 1880, embora viesse de décadas anteriores e mantenha-se profundamente contemporânea, pois era instigada pelo processo de modernização: de um lado, o crescente movimento de capital e de cultura transformando as sociedades latino-americanas; e, de outro, os escritores cada vez mais empenhando o seu trabalho no entendimento destes movimentos em termos de afirmação regional, coesão nacional e integração continental, cujo retorno era encarar diuturnamente o *fato triste e exato*: "porque de sua pluma no vive em estos países escritor alguno".

No prefácio do *Estudos Brazileiros – 1ª série*, de 1889, José Veríssimo sintetizou de maneira magistral o *fato triste e exato* do escritor brasileiro – escrito por um escritor amazônico, extensivo ao escritor latino-americano. Ao citar o exemplo da Alemanha, França e Inglaterra, "paizes de alta cultura e consoante vida intellectual", nos quais, os artigos de jornais e estudos de revistas são considerados largamente como "producção espiritual", procurava comparar com o Brasil, destacando-se de modo negativo: "(...) o nosso [país] onde *embryoraria vida intellectual não pode constituir profissão* ou ao menos aturado emprego, condições materiaes ao meu vêr indispensaveis aos trabalhos de folego" (VERÍSSIMO, 1889, p. VI – grifo meu). Acabava-se, por isso, cedendo lugar a "publicações de occasião", que, geralmente, por "innocente e desculpavel illusao", o autor "julga dignas de colligidas em livro" (VERÍSSIMO, 1889, p. VI). Este livro era fruto de colaborações realizadas em jornais, *O Liberal do Pará, Diário do Gram-Pará,* e em revistas, *Revista Brazileira* e *Revista Amazonica*.

Nesta *embryonaria vida intellectual,* ao se investigar as miudezas bio-bibliográficas dos "poucos d'esses livros entre nós publicados", sem contar a literatura apelidada de "amena ou didascalica", os seus autores foram "sujeitos abastados e dados ás lettras, ou por

funccionarios publicos bem remunerados pelo Estado ou que, emfim, se viram em condição privilegiada para fazel-o" (VERÍSSIMO, 1889, p. VI) – e citava de Visconde de Porto Seguro e Candido Mendes à Domingos Antonio Raiol e Couto de Magalhães. Assim, na condição de escritor "(...) não ha quem não direi possa d'ella exclusivamente viver mas siquer com ella ajudar a vida" (VERÍSSIMO, 1889, p. VI), ficando reservada a escrever nos jornais diários, e nos momentos de rara facilidade – "reparem que não digo felicidade" –, quando aparece alguém "publicando gratis a nossa prosa", consegue-se ter o livro em mãos, vem a sensação "de irmos fazer um máo negocio" (VERÍSSIMO, 1889, p. VII).

Sentenciava Veríssimo (1889) deste modo sobre o *fato triste e exato* do escritor brasileiro: "Tal é a condição material da nossa litteratura, e me persuado que hoje em dia a condição material de uma litteratura affecta profundamente o seu desenvolvimento e os seus productos" (VERÍSSIMO, 1889, p. VII). Dessa maneira, dialogava com os editores argentinos, "Resulta de esto que la literatura es un verdadero lujo en las naciones latino-americanas, porque de su pluma no vive en estos países escritor alguno, si se exceptúa á los diaristas ó polemistas y panfletistas en materia política". A *profissionalização do escritor* era pauta comum da intelectualidade latino-americana: a garantia da condição material do escritor, o que implicava, diretamente, no reconhecimento do seu trabalho pelo assalariamento que possibilitasse viver da *pluma* e suporte indispensável aos trabalhos de fôlego cujo destino final era a página dos livros.

Essa questão da publicação era tão importante, e por isso dramática, que, ao informar José Veríssimo sobre a sua colaboração na revista argentina, Franklin Távora iniciava assim a carta de 17 de agosto de 1882:

> Pela sua ultima carta, vejo que intenta mandar imprimir em Lisboa o seu livro. São realmente avultadas as despesas de impressão na Tipogr. Nacional, e por esta razão ainda não tratei da publicação do meu Norte, que está pronto para entrar em composição (Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, 17 de agosto de 1882 – grifo sublinhado do autor).

O livro de Veríssimo era o *Scenas da Vida Amazonica*, publicado por uma editora lisboeta, a Tavares Cardoso, apenas em 1886. Esse intervalo de quatro anos, de um livro pronto desde 1880, como atestava Veríssimo no prefácio, somado às informações de Távora, apenas demonstravam que, embora demorado, era mais barato publicar fora do Brasil. Deste modo, Távora continuava a carta, relatando o material remetido à revista, ao mesmo tempo em que apresentava os seus fundadores e enviava um exemplar:

> Si, porém, a sua impressão [a do Norte] em volume especial está por ora sem fundamento, uma das duas partes em que se divide o 1º tomo, isto é, a que trata dos escritores, está saindo em uma revista estrangeira, a Nueva Revista de Buenos Aires, para a qual estou colaborando por muitas instâncias dos respectivos fundadores os Drs. Vicente Quesada e Ernesto Quesada, escritores de reputação bem estabelecida.
> Já remeti para ali as rápidas biografias dos Srs. Inglês de Souza, Santa Helena Magno, Júlio César, e a sua. A ordem seguida é a geográfica. O primeiro dos indicados escritores representa a província do Amazonas, e os três ultimos o Pará.
> A Nueva Revista é colaborada pelos primeiros escritores da America Latina. É uma das melhores produções mensais no nosso continente. O Sr. Ernesto Quesada, com que me correspondo epistolarmente, é o tradutor dos meus escritos.
> Si o colega quiser que seja publicado em tão importante revista algum trabalho seu, mande-m'o o que terei muita satisfação em transmiti-lo ao Dr. Quesada.
> Já fiz ver a este a conveniencia de remeter para o Pará a sua Revista, afim de ser aí conhecida.
> (...) Para o colega formar uma remota idéa da Nueva Revista, junto á presente a capa da mesma Revista (Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, 17 de agosto de 1882 – grifo sublinhado do autor).

Em 1883, Franklin Távora na troca de correspondência com José Veríssimo continuava atualizando o amigo paraense a respeito de suas colaborações na *Nueva Revista de Buenos Aires*, principalmente, sobre o seu perfil biográfico, que já estava nas mãos dos editores argentinos e seria publicado em ordem geográfica dos biografados, a começar pelo Amazonas. Em carta de 27 de fevereiro de 1883: "O seu rápido perfil que, ha 3 para 4 meses, está com o redator da Nueva Revista de Buenos Aires, deve sair no fasciculo de 1º de março proximo", uma vez que "Já estão publicados os dos Srs. Inglês de Souza, Santa Helena (pobre amigo!) e Júlio César" (Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, 27 de fevereiro de 1883 – grifo em sublinhado do autor), e, por fim, confirma haver comunicado aos editores da revista o seu interesse em assiná-la.

O envio de um exemplar da revista e o interesse em assiná-la, somados à publicação do perfil biográfico e o convite de colaboração, encaminharam as condições necessárias para o estabelecimento da interlocução entre José Veríssimo e Vicente e Ernesto Quesada, o intercâmbio entre Belém e Buenos Aires, a movimentação editorial entre *Revista Amazonica* e *Nueva Revista de Buenos Aires*. Em 21 de abril de 1883, a carta de Távora confirmava a publicação da biografia de Veríssimo no fascículo de abril e sondava sobre a conveniência de um agente da revista argentina na Amazônica:

> (...) O Dr. Ernesto Quesada pede-me encarecidamente lhe obtenha um agente aí. Será possivel? Por falta de agente aí, ou aqui, não seguiu a coleção que o colega pediu. Remeto-lhe a inclusa carta do Dr. Quesada, na qual se refere ao colega. Peço-lhe que m'a devolva, visto que contém a autorização para a impressão dos meus escritos sobre os literatos do Norte (Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, de 21 de abril de 1883).

Por meio da *Revista Amazonica*, José Veríssimo tornou-se agente literário e colaborou na *Nueva Revista de Buenos Aires*. Todavia, antes disso, vamos nos deter nas publicações de Franklin Távora na revista argentina, visto terem sido a porta de entrada editorial na rede de colaboradores da revista argentina. Segundo Claudio Aguiar (2005, p. 345 e 448), entre 1882 e 1883, Távora publicou os cinco primeiros capítulos do livro – como já visto, pronto e sem condições materiais para a publicação em livro – de crítica literária chamado *O Norte*.

Conforme o escopo deste estudo, seleciono o primeiro artigo, sob o título "La Literatura Brasileira – Escritores del Norte del Brasil", publicado em 1882, dividido em duas partes: a primeira consistia na exposição do programa da *Literatura do Norte*, entre as páginas 221 e 228; a segunda desenvolvia o perfil biográfico do primeiro escritor nortista, Luiz Dolzani, o pseudônimo de Inglês de Souza, nas páginas 228 e 239. "La série de estúdios críticos sobre los literatos del norte del Brasil que está publicando em doctor Franklin Tavora en la 'Nueva Revista', compreende: I Luis Dolzani; II Cárlos Hipólito de Santa Helena Magno; III Julio César Ribeiro de Souza" (NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, Ano III, Tomo VII, 1883, p. 27). Com essa nota, era introduzido o perfil biográfico IV, publicado em 1883: "José Verissimo".

O primeiro ensaio de Franklin Távora, de 1882, era precedido por uma nota dos editores apresentando o escritor brasileiro e a sua série de estudos ao "publico ilustrado de la República Argentina". Por um lado, sublinham que sua colaboração era diretamente do Rio de Janeiro: "La NUEVA REVISTA se honra publicando en sus páginas los notables estudios critico-literarios que el distinguido escritor brasileiro, doctor Franklin Tavora, está escribiendo en Rio de Janeiro expressamente para este periódico" (NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, Ano II, Tomo V, 1882, p. 221 – caixa alta do autor). Por outro lado, destacam que os perfis biográficos doravante publicados "estudiarán á los principales representantes de la literatura 'nortista' del Brasil, tan completamente distinta de la 'sudista' del mismo Imperio (NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, Ano II, Tomo V, 1882, p. 221)

Os editores argentinos traduzindo os originais, embora procurassem manter o estilo do português, reconheciam: "vienen escritos en português, á pesar del esmero que em traducirlos ha puesto esta Direccion, no ha podido evitar que se perda el perfume especial del original" (NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, Ano II, Tomo V, 1882, p. 223)

A colaboração de Franklin Távora era a concretização de um dos objetivos da própria revista para o contexto argentino: divulgar as manifestações literárias das províncias

argentinas desconhecidas em Buenos Aires, ao passo que o escritor brasileiro, escrevendo do Rio de Janeiro, tem condições de inventariar as manifestações literárias do norte do Brasil ignoradas na corte do Império, o Rio de Janeiro. Assim, um escritor brasileiro apresentando a literatura do norte do Brasil em um periódico argentino demostrava o esforço de integração latino-americana.

Isolamento e *integração* eram os filtros de leitura da apresentação da *Literatura do Norte* ao público argentino. Como já expus a argumentação que baliza o seu projeto literário, considero que dois excertos sejam representativos. Em primeiro lugar, no tocante ao *isolamento*:

> Mi objeto es tratar de los escritores nuevos y contemporâneos muchos de ellos desconocidos en la misma capital del Imperio, porqué son escritores de provincia y nunca vinieron á la Córte donde se consagra la confirmacion de las reputaciones que deben tener curso en el pais entero.
> Durante toda mi vida literaria no he cesado de protestar contra la injusticia, desde ó indiferencia con que la Córte suele tratar á las inteligencias formadas lejos de su influencia. Este desden asume algunas veces las proporciones de *um verdadero atentando contra la literatura nacional*, cuyo patrimônio en vez de ser aumentando, se vé de esa manera reducido y amenguado.
> Que el público de la Córte no conozca los hombres que en otras partes, por su talento, trabajo y dedicacion han conquistado nombre en las provincias, donde son justamente considerados, no es en realidade un hecho verderamente extraordinario, sinó que lo considero tan natural, que por óbvio seria ociosa toda demonstracion. Lo que es lamentable es que *los escritores de la Córte*, que deben conocer el movimento literario del país, guarden *calculado silencio* acerca de colegas cuyo renombre debieran ellos ser los primeiros en fomentar, pues gloria de unos y otros, que redunda em provecho comum y de la pátria.
> Ese hecho mas de una vez me ha sugerido protestas y causado indignacion, pero no solo ocurre en el Brasil, sinó tambiem en muchos países de acendrado patriotismo y adelantadísima civilizacion. Algunos pretenden justificarlo con *la ley de las distancias* ! Olajá que fuese esa la razon! Lo que yo veo en ello es una ley mas dura: – *la del egoismo de la metrópoli* (NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, Ano II, Tomo V, 1882, p. 222-223 – grifos meu).

O tom do artigo na revista é bem diferente do *prefácio-manifesto* do *O Cabelleira*, de 1876. Neste intervalo entre 1882 e 1876, ocorreu um evento capital, que acreditamos ser responsável por essa mudança de postura: o fechamento da *Revista Brazileira* em 1881. Como abordado anteriormente, isto ficou claro na carta de 28 de janeiro de 1882, na qual, com a escrita pesarosa e confessional, Távora expunha suas mágoas e o afastamento da redação devido a uma *perfídia*. Se a traição não foi explicitada na correspondência, porém a insatisfação com o encerramento da revista ficou registrado no ombro amigo de Veríssimo: ao incentivar a publicação dos jovens talentos das províncias, a revista representava a materialização da *Literatura do Norte* em política editorial, cujas páginas pretendiam ser ocupadas pela *literatura brasileira* – da Corte e das províncias.

À luz desses fatos é possível entender a mudança do acento *construtivo* de 1876, para o dedo em riste *acusativo* de 1882. Se a Corte é o centro aglutinador e consagrador das reputações literárias, a sua indiferença e desconhecimento das manifestações literárias nas províncias era responsável pela consagração de alguns e ostracismo de muitos, representando *um verdadero atentando contra la literatura nacional*. Neste processo de seleção e exclusão, Távora faz questão de nomear aqueles que se beneficiam com a indiferença e o desconhecimento, aqueles que deveriam por dever de patriotismo conhecer o movimento literário do país: *los escritores de la Córte*. Estes, ao assumir a posição de *calculado silencio*, procurando justificar tal situação com *la ley de las distancias*, apenas se beneficiam, como sua própria experiência literária com o fechamento da revista havia ensinado, de uma outra lei: *la del egoismo de la metrópoli*.

Em carta de 28 de maio de 1882, Távora confessava à Veríssimo como essa lei estava presente no cotidiano intelectual da Corte: "A *vida literária* por aqui cada dia mais se *reduz*. O desaparecimento da Revista deixou um vácuo que todos reconhecem mas poucos lamentam" (Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, 28 de maio de 1882 – grifo em sublinhado do autor).

Neste reconhecimento do valor intelectual da *Revista Brazileira*, Veríssimo foi além: "Não existe – e este facto é por si mesmo eloquente – uma unica revista litteraria no paiz!", a despeito de ser "O Rio de Janeiro, o nosso natural centro intellectual, se não vae peor que as provincias é porque não é possivel ir peor" (VERÍSSIMO, 1889, p. XIX). Ao *movimento intelectual brasileiro* surgido entre 1873 e 1883, conforme conferência realizada em julho de 1883 na *Sociedade Paraense Promotora da Instrução*, que Veríssimo atribuía o caráter de renovação das ciências, das letras e das artes nacionais a partir das *idéas modernas*. Tinha no seu livro *Estudos Brazileiros – 1ª serie* um representante tardio, porém nas páginas da *Revista Brazileira* tal movimento havia encontrado o seu apogeu e declínio:

> (...) o livro é ainda um produto, de resto falhado e peco, do movimento espiritual que, meteoro fugaz, surgio e rebrilhou rápido no nosso horizonte intellectual ha alguns annos, e que em um momento não é por ventura exagerado dizer se condensou na malograda *Revista Brazileira*.
> Essa publicação, que me traz a lembrança saudosissima de um dos seus mais valorosos diretores e efficazes collaboradores, um dos raros n'este paiz têm tido o santo e nobre enthusiasmo das lettras – Franklin Tavora – marca por assim dizer o apogêo e o prompto declínio d'este movimento (...) (VERÌSSIMO, 1889, p. XXI).

Com esta digressão, é possível entender melhor o dedo em riste de Franklin Távora apontando o isolamento entre as províncias e a Corte na exposição da *Literatura do Norte* ao público argentino. O outro filtro de leitura, no fim do ensaio, diz respeito a *integração*:

> Sea cual fuere la conviccion que se forme en el espíritu de lector extranjero ó nacional respecto á la mencionada distincion, lo certo es que en cualquiera de los casos mi trabajo aprovechará á la literatura brasileira, y á lo menos bajo esta aspecto, despertará – segun conjeturo – em los lectores de la 'NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES', una curiosidad que asumiria proporciones de verdadero interés, si la pluma á que son debidas *estas rápidas biografias tuviese el encanto y vigoroso* colorido, á que tienen derecho *personas tan simpáticas por su talento, modéstia, dedicacion y sacrifícios*.
> Todavia, si á los lectores y á los amables fundadores de la 'NUEVA REVISTA' no parecen totalmente pálidos los escritos que componen esta série; si en una publicacion, – de la que se *debe honrar la prensa argentina y en la que las letras de los países del mismo continente encuentran tan fraternal acogida*, – las cuerdas de una inteligencia sin pretensiones dejáran en esta ocasion vibraciones menos fugitivas que las del viento del desierto, – prometo emprender idêntico *exámen sobre*, ahora que conosco de cerca, y que el brillo de su talento ilumina mis ojos *la juventud del Sud del Imperio* (NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, Ano II, Tomo V, 1882, p. 228 – grifos meu).

Embora soe como desagravo, para não dizer sarcasmo, afirmar que irá fazer semelhante estudo sobre *la juventud del Sud del Imperio*, uma vez que iniciou acusando *los escritores de la Córte* do silêncio e do egoísmo a respeito da literatura produzida nas províncias, ficava demarcado as relações de força e *isolamento* literário entre as províncias e a Corte no interior da literatura brasileira. Franklin Távora parabenizava a iniciativa da revista argentina, pois, na publicação da colaboração de um escritor brasileiro, realizava o papel de *integração, las letras de los países del mismo continente encuentran tan fraternal acogida* em suas páginas, ao mesmo tempo que buscava com rápidos perfis biográficos despertar a curiosidade dos leitores argentinos para *personas tan simpáticas por su talento, modéstia, dedicacion y sacrifícios*. Uma destas *personas* era José Veríssimo.

Todas estas qualidades estão presentes no perfil intelectual de José Veríssimo escrito pelo amigo Franklin Távora. De início, considerava o escritor paraense uma das inteligências mais vigorosas, embora fosse bem jovem, pelo discernimento de seguir as "ideas modernas" e pela experiência no "contacto com el espectáculo de los progressos de la Europa". Por suas obras literárias e científicas sobre Amazônia, Veríssimo habilitava-se como *escritor del Norte*, "el representa en el extremo norte del Imperio al *naturalismo* en su mas amplia expression" (NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, Ano III, Tomo VII, 1883, p. 17 – grifo meu). "Fué José Verissimo el primero que en Pará trató de la última evolucion literaria", ao fazer referência à conferência realizada por Veríssimo sobre o *movimento intelectual brazileiro*, já tratado anteriormente, procurava Távora sustentar o seu papel de destaque na província do Pará:

> (...) el primer lugar en la propaganda de las *ideas modernas*, y tambiem, cuando lo considero como el primero que, de regresso á su provincia, resistió la influencia episcopal, y lejos de entrechar compañerismo con los representantes de la immovilidad religiosa, trató de agitar la opinion y de encaminharla en *direccion de las ciencias* (NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, Ano III, Tomo VII, 1883, p. 20 – grifos meu).

José Veríssimo despontava por sua obra e atividades intelectuais estarem associadas à *política científica*, cujo naturalismo literário e o positivismo político combatiam as forças da *tradição imperial*, "representantes da immovilidad religiosa", pois foram produzidas em função do debate político na província. Nesse sentido, "de regresso á su provincia", Távora mencionava a participação no *Congresso Literário Internacional* em Lisboa e o *discurso* em defesa da literatura brasileira; citava também a biografia em memória de Émile Littré e a biografia em homenagem à Carlos Gomes. No entanto, avaliava de modo mais detido outras duas publicações, uma impressa e outra em preparação, respectivamente: *Primeiras Paginas* e *Scenas da Vida Amazonica*.

Até esse momento, 1883, apenas o *Primeiras Paginas* estava publicado, de 1878. *Scenas*, ainda em composição, tinha apenas o conto *O Boto* finalizado, e, como já foi dito, havia sido enviado para publicação na *Revista Brazileira*, antes do seu fatídico fechamento, em 1881. Porém, Franklin Távora revelava informação que não consta em sua correspondência com Veríssimo: outro estudo também foi enviado à redação da revista: "(...) trataba de remitir para la mencionada *Revista* um nuevo estudio sobre la '*lingua popular do Amazonas*' cuando tuvo el desastre literário á que antes hice referencia" (NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, Ano III, Tomo VII, 1883, p. 25 – grifo do autor).

Este estudo, na verdade, intitulado *A Linguagem Popular Amazonica*, foi um dos ensaios-rascunho que transformaram *As Raças Cruzadas no Pará* em *As Populações Indígenas e Mestiças na Amazonia* – como já foi esclarecido anteriormente. Então, o conto "O Boto" e o ensaio-rascunho *A Linguagem Popular Amazonica* chegaram às mãos de Távora para figurar nas páginas da *Revista Brazileira*, mas foram impressos na *Revista Amazonica*. A instabilidade do movimento editorial demonstrava assídua relação de amizade e colaboração intelectual entre José Veríssimo e Franklin Távora, bem com a precária condição profissional do escritor oitocentista no Brasil.

Na leitura da obra de José Veríssimo, Franklin Távora utilizou a mesma lógica de *isolamento* e *integração* para se comunicar com o público argentino. Enquanto considerava o *Primeiras Paginas* a manifestação do artista inclinado aos estudos etnográficos e o *Scenas* como um extraordinário retrato naturalista dos costumes e uma pintura da natureza

amazônica, lamentava, referindo-se ao primeiro, já impresso, não ser conhecido fora da província:

> Por el colorido local y por el sello de verdad que ofrecen páginas tan elegantemente escritas, este libro debiera haber dado la vuelta del Brasil; pero la verdad es que, exceptuando talvez á Pará, és enteramente desconocido em las otras provincias, lo que no debe producir sorpresa, porque en las relaciones literárias esse *aislamiento* es uma de nuestras primeras *leyes interprovinciales*. Lo que verdaderamente causa assombro es que en la Córte, donde se tiene la pretension de juzga con conocimiento de causa el movimento literario de las provincias, la *obra de José Verissimo no haya logrado ser leida por ninguno de los afamados literatos*, fenómeno que aunque no nuevo, porque lo *mismo aconteció com las obras de J. F. Lisboa* que, editadas en Maranhão donde se agotó la edicion en poco tempo, fueron vueltas á enviar alli desde la Córte, donde se a apolillaban cubiertas de polvo en los mostradores de una ó dos librerias que las habian recebido (NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, Ano III, Tomo VII, 1883, p. 20 – grifos meu)

Távora aplicava a sua tese da relação entre as províncias e a Corte: as *leyes interprovinciales* do *aislamiento* colocavam no ostracismo literário as obras de José Veríssimo e João Francisco Lisboa; Pará e Maranhão estavam isolados, do ponto de vista literário, da Corte. Contudo, para indicar a *integração* comparava as obras de José Veríssimo e Inglês de Souza ao considerá-las expoentes da *Literatura do Norte* e por isso parte integrante da *literatura brasileira*: "(...) no teremos formada ni acentuada una literatura especial nortista – pero sí elementos para caracterizar la fisonomia particular que la literatura nacional parece assumir en aquella referida region", e encerra afirmando, "Concluiré diciendo que no conozco trabajos mas nortistas que las *Primeiras Páginas* y las *Scenas da vida amazonica*" (NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, Ano III, Tomo VII, 1883, p. 28 – grifos do autor). Para acentuar o seu caráter *nacional*, contrastava essas obras de José Veríssimo às de Bernardo Guimarães e Escragnolle Taunay, ambos "novelistas del Sud, considerados como muy nacionales, especialmente el primeiro" (NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, Ano III, Tomo VII, 1883, p. 28).

Em 1883, Vicente Quesada, o pai, foi nomeado embaixador plenipotenciário da Argentina no Brasil. Com a sede da embaixada na Corte, a relação epistolar entre Vicente Quesada e Franklin Távora, iniciada em 1882, agora poderia ocorrer pessoalmente. Ao procurar estreitar laços pessoais e intelectuais entre Brasil e Argentina, e aproveitando a volta do filho, Ernesto, à Buenos Aires, Távora montou um banquete em homenagem aos Quesada, cujo objetivo era refundar com pompa e circunstância a *Associação dos Homens de Letras do Brasil*.

A primeira tentativa de fundar uma associação dedicada aos homens de letras ocorreu em 14 de dezembro de 1877, dia do enterro de José de Alencar. Franklin Távora e outros escritores reuniram-se, ainda em meio à comoção, em um dos cantos do cemitério, e

decidiram fundar a associação dos homens de letras, cuja existência foi noticiada na revista *Ilustração Brazileira*. Naquela circunstância, em ocasião e lugar impróprios, o ato fundador não teve muita repercussão e adesão.

Apenas em 1880, apareceu formalizada a fundação da *Associação dos Homens de Letras*, sob a presidência do Conselheiro Francisco Otaviano. Ao invés de entusiasmar os novos e velhos escritores em torno da confraria, o que se observou foi uma série de hostilidades, encabeçada pela revista *A Gazetilha.* Malograda a primeira tentativa, Franklin Távora aproveitou a presença dos Quesadas para refundar a associação em uma festa literária que promovesse a confraternidade literária entre os escritores brasileiros e latino-americanos. Após os discursos e a pompa da festa literária, vieram as críticas e mais um fracasso. Segundo Claudio Aguiar:

> "(...) As duas tentativas anteriores – a do cemitério e a presidida pelo Conselheiro Otaviano – estavam unidas ao mesmo propósito, mas nenhuma chegou a demonstrar maior consistência como esta terceira: na verdade, o passo inicial e concreto redundaria, mais tarde, na criação da Academia Brasileira de Letras (AGUIAR, 2005, p. 423).

Essa é uma interessante hipótese de pesquisa para pensar a fundação da Academia Brasileira de Letras: há uma trajetória de experiências associativas dos homens de letras que desejavam a proteção da profissão literária, isto é, considerar a Academia Brasileira de Letras como resultado desse esforço associativo institucionalizado em 1897.

A festa ocorreu no dia 30 de agosto de 1883, às 7 da noite, no salão de solenidades do Liceu de Artes e Ofício do Rio de Janeiro, com a presença da família real e nomes eminentes da política, diplomacia e intelectualidade carioca, como Ladislau Netto, Sílvio Romero, Afonso Celso Júnior, Conselheiro João Manuel Pereira da Silva e Comendador J. Norberto de Souza e Silva.

Em 1884, na seção "Publicações Recebidas" da *Revista Amazonica*, José Veríssimo resenhava o folheto com os discursos da solenidade, intitulado "A FESTA LITTERARIA *por occasião de fundar-se na capital de imperio a Associação dos homens de lettras do Brazil*. Rio de Janeiro, 1883", provavelmente, enviado pelo amigo Franklin Távora:

> No dia 30 de agosto do anno passado os litteratos brazileiros residentes no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que festejavam a visita áquella cidade de dous notaveis escriptores argentinos, os srs. D. Vicente e D. Ernesto Quesada, instituiam em uma brilhantissima sessão a Associação dos homens de lettras do Brazil com o fim segundo (...) art. 1º dos respectivos estatutos, de 'animar a *profissão litteraria*, reunindo e utilizando no interesse commum e das lettras, actividades intellectuaes que o *isolamento traz dispersas*; promovendo vantagens para os associados e sustentando os seus direitos

(REVISTA AMAZÔNICA, Ano II, Tomo II, 1884, p. 95 – grifos meu)

Na *rede de sociabilidade* estabelecida entre José Veríssimo, Franklin Távora e os Quesada a abordagem da *profissão literária* e o *isolamento cultural* estava atrelada a condição material do escritor e da literatura latino-americana. Essa relação acabou sendo lavrada nos estatutos da associação e orientando o discurso de encerramento da festa literária, proferido por Távora: "(...) pelos conhecimentos dos homens de letras e suas produções entre dois países latino-americanos – Brasil e Argentina – que o *isolamento intelectual* separa quando ainda até geograficamente se confundem em suas fronteiras"; assim, urgia a integração entre os escritores latino-americanos para que "(...) a *profissão dos homens de letras* venha ser um resultado lógico dessa agitação intelectual e internacional – eis aí em grandes proporções será a nossa tarefa (...)"(AGUIAR, 2005, p. 432). De revistas à associação, os intelectuais latino-americanos organizavam-se politicamente para interpretar o processo de modernização e para enfrentar as vicissitudes da condição de escritor.

Ainda nesta edição da *Revista Amazonica*, e na mesma seção de "Publicações recebidas", José Veríssimo apresentava os números recebidos e a publicação realizada na *Nueva Revista de Buenos Aires* – no papel de agente e colaborador da revista argentina, estabelecia-se a *conexão intelectual* entre Belém e Buenos Aires, do extremo norte do Império com o extremo sul do continente. Considero não ser uma coincidência a alusão no perfil biográfico de Távora à conferência de José Veríssimo sobre o *movimento intelectual brasileiro* como uma espécie de inventário da "última evolucion literaria", pois, provavelmente, a revista argentina dava preferência a artigos de levantamento ou balanço literário e intelectual, como foi o caso do primeiro texto transcrito da *Revista Brazileira* assinado por Sílvio Romero.

Desta forma, a conexão entre a revista paraense e a revista argentina era apresentada ao público da primeira, por meio da publicação de José Veríssimo: "A *Revista Amazonica* não é uma desconhecida para a *Nueva Revista* que no seu numero de Dezembro ultimo traduzio o trabalho do nosso colega José Verissimo, aqui publicado, sobre o *movimento intellectual brazileiro nos ultimos dez annos*" (REVISTA AMAZÔNICA, Ano II, Tomo II, 1884, p. 96 – grifos do autor e grifos meu)

Por sua vez, em dois parágrafos de abertura, no artigo publicado na *Nueva Revista de Buenos Aires*, era apresentado José Veríssimo ao público argentino:

> El aventajado escritor brasileiro señor José Verissimo, ha publicado em la interesante *Revista Amazónica*, um estudio sobre el tópico del epígrafe. Creemos que *servimos al desarrollo de las belas letras latino-americanas, traduciendo aquel*

> *trabajo*, separándonos un poco de la forma de discurso com que fué dado á luz, cuando lo pronuncio el autor en la *Sociedad protectora de la Instruccion*.
> *El crédito de que justamente goza este escritor*, el natural interés que inspira todo lo que se reflere al desarrollo intelectual em Sud-América, y sobre todo, los lazos que unen y deberan unir estrechamente á las naciones limítrofes, explican que nos apressuremos á reproduzir en nustras columnas todo lo que pueda servir para conocer cual es el estado de las belas letras em los países vecinos. En ello cumplimos nuestro antíguo programa, á cuyo exacto cumplimiento nos encontramos mayormente abligados por las singulares demonstraciones de confraternidad literaria que nos han prodigado los hombres de letras en el Brasil (NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, Ano III, Tomo IX, 1883, p. 102 – grifos meu).

Definitivamente, nem a *Revista Amazonica* nem José Veríssimo eram desconhecidos dos editores da revista argentina. Mais uma vez, ao traduzir o trabalho de Veríssimo, por *El crédito de que justamente goza este escritor*, os editores argentinos acreditavam estar contribuindo para o desenvolvimento das belas letras e a *integração* da intelectualidade latino-americana. Sobretudo, com os escritores brasileiros devido as suas demonstrações de confraternidade literária. Nesse ponto, referiam-se à festa literária em homenagem aos próprios editores da revista e que refundou a *Associação de Homens de Letras do Brasil*, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1883.

Na parte final do artigo, alguns comentários refletiam sobre a condição material dos escritores latino-americanos que, no limite, não conseguiam viver de suas obras. Destacou-se a importância de iniciativas como as revistas literárias e a fundação de associações para o fortalecimento da profissão de escritor e do próprio movimento intelectual no continente, a partir da formação de um mercado editorial. Por isso, o *progresso* das manifestações intelectuais no Brasil, objeto da exposição do artigo de Veríssimo, era importante neste esforço de *integração*; porém, a parte referente à inclusão do Pará neste mesmo *progresso*, com o grito de ordem *Não basta produzir borracha*, foi suprimida da versão do periódico argentino, pois o filtro de leitura estava na relação entre nacional e internacional (latino-americano), como apontavam os editores argentinos:

> La síntesis que ha hecho con elevado criterio el escritor señor Verissimo del movimiento literario en el Brasil en los ultimos diez años, evidencia el *progreso de las letras brasileras* por el aumento de los escritores, la calidad de los libros publicados y los estudios esperimentales empreendidos.
> Ahora este progreso tiende á consolidarse, desde que se agrupan los obreros aislados y buscan en la *accion colectiva* los médios de *crear la profesion del hombre de letras*, creando el mercado al libro nacional y buscando el cambio de los productos similares com las naciones latino-americanas. La mera tentativa es um sintoma de innegable progreso y uma prueba de vitalidad intelectual. Comparáse esta sintuacion con el punto de partida que señala el señor Verissimo, y no podrá negarse que el movimiento intelectual brasilero lleva una marcha ascendencia (NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, Ano III, Tomo IX, 1883, p. 122-123 – grifos meu).

Por sua vez, no papel de agente literário, os editores da *Revista Amazonica* – sobretudo, José Veríssimo – apontavam o grande hiato de conhecimento e intercâmbio entre os países latinos da América, provocando, por esse *isolamento*, uma profunda ignorância sobre o movimento intelectual, político e científico no continente; por isso, urgia a formação de redes de colaboração e o estreitamente de relações entre os intelectuais latino-americanos: as revistas literárias ocuparam esse espaço de *mediação* e *circulação cultural* de artigos e ensaios, promovendo a *integração* entre intelectuais e leitores ávidos por divulgação e curiosos por novidades, materializada nos exemplares enviados pela *Nueva Revista de Buenos Aires* à redação da *Revista Amazonica*. Eis a resenha dos editores ao ilustrado público paraense:

> NUEVA REVISTA DE BUENOS AYRES *dirigida por Ernesto Quesada.* Tomos VII, VIII e IX. Buenos Ayres, abril de 1883 a fevereiro de 1884.
>
> Temos recebido regularmente esta interessantissima publicação que entendemos recommendar aos poucos – e os haverá, ainda assim? – que, americanos, devemos pensar tambem em conhecer alguma cousa da America.
> Qual é de nós, com effeito, que não vive mais profunda ignorancia a respeito do movimento politico, litterario, artístico ou scientifico das nações latinas do nosso explendido continente? Ainda os homens mais eminentes dessas nações, os mais justamente ilustres, como o poeta boliviano D. Manoel Cortez, os historiadores, poetas e litteratos mexicanos, Alaman e Icazbalceta, Maldonado, Pesado e Carpio, Manoel Payno, Orosco y Berra, Couto e Munguia; os peruanos Soldan e Arona, o chileno Lastarria, e mesmo, os que estão em *maior contacto comnosco*, os argentinos, os Quesada, os Galvez, os Alcorta, os Gusman, os Lopes, os Mitre são-nos desconhecidos completamente.
> Nada mais difficel mesmo do que obter um livro publicado dos paizes latino-americanos. Para combater este *isolamento, estreitar as relações intellectuaes entre os differentes povos latinos da America* fundaram os eminentes publicistas e literatos argentinos, srs. Quesada, pai e filho, a *Nueva Revista de Buenos Ayres* que já conta tres annos de existencia e nove tomos de publicados, *collaborada por escriptores de toda a America latina*, entre elles alguns do Brazil (Franklin Tavora e Sylvio Romero) e constituindo já hoje um excellente repertorio de noticias de alto valor litterario e scientifico sobre a vida intellectual dessas nações (REVISTA AMAZÔNICA, Ano II, Tomo II, 1884, p. 95 – grifos do autor e grifos meu).

Portanto, como foi possível observar da troca de correspondência entre José Veríssimo e Franklin Távora, somada ao movimento editorial entre as *Revista Amazonica*, *Revista Brazileira* e *Nueva Revista de Buenos Aires*, havia uma plataforma comum que movimentava as posições políticas e as produções literárias e científicas da intelectualidade latino-americana: a constatação do *isolamento* nacional (províncias/Rio de Janeiro/Buenos Aires) e continental (Brasil/Argentina/América Latina) incentivou a tomada de posições políticas pautadas na *integração* da comunidade latino-americana, em função da coesão nacional de cada país.

Outro fato fundamental dessa rede de colaboração e divulgação estava em publicar ensaios, estudos e artigos produzidos como *intervenção política* nos seus respectivos contextos provinciais e nacionais enquanto *conhecimento* científico, literário e artístico – no *contexto de produção*, estes estudos participavam do debate político sobre a reformas sociais e culturais; no *contexto de circulação*, eram publicados como conhecimento sobre a realidade provincial ou nacional no interior da comunidade latino-americana. A articulação entre *contexto de produção* e *contexto de circulação* estabeleceu, por sua vez, uma *grade de reconhecimentos* que autorizava as produções intelectuais dentro e fora da província, no contexto nacional e internacional (latino-americano).

Um exemplo disso é Franklin Távora, enquanto editor da *Revista Brazileira*, publicar os estudos de José Veríssimo sobre a sociedade e cultura amazônica, como foi o caso de *A Religião dos Tupi-Guaranis*, pois havia aqui a correlação entre provincial e nacional, isto é, era mais apropriado fazer conhecer na Corte a realidade do Extremo Norte do Império. No caso dos Quesada, chamava mais atenção o ensaio sobre o *movimento intelectual brasileiro*, pois a correlação era mais nacional e internacional, tornando-se mais adequado conhecer as manifestações intelectuais do Império brasileiro – das províncias e da Corte.

Estes exemplos demonstram o papel de *mediação cultural* desempenhado pelos ensaios *A Religião dos Tupi-Guaranis*, publicado na *Revista Brazileira*, e do *As Populações Indígenas e Mestiças da Amazonia*, divulgado na *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* – o primeiro ensaio é derivado do segundo. Ao circular em revistas da Corte, estes ensaios divulgavam a sociedade e cultura amazônica além das fronteiras da província, capitalizando reconhecimento e a inclusão em redes de colaboração para José Veríssimo – o que efetivamente ocorreu com sua amizade com Franklin Távora. Evidencia-se, ainda, que o ensaio *O Movimento Intellectual Brazileiro nos ultimos dez annos* exerceu a *mediação cultural* ao divulgar a renovação da produção intelectual brasileira nas páginas do periódico argentino – possibilitando o estreitamento de laços entre Veríssimo e os Quesada, mediado pela amizade de Franklin Távora.

Os três ensaios, sobretudo, os dois últimos, foram forjados na oficina política da *Revista Amazonica*, um espaço intelectual onde orbitavam as forças da *política científica* e uma iniciativa editorial *organizadora da cultura* que contestava o *establishment* imperial e propunha reformas e o desenvolvimento do movimento intelectual na Amazônia. Diante disso, por que não dizer que a *Revista Brazileira* também desempenhava um papel de *organizadora da cultura* brasileira e a *Nueva Revista de Buenos Aires*, como *organizadora da cultura* latino-americana? A rede de sociabilidade e de colaboração intelectual entre José

Veríssimo, Franklin Távora e Vicente e Ernesto Quesada nos autorizam a pensar na *mediação cultural* e *organização da cultura* como dimensões políticas compartilhadas pelo trabalho intelectual dos homens de letras latino-americanos.

Por fim, se José Veríssimo, no prefácio do *Scenas*, de 1886, reclamava da condição de *obscuro escritor de província*, em razão das dificuldades de publicação – aliás, vicissitudes nacionais e internacionais –, podemos dizer, diante das redes e do movimento editorial levantados, dos *lugares* assumidos, e dos *reconhecimentos* tributados, que foi exatamente a condição de escritor de província inserido no espaço de fronteira cultural da *Amazônia Global* que possibilitou ser destacado como um "escritor del Norte" na corte do Império e na capital da Argentina – *lugares*, portanto, que agenciaram o seu *fazer-se intelectual* enquanto *intelectual amazônico*.

Embora o grito de ordem *Não basta produzir borracha* fosse suprimido por razões editoriais da *Nueva Revista de Buenos Aires*, o artigo publicado foi resultado de uma conferência, uma das práticas político-culturais de contestação da *Geração 1870*. Isto é, foi produzido em função do debate político entre as forças da *tradição imperial* e da *política científica* no Pará, transformando-se em conhecimento sobre o *progresso* movimento intelectual no Brasil: *progresso* como arma política na província, *progresso* como instrumento de integração latino-americana.

***

Pelo acima exposto, espero ter evidenciado o *aspecto russo de suas doutrinas* nas obras político-intelectuais de José Veríssimo sobre a Amazônia. Certo, fica estranho "aspecto russo". Reformulando: *aspecto amazônico de suas doutrinas*. Retomo a epígrafe de Fiódor Dostoiévski escrita no jornal *Diário de um Escritor*, de 1873, em pleno processo de modernização no leste europeu, sobretudo, na Rússia da década de 1870. Conforme Marshall Berman (1986), Dostoiévski foi um dos mais destacados intérpretes do processo de modernização na Rússia, cujos grandes desdobramentos foi o fim da servidão e abertura cultural e econômica para o Ocidente. Entre os setores da intelectualidade russa, uns favoráveis à introdução da cultura ocidental, os chamados *ocidentalistas*, e aqueles refratários a esse processo, os chamados *eslavófilos*, Dostoiéski era defensor de um nacionalismo

intelectual pautado no reconhecimento das características do povo russo para resolver seus problemas políticos e sociais e resistir ao processo de modernização.

Por isso que o trecho da epígrafe ironizava o uso dos "altos professores europeus" para interpretar a realidade russa, pois dos seus "inabaláveis axiomas, *são extraídas apenas na Rússia*, enquanto na Europa, diz-se, sequer se suspeita da possibilidade de tais deduções". Embora José Veríssimo tivesse posição oposta à de Dostoiévski, talvez mais próxima dos *ocidentalistas* russos, acredito que neste trecho há aproximações entre os dois intelectuais como intérpretes dos processos de modernização na Amazônia e na Rússia. O que há de comum é o processo de *apropriação* dos conhecimentos científicos, políticos e literários da Europa Ocidental em dois espaços periféricos do capitalismo em expansão.

Enquanto Dostoiévski resiste, Veríssimo propõe um programa de reformas de intensifique as relações produtivas capitalistas, ao interferir no modo de vida tradicional da população livre e pobre do Pará. Neste programa, do *evolucionismo cultural* e do *positivismo* são extraídos apenas os axiomas que dialogam com a realidade social e política da província, fosse na biografia dos grandes homens, fosse na mestiçagem, pois a sua *apropriação* não se pautava pela coerência científica, posto que era instrumento de intervenção política. Essa *dimensão política* fincada na realidade sócio-cultural amazônica revelou o *aspecto amazônico de suas doutrinas*. E foi exatamente por esse *aspecto amazônico* que circulou em páginas de revistas e foi reconhecido nacional e internacionalmente, enquanto *intelectual amazônico* – a rigor, "escritor del Norte".

Um exemplo dessa *dimensão política*, para encerrarmos o capítulo. Devido às leituras das biografias de Francisco Prisco[119] e Ignácio José Veríssimo[120], considerava que

[119] "No concernente á Republica, tambem para ella contribuiu José Verissimo, não porque acreditasse na efficacia e infallibilidade dessa forma de governo, mas por *julgal-a determinada pelas nossas circumstancias politicas e evolução historica.* (...) Posto que sem enthusiasmo por questões taes e tendo por certo que não são leis, mas os costumes que fazem as republicas; ainda assim José Verissimo tomou parte nas lutas que resultou o 15 de novembro: 'Quando em 1886, quem o diz é o Sr. Lauro Sodré, fundamos o *Club Republicano*, lançando em Maio a publicidade o nosso manifesto politico, elle figurou entre os fundadores dessa agremiação, constando das actas das nossas reuniões a sua presença a muitas sessões" (PRISCO, 1937, p. 29 – grifos do autor). Fica lançada aqui a controvérsia, pois Manoel Barata, um dos fundadores do clube, ao lado de Lauro Sodré, Justo Chermont e Paes de Carvalho, escrevera um artigo para o *Estado do Pará*, de 2 de maio de 1912, cujo título "O Clube Republicano do Pará", esclarecendo, com riqueza de transcrição documental, quem foram os fundadores do clube e os representantes do diretório até a proclamação da República. Barata transcreveu ata de fundação com todas as assinaturas dos presentes e suas respectivas profissões: a assinatura e profissão de José Veríssimo não consta no documento (BARATA, 1973, p. 341-349).

[120] "Surge então (1886), o Club Republicano com 128 assinaturas no seu Manifesto Inicial, e a Maçonaria renasce em atividade e esperança. José Verissimo associou-se a esses movimentos; foi um dos fundadores do Clube e teve a incumbência de ler, em nome da Maçonaria, um discurso de apoio ao Govêrno republicano que se instalou após 15 de novembro de 1889" (VERÍSSIMO, 1966, p. 34); "José Veríssimo era amigo íntimo do Governador da Província e no momento em que este foi deposto, achou ser obrigação moral estar ao seu lado e confortá-lo com a sua presença. Dêsse modo, quem esteve lá não foi José Veríssimo filiado ao Partido Liberal e

José Veríssimo fosse republicano. Ambas as biografias, inclusive, creditam entre as suas realizações políticas a participação na fundação do *Club Republicano no Pará*, em 1886. Julguei que fizesse sentido, pois no prefácio do *Estudos Brazileiros – 1ª série*, escrito em fevereiro de 1889, Veríssimo dizia-se "forçosamente republicano" (VERÍSSIMO, 1889, p. XIV) e "Que republicano venha a ser o governo do Brazil, é coisa que me parece certa" (VERÍSSIMO, 1889, p. XIII), embora bastante cético, "(...) não promette uma republica muito intelligente nem sensivelmente diversa da monarchia actual" (VERÍSSIMO, 1889, p. XVII). Não há dúvida de que Veríssimo era liberal, e por escrever no *A Republica*, e compartilhar vários pressupostos políticos dos republicanos, como descentralização administrativa e secularização das instituições do Estado, houvesse uma aliança entre as forças da *política científica*: não era republicano, mas era um crítico ferrenho das instituições imperiais, sobretudo, da aliança Estado e Igreja. Estava mais inclinado a *reforma social* do que a *reforma política.* Pelo texto do prefácio, um republicano *pero no mucho.*

Contudo, um fato político colocou em praça pública todas as convicções, todos os compromissos políticos, todos haviam de se posicionar: a Proclamação da República no Pará. Em 15 de novembro, às quatro e meia da tarde, o major João Maciel da Costa recebeu um telegrama assinado por Quintino Bocaíuva, informando que o Exército e a Marinha, com a "ajuda do povo", haviam proclamado a República no Rio de Janeiro. Notificou José Maria do Nascimento, comandante do Arsenal de Marinha, e José Paes de Carvalho, representante do *Club Republicano no Pará*, para que ambos acompanhassem as tropas na deposição do presidente de província Silvino Cavalcanti e proclamasse a República no Pará, no dia 16 de novembro.

No dia seguinte, quando chegaram ao Largo do Palácio, Silvino Cavalcanti de Albuquerque estava acompanhado das "altas personalidades do Partido Liberal", e Paes de Carvalho foi autorizado pelo comando das tropas a intimar o chefe de governo a renunciar. Em resposta, Silvino pediu para fazer um protesto contra a deposição (MEIRA, 1981, p. 37-39). *O Liberal do Pará*, de 17 de novembro de 1889, publicou o protesto, destacando seus assinantes e assinalando a posição do jornal diante dos "graves" acontecimentos políticos:

> Deante da intimação que me fazem a força militar e os cidadãos pelo orgão do Ilmo. sr. dr. José Paes de Carvalho, e não tendo á minha disposição meio nenhum para

---

ao Republicano, mas, apenas, o amigo que não deserta, apenas do antagonismo das idéias políticas, ao dever da amizade. Por isso estava em Palácio no instante da deposição e, por isso, também, juntamente com outros republicanos, não se arreceou de assinar, como testemunha, o protesto do governador. Foi essa a atitude de José Veríssimo. O protesto era individual. Era da autoridade deposta. A assinatura dos presentes apenas lhe dava a autenticidade. Nada mais" (VERÍSSIMO, 1966, p. 58).

> garantir a ordem publica e as instituições constitucionaes, declaro que cedo a essa intimação, contra a qual protestam por violenta o direito, a honra e a Patria.
> Palacio da presidencia da provincia do Pará, 16 de novembro de 1889. Silvino Cavalcante de Albuquerque.
>
> Subscrevem este protesto:
>
> José Angelo de Moraes Rego.
> José Joaquim da Palma.
> José d'Araujo Roso Danin.
> José Joaquim da Gama e Silva.
> Vicente Chermont de Miranda.
> Joaquim Victorino de Sousa Cabral.
> Eugenio de Barros F. de Lacerda.
> Virgilio da Bohemia Sampaio.
> José Luiz da Gama e Silva.
> Pedro da Cunha.
> Augusto Americo Santa Rosa
> José Cardoso Danin.
> *José Verissimo*.
> Camillo Antonio dos Santos.
> José Caetano da Gama e Silva Junior.
> Rodrigo Eutychio de Meneses Salles.
>
> Em seguida s. exc. retirou-se do palacio, acompanhado pelo sr. dr. Paes de Carvalho e grande numero de amigos.
> São estes os factos que precederam a proclamação da republica federal do Pará.
> Relatando-os com a maior isenção de espirito, os entregamos á apreciação de nossos leitores.
> E' de justiça reconhecer que o sr. dr. Paes de Carvalho muito concorreu, pela sua prudência, para que estes graves acontecimentos se dessem sem outras perturbações da ordem publica.
> O partido liberal, de que somos orgam, sente profundamente que as instituições que até hoje deram ao paiz a prosperidade em que achamos, tenham sido abaladas por um movimento que se não póde dizer democratico.
> Este será o juizo da historia (O LIBERAL DO PARÁ, 17 de novembro de 1889, p. 1 – grifo meu).

Portanto, com essa assinatura, José Veríssimo declarava-se publicamente *monarquista* no ato da proclamação da República no Pará. Por essa posição e ter considerado a proclamação uma "sedição militar", José Veríssimo foi ameaçado de deportação da província. Acirrados os ânimos diante dos novos fatos políticos, o Club Militar emitiu uma nota negando a ameaça de deportação. Sobre esse infortúnio de José Veríssimo, apenas na biografia de Ignácio José Veríssimo consta uma breve menção (VERÍSSIMO, 1966, p. 58-59).

Com a república proclamada, montou-se uma junta governativa, formada por Dr. Justo Leite Chermont (Clube Republicano), Capitão-de-fragata José Maria do Nascimento (Marinha) e Tenente-coronel Bento José Fernandes Júnior (Exército), e institui-se um governo provisório (1889-1891), cujo governador era Justo Chermont. Em 17 de maio de 1890, José

Veríssimo era nomeado Diretor da Instrução Pública do governo provisório republicano – sua gestão será tratada no quinto capítulo. Eis os sortilégios da política.

Espero também que a metonímia que consagrou o "Sr. Crítico" tenha sido tensionada. José Veríssimo era um *escritor de província* produzido na zona de fronteira da *Amazônica Global*. No próximo capítulo, vamos observar mais dois itinerários desta zona de fronteira: o *Congresso Literário Internacional*, em Lisboa, e *10º Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica*, em Paris.

4 Da Amazônia à Europa: a *circulação* em congressos acadêmicos e contatos científicos (Lisboa, 1880; Paris, 1889)

O objetivo do capítulo é averiguar o *fazer-se intelectual* amazônico de José Veríssimo, a partir da sua *circulação* em congressos acadêmicos e contatos científicos na Europa. No *Congresso Literário Internacional* (1880), ocorrido em Lisboa, José Veríssimo participou realizando um discurso e foi correspondente do jornal *A Província do Pará*, enviando artigos e relatando o congresso. José Veríssimo ainda apresentou um trabalho intitulado "O Homem do Marajó e a Antiga Civilização Amazônica" no *10º Congresso Arqueológico e Antropológico* (1889), sediado em Paris. Houve ainda a troca de correspondência com intelectuais europeus: Enrico Gligioli e Émile Guimet, respectivamente, diretores do Museo Zoologico dei Vertebrati, do Instituto di Studi Supiori in Firenze, e do Museé Guimet.

Assim, concebo que estes deslocamentos foram formas de agenciamento de José Veríssimo como intelectual que pensou e estabeleceu articulações literárias e científicas em congressos acadêmicos e contatos científicos na constituição do seu *fazer-se* intelectual amazônico. Cogito que essas experiências de interlocução e contato foram fundamentais para a cruzamentos entre *lugar*, *experiência* e *repertório* de José Veríssimo, ressaltando que essas articulações foram autorizadas pelo seu conhecimento da literatura brasileira e da cultura e sociedade amazônica. Deste modo, contribuindo para a construção de um lugar de produção amazônico e brasileiro: um intelectual oitocentista forjou a sua produção e estabeleceu seus

contatos e interlocuções internacionais agenciadas por experiências sociais e culturais sobre o Brasil e sobre a Amazônia.

Essa *circulação* foi objeto de discussão do Projeto de Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE), com o título "José Veríssimo, intelectual amazônico: a circulação em congressos acadêmicos e contatos científicos na Europa (Lisboa, 1880; Paris, 1889)", submetido junto a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As atividades de pesquisa foram desenvolvidas na Universidade de Lisboa (ULISBOA), entre setembro/2016 e fevereiro/2017, sob a supervisão do Prof. Dr. Joaquim Pintassilgo. As atividades de pesquisas consistiram na contato, visita e registro dos documentos relacionados a proposta de pesquisa da Bolsa BEPE, organizados em diversas instituições de pesquisa (museus e bibliotecas) e localizados em Lisboa, Roma, Florência e Paris.

A participação de José Veríssimo nos eventos Congresso Literário Internacional, em Lisboa (1880) e 10º Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, em Paris (1889), apontou para a Biblioteca Nacional de Portugal e a Biblioteca Nacional da França como lugares potenciais de investigação.

Na Academia Brasileira de Letras, localizei as correspondências de José Veríssimo com Émile Guimet e Enrico Giglioli – respectivamente, diretores do Museo Zoologico dei Vertebrati, do Instituto di Studi Supiori em Florência, e do Museé Guimet, de Paris –, indicaram, assim, possibilidades de pesquisa nestes museus em Florência e Paris.

Nesta busca, consegui encontrar o relatório (que pretendia localizar na Biblioteca Nacional de Portugal) da Associação Literária Internacional, sediada em Paris, e promotora do Congresso Literário Internacional, ocorrido em Lisboa: *Bulletin de L'Association Littéraire Internacionale – Congress de Lisbonne – numéro 10, Octobre 1880*; e um relatório do 10º Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, de Paris, em 1889: *Congrés Internacional d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques – Dixiéme session – Tenue à Paris du 19 au 27 Aout 1889*. Ambos constando na plataforma virtual "Gallica" da Biblioteca Nacional da França.

Assim, havia localizado os dois principais documentos sobre a participação em congressos de José Veríssimo na Europa, embora, não tenha encontrado nenhuma de suas correspondências com os diretores de museus Émile Guimet e Enrico Giglioli. Visitei o Museu "Luigi Pigorini" em Roma, e o Museu "La Specola", em Florência. Em ambas instituições não havia qualquer correspondência de José Veríssimo para Enrico Giglioli. O mesmo ocorreu com o Museu "Guimet", em Paris: no seu acervo não constava correspondências relacionadas à José Veríssimo.

Destaco estas informações sobre o desenvolvimento da pesquisa com a finalidade de esclarecer sobre escasso material documental que obtive para a escrita deste capítulo. A pesquisa nas instituições e arquivos europeus baseavam-se em possíveis pistas e indícios: algumas se confirmaram e outras não. Assim, a discussão aqui realizada está baseada nos documentos encontrados no Brasil, nos arquivos do Pará e do Rio de Janeiro.

O jornal *O Liberal do Pará,* no dia 15 de dezembro de 1880, reproduziu a notícia publicada no dia 26 de novembro do mesmo ano, no jornal *Diario da Manhã*, sobre a volta de José Veríssimo ao Pará, vindo de Lisboa:

> Parte amanhã no paquete da carreira do Brazil para o Pará o nosso particular amigo o sr. José Veríssimo de Mattos. S. Exc. ha muito que anda viajando pela Europa e ultimamente veio a Lisboa tomar parte no congresso litterario como representante da mocidade litteraria do Brazil. E' um rapaz de uns vinte e dois anos, excellente conversador, que publicou já um bom livro de contos, e que tem agora nos prelos brazileiros um novo livro – Perfis e paisagens amasonicas – onde tem conscienciosos estudos de etnografia, a sciencia a mais sua predilecta Das suas viagens tem mandado para a provincia do Pará magnificos que tem sido muito apreciados. Desejamos a José Verissimo com quem tivemos a honra de travar estreitas relações de amisade e de sympathia pelo seu bello talento, a mais feliz das viagens (O LIBERAL DO PARÁ, 15 de dezembro de 1880, p. 1).

Esta nota, sem autoria, demonstra a notoriedade de José Veríssimo: um jovem de vinte e dois anos (na verdade, exatos 23 anos), viajando pela Europa, participando do congresso literário em Lisboa, colaborando com folhetins nos jornais da província e com obra publicada e outra no prelo. Sublinhando-se dois interesses que abalizaram a produção de José Veríssimo: a literatura e a etnografia.

A produção intelectual de José Veríssimo no contexto amazônico – no caso, o Pará – , ocorreu entre 1877 e 1891. Os jornais nos quais trabalhou foram: *O Liberal do Pará*, *Diário do Gram-Pará*, *Província do Pará*, *Comércio do Pará*, *A República*. Em 1877, iniciou colaborando no *O Liberal do Pará*, com escritos de caráter literário, como contos, críticas literárias e impressões de viagem. Desta colaboração, resultou, em 1878, o livro *Primeiras Páginas*.

Vem a lume o seu livro de contos *Scenas da Vida Amazonica* (1886), introduzido pelo estudo etnográfico *As Populações Indígenas e Mestiças da Amazonia*, formulando uma visão sobre a população amazônica, ao destacar indígenas e mestiços como atrasados socialmente e degenerados racialmente. *Estudos Brasileiros (1877-1885) – 1ª série* (1889) é a compilação de estudos sobre literatura, etnografia e história, tanto da Amazônia, quanto do Brasil, cujas reflexões são dedicadas à construção da nacionalidade brasileira.

Fundou a *Revista Amazonica* (1883-1884), cujo objetivo era divulgação literária, cientifica e artística. No *Collegio Americano* (1884-1890), instituição de ensino particular de sua propriedade, implementou suas primeiras ideias educacionais e inovações pedagógicas que estavam circulando na Europa, Estados Unidos (ensino intuitivo, lições de coisas, educação física e etc.) e em algumas províncias brasileiras.

Desta experiência como administrador e gestor de escola produziu, em 1890, um livro intitulado *A Educação Nacional*, propugnando o engendramento do sentimento nacional e a educação como meio de regeneração do atraso brasileiro. Ainda neste ano, assumiu a diretoria da Instrução Pública, ainda no Governo Provisório republicano no Pará (1889-1891), promovendo uma importante reforma da instrução primária (PRISCO, 1937; VERÍSSIMO, 1966; MORAES, 2008).

Sobre os eventos internacionais nos quais José Veríssimo participou, existem poucas informações e alguns documentos disponíveis. Na biografia escrita por Francisco Prisco (1937), há um parágrafo sobre o *Congresso Literário Internacional*, e outro trecho sobre o *10º Congresso de Antropologia Pré-Histórica*.

A respeito do primeiro congresso, discorria Francisco Prisco:

> Aos 23 annos de idade, combalido o organismo, teve o escritor de embarcar para a Europa, em busca de melhoras para a saude. Mas ao invés de se entregar aos ocios e prazeres sempre caros ao paladar indigena, eil-o que toma parte no Congresso Literario Internacional reunido em Lisbôa, onde duas vezes defende o Brasil da accusação de pirataria literaria, que lhe irrogára Pinheiro Chagas. A esse mesmo Congresso apresentou José Veríssimo um trabalho sobre o movimento literario brasileiro (PRISCO, 1937, p. 15-16).

Sobre o segundo evento, revelava o seguinte:

> Em 1889, um anno antes de fechar as portas do seu collegio [Colégio Americano], foi José Veríssimo a Paris tomar parte no 10º Congresso de Antthropologia Pre-Historica, no qual fez uma communicação sobre o *Homem de Marajó e a antiga civilização amazonica* (PRISCO, 1937, p. 21 – grifo do autor).

Situação similar acontece na biografia produzida por Ignácio José Veríssimo (1966), um dos filhos de José Veríssimo, por exemplo, sobre o evento em Lisboa e o congresso de Paris. Ignácio assim apresentava a participação do pai no primeiro evento:

> Em 1880, como já dissemos, vai à Europa. Tem, então, 23 anos e a finalidade é tratar da saúde. Na passagem por Lisboa toma parte em um Congresso Literário Internacional. Nessa ocasião, apresenta uma Memória sobre o movimento literário no Brasil e que teve o fim imediato de defender a nossa nascente literatura, considerada, por um dos participantes do Congresso (Pinheiro Chagas) como não tendo nada de próprio e sem nenhum valor além da cópia da portuguesa. Tudo indica

> que a reação de José Veríssimo teve êxito. Ao findar o Congresso ele recebe, dada pelo Govêrno português, a Comenda de Cristo. (VERÍSSIMO, 1966, p. 40).

Quanto ao segundo, também confirmava as informações fornecidas por Francisco Prisco (1937):

> Em julho de 1889, José Veríssimo faz uma segunda viagem à Europa e participa, em Paris, de um Congresso de Antropologia e Pré-História. Apresenta, como tese, o Homem do Marajó e a Antiga Civilização Amazônica (VERÍSSIMO, 1966, p. 54).

Deste modo, sobre os eventos havia apenas informações preliminares confirmando a participação de José Veríssimo, sem qualquer pesquisa (não identificamos nenhuma) que investigue profundamente a existência de um corpus documental nas instituições de pesquisa e arquivos europeus. Este estudo propôs-se a realizar essa investigação, comprovando ser escassas as informações disponíveis.

Um pressuposto importante para a compreensão da *circulação* de José Veríssimo nos congressos e seus intercâmbios científicos é o duplo movimento simultâneo e articulado de *mundialização da ciência* e *mundialização da cultura.* Conforme Lúcio Menezes Ferreira (2010), o primeiro movimento consistia nos processos de intercâmbio internacional estabelecidos, sobretudo, entre museus de história natural, zoologia, arqueologia e antropologia, uma vez que as trocas entre a ciência local e a internacional possibilitam a circulação e apropriação de teorias científicas, modelos institucionais e relações de poder entre diferentes regiões do planeta.

O segundo processo, de acordo com Renato Ortiz (2000), significou a expansão e consolidação do modo de produção capitalista, a partir das condições materiais de ampliação dos intercâmbios e trocas de bens culturais e a tradução disso nas projeções imaginárias da *belle époque*, uma vez que a *circulação de riquezas* estava absolutamente articulada à *circulação da cultura*, colocada à disposição dos consumidores mundiais. Acreditamos que José Veríssimo estava inserido em ambos os processos, movimentando-se em função de uma ambivalente condição: ora *escritor brasileiro*, ora *intelectual amazônico*.

Assim, o capítulo está dividido em quatro partes: a) Tricentenário de Luiz de Camões (10 de junho de 1880); b) Congresso Literário Internacional (Lisboa, 1880); c) 10º Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica (Paris, 1889); d) Enrico Giglioli e Émile Guimet.

4.1 Tricentenário de Luiz de Camões (10 de junho de 1880)

No dia 10 de junho de 1880, quinta-feira, um grande cortejo cívico tomou as ruas de Lisboa pela comemoração do tricentenário de morte de Luiz de Camões. Considerado o maior poeta em língua portuguesa e os *Os Lusíadas*, a epopeia das conquistas de Vasco da Gama, dos tempos gloriosos do império português. Na ocasião, Camões era o cantor da nacionalidade portuguesa. Diversos setores da sociedade civil, sob o comando da imprensa, organizam os preparativos do grande evento.

Nos jornais *Diário de Portugal*, *Diário de Lisboa*, *Jornal da Noite*, *Diário de Manhã* e *Correspondência de Coimbra*, pudemos observar a reserva de um espaço, geralmente na primeira e segunda página, com o título "Centenário de Camões", dedicado exclusivamente para divulgar os esforços em torno do evento. No próprio dia do evento, alguns jornais dedicaram números exclusivos, destinados, com textos e imagens, a figura e a obra de Luiz de Camões.

O planejamento do trajeto, a participação do exército e da marinha, as doações em dinheiro, a preocupação com a iluminação e com os foguetes, os preparativos nas cidades do Porto e em Coimbra, as conferências em memória de Camões, as comemorações no estrangeiro (especialmente em Paris e no Rio de Janeiro), enfim, toda mobilização e manifestação era noticiada.

A programação do centenário, diluída nestes informes diários, foi organizada em um folheto, cujo título *Programma da Celebração em Lisboa do Terceiro Centenario de Luiz de Camões – Commemoração promovida pela corporação da Imprensa Jornalistica, auxiliada pela Camara Municipal, pelo Governo e pelos Habitantes da cidade*, era divido em três partes: a) parte comemorativa do centenário; b) a parte festival do centenário; c) programa do préstito cívico e triunfal (PROGRAMMA DA CELEBRAÇÃO, 1880)

Em 20 de abril de 1880, formou-se essa comissão responsável pela organização do evento. No mesmo dia, houve a fundação da *Associação dos jornalistas e escritores portugueses*, pois se considerou oportuna a ocasião do centenário do maior escritor português para construir uma iniciativa em prol dos interesses dos homens de letras portugueses (JORNAL DA NOITE, 20 de abril de 1880, p. 1).

A comissão era formada por João Carlos Rodrigues da Costa, presidente; Theophilo Braga, Ramalho Ortigão, Luciano Cordeiro, Jayme Batalha Reis e Rodrigo Affonso Pequito, adjuntos; Manuel Pinheiro Chagas, relator; S. de Magalhães Lima e Eduardo Coelho, secretários (JORNAL DA NOITE, 20 de abril de 1880, p. 1).

Estampada na primeira página, quarta coluna, com o título "O CENTENARIO – Ao povo portuguez", o *Jornal da Noite*, de Quinta-feira 17 e Sexta 18 de junho de 1880, apresentava o balanço da comissão executiva da imprensa, organizadora dos festejos. A comissão utilizou-se de uma metáfora para estabelecer o seu papel e definir o resultado da comemoração: "Tem epopéas tambem o seculo XIX e a festa do centenario foi uma d'ellas; foi a epopéa do trabalho, da sciencia e da fraternidade" (JORNAL DA NOITE, 17-18 de junho de 1880, p. 1). O povo português realizou uma epopeia no presente em comemoração ao maior cantor da epopeia do passado.

Nesta epopeia do presente, a comissão assume o lugar de cantor, catalisando todos os anseios do povo português, que efetivou uma festa nacional com a grandeza de Camões, revelando seu "espirito liberal", seu "espirito moderno":

> (...) a afirmação mais gloriosa do nosso papel historico, aqui no cortejo civico e magestoso, que foi a *admiração dos estrangeiros*, a affirmação mais sublime do papel da patria rejuvenescida na marcha triumphal da civilisação moderna (JORNAL DA NOITE, 17-18 de junho de 1880, p.1 – grifo meu).

Entre os estrangeiros admirados estava José Veríssimo. Na construção da crônica "Lisboa e o Centenario de Camões", publicada em duas partes no *A Província do Pará*, respectivamente, nos dias 3 e 5 de agosto de 1880, parece haver a conexão entre as impressões dos jornais portugueses e a leitura de Veríssimo sobre exéquias cívicas do centenário de Camões.

A crônica registrou os acontecimentos que envolveram a celebração: o cortejo cívico e o traslado dos restos mortais de Luiz de Camões e Vasco da Gama para Igreja dos Jeronymos; a sessão na Academia das Ciências de Lisboa; as publicações sobre Camões e sua obra; e a formação de uma biblioteca camoneana.

No entanto, um dos pontos de relevo do relato era a definição do centenário como *jubileu civil*, que fez acordar o povo português da "acção nefasta da inquisição e dos jesuítas, entra hoje resoluta na obra da secularisação das sociedades" (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 3 de agosto de 1880, p. 3).

A sua crítica à Igreja Católica serviu-se, ironicamente, dos termos consagrados pelas festividades religiosas. De ocorrência periódica, os jubileus de prata e de ouro acontecem, respectivamente, a cada 25 e 50 anos. Quando chamou o centenário de *jubileu civil*, Veríssimo procurava demonstrar a marcha inevitável do *civitas* da civilização moderna sobre o princípio do *regio* da autoridade monárquica e eclesiástica:

> (...) as crenças theologicas embatidas por todas as forças da civilisação moderna, perdem todos os dias terreno; o homem reúne-se no grande corpo collectivo que se chama humanidade e, em grandiosos jubileus civis canonisa tambem immortaes e benemeritos, não já os monges e ascetas que fugiam com religioso terror ao contacto mundano dos seus semelhantes, mas ao pensador, ao artista ou ao poeta que lutou, no mais travado da peleja, pelo bem ou pela gloria da especie de que fazia parte (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 3 de agosto de 1880, p. 3).

Então, conforme esses indícios da documentação, pensamos alguns possíveis encaminhamentos analíticos. Como espectador/correspondente, este era o *lugar* do qual José Veríssimo observou os acontecimentos de celebração do centenário de Camões; era um *estrangeiro* que buscava atribuir sentido aqueles fatos, e era um *jornalista* que informava sobre aqueles fatos.

Entre informar e atribuir sentido, acionou suas *experiências* e colocou o seu *repertório* em ação. Por um lado, a experiência política dos embates entre as forças da *tradição imperial* e da *política científica* na província do Pará, nos quais, neste início de 1880 (permaneceriam com mais intensidade no transcorrer da década) já estava pelejando nos prelos pelo lado das hostes da *política científica*, desde 1877, escrevendo no *O Liberal do Pará.*

Por outro, a sua *leitura positivista* do centenário de Camões, em ressonância com a imprensa portuguesa, revelou um *repertório*, que, ao mesmo tempo, efetivava uma crítica política: o *jubileu civil* era apenas mais uma demonstração inevitável da "humanidade", organizada em "corpo colectivo", guiada pelo "espirito liberal e moderno", renovando a vitalidade de nacionalidade portuguesa, solapando as "crenças theologicas" e os governos monárquicos. Portanto, sua leitura crítica *circulava* atingindo a dois alvos: os monarquistas portugueses e os conservadores paraenses.

4.2 Congresso Literário Internacional (setembro de 1880)

O *Congresso Literário Internacional*, ocorreu na cidade de Lisboa, no dia 20 de setembro de 1880, na Sala da Biblioteca da Academia Real das Ciências, a organização foi chancelada pela Associação Literária Internacional, sediada em Paris. Foi presidido por Mendes Leal e Luiz Ulbach, com saudações iniciais de Henri Martin, M. Chodzkieviez, Aless Kraus, e a presença de D. Fernando, rei de Portugal, na tribuna de honra.

Entre 21 e 25, sediadas na Escola Politécnica de Lisboa, havia reuniões preparatórias, às 14h, e as sessões de exposição e discussão, às 15h. A dinâmica das sessões era exposição

de um relatório ou memória, cuja produção estava sob a responsabilidade de uma delegação nacional (delegações que formavam a Associação Literária Internacional), conforme o programa do evento (BULLETIN DE L'ASSOCIATION LITTÉRAIRE INTERNACIONALE, 1880).

O programa da reunião constituía-se de três partes: a primeira, um ponto de vista histórico sobre as literaturas antigas e modernas estrangeiras nos diversos momentos da literatura nacional; a segunda, uma questão sobre as traduções do ponto de vista literário – havia traduções literárias fiéis e corretas nas literaturas estrangeiras?; e a terceira, uma reflexão a propósito da relação entre tradutores, editores e autores estrangeiros – quais os costumes que existiam no pedido de autorização e retribuição? (BULLETIN DE L'ASSOCIATION LITTÉRAIRE INTERNACIONALE, 1880).

A maioria dos relatórios ou memórias trataram a questão da tradução. Pela delegação russa, M. Chodzkieviez, apresentou "La traduction dans la législation russe"; portuguesa, Mendes Leal, "Littérature portugaise"; inglesa, M. H. Van Laun, "Littérature anglaise"; francesa, M. Alphonse Pagès, "France. De l'influence des littératures étrangères"; polonesa, M. Mickiewicz, "Littérature polonaise"; norueguesa, M. F. Baetzmann, "Littérature danoise-norwégienne"; holandesa, M. Van Zuylen, "Littérature hollandaise"; italiana, M. Garberoglio, "Littérature italienne" (BULLETIN DE L'ASSOCIATION LITTÉRAIRE INTERNACIONALE, 1880).

Sobre o Brasil, o sr. Sant'Anna Nery discutiu a ausência de uma legislação de proteção à propriedade literária no Império. Publicada em duas partes, com o título "Brazil e a propriedade litteraria", em 23 e 24 de dezembro de 1880, no *A Província do Pará*.

Já Pinheiro Chagas, historiador e crítico literário português, apresentou uma *memória* (um documento escrito com fins de sumarizar uma questão em termos enciclopédicos) sobre a propriedade literária e levantou a questão de extinção da pirataria literária – traduções realizadas sem pagamento ao autor – que ainda existia no Brasil, da mesma forma que ocorria entre Bélgica e França. Também foi publicada nas páginas de *A Província do Pará*, intitulada "Universalização da propriedade literária", em 26 de outubro de 1880.

José Veríssimo, por sua vez, levantou-se em defesa da literatura brasileira O seu discurso foi publicado no *Jornal do Commercio*, de 9 de novembro de 1880.

Em outubro de 1880, foi publicado (um mês depois do congresso), em Paris, o *Bulletin de L'Association Littéraire Internacionale – Congress de Lisbonne – numéro 10, Octobre 1880*, um relatório de 72 páginas, descrevendo todas as atividades do evento. Os jornais portugueses – *Jornal da Noite*, *Diário de Lisboa*, *Diário da Manhã*, *Diário de*

Portugal e *Correspondência de Coimbra* –, no correr de suas impressões diárias, também informaram os acontecimentos do congresso

Na *Revista Brasileira*, de 1881, José Maria Vaz Pinto Coelho (1881) publicou o artigo "Da propriedade literária no Brasil", dividido em três partes, tratando sobre a inexistência de uma legislação brasileira que garantisse o direito à propriedade literária no Império, citando as discussões realizadas no Congresso Literário Internacional e as intervenções de José Veríssimo e Sant'Anna Nery em favor da literatura brasileira.

Pinto Coelho reconhecia a necessidade aderir as convenções internacionais de promoção da propriedade literária, pois a pirataria literária era uma vergonha que assolava o jornalismo nacional. Com esta intenção, os jornalistas Sant'Anna Nery e José Veríssimo participaram do *Congresso Literário Internacional*, ocorrido em Lisboa:

> Foi justamente aderindo a esse *desideratum*, que tomaram parte no Congresso Literario Internacional, reunido em Lisbôa de 20 a 25 de setembro do ano passado, os jornalistas brazileiros Srs. Frederico J. de Sant'Anna Nery e José Verissimo de Mattos. Este discurso que pronunciou [refere-se a Veríssimo], dando correctos, embora muito succintos esclarecimentos sobre a nossa actualidade literaria, manifestou em termos bastantemente claros a maneira por que os amigos das nossas letras encaram a questão da propriedade litteraria (REVISTA BRAZILEIRA, 1881, p. 492).

No *A Província do Pará*, José Veríssimo escreveu dois artigos sobre o congresso. O primeiro, de 17 de outubro, de 1880, com título "Congressos em Lisboa", relatou a ocorrência de dois congressos, "Congresso Antropológico" e o "Congresso Literário". Sobre ambos apresentava informações gerais: os organizadores, os participantes e os principais assuntos e debates.

O segundo artigo, de 7 de novembro de 1880 e com o mesmo título do anterior, tratou sobre as principais conclusões e apontamentos do congresso, transcrevendo alguns trechos do discurso de Pinheiro Chagas e expondo a sua própria intervenção em favor da literatura brasileira, por meio da apresentação de uma *memória*. Conforme consta nas biografias sobre José Veríssimo, escritas por Francisco Prisco (1937) e Ignácio José Veríssimo (1966), filho de José Veríssimo, em razão do destaque no congresso, o governo português outorgou a comenda da Ordem de Cristo a José Veríssimo.

Observo doravante as críticas de Pinheiro Chagas e a defesa de José Veríssimo sobre a relação entre propriedade literaria e a literatura brasileira. Porém, antes disso, é oportuno apreender a posição de Sant'Anna Nery[121], compondo o mesmo debate[122].

Com o título "Brazil e a propriedade litteraria", Santa'Anna Nery havia sido solicitado a tratar sobre qual literatura estrangeira tinha maior influência na literatura brasileira, o valor das traduções em circulação e a relação entre editor, autor e tradutor no Brasil. Embora houvesse bastante interesse pela literatura inglesa, alemã e norte-americana, as literaturas estrangeiras predominantes no Brasil eram a *portuguesa* e a *francesa*.

A primeira, por uma questão histórica, em razão do país ter sido colônia portuguesa e apenas, a partir de 1822, com o Brasil independente, começou a ter uma literatura própria. A segunda, por causa das ideias liberais, derivadas da Revolução Francesa, no processo de independência; o brilho e o esplendor do movimento romântico francês incorporado pelo romantismo de Gonçalves Dias e José de Alencar; e a facilidade de comunicação entre português e francês, por ambas serem línguas latinas.

No que diz respeito à questão da tradução, San'Anna Nery estabelecia duas qualificações: a) *traduções literárias*, consistiam naquelas produzidas "com amor e vagar", preocupadas com reprodução do estilo e beleza da língua original na vernácula da tradução, atendendo às exigências da arte literária, de obras que tendem a permanecer, tanto no presente, quanto no futuro; b) *traduções industriais*, aquelas realizadas no correr da pena, na rapidez e sem acuidade, procurando atender a "gana de actualidade" do público e o fluxo de tiragens da imprensa, cujas publicações tendem a efemeridade. "A traducção litteraria é uma fotografia perfeita; a traducção industrial é apenas um bosquejo improvisado" (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 23 de dezembro de 1880, p. 3)

Por fim, traçava os parâmetros da relação entre editores, autores e tradutores. Entre editores e tradutores os contratos eram estabelecidos pelo princípio do *quia nominor leo*[123], nos quais, estabelecendo uma transação assimétrica, o primeiro remunerava por um baixo valor o serviço do tradutor, cujo único benefício era o valor inicial da tradução, não se estendendo para posteriores reimpressões; assim, a tradução ficava na propriedade do editor, o dono dos meios de impressão e circulação de impressos. Isto ocorria fosse o editor um

[121] A atuação intelectual de Sant'Anna Nery na França transformou-o em um verdadeiro adido diplomático do Império brasileiro, por convicção política, e da Amazônia, por amor a terra natal. Sobre tal atividade de *mediação cultural*, consultar: ALVES, 2014; CARNEIRO, 2013; COELHO, 2007; VIDAL, 2014.

[122] Um dado curioso: o discurso de Sant'Anna Nery não foi transcrito no *Bulletin* do Congresso Literário Internacional, embora os discursos de Pinheiro Chagas e José Veríssimo estejam transcritos integralmente.

[123] "Porque me chamo leão", epígrafe latina extraída dos escritos do fabulista romano Fedro, expressão muito utilizada por Victor Hugo, empregada para estigmatizar aqueles que abusam de sua posição ou força, para oprimir.

livreiro, fosse dono de jornal. Por isso, a maioria das traduções eram anônimas; ninguém reclamava a autoria de um trabalho aligeirado e de péssima qualidade. E nessa equação, o autor não era considerado e nem comunicado, podendo, um mesmo autor, ter várias traduções, cujo critério seria apenas um: o menor preço.

A propriedade literária, deste modo, não gozava de qualquer garantia no mercado editorial brasileiro, sobretudo a literatura estrangeira. Sant'Anna Nery reconhece que a pirataria literária era a norma na relação entre editores e tradutores, e os autores, "Sim, sois roubados no Brazil", todavia, sublinhava claramente a identidade dos ladrões:

> Todos aquelles que conhecem o Brazil sabem os nomes dos editores de livros, dos emprezarios de theatros e adaptadores de peças dramaticas, que se tornam culpados desses emprestimos forçados. Taes nomes são, quasi todos, *nomes de estrangeiros* estabelecidos no Brazil ou que por lá passam (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 23 de dezembro de 1880, p. 3 – grifo do autor).

Assim, urgia a promulgação de uma legislação (indicou a iniciativa do deputado José de Alencar nesse sentido, embora sem sucesso) que garantisse o direito de propriedade literária aos autores e regulação dos contratos entre editores e tradutores. Uma vez que, em termos de direito, "(...) seria soberanamente indigno que a lei protegesse a mostarda do sr. Bornibus e deixasse roubar a 'Nossa Senhora de Pariz' de Victor Hugo!" (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 23 de dezembro de 1880, p. 3).

No dia 22 de setembro de 1880, Pinheiro Chagas expunha a sua comunicação, cujo título "Universalização da propriedade litteraria", com evidentes modulações de manifesto, realizava uma peremptória defesa da propriedade literária, sendo bastante festejado e aplaudido de pé (BULLETIN DE L'ASSOCIATION LITTÉRAIRE INTERNACIONALE, 1880, p. 34-36).

Esse discurso foi publicado em vários jornais portugueses: *Diário da Manhã* (26 de setembro de 1880, p. 1), *Diário da Noite* (28-29 de setembro de 1880, p. 2-3), *Diário de Lisboa* (30 de setembro de 1880, p. 3; 1 de outubro de 1880, p. 2). No *A Província do Pará* (26 de outubro de 1880, p. 3 – tomo essa edição por referência).

O intelectual português conclamava os membros do congresso a reconhecer a força do seu engenho e a capacidade do seu intelecto, pois, ambos, mereciam reconhecimento social e garantia material. Porém, havia quem se opusesse, considerando tal reconhecimento um rebaixamento da nobre atividade intelectual a mero ofício ou indústria, a mero "mercantilismo".

Pinheiro Chagas transformava a sua crítica em palavra de ordem:

> Sim, somos industriaes, e é sua a nossa grandeza. Somos obreiros, e trabalhamos, como os outros, na grande officina da civilisação moderna. Já não somos escriptores a soldo, formosas aves de gaiola, cantando nos seus viveiros dourados, e recebendo de grandes e reis, em troca de canções e de lisonjas, a alimentação de cada dia (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 26 de outubro de 1880, p. 3).

E continuava o manifesto:

> A questão da propriedade litteraria não é uma questão de mercantilismo, como se pensa e diz; é uma *questão de independencia* para o escriptor. A propriedade litteraria é a *emancipação do pensamento e dignidade das letras* (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 26 de outubro de 1880, p. 3 – grifos meu).

Portanto, para Pinheiro Chagas a garantia da propriedade literária nada mais representava do que a *profissionalização* do escritor: sobretudo, reforçando a sua *identidade* como produtor de ideias, cujos rumos da civilização moderna, dependem da sua *dignidade*, *emancipação* e *independência*. Tal garantia era comentada com pesadas críticas ao Brasil e seu mercado editorial.

Conforme as discussões de Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2015) e Lúcia Maria Bastos Neves (2011) o processo de profissionalização dos escritores brasileiros foi marcado por muitas vulnerabilidades legais de garantia dos direitos literários, a relação espoliativa entre editores e autores, e, via de regra, o estoicismo da atividade intelectual. Nestas condições de trabalho, cuja concorrência com as péssimas traduções de autores estrangeiros e um público largamente analfabeto, agravava ainda mais a constituição de um campo intelectual autônomo no oitocentos brasileiro. Avaliação compartilhada por Angela Alonso (2002). Como estamos observando, a partir da documentação, essa vulnerabilidade, espoliação e estoicismo não eram exclusivos do caso brasileiro, pois, no Congresso Literário Internacional, representando no discurso do intelectual português Pinheiro Chagas, ficaram evidentes que cada realidade nacional europeia também enfrentava problemas para a efetivação da *dignidade, independência e emancipação* dos escritores: a construção de um campo intelectual e a profissionalização dos escritores. Em outras palavras, a utopia ainda, infelizmente, atual: a dedicação exclusiva e a sobrevivência material como produtor de ideias.

O discurso de Pinheiro Chagas foi repercutido de maneira entusiástica pela imprensa portuguesa. No dia 24 de setembro de 1880, O jornal *Diario de Portugal* fazia a cobertura do *Congresso Literário Internacional*, dando destaque para a participação de um conterrâneo, que abordara uma questão capital para os escritores e homens de cultura portugueses:

> Era esta a melhor occasião para que homens auctorisados se levantassem chamando porque o Brasil aceite o direito de propriedade litteraria, e acabe com o systema vergonhoso da *contrefaçon*. Se a traducção é um roubo, como já ouvimos ali affirmar, o que será a reimpressão de uma obra sem ser consultado o seu auctor? Dá-se muitas vezes o caso de que o individuo que publica em Lisboa uma obra e manda uma parte d'ela para o Brazil, quando esta lá chega encontra já uma edição brazileira em movimento.
>
> Como o theatro dá-se o mesmo. Peças representadas mas não publicadas apparecem em scena nos theatros do Brazil.
>
> E os editores enriquecem com estas fraudes e os emprezarios deliciam-se com este deboche litterario, sem haver leis que os condemnem; e o imperador, que passa por sabio, protege com a sua indifferença esta mercancia vil e impropria de uma nação civilisada que tem tribunaes, mas que, decerto, não tem justiça (DIARIO DE PORTUGAL, 24 de setembro de 1880, p. 2 – grifo do autor).

Prestava assim Pinheiro Chagas relevante serviço na luta contra a pirataria literária. Ao procurar formar a opinião dos ilustres congressistas e utilizar aquela tribuna referendada pela intelectualidade internacional, o intelectual português pressionava o Imperador pela garantia da propriedade literária no Brasil.

O redator do *Diario de Portugal* prosseguia repercutindo a discurso de Pinheiro Chagas:

> Os applausos caiam espontâneos no fim dos mais belos períodos e, ao terminar, uma demorada salva de palmas do publico e dos congressistas manifestou-lhe o enthusiasmo que havia em todos. Fallaram tambem os srs. Cunha Belem, Mendes Leal, Conrad, Lermina, Ulbach, Pagés, Friedman e *José Verissimo, brazileiro*, tornando a sessão extremamente sympathica e interessante.
>
> O ponto principal a tratar é o da propriedade litteraria no Brazil, o ponto mais difficil, por certo, mas, sem duvida, o mais importante. que, decerto, não tem justiça (DIARIO DE PORTUGAL, 24 de setembro de 1880, p. 2 – grifo meu).

José Veríssimo foi um daqueles que aplaudiu de pé o discurso, reconhecendo as apreciações de Pinheiro Chagas, reproduzidas, nestes termos no seu artigo "Congressos em Lisboa", de 7 de novembro de 1880, no *A Província do Pará*:

> Com respeito ao Brazil disse:
>
> '.... Nós vemos desconhecidos nossos direitos mais authenticos e mais incontestaveis pela sem ceremonia com que os theatros do Brazil representam nossas peças sem autorisação. Não podemos atrevessar os mares sem encontrar flibusteiros que nos despojam do melhor da nossa receita. Nossos actores vão ganhar uma fortuna no Brazil representando nossas peças.
>
> 'Nós estamos a respeito do Brazil, senhores, nas mesmas condições que a França esteve outr'ora com respeito a Belgica; mas a Belgica reconheceu emfim este direito sagrado da propriedade litteraria, e o Brazil que é no entanto um paiz que comprehende todos os nobres pensamentos, que não recua diante de nenhum

> sacrificio para realisar as mais santas aspirações da civilisação moderna, o Brazil não quer reconhecel-o. Que digo eu? o Brazil o reconhece, são os seus legisladores que temem abordar esta questão; porém o paiz que abolio o trafico, que emancipou os escravos, não obstante o perigo que d'ahi poderia provir para a sua agricultura e riqueza, não póde deixar por mais tempo de render homenagem a este grande principio da propriedade litteraria... Eu vejo aqui nobremente representados quase todos os paizes do mundo civilisado, *vejo mesmo aqui representado o Brazil por um dos jovens escriptores que neste momento, póde se dizer que renovam as fórmas e as tendencias da litteratura brazileira*. Pois bem! eu propôria que o congresso desse a sua opinião sobre esta questão, propôria mesmo, se isto não é contrario aos nossos estatutos, que nos escriptores brazileiros e sobretudo ao nosso eminente confrade S. M. o Imperador, que é também um litterato e um erudito, conjurando-os de ser no seu paiz os campeões desta causa sagrada e de apagar na sua legislação, tão esclarecida aliás, esta mancha sombria' (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 7 de novembro de 1880, p. 3 – grifo meu).

Logo, a crítica do escritor português direcionadas ao Brasil, continha um destinatário bastante específico: os escritores brasileiros; especialmente, José Veríssimo. Dia 24 de setembro, até aquele momento ouvinte no congresso, Veríssimo solicitou a *parole* e dava conhecimento do seu *Rapport sur la littérature brésilienne* (BULLETIN DE L'ASSOCIATION LITTÉRAIRE INTERNACIONALE, 1880, p. 45-48).

Em 24 de setembro de 1880, este discurso foi publicado no *Diario de Belém*, e, posteriormente, em 9 de novembro de 1880, reproduzido no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, com o título "Discurso pronunciado Pelo Sr. José Verissimo de Mattos no Congresso Litterario Internacional de Lisboa".

Veríssimo apresentava-se nestes termos:

> Srs. Membros do Congresso Litterario Internacional de Lisboa – Eu começo, Senhores, por vos declarar que não sou aqui representante oficial nem do governo, nem de nenhuma associação litteraria do meu paiz. Como *escriptor brazileiro* julguei-me com direito a fazer parte de um congresso que se occupa de uma questão que me é extremamente sympathica e aqui estou, e na mesma qualidade levantei-me já para *explicar as condições do mercado litterario no Brazil*, explicação que não podia deixar de dar depois dos *brilhantes severas, mas justas palavras*, do illustre escriptor portuguez, o Sr. Pinheiro Chagas.
>
> Hoje, Senhores, creio do meu dever trazer-vos alguns ligeiros esclarecimentos sobre o *estado actual da nossa litteratura*, as suas condições mercantis, se assim posso dizer, e sobre a maneira porque entre nós se encara a propriedade litteraria (JORNAL DO COMMERCIO, 9 de novembro de 1880, p. 3 – grifos do autor).

Então, sua resposta era de um "escriptor brazileiro" esclarecendo sobre "o estado actual da nossa litteratura" e as "condições do mercado litterario no Brazil".

Iniciava a resposta por sua *concepção* de literatura brasileira. Distanciando-se, neste ponto, da posição de Sant'Anna Nery, pois considerava o maior alcance da circulação da

literatura francesa no Brasil. Por pautar-se na *imitação* de modelos literários estrangeiros, Veríssimo apontava que a *literatura brasileira* estava *em construção*.

Ao considerar o Brasil um "país novo", que ainda padecia de quase nenhuma *originalidade*, com poucas tradições históricas, culturais, artísticas, buscando nos métodos modernos da crítica literária e nos estudos etnológicos, as bases "para estudar as *raças cruzadas*, o producto dos tres grandes elementos estoicos que concorrerão para formar a *nossa nacionalidade*, o branco, o negro e o índio" (JORNAL DO COMMERCIO, 9 de novembro de 1880, p. 3 – grifo meu). Nesse sentido, frisava a pouca originalidade da leitura nacional nestes termos:

> Na poesia e no theatro porém, ficamos portuguezes, ou antes francezes, porque com muito raras excepções não são mais os literatos portuguezes que influem na nossa litteratura, *mas sim os francezes*. Os nossos dramaturgos inspirárão-se primeiro em Ducis, o imitador de Shakespeare, depois em Victor Hugo e Dumas pai, depois um Dumas filho, Augier e Sardon, como os nossos poetas inspirárão-se sucessivamente em Byron, Musset, Hugo, Vigoy, Beaudelaire, etc. Esta *falta de originalidade* não é difficil explicar desde que se sabe que trata-se de um paiz novo, sem tradições nem historicas, nem poeticas, nem artisticas, nem litterarias, isto é, sem a grande fonte de que nascem as litteraturas florescentes e ricas (JORNAL DO COMMERCIO, 1880, p. 3 – grifo meu).

A literatura era a instância de constituição, por meio dos conhecimentos mesológicos e etnológicos, da *diferenciação nacional*: reconhecer a *natureza tropical* e a *mestiçagem* significavam promover a nacionalidade brasileira (VENTURA, 1991).

Mesmo assim, apontava vários escritores de valor, de Machado de Assis a Castro Alves, passando Mucio Teixeira e Gonçalves Dias, que formavam essa literatura brasileira nascente, cuja produção não era tão vasta. As razões disso estavam, além do hábito da leitura ser artigo de luxo na população esmagadoramente analfabeta, na concorrência com os escritores estrangeiros, principalmente, portugueses. Como não havia qualquer regulação do contrato entre editores e tradutores, subscrevia totalmente as observações de Sant'Anna Nery sobre as *traduções literárias* e *traduções industriais*: a preferência do público brasileiro por obras estrangeiras, aliadas aos baixos custos da tradução, faziam os editores declinarem da publicação de escritores brasileiros. Tendo ainda em vista a escassa preferência por obras de cunho literário e artístico.

Arrazoando uma estatística, pelo menos 80% dos livros editados no Brasil, foram os próprios escritores que arcaram com os custos de publicação. Nesse sentido, relatava a sua própria experiência, a sua *prática* como escritor:

> Eu mesmo, que tenho neste momento a honra de fallar-vos, já publiquei um livro á minha custa, e tendo-o offerecido a differentes livreiros brazileiros para que me comprassem alguns exemplares por um preço muito modico, vio-o sempre rejeitado. Hoje tenho um manuscripto para o qual não acho editor ao meu paiz e que não me atrevo fazer imprimir á minha custa, porque estou certo, que como o outro sua venda não cobriria as despezas (JORNAL DO COMMERCIO, 9 de novembro de 1880, p. 3).

Como havia feito anteriormente Sant'Anna Nery, evidenciou quem eram os *editores*, por nome e por estado:

> No Brazil, meus Senhores, ha muitos poucos editores e esses poucos são *estrangeiros*. Posso citar de memoria o Sr. Garnier, francez; o Sr. Laemmert, allemão; os Srs. Cruz Coutinho e Sarafim Alvez, portuguezes, no Rio de Janeiro; e os Srs. Garrame e De Lalhaicar, francezes, em Pernambuco (JORNAL DO COMMERCIO, 9 de novembro de 1880, p. 3 – grifo meu).

As posições de Sant'Anna Nery e José Veríssimo a respeito do mercado editorial brasileiro convergem na indicação da *hegemonia* de editores estrangeiros. Suas intervenções no congresso literário procuraram esclarecer os intelectuais europeus sobre essa extensão do mercado editorial estrangeiro no Brasil.

Portanto, fazer a crítica ás arbitrariedades das casas publicadoras no Brasil, quanto a supressão, na prática, da garantia dos direitos de propriedade literária dos escritores estrangeiros, era compreender as *conexões* e os *modos de atuação* dos editores estrangeiros no Brasil. Tais arbitrariedades prejudicavam tanto escritores estrangeiros quanto escritores brasileiros. Os primeiros, devido à ausência de autorização e pagamento pela edição/tradução de suas obras em outro país – famigerada pirataria literária ou contrafacção. Os outros, em razão da preferência do público por obras estrangeiras e a tradução barata, acabavam tendo a publicação dos seus livros negligenciados.

Como é possível averiguar nas enumerações de Veríssimo, parte considerável destas empresas tinham suas sedes, no final do século XIX, concentradas no Rio de Janeiro, a Corte Imperial, e, se destacando como principal editora, a Livraria de Jean-Baptiste Garnier, um editor francês (HELLEWEL, 2005; LAJOLO, 2015).

Veríssimo concluía o seu discurso, reforçando a *identidade de escritores* evocada por Pinheiro Chagas:

> Nós brazileiros que *escrevemos*, não praticamos a pirataria litteraria, sofremos a inffluencia honrosa dos grandes escriptores de todo o mundo, *mas não os roubamos*; e vossa obra, Senhores, posso afirma-lo, não é extremamente sympathica e

> desejamos ardetemente o seu successo" (JORNAL DO COMMERCIO, 9 de novembro de 1880, p. 3 – grifo meu).

A partir da breve exposição do debate entre Pinheiro Chagas e José Veríssimo no Congresso Literário Internacional, podemos apontar alguns encaminhamentos analíticos. Do *lugar* de ouvinte, Veríssimo aplaudiu e subscreveu as ponderações de Pinheiro Chagas sobre a garantia da propriedade literária e as dificuldades da contrafacção (pirataria) para promover a *dignidade*, *independência* e *emancipação* dos escritores. No entanto, nas críticas pouco informadas ao Brasil, aos escritores brasileiros, assumiu o *lugar* de participante, apresentando um discurso com sua visão da literatura brasileira e as condições do mercado editorial no país.

Neste momento, foram agenciadas a sua *concepção* e a sua *prática* enquanto escritor brasileiro; ou seja, a sua *experiência* como escritor conduziram o *repertório* de argumentação na condição de participante do evento: ao evidenciar que a literatura brasileira estava em *construção*, pela investigação de suas *origens mestiças*, em vias de torna-se verdadeiramente *nacional*; e esclarecer que os *editores* praticantes da pirataria literária eram *estrangeiros*. Estas observações representaram formas de pensar e formas de agir diante das condições concretas do debate estabelecido no congresso, instituído do ponto de vista dos escritores *europeus*, cuja resposta foi construída do ponto de vista *brasileiro*.

Como sublinhei no capítulo anterior, a respeito das redes de sociabilidade de José Veríssimo e a sua colaboração com os Quesada e a *Nueva Revista de Buenos Aires*, a questão da profissionalização do escritor e a garantia da propriedade literária também se expandia para a América Latina. A revista argentina estabeleceu estreitos laços de colaboração com a *Revista Brazileira*, dirigida por Franklin Távora.

O primeiro artigo do periódico brasileiro republicado na *Nueva Revista* foi um ensaio de Sílvio Romero sobre a literatura brasileira: "Literatura Brasileira – sus relaciones com el 'Neo-Realismo'". Essa publicação ocorreu em 1881, um ano depois do *Congresso Literário Internacional*, evento promovido pela *Associação Literária Internacional*.

Os redatores argentinos tinham o protocolo de incluir notas de rodapé para contextualizar o público argentino a respeito de colaborações estrangeiras com a rubrica *Nota de la Direccion*. Nesta ocasião, incluíram uma nota apresentando o programa da revista e a filiação do seu diretor à *Associação Literária Internacional*:

> "La *Nueva Revista* ha significado en su programa el ardiente deseo que la anima de estrechar los lazos de confraternidad entre las naciones de la América Latina, publicando estudios sobre la vida intelectul de suas distinctos pueblos, para facilitar el conocimiento mútuo de sus literaturas y para que pueden ejercer reciprocamente la lejítima influencia que les corresponde. Además, el Director principal de la *Nueva*

> *Revista* es miembro del Comité Ejecutivo de la *Associacion Literaria Internacional*, sociedade altamente benéfica, con notabilíssismos propósitos y claros horizontes: su deber es, pues, contribuir á facilitar la honrosa tarea de aquel Instituto, dando á conocer las literaturas latinas, é insertando que tiende á estabelecer definitivamente en el mundo civilizado la *propriedade intelectual* com las mismas garantias que cualquiera otra propriedad" (NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, TOMO III, 1881, p. 483 – grifos do autor e grifo meu).

O projeto intelectual da revista argentina era integrar a intelectualidade latino-americana e garantir o reconhecimento da propriedade intelectual no mundo civilizado – leia-se, o mundo ocidental. Nesta mesma nota, os redatores fizeram referência ao discurso de José Veríssimo no congresso literário, embora já citado anteriormente, considero oportuna sua citação novamente, por ser representativa da *marginalização* da condição do escritor latino-americano:

> "Un literato brasileiro, señor José Verissimo, lo explicaba en el Congreso literario de Lisboa, adoléce en el Brasil del mismo defecto que en Rio de la Plata - con raras excepciones no hay editores, es decir, libreros que compren los manuscritos á los autores, ó aun que los impriman gratis. Los que tanto allí como aquí se adornan con el pomposo nombre de editores - repito que hay excepciones - son meros impresores, pues el autor paga de su proprio bolsillo el costo de su libro (...) Resulta de esto que la literatura es un verdadero lujo en las naciones latino-americanas, *porque de su pluma no vive* en estos países escritor alguno, si se exceptúa á los diaristas ó polemistas y panfletistas en materia política. El hecho es triste, pero es exacto" (NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, TOMO III, 1881, p. 485 – grifo meu).

A unidade de anseios e de aspirações entre Pinheiro Chagas, José Veríssimo e os Quesada estava na crítica do "porque de su pluma no vive": o processo de profissionalização do escritor oitocentista rompia fronteiras nacionais no reconhecimento ao direito à propriedade literária e à possibilidade de viver de letras.

Note-se também as modulações de escala entre *regional*, *nacional* e *internacional* na *circulação* das notícias do congresso, as quais repercutiram, respectivamente, no *A Província do Pará* (Belém), *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro) e *Diário da Manhã* (Lisboa), demonstrando, por meio do universo dos impressos, os processos de *mundialização da cultura*.

Pelo discurso, José Veríssimo foi igualmente celebrado e aplaudido por sua ilustração e erudição, sendo agraciado pelo governo português com a comenda da Ordem de Cristo: ao mesmo tempo que comemorou o *jubileu civil* do tricentenário de Camões, aceitava o *reconhecimento nobiliárquico* da Coroa portuguesa. Tornava-se, a partir desta honraria, o Sr. Comendador José Veríssimo – positivista e liberal o bastante para não recusar títulos de nobreza.

4.3 10º Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica (novembro de 1889)

O *10º Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica* foi sediado em Paris, por ocasião da Exposição Universal de 1889, entre 19 e 27 de outubro. A convite da Sociedade de Antropologia Pré-Histórica, José Veríssimo apresentou o trabalho intitulado "Homem do Marajó e a Antiga Civilização Amazônica", abordando a existência da civilização indígena na Ilha do Marajó.

Entre os pontos do questionário do congresso, sua comunicação se adequava ao oitavo: "Jusqu'à quel point les analogies d'ordre archéologique ou ethnographique peuvent-elles autoriser l'hypothése de relations ou de migrations préhistoriques?" (CONGRÉS INTERNACIONAL D'ANTHROPOLOGIE ET D'ARCHÉOLOGIE PRÉHISTORIQUES, 1889, p. 12). A questão da migração era fundamental para explicação da origem da antiga civilização amazônica.

No *A Província do Pará*, de 6 de novembro de 1889, com o título *O Congressos de 1889*, uma breve nota informava sobre o evento, realizado no Colégio da França, com a direção do sr. Quatrefages e a participação de 450 congressistas de distintos países, principalmente, belgas, ingleses e alemães. As discussões abordaram a questão da periodicidade dos fenômenos "glaciarios" e a validade das classificações paleontológicas e arqueológicas sobre o período quaternário.

Das diversas comunicações apresentadas, duas se destacaram por tratarem de temas que interessavam particularmente paleontólogos e arqueólogos; por um lado, foi exposta a mandíbula de um macaco antropoide, em bom estado de conservação, encontrada em Saint-Gaudens, até aquele momento, o único material sobre essa espécie estava em péssimo estado; por outro, o sr. Ferraz de Macedo encontrou um esqueleto humano intacto na camada terciária, a ciência da época tinha conhecimento de material humano na época quaternária. Nesta nota não há qualquer referência à comunicação de José Veríssimo.

José Araujo Roso Danin, então presidente de província do Pará, em razão da realização da Exposição Universal em Paris, e de sua participação no congresso, solicitou ao "commendador" José Veríssimo que estudasse na exposição a parte relativa a instrução pública.

Nesse sentido, expediu o ofício da solicitação transcrito no seu relatório:

> 1ª secção n. 3.355 – Palacio da Presidencia do Pará, 15 de julho de 1889 – Illm Sr. – Sabendo que tem v. s. de brevemente seguir para Paris, a convite da sociedade *Antropologica*, afim de tomar parte no congresso que ella vae realisar na epocha da exposição, resolvi incumbil-o de, como comissionado desta provincia, estudar a secção de instrucção publica da Exposição, tendo principalmente em vista: a organisação do ensino primario, escólas normaes, ensino technico, arquitetura escólar, methodos e aparelhos pedagogicos, ensino mixto e educação physica e outros assuntos concernentes a instrucção publica.
> "Do patriotismo e illustração de v.s. espero a aceitação d'esta commissão, cujo desempenho será um relevante serviço a nossa provincia"
> "Junto encontrará v. s. os officios de apresentação que dirijo ao nosso ministro em Paris e ao Presidente do *Comité* brazileiro – Deus guarde v. s. – José d'Araujo Roso Danin – Sr. Commendador José Verissimo (PARÁ. Relatório de Presidente de Província, José Araujo Roso Danin, 1889, p. 18-19 – grifos do autor).

Continua no relatório, depois da transcrição do ofício, a justificativa da solicitação e a apresentação das credencias de José Veríssimo:

> Habilitado como é aquelle cavalheiro, em questão dessa ordem, que se prendem a sua profissão, pois que é diretor de um acreditado collegio n'esta capital, estou convencido que se desempenhará perfeitamente bem da commissão que lhe confiei (PARÁ. Relatório do Presidente de Província José Araujo Roso Danin, 1889, p. 19).

Solicitação e credenciais apresentadas, as origens desta comunicação remontam ao ano de 1881 e o debate entre José Veríssimo e Barbosa Rodrigues sobre caráter das manifestações religiosas indígenas e suas representações em artefatos arqueológicos.

No ensaio *Idolo amazonico achado no Rio Amazonas*, de 1875, Barbosa Rodrigues (1875) descrevia a sua descoberta: duas figuras esculpidas em rocha, encontradas em Óbidos, no Baixo Amazonas, a semelhança de uma onça no ator de devorar uma tartaruga/jabuti, simulando uma alegoria baseada na crença em animais, cuja representação em pedra seria a *mãe* – a maternidade como sinal de força e virtude.

Pelo requinte e precisão no desenho esculpido, Barbosa Rodrigues aventava que o artista produtor destes objetos era um exímio observador da natureza. As margens do Amazonas, no mês de setembro, quando as onças estão no cio, era o lugar da pesca das tartarugas. Talvez este fato tenha feito o artista escolher essa imagem da onça devorando a tartaruga como símbolo da divindade das pescarias, uma vez que a *mãe* da onça é mais forte para submeter a tartaruga. Este artefato seria a representação do *ídolo amazônico da pescaria*.

No artigo *A religião dos tupi-guarani*, publicado em 1881, na *Revista Brazileira*, José Veríssimo (1881) contestava que o achado de Barbosa Rodrigues fosse um *ídolo*, por considerá-lo um *fetiche*. O ponto fundamental da divergência é a natureza da interpretação arqueológica (passado) e antropológica (presente) de cada um.

Os tupi-guarani, em termos religiosos, conforme Veríssimo, estavam nos estágios iniciais do fetichismo de características animais, por isso chamado de animista; não havia entre eles formas organizadas, com tempo e regras próprias, de culto e adoração religiosa. Assim, por sua vez, não haveria a representação material da divindade para o uso específico em cerimônias e rituais, chamado *ídolo*. O que havia na verdade eram *talimãs*, objetos de crenças ocasionais, cujo portador poderia ter sucesso na guerra ou na pescaria, sem qualquer manifestação de culto e adoração mais específica.

Veríssimo não contestava o valor e a autenticidade do achado de Barbosa Rodrigues, que, por seu requinte artístico, representava indícios de uma civilização mais adiantada, e, por isso mesmo muito distante do *gentio* amazônico e suas crenças fetichistas. A incompatibilidade estava na análise antropológica das crenças dos tupi-guarani realizada por José Veríssimo no presente em termos de *fetiche* e a avaliação arqueológica de Barbosa Rodrigues do seu achado do passado com as manifestações religiosas dos indígenas do presente, em termos de *ídolo*.

Para Veríssimo, a descoberta de Barbosa Rodrigues era um objeto estrangeiro a região amazônica cis-andina, sobretudo, na parte na qual foi encontrada, o Baixo-Amazonas, por revelar uma civilização muito mais avançada no domínio da escultura e representação da natureza do que os *selvagens* tupi-guarani.

Em novembro de 1882, no mesmo Baixo-Amazonas, visitando a Ilha de Maria Tereza, próxima a cidade de Óbidos, na foz do Rio Trombetas, Veríssimo teve a felicidade de encontrar um objeto muito similar ao descoberto por Barbosa Rodrigues, doado por um português que vivia na região. Tratando dessa nova descoberta, escreveu *Idolos Amazonicos*, em 1883, na *Revista Amazonica*, e, posteriormente, publicado no seu livro *Estudos Brazileiros – 1ª serie*, de 1889.

O seu achado esculpido em material argiloso tinha o formato de um peixe chamado *acará-bararoá*, bastante abundante na foz do rio Trombetas. Era patente o compartilhamento dos traços estilísticos da lapidação, fosse em rocha, fosse em argila, entre o seu achado e do Barbosa Rodrigues, pondo em relevo um artista com muita habilidade e fantasia na representação da natureza.

A partir dessas observações, Veríssimo declinou de sua consideração de que esses achados fossem externos a região amazônica cis-andina, mais precisamente, o Baixo-Amazonas. Porém, ratificou a sua percepção que esse artefato não era um *ídolo* pertencente aos *selvagens* amazônicos do presente, tendo em vista a sua qualidade artística ser muito superior aos *talimãs* fetichistas dos tupi-guarani. Encerrava o ensaio deixando essa questão

em aberto: “Si, porém, pertencem ou não a familia tupy-guarani, não sei, nem me aventuro a manifestar-me por qualquer d’essas hypotheses, que serão discutidas n’um outro estudo sobre a antiga civilização amazonica” (VERÍSSIMO, 1889, p. 109).

Na verdade, neste futuro trabalho, Veríssimo já tinha uma hipótese bem clara: a existência de uma antiga civilização amazônica, cuja origem americana era certa, porém faltava investigar de quais outros lugares do continente, poderia ter migrado uma forma tão avançada de sociedade antiga.

Essa investigação foi o objeto de sua apresentação no congresso de Paris. Pelo título “O Homem do Marajó e Antiga Civilização Amazônica”, já indicam, provavelmente, a descoberta de novos achados na Ilha do Marajó, considerando, que, ambas descobertas de José Veríssimo e Barbosa Rodrigues, estavam localizadas no Baixo-Amazonas, na região de Óbidos.

Era exatamente sobre a questão de migrações pré-históricas que tratava o “grupo de trabalho” no qual José Veríssimo apresentou a sua comunicação no congresso antropológico de Paris: “Jusqu’à quel point les analogies d’ordre archéologique ou ethnographique peuvent-elles autoriser l’hypothése de relations ou de migrations préhistoriques?”[124] (CONGRÉS INTERNACIONAL D’ANTHROPOLOGIE ET D’ARCHÉOLOGIE PRÉHISTORIQUES, 1889, p. 12).

No relatório encontrado apenas constava dois parágrafos descrevendo a apresentação do Sr. Veríssimo:

> M. J. Verissimo, du Para. Il y a deux familles d’Indiens juxtaposées au Brésil: l’une est celle des Tupi Guarani, parlant la *lingoa geral*; l’autre est celle des Tapouias, c’est-à-dire des barbares, à laquelle appartenait peut-être *l’homme des Sambaquis*.
> Les poteries découvertes dans Île Marajo, aux bouches de l’Amazone, et dont M. Verissimo présente un remarquable spécimen, semblent indiquer d’autres affinités, celles-ci septrionales. *L’homme du Marajo serait venu du nord de l’Amérique centrale en suivant la côte de l’Atlantique*. Parmi les trouvailles qui tendent á confirmer cette hypothèse, M. Verissimo cite plus spécialement les jades travaillés, recontrés au Brésil, et dont il presente un spécimen sculpé en forme de batracien[125] (CONGRÉS INTERNACIONAL D’ANTHROPOLOGIE ET D’ARCHÉOLOGIE PRÉHISTORIQUES, 1889, p. 39 – grifo do autor e grifo meu).

[124] Tradução livre do trecho citado: “Até que ponto as analogias de ordem arqueológica ou etnográfica podem autorizar a hipótese de relações ou de migrações pré-históricas?”. Agradeço a Rafaela Paiva Costa pelo gesto de amizade em traduzir os trechos doravante citados em francês. Muito obrigado.

[125] Tradução livre do trecho citado: “Sr. Jose Veríssimo, do Pará. Existem duas famílias de indígenas justapostos no Brasil: uma é a dos Tupis Guaranis, falantes da *língua geral*; outra é a dos Tapuias, quer dizer dos bárbaros, à qual pertencia talvez *o homem dos sambaquis*.
As olarias descobertas na Ilha do Marajó, nas bocas do Amazonas, do qual o Sr. Verissimo apresenta um notável espécime, parecem indicar outras afinidades, essas setentrionais. O homem do Marajó teria vindo do Norte da América Central seguindo a costa do Atlântico. Dentre os achados que tendem a confirmar essa hipótese, Sr. Verissimo cita especialmente os jades trabalhadas, encontradas no Brasil, das quais ele apresenta um espécime esculpida em forma de sapo”.

Pela descrição da comunicação, José Veríssimo ratificava a hipótese formulada da origem americana do "Homem do Marajó", embora não fique claro se o artefato apresentado pelo intelectual paraense era o mesmo encontrado no Baixo-Amazonas. Tudo nos faz crer que seja outro artefato, pois o material encontrado anteriormente tinha o formato de "peixe", e este, do evento, apresentava o desenho de "sapo".

De todo modo, com este provável achado ficava demonstrado a existência pré-histórica de uma civilização amazônica que ocupou a bacia do Rio Amazonas, do baixo afluente, à oeste, até a Ilha do Marajó, à leste, cuja origem era do norte da América Central, pela costa do Atlântico.

Sr. Hamy, o primeiro comentarista, concordava com a hipótese de Veríssimo para a origem setentrional e ocidental do artefato em formato de "sapo", pois, afirmava haver na América Central abundantes evidências de representações de "sapo" na iconografia mitológica:

> M. Hamy observe que la figure même, représentée par l'objet que montre M. Verissimo, suffirait à justifier l'origine septentrionale et occidentale qu'il lui attribue. C'est aux Antilles, d'une part, dans le Cundinamarca et l'Amérique centrale, de l'autre, qu'abondent en effet les représentation de la grenouille, qui joue un rôle si important das l'iconographie mythologique de l'Amérique moyenne. La représentation de la grenouille est um des faits qui autorisent le mieux au Nouveau-Monde, suivant la formule adoptée par notre question 7, 'l'hypothèse de relations ou de migrations préhistoriques'[126] (CONGRÉS INTERNACIONAL D'ANTHROPOLOGIE ET D'ARCHÉOLOGIE PRÉHISTORIQUES, 1889, p. 39).

Por sua vez, o outro comentarista, o Sr. Ladislau Netto também corrobora com os pressupostos da hipótese de José Veríssimo, pois aquele artefato era de uma antiga civilização indígena que nada tinha a ver com as populações indígenas, "os selvagens" contemporâneos, incapazes de realizar trabalhos tão habilidosos em pedra. Ladislau Netto se expressou nestes termos:

> M. L. Netto, de Rio-Janeiro, dit quelques mots à l'occasion de la communication de M. Verissimo sur les *Sambaquis* ou amas de coquilles du Brésil, et présent um certain nombre d'objets trouvés au cours de leurs fouilles et en particulier un grand fétiche de pêche en forme de poisson, des mortiers en forme de poisson et d'oiseau, qui ne peuvent pas être l'oeuvre des sauvages actuels. Em terminant sa communcation, M. Netto aborde la question de l'expansion de la jadéite dans l'Amérique du Sud, phénomène dont il n'est pa encore donné d'explication

[126] Tradução livre do trecho citado: "Sr. Hamy observa que a mesma figura, representada pelo objeto que mostra o Sr. Verissimo, seria suficiente para justificar a origem setentrional e ocidental que ele lhe atribui. É nas Antilhas, de um lado, na Cundinamarca e América Central, de outro, que abundam com efeito as representações do sapo, que assume um papel tão importante na iconografia mitológica da América média. A representação do sapo é um dos fatos que melhor autoriza o Novo Mundo, seguindo a formula adotada pela nossa questão 7, 'a hipótese de relações ou migrações pré-históricas'".

> satisfaisante[127] (CONGRÉS INTERNACIONAL D'ANTHROPOLOGIE ET D'ARCHÉOLOGIE PRÉHISTORIQUES, 1889, p. 39).

Conforme Anna Maria Linhares (2015), as populações indígenas no século XIX eram classificados em dois grandes grupos em função da origem linguística: de um lado, os tupi-guarani já assimilados ou extintos; de outro, os Botocudos, falantes de língua tapuia. Estes, os Botocudos, os índios vivos, eram aqueles que precisavam ser disciplinados e moralizados, pois resistiam ao processo de integração do Estado imperial. Quanto aos índios marajoaras, havia entre os cientistas que publicavam na revista *Arquivos* do Museu Nacional aqueles que os associavam ao tronco linguístico tupi, e outros não.

Contudo, se não tinha consenso a respeito dessa filiação, ocorria uma contraposição patente entre os *civilizados* indígenas marajoara do passado e os *selvagens* indígenas do presente. O elemento de distinção eram os artefatos materiais. Para Ladislau Netto, os Botocudos eram *selvagens* por desconhecer os benefícios da louça. Para José Veríssimo, os *selvagens* tupi-guarani produziam toscos *fetiches* para os seus cultos animistas. De todo modo, o ponto comum era a compreensão de uma antiga civilização indígena na Amazônia.

Segundo Lúcio Ferreira (2010), essa divisão entre índio "primitivo" e "civilizado" estava totalmente afinado com o projeto de *Arqueologia Nobiliárquica* associado ao projeto político Imperial que precisava equacionar as populações indígenas do passado e do presente:

> Reconhecia-se no indígena alguém que teve um passado civilizado, mas que, contudo, degenerou pela ação impiedosa dos trópicos, pelos desejos frenéticos da miscigenação e da antropofagia. Civilizado no passado, o índio seria agora um grego nu. Alguém que se despojou dos trajes civilizados do passado, cobrindo-se com vestes de penas. Se os artefatos do passado podem guardar emblemas civilizados, os do presente, embora sejam objetos etnográficos, são ameaçadores. O arco e flecha impedem a interiorização da civilização e o avanço geopolítico do Estado nacional. (...) É que a Arqueologia nobiliárquica pode ser definida como uma modalidade de conquista do território nacional e das populações indígenas. Dulcificar as populações por meio de projetos coloniais e assegurar o povoamento do território nacional: essas duas metas presidiram as determinações políticas da Arqueologia nobiliárquica (MENEZES, 2010, p. 57).

Pelo visto, ao menos indiretamente, José Veríssimo estava relacionado a esse projeto de arqueologia imperial, embora suas análises antropológicas incorporasse os pressupostos da *política científica* de contestação ao status quo imperial. De todo modo, a sua *circulação* no

[127] Tradução livre do trecho citado: "Sr. Ladislau Netto, do Rio de Janeiro, disse algumas palavras na ocasião da comunicação do Sr. Verissimo sobre os *Sambaquis* ou montante de conchas do Brasil, e apresenta um certo número de objetos encontrados no decorrer de suas escavações e em particular um grande fetiche de pescaria em forma de peixe e passarinho, que não poderia ser obra de selvagens atuais. No término da sua comunicação, Sr. Netto aborda a questão da expansão do jade na América do Sul, fenômeno para o qual ele ainda não deu explicação satisfatória".

congresso antropológico de Paris foi agenciada por esses conhecimentos arqueológicos e antropológicos sobre Amazônia.

Sendo este mesmo reconhecimento, como um intelectual conhecedor da antropologia e arqueologia amazônica, foi responsável pelo contato científico com Émile Guimet e Enrico Giglioli.

4.4 Émile Guimet e Enrico Giglioli

O primeiro contato de José Veríssimo com Émile Guimet aconteceu no *Congresso Literário Internacional.* Ao relatar uma das atividades recreativas do evento, um banquete oferecido aos congressistas pela Câmara Municipal de Lisboa, no *A Província do Pará*, de 7 de novembro de 1880, José Veríssimo foi apresentado à Émile Guimet como um estudioso de etnografia do Brasil:

> Ao sr. Virchow, o illustre professor de Berlim e não menos illustre adversário de Bismarck, apresentou-me o sr. Guimet, foi buscar adiante um prato e fez-me sentar perto de si, com essa cortezia propria dos homens superiores. Isto fez a um pobre rapaz sem nome, um dos maiores sabios do mundo contemporaneo, só porque um seu confrade lhe disse: *aqui o sr. que estuda a ethnographia do seu paiz, deseja conhecel-o e eu o apresento*. Que lição para certos figurões da nossa terra cheios de estupidez, de ignorancia e de vaidade! (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 7 de novembro de 1880, p. 3 – grifo meu).

Em 1885, por ocasião da polêmica com João Saraiva, dono do *Collegio Franco-Brazileiro* – discussão do próximo capítulo –, na qual foi acusado de "ignorante aventureiro das letras paraenses", Veríssimo relevava os *juízes* que garantiam o seu compromisso intelectual, e junto a isso, a manutenção de uma rede de sociabilidade no Brasil, na América Latina e na Europa:

> Atire-me a pecha de ignorante de aventureiro das lettras paraenses, o que quiser a este respeito do seu juizo appello para o de homens do valor intellectual e moral como Sylvio Romero, o illustre critico brazileiro e professor de philosophia no Collegio de Pedro 2º, que cita o meu nome com louvor em mais de uma obra sua; de

> Franklin Tavora, que não me conhecendo siquer de vista, escreveu sobre mim um estudo critico biográfico e faz-me constantemente a honra de citar-me; dos illustres mythologos francezes Emilio Guimet e Malloné que a vista dos meus trabalhos a esse assumpto convidaram-me a collaborar na importante revista *Annalles du Musée Guimet*, como das cartas que tenho em meu poder; do operoso historiografho brazileiro Cesar Augusto Marques, que tambem não me conhece pessoalmente e do qual tenho as mais lisonjeiras cartas; do Theophilo Braga, o celebre historiador da litteratura portugueza, de Pinheiro Chagas; do dr. Ernesto Quesada, de Buenos Ayres, um moço que conta os annos pelos volumes publicados; dos illustres sabios italianos Giglioli e Mantegazza, por cuja proposta eu fui aceito unanimente socio correspondente honorário da *Sociedade de anthropologia e ethnologia de Florença*; de Macedo Soares, o jurisconsulto e ethnologista brazileiro, que fala de mim com as mais lisonjeiras expressões; etc. etc.
> Quem tem *d'estes juízes a seu favor*, sr. Saraiva, póde bem despresar qualquer conceito que o sr. possa fazer de suas aptidões (DIÁRIO DE BELÉM, 11 de dezembro de 1885, p. 3 – grifos do autor e grifos meu)

Assim, José Veríssimo era colaborador na revisa *Annalles du Musée Guimet* e correspondente honorário da *Sociedade de Anthropologia e Ethnologia de Florença*, por intermédio de Enrico Giglioli. A existência deste contato é comprovada pela correspondência mantida entre José Veríssimo e Émile Guimet[128], de 1881 e 1889; e com Enrico Giglioli[129], entre 1884, 1885 e 1887.

De 1889 a 1898 foi o período de intercâmbio entre o Museu Zoológico de Florença e o Museu Nacional. O contato inicial do Giglioli com o Museu Nacional ocorreu em 1866. Conforme Antonio Carlos Fernandes *et all* (2010), foi a partir deste contato que Giglioli iniciou a montagem de sua coleção etnológica:

> Criou, então, uma coleção com os materiais etnológicos resultantes da viagem a bordo da fragata Magenta e de inúmeros outros objetos obtidos através de suas relações sociais e científicas com várias partes do mundo, incluindo o Museu Nacional, que certamente teriam se iniciado quando de sua passagem pelo Rio de Janeiro, no início de 1866 (FERNANDES *et all*, 2010, p. 5).

A razão do contato e do intercâmbio com o Museu Nacional, deveu-se ao interesse de Giglioli na montagem de uma coleção antropológica no Museu de Zoologia de Florença Em que momento ocorreu o contato e a troca de correspondência entre Veríssimo e Giglioli? Sabemos que essa troca aconteceu entre 1884 e 1887. Essa, talvez, seja uma das razões do

[128] Émile Guimet (1838-1918), industrial e colecionador de objetos de arte, manifestava bastante interesse pela cultura oriental e adquiria artefatos em suas viagens. Com suas coleções, abriu o Musée Guimet, com parceria da prefeitura de Lyon, em 1879, dedicado a história natural e cultura asiática. Em 1888, na capital Paris, é aberto às suas custas um novo Musée Guimet, com sucesso de público.

[129] Enrico Hillyer Giglioli (1845-1909) foi um zoólogo e antropólogo italiano. Formou-se em Ciências Naturais, na Universidade de Pisa, em 1864. Tornou-se professor do Instituto de Ensino Superior de Firenzi, em 1869, na cadeira de Zoologia e Anatomia Comparada dos Vertebrados, bem como responsável pelo Museu de Zoologia dos Vertebrados, da mesma instituição.

contato de Giglioli com José Veríssimo, conhecedor da etnologia indígena amazônica. De todo modo, o interesse de Giglioli por antropologia (inicialmente, pelo pai), e etnologia indígena, foi incentivada pela visita e o intercâmbio com o Museu Nacional do Rio de Janeiro (FERNANDES *et all*, 2010).

Estas correspondências[130] trataram basicamente do interesse destes pesquisadores europeus por publicações (Giglioli pediu um exemplar da *Revista Amazonica* e do livro *Scenas da Vida Amazonica)*, por artefatos antropológicos e arqueológicos da cultura amazônica, para compor seus conhecimentos sobre "povos primitivos" e as coleções dos seus museus e institutos de pesquisa.

Nos Anais do *Musée Guimet*, em 1884, houve a publicação do *Idoles de L'Amazone* (Extraite des Annales du Musée Guimet) – este artigo foi originalmente divulgado na *Revista Amazonica*, em março de 1883. Acreditamos que sua republicação em francês no *Mussée Guimet* seja resultado das correspondências trocadas entre Émile Guimet e José Veríssimo e do interesse do diretor do museu pela cultura e sociedade amazônica.

Essa correspondência indica o reconhecimento de José Veríssimo pelas instituições europeias de pesquisa, ambas dedicadas de antropologia e arqueologia, como um sujeito habilitado para colaborar e estabelecer intercâmbio intelectual sobre Amazônia. Neste contexto, a *Revista Amazonica*, o livro *Scenas da Vida Amazonica* e o ensaio *Idolos Amazonicos* transformaram-se em objetos impressos de *mediação cultural*.

Foram responsáveis pela *circulação* de José Veríssimo no universo científico cada vez mais internacionalizado e cada vez mais interessado por sociedades e culturas atingidas pelo processo de modernização, que, naquele final de século XIX, tomava dramáticas proporções globais. A *Amazônia Global* expandia as suas fronteiras intelectuais e José Veríssimo tornava-se o seu representante reconhecido e respeitado na confraria internacional da ciência.

O convite para o congresso de Paris, a participação no *Congresso Literário Internacional* e a correspondência representaram *lugares* de autoridade e reconhecimento dos estudos realizados por José Veríssimo sobre a sociedade e cultura amazônica. Como pudemos observar, estes *lugares* só puderam ser assumidos, em razão do debate travado com Barbosa

[130] As correspondências ativas de Émile Guimet e Enrico Giglioli destinadas à José Veríssimo foram localizadas no Arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras. Contudo, o seu estado de conservação é péssimo. As cartas de Émile Guimet estão com a tinta desbotada, sendo possível identificar algumas palavras, cuja leitura na totalidade é bem prejudicada. Nas cartas de Enrico Giglioli ocorre o contrário, a tinta é muito forte e foi escrita em frente e verso, tornando impossível a leitura – apenas algumas palavras são identificáveis.

Rodrigues, originando a *experiência* de discussão sobre arqueologia e antropologia indígena na Amazônia.

Tal experiência foi acionada e mobilizada por seu *repertório* nos resultados do estudo exposto no congresso de Paris, diante da situação concreta dos debates do evento. O mesmo ocorrendo no discurso em defesa da literatura brasileira, mobilizando a sua *experiência* e as vicissitudes como escritor brasileiro e sul-americano, cuja garantia da propriedade literária representava um passo importante para o processo em curso de profissionalização do escritor.

***

Os *lugares*, a *experiência* e o *repertório* estabeleceram o fazer-se de José Veríssimo como *intelectual amazônico*. Essas articulações, por sua vez, entre museus, congressos e publicações destacavam os modos de *circulação* e intercâmbio do processo de *mundialização da ciência* e *mundialização da cultura*.

Nesse sentido, para encerrar a discussão do capítulo, cabe ressaltar que esses circuitos de mundialização da ciência e da cultura estavam diretamente relacionados ao processo mais amplo de modernização econômica, ao consolidar o modo de produção capitalista no mundo ocidental.

Assim, a *circulação* de José Veríssimo esteve associada ao debate a respeito da profissionalização do escritor. Apenas a condição de escritor brasileiro mobilizaria conhecimentos aprofundados acerca do mercado editorial brasileiro e a necessidade premente de garantia da propriedade literária no Brasil, uma vez que os escritores brasileiros eram os mais prejudicados.

Na verdade, esse respeito à propriedade intelectual prejudicava Pinheiro Chagas em Portugal, José Veríssimo no Brasil e os Quesada na Argentina: o processo de profissionalização do escritor acompanhava os circuitos de mundialização da cultura.

Veríssimo ainda assumiu o *lugar* de antropólogo e de arqueólogo no Congresso de Paris. A hipótese de uma antiga civilização indígena na Amazônia estava relacionada as pesquisas realizadas no Pará, do ponto de vista antropológico e arqueológico: os *selvagens*

indígenas do presente não detinham a cultura material que garantia a *civilização* dos indígenas do passado. Nesta dicotomia, surgiu o "Homem do Marajó": o artefato em formato de sapo que ampliava em direção leste essa antiga civilização, cujos vestígios eram conhecidos à oeste, no Baixo-Amazonas, no formato de peixe.

De todo modo, o "Homem do Marajó" estava incluído no projeto de *Arqueologia nobiliárquica* que estabelecia a consagração dos índios *civilizados* na identidade nacional e a dizimação dos índios *selvagens* nos processos de reforma dos costumes e catequização compulsória. O projeto nacional do "Homem do Marajó" apresentado no congresso em Paris – eis a *mundialização da ciência*.

Outro processo paralelo que ocorria era a *mundialização da educação*: no próximo capítulo, vamos observar a *experiência educacional* de José Veríssimo enquanto *educação moderna*, *educação nacional* e *educação republicana* na província do Grão-Pará.

5 "Grande operario da civilisação futura dos povos da Amazonia": a *experiência educacional* de José Veríssimo

Nos capítulos anteriores foram apresentados a construção da imagem do "Sr. Critico", o movimento editorial das redes de sociabilidade que reconheceram o *escritor de província* e a *circulação* por congressos internacionais na Europa. Todos processos circunscritos nas fronteiras da *Amazônia Global*. O pensamento histórico-etnográfico de José Veríssimo foi constituído nos embates políticos entre as forças da *tradição imperial* e da *política científica* no interior da província do Pará.

No debate sobre a *reforma dos costumes* da população livre e pobre, Veríssimo foi o primeiro a analisar a questão da perspectiva da *raça*, propondo, deste modo, a *mestiçagem* como um dos meios de *civilização* da população indígena e mestiça da Amazônia, junto com a colonização estrangeira, o trabalho sedentário na agricultura e a educação – era necessária uma reforma social e intelectual, pois, *Não basta produzir borracha*.

Assim, se a *experiência periódica*, que serviu de base para a construção do seu pensamento social, foi produzida nos jornais paraenses e na *Revista Amazonica*, de forma simultânea a *experiência educacional* de José Veríssimo foi urdida entre a sociedade civil e a sociedade política: da *Sociedade Paraense Promotora da Instrução*, passando pelo *Collegio Americano*, até assumir a diretoria da Instrução Pública, no governo provisório republicano. Portanto, ambas as experiências foram forjadas em função e como intervenção no debate

político entre as forças da *conservação* e da *reforma* – a educação foi uma das trincheiras desta querela.

A vinculação entre o pensamento social e educacional de José Veríssimo é um pressuposto dado pelas pesquisas que analisaram suas obras etnográficas e educacionais. Se o seu pensamento social constatava a *abatimento* das raças cruzadas no Pará, a educação era uma das soluções para a *regeneração* destas populações. Estes estudos destacam o *caráter inovador* da proposta educacional de José Veríssimo, cujo apontamento da necessidade de uma *educação nacional* que fomentasse o sentimento cívico e a identidade nacional estava diretamente relacionada à promoção de uma educação identificada com o novo regime, de uma *educação republicana* (ARAÚJO, 2010; ARAÚJO; PRESTES, 2007; BARROSO, 2005; CAVAZOTTI, 2003; FRANÇA, 2004; 2007; 2009; 2014; TULLIO, 1996).

Outro ponto observado pela bibliografia é a manifestação desta inovação pedagógica na inclusão das disciplinas de história, geografia e educação física no ensino primário, bem como a preocupação com a educação feminina (SILVA, 2012). Houve também pesquisas que sublinhavam a incorporação do modelo educacional estadunidense como referência para pensar a formulação de uma educação nacional brasileira, ficando entre o patriotismo e o americanismo (BONTEMPI JÚNIOR, 2003). José Veríssimo, em razão do seu pioneirismo e ter apresentado as linhas mestras do debate educacional brasileiro, foi ainda incorporado a uma linhagem de educadores com contribuições duradouras e modelares para a educação brasoleira, assim, sendo considerado um *clássico* (ALVES, 2011). O denominador comum destes estudos é considerar o pensamento educacional de José Veríssimo corporificado e sistematizado na publicação do *A Educação Nacional*, de 1890.

Na monografia de graduação (2009) e dissertação de mestrado (2011), considerei alguns destes pressupostos na análise do pensamento educacional de José Veríssimo e suas vinculações com as políticas educacionais do Governo Provisório Republicano. A monografia investigou o projeto político-educacional construído nos discursos da elite política paraense (intelectuais e autoridades públicas) no Governo Provisório (1889-1891) de Justo Chermont, sob a administração de José Veríssimo frente à Instrução Pública (MORAES, 2009). O objetivo fundamental de tal concepção era a regeneração da população mestiça, considerada nesse termo como degradada pelo cruzamento racial. A educação é concebida como instrumento de superação desta condição (junto com a *teoria do branqueamento*) e formadora do caráter nacional, do cidadão patriótico. O seu enfoque é o ensino primário, pois esse movimento de superação tinha que começar pela infância.

Portanto, no Governo Provisório (1889-1891), a educação é regeneradora da *raça* e formadora do caráter nacional, estando os seus esforços localizados no *ensino primário*. Houve, entre o final do Império e início da República, várias iniciativas de reforma da instrução pública, focando, especialmente, a instrução primária nas diversas províncias que formam o Império do Brasil, e, posteriormente, nas várias unidades federativas que compunham a República Federativa do Brasil. O objetivo era a civilização e o progresso por meio da reformulação das disciplinas escolares, dos métodos de ensino, da formação de professores, da disciplina e domesticação dos corpos infantis (ARAÚJO, FRANÇA, ALVES, 2014; BOTO, 1990; GONDRA, 2004; GONDRA, SCHUELER, 2008; SCHUELER, 1999).

No mestrado, investigou-se se havia uma continuidade entre a concepção político-educacional que reformou a Instrução Pública sob a administração de José Veríssimo no Governo Provisório e o ideário educativo do Governo de Lauro Sodré, que também encaminhou várias reformas na instrução pública paraense (MORAES, 2011). Constataram-se, desta forma, continuidades e rupturas. Continuidades no que diz respeito aos objetivos educacionais das reformas empreendidas, não mais voltadas para o ensino primário, preocupadas com a reestruturação do ensino secundário e profissional. Rupturas referentes ao objetivo político de engendrar a cidadania nos quadros da classe trabalhadora, considerando que o esforço na formação de cidadãos já havia sido iniciado junto à mocidade paraense, no governo anterior, com suas reformas do ensino primário. Os *sentidos* representam o nexo de referência da concepção político-educacional em ambos os governos na orientação de suas reformas educativas e no encaminhamento de seus objetivos políticos e finalidades educacionais, assumindo uma característica decisivamente *republicana* no contexto de legitimação do regime republicano no governo de Lauro Sodré.

Realizado este arrazoado bibliográfico, o objetivo deste capítulo é analisar a *experiência educacional* de José Veríssimo em diferentes *lugares* ocupados na sociedade civil e na sociedade política nas últimas décadas do Império e nos primeiros anos da transição republicana no Pará. Nesse sentido, pretende-se compreender dois momentos da trajetória de José Veríssimo relacionados à educação.

Em primeiro lugar, no que diz respeito a passagem da *difusão* à *prática educativa*, da *Sociedade* ao *Collegio Americano*, da tribuna pública de divulgação ao laboratório privado de experimentação: considerar a *Sociedade* como prática político-cultural de contestação do *status quo* imperial do ponto de vista educacional e a *escola* como uma instância de *organização da cultura*, selecionando, inovando e legitimando saberes educativos *modernos* para a mocidade paraense. Em segundo lugar, assinalar o *A Educação Nacional* como uma

síntese teórica produzida sobre a prática educacional de José Veríssimo no *Collegio Americano*; ao mesmo tempo, indicar os modos pelos quais essa síntese teórica foi incorporada pela *política pública* educacional do Estado republicano em construção, a partir da gestão de José Veríssimo como diretor da Instrução Pública.

Pretendo ampliar a discussão sobre a *experiência educacional* de José Veríssimo no Pará ao considerá-la forjada em função do debate político e, principalmente, como um dos representantes da *geração 1870* na sociedade civil, que, ao assumir posto na burocracia do Estado, buscou implementar o seu plano de reforma para a *educação nacional*, profundamente fincada em uma *experiência amazônica*.

Estas são as duas inflexões que espero encaminhar com a discussão deste capítulo: apontar a *experiência educacional* de Veríssimo na passagem da *difusão* à *prática educacional*, bem como na mediação da *teorização* à *política pública*. Assim, ele foi organizado em quatro partes: 1) o concurso à cadeira de Francês no Liceu Paraense (1881) e a Sociedade Paraense Promotora da Instrução (1883 e 1884); 2) o *Collegio Americano* (1884-1890); 3) a edição de *A Educação Nacional* (1890); 4) Diretoria da Instrução Pública, do Governo Republicano Provisório (1889-1891).

5.1 "Saber é poder": o concurso à cadeira de Francês no Liceu Paraense e a Sociedade Paraense Promotora da Instrução

No rodapé da segunda página do *O Liberal do Pará*, de 10 de maio de 1883, quinta-feira, na sessão *Annuncios*, o 1º secretário, José Veríssimo, informava à sociedade paraense sobre o ato de inauguração da *Sociedade Paraense Promotora da Instrucção*:

> Devendo inaugurar-se no domingo 13 do corrente, as 10 horas da manhã (em ponto), a Directoria convida a população da capital a comparecer a esse acto, que terá lugar no salão da Assembléa paraense, à travessa de S. Matheus. A ordem do dia é: 1º Posse da directoria definitiva. 2º Discurso do sr. presidente, Conselheiro Tito Franco de Almeida (O LIBERAL DO PARÁ, 10 de maio de 1883, p. 2).

No domingo seguinte, 13 de maio, ocorria a reunião de abertura da sociedade, às 10 horas (só não se sabe se em ponto), no salão da Assembleia Paraense. "Folgamos de vêr o espirito de associação desenvolver-se no sentido de diffundir conhecimentos, de propagar á instrucção, essa grande alavanca e solida base de todo progresso", afirmava uma breve nota sobre o evento, em uma coluna da sessão *Noticiario* na terceira página do *O Liberal do Pará*.

Nela ainda foram feitos os mais sinceros votos pelo futuro desta "util instituição" e promessas de franco e decidido apoio à iniciativa.

A diretoria da sociedade era composta dos seguintes cargos: Presidente, Conselheiro Tito Franco de Almeira; 1º Vice-Presidente, dr. Demetrio Bezerra; 2º Vice-Presidente, dr. José Paes de Carvalho; 1º Secretário, José Veríssimo; 2º Secretário, Marcellino A. L. Barata; Tesoureiro, Ludovico Paiva; Procurador, Rodrigo Salles. A notícia termina com um esclarecimento e um convite: uma vez inaugurada, a sociedade promoveria conferências todos os domingos, nas quais o primeiro orador a ocupar a tribuna seria o médico português dr. Domingos J. B. D'Almeida – "Comprimentando a sociedade promotora da instrucção, convidamos o publico, principalmente as distinctas familias desta capital a comparecerem" (O LIBERAL DO PARÁ, 13 de maio de 1883, p. 3).

Embora a notícia não tenha feito referência ao Discurso de Abertura do Conselheiro Tito Franco de Almeida, houve apenas três conferências promovidas pela *Sociedade*, no salão do Grêmio Literário Português, em 1883. A primeira ocorreu entre maio e junho – *O método intuitivo Froebel para a educação da primeira infância* por Domingos J. B. de Almeida. Já a segunda, em junho – *A mãe de familia* do Conselheiro Tito Franco de Almeida. A última conferência foi realizada em julho – *O movimento intellectual brazileiro nos ultimos dez annos* de José Veríssimo. O discurso de abertura e as três conferências foram publicadas na *Revista Amazonica*. As atividades da *Sociedade* foram realizadas entre 1883 e 1884.

Tal iniciativa, pode-se supor ter sido o contato mais sistemático de José Veríssimo com o debate educacional, tendência que iria se confirmar com o advento do *Collegio Americano* (mais precisamente na segunda formação da instituição, iniciada em 1884, quando se tornou diretor), permitindo, por sua vez, o acúmulo de discussão e experiência prática que fomentaria a escrita do *A Educação Nacional* e a atuação na Diretoria da Instrução Pública.

Houve, porém, um contato com a educação anterior a atuação na *Sociedade*: o concurso de lente de Francês no Liceu Paraense, em 11 de agosto de 1881. Nesta ocasião acontece a primeira polêmica do intelectual paraense envolvendo questões educacionais, tendo o impasse ocupado as páginas de agosto dos jornais *Gazeta de Notícias* e *O Liberal do Pará*.

Por razões de politicagem, havia o boato de que a cadeira estava previamente escolhida em favor do adido da secretaria da presidência da província, o dr. João Antônio Luiz Coelho, aprovado e nomeado (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18 de agosto de 1881, p. 1). O boato foi apresentado no *Gazeta de Notícias*, de 13 de agosto de 1881, na seção *Asumptos do dia*, informando que o voto do corpo docente do Liceu Paraense, por ocasião do concurso de

francês, era "escoimado de paixão, e se prejudica os cavalheiros victimas da injustiça não lesa menos os interesses da instrucção publica" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 de agosto de 1881, p. 2).

Continua informando a nota, que, se comparado aos concursos anteriores pertinentes às cadeiras de latim e alemão, os candidatos do concurso de francês não deveriam ser excluídos da classificação, uma vez que foram aprovados: "Os dois cavalheiros, com toda a justiça, aprovados plenamente no concurso de ante-hontem não deviam ser excluidos da classificação, não podiam sel-o também os srs. José Verissimo e Pinto Marques" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 de agosto de 1881, p. 2). Conforme o articulista, este resultado devia-se "A facilidade com que a politicagem intervem no ensino", pois, "(...) as espheras pretas que pozeram-n'os fóra da classificação não lhes *qualificam o merito, punem-lhes*, quando muito, *as opiniões*", uma vez que o certame "Não era precisamente de que se tratava no concurso, mas era o que annunciava com bastante antecipação", e novamente a ratificação do boato: "Dizia-se que a cadeira estava promettida, que estava dada, e é bem possivel a vista dos precedentes, que o voto do corpo docente apenas symbolise uma ratificação de promessa" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 de agosto de 1881, p. 2).

O articulista encerrava a nota lamentando que o corpo docente do Liceu Paraense, ao invés de distinguir-se pela prática da justiça e a altivez do dever, apenas "Prejudicava-se prejudicando os seus desaffectos", ao demonstrar "(...) ter todos os attributos para as *tricas da nossa politicagem*, fallecem-lhes o sentimento do dever" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 de agosto de 1881, p. 2 – grifo meu). Ao invés de pôr em primeiro plano as habilidades específicas dos candidatos, havia a supremacia da opinião política no concurso de provimento para o funcionalismo público. José Veríssimo estava sendo alvo da clássica perseguição política em processos de avaliação profissional, nos quais o que menos importa é o mérito, pois avulta-se as paixões pessoais e políticas dos membros da banca examinadora.

N'*O Liberal do Pará*, de 25 de agosto de 1881, na primeira página, também foi noticiado o ocorrido no concurso para a cadeira de Francês do Liceu Paraense, comentando artigo publicado no *A Constituição*, sobre a nomeação do dr. João Antônio Luiz Coelho. A redação do *A Constituição*, "com um desassombro digno de inveja", censurava essa nomeação, por considerar Egydio Duarte e Pinto Marques mais habilitados para o cargo.

Se o *A Constituição* publicava essa argumentação, "que se cifra em affirmar e não em provar", *O Liberal do Pará* via-se na obrigação de responder que "não é licito deixar correr mundo uma tal informação sem contra ella protestar em nome da justiça" (O LIBERAL DO PARÁ, 25 de agosto de 1881, p. 1), e se havia injustiça, esta não se restringia aos dois

protegidos do *A Constituição*, relegando ao esquecimento os outros candidatos, os senhores Cabral e José Veríssimo. Nesse sentido, o articulista do *O Liberal do Pará*, fazendo valer as prerrogativas do concurso público, passou em revista o desempenho dos candidatos, perseguindo o seu ideal de justiça:

> Confronte a 'Constituição' as provas destes dois candidatos [Egydio Duarte e Pinto Marques] e as do sr. Coelho, verá que em cada lhes é elle inferior, pois não teem maiores incorreções nem defeitos do que as do sr. Pinto Marques; quanto ao sr. Egydio, esse nem terminou a prova escripta, tão laborioso foi o parto que deu á luz aquella producção.
> Vejamos como fallam e pronunciam fracez esses tres candidatos, apellamos para os que ouviram os examinandos; o sr. Pinto Marques falla bem francez não ha duvida, mas ou porque se demorasse mais tempo em França ou por maior facilidade nos órgãos vocaes, ninguém dirá em boa fé que o sr. Coelho não falla com maior elegância e pureza do que o sr. Pinto Marques.
> Em grammatica o sr. Pinto Marques é na realidade forte, mas em nenhuma das perguntas que fez de grammatica franceza propriamente dita deixou de ser satisfeito por seu antagonista.
> Mas assim como reconhecemos as habilitações referidas no sr. Pinto Marques, não podemos tambem deixar de reconhecer que na prova oral s.s. este longe de satisfazer, pois que o seu modo de expôr deixa muito a desejar.
> Não podemos deixar de ainda mencionar que a surdez tão pronunciada do sr. Pinto Marques punha ainda o sr. Coelho acima delle perante a consciencia de um juiz recto.
> Quanto ao sr. Egydio, não podendo sequer terminar a sua prova escripta, com péssima pronuncia, póde dizer-se que não falando francez, com maior numero de erros e incorreções, desde o primeiro dia vencido pelos seus contendores, e pois fóra de combate pela opinião publica, não podia ser escolhido nem pela congregação nem pela presidencia (O LIBERAL DO PARÁ, 25 de agosto de 1881, p. 1).

O redator d'*O Liberal do Pará*, fazendo valer seu papel de guardião da justiça e da opinião pública, procurou demonstrar que as críticas do *A Constituição* não tinham fundamento e apontou que quem sofrera injustiça havia sido José Veríssimo e Cabral. Se o articulista do *Gazeta de Notícias* apontava a *politicagem* no processo de avaliativo do concurso, o redator do *O Liberal do Pará* indicava nomes e os interesses em disputa:

> A injustiça da 'Constituição' é evidente, pois que diz q' só estes dous candidatos poderião ser preferidos, quando ainda acima destes estão os srs. José Verissimo, e Cabral.
> Se as censuras que a 'Constituição' dirigir ao sr. Dantas nunca passarem da alturas destas, pouco trabalho terá s. exc. em delas se justificar.
> (...) e o redator da 'Constituição' se está compenetrado dos deveres de jornalista, deveria na questão do lyceu ser menos apaixonado pelo seu colega de redação o sr. Peres Duarte (O LIBERAL DO PARÁ, 25 de agosto de 1881, p. 1.)

Como ficou evidente, havia fortes interesses de Peres Duarte na aprovação de Egydio Duarte, uma vez que ambos eram irmãos. Provavelmente, Pinto Marques tenha entrado na reclamação de Peres Duarte para evitar, se fosse possível com tão evidente parentesco, o favorecimento mais direto a Egydio Duarte. Contudo, se havia o parentesco em jogo, a opinião política também estava em disputa, tendo em vista que os irmãos Duarte eram conservadores: no protesto de injustiça do *A Constituição* estavam equacionados a *segurança* do parentesco e o *interesse* da opinião política.

Por sua vez, como uma das partes interessadas e prejudicadas, a fim de averiguar o ocorrido durante o concurso no qual havia recebido a nota "R", José Veríssimo entrou em contato com os membros da banca. O sr. Henrique de La Rocque Junior, lente de alemão, e dr. Ignacio Justo Ribeiro, lente de latim, enviaram cartas – ambas publicadas – nas quais espontaneamente garantiam não ter dado aquela nota. Assim empenhava a palavra o professor de latim:

> Tendo tido noticia de que v. queixava-se de ter sido eu o lente que lançar nota contra si o R, achei conveniente declarar-lhe pela presente que em nenhum dos candidatos d'este concurso lancei R; se houve algum R, partiu dos que tinha *interesse* em inhabillital-o, juntamente o sr. Pinto Marques para maior *segurança*.
> Peço que diga ao informante que tenha coragem bastante de sustentar em minha presença tal infamia.
> Póde fazer o uso que lhe convier da presente carta (GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 de agosto de 1881, p. 2 – grifos do autor).

Henrique de La Rocque também empenhava a palavra em carta a José Veríssimo, publicada no *Gazeta de Notícias*:

> Pedindo-me em sua carta de hontem, só agora mesmo recebida, que com toda a lealdade e franquesa, declaro, se fui eu quem, por occasião do exame de francez, lançou na urna o R que o ihabilitou a classificação, respondo conscienciosamente e da melhor vontade: não, não fui eu, pois votei a seu favor lançando na urna um A.
> Póde desta minha resposta fazer o uso que lhe convier (...) (GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 de agosto de 1881, p. 1).

Diante desta apuração, devidamente documentada, Veríssimo chegou à dois julgamentos:

> Isto é um negocio muito serio, no qual é necessária a maior franqueza e a maior lealdade.
> Tendo-me todos declarado que nenhum votou contra mim, só ha duas conclusões a tirar:
> 1ª. ou que eu fui victima de um engano;
> 2ª ou que quem quer foi que me reprovou tem tanta certeza de ter comettido uma injustiça que não só não se atreve a declaral-o, mas apresasse a negal-o. Em ambos os casos, julgo-me justificado e estou satisfeitissimo" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 de agosto de 1881, p. 2).

A sua questão era averiguar quem havia conscientemente lhe prejudicado no concurso, pois quem cometeu uma injustiça proposital nada mais era do que um patife: "O meu fim n'esta questão – que está longe de terminar – é provar que quem quer que foi que me reprovou errou com consciencia de que errava cometeu uma injustiça com certeza de que a commettia, é portanto *um patife*" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 de agosto de 1881, p. 1 – grifo meu). Portanto, empenha-se neste escrutínio público nada mais era que "Descobrir *um patife* é um serviço que eu me orgulharei de ter prestado a sociedade paraense" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 de agosto de 1881, p. 1 – grifo meu).

Eis uma das arenas do debate político: o concurso para professor no Liceu Paraense. A única instituição pública de ensino secundário da província era responsável a um só tempo pela formação dos novos quadros da elite intelectual e política e pela legitimação daqueles que ingressavam no seu corpo docente. Era um espaço de reprodução e consagração da elite política e intelectual na província. Por isso, o cargo de professor do Liceu Paraense era bastante cobiçado e disputado (FRANÇA, 1997). A politicagem estava no rol dos critérios avaliativos nos concursos das cadeiras da instituição, como nos faz crer o articulista do *Gazeta de Notícias* ao apontar que era *escoimado de paixão* os exames de provimento, pois o corpo docente estava muito mais inclinado à interdição das *opiniões políticas* do que no julgamento dos *méritos intelectuais* dos candidatos. Inabilitava-se alguns candidatos para o *interesse* e a *segurança* de quem já estava prometida a vaga, o "candidato oficial".

Este exercício de favorecimento profissional tinha um forte componente político; na verdade, a interdição profissional era realizada em função de critérios políticos. Neste caso, José Veríssimo não tinha seus conhecimentos da língua francesa julgados em seu mérito, pois o que estava sendo avaliado eram as suas opiniões políticas associadas à *política científica*. Situação semelhante ocorreu com Lauro Sodré, que ocupava a cadeira de lente interino de História no Liceu Paraense. Ambos tiveram o seu acesso interrompido à instituição, evitando, assim, a segurança material e o reconhecimento profissional, pois defendiam a laicização das instituições civis do Estado, sendo bastante anticlericais na crítica do padroado Estado-Igreja – não obstante, por essas críticas eram considerados "ateus" numa sociedade profundamente católica.

Tais interdições foram impondo a estes jovens intelectuais o sentimento de *decadência* das instituições imperiais e de *marginalização* profissional e política. Por isso, sua militância política mobilizava a crítica às instituições imperiais, sobretudo a centralização política e a aliança Estado e Igreja, ao mesmo tempo que propunham a federação e a

secularização como saídas para uma *civilização federativa* e *laica* na Amazônia. É neste contexto de militância pelo *progresso* e *civilização* da Amazônia que a *instrução pública* vai ser equacionada como um dos seus vetores fundamentais de manifestação e promoção: eis a iniciativa da *Sociedade Paraense Promotora da Instrução*.

Embora tenha tido uma vida efêmera – como parte considerável das associações, sociedades e revistas voltadas para o debate político – considero que a *Sociedade* foi um espaço importante para os primeiros contatos de José Veríssimo com a discussão educacional. A proposta da *Sociedade* era realizar conferências periódicas a respeito de temas relevantes no âmbito educacional, pois acreditava-se no poder da *propaganda*. A difusão através de conferências, comícios, palestras, banquetes visava informar a sociedade paraense sobre as *idéas modernas* e formar uma *opinião pública* ilustrada. Nesse sentido, foram representativas desta proposta a conferência de abertura dos trabalhos da *Sociedade*, proferida por Conselheiro Tito Franco de Almeida, e a conferência *A Educação da Infância*, de Domingos d'Almeida. Ambas publicadas na *Revista Amazonica*, instância de *organização da cultura* das forças da *política científica*.

Às 10 horas do dia 13 de maio de 1883, na *Assembléa Paraense*, como havia convidado José Veríssimo, 1º secretário da agremiação, teve lugar o ato inaugural da *Sociedade*, com o discurso do seu presidente, Conselheiro Tito Franco de Almeida, cujos dizeres foram publicados no mesmo mês na *Revista Amazonica*.

"Senhoras e Senhores – Orgão da *Sociedade Paraense Promotora da Instrucção* cabe-me a honra de inaugural-a. Qual o pensamento que a alimenta, quaes as esperanças que afaga, os meios de acção que acaricia, os resultados que deseja?" (REVISTA AMAZÔNICA, Ano I, Tomo I, maio, nº 3, 1883, p. 94 – grifo do autor), eis o preâmbulo da conferência, que, para responder todas essas questões programáticas, partia de uma premissa: "Saber é poder", isto é, "Queremos espalhar – á mãos cheias – a instrucção, que é o grande instrumento do triunfo benefico da civilisação" (REVISTA AMAZÔNICA, Ano I, Tomo I, maio, nº 3, 1883, p. 94). Creditava ao século XIX o advento da sociedade democrática, sendo uma das suas maiores expressões a *creação d'escolas*: "pedra angular do magnifico edifício dos amigos sinceros da humanidade, operarios efficases, embora modestos e desinteressados, de todas as glorias futuras" (REVISTA AMAZÔNICA, Ano I, Tomo I, maio, nº 3, 1883, p. 94).

Contudo, a Igreja e os padres haviam ocupado, e ainda ocupavam, essa *missão* de propagar o ensino, pois cada paróquia tinha uma escola, cada catedral tinha uma biblioteca, moderada por dois princípios: por um lado, não bastava cultivar a inteligência ensinando a ler Virgílio, a conhecer os deuses de Ovídio, a traduzir os sonhos de Platão, pois, ao lado disso,

era necessário um ensino prático das escolas industrias; por outro lado, defendia, como medida de justiça e paz civil entre as diferentes confissões de fé, a ilimitada liberdade de ensino de fundar e dirigir institutos de instrução e educação. À medida que se reconhece estes antecedentes, "Cumpre obedecer á verdade historica", entendia-se melhor o presente: "Estamos na época das grandes reformas, n'um século revolucionario. Reformemos, não para peior que seria retrogradar; destruamos os catellos e os reductos da *ignorancia*, levantando *monumentos á sciencia*, porque – destruir sem construir – seria demolir", uma vez que "Filhos deste século, assombroso pelo progresso em todos os ramos de conhecimentos humanos, reputamos dogma fundamental a liberdade para todos, até para os seus próprios inimigos" (REVISTA AMAZÔNICA, Ano I, Tomo I, maio, nº 3, 1883, p. 96 – grifos meu).

Assim, era captando o movimento intelectual de sua época que a agremiação pontificava o seu programa: "A *Sociedade Paraense Promotora da Instrucção* promete o ensino leigo ou civil, porque só devíamos offerecer o que sabemos e podemos ensinar", ou seja, era necessário ensinar com ardor e rapidez próprios do tempo de progressos científicos, "Ensinemos, pois, com o ardor de reformistas, e com a rapidez de revolucionarios" (REVISTA AMAZÔNICA, Ano I, Tomo I, maio, nº 3, 1883, p. 96). E esse ardor e rapidez tem um inimigo bem conhecido: a *ignorância*. Provocado pelo monopólio da instrução pública nas mãos do Estado (indo do ensino superior ao ensino primário) que alimenta a indiferença e a impotência de espírito, o conferencista responde à *comissão imperial* que barra o espírito de associação e iniciativa particular: "Carrega o Estado o peso de um fardo com que não póde. Tudo querendo inspirar, prever, fazer, tornar-se responsável por tudo que não póde, porque tem impedido a iniciativa particular ou de associação" (REVISTA AMAZÔNICA, Ano I, Tomo I, maio, nº 3, 1883, p. 96).

Neste particular, Conselheiro Tito Franco de Almeida citava como exemplo bem-sucedido da ação da iniciativa particular na instrução o caso dos Estados Unidos, pois, enquanto os cidadãos estadunidenses investem seus dólares diretamente nas escolas, "nós brazileiros abandonamos esse encargo ao Estado, cujos orçamentos são tão parcos", pertencendo, assim, a iniciativa particular "o fundamento real da civilisação da pátria, da sua riqueza, prosperidade e poder" (REVISTA AMAZÔNICA, Ano I, Tomo I, maio, nº 3, 1883, p. 97). Se a iniciativa particular é uma forma de fomentar o espírito de associação, também é necessário que o ensino seja *prático* e *dinâmico*, provocando na juventude a curiosidade e o desejo de conhecer. Porém, o espírito de associação não deve ser restrito à mocidade, uma vez que agindo por meio do ensino deve abranger também todas as idades e todas as classes.

Com este fim de máxima *difusão* e *propaganda* da instrução, a *Sociedade* lançava mão de um circuito de atividades práticas: a) *as leituras e conferencias*: "(...) além da instrução que derramam, (...) aproximam todas as classes, o rico e o pobre, o forte e o fraco, os sexos, emfim, approximação que forma laços de serviços mútuos, de protecção reciproca, de amizades, muitas vezes, eternas", tendo em vista ainda o seu emprego em "grandes centros de luzes, como Paris e Londres, Berlim e Munich, Gand e Boston etc."; b) *as bibliotecas*: "que constituem a necessidade ardente de quantos não dispõem de meios para instruir-se, e das horas certas dos cursos, leituras e conferencias"; c) *o museu e as exposições*: "porque a vista é o melhor auxiliar da intelligencia"; d) *a revista periodica*: "(...) é o grande vehiculo do ensino universal, a magnifica locomotiva da civilisação moderna" (REVISTA AMAZÔNICA, Ano I, Tomo I, maio, nº 3, 1883, p. 97).

"Vê-se bem quanto é modesta a nossa pretenção social: – *ensinar o que todos devem saber*" (REVISTA AMAZÔNICA, Ano I, Tomo I, maio, nº 3, 1883, p. 97 – grifo do autor). Nestas palavras de encerramento da conferência, o presidente da *Sociedade* considerava que duas questões, uma no presente e a outra no futuro, se levantavam com a existência da agremiação: a primeira era a "vontade de trabalhar", de cumprir o programa ora exposto; a segunda, embalada pelos esforços e compromissos firmados, "é a do sucesso coroando a grande ambição dos verdadeiros amigos da humanidade" (REVISTA AMAZÔNICA, Ano I, Tomo I, maio, nº 3, 1883, p. 97).

No programa da *Sociedade* a instrução pública é a forma mais eficaz de combater a ignorância e edificar monumentos à ciência, por meio da máxima *difusão* e *propaganda* dos progressos científicos em todos os ramos do conhecimento humano. A iniciativa particular era o meio mais rápido e seguro de construir a civilização e propagar o ensino prático e dinâmico à todas as idades e classes sociais, não mais restritas apenas à juventude. Um conjunto de atividades práticas, desenvolvidas no seio da sociedade civil paraense era arrolado como formas de derramar as luzes da instrução, da conferência e leitura pública às bibliotecas, dos museus e exposições à revista periódica: todas as instâncias possíveis de *ensinar o que todos devem saber*, uma vez que, claro está, *Saber é poder*.

Com este plano de intenções devidamente informado à sociedade paraense, ocorreu a próxima conferência intitulada *O método intuitivo Froebel para a educação da primeira infância* articulada por Domingos J. B. de Almeida, no dia 27 de maio de 1883, e publicada na edição de maio da *Revista Amazonica*, com o título modificado para *A Educação da Infancia*.

Na terceira página e sexta coluna do *O Liberal do Pará* do dia 27 de maio de 1883, uma breve nota convidava os "amantes da civilisação e do progresso" a comparecerem às 11

horas da manhã, no salão do Grêmio Literário Português, para assistir à 1ª conferência da *Sociedade Paraense Promotora da Instrução*, proferida por Domingos d'Almeida:

> A tribuna será occupada pelo sr. dr. Domingos J. B. de Almeida, que tomará por thema o 'Methodo intuitivo de Froebel', dedicado a instrucção da infancia.
> S. s. não só desenvolverá com a pericia e illustração que possue as vantagens resultantes desse methodo na propagação da instrucção da mocidade, como tambem comprovará com mappas e desenhos os excellentes resultados por elle obtidos.
> Tratando-se de uma festa da intelligencia, de que devem brotar os mais proveitosos e sasonados fructos, nós apellamos para os amantes do progresso e da civilisação, rogando-lhes não se recusem de concorrer áquella conferencia, contribuindo assim para que a semente espalhada pela Sociedade promotora da instrucção entre nós, produsa quanto d'ella devemos esperar (O LIBERAL DO PARÁ, 27 de maio de 1883, p. 2).

Com uma notinha intitulada *Sociedade paraense promotora da instrucção publica*, escrita pelo 1º secretário da agremiação e publicada no *O Liberal do Pará* de 1 de junho de 1883, José Veríssimo convidava para a continuidade da conferência de Domingos d'Almeida:

> Domingo 3 de junho, ás 9 horas da manha, no salão do Gremio Litterario Portuguez, 2 conferencia das instituídas por esta sociedade.
> O illustrado sr. dr. Domingos J. B. da Almeida continuará a sua preleção sobre 'o methodo intuitivo de Froebel para a educação da primeira infancia'.
> Tenho a honra de prevenir ao publico que as conferencias d'esta sociedade principiarão pontualmente a hora marcada (O LIBERAL DO PARÁ, 01 de junho de 1883, p. 3).

No texto da conferência publicado na *Revista Amazonica*, Domingos d'Almeida considerava que as descobertas científicas e os progressos do conhecimento humano no século XIX estavam relacionados à dois eventos capitais da história da humanidade. Havia por um lado, a descoberta do método experimental por Francisco Bacon, responsável pelo progresso nas ciências; enquanto que por outro a Revolução Francesa possibilitou à humanidade usufruir da liberdade ao promover a emancipação dos povos.

A partir destas condições dadas pelo exercício da liberdade e a investigação da experiência, as descobertas científicas, artísticas, industrias e agrícolas ocorreram na velocidade do raio, o mesmo não se pode dizer da educação do homem, cujo caminhar é moroso: "Qual será a causa? E' que se tem cuidado mais da instrucção que da educação, no entanto 'póde a educação, rigorosamente fallando suprir a instrucção, mas a instrucção só por si não suprirá a educação" (REVISTA AMAZÔNICA, Ano I, Tomo I, maio, nº 3, 1883, p. 108).

A distinção entre *instrução* e *educação* era um dos argumentos estruturantes da palestra. De acordo com a compreensão apresentada, o mundo social progredia por meio da articulação de três fatores: as dimensões físicas, morais e intelectuais do engenho humano. A instrução dedica-se exclusivamente ao intelecto. A educação trabalha a formação integral do homem: física, moral e intelectual. Deste desequilíbrio entre educação e instrução surgem os *homens scientificos* em detrimento dos *homens praticos*. Se os últimos eram habilidosos nas artes, nos ofícios, na indústria e na agricultura, os primeiros, utilizando dizeres de Alphonse Karr, "os bachareis tudo avassalam, tudo sophismam, são o peior dos cancros da França" – inclusive do Brasil, acrescenta Domingos d'Almeida. Neste particular, a palestra fez referência às iniciativas de "brazileiros notaveis", que propunham uma profunda reforma, apontando os problemas da instrução do Império

Nesse sentido, Domingos d'Almeida citava uma conferência sua realizada na Escola da Glória, em 24 de outubro de 1880, a respeito da educação e jardins de infância, na qual indicava ações que procuravam suprir a falta de educação na infância. Primeiramente, o decreto de 19 de abril de 1879, do Conselheiro Leôncio de Carvalho, que autorizava a fundação de "jardins de crianças" em todos os distritos do município neutro. Em seguida foi relatado Menezes de Vieira havia anexado ao seu colégio um "jardim de crianças" administrado por sua esposa, conforme as diretrizes do método intuitivo de Froebel. Por fim, foi exposto que na Escola Normal, sob a responsabilidade do professor Zaluar, havia a disciplina do ensino prático das coisas, também conhecido por "lições de coisas". Embora houvesse esforços, eles apenas demonstravam a lacuna que existia na educação da infância brasileira.

Aqui levantava-se o segundo argumento da conferência: a educação da infância, a formação integral do homem, é a base da sociedade, é a formação dos homens, cidadãos e pais, das mulheres, mães e esposas:

> A educação da infancia é a base fundamental, de que depende a civilisação e o progresso dos povos. Sem ella, nem sempre ou difficilmente, a instrucção chega a produzir os fructos anhellados, porque a creança póde estar já eivada, física e moralmente, de vicios e defeitos irremediaveis (REVISTA AMAZÔNICA, Ano I, Tomo I, maio, nº 3, 1883, p. 110).

Se a infância é lembrada pelas reminiscências saudosas, também pode lamentar-se a formação dos males e dos vícios gerados pela falta de educação. Enquanto a instrução desenvolve exclusivamente a inteligência, ela não consegue sozinha superar as tendências ruins da má índole e dos maus hábitos adquiridos pelo *organismo* nos primeiros sete anos de

vida. Na conclusão da conferência, os argumentos expostos foram amarrados na ideia de *jardim de infância* como *educação integral da criança*, em duas citações, uma do próprio conferencista e outra de Froebel. Primeiro, Domingo d'Almeida aproxima *organismo* de *jardim de infância*:

> A creança é como as plantas mimosas dos jardins, que não chegam a florescer e fenecem logo ao brotar da terra, ainda que lhes deem agua, ar e luz, si as não livram a miudo das outras plantas damninhas que lhes sugam a seiva e as murcham, e dos vermes que as corroem e mattam (REVISTA AMAZÔNICA, Ano I, Tomo I, maio, nº 3, 1883, p. 110).

Depois, o conferencista transcreve um trecho de *L'Educacion de l'homme*, de Froebel:

> Não se prestando todos os cuidados em desenvolver o homem nas primeiras phases da vida, trava-se para mais tarde a marcha da educação; este esquecimento, esta negligencia muito vulgar, é as mais das vezes para o homem a causa deplorável que o desvia do alvo a que visavam as suas faculdades e as suas aspirações. Que as diferentes idades formem uma cadeia (no que toda a educação) successiva e não interrompida (REVISTA AMAZÔNICA, Ano I, Tomo I, maio, nº 3, 1883, p. 110).

Portanto, para Domingos d'Almeida a educação da infância é a base de uma sociedade próspera e civilizada, pois as crianças, os adultos de amanhã, a sociedade do porvir, não devem desenvolver apenas o seu intelecto pela instrucção, tornando-se limitados *homens scientificos* no geral, e *bacharéis* no particular. É necessário um equilíbrio entre instrução e educação, entre o desenvolvimento da capacidade intelectual e da sensibilidade moral e da habilidade física, é fundamental integrar o *homem scientifico* ao *homem pratico*. Por isso, o *jardim de infância* constituía a *educação integral da criança*.

A conferência inaugural do Conselheiro Tito Franco de Almeida e a exposição de Domingos d'Almeida apresentaram o programa educativo da *Sociedade*. Em linhas gerais, este documento ressaltava que *Saber é poder*, sendo necessário envidar todos os meios e esforços para propagar as luzes da instrução, sem jamais deixar de lado o fato de que a *A educação da infância* era a base de uma sociedade civilizada, cuja formação integral das faculdades humanas na infância era o caminho seguro para o progresso.

Como veremos a seguir, a concepção de educação do *Collegio Americano* parte destes pressupostos e os amplia, ficando evidente a importância da *Sociedade* na passagem da *difusão* à *prática educativa*. A propaganda educativa passou aos bancos escolares. Ademais, as *experiências* no concurso para a cadeira de francês no Liceu Paraense e na *Sociedade* permitiram à José Veríssimo conhecer a interdição profissional e a militância político-cultural como sendo as duas facetas do *poder* do *saber*. Neste contexto, surge o projeto educativo do *Collegio Americano*.

5.2 “Tornar o homem bom, instruído e fórte”: o *Collegio Americano*

Os estudos que abordaram – citados anteriormente, inclusive os realizados por mim – a atuação educacional de José Veríssimo no Pará focalizaram três aspectos: o *Collegio Americano*, o *A Educação Nacional* e a Diretoria da Instrução Pública. Destes três momentos, o Colégio e a Diretoria foram analisados a partir de três documentos principais. A concepção de educação e o cotidiano escolar do *Collegio Americano* foram apreendidos no *Noticia Geral do Collegio Americano,* prospecto vendido em livrarias e papelarias, publicado em 1888. As orientações pedagógicas para o ensino primário e o relatório anual com o balanço da instrução pública, ambos publicados em 1890, estavam vinculados à atividade administrativa de diretor da instrução pública. Em linhas gerais, estas pesquisas articularam a prática educativa no *Collegio Americano* à reflexão teórica do *A Educação Nacional* e à gestão na diretoria da instrução pública, apontando como as inovações educativas transformaram-se em política pública, cujo projeto era a relação entre educação e formação da nacionalidade, isto é, a formação do cidadão republicano desde o ensino primário.

Partindo destas discussões, aponto que um elemento ficou ausente nestas análises: o *debate político*. Como foi dito anteriormente, da mesma forma que não é possível entender em sua totalidade a complexidade da constituição do pensamento histórico-etnográfico de José Veríssimo sem vinculá-lo à sua *experiência periódica*, diretamente inserida no debate político da província, também considero que isso ocorra na apreensão do seu pensamento educacional a partir de sua *experiência educacional* vinculada, como referido na seção anterior, ao concurso à cadeira de Francês do Liceu Paraense, à *Sociedade Paraense Promotora da Instrucção* e à reformulação do programa educativo do *Collegio Americano*, associados ao movimento de *difusão* à *prática educativa*; bem como à escrita do *A Educacão Nacional* e à gestão na diretoria da Instrução Pública, mediando o processo da *teorização* à *política pública*.

Considero que estes *lugares* da *experiência educacional* estavam diretamente vinculados ao seu plano de *reforma dos costumes* da população livre e pobre da província, a partir de uma *reforma intelectual* orientada pelas *idéas modernas*. A educação moderna difundida na *Sociedade* e transformada em prática pedagógica no *Collegio Americano* assumia um caráter eminentemente político associado aos pressupostos da *política científica*; ao passo que essa prática foi refletida e teorizada no *A Educação Nacional*, ampliando a escala de análise para parâmetros nacionais, embora fosse baseada em uma *experiência*

amazônica, e orientando as políticas públicas educacionais do governo republicano no Pará. Com toda esta articulação, vinculava-se *educação nacional* à *educação republicana* na reforma da instrução pública primária.

Como tenho observado até aqui, para Veríssimo a consideração da identidade nacional estava mais associada à contestação das instituições e dos valores saquaremas do que a defesa da República. Todavia, a partir de 1889, com ventos políticos rumando para a construção do novo regime, e sendo instado como colaborador gabaritado para essa nova empreitada, a sua proposta de *educação nacional* no livro foi tomando *colorações republicanas* na reforma da instrução primária. O projeto de *educação nacional* na *prática política* como diretor da instrução pública converteu-se em reforma da *educação republicana*.

Contudo, antes de ser observado o programa educativo do *Collegio Americano* sob a direção de José Veríssimo, enquanto representante da *política científica* no âmbito educacional de um projeto de *civilização laica* e *federativa*, é necessário delinear o projeto educativo das forças da *tradição imperial* na promoção de uma *civilização imperial* e *católica* para a Amazônia, diretamente relacionado à atuação de Dom Macedo Costa. A disputa entre essas forças e seus projetos de civilização colocavam em causa a *reforma* ou a *conservação* do regime de padroado entre Estado e Igreja Católica, ou seja, a manutenção ou modificação no monopólio das instituições civis do Estado Imperial nas mãos da Igreja Católica – entre elas, a instrução pública (COSTA, ARAÚJO, 2017).

Conforme Irma Rizzini (2004; 2006), entre liberais e conservadores havia a oposição e o compartilhamento de determinadas ideias e valores a respeito da civilização na Amazônia, geralmente associadas à necessidade de incutir na população valores como propriedade, trabalho e família, bem como havia a divergência se estes valores seriam guiados por princípios laicos ou religiosos. Corroborando com isso, Karla Martins (2005) aponta que as oposições e divergências entre conservadores, ultramontanos (católicos) e liberais não eram tão rígidas neste processo de secularização e modernização da sociedade amazônica no final do século XIX, pois é imprescindível considerar as mediações, intersecções e experiências dos sujeitos em contextos e conjunturas de atuação política. Todos os grupos políticos almejavam a civilização da Amazônia, todos compartilhavam dos valores da modernidade, contudo, a divergência ocorria em relação aos princípios norteadores deste processo de transformação, ficando o imbróglio entre o clericalismo e a secularização.

Por isso, no contexto da última década imperial, no âmbito educacional, pode-se considerar que havia uma oposição bem pronunciada entre as forças da *tradição imperial* e da *política científica*, respectivamente: na *conservação* de uma educação literária, retórica e

confessional e na *reforma* por uma educação moderna, científica e laica. Com efeito, ambos compartilhavam a crença no poder regenerador da educação, fosse para a formação do súdito piedoso, fosse para a formação do cidadão prático. Realizadas estas distinções e aproximações, se observa a atuação e a defesa do projeto educativo da *tradição imperial* em três exemplos: nas ideias pedagógicas de Dom Macedo Costa, nas notícias veiculadas no *A Província do Pará* sobre o Instituto de Artes, Ofícios e Agricultura "Providência" e na comissão de instrução pública da Assembleia Provincial.

Conforme Karla Martins (2005), o projeto educativo de Dom Macedo Costa consistia na *reforma dos costumes* da população indígena, por meio da catequese, e da infância desvalida, através de instituições de ensino caritativas. Como já foi abordada a política de aldeamento e catequese de Dom Macedo Costa, passo em breve revista as suas ideias para a educação da infância desvalida. A educação, para o bispo do Pará, deveria iniciar a partir dos seis anos, idade de aprender as regras da sociedade e os preceitos cristãos – baseado em Fenèlon, a educação era um dos caminhos para a virtude interior, claro, se fosse guiada pelo cristianismo. Os homens eram mais aptos que as mulheres para a educação intelectual.

Todos os conhecimentos necessários para a formação feminina destinavam-na para a administração doméstica, ou seja, para as obrigações do lar e da família. Por estabelecer uma vinculação direta entre educação feminina e instituição familiar, visando formar a esposa bem-educada na moral cristã, uma aliada nos lares cristãos contra a propagação das malditas "ideias modernas", é que surgiu o *Asilo de Santo Antônio*, fundado em 1878, destinado à educação das meninas desvalidas da província do Pará (BEZERRA NETO, 1998; COSTA, 2014). A instituição caritativa oferecia os conhecimentos indispensáveis para formação de mães cuidadosas e piedosas esposas para os lares cristãos paraenses; para isso, era necessário saber ler, escrever, contar e fazer todas as prendas domésticas. Portanto, a educação da infância, sobretudo de meninas, estava diretamente associada à família e a manutenção dos valores cristãos.

De acordo com Irma Rizzini (2004; 2006), além do Asilo de Santo Antônio, outra iniciativa educativa de Dom Macedo Costa foi o Instituto de Artes, Ofícios e Agricultura *Providência*, estabelecimento dedicado a ensinar as primeiras letras e ofícios associados à agricultura aos meninos desvalidos da província. O jornal *A Província do Pará*, no cenário das disputadas políticas na imprensa paraense, cujas tendências liberais eram largamente conhecidas, publicou no ano de 1885 um folhetim bastante favorável à iniciativa do bispo e uma carta bastante crítica à mesma instituição. Isto demostra, que, embora fosse um jornal de

tendência liberal, suas notícias podiam identificar nas iniciativas católicas possíveis vinculações com a promoção do progresso e civilização da província.

Enquanto o folhetim realizava um relato minuciosos dos símbolos do progresso, da civilização e da cultura, alguns deles relacionados à agricultura, a carta de um leitor perpetrava uma crítica apontando o instituto como "instrumento do papismo" e do clericalismo na instrução pública. Embora o missivista reconhecesse a importância de se fundar instituições educativas, estas deveriam priorizar o emprego dos "modernos processos e methodos pedagógicos" ao invés da propagação do "ensino clerical". Ainda segundo o missivista a educação deveria cultivar cidadãos inflamados pelo *amor da pátria* e não formar o súdito devoto do *imaginario divino* (RIZZINI, 2006, p. 12).

Ainda segundo Rizzini (2006), essa disputa extrapolou as páginas dos jornais diários, ocupando também a tribuna da Assembleia Provincial. Em 1883, a comissão responsável pela instrução pública era formada por dois sacerdotes, o cônego José Lourenço da Costa Aguiar e o padre Dr. Mancio Caetano Ribeiro, e o médico Julio Mario da Serra Freire, chamado pelos liberais de *padre de casaca.* Neste ano, sob a presidência do cônego Manoel José de Siqueira Mendes, líder do Partido Conservador, houve o debate do projeto de reforma da instrução pública nº 1.547 e a aprovação do controverso artigo 42. A oposição liberal, encabeçada pelo jornal *O Liberal do Pará*, criticava o artigo aprovado, uma vez que garantia a livre iniciativa a abertura de escolas, manobrando a Constituição e possibilitando a exclusividade do ensino da religião oficial do Estado.

Em longo artigo, os liberais criticavam a reforma por ser guiada pelo "espirito malevolo do clericalismo", bem como consideravam que os religiosos e seus aliados na comissão pretendiam combater qualquer projeto de lei que visasse o ensino laico e o fim do monopólio do ensino religioso nas escolas. As chamadas "escolas neutras"[131] eram consideradas pelos membros da comissão, principalmente o padre Mancio Ribeiro, um perigo já que o professor não poderia ensinar a doutrina cristã. Esta oposição entre ensino laico e ensino religioso ficou bem exposta no debate, na ocasião da aprovação da reforma, entre o padre e o deputado liberal Joaquim Cabral, pois o primeiro defendia que a base da educação era a religião, e o segundo, em tom anedótico, considerava ser as lições do "abc".

[131] Confirme Irma Rizzini (2006, p. 8), a denominação "escolas neutras" abrangia as iniciativas educativas públicas e particulares que buscavam oferecer instrução intelectual e moral orientada por valores laicos. Isto significava, mais especificamente, a ausência do ensino religioso na educação primária. A questão do ensino religioso na instrução pública foi um dos principais temas de debate entre liberais e conservadores, tanto na imprensa quanto na tribuna da Assembleia Provincial. O *Collegio Americano* foi um dos grandes exemplos de "escola neutra" na província do Pará.

No calor destes debates, ainda em 1883, o presidente da Assembleia Provincial, o cônego Siqueira Mendes, chamou à ordem os deputados liberais que criticavam o ensino religioso. Ao evocar o artigo 5º da Constituição do Império, qualificava aquela crítica como ataque à religião oficial do Estado. Nesta evocação e qualificação, realizava a um só tempo um ataque e uma defesa:

> Com effeito, a civilisação do Brazil é obra da Religião Catholica; desde a pregação de Nobrega e Anchieta até nossos dias.
> É á religião catholica que devemos as nossas luzes, a nossa nacionalidade, o nosso caracter, as nossas instituições e os nossos progressos (...).
> Como, pois, avançar que o ensino da religião é uma cousa inútil, que deve se banido d'um estabelecido de educação de meninos?
> Como querer o progresso, a civilisação, a instrucção, banindo a religião que é a sua origem? (RIZZINI, 2006, p. 13)

É diante destas coordenadas políticas da *tradição imperial* que emergiram a iniciativa da *Sociedade Paraense Promotora da Instrucção* e a reformulação do *Collegio Americano*, com direção de José Veríssimo, buscando organizar pelo lado da *política científica* um projeto educativo prático, científico e laico.

Em atividade desde janeiro de 1881, localizado na Estrada de São João, o *Collegio Americano* era propriedade de Justus W. Nelson, pastor metodista de origem estadunidense em missão na Amazônia. Posteriormente, militou nas páginas do jornal *Apologista Cristão Brasileiro*. Em março, a escola precisava de um professor de francês (DIÁRIO DE BELÉM, 30 de março de 1881, p. 1). Em abril, José Veríssimo assume a vaga de francês, português e história. Segundo o anúncio do estabelecimento:

> Este collegio com um trimestre de existencia, graças aos seus excellentes methodos de estudo, ás suas condições hygienicas, e ao interesse de seus directores pelo adiantamento, boa conducta e saúde dos alumnos, tem sido bem acolhido pelo publico paraense (DIÁRIO DE BELÉM, 8 de abril de 1881, p. 1).

O colégio funcionava em regime de internato, meio-pensionato e externato, atuando nas modalidades de ensino primário, secundário e curso preparatório, com todas as matérias exigidas nos exames gerais de admissão nas instituições de ensino superior da Corte. Ainda oferecia curso comercial de escrituração mercantil, no melhor método prático utilizado nos Estados Unidos. Havia aulas de elocução, canto, ginástica e piano. A disciplina era firme, mas sem pancadas. O ensino religioso não admitia desobediência, nem mentira, nem preguiça; todos os dias trechos das "Sagradas Escrituras" eram lidos – em edição autorizada pela Igreja Católica Romana – e pedia-se as bênçãos do "Onipotente"; garantia-se que não havia

interferência na crença religiosa dos alunos – claro, se todos fossem cristãos (DIÁRIO DE BELÉM, 12 de maio de 1882, p. 3).

Pondero que a instituição foi reinaugurada, uma vez que ela já existia desde 1881 sob a direção de Justus Nelson. Em 1884, Veríssimo divide a direção e reformula o colégio, deixando-o totalmente diferente da sua forma anterior. Esta observação constitui-se em um ineditismo deste estudo, constatada a partir da pesquisa em jornais paraenses do período, sobretudo o *Diário de Belém*. As biografias sobre Veríssimo, de Francisco Prisco (1937) e Ignácio José Veríssimo (1966), e estudos que abordam seu pensamento educacional, tratando de forma lateral o *Collegio Americano*, por exemplo o de Socorro França (2004; 2009), demarcaram o período de existência da instituição entre 1884 e 1890.

A pesquisa nos jornais paraenses e a leitura atenta do *Noticia Geral* aponta para uma primeira formação do colégio sob direção de Justus Nelson, de 1881 a 1884. Já de 1884 a 1890 houve uma reconfiguração do estabelecimento, fundando-se praticamente outro, sob a direção compartilhada entre Justus Nelson e José Veríssimo. Porém a parceria foi efêmera por divergências de opinião. Justus Nelson deixou a direção e permaneceu compondo o quadro docente como lente de inglês, assumindo o seu lugar o professor de português, Ricardo Salles.

Em 7 de janeiro de 1884 era reinaugurado o *Collegio Americano*, sob a direção de José Veríssimo e Justus W. Nelson, na Estrada de São Jerônimo, em frente da Companhia de Bonds Paraense. Ainda em dezembro de 1883, era assim apresentado o colégio nas páginas d' *O Liberal do Pará*:

> Os methodos mais aperfeiçoados da pedagogia moderna, o material mais novo afamado entre os educadores e um pessoal docente idoneo, serão os elementos que contam os seus dignos instituidores para desobrigarem-se da ardua, porem nobilissima tarefa que tomaram, e que, estamos certos, desempenharão de modo condigno dos que trabalham desinteressadamente pela causa da instrucção, base essencial de todo o progresso humano (O LIBERAL DO PARÁ, 13 de dezembro de 1883, p. 3).

O internato, meio-pensionato e o externato, o ensino primário, secundário e o curso preparatório, bem como o ensino de música e ginástica foi o que permaneceu da formulação original do colégio. Nesta nova fase, era outra instituição que surgia sob a orientação da pedagogia moderna, conforme os pressupostos teóricos de Herbert Spencer.

A instituição passou a ser totalmente laica, não ministrando ensino religioso ou confessando qualquer religião e não impedindo os seus alunos de praticarem suas crenças. A educação para ambos os sexos – com meninos e meninas aprendendo as mesmas disciplinas – também foi uma novidade. Outra mudança foi a inserção de História do Brasil, Geografia

Geral e especial do Brasil, Lições de coisas e Educação Física como disciplinas presentes desde o ensino primário, uma das preocupações fundamentais do colégio – completada pela Leitura, Escrita, Língua Portuguesa, Cálculo Aritmético, Geometria Prática e Sistema Métrico. No ensino secundário: Português, Latim, Francês, Inglês, Geografia, História, Aritmética e Álgebra. O método utilizado na condução de todas as disciplinas era o intuitivo. No Jardim de Infância (*Kindergarden*), por outro lado, empregava-se o método de Froebel, admitindo-se meninas de 3 a 6 anos como externas ou meio-pensionistas.

Havia o *Noticia Geral do Collegio Americano*, um prospecto distribuído nas livrarias que divulgava as inovações pedagógicas da escola, seus princípios educacionais, seus estatutos, regras de admissão e preços. Os anúncios do colégio estavam estampados em vários jornais, como por exemplo *A República*, *A Província do Pará*, *O Comércio do Pará* e o *Diário do Grão-Pará*. N'*O Liberal do Pará* e o *Diário de Belém* nos quais vinculava-se notícias e artigos a respeito do cotidiano da escola: o ano letivo, a quantidade de alunos e alunas, as disciplinas cursadas no ensino primário e secundário, as notas nos exames, as festas de encerramento.

Na introdução do prospecto havia o discurso de inauguração, intitulado *Da educação moderna em geral; como a entende e pretende praticar o Collegio Americano*, proferido em 23 de março de 1884, no qual José Veríssimo achou-se "na obrigação de expor publicamente, solemnemente, não só aos paes dos meus alunos, mas ainda ao publico em geral, o programma de instrução e educação que tenciono seguir" (NOTÍCIA GERAL DO COLLEGIO AMERICANO, 1888, p. 7). O programa educativo do *Collegio Americano* dialogava diretamente com as conferências de Conselheiro Tito Franco de Almeida e Domingos d'Almeida na *Sociedade Paraense Promotora da Instrucção*. Na verdade, os principais argumentos das conferências foram apropriados e refinados por José Veríssimo no conceito de *educação moderna*: se Tito Franco havia proposto uma educação laica e científica, enquanto Domingos d'Almeida estabelecia a distinção entre instrução e educação e a necessidade de educação da infância, a partir do *jardim de infância*, Veríssimo articulou estas discussões com a reflexões dos *notaveis pedagogistas contemporaneos*, principalmente Herbert Spencer, associado a Charles Robin e a Alexandre Bain.

Uma premissa básica da discussão era considerar a distinção entre *instrução* e *educação* como uma das grandes contribuições da modernidade, instituída pela filosofia positiva, pela filosofia científica – isto é, o positivismo. Ao citar Charles Robin, e o seu livro *Instruction et Education*, Veríssimo estabelecia a diferença entre *instrução* e *educação* com uma discussão bastante similar à realizada por Domingos d'Almeida: instrução consiste na

forma de aquisição intelectual de conhecimentos naturais e sociais, e a educação na aprendizagem dos conhecimentos morais que "nos indicarão os nossos deveres comnosco mesmos, com os outros e com quantos objectos nos cercão" (NOTICIA GERAL DO COLLEGIO AMERICANO, 1888, p. 8). Alexandre Bain e o seu *A sciencia da educação*, também citado por Veríssimo, e considerado "o melhor tratado existente de pedagogia", afirmando que esta "(...) é a formação para melhor das faculdades intellectuaes e moraes do homem" (NOTICIA GERAL DO COLLEGIO AMERICANO, 1888, p. 9). Como síntese destas definições, citava *De l'Education*, de Herbert Spencer, cujo conceito de educação era a formação integral do homem, preparando-o para a vida completa, ou seja desenvolver a educação intelectual, moral e física dos indivíduos tornando-os aptos, úteis e produtivos na vida familiar e na vida em sociedade.

Outra premissa fundamental do programa do *Collegio Americano* era o ensino prático, científico e intuitivo na educação da infância, a base do edifício da instrução. Por isso, todas as disciplinas introduzidas no currículo do ensino primário deveriam partir dos fatos concretos para depois receber as definições conceituais. Ao considerar as lições dos pedagogistas modernos – citando os já conhecidos Spencer e Bain, junto com Mismer (*Mémoire sur la reforme des methodes e des programmes d'enseignement*) e Berra (*Nueva Revista de Buenos Ayres,* Abril, 1883) – situava que o ensino de Gramática não era recomendando para menores de doze anos em razão de excessiva decoração e pouca compreensão das leituras realizadas. O ensino de História, que também se ressentia do mesmo malefício da decoração, deveria ser realizado pela leitura e comentários do compêndio escolar. De modo semelhante, no ensino de Geografia, pois "deixemos de lado as definições aridas e façamos estudar mais pelos mappas globos e atlas do que pelos livros" (NOTICIA GERAL DO COLLEGIO AMERICANO, 1888, p. 11).

Por seu caráter mais prático, havia mais facilidade no ensino das ciências, uma vez que os fenômenos naturais eram melhor apreendidos do que as regras abstratas da gramática, por exemplo. Contudo, eis um dos desafios neste plano de reforma do ensino primário:

> (...) a opposição de alguns paes demasiado embuidos dos preconceitos da educação litteraria; entretanto, tenho-o organisado, quanto me é possivel já, no sentido de uma direcção, sinão rigorosamente scientifica, como o quizéra, pelo menos logica, e vos prometto que logo que o possa o mudarei com inapreciavel vantagens para a nossa mocidade atrophiada por um regimen deprimente de matérias muitas vezes inuteis apprendidas broncamente de cór (NOTICIA GERAL DO COLLEGIO AMERICANO, 1888, p. 11-12).

Ao lado do ensino mais prático e intuitivo para a infância, pretendia também anexar ao colégio, emulando os exemplos de escolas da Europa e do Rio de Janeiro, um "*Kindergarten*, ou Jardim de infancia, essa maravilhosa invenção do bemdito Froebel, que almejo ter a gloria de iniciar nesta provincia" (NOTICIA GERAL DO COLLEGIO AMERICANO, 1888, p. 12 – grifo do autor). Desde o jardim de infância, Veríssimo instituía a oferta de educação mútua para meninos e meninas, ao passo que a educação feminina era um aspecto relevante do seu projeto educativo:

> (...) a lição da historia que se prova que o homem sempre ganhou moralmente quando se achou em contacto com a mulher, cuja sociedade tem sobre elle o effeito de inspirar-lhe a delicadesa dos sentimentos e abrandar-lhe as asperezas da índole (NOTICIA GERAL DO COLLEGIO AMERICANO, 1888, p. 17).

Somados a esses esforços em prol da educação intelectual da infância, também pretendia José Veríssimo oferecer os preceitos mais elementares de educação moral, principalmente por entender a educação como instrumento modificador dos malefícios adquiridos pelo comportamento infantil derivado da "lei da hereditariedade psychologica" (conduta herdada dos progenitores). Almejava criar um código de conduta no colégio estipulando a correlação entre falta e pena, sem qualquer relação com castigos físicos, os quais reprovava; assim, ao estabelecer um "systema de consequencias", isto é, cada infração gerava uma sanção, buscava formar na criança o "sentimento de responsabilidade". Deste modo, o papel da família era fundamental para a educação da infância, e citava do "notavel pedagogista francez sr. Gréard", um artigo publicado na *Revue Politique et Litteraire*, de 15 de dezembro de 1883, no qual assegurava:

> Não ha, diz elle em um artigo sobre os deveres da familia na educação, não ha máo systema de educação que se não melhore com a intervenção da familia, nem bom que não haja a ganhar com ella. Uma das mólas do governo interior dos collegios, (...) é a participação dos paes em tudo quanto interessa o desenvolvimento moral da criança. (...) A educação publica não póde dar fructos sinão sob a condição de que a familia a prepare, a sustente e a complete (NOTICIA GERAL DO COLLEGIO AMERICANO, 1888, p. 14-15).

Junto à educação intelectual e moral, a educação física completava a formação integral do homem estipulada pelo programa do colégio. Em 1886 uma festa dedicada à educação física foi promovida no encerramento do ano letivo; na ocasião José Veríssimo proferiu um discurso expondo como era entendida e praticada no *Collegio Americano*. Pensadores e governos das nações de "alta cultura", conforme Veríssimo, tornaram a educação física uma disciplina obrigatória; seguindo este raciocínio, passava em revista um

conjunto de "pedagogistas contemporaneos", tanto da Europa quanto dos Estados Unidos, e as suas respectivas experiências nacionais que incorporavam a ginástica ao esporte nas festividades nacionais e a introduziam no ambiente escolar.

Por meio da educação física, principalmente a prática da ginástica, Veríssimo realizava uma associação direta entre pedagogia, higiene e cidadania:

> Não ha, pois, senão rasões de prezarmos a gymnastica, como um meio de educação physical, si quisermos dotar a nossa pátria de cidadãos não só instruidos e moralisados, mas sãos, principalmente si forem seguidos n'esse ensino os preceitos da pedagogia de mãos dadas com a hygiene (NOTICIA GERAL DO COLLEGIO AMERICANO, 1888, p. 30).

Ao elogiar os benefícios da ginástica na robustez da mocidade, outra associação era estabelecida por Veríssimo entre a filosofia antiga e a ciência moderna no combate à apatia e indolência provocado pelo clima que debilitava os organismos:

> (...) mais imperiosa é a necessidade de prepararmos nossos filhos para a lucta pela vida, não só guarnecendo-lhes o espirito e melhorando-lhes os sentimentos, mas, e principalmente, avigorando-lhes o corpo, em respeito do principio da philosophia antiga, corroborando e experimentalmente verificado pela sciencia moderna: *espirito são em corpo são* (NOTICIA GERAL DO COLLEGIO AMERICANO, 1888, p. 30 – grifo meu).

Eis que a partir da educação intelectual, moral e física, alicerces da formação integral do homem, "O Collegio Americano tem como seu mais ardente desejo (...) realizar de um modo perfeito aquelle supremo desideratum da educação moderna: – *tornar o homem bom, instruído e fórte*" (NOTICIA GERAL DO COLLEGIO AMERICANO, 1888, p. 25 – grifo meu). Por isso, considero ser possível afirmar que o programa educativo do *Collegio Americano*, de forma análoga à *Revista Amazonica*, constituiu-se em *organizador da cultura* no âmbito educacional das forças da *política científica*.

Dialogando com as conferências da *Sociedade Paraense Promotora da Instrucção*, e apropriando-se do repertório científico europeu e estadunidense dos "notaveis pedagogistas contemporaneos", José Veríssimo construiu uma proposta de educação intelectual, moral e física totalmente baseada em princípios científicos, laicos e práticos na formação integral do homem, indo, inevitavelmente, na oposição à concepção de educação das forças da *tradição imperial*, fortemente retórica, confessional e literária.

Portanto, na casa de educação de José Veríssimo a *prática educativa* era uma *prática política*; quer dizer, as inovações pedagógicas revestiam-se, nesta conjuntura, de caráter

político-educativo na contestação ao *status quo* imperial na província do Pará – especialmente em relação à Igreja Católica e suas instituições educativas.

Em 26 de abril de 1884, n'*O Liberal do* Pará, um anúncio da *Sociedade Paraense Promotora da Instrucção* convidava a sociedade paraense para a inauguração do Jardim de Infância (*Kindergarten*) do *Collegio Americano*, no domingo, dia 27 do corrente mês. Nesta ocasião, o ato de inauguração foi precedido pela conferência sobre os jardins de infância, apresentada pelo sr. dr. Domingos J. B. d'Almeida (O LIBERAL DO PARÁ, 26 de abril de 1884, p. 3).

Antes desse anúncio, no dia 25 de abril, José Veríssimo publicava um artigo informando o redator do *O Liberal do Pará* acerca dos percalços para a inauguração do Jardim de Infância no *Collegio Americano*. A principal dificuldade consistia em contratar uma senhora habilitada para ministrar aquela modalidade de ensino, pois, como era sabido, senhoras estavam mais inclinadas a cuidar da infância; porém, isto havia cessado com a contratação da exm.ª sr.ª d. Anésia Mamoré, cujo trabalho estava previsto para iniciar em 1º de maio.

Ao agradecer a oportunidade de fazer o anúncio, José Veríssimo também ressaltava que "uma das mais nobres missões da imprensa, [era] abrir caminho por entre os preconceitos [ilegível] ás idéas e commettimentos que crê justos e bons" (O LIBERAL DO PARÁ, 25 de abril de 1884, p. 2). Aproveitava ainda o ensejo para indicar a conferência de Domingos D'Almeidas sobre a teoria e as vantagens do *Kindergarten*:

> Para melhoramento da nossa, tão defeituosa [educação], segundo unanimemente o reconhecem todos, não vejo nada mais efficaz do que a disseminação dos Jardins da infância, a honesta succursal da familia que nem sempre póde dar a infancia toda a attenção que ella reclama, a utilissima preparação á escola, para onde depois a criança entrara aconstumada a disciplina, avida de fortificar as proveitosas noções que no Jardim lhe ensinaram a brincar, prompta, emfim, para assimilar a instrucção, não só com facilidade mas com gesto (O LIBERAL DO PARÁ, 25 de abril de 1884, p. 2).

Contudo, indicava José Veríssimo em uma nota de rodapé (escrita em 1885) no texto introdutório do *Noticia Geral*, quando fez menção ao Jardim de Infância, que a mesmo só veio a funcionar em junho de 1884 e não durou mais de três meses:

> Realmente, logo em Junho, e com o concurso de uma distincta senhora educada na Allemanha, abri o Jardim de infancia do Collegio Americano. Infelizmente, não poude viver sinão trez mezes – não cobrindo siquer as despezas. Não desespero, porem, e apenas aguardo melhores tempos para renovar a tentativa, cuja plena realisação me parece do mais auspicioso futuro para a mocidade paraense. J.V – 1885 (NOTICIA GERAL DO COLLEGIO AMERICANO, 1888, p. 12).

Parece que aquele tempo não era muito favorável às inovações pedagógicas, pois estavam inseridas no debate político, sendo objeto de críticas e polêmicas. Um exemplo foi o ocorrido no *A Constituição*, de 6 de maio de 1884, na sessão *Solicitados*, cujo artigo intitulado *Collegio Americano*, assinado por "O Quaty", contém observações e críticas referentes à co-educação e a laicidade do ensino. O artigo pergunta se querem transformar aquela casa de instrução em uma "arca de Noé":

> Da segunda vez, annunciando s.s., que ia inaugurar o jardim no próprio collegio (já de homens e mulheres) entenderão elles [os professores], e com justiça, que a coisa já era muito ridícula porque parecia mais que s.s. queria fazer do seu collegio uma espécie de *arca de Noé* (A CONSTITUIÇÃO, 06 de maio de 1884, p. 2 – grifo do autor).

Questionava ainda ser possível um ensino que não tenha a religião como fundamento da moral:

> Convivencia de ambos os sexos n'uma casa onde não se ensina a religião como fundamento da moral! Convivem meninos e meninas n'uma casa cujo chefe não tem religião, nem rei, nem roque... fóra de lá o Borges, seu comendador, os tôlos que sigam (A CONSTITUIÇÃO, 06 de maio de 1884, p. 2).

Outro exemplo, foi a polêmica travada com o sr. João Saraiva, diretor do *Collegio Franco-Brasileiro*, em dezembro de 1885, que ficou conhecida como *Questão Veríssimo e Saraiva*. Entre novembro e dezembro, nas páginas do *Diário de Belém*, os artigos *Eu e o sr. Saraiva, Director do Collegio Franco-Brasileiro*, assinado por José Veríssimo, e *Ao sr. José Verissimo, educador reformado*, de João Saraiva, testemunham a discussão travada sobre a pertinência e a validade das inovações pedagógicas, incluindo até mesmo ataques pessoais.

A querela iniciou no artigo escrito por João Saraiva, no *Diário de Belém* do dia 24 de novembro de 1885, com o título *Ao sr. José Verissimo, educador reformado*, no qual apontava "A deslealdade e injustiça com que s.s. me fere nas injuriosas allusões do seu discurso publicado no 'Liberal' (...) me levam forçosamente á atitude, por mim, agora desejada" (DIÁRIO DE BELÉM, 24 de novembro de 1885, p. 3). Embora estivesse doente e de viagem marcada para fora da capital, após o retorno e gozando de saúde, "dar-lhe-ei uma resposta cabal dos insultos que assaes s.s, e responsabilizal-o hei pelas conclusões claras, distinctas e exactas, que prettendo fazer dimanar da peça a que me reporto" (DIÁRIO DE BELÉM, 24 de novembro de 1885, p. 3). Esperava ainda João Saraiva que o público em geral, e os pais em particular, acompanhasse sua resposta, dando razão a quem tivesse.

Provavelmente, João Saraiva referia-se ao discurso de José Veríssimo sobre encerramento das aulas do ano letivo de 1885 no *Collegio Americano*, publicado no dia 19 de novembro de 1885 no *O Liberal do Pará*. Em tom de balanço pelo segundo ano da escola, sempre se dirigindo para a sociedade e aos pais dos alunos, Veríssimo relembrava, em razão da concepção de educação e dos sistemas pelo quais a ministra, as críticas movidas pela "(...) philosophia do egoismo, que na maior parte não é sinão o habito da indifferença", e quando em 1883, animado pela ideia de fundar uma casa de educação, desconhecia a pesada responsabilidade:

> Não me refiro nem aos juízos falsos, nem as accusações de ganancia ou de presumpção, de incapacidade ou de impossibilidade, ou aos ataques surdos, covardes, medrosos – que não falharam – que despertaria forçosamente uma tentativa, que era pelo menos desejo meu, *distanciasse-se, de quejandas fundações já existentes* (O LIBERAL DO PARÁ, 19 de novembro de 1885, p. 2 – grifo meu).

Talvez esse trecho seja a alusão ao *Collegio Franco-Brazileiro*, cuja propriedade de João Saraiva funcionava desde 1882.

A prometida resposta cabal de João Saraiva ocorreu dia 6 de dezembro de 1885 no *Diário de Belém*, na qual evocava a necessidade de defesa e convidava o público para acompanhar uma discussão árida, embora, em alguma medida, de interesse geral. Na resposta, não havia mais dúvida: a crítica de Saraiva reagia ao discurso de José Veríssimo de encerramento do ano leito de 1885 no *Collegio Americano*.

Neste "monumental discurso-relatorio", além de conhecer o "PRIMEIRO EDUCADOR DO IMPERIO", teve o mérito de construir a imagem de si próprio como educador, de fazer o elogio fúnebre à morte do pai (Dr. José Veríssimo de Mattos, médico do colégio), de congratular os professores do ensino secundário e proferir insultos e injurias aos demais colégios da província, em suma, uma grande demonstração de má-fé atrevida e velhaca, não se reconhecendo qualquer superioridade de saber e caráter. Saraiva frisa sobretudo o trecho às outras instituições educativas:

> Promettendo tirar do passado de seu collegio 'lições e ensinamentos', que muito aproveitem os seus meninos, limita-se s.s. a mostrar que, depois de ter medido todas as dificuldades inherentes a fundação de um collegio, estabeleceu – *o distanciado completamente de quejandas fundações existentes!* (DIÁRIO DE BELÉM, 6 de dezembro de 1885, p. 3 – grifos do autor).

Todo esse distanciamento baseado em "sua VERDE idade" e nas "luzes e experiencia" de Justos Nelson, não durando a associação sete dias, cercado de ilustres auxiliares, "tão seus, quanto dos outros collegios quejandos". O tal programa educativo

"bombástico" causou em uns pasmos e em outros risos pelas ridículas reformas apontadas. A "oração-relatorio" era uma mistura de "grandeza e mizeria", que possibilitava concluir que o *Collegio Americano* "é uma vulgaridade chata":

> De facto a superioridade de um collegio sobre outro consiste na differença, para melhor, de lentes, de compendios, de methodo, da disciplina; mas estes elementos no 'Americano' não são diversos dos outros collegios; logo o educador *reformado* cahiu na valla das vulgaridades da terra (DIÁRIO DE BELÉM, 6 de dezembro de 1885, p. 3 – grifos do autor).

Conforme Saraiva, um dos motivos do rompimento entre José Veríssimo e Justus Nelson na direção do *Collegio Americano* reformado foi ter ocultado o projeto do *Kindergarten*, motivo "sufficiente para abrir brecha na probidade do *reformado*", cuja duração foi tão efêmera quanto a vida das flores, embora fosse dirigido por uma das senhoras mais bem-educadas da familia paraense. Com todos esses contratempos, Veríssimo afirmava ter executado à risca o seu programa, enquanto que Saraiva perguntava "*está doido o sr. Verissimo*? Realmente n'este discurso s.s revela-se de uma incoherencia e leviandade inaudita" (DIÁRIO DE BELÉM, 6 de dezembro de 1885, p. 3 – grifo meu).

Saraiva concluía o artigo sublinhando a sua experiência e sobriedade em apontar a petulância e soberba de José Veríssimo:

> Ora quem conhece um pouco a santa causa da instrucção certo estranhará a insensatez; a petulância do sr. Verissimo tanto para com os seus collegas, professores do seu collegio, como para com o publico decente e bem intencionado que lhe confiou os seus filhos. Em conclusão perguntaremos a que fica reduzida a escola do *reformado*, cujos professores são ignorantes, cujos compendios são imprestaveis e mãos, cujo serviço pedagogico é minguado e estéril? Responde-nos a experiencia: a um centro de conservação do espirito, a loco de maus habitos, ou, pelo menos, de virtudes negativas.
> Entretanto o sr. Verissimo prometteu um collegio vasado nos moldes da pedagogia moderna, burilado pelas doutrinas NEO-CALVINISTAS da sua seita, e, ao cabo de dois annos de *dedicação e energia intelligente*, quer mystificar-nos com gymnastica e esgrima! (DIÁRIO DE BELÉM, 6 de dezembro de 1885, p. 3 – grifos do autor).

De *reformado* incompetente à calvinista, José Veríssimo foi acusado desbragadamente na crítica de João Saraiva. A réplica de Veríssimo não tardaria.

No mesmo jornal, no dia 8 de dezembro de 1885, após ler o ataque de João Saraiva, Veríssimo lembrou-se de uma anedota: dois japoneses conversam sobre o imperador, chamando-o de "papalvo" (simplório, tolo), quando passou um mandarim e disse "Os srs. insultam o nosso imperador", e respondeu a dupla, "O seu imperador, não! Nós referiamo-nos ao do Japão!", e completa o mandarim, "Qual, meus amigos, (...) quando se falla de um

imperador papalvo não póde ser sinão o nosso. Estão presos!" (DIÁRIO DE BELÉM, 8 de dezembro de 1885, p. 3).

No trecho do seu discurso, citado por Saraiva, referia-se às escolas em geral, sem visar ninguém específico, embora, pelo observado, o diretor do *Collegio Franco-Brazileiro* leu da seguinte forma: "Qual sr. Verissimo, quando se fala de um diretor de collegio sem vergonha e impudente, não póde ser sinão commigo". Assim, diante desta "franca e conscienciosa confissão", apenas confirma a opinião daqueles que de longe e de perto tiveram a graça de conhecê-lo: "Um ignorante audacioso, despejado e impudente" (DIÁRIO DE BELÉM, 8 de dezembro de 1885, p. 3).

Outro trecho que deixou José Veríssimo bastante irritado foi colocar em dúvida as suas qualidades intelectuais e os valores do seu caráter. Quanto ao saber, não queria entrar neste mérito, pois tinha a certeza que João Saraiva não era a pessoa mais indicada para lhe julgar, "deixe essa tarefa ao publico esclarecido, que para julgar-me a mim – consinta que lh'o diga – sempre encontrará alguns *documentos*, d'esses que não podem ser sofisticados, em quanto que o sr..." (DIÁRIO DE BELÉM, 8 de dezembro de 1885, p. 3 – grifo meu).

Na defesa do seu caráter, Veríssimo parte para o ataque da vida pessoal e profissional de João Saraiva. No pessoal, enquanto Saraiva se ocupava em humilhar o outro, não se preocupava com "o *alcool, na orgia e a vida dissipada* que tem levado não lhe afogaram ainda n'alma essa coisa que nós outros chamamos consciencia" (DIÁRIO DE BELÉM, 8 de dezembro de 1885, p. 3 – grifo meu). No profissional, embora Saraiva se esforce para criar uma posição honrosa de sujeito comprometido com a instrução, era "(...) caloteiro de profissão, despejado de escrupulos, que expulso das casas de educação onde estudava ou servia, sem ter onde cair morto, arvora-se em diretor de um collegio para *enganar os paes, para enganar as familias*, e sobre todo, para enganar seus incautos fornecedores!..." (DIÁRIO DE BELÉM, 8 de dezembro de 1885, p. 3 – grifo meu).

Eis, portanto, ponto nevrálgico da contenda: os pais dos alunos. Pois, se Saraiva destinava para os pais de família a última palavra neste bate-boca de utilidade pública, Veríssimo retrucava: "(...) já o julgaram, retirando seus filhos da casa de perdição que o sr. dirige (*cerca de 20 vieram para cá*) a qual este anno viveu apenas do calote pregado a muitos, das promessas de antemão falsas feitas a outros e das concessões fervorosamente suplicadas de outros" (DIÁRIO DE BELÉM, 8 de dezembro de 1885, p. 3 – grifo meu).

Para além das reformas educativas apregoadas pelo *Collegio Americano*, o que estava em causa, pelo visto, era a concorrência entre duas casa de educação particulares. Ao buscar convencer a opinião pública, mais precisamente, os pais de alunos, colocavam em

discussão o mérito das inovações pedagógicas e a sua efetiva implementação para a educação da mocidade – quer dizer, como foi possível observar, este foi um grande "bate-boca educacional" para o proveito da sociedade em geral e dos pais de família, em particular.

Porém, a contentada não findou aqui. No mesmo jornal, em 10 dezembro de 1885, João Saraiva considerava-se vingado dos insultos contra o seu colégio, e desmentido todos os ataques pessoais, "Refutada d'esta arte a miserável e estupida baboseira do hydrophobo canalha, do *aventureiro das lettras paraenses*, do bajulador despresivel, do tisico sem caracter, passemos ao ponto principal da discussão" (DIÁRIO DE BELÉM, 10 de dezembro de 1885, p. 3). Ratificava as críticas às inovações pedagógicas do *Collegio Americano*, considerando a instituição uma "vulgaridade chata" e o seu fundador "um charlatão"; a educação física era novamente achincalhada, principalmente, a ginástica, pois o clima quente e úmido não era favorável, "Todavia a ignorancia do sr. Verissimo dá-lhe os fóros da educação physica! Ah! *Pedagogo de uma figa*!" (DIÁRIO DE BELÉM, 10 de dezembro de 1885, p. 3 – grifo meu).

No dia seguinte, ainda nas páginas do *Diário de Belém*, José Veríssimo responde, dando ênfase à acusação de "aventureiro das letras paraenses", de ser considerado "calvinista" e de ter a "ignorância" de manter a ginástica como educação física escolar. Em sua defesa, o diretor do *Collegio Americano* listava os *documentos* e nomeava os *juízes* que asseguravam sua probidade intelectual, ou seja, neste "bate-boca educacional", dava uma "carteirada intelectual", revelando sua rede de sociabilidade no Brasil, na América Latina e na Europa:

> Atire-me a pecha de ignorante de aventureiro das lettras paraenses, o que quiser a este respeito do seu juizo appello para o de homens do valor intellectual e moral como Sylvio Romero, o illustre critico brazileiro e professor de philosophia no Collegio de Pedro 2º, que cita o meu nome com louvor em mais de uma obra sua; de Franklin Tavora, que não me conhecendo siquer de vista, escreveu sobre mim um estudo critico biográfico e faz-me constantemente a honra de citar-me; dos illustres mythologos francezes Emilio Guimet e Malloné que a vista dos meus trabalhos a esse assumpto convidaram-me a collaborar na importante revista *Annalles du Musée Guimet*, como das cartas que tenho em meu poder; do operoso historiografho brazileiro Cesar Augusto Marques, que tambem não me conhece pessoalmente e do qual tenho as mais lisonjeiras cartas; do Theophilo Braga, o celebre historiador da litteratura portugueza, de Pinheiro Chagas; do dr. Ernesto Quesada, de Buenos Ayres, um moço que conta os annos pelos volumes publicados; dos illustres sabios italianos Giglioli e Mantegazza, por cuja proposta eu fui aceito unanimente socio correspondente honorário da *Sociedade de anthropologia e ethnologia de Florença*; de Macedo Soares, o jurisconsulto e ethnologista brazileiro, que fala de mim com as mais lisonjeiras expressões; etc. etc.
> Quem tem *d'estes juízes a seu favor*, sr. Saraiva, póde bem despresar qualquer conceito que o sr. possa fazer de suas aptidões (DIÁRIO DE BELÉM, 11 de dezembro de 1885, p. 3 – grifos do autor e grifo meu)

Em uma sociedade católica, ao ser nomeado de "calvinista", provavelmente por sua aproximação do missionário metodista Justus Nelson, a intriga estava lançada: "A intriga resume-se n'isto: *eu sou calvinista, os paes, catholicos, não me ponhais os filhos ao collegio*. Já outro dia um maltrapilho que anda por ahi pregou a mesma coisa n'um a pedido da *Constituição*" (DIÁRIO DE BELÉM, 11 de dezembro de 1885, p. 3 – grifo meu).

Se *A Constituição*, jornal católico, e Saraiva, provavelmente católico, consideravam Veríssimo protestante, procurando animar a antipatia religiosa dos pais católicos, o diretor do *Collegio Americano* era surpreendentemente categórico em afirmar que

> Erram porém o alvo, um e outro. Eu não sou nem calvinista nem neo-calvinista. *Sou catholico, apostolico, romano* – a prova é que estou apto para exercer qualquer funcção publica, para a qual exija-se a qualidade de catholico, apostolico, romano (DIÁRIO DE BELÉM, 11 de dezembro de 1885, p. 3 – grifos meu).

Novamente, tendo em vista que a disputa pela preferência dos pais era pomo da discórdia, Veríssimo chamava Saraiva à razão:

> Mas fallemos sério. Imagina o sr. Saraiva, que eu sou calvinista ou mesmo mahometano, acredita o sr. que um pae de familia catholico, sensato e de honestos sentimentos prefira, para educar seu filho, *um catholico sem moral, sem caracter e sem escrupulos*, a um mahometano ou calvinista, homem de bem e de bom proceder? Não creia, sr. Saraiva (DIÁRIO DE BELÉM, 11 de dezembro de 1885, p. 3 – grifos meu).

Este é um dos belos momentos proporcionados pela conjuntura política, cujos modos de agir nem sempre são coerentes com os modos de pensar: o biografo anti-clerical de Émile Littré, o polemista infatigável na defesa do positivismo contra o *A Boa Nova* e o diretor de uma casa de educação moderna, científica e laica, para não se indispor com os pais católicos, pois Saraiva conhecia bem o fervor da católica família paraense, pronunciava-se católico, apostólico e romano.

Por fim, quanto à questão da ginástica, Veríssimo ratificava "(...) cada dia me convenço mais da sua utilidade hygienica e da sua importancia como principal agente de educação physica", e ao finalizar o artigo, continuava "Para completar a educação physica, tenho encommendado – pergunte aos srs. Paiva Cª que fizeram a encomenda desde o mez passado – excellentes jogos como o *cricket* (de collegio) o *foot ball*, o *lawn tênis* e outros" (DIÁRIO DE BELÉM, 11 de dezembro de 1885, p. 3 – grifos do autor).

Eis o jogo da política, um passo à frente e um passo atrás. Recua, considerando-se católico; avança, defendendo uma educação moderna baseado na ginástica.

Como é possível depreender da discussão, conhecida na imprensa paraense por *Questão Verissimo e Saraiva*, havia uma disputa por reconhecimento e prestígio educacional entre as casas de educação particulares na capital da província. Assim, chamar atenção dos pais de família e formar a opinião pública, utilizavam largamente a seção "pedidos" dos jornais, noticiando as principais atividades e inovações pedagógicas de seus estabelecimentos de ensino. Aliás, a desmoralização e difamação pareciam ser moeda corrente neste tipo de disputa por reconhecimento e prestígio junto a honrada família paraense. Neste debate político, havia uma linha muito tênue entre a seriedade de se considerar um "reformador" e do escárnio de ser chamado de "reformado".

Claro que tamanho "bate-boca educativo" não passaria incólume aos olhos do poder público. Assim, o diretor da instrução pública decretou o fechamento dos dois estabelecimentos de ensino, segundo informa a breve nota do *Diário de Belém*, de 15 de dezembro de 1885: "Consta-nos que hontem o sr. dr. Diretor da instrucção publica mandou fechar os collegios 'Americano' e 'Franco-Brazileiro', em virtude da polemica jornalistica travada entre os diretores d'aquelles estabelecimentos de educação" (DIÁRIO DE BELÉM, 15 de dezembro de 1885, p. 2).

Diante desta situação de fechamento e dos filhos sem escola, e se a família dos alunos era fiel da balança na contenda, rapidamente, os pais, correspondentes e tutores dos alunos do *Collegio Americano* fizeram publicar um abaixo-assinado em defesa do seu diretor, na *Secção Livre*, de 27 de dezembro de 1885, do *O Liberal do Pará*:

> Nós abaixo assignados, paes, correspondente e tutores de alumnos do collegio Americano, dirigido pelo sr. commendador José Verissimo, declaramos que estamos plena e inteiramente satisfeitos com o referido collegio, que o seu director pelo seu procedimento, quer como cidadão, quer com pae de familia e director de collegio, nos merece toda a confiança e atestamos que jamais veio ao nosso conhecimento um só facto de que seja mesmo collegio *desrespeitada a consciencia religiosa dos meninos* ou outro qualquer que possa ser citado em desabono, seja do sr. commendador José Verissimo seja da casa de educação que elle tão criteriosamente dirige.
> Pará, 14 de dezembro de 1885 (O LIBERAL DO PARÁ, 27 de dezembro de 1886, p. 2).

Nada melhor que os próprios responsáveis dos alunos da escola para afiançar a inteireza moral e a confiança com o trabalho educativo, assegurando o respeito a consciência religiosa dos alunos, evocando nisto as credenciais de bom cidadão, de bom pai de família e de criterioso diretor de colégio – apenas faltou o de bom católico, apostólico, romano, devoto de Nossa Senhora de Nazaré.

Na seção *Expediente do Governo* do *A Constituição*, de 2 de janeiro de 1886, o presidente de província acatava o recurso de José Veríssimo e revogava o ato da diretoria da instrução pública, por considerar a manifestação dos pais dos alunos uma atitude abonadora da idoneidade do diretor do *Collegio Americano*:

> O presidente da provincia, tendo em vista o recurso interposto por José Verissimo, proprietario e director do collegio 'Americano', do acto 14 corrente, da directoria da instrucção publica, mandando fechar o mesmo collegio, sob o fundamento de haver o referido director em artigos assignados, de polemica, com o de outro collegio, offendido a moral, tornando-se por isso incompatível para o magisterio particular na forma do art. 5º §§ 2ºe 4º da lei n. 1031 de 7 de maio 1880; e attendendo a prova de idoneidade do recorrente e atestação abonatória dos paes cujos filhos frequentam o collegio, as quaes foram pelo suplicante junto á sua petição, resolve dar provimento ao citado recurso para fim de ser revogado o acto da directoria da instrucção publica na parte relativa ao mesmo recorrente e poder continuar a funccionar o collegio de que é proprietario e director (A CONSTITUIÇÃO, 2 de janeiro de 1886, p. 1).

Em 20 de novembro de 1888, o redator d'*O Liberal do Pará* comentava a carta enviada pelo diretor da instrução pública, na qual José Veríssimo era congratulado pela festa de educação física no encerramento do ano letivo, reconhecendo seu excelente trabalho em prol da mocidade paraense.

Qualificando Veríssimo com o título deste capítulo, o redator afirmava:

> O sr. commendador José Verissimo de Mattos é *um grande operario da civilisação futura dos povos da Amazonia*; o *Collegio Americano*, que fundou e dirige com toda a sollicitude, revela que o illustre preceptor da mocidade aprecia bem, que no desenvolvimento e boa orientação da intelligencia, desde que ela começa a desabrochar, está a maior garantia do progresso do paiz (O LIBERAL DO PARÁ, 20 de novembro de 1888, p. 2 – grifo meu).

É com este reconhecimento que pretendia introduzir as palavras do diretor da instrução, Raymundo Nina Ribeiro, de igual aprovação ao trabalho educativo de José Veríssimo:

> N. 271. – Directoria geral da instrucção publica do Pará, 5 de novembro de 1888. – Illm. sr. – Tenho grande satisfação em apresentar a v.s. os mais vivos louvores pelos inestimaveis resultados ante-hontem colhidos na festa de educação physica, em seu excellente collegio.
> Devo, sobretudo, fazer sentir a v.s. o contentamento d'esta directoria que v.s., *verdadeiramente orientado dos melhores processos educativos hodiernos*, tem sabido abrir á educação physica dos seus alumnos. – Deus guarde v.s. – Illm. sr. commendador José Verissimo de Mattos, m. d. diretor do *Collegio Americano*. – Raymundo Ninca Ribeiro (O LIBERAL DO PARÁ, 20 de novembro de 1888, p. 2 – grifo meu).

Pelo visto, a consideração pelas reformas educativas realizadas por José Veríssimo não se restringiu ao abaixo-assinado dos pais contra o fechamento do *Collegio Americano*,

pois, também, o diretor da instrução pública empenhou de próprio punho uma carta demonstrando o regozijo do poder público com o seu "excellente collegio".

O *Collegio Americano* também recebeu congratulações na visita do Conde d'Eu, quando o marido da princesa Isabel esteve viajando pelas capitais amazônicas, cujo registro foi realizado pelo redator do *O Liberal do Pará*, em 20 de julho de 1889. Desde junho José Veríssimo ausentara-se de Belém, pois a convite da Sociedade de Antropologia Pré-História, participava do seu congresso em Paris; por isso, ficou ao encargo do professor Manoel Antonio Ferreira de Moraes ciceronear o ilustre membro da família real nas dependências da escola.

No início da visitação, Conde d'Eu dissera conhecer José Veríssimo como "um sabio da lingua brazileira", passando em revista a arquitetura do edifício, a disposição das camas dos alunos internos, o refeitório, a rouparia e a cozinha, as quais considerou muito asseadas e adequadas ao clima amazônico. Manifestou o desejo de assistir algumas aulas, curioso dos métodos de ensino praticados e da proficiência dos professores: embora lamentasse não ter tempo, já que ainda visitaria outros estabelecimentos. Demonstrou também bastante interesse pela coleção de instrumentos indígenas da escola, e ao finalizar a visita, o professor Manoel Moraes lhe presenteou com uma coleção de obras do diretor da instituição.

O redator encerrava a nota assim:

> A impressão que levou S. A. desta visita foi a mais lisonjeira possivel, pelo que felicitamos aquelle nosso amigo, que *occupa posição saliente na provinci*a, pela dedicação e interesse com que se tem votado ao ensino de nossa mocidade.
> O seu estabelecimento importante sob todos os pontos de vista, *continúa a prestar relevantes serviços*, preparando com esmero a nossa mocidade para as lutas da vida (O LIBERAL DO PARÁ, 27 de julho de 1889, p. 2 – grifos meu).

Como temos acompanhado até o momento, em 1881 José Veríssimo era um liberal anticlerical; em 1885 se considerava católico, apostólico e romano; em 1889, às vésperas da proclamação da República, "forçosamente republicano"; e no ato da proclamação, em virtude de ter assinado o protesto do presidente de província deposto, demonstrava ser monarquista. São estes diferentes momentos de posicionamento conjuntural que o debate político nos possibilita notar, sendo necessariamente nestes momentos e *lugares* que se constituiu a *experiência educacional* de José Veríssimo: na *Sociedade*, dedicando-se na *difusão* da educação moderna e no *Collegio Americano*, esmerando-se na *prática* de um programa educativo moderno e inovador baseado em valores e métodos científicos e laicos.

Tais projetos educativos modernos, científicos e laicos da *política científica* estavam na oposição às iniciativas pedagógicas das forças da *tradição imperial*, vinculadas à aspectos

tradicionais, retóricos e confessionais – as críticas ao *kindergarden* e a *Questão Verissimo e Saraiva* foram desdobramentos políticos desta oposição. Portanto, considero que aqueles exercícios de *difusão* e *prática* educativa forneceram os materiais empíricos, ao mesmo tempo que estas críticas às inovações pedagógicas proveram a argumentação política, pois ambos, fincados em uma *experiência amazônica* com educação, permitiram a construção do conceito de *educação nacional* apropriado do repertório educativo europeu e estadunidense.

5.3 Uma obra de "são brasileirismo": *A Educação Nacional* entre o Pará e o mundo

O livro *A Educação Nacional*, de 1890, foi a sistematização das experiências educacionais de Veríssimo no contexto amazônico, a partir das quais apresentou um diagnóstico – histórico e etnográfico – sobre a sociedade brasileira e as possibilidades de superação de sua ausência de sentimento e caráter nacional. Assim surgia sua proposta de *educação nacional*, produzida entre a experiência política, cultural e educacional amazônica e a comparação com experiências educacionais estrangeiras, sobretudo dos Estados Unidos e da Europa. A estrutura da publicação era organizada em sete capítulos, além da introdução e conclusão: 1) A Educação Nacional; 2) As Características Brasileiras; 3) A Educação do Caráter; 4) A Educação Física; 5) A Geografia Pátria e a Educação Nacional; 6) A História Pátria e a Educação Nacional; 7) Brasil e Estados Unidos.

Na introdução à primeira edição, escrita em março de 1890 no Pará, José Veríssimo inicia fazendo referência ao prefácio do *Estudos Brazileiros* – 1ª série, de fevereiro de 1889, no qual a República apresentava-se como uma mudança inevitável e referia-se a si mesmo como "forçosamente republicano"; agora, a República estava realizada. Neste contexto, Veríssimo ratifica a necessidade de *reforma social*, que significa reformar o povo, sendo mais profunda que a *reforma política*, a mudança de governo: "A História é feita com um elemento, o povo; é, pois, o povo, e não o governo, quem em definitivo pode radicalmente mudar as condições de uma nação" (VERÍSSIMO, 1890, p. IX).

Assim, para realizar essa grande obra de reforma só conhecia um meio: a *educação* – "Para reformar e restaurar o povo, um só meio se conhece, quando não infallivel, certo e seguro, é a *educação*, no mais largo sentido, na mais alevantada accepção d'esta palavra" (VERÍSSIMO, 1890, p. X – grifo meu). Ao citar Cyprien Issaurt, historiador da pedagogia francês, que, na conclusão do seu *La Pédagogie, son évolution et son histoire*, de 1886, apontava que uma profunda reforma da instrução pública e nacional requer uma reforma

radical do governo, Veríssimo aludia para o fato da República já estar proclamada, agora cumpria fazer uma profunda reforma da educação nacional.

Para José Veríssimo o sentimento nacional e o caráter nacional são os dois pressupostos fundamentais que formavam as bases da educação nacional. Nesse particular, fez um exercício de definição preliminar, que vai ser melhor desenvolvido no transcorrer do livro: o sentimento nacional consiste nas causas morais de ordem psíquica possibilitadas pelo conhecimento da Pátria; o caráter nacional é constituído pelas causas extrínsecas de ordem física, provocadas pela raça, meio e clima.

O brasileiro não tem sentimento nacional, não tem qualquer identidade comum baseada em uma cultura nacional. Para a inexistência de um *brasileirismo*, Veríssimo indicava como causa o imenso território, a população escassa e o isolamento entre as províncias, fomentando antes um sentimento mais local do que pátrio. O que existe é o provincialismo brasileiro: "*Primeiro sou paraense* (por exemplo) *depois brazileiro*; (...) *A Bahia é dos bahianos, o Brasil é dos brazileiros*" (VERÍSSIMO, 1890, p. XVIII-XIX – grifos do autor).

Outro elemento que corrobora para acentuar esse isolamento geográfico e humano é a falta de integração da instrução pública no Brasil e a ausência de manifestações culturais que divulguem o espírito nacional, como museus, monumentos e festas nacionais. Outra instância que também contribui para esse isolamento e desconhecimento sobre o Brasil é o jornalismo, sendo abundante nas páginas dos jornais de província as notícias estrangeiras, e quando havia alguma informação do Brasil, era do Rio de Janeiro.

De par com jornalismo, não havia também revistas literárias que divulgassem os trabalhos de escritores, de pensadores, de artistas de todos os cantos do país. Neste aspecto, fazia clara referência a seu falecido amigo Franklin Távora e ao projeto de integração nacional corporificado na *Revista Brazileira*. Em uma nota de rodapé Veríssimo também protestava sobre a sua própria experiência de isolamento do Brasil e maior integração com a Europa escrevendo do Extremo Norte:

> Aqui na capital do Pará, onde escrevo (e o mesmo, sei, acontece em geral nas outras capitaes dos estados), cidade de população talvez não inferior a 80 mil habitantes, é mais difficil encontrar ou obter um livro (ou qualquer outro produto) brazileiro que qualquer obra estrangeira, mesmo allemã ou italiana. As principais revistas européas têem aqui assignantes. A recente *Revista de Portugal* possue talvez mais de trinta. A malograda *Revista Brazileira*, creio apenas tinha uns quatro. Livro ou periodico brazileiro publicado fóra do Rio de Janeiro é para nós como si fóra na China (VERÍSSIMO, 1890, p. XXIII – grifos do autor).

Em suma, “Nós nos ignoramos a nós mesmos!” (VERÍSSIMO, 1890, p. XXIV). E um dos desdobramentos mais preocupantes disso, era o sentimento provincial prevalecendo ao sentimento nacional e fomentando desejos separatistas em alguns Estados. Por isso, para evitar que o princípio federativo incentivasse aventuras separatistas, urgia construir a unidade moral da Nação, para a qual concorria fortemente, a constituição de uma educação nacional. Exemplos exitosos não faltavam para se mirar e aprender: Veríssimo citava os casos de “regeneração nacional” e sua vinculação com a educação pública na França e na Itália, mas também se referia a outros países europeus, como Alemanha e Inglaterra, cujos investimentos em novos métodos, sistemas, organizações e pesquisas educacionais assemelhavam-se com a reorganização militar.

Assim, a sua intenção com o livro era chamar a atenção para a questão da educação nacional. Os seus capítulos esmiuçavam a proposta de transformar os princípios da *educação moderna*, de formação integral do homem, devidamente assentada as condições da formação étnico-racial brasileira e os meios pedagógicos de desenvolvimento da educação que fomentasse o sentimento brasileiro. Contudo, se por um lado era necessário conhecer as características brasileira, era de igual importância compreender as experiências modelares que serviriam de guia para a construção educação nacional brasileira.

Por isso, situava o Brasil no continente americano, cujas heranças europeias projetariam o país na modernidade ocidental: “Precisamos ser physica, moral e intellectualmente fortes, e que a Humanidade conte comnosco. Para isso porém, carecemos primeiramente ser brazileiros” (VERÍSSIMO, 1890, p. XXXIV); “Não copiemos ninguem, mas estudemos tudo e todos, e principalmente estudemos a nós mesmos” (VERÍSSIMO, 1890, p. XXXV); “O amor da patria alenta-se do conhecimento do seu passado, e do seu presente, e da fé no seu futuro” (VERÍSSIMO, 1890, p. XXXIV); “(...) ella [conhecimento da pátria] o venha a ser tambem por juntar ás energias novas da America as delicadezas espirituaes da Europa, consorciando os mais altos dotes de espirito e coração, o sentimento e a intelligencia, com as maximas actividades da nossa coeva civilisação industrial” (VERÍSSIMO, 1890, p. XXXVI).

Realizada essa introdução, José Veríssimo no primeiro capítulo, intitulado *A Educação Nacional*, apresentava um breve diagnóstico sobre a instrução pública, a sua definição de educação e quais os principais meios culturais e pedagógicos, bem como modelos estrangeiros, para a construção da educação nacional brasileira. Iniciava afirmando categoricamente: “O nosso sistema geral de *instrucção publica* não merece de modo algum o nome de *educação nacional*” (VERÍSSIMO, 1890, p. 1 – grifo meu), pois, em todos os ramos

do ensino (primário, secundário e superior), há um amontoado de matérias, sem método ou lógica, unificadas por uma ideia elevada de Pátria. Na escola pública brasileira, o conhecimento sobre o "Brazil", "brilha pela ausencia" (VERÍSSIMO, 1890, p. 2).

Assim, esse amontoado de matérias conhecido por "instrução pública" não serve para educar, "segundo o conceito de Spencer preparar o *homem para a vida completa*, como membro da familia, da patria e da humanidade" (VERÍSSIMO, 1890, p. 2 – grifo meu). A mesma definição de educação realizada no discurso de abertura do *Collegio Americano*, em 23 de março de 1884: "Para um dos espiritos mais poderosos deste seculo, o eminente philosopho inglez Herbert Spencer, a educação – e sob este titulo elle compreende tambem a instrucção – tem por fim preparar-nos '*para a vida completa'* (...)" (NOTICIA GERAL DO COLLEGIO AMERICANO, 1888, p. 8 – grifo meu). Nestas citações de Herbert Spencer, no discurso e no livro, referenciava obras diferentes do pensador inglês cujas definições de educação se complementavam, respectivamente: *De l'Education* e *L'Éducation intellectuelle, morale et physique*.

Ao procurar ampliar a distinção entre instrução e educação, citava ainda Paulo Bert e Ramalho Ortigão, para os quais a educação, por meio do ensino cívico e moral, buscava formar o cidadão, ultrapassando a instrução, que, no limite, formava bacharéis. José Veríssimo também já realizava no discurso do *Collegio Americano* essa diferença em relação a ênfase na competência intelectual que deixava de lado as dimensões física e moral – a escola formava o *homem scientifico* em detrimento do *homem pratico*.

No livro, *A Educação Nacional* incluía a dimensão do ensino cívico e a necessidade de formar o cidadão, de formar para a cidadania. Contudo, não é possível formar o cidadão sem conhecimentos elementares da Pátria. Novamente faz apontamentos e realiza um diagnóstico: nas escolas brasileiras não há geografia pátria, pois os compêndios, de leitura rebuscada, eram totalmente dedicados às nomenclaturas europeias; também não há história pátria e os manuais parecem tratar sobre a História do Congo; este era o mesmo estado dos livros de leitura, "a mola real do ensino", escritos com total indiferença patriótica, com páginas brancas sobre a história e educação do Brasil, não contribuindo, portanto, para a existência de uma cultura cívica, de uma cultura moral.

Ao contrário, foram escritores e compêndios estrangeiros traduzidos que realizaram a instrução da mocidade brasileira. Neste caso, José Veríssimo fez referência a sua própria experiência de escolarização:

> Seja-me permittida uma recordação pessoal. Os meus estudos feitos de 1867 a 1876 foram sempre em livros estrangeiros. Eram portuguezes e absolutamente alheios ao Brazil os primeiros livros que li. O *Manual encyclopedico* de Monteverde, a *Vida de D. João de Castro*, de Jacinto Freire (!) os *Lusíadas* de Camões e, mais tarde, no Collégio de Pedro II, o primeiro estabelecimento de instrucção secundaria no paiz, as selectas portuguezzas de Aulete, os *Ornamentos da Memoria* de Roquette – foram os livros em que recebi a primeira instrucção. E assim foi sem duvida para toda a minha geração (VERÍSSIMO, 1890, p. 5 – grifos do autor).

Veríssimo enfatizava ainda que a instrução da sua geração foi realizada, em sua imensa maioria, por meio de livros de leitura estrangeiros de origem ou de espírito. Por acaso, questionava: não existem autores brasileiros, tratando sobre a realidade brasileira? "E Santa Rita Durão, e Caldas, e Basílio da Gama e os poetas da gloriosa escola mineira" entre os antigos, e entre os modernos citava "João Lisboa, Gonçalves Dias, Sotero dos Reis, Machado de Assis e *Franklin Tavora*, e ainda outros, não têm paginas que sem serem clássicas resistiram á critica do mais meticuloso purista?" (VERÍSSIMO, 1890, p. 6 – grifo meu).

Mais uma vez citava o amigo Franklin Távora como um intelectual autorizado na abordagem das coisas e paisagens brasileiras. Os livros de leitura brasileiros, insiste Veríssimo, precisam ser brasileiros nos autores e nos assuntos abordados, além de ter seus conteúdos convertidos em material para o cultivo da cultura cívica.

Observação similar foi realizada para os livros de *lições de coisas*, cujas matérias não completamente alheias aos usos e costumes brasileiros, ocupavam-se das manifestações culturais ou atividades industriais europeias, como o preparo da lã ou do vidro; assim, urgia que os livros de *lições de coisas* fossem nacionalizados:

> (...) nos mostrem o que é, onde e como se cultiva a *borracha*, quaes os seus empregos e qual a hygiene profissional do *seringueiro*; que inculquem as noções mais claras, mais exactas e mais novas da cultura do café, do cacaó, da cana ou do algodão, sobre as industrias pecuárias ou as industrias caseiras; como nós poderiamos fazer queijo e a manteiga ou como se constroe e, principalmente, como se deve construir a casa brazileira para que ella satisfaça plenamente as exigências da hygiene, do conforto e das necessidades especiaes do nosso clima (VERÍSSIMO, 1890, p. 7-8 – grifos meu).

Nestas observações de José Veríssimo fica demonstrada uma dimensão *modernista* do seu pensamento educacional. Do ponto de vista de uma *educação nacional*, não é possível que atividades econômicas e sujeitos associados à realidade amazônica sejam negligenciados dos bancos escolares, uma vez que sua proposta de *educação nacional* era filtrada em função de uma *experiência amazônica*.

O conhecimento sobre o Brasil, a construção da educação nacional, o fomento de uma cultura cívica, passavam obrigatoriamente por estudar a cultura e a sociedade amazônica. Essa cultura cívica, por sua vez, e citava o parecer de Rui Barbosa de 1882, teria a responsabilidade de formar o cidadão brasileiro. Comparando com o caso dos Estados Unidos, afirmava Veríssimo que uma cultura cívica consistia na construção de tradições, símbolos e festas nacionais, tal qual os estadunidenses faziam com o 4 de julho ou prestando homenagens aos seus homens notáveis, como George Washington, alimentando o culto patriótico e o sentimento nacional.

Por isso, questionava-se mais uma vez, por que o brasileiro não tem sentimento nacional? Agora seu diagnóstico volta-se para entender a formação étnico-racial da sociedade brasileira, no capítulo 2, *As Caracteristicas Brazileiras*. A análise do temperamento do brasileiro, pressuposto obrigatório das análises histórico-sociais oitocentista, consistia em apontar suas virtudes e seus vícios.

Por virtudes reconhece: "Somos, por exemplo, um povo honesto. Simples, sincero, modesto de gostos e de maneiras, desambicioso, conversavel, indolente e generoso" (VERÍSSIMO, 1890, p. 25). Quanto aos vícios: "Nacionais e estrangeiros que tem-se ocupado da demopsychologia brazileira estão todos de acordo em reconhecer como a dominante de nosso caracter a indifferença, o desanimo, a passividade (...)" (VERÍSSIMO, 1890, p. 28).

Não obstante, estas virtudes e vícios seriam derivados de três fatores: "a *etnogenia*, isto é, as origens ethnograficas e históricas; a *geographia*, ou a acção da terra sobre o homem; a *educação*, isto é, a influencia da sociedade sobre o cidadão" (VERÍSSIMO, 1890, p. 32 – grifos meu). Para Veríssimo, o brasileiro é produto de três raças distintas, duas "selvagens", os negros e os indígenas, descuidadas e indiferentes devido ao seu estágio de vida, e uma "civilizada", a portuguesa, em estado de declínio após um passado glorioso e ilustrado. É a *mestiçagem* a origem dos nossos vícios e virtudes.

Além da composição etnográfica, também concorreram fatores históricos do processo de colonização e da história portuguesa para este declínio: os ganhos e prazeres fáceis das terras conquistas, o temor da Inquisição e a estreita educação jesuítica cooperaram para depressão do caráter português, e, por conseguinte, do brasileiro. Somam-se ainda as condições geográficas e climáticas, que, ao possibilitar uma terra de produtos naturais abundantes, de fácil cultivo e colheita, acabou dispersando as energias do trabalho regular – tendo em vista também, que o trabalho regular era obrigação civil dos escravos.

Até esta altura, José Veríssimo reproduz alguns argumentos apresentados no *As Populações Indígenas e Mestiças da Amazonia*, de 1886, para compreender a formação

histórico-etnográfica da sociedade amazônica, bem como a influência do clima e da natureza na formação dos *tapuios e seus descendentes*: a população livre e pobre da província do Pará, como seu modo de vida nômade e sazonal, deveria ser reformada pelo trabalho sedentário, a colonização estrangeira, a agricultura e a educação. Embora neste estudo fizesse referência à presença africana na Amazônia, quer dizer, pontuasse a praticamente inexistência da contribuição da cultura africana na formação da sociedade amazônica, contribuindo para a construção da imagem de "terra de índio", realizou poucas menções à escravidão.

No *A Educação Nacional,* em 1890, no capítulo sobre as características brasileiras, Veríssimo considerava os *efeitos da escravidão* como um elemento *educativo* para os vícios do caráter brasileiro:

> Não é possivel exagerar os males que nos trouxe a escravidão. Durante trezentos annos refastelamo-nos no trabalho, primeiro do indio depois do negro. Queiram os destinos do Brazil que não seja preciso tanto tempo para livrar-nos de uma vez do *funestissimo veneno da maldita instituição*, que pela indefectível lei da justiça da historia, que quer todo o erro traga em si o seu castigo, ainda hoje nos pésa e avexa! Não somente abolindo como degradando o trabalho, a escravidão consumou em nós a morte de todas as energias, já enfraquecidas pelo clima e viciadas pela hereditariedade (VERÍSSIMO, 1890, p. 36 – grifo meu).

A *maldita instituição* havia embalado a infância e a mocidade da sociedade brasileira: "Invadio tudo e immiscuio-se em tudo. Embalou a rede da *sinhá*, foi o pagem do *sinhô-moço*, o escudeiro do *sinhô*. Ama, amamentou todas as gerações brazileiras; mucama, a todas acalentou; homem, para todas trabalhou; mulher, a todas entregou-se" (VERÍSSIMO, 1890, p. 37 – grifos do autor).

Para Veríssimo, a mulher negra, a *mulata*, este "peculiar tipo brazileiro", tinha bastante responsabilidade no amolecimento do caráter brasileiro. Citando Sílvio Romero, reitera que ela serviu de inspiração para a poesia popular, pois nos seus versos cantavam-na a volúpia, a faceirice, os dengues, em linguagem piegas, desejosa e sensual. Na família brasileira, a *mulata* desempenhava o papel de confidente da *sinhá-moça* e de amante do *nhonhô*. Antes dos 14 anos, já revelava ao brasileiro os mistérios do amor físico.

Após estas palavras sobre a vida privada brasileira, dignas de Gilberto Freyre, ratificava a *influência funesta* da escravidão[132]:

[132] Neste capítulo do *A Educação Nacional*, José Veríssimo realizou as observações críticas mais contundentes – embora naturalmente racistas – sobre a escravidão e a sua influência na formação da sociedade brasileira – mais precisamente, do *caráter* brasileiro. Apesar de não o ter citado, acredito que suas críticas incorporam vários argumentos de Joaquim Nabuco e o seu *O Abolicionismo* (1883), sobretudo dos capítulos – "Influencia da escravidão sobre a nacionalidade", "Influencia sobre o territorio e a população do interior" e "Influencias sociaes e politicas da escravidão" – dedicados a apontar a herança funesta da escravidão na sociedade brasileira – fosse no espaço público, fosse no universo privado. Esta é uma interessante hipótese para futuras pesquisas: ambos

> Molle pelo clima, molle pela raça, molle por esta precocidade das funcções genesicas, molle pela falta de todo trabalho, de qualquer atividade, o sangue pobre, o caracter nullo ou irratadiço e por isso mesmo inconsequente, os sentimentos deflorados e pervertidos, amimado, indisciplinado, mal criado em todo o rigor da palavra – eis como de regra começa o jovem brazileiro na vida (VERÍSSIMO, 1890, p. 38).

Assim, identificados esses vícios do caráter brasileiro, tornava-se urgente *A Educação do Caracter*, o terceiro capítulo do *A Educação Nacional*. Reconhece de início que a educação não é uma panaceia, porém não havia pensador que contestasse "a proficuidade da instrucção" e "a acção modificadora da educação". Desta forma, a educação do caráter ficava entre a ação doméstica e a ação civil.

Do ponto de vista privado, a família era um poderoso agente de cultura moral, já que a educação do caráter também se faz fora da escola, nas formas de socialização mais amplas, que, junto com a família, são responsáveis pela formação do indivíduo, como a leitura, a religião, a literatura, a ciência, o trabalho:

> Essa educação, claro está, deve começar, sinão desde o berço, conforme quereriam alguns, ao menos desde os tres annos, na familia. Nenhum meio mais proprio e mais conveniente do que esse para encetar *a educação do caracter da criança*, e lançar na sua alma os germens que hão de desenvolver-se mais tarde no adolescente e no homem (VERÍSSIMO, 1890, p. 49 – grifo meu).

Nesse sentido, como já havia apontando a influência da escravidão na formação da família brasileira, sendo responsável pelos vícios observados no caráter brasileiro, a educação moral deveria combater o egoísmo em favor do altruísmo, ao passo que o *hábito de mandar*

---

eram *liberais* cujas produções escritas pautavam-se pela investigação do passado brasileiro e o apontamento de *reformas sociais* mais profundas que promovessem elevação do *caráter* brasileiro, abatido entre outras razões pela influência cultural e biológica da escravidão. Para termos uma medida deste potencial analítico, cito um trecho do capítulo XIII, "Influencia da Escravidão sobre a Nacionalidade", d'*O Abolicionismo*: "Muitas das influencias da escravidão podem ser attribuidas á raça negra, ao seu desenvolvimento mental atrazado, aos seus instinctos barbaros ainda, ás suas superstições grosseiras. A fusão do Catholicismo, tal como o apresentava ao nosso povo o fanatismo dos missionarios, com a feitiçaria Africana, – influencia activa e extensa nas camadas inferiores, intellectualmente falando, da nossa população, e que pela *ama de leite*, pelos contactos da *escravidão domestica*, chegou até aos mais notaveis dos nossos homens; a acção de doenças Africanas sobre a constituição physica de parte do nosso povo; *a corrupção da lingua, das maneiras sociaes, da educação* e outros tantos effeitos resultantes do cruzamento com uma raça n'um período mais atrazado de desenvolvimento; podem ser considerados isoladamente do captiveiro. Mas, ainda mesmo no que seja mais caracteristico dos Africanos importados, póde affirmar-se que, introduzidos no Brazil em um periodo no qual não se désse o fanatismo religioso, a cobiça, independente das leis, a escassez da população aclimada, e sobretudo a escravidão, domestica e pessoal, o cruzamento entre Brancos e Negros não teria sido acompanhado do abastardamento da raça mais adeantada pela mais atrasada, mas da gradual elevação da ultima" (NABUCO, 1883, p. 144-145 – grifos meu). Como desdobramento desta pesquisa, também é possível apontar o aprofundamento da análise a respeito da atuação abolicionista de José Veríssimo, já apontada por José Maia Bezerra Neto (2009, p. 333), como integrante da comissão de redação dos estatutos do *Club Patroni*, em 1881.

era um desdobramento daquela *maldita instituição* na formação da juventude brasileira. Se mandar tornasse o homem mais enérgico, o brasileiro seria o mais viril, uma vez que aqui não se acende o cigarro ou o cachimbo senão dando ordem a um escravo. Para ilustrar esse hábito de mando e indolência, citava Veríssimo duas anedotas, uma do Brasil e outra na Amazônia: "É característica anecdota brazileira: - Moleque!... – Sinhô!... – Dize a este gato que sape... Na Amazonia existe esta variante: - João, tu queres mingáo? - Quero. Vae buscar a tua cuia. - Não quero..." (VERÍSSIMO, 1890, p. 60).

Para Veríssimo, a exemplo dos ingleses, dos alemães e dos americanos, a melhor forma de reverter essa situação de indolência e de autoritarismo da índole brasileira era articular, na educação pública e doméstica, o reforço da disciplina e o respeito à autoridade do mestre e da família:

> No ponto de vista social, que mais nos ocupa n'este trabalho, é urgente no Brazil modificar esta parte do nosso anarchico e defeituoso systema de educação, estabelecendo a *disciplina domestica* e a escolar, desde o primário ao superior, como a indispensável tirocínio para a *disciplina social*, base da segurança do estado e laço da sociedade nacional (VERÍSSIMO, 1890, p. 60 – grifos meu).

Deste modo, a educação do caráter era a conjugação entre a *disciplina doméstica* e a *disciplina social*, aliando família e escola. Havia ainda outra dimensão dessa educação do caráter, elemento indispensável da *educação nacional*: a *disciplina física*. Neste momento, a partir do capítulo 4, *A Educação Physica*, já tendo abordado a dimensão moral, iniciava a discussão sobre os componentes físicos e intelectuais da formação integral do homem: a educação física, a geografia pátria e a história pátria.

"Entre nós, quando se fala em educação physica, quasi se subentendem os exercicios gymnasticos e principalmente os chamados acrobaticos" (VERÍSSIMO, 1890, p. 71), no entanto, Veríssimo, guiando-se por pensadores modernos, como Montaigne, Locke, J.J. Rousseau, Hufeland e Fröebel, que já haviam ressaltado a importância desta modalidade de educação, considerava necessário alargar seu significado para além dos exercícios físicos, abranger também a Higiene. Por Higiene, utilizava a definição de Littré e Robin, inscrito no *Dictcionnaire de Médécine*, de 1873, verbete *Hygiène*: "regras a seguir na escolha dos meios convenientes para entreter a acção normal dos órgãos nas diversas idades, constituições, condições de vida e profissões" (VERÍSSIMO, 1890, p. 72).

Nessa compreensão ampliada da educação física, dos exercícios físicos e da higiene, cujos atributos visam formar um corpo robusto e são, completava a educação espiritual (intelectual e moral) que proporcionava um espírito culto e bom, ambos, combinados,

buscavam "*tornar o homem bom, instruído e forte*" (VERÍSSIMO, 1890, p. 72 – grifo meu). Sendo este o mesmo objetivo do *Collegio Americano*:

> O Collegio Americano tem como o seu mais ardente desejo, sua mais cara esperança e seu mais doce premio, o poder um dia – embora venha elle longe – realizar de um modo perfeito aquelle supremo desideratum da educação moderna: *tornar o homem bom, instruído e fórte* (NOTICIA GERAL DO COLLEGIO AMERICANO, 1888, p. 25 – grifo meu).

Por exemplo, do ponto de vista da higiene, a educação física deveria fazer parte do período da gestação da mulher, procurando dar uma condução saudável ao aleitamento, ablactação ou desmame, na primeira nutrição, no vestuário, bem como concorrer para o melhoramento da população, por meio da saúde da mãe e da criança. Porém, neste aspecto, retoma a influência da escravidão nos primeiros cuidados dos filhos da família brasileira:

> Os nossos filhos eram entregues aos cuidados de escravas, cujo leite quasi sempre eivado de vicios que mais tarde lhes comprometeriam a saúde, principalmente as alimentava. Eram as mucamas, escravas ou ex-escravas, – e isto basta para indicar o seu valor – que de facto dirigiam a sua primeira educação physica, pois eram ellas quem superetendia na alimentação, nos passeios, no vestuário e nos demais actos da vida infantil (VERÍSSIMO, 1890, p. 74).

Assim, tais vícios e amolecimentos do caráter brasileiro, desde o berço, deveriam ser modificados pela higiene e pedagogia infantil. Com essa observação, Veríssimo estava apontando que a educação física precisava observar as condições sociais e raciais nas quais foram formadas a população brasileira, e, assim, pudesse ser incluída na *educação nacional*. Nesse sentido, citava várias experiências europeias e dos Estados Unidos, de transformação da educação física em disciplina escolar da instrução pública nacional.

Na Inglaterra os exercícios físicos são uma instituição nacional, uma vez que em todos os ramos da educação, os esportes fazem parte da educação física e da vida cultural inglesa. Na Suíça, nas universidades, os exercícios militares e a ginástica transformam todos os cidadãos em excelentes soldados, sendo também presente as festas federais de tiros, de excursões alpinas, de esgrima etc., que estimulavam o sentimento patriótico. Na Alemanha, e citava Veríssimo o "caríssimo" Rui Barbosa, a educação física era confundida com o patriotismo, uma espécie de "arte nacional", relacionada a ginástica e completada pelos exercícios militares. Na França havia o destaque da ginástica e dos exercícios militares serem obrigatórios no ensino oficial primário e secundário. José Veríssimo também tinha notícia que a educação física havia sido incluída nos programas escolares nos Estados Unidos, na Bélgica, na Holanda e na Itália.

E no Brasil? “Entre nós, tudo, infelizmente, está por fazer” (VERÍSSIMO, 1890, p. 84). Havia alguns programas oficiais que apenas destacavam a ginástica, cuja execução era parcial, pois os professores não aprenderam ou não a estimavam, sendo na realidade letra morta. A exemplo dos países de “alta cultura”, urgia transformar a educação física em *educação nacional*. Era preciso adaptar os diferentes tipos e modalidades de esportes, como o exercício de remar, as marchas, a esgrima, os jogos como *cricket*, a péla, o boxe etc., ao clima brasileiro. Contra as objeções da inadequação deste esporte ao clima quente, utilizava argumentos da fisiologia, que comprovavam o caráter revigorador dos exercícios físicos nos “climas enervadores e debilitantes como o nosso que convém mediante elles realisar contra a ação do meio physico” (VERÍSSIMO, 1890, p. 88-89).

Ao lado da argumentação científica existia ainda, a favor da adaptação, uma questão prática: José Veríssimo citava Alfred Wallace, viajante inglês, comparando a viabilidade dos exercícios físicos no clima quente ao trabalho braçal europeu na lavoura amazônica. Para Wallace, se o trabalhador europeu no clima temperado estava acostumado com doze horas de trabalho, no clima quente, deveria diminuir para seis, três de manhã e três à tarde. E finalizando essa questão da viabilidade, citava o exemplo australiano, cujo clima igualmente quente não os impedia de praticar regularmente esportes, tendo o *Cricket Club* enviado atletas para disputar campeonatos de *cricket* na Inglaterra.

Portanto, a educação física era considerada por José Veríssimo um problema educação nacional, ou seja, as atividades físicas devem ser empregadas na escola e fora dela com o objetivo de formar a disciplina física e contribuir para a modificação do abatimento físico do caráter brasileiro.

Outros elementos que deveriam formar a *educação nacional*, do ponto de vista da educação intelectual, era o ensino de geografia e de história pátria. Tais disciplinas teriam uma relação direta com a cultura cívica: fornecer os conhecimentos indispensáveis sobre a Pátria, fosse dos aspectos físicos e naturais, fosse dos aspectos do passado.

No Brasil, conhece-se melhor a geografia da Europa; e após a nossa, deveria ser matéria do nosso interesse conhecer a geografia da África, da Ásia, da Oceania e da América. Desta constatação, passava em exame o ensino de geografia no Brasil, partido da sua *experiência amazônica*:

> No ensino primario brasileiro o da geographia é lamentavel, e quando feito, o é por uma decoração bestial e a recitação inintelligente da lição decorada. N’este Estado – que gasta por anno, é raríssima, si existe, mesmo aqui na capital, uma escola em que se encontre um mappa geographico, e certamente não há nenhuma que possua um

> globo. Creio que o Pará não tem o privilegio d'esta situação" (VERÍSSIMO, 1890, p. 96).

A esse respeito, José Veríssimo já adiantara essas impressões no discurso de abertura do *Collegio Americano* ao propor que o ensino de geografia deixasse de lado "as definições aridas e façamos estudar mais pelos mappas globos e atlas do que pelos livros" (NOTICIA GERAL DO COLLEGIO AMERICANO, 1888, p. 11). No ensino secundário, não passava do aprendizado com vista aos exames, restrito à enumeração e à nomenclatura. No ensino superior, não existia, em 1890, faculdade de Geografia, senão o curso de engenharia geográfica na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, cingindo às competências da matemática e da agrimensura.

Os compêndios de geografia ou corografia do Brasil eram, conforme Veríssimo, destituídos de valor pedagógico, pois, mal pensados e mal escritos, limitavam-se à enumeração seca de cidades e à indicação de sua circunscrição religiosa, jurídica e política, desprezando informações mais úteis, como o clima, a configuração física, o regime hídrico, as zonas de produção e os seus produtos. Os compêndios ingleses, alemães, americanos e franceses eram muito superiores aos brasileiros.

Por isso, indagava-se José Veríssimo: por que não adaptar esses melhores trabalhos à realidade brasileira para o ensino escolar de geografia pátria? Por que não orientar a produção de novos compêndios aprovados sob a proteção oficial, conforme as exigências atuais do ensino e dos modelos estrangeiros? Outra dimensão do compêndio escolar apontada por Veríssimo é a sua própria confecção, a dimensão gráfica do livro, cujo papel e a impressão de qualidade também influenciavam no processo educativo pelo lado estético.

Junto à precariedade dos compêndios somava-se a carência de mapas e cartas. No ensino dos alunos brasileiros eram utilizadas cartas estrangeiras. Os dois únicos atlas brasileiros, escritos por Candido Mendes de Almeida e Ch. Robin, além de desatualizados das exigências da cartografia moderna, também tinham muitos erros e eram muito caros. Os mapas murais também eram escassos e bastante deficientes para o ensino da geografia brasileira, já que não contavam com informações valiosas de aspectos físicos e econômicos, e limitavam-se à indicação das capitais das províncias, convertidas em estados pela República.

Por todos esses elementos do material escolar, no ensino de geografia o Brasil estava ausente. Todos os conhecimentos disponíveis sobre a geografia do Brasil foram estudos realizados por estrangeiros: "Foram os Castelnau, os Saint-Hilaire, os Eschwege, os Martiu, os Burton, os Agassiz, os Bates, os Wallace, os New-Wied, os Hartt e os Steinen, que nos

ensinaram a geographia da nossa patria" (VERÍSSIMO, 1890, p. 102). Segundo Veríssimo, em 1890, o melhor trabalho escrito sobre geografia era de um sábio alemão, Wappoeus, traduzido e refundido por Valle Cabral e Capistrano de Abreu, com o título *A Geographia Physica do Brazil*. Escrita por brasileiro, existia de forma incompleta uma história geral de Visconde de Porto Seguro, contudo ainda faltava a publicação de uma geografia do Brasil.

Circe Bittencout (2004) apresenta o circuito de produção e circulação de livros didáticos no Brasil, entre 1810 e 1910, dando ênfase nas relações entre autores, editores e Estado para a construção do conhecimento escolar. A autora revela as imposições e os constrangimentos para a inclusão de inovações pedagógicas nos manuais didáticos, embora tomassem características nacionais, eram produzidos com base em modelos estrangeiros. No entanto, neste período ocorreu uma expansão das inovações pedagógicas, influenciada pelas Exposições Universais e a obrigatoriedade escolar, modificando o cenário educacional brasileiro, desde as Escolas Normais, passando pelos liceus, até o livro didático. Diante disso, Veríssimo demonstra com os seus apontamentos sobre o livro e o ensino de geografia e história estar muito afinado com processos educativos do seu tempo, uma vez que suas experiências educacionais indicavam as dificuldades pedagógicas e as limitações dos materiais educativos na promoção da identidade nacional.

Diante deste diagnóstico sobre as condições sofríveis do ensino de geografia no Brasil, Veríssimo indicava que a geografia pátria fizesse parte da *educação nacional*. Neste particular, França e Alemanha se destacaram em transformar o ensino de geografia em fatores, respectivamente, de reconstrução (depois da guerra franco-prussiana) e unificação nacional (sob o comando da Prússia). Assim, no Brasil, mirando-se nestes exemplos estrangeiros:

> É urgente cuidemos em reformar o nosso ensino geographico, especialmente o da geographia patria. Do conhecimento que d'ella tivermos depende igualmente a nossa afeição e prendimento a ella. Não basta porém pôr nos programas o paragrapho *Corographia do Brazil*, é preciso que programmas detalhados, inspirados no methodo hodierno no ensino geographico, professores capazes e uma constante vigilancia dos funccionarios prepostos á direcção e fiscalisação do ensino, como a de todos os cidadãos, faça uma realidade do ensino da geographia patria (VERÍSSIMO, 1890, p. 107 – grifo do autor).

Quanto à História do Brasil, "Si o brazileiro ignora a geographia patria, mais profunda é ainda a sua ignorancia da historia nacional" (VERÍSSIMO, 1890, p. 113). E aprofundava ainda mais essa constatação, relacionada ao caráter brasileiro:

> A profunda indifferença, feição dominante do nosso caracter, fez-nos sobretudo desprezar o nosso passado que nunca estudámos e que não conhecemos, e este

> lamentavel esquecimento e desamor foi parte grande n'esta nossa falta de sentimento nacional apontada (VERÍSSIMO, 1890, p. 117).

Essa falta de sentimento nacional revelava graves perigos, conforme o intelectual paraense, como já havia dito antes, para a garantia da unidade nacional ao se adotar a forma federativa de governo. Por isso, o estudo da história pátria compondo a *educação nacional* ensejaria a oportunidade de fortalecimento do sentimento nacional: "Dos meios a que podem recorrer para trazer o espirito nacional sempre desperto, é dos principaes o estudo da historia patria, porque o *conhecimento da patria* é a base do *patriotismo*" (VERÍSSIMO, 1890, p. 123 – grifos meu).

Contudo, para esse estudo da história pátria apontava a existência de escassos trabalhos sobre História do Brasil disponíveis, tendo em vista não haver uma cadeira de ensino superior dedicada aos estudos históricos. Além da obra de Visconde de Porto Seguro, – já citada, editada entre 1854-57, cuja última edição era de 1877, a *Historia Geral do Brazil* – havia apenas obras de autores estrangeiros dedicadas a investigação do passado brasileiro, tais como Roberto Southey, Beauchamp, Constâncio, Grant, Henderson, Ferdinand Denis, Warden e Armitage.

Por sua vez, Veríssimo também fazia referência ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) como um centro de produção de conhecimento histórico sobre o Brasil, porém, a sua *Revista*, com mais de 50 tomos publicados, era totalmente ignorada, embora não fosse cara. Certa vez, quando foi à Biblioteca Pública em Belém, para consultar um dos tomos da *Revista*, o ajudante de bibliotecário indagou se eram em português ou francês. Também tinha notícia das *Revistas* dos Institutos Históricos de Pernambuco e de Alagoas, porém, não sabia precisar se mantinham publicação regular:

> Eis o que é o alto estudo da historia do Brazil no Brazil. O povo tambem indiferente a si mesmo e á patria não dá por isso, e eu certamente não erro assegurando que não ha talvez no Brazil um milheiro de pessoas que saibam das instituições citadas (VERÍSSIMO, 1890, p. 138).

De forma similar ao ensino de geografia pátria, também passava em revista as condições do ensino primário e secundário. No ensino primário ainda estava em vigência a velha pedagogia jesuíta de perguntas e respostas, baseada exclusivamente em exercícios de memorização. O processo de aprendizagem limitava-se ao mestre-escola *tomar a lição*, ou seja, o exercício de decoração das perguntas e respostas do compêndio. Veríssimo já advertia sobre essa forma de ensinar história do Brasil no discurso de abertura do *Collegio Americano*: em substituição ao "trabalho de decorar [que] tirava toda a vontade de comprehender e

explicar por palavras suas, como eu queria, os factos que aliás relatavam com toda a exactidão", nos novos programas seriam empregados a "leitura da lição e commentarios" (NOTICIA GERAL DO COLLEGIO AMERICANO, 1888, p. 11).

No ensino secundário, apenas recentemente a História do Brasil passou a ter espaço destacado no programa escolar; mas, anteriormente, era estudada como parte da História Universal, que, na sucessão de História Antiga, Medieval e Moderna, a História do Brasil recebia pouco tempo de abordagem, sendo ministrado o mínimo indispensável para os exames preparatórios ao ensino superior. Por fim, os livros de leitura e compêndios escolares de história tratavam principalmente da História Universal (leia-se história europeia), pois "limitam-se a uma enfadonha e estupida nomenclatura de governadores, de reis, de capitães-móres ou de factos áridos de nenhum modo uteis ao ensino primario da historia patria" (VERÍSSIMO, 1890, p. 139).

A partir destas observações sobre o ensino de história, Veríssimo propunha alguns encaminhamentos, comparando com as experiências europeias e a estadunidense. O que havia de comum nos casos alemão, francês e estadunidense, a respeito da correlação entre história pátria e *educação nacional*, era o estabelecimento de um ensino prático por meio de compêndios e livros de leitura ilustrados, animados pela leitura em voz alta e a entoação de cantos patrióticos. Nesta abordagem, o ensino de história pátria tornava-se um elemento ativo da *cultura cívica* e da *educação patriótica*, sendo totalmente integrado as manifestações mais amplas das datas comemorativas e festas nacionais.

Rafaela Paiva Costa (2018) analisou um conjunto diverso de narrativas cívicas – revistas científicas, jornais e manuais escolares – que circularam por distintas esferas do discurso no espaço público em Belém, entre 1889 e 1923. Tais narrativas, principalmente nos jornais, buscavam fomentar uma *cultura cívica* e uma *educação patriótica* além muros escolares, inserida no cotidiano e nos espaços de sociabilidade da cidade moderna sob o *boom* da economia gomífera. Ao abordar datas comemorativas, heróis nacionais, eventos históricos marcantes, estas narrativas teceram uma *cultura histórica* amplamente favorável à República, fosse no passado, fosse no presente.

Rafaela Costa demonstra que estes aspectos apontados por José Veríssimo, de um ensino de história mais ativo e ampliado nas práticas culturais, estavam sendo realizado em parte pelas narrativas cívicas em revistas, jornais e manuais escolares. No entanto, a autora ainda assinala que os autores e intelectuais que produziam tais narrativas buscavam construir uma percepção da identidade nacional que incluísse eventos e processo da história amazônica.

Na verdade, as narrativas cívicas montaram uma cronologia política da nacionalidade na qual eventos e fatos da história paraense tornavam-se fundamentais para entender a nacionalidade brasileira – exemplo disso, foram a Cabanabagem e a Adesão do Pará à Independência. Nesse sentido, percebo que havia uma congruência programática entre o projeto educativo de José Veríssimo e a *cultura história* proposta por essas narrativas cívicas: a construção da identidade nacional a partir da *experiência amazônica*.

Diante disso, as manifestações culturais de festas nacionais no Brasil que mobilizavam o povo brasileiro, sem relação direta com o sentimento nacional, eram as festividades religiosas: "Assim as do *Bomfim* na Bahia, da *Penha* no Rio, do *Rozario* no Maranhão, de *Nazareth* aqui", e na nota de rodapé citava o livro do Sr. Mello Moraes Filho, *Festas populares do Brazil*, de 1888, lamentando que "(...) esquecesse a nossa de *Nazareth*, talvez a mais caracteristica do Brazil" (VERÍSSIMO, 1890, p. 44 – grifos do autor).

Ao contrário do que afirmara, em 1886, no ensaio *As Populações Indígenas e Mestiças na Amazonia*, ao considerar a festa do Círio de Nazaré uma manifestação da barbárie, apenas interditando a marcha da civilização na Amazônia, agora, em 1890, a principal manifestação de religiosidade popular da Amazônia era considerada "a mais caracteristica do Brazil". As manifestações da cultura nacional, passavam, sob a ótica de José Veríssimo, obrigatoriamente pela cultura amazônica, eis o que estou chamando de *modernismo amazônico*, a construção da identidade nacional tensionada pela cultura e sociedade amazônica.

Do ponto de vista do ensino, suas prescrições de reforma, como venho pontuando, largamente apoiadas pela *experiência educacional* no *Collegio Americano* e informadas pelos modelos pedagógicos estrangeiros, indicavam a modificação radical dos livros de leitura e compêndios de História do Brasil, cuja mediação do trabalho do professor seria crucial para converter o ensino de história do Brasil em história pátria, compondo a *educação nacional* de maneira definitiva:

> É indispensavel que a historia patria tenha um lugar de honra no ensino primario, e que ahi seja feita não broncamente e excepcionalmente como até aqui, mas intelligente e systematicamente, consoante os principios, dos quaes nas citações atrás feitas foram notados alguns, que dominam não só nos mais bem surtidos mestres da pedagogia contemporanea, sinão na pratica dos paizes n'este ponto mais adiantados. Todo ensino tem um fim – o da historia patria é dar-nos pelo conhecimento da origem commum, das dificuldades em commum soffridas e em commum vencidas, da marcha e evolução dos mesmos costumes, das mesmas leis e da mesma organisação, dos progressos custosa, lenta, mas seguramente adquiridos, a noção exacta da solidariedade nacional, e com ella o amor da patria que nos alegaram os nossos antepassados e o desejo firme de continual-os para legal-a ás gerações vindouras successivamente melhorada (VERÍSSIMO, 1890, p. 141-142).

Nas observações sobre a reforma do livro de leitura, ficaram patentes as experiências adquiridas no *Collegio Americano* em razão da minúcia dos *conteúdos* da história pátria:

> Na escola primaria este ensino póde começar desde o segundo livro de leitura pelo menos. É preciso que o livro de leitura entre nós se reforme completamente e que sobre tudo fale do Brazil e de nossas cousas. Os primeiros livros devem conter contos e cantos populares e pequenas historias em que se reflicta a nossa vida e os nossos costumes. Só assim interessarão a criança. Entremeiados com estes assumptos virão pequenas scenas da historia patria mesmo legendaria. A historia do Camurú, por exemplo, sendo falsa ensina entretanto a criança que eram selvagens os primitivos habitantes do Brazil, que devoravam os seus prisioneiros e que não conheciam o uso da pólvora. Um resumo bem feito da candida narração de Caminha a D. Manuel sobre os gestos dos selvagens, perante os portugueses da armada de Cabral, cuido eu que se gravará na memoria, fará trabalhar a imaginações dos jovens ouvintes e será uma excellente lição de ethnographia patria. O facto de Armardor Bueno, alguns episodios dos bandeirantes, a vida dos primitivos colonos, a descripção de uma missão, as biografias dos homens notaveis – eis outros tantos quadros proprios, mediante o livro de leitura, ensinar, e bem, a historia patria (VERÍSSIMO, 1890, p. 142-143).

Quanto aos compêndios de História do Brasil, ressaltava o papel ativo do professor e apresentava *orientações pedagógicas* para uma utilização profícua dos manuais didáticos, estimulando o amor à pátria e evitando a repetição e decoração, como sublinhara José Veríssimo no discurso de abertura do *Collegio Americano*:

> O compendio especial da historia do Brazil, virá completar e systematisar esse ensino, já nas classes superiores da escola. Lida por cada um ou pela maior parte dos alumnos a lição e lida como si se tratasse de uma lição de leitura expressiva, o professor chamará attenção para os factos que convém aprender de cór, escolherá os factos principaes e os póra em evidencia; procurará que os alumnos lhes descubram as causas e lhes deduzam os effeitos; não ligará muita importancia ás datas, sinão ás dos grandes acontecimentos, e apenas como meio de evitar anachrinismos; fará um estudo particular do Estado em que estiverem; dará curta e precisa noticia biographica dos homens notaveis indicando os serviços que prestaram ao paiz, terá em vista que a comprehensão dos grandes factos históricos, suas causas, resultados, relações, é mais importante do que a decoração material de algumas paginas de compendio; exigirá que os alumnos procurem libertar-se da repetição servil das palavras do livro; supprirá a seccura da narração do compendio com anedoctas, incidentes, historias assás caracteristicas para pintar um epoca ou desenhar um caracter; insistirá sobre os progressos feitos comparando sempre factos do passado, já estudados, com o presente; sem cair na tagarelice procurará dalar smpre da patria e apreciar os seus factos históricos com calor, com um enthusiasmo de bom gosto e sincero, de modo a despertar nas crianças uma commoção benéfica, o amor da patria e o orgulho da sua futura grandeza (VERÍSSIMO, 1890, p. 143-144).

A Educação Nacional ainda dedicaria um curioso capítulo aos Estados Unidos. Conforme o intelectual paraense, se até aquele momento, 1890, a literatura e os costumes franceses, ao lado da política inglesa, haviam servido de "modelo" aos brasileiros,

"Actualmente sente-se já que é a grande republica norte-americana que nos irá servir de modelo" (VERÍSSIMO, 1890, p. 150). Claro que nenhuma nação bastava a si mesma, advertia Veríssimo, pois, até as mais originais, devem seu desenvolvimento e prosperidade ao escambo de ideias, de criações, de instituições e de costumes.

Por isso, pelo progresso observado na sociedade estadunidense, Veríssimo sugeria que os Estados Unidos servissem de "modelo" com qual se devia aprender, talvez imitar, embora "É preciso não confundir a adaptação intelligente, a assimilação perfeita, com a copia servil ou o arremedo grotesco" (VERÍSSIMO, 1890, p. 151). Assim, praticamente lançava uma palavra de ordem, que também exortava: "Sejamos brasileiros e não *yankees*" (VERÍSSIMO, 1890, p. 151 – grifo do autor).

Os brasileiros deveriam aprender com as qualidades e os acertos da república norte-americana. Embora, antes de listá-las, Veríssimo fizesse uma longa lista de senões sobre a "apregoadissima civilisação americana", destinando-a alguma admiração, sem qualquer estima. Naquele "país novo" fortunas eram levantadas de maneira fantástica às espessas do proletariado. Tudo se justificava com a bíblia na mão, tudo era excessivamente prático e egoísta.

Porém, os Estados Unidos ergueram-se como nação, com o processo de independência, a partir da "consciência do direito" nas palavras "No deputation, no taxation" em relação a dominação inglesa. A consciência nacional de decidir o seu próprio destino estava construindo a republica norte-americana, liderada pelas treze colônias. Baseado neste orgulho nacional que se fundou da instrução pública, unindo Estado e sociedade civil:

> Acolá não foi sómente o governo, mas a nação toda que tomou a si a causa patriótica entre todas da instrucção nacional. Associações, congregações, generosissimos particulares, doadores magníficos, puzeram ao serviço d'essa causa seus esforços, seu trabalho, sua propaganda, sua fortuna ou sua boa vontade. Á competencia de esforços e dedicação, o governo federal, o governo dos estados, os municipios, os cantões e, acaso mais que todos os poderes publicos, a iniciativa individual, ergueram ali a instrucção a um ponto tal de ser citada e tomada como modelo em todo o mundo civilisado. Em dez annos somente, de 1866 a 1876, os donativos particulares á instrucção sobem a mais de 60 mil contos de réis! Peabody, Hopkins, Cornell, Vassar e dezenas de outros, fundam ou dotam largamente universidade, collegios, academias, escolas e institutos de educação e ensino de toda a sorte (VERÍSSIMO, 1890, p. 175-176).

Recomendava José Veríssimo: mirando no exemplo dos *yakees*, sejamos brasileiros. A união dos poderes públicos e dos investimentos privados na construção da *educação nacional* era a grande qualidade da sociedade norte-americana. Entretanto, ao considerar esse "modelo" era necessário adaptá-lo às condições do "temperamento nacional". Não era

possível, como sugeria um dos projetos de constituição federal à recente República, entregar exclusivamente a instrução pública à iniciativa particular. Este tipo de atitude copiava o exemplo norte-americano sem atentar para as condições da realidade brasileira, de escassa iniciativa particular e diminuta responsabilidade pública na promoção da instrução pública.

De todo modo, estava colocado um exemplo exitoso de *educação nacional* nas Américas que precisava ser conhecido e estudado para pensar a *educação nacional* brasileira. Segundo Bruno Bontempi Jr. (2003), nesta correlação entre Estado e iniciativa particular, José Veríssimo não eximia a responsabilidade do Estado, uma vez que a sua ação deveria "criar um povo que não existe". A *educação nacional* consistia nos valores cívicos, morais e intelectuais combatendo as determinações raciais e geográficas do "caráter brasileiro". Neste combate, o Estado teria papel decisivo no engendramento do *sentimento nacional*, na criação do *são brasileirismo*.

É nestes termos que José Veríssimo desfecha o livro: " (...) o Brazil não tem povo" (VERÍSSIMO, 1890, p. 178). Para não perceber isso, era necessário ser demasiadamente otimista ou indiferente, sublinhando as ameaças e os perigos que isto revelava à integridade nacional ao concentrar uma série de vícios: a ausência de sentimento nacional, de espírito público; e a presença da fraqueza física, da imbecilidade moral, da ignorância. Era para remediar estes vícios que Veríssimo convertia os pressupostos da *educação moderna* de formação integral do homem (educação física, moral e intelectual) em sua prática pedagógica no *Collegio Americano*, em instrumento de *educação nacional*.

Todavia, essa responsabilidade não se limitava à escola, pois a missão educacional abrangia também "todas as forças e orgãos sociaes": a Família, as Religiões, o Governo, a Ciência, a Arte e a Literatura. Por fim, o diretor do *Collegio Americano* declarava-se um livre pensador em Religião, em Filosofia e em Política, cuja pena do "homem de boa vontade" buscou servir ao seu país escrevendo este livro: "acaso inutil" (VERÍSSIMO, 1890, p. 181).

Em 1890 este "homem de boa vontade" era diretor da Instrução Pública do Governo Provisório Republicano (1889-1891). Nesse sentido, se houve entre a *Sociedade Paraense Promotora da Instrucção* e o *Collegio Americano* a transição da *difusão/divulgação* à *prática educativa*, ressalto que a atuação de José Veríssimo como diretor da instrução pública representou a passagem da *teorização* à *política pública*.

Pondero estes diferentes *lugares* da *experiência educacional* de José Veríssimo na sociedade civil e sociedade política paraense entre o Império e a República. Adiante, verifico suas atividades como diretor da instrução pública, buscando observar como a *educação nacional* transformou-se em *educação republicana*.

5.4 Diretoria da Instrução Pública: da teorização à política pública

Em 17 de maio de 1890, no Governo Provisório Republicano de Justo Chermont, José Veríssimo era empossado como diretor da Instrução Pública. Houve uma reforma administrativa e curricular da educação, possibilitada pelo *Regulamento Geral da Instrucção Publica e Especial do Ensino Primario*, também conhecido como *Regulamento 7 de maio* (data de sua promulgação). Surgia o Conselho de Instrução Pública, com caráter deliberativo e formado por membros da sociedade civil, da intendência municipal e da instrução pública, descentralizando e auxiliando nos processos de decisão da Diretoria da Instrução Pública.

Tal Diretoria tinha como função, além de administração das instâncias burocráticas, apresentar as diretrizes pedagógicas das escolas públicas e expor suas atividades e ações através de um relatório apresentado no fim do ano letivo. Destas duas disposições do cargo de diretor, José Veríssimo redigiu *Regulamento Escolar – Programmas, Horario e Instrucções Pedagogicas para as Escholas Publicas do Estado do Pará* e o relatório *A Instrucção Publica no Estado do Pará em 1890*.

A administração de Veríssimo já havia sido objeto de meus estudos anteriores – na monografia de graduação (2009) e na dissertação de mestrado (2011) –, cuja referência foi realizada na parte inicial deste capítulo, os quais observavam a construção de uma concepção político-educacional na orientação das políticas educacionais do Governo Republicano Provisório, de Justo Chermont (1889-1891) e do Primeiro Governo Republicano no Pará, de Lauro Sodré (1891-1897).

Estas investigações partiram inicialmente de sua atuação no *Collegio Americano*, verificada apenas no *Noticia Geral do Collegio Americano* – sem conhecer as polêmicas com o sr. João Saraiva e os artigos e notícias sobre o cotidiano do estabelecimento nos jornais –, e no conteúdo do *A Educação Nacional*. Posteriormente, se voltaram para a transposição das inovações pedagógicas para o âmbito oficial, do ponto de vista educacional, que representava a reforma da instrução primária, a inclusão do ensino de História, Geografia Pátria, Lições de coisas, Educação física, a utilização do método intuitivo; do ponto de vista político, foi estudado engendramento do cidadão republicano, desde a infância, regenerado pela ação educacional, que contribuiria para a civilização e progresso do Pará e do Brasil.

Assim, no contexto do Governo Republicano Provisório (1889-1890) a administração de José Veríssimo na diretoria da Instrução Pública é encarada como um *lugar* em que a

proposta *reformista* de educação transformou-se em política pública do governo republicano em constituição.

5.4.1 Regulamento 7 de maio: a reforma da instrução primária

Um dos primeiros atos administrativos do Governo Provisório Republicano, sob o comando de Justo Leite Chermont, foi a promulgação do *Regulamento Geral da Instrucção Publica e Especial do Ensino Primario do Estado do Pará*, também conhecido como *Regulamento 7 de maio*. O texto do Decreto n. 147, de 7 de maio de 1890, que instituía o regulamento, guardava muitas afinidades com o projeto pedagógico de José Veríssimo, principalmente, por realizar uma crítica à educação no Império: as inúmeras reformas parciais cuja orientação não se pautavam por critérios científicos na formação moral e cívica da mocidade.

À guisa de preâmbulo do *Regulamento*, o Decreto estabelecia com força de lei os novos tempos de *inovação pedagógica* na educação republicana do Estado Confederado do Pará:

> O Governador do Estado Confederado do Pará, usando das attribuições que lhe foram conferidas por Decreto do Governo Federal, e considerando a necessidade de reorganizar a Instrucção Publica e especialmente o ensino primario, até agora regido por legislação confusa, contradictoria e mutilada pelas reformas parciaes e incompletas realizadas sem plano e sem ordem;
> Considerando que d'esse estado anomalo resultava a improficuidade dos meios de instrucção facultados ao povo e não se aproveitava os sacrificios que elles impunham ás rendas publicas;
> Considerando que o ensino era deficiente; estava aquém das normas adoptadas pela sciencia e não attingia os seus fins de educação moral e civica da mocidade.
> Decreta:
> Artigo I. – A Instrucção Publica em geral especialmente o ensino primario serão regidos pelo Regulamento que, com este, baixa;
> Artigo 2. – Revogam-se as disposições em contrario.
> Palacio do Governo Republicano do Estado Confederado do Pará, 7 de maio de 1890, 2. da Republica.
> Justo Leite Chermont (PARÁ. REGULAMENTO GERAL DA INSTRUCÇÃO PUBLICA E ESPECIAL DO ENSINO PRIMARIO DO ESTADO DO PARÁ, 1890, p. 4)

O regulamento, como qualquer documento administrativo e com valor de legislação, era organizado em capítulos com os seus respectivos artigos, incisos e parágrafos. Seus capítulos buscavam normatizar a administração escolar ao estabelecer as atribuições do diretor, do secretário e do conselho superior e dos conselhos escolares. Por outro lado, ajustava a organização do ensino, em especial, o primário, e abrangia disposições mais gerais,

associadas aos professores, a criação de escolas, ao fundo escolar, a disciplina, a avaliação, a nomeação de professores e outras questões referentes ao cotidiano escolar. Considerando essa estruturação, seleciono os capítulos que dizem respeito às competências do diretor da instrução pública e à organização do ensino primário.

O próprio texto do Decreto n. 147 e o título do regulamento evidenciavam a ênfase na reforma do ensino primário. Ao realizar a crítica das reformas anteriores, sob o regime imperial como "legislação confusa, contradictoria e mutilada pelas reformas parciaes e incompletas realizadas sem plano e sem ordem", a legislação educacional incorporava os embates políticos entre as forças da *política científica* e da *tradição imperial*.

Segundo Luciano Faria Filho (1998), a legislação escolar é um espaço de disputa, conflito e negociação entre os grupos políticos em contextos de mudança social, funcionando como um dispositivo ordenador da escolarização segundo os projetos de sociedade e as concepções políticas em conflito. Neste caso, o *Regulamento 7 de maio* estabelecia uma ruptura entre a educação imperial e a educação republicana no Pará, ao instituir duas *inovações pedagógicas*: a descentralização da administração da instrução pública e a reorganização curricular do ensino primário. Portanto, cessava aquele "estado anomalo" com uma reforma orientada pelos postulados da *educação moderna* voltados para a cultura moral e cívica da mocidade.

No capítulo III, *Do Diretor Geral*, o regulamento sublinhava o perfil e as competências do diretor da instrução pública. Os cidadãos aptos para o cargo precisavam ter reconhecidas habilitações morais e profissionais (Art. 16º), e não exercer qualquer outra profissão, dedicando-se de maneira exclusiva à diretoria (Art. 17º). As competências do diretor ficavam discriminadas no Art. 18º, dentre as atribuições de fiscalizar os estabelecimentos de ensino, promover estudos sobre a instrução pública, presidir o conselho superior de instrução pública, empossar professores e funcionários, realizar concursos para o magistério, chamo atenção para os incisos VII e IX:

> VII – Expedir, ouvindo o conselho superior, instrucções e programmas pedagógicos aos estabelecimentos de ensino publico.
> (...) IX – Apresentar anualmente ao Governador um minucioso relatorio do movimento geral do ensino publico e desenvolvimento da instrucção publica no Estado (PARÁ. REGULAMENTO GERAL DA INSTRUCÇÃO PUBLICA E ESPECIAL DO ENSINO PRIMARIO DO ESTADO DO PARÁ, 1890, p. 8)

Expedir instruções e programas pedagógicos e redigir um minucioso relatório eram as duas principais responsabilidades do diretor da instrução publica no Governo Provisório Republicano. Essas competências de cunho pedagógico e administrativo recebiam o auxílio e

a consulta do Conselho Superior de Instrução Pública, cujo caráter deliberativo e composto por membros da intendência municipal, da sociedade civil e da instrução pública descentralizava a administração pública conforme os princípios federativos defendidos pelos republicanos. Portanto, instituir uma Diretoria e um Conselho Superior para a administração educativa transformava a argumentação política de contestação ao Império em política pública do Estado republicano em constituição.

O capítulo X, *Do Ensino Primário*, realizava a reorganização curricular do ensino primário, ao dividi-lo em duas modalidades: as escolas populares e as escolas elementares. Essa classificação levava em consideração a demanda populacional e a extensão da localidade onde ficava a escola, conforme o capítulo XI, *Da Creação de Escholas e Nomeação de Professores* do regulamento: as cidades, as vilas e as freguesias com população escolar superior a oitenta crianças de ambos os sexos receberiam uma escola popular para cada sexo; fora destas localidades, seriam criadas escolas elementares; as escolas populares eram divididas em três entrâncias, as de primeira nas vilas e freguesias, as de segunda nas cidades, e as de terceira na capital; eram consideradas de terceira entrância as escolas anexas ao colégio do Amparo e ao Instituto Paraense.

Nas escolas elementares (Art. 86º), além do ensino de "lições de coisas", geometria e aritmética prática, escrita e leitura, era incluído no inciso VI o ensino "Geographia": "Geographia do Estado e noções geraes da geographia do Brazil. Idéa geral da geographia universal" (PARÁ. REGULAMENTO GERAL DA INSTRUCÇÃO PUBLICA E ESPECIAL DO ENSINO PRIMARIO DO ESTADO DO PARÁ, 1890, p. 17).

Por sua vez, as escolas populares (Art. 90º) estavam divididas em três níveis: curso elementar, curso médio e curso superior. No curso elementar, acompanhava as mesmas disciplinas da escola elementar, exceto o ensino de geografia, substituído no inciso V pelo ensino de "Cultura moral": "Cultura moral. Commentario moral das narrativas do livro de leitura e dos factos da vida escholar" (PARÁ. REGULAMENTO GERAL DA INSTRUCÇÃO PUBLICA E ESPECIAL DO ENSINO PRIMARIO DO ESTADO DO PARÁ, 1890, p. 18).

No curso médio, o ensino de "Cultura moral" era articulado com disciplinas de "Geographia" e "Historia patria", cujos conteúdos foram adquirindo crescente complexidade:

> V – Geographia. Estudo topográficos da eschola e do sitio escholar, passando progressivamente á localidade e depois ao municipio, indicados não só acidentes physicos como a população, administração, producções, commercio e industria. Primeiros elementos do desenho de mappas. Geographia physica da Terra.

> VII – Historia patria. Leituras pelos alumnos e commentarios e explicações do mestre, depois repetidas por elles. Biographia de brazileiros illustres da epocha colonial.
> VIII – Cultura moral. Observações e commentarios moraes sobre factos da vida escholar e factos da historia patria (PARÁ. REGULAMENTO GERAL DA INSTRUCÇÃO PUBLICA E ESPECIAL DO ENSINO PRIMARIO DO ESTADO DO PARÁ, 1890, p. 18).

Por fim, no curso superior houve o desdobramento da "Geographia" em "Geographia em geral" e "Geographia patria", da "Historia patria" em "Historia universal" e "Historia do Brazil", e somada a "Cultura moral", eram incorporadas duas novas disciplinas: "Cultura civica" e "Educação physica":

> VI – Geographia geral. Noções summarias de geographia physica e politica, especialmente da America.
> VII – Geographia patria. Estudo geral da geographia physica, econômica e politica do paiz. Fronteiras. Estudo physico e econômico das principais bacias fluviaes. Estudo de cada um dos Estados. Desenho, na pedra, de cartas geographicas geraes e parciais do Brazil.
> VIII – Historia universal. Idéas geraes sobre as grandes divisões da historia. Principaes nações e povos da antiguidade, da edade-media e dos tempos modernos. Datas essenciaes da chronologia.
> IX – Historia do Brazil até á eliminação da monarchia.
> X – Cultura civica. Leitura e explicação da Constituição federal e da do Estado.
> XI – Disposições fundamentaes das principaes leis federaes e do Estado. Noções sucintas e praticas do direito patrio.
> XII – Cultura moral. Observações sobre factos da vida escholar, da vida pratica e da historia. Exposição dos principaes deveres do homem para com a patria, para com a humanidade e para com os seus cidadãos. Noções e exposição pratica da solidariedade social e humana. Preceitos de civilidade.
> Art. 91º - Além d'estas matérias, durante todo o curso será dada a educação physica, por este modo:
> I – Noções praticas de hygiene particular sobre os alimentos e vestuário, a casa, os exercicios, a distribuição do tempo de trabalho ou de repouso.
> II – Cuidados de asseio exigidos e recommendados.
> III – Exercicios physicos, marchas, saltos, movimentos a pé firme e outros exercicios callithenicos feitos durante os recreios e ao menos duas vezes por semana em uma sessão especial de uma hora á tarde.
> IV – Jogos e brinquedos ao ar livre (PARÁ. REGULAMENTO GERAL DA INSTRUCÇÃO PUBLICA E ESPECIAL DO ENSINO PRIMARIO DO ESTADO DO PARÁ, 1890, p. 19).

Conforme a discussão realizada no capítulo, seria possível afirmar com folga que José Veríssimo foi o redator do *Regulamento 7 de maio*. Contudo, no preâmbulo do relatório *A Instrucção Publica no Estado do Pará em 1890*, no qual apresentava sua atividade como diretor ao governador Justo Chermont, buscando cumprir os princípios estabelecidos pelo regulamento, Veríssimo afirmava: "O programma com que eu entrava para a direcção geral da instrucção pública, programma que era *o vosso e do vosso governo*" (PARÁ. A INSTRUCÇÃO PUBLICA NO ESTADO DO PARÁ EM 1890, p. IV – grifo meu). Diante

disso, considero que se não foi José Veríssimo que escreveu o regulamento, sem sombra de dúvida, foi alguém que havia lido com bastante atenção o *A Educação Nacional*.

A reforma da instrução primária fundada pelo regulamento pautava-se pelo núcleo-duro de disciplinas do projeto de *educação nacional* de José Veríssimo: história e geografia pátria e educação física cujos conteúdos deveriam promover a cultura cívica e moral e a regeneração física da mocidade paraense e brasileira. A teorização realizada no *A Educação Nacional* tomava por base a prática pedagógica no *Collegio Americano*.

A política educacional republicana, representada pelo regulamento e a sua reforma do ensino primária, estava largamente informada pelas práticas e reflexões de José Veríssimo. Isto ficou mais manifesto nas atribuições do próprio diretor da instrução publica, ao expedir o regulamento escolar e escrever o relatório. Ao lado do *Regulamento 7 de maio*, considero que estes dois documentos completavam o esforço político e educativo na promulgação da reforma do ensino primário do Governo Provisório Republicano, ao instituir uma *educação republicana*.

Deste modo, como já foi exposto das disciplinas do ensino primário reformado, observemos as orientações pedagógicos do diretor da instrução pública para o seu cumprimento.

5.4.2 Regulamento Escolar: os programas e as instruções pedagógicas

Em 4 de julho de 1890, José Veríssimo expedia do gabinete do diretor da instrução pública o *Regulamento Escolar – Programmas, Horarios e Instrucções Pedagogicas para as Escolas Publicas do Estado do Pará*.

O regulamento era divido em cinco partes: 1) "Regulamento Escolar do Estado do Pará", uma espécie de regimento com artigos organizando as atribuições de professores, dos alunos e do cotidiano escolar; 2) "Programmas e Instrucções Pedagogicas para o Ensino Primario no Estado do Pará", consistia nas orientações gerais a respeito do conteúdo das disciplinas e as estratégias didáticas a serem adotadas as escolas públicas do estado; 3) "Horario e Instrucções", estabelecia uma grade de horários e atividades pedagógicas nas escolas; 4) "Instrucções Pedagogicas", era o aprofundamento das orientações do ensino, dando ênfase nas suas atribuições de cultura moral e cívica; 5) "Bibliographia Pedagogica", uma breve lista de livros obrigatórios na biblioteca do professorado paraense.

Para os fins da análise aqui empreendida, interessam as partes dedicadas aos programas e as instruções pedagógicas. Na introdução às instruções pedagógicas, José Veríssimo esclarecia ao "leitor attento" que articulava os modelos pedagógicos do repertório

europeu à sua experiência no *Collegio Americano*: as diretrizes para política pública republicana estavam entre o Pará e o mundo.

Em outras palavras, a *experiência amazônica* que produziu o projeto de *educação nacional* de José Veríssimo estavam agora guiando a pena do diretor da instrução pública republicano:

> Determinando o Regulamento do ensino primario que o Director Geral da Instrucção Publica expeça, além dos programmas circunstanciados do ensino, instrucções pedagogicas sobre esses programmas, pareceu me que, dada ainda a escacez do tempo de que posso dispor para o urgente desempenho d'esse dever, eu não podia melhor fazer do que *trasladar* para uso do professorado primario do Pará as *instrucções e direcções pedagogicas*, com fim idêntico redigidas em França, por um dos mestres mais eminentes da pedagogia contemporanea, o sr. Gréard.
>
> Entretanto o leitor attento verá que não me limitei a *traduzir*, sinão que *restringi*, *ampliei*, *adaptei*, consoante as exigências dos nossos programmas e do nosso meio, segundo os ensinamentos da *minha experiencia pessoal*, as sabias recomendações do illustre mestre (PARÁ. REGULAMENTO ESCOLAR – PROGRAMMAS, HORARIOS E INSTRUCÇÕES PEDAGOGICAS PARA AS ESCOLAS PUBLICAS DO ESTADO DO PARÁ, 1890, P. 31 – grifos meus e do autor).

Assim, observemos primeiro esse processo de "trasladar" nos programas das disciplinas do ensino primário, conforme as recomendações do ilustre sr. Gréard filtradas pela sua "experiência pessoal" no *Collegio Americano* e no *A Educação Nacional*.

5.4.2.1 O que se deve saber – a ciência: história, geografia e "lições de coisas"

As orientações pedagógicas aos programas das disciplinas obedeciam à divisão de escolas elementares e escolas populares. Nestas orientações, Veríssimo ampliava as disposições iniciais do regulamento, orientando a organização dos programas pelo método intuitivo: partir do simples ao complexo, da prática à teoria, do local ao global.

Nesse aspecto, insiste que o ensino de "Lições de coisas" deveria permear todas as disciplinas do ensino primário, pois emprestariam um caráter mais prático, mais científico ao ensino dos conteúdos escolares: adotara-se no ensino oficial o *Lições de Coisas*, de Calkins, traduzido por Rui Barbosa. É importante observar o lugar destinado ao Pará nestas prescrições, sobretudo, nas disciplinas de "lições de coisas", de geografia e de história – aspecto bastante sublinhado no *A Educação Nacional*.

No “terceiro ano” da escola elementar – detalhando o regulamento que não estabelecia “ano” –, no qual havia a inclusão do ensino de “Geographia”, Veríssimo pormenorizava os conteúdos, indo do simples ao complexo, apontando para a inclusão das informações geográficas do Pará:

> V – Geographia – Noções sobre a orientação – Os quatro prontos cardeaes – Meios práticos de se orientar – A posição da escola e do districto – A que municipio e comarca pertence o districto escolar – Quaes são as autoridades do districto, do municipio e da comarca – Productos principaes do municipio – *O Estado do Pará, com que outros Estados confina, sua população e tamanho em relação aos outros* Estados do Brazil – Idéa geral da geographia physica do Estado – Falta de elevações, terreno baixo, abundancia de várzeas, região florestal, riqueza de sua hydographia – Rios, lagos e portos maritimos – Producções e commercio do Estado – Cidades principaes – O Brazil, paizes com quem confina – Sua posição geographica e moral na America e na America do Sul – *Superficie comparada com outros paizes e com a do Estado do Pará* – População – Divisão – Noções geraes da sua geographia physica: as quatro grandes bacias fluviaes, as tres principaes cadeias de montanhas – Producções e commercio – Os seis primeiros portos comerciantes da Republica – A capital federal – Idéa geral da geographia universal – A forma da terra – Terras e aguas – Os oceanos e os continentes – As principaes nações do mundo – Sua situação geographica e suas capitaes (PARÁ. REGULAMENTO ESCOLAR – PROGRAMMAS, HORARIOS E INSTRUCÇÕES PEDAGOGICAS PARA AS ESCOLAS PUBLICAS DO ESTADO DO PARÁ, 1890, p. 18 – grifos meu).

Por sua vez, no “curso médio” das escolas populares, a disciplina de “lições de coisas” ao ensinar sobre os três reinos da natureza, os principais minérios, quais os minerais preciosos, deveria considerar “Os mineraes e metaes explorados no Brazil – No Pará ha mineraes e metaes preciosos mas não são explorados – A agua – O sal da cosinha – As salinas do Pará – Os vegetaes – A riqueza florestal do Brazil e do Pará” (PARÁ. REGULAMENTO ESCOLAR – PROGRAMMAS, HORARIOS E INSTRUCÇÕES PEDAGOGICAS PARA AS ESCOLAS PUBLICAS DO ESTADO DO PARÁ, 1890, p. 20).

No ensino de “Geografia”, quando fosse abordado o sistema hídrico brasileiro, também se fizesse a inclusão das “As cheias do Amazonas e sua influencia sobre o aspecto physico da região – As ilhas – A ilha do Marajó e sua importancia economica” (PARÁ. REGULAMENTO ESCOLAR – PROGRAMMAS, HORARIOS E INSTRUCÇÕES PEDAGOGICAS PARA AS ESCOLAS PUBLICAS DO ESTADO DO PARÁ, 1890, p. 21).

No “curso superior” das escolas populares, o ensino de “Geographia patria” deveria informar “Os principaes productos da exportação do Brazil comparados com os dos demais Estados da America”, ao mesmo tempo que cabia ensinar “Producções de cada Estado – Seu commercio e relações commerciaes com o Pará (...) – Recordação da geographia do Pará” (PARÁ. REGULAMENTO ESCOLAR – PROGRAMMAS, HORARIOS E INSTRUCÇÕES

PEDAGOGICAS PARA AS ESCOLAS PUBLICAS DO ESTADO DO PARÁ, 1890, p. 22-23).

No ensino de "Historia do Brazil", para o entendimento do processo de colonização brasileira, haveria de ser arrazoado: "A conquista do Pará – Estabelecimento dos portuguezes no Pará – Indios e colonos – O padre Antonio Vieira – A conquista do Amazonas – Pedro Teixeira – O Pará capitania e o Pará Estado" (PARÁ. REGULAMENTO ESCOLAR – PROGRAMMAS, HORARIOS E INSTRUCÇÕES PEDAGOGICAS PARA AS ESCOLAS PUBLICAS DO ESTADO DO PARÁ, 1890, p. 24).

Portanto, se uma das grandes críticas ao ensino de história e de geografia nas escolas brasileiras realizado no *A Educação Nacional* era a predominância de conhecimentos sobre a Europa, o diretor da instrução pública do Pará republicano estava envidando esforços para modificar essa realidade do ensino: os conhecimentos sobre o Brasil passavam necessariamente pela abordagem do Pará; o sentimento nacional era aprofundado pelo conhecimento da Amazônia – eis o *modernismo amazônico*.

Nestas orientações às disciplinas do ensino primário, José Veríssimo colocava em prática o seu projeto educacional, engendrado nas salas de aula do *Collegio Americano* e refletido nas páginas do *A Educação Nacional*, ao transformá-lo em política pública do Estado republicano: a *educação nacional* paulatinamente assumia a coloração de *educação republicana*. Isto ficava mais evidente nas instruções pedagógicas.

5.4.2.2 O que se deve amar – a Pátria: a formação do cidadão republicano

Na parte *Instrucções Pedagogicas,* no tópico *O Ensino,* José Veríssimo orientava que todas as disciplinas do ensino primário fossem lecionadas pelo caráter prático do método intuitivo:

> O objectivo do ensino primario não é adquirir em todas as materias que o constituem, tudo o que possível saber, mas aprender em cada uma d'ellas o que não é permittido ignorar. O ensino, a educação intellectual, procurará desenvolver as faculdades de observação e discernimento. Os methodos intuitivos, euristicos, inventivos ou activos serão os de preferencia empregados (PARÁ. REGULAMENTO ESCOLAR – PROGRAMMAS, HORARIOS E INSTRUCÇÕES PEDAGOGICAS PARA AS ESCOLAS PUBLICAS DO ESTADO DO PARÁ, 1890, p. 34).

Conforme este objetivo, o ensino de "Geographia em geral" precisaria considerar a realidade local do aluno e depois ampliando a compreensão, da cidade, do estado, do país, para se chegar à ideia de acidente geográfico e outros termos mais teóricos, como paisagem,

relevo etc. Quanto à "Geografia patria", o seu conteúdo era um meio de educação nacional e de educação cívica, cujo ensino tinha observações específicas ao professor:

> O ensino da geographia começará pelo estudo do local e da localidade escolar, consoante o methodo hoje mais recomendado e seguido. Esboços, embora imperfeitos, mas em todo o caso bastantes para dar uma idéa clara do facto ou acidente geographico, feitos no quadro preto, ilustrarão esta parte do ensino, que, pelo respeita á *geographia patria* deve ser um meio de *educação nacional* desenvolvendo na criança o amor da terra, e de *educação civica* pelas noções sobre a organisação politica e administrativa da sua villa ou cidade, do seu municipio, do seu Estado e finalmente do seu paiz (PARÁ. REGULAMENTO ESCOLAR – PROGRAMMAS, HORARIOS E INSTRUCÇÕES PEDAGOGICAS PARA AS ESCOLAS PUBLICAS DO ESTADO DO PARÁ, 1890, p. 35 – grifos meu).

O mesmo ocorreria com a "Historia patria", ao ser auxiliada pelo compêndio escolar e a sua leitura detida e expressiva, consistia em remontar os principais fatos e personagens da história do país, exortando ao professor evitar a repetição servil das lições do compêndio e ao ensinar sobre a pátria evitasse a tagarelice. Peço licença pela citação longa, embora representativa do "trasladar" de José Veríssimo cuja semelhança entre as prescrições do diretor e reflexões do autor do *A Educação Nacional* impressiona:

> Lida por cada um ou pela maioria dos alumnos a lição e lida como si se tratasse de uma lição de leitura expressiva, o professor chamará attenção para os fatos que convém aprender de cór, escolherá os principaes e os porá em evidencia; procurará que os alumnos lhes descubram as causas e lhes deduzam os effeitos, não ligará muita importancia ás datas, sinão ás dos grandes acontecimentos e apenas como meio de evitar anachronismos; fará um estudo particular do nosso Estado; dará curta e precisa noticia biographica dos homens notaveis, indicando os serviços que prestaram ao paiz; terá em vista a comprehensão dos grandes factos históricos, suas causas, resultados, relações, o que é mais importante que a decoração material de algumas paginas do compendio; exigirá que os alumnos procurem libertar-se da repetição servil das palavras do livro; supprirá a secura da narração do compendio com anedoctas, incidentes, historias assás caracteristicas para pintar uma epoca ou desenhar um caracter; insistirá sobre os progressos feitos comparando sempre factos do passado já estudados com o presente; sem cair na tagalerice, procurará falar sempre da patria e apreciar os seus factos históricos, com calor, com um enthusiasmo de bom gosto e sincero, de modo a despertar na criança uma commoção benéfica, o amor da patria e o orgulho da sua futura grandeza PARÁ. REGULAMENTO ESCOLAR – PROGRAMMAS, HORARIOS E INSTRUCÇÕES PEDAGOGICAS PARA AS ESCOLAS PUBLICAS DO ESTADO DO PARÁ, 1890, p. 35-36).

Ao lado da cultura intelectual, ainda havia a cultura moral e a cultura física. Pois, "Si a educação, consoante o criterio de Spencer, hoje geralmente acceito, tem por objectivo preparar o *homem para a vida completa*" (PARÁ. REGULAMENTO ESCOLAR –

PROGRAMMAS, HORARIOS E INSTRUCÇÕES PEDAGOGICAS PARA AS ESCOLAS PUBLICAS DO ESTADO DO PARÁ, 1890, p. 44 – grifo meu).

Do ponto de vista da cultura moral, José Veríssimo ressaltava que o *Regulamento 7 de maio* era leigo, embora não se declarasse ateu ou irreligioso. Nas escolas públicas seria estimulado o espírito de liberdade e de tolerância, o que significava não dar preferência a uma crença e tampouco pregar a exclusão de outras. Quanto à cultura física, esta seria garantida pela educação física, orientada por dois princípios: os exercícios físicos convinham a todas as idades e todos os temperamentos; e o cansaço físico era o limite para qualquer exercício físico.

As orientações não ficaram restritas apenas a essas disciplinas específicas. No que diz respeito às demais disciplinas, como aritmética e leitura/escrita, e ao ensino primário de uma forma geral, a condução do ensino deveria guiar-se por um fundamento prático. Partir de um fundamento material, mais próximo do aluno, para depois ser encaminhado com os aspectos teóricos necessários de cada disciplina. O ensino excessivamente teórico era estéril a inteligência infantil, que precisa de um aspecto concreto, imediato, para alcançar compreensões mais avançadas em nível de abstração.

Desta forma a repetição era ponderada como uma forma de melhor conduzir o ensino primário, mas ela está longe da decoração, pois serve apenas para auxiliar na fixação do assunto de aula, sempre estabelecendo nexo com o assunto anteriormente abordado, não restringindo a reflexão do aluno, e sim cultivando a sua inteligência. Esse deveria ser, segundo o diretor, o "espírito do ensino primário": o estímulo da inteligência infantil a partir do ensino prático das disciplinas escolares. "Em summa, toda lição pode ser objeto de uma lição de coisas, sinão pelo facto, pelo espirito e pelo methodo" (PARÁ. REGULAMENTO ESCOLAR – PROGRAMMAS, HORARIOS E INSTRUCÇÕES PEDAGOGICAS PARA AS ESCOLAS PUBLICAS DO ESTADO DO PARÁ, 1890, p. 38).

Não obstante o ensino primário era concebido para ter desdobramentos sociais e políticos. A sua finalidade principal era formar cidadãos que conduzam o engrandecimento do Estado, no caminho no *progresso* e *civilização*. Por isso, a preocupação que isso fosse feito desde a infância, dos primeiros níveis de ensino. A inclusão das disciplinas de Geografia Pátria e História Pátria tinha o objetivo de estimular um viés cultural moral e cívica que forme úteis e bons servidores da República nascente:

> A cultura moral e a cultura civica aproveitando cada um d'estes dados, servindo-se dos elementos educativos de cada uma das matérias do ensino, procurará n'ellas *bons futuros cidadãos* se esforçará por preparar á humanidade em geral – e é este o

> fim superior da educação – *bons e uteis servidores* (PARÁ. REGULAMENTO ESCOLAR – PROGRAMMAS, HORARIOS E INSTRUCÇÕES PEDAGOGICAS PARA AS ESCOLAS PUBLICAS DO ESTADO DO PARÁ, 1890, p. 45 – grifos meu).

Porém todo esse projeto não era possível sem a efetiva e qualificada participação dos professores. Desta forma, no fim de suas orientações, José Veríssimo lançara um desafio aos professores, procurando conscientizá-los que o *progresso* e *civilização* de um povo dependem de suas escolas, quer dizer, dependiam da atuação dos mestres-escola – eles tinham essa missão em suas mãos: "Sem exagerar, é licito dizer que *a civilisação de um povo depende das suas escolas*. Que d'esta verdade se compenetrem os mestres-escolas paraenses" (PARÁ. REGULAMENTO ESCOLAR – PROGRAMMAS, HORARIOS E INSTRUCÇÕES PEDAGOGICAS PARA AS ESCOLAS PUBLICAS DO ESTADO DO PARÁ, 1890, p. 45 – grifo meu).

5.5 Relatório de José Veríssimo: diagnóstico, críticas e perspectivas

No dia 31 de dezembro de 1890 era publicado mais uma das atribuições do diretor da instrução pública: o relatório *A Instrucção Publica no Estado do Pará em 1890*. José Veríssimo produziu um relatório de 200 páginas, copioso em informações sobre a educação no Império e as comparações com as reformulações feitas sob o regime republicano, sendo, portanto, um documento fundamental por conta dos dados estatísticos e do levantamento histórico sobre a instrução pública no Estado.

Havia na escrita do relatório um tom de prestação de contas. No preâmbulo, José Veríssimo chamava atenção do governador Justo Chermont para sua nomeação em 12 de maio de 1890 e o exercício do cargo em 17 de maio, ambos por atos assinados pelo vice-governador Sr. Dr. Paes de Carvalho. Desde então, no cargo de diretor, recebeu com satisfação o programa educativo do *Regulamento 7 de maio*, e em duas ocasiões teve a oportunidade de expô-lo publicamente: na reunião com os professores primário, logo após a sua posse, e na sessão inaugural do Conselho Superior da Instrução Pública.

Este discurso apresentava as expectativas de José Veríssimo com a reforma do ensino primário, embora também expusesse com pessimismo as causas da decadência da

instrução pública naquele momento. Tais pressupostos, de expectativa e de pessimismo, conduziram a organização e a escrita do relatório. Na sessão inaugural do Conselho Superior de Instrução Pública, assim expressava José Veríssimo suas expectativas com as mudanças propostas pelo novo regime, procurando elevar o Pará a posição de destaque no seio da federação brasileira:

> Vós, que representaes com tanta legitimidade e distincção, a confiança e a estima, ou do governo, ou dos corpos a que pertenceis, ou dos vossos concidadãos, supprireis as deficiências das minhas escassas aptidões. E juntos, unidos no mesmo pensamento, visando o mesmo fim, inspirados do mesmo ardente amor d'esta terra que por adopção ou nascimento é nossa, trabalharemos por levantar a instrucção, fazer d'ella uma verdade e contribuirmos assim para dar ao Pará, entre os Estados-Unidos do Brazil, o lugar de honra que marcou-lhe a natureza fadando-o prodigamente com todos os seus dons (PARÁ. A INSTRUCÇÃO PUBLICA NO ESTADO DO PARÁ EM 1890, 1892, p. V).

Contudo, para "levantar a instrucção" era necessário conhecer as causas da sua decadência: "sabeis que realmente existe em nome e em avultada verba de orçamento" (PARÁ. A INSTRUCÇÃO PUBLICA NO ESTADO DO PARÁ EM 1890, 1892, p. V).

Ao apontar essas causas, Veríssimo baseava-se em sua experiência na imprensa e na tribuna popular, pois se ocupava do assunto desde 1879: a) a profunda indiferença pública pela questão da instrução pública, restrito a retórica do discurso das autoridades públicas; b) "A invasão dominadora da politica, ou antes do partidarismo", ao transformar a administração do ensino em fator eleitoral nas disputas partidárias; c) a instabilidade na carreira do professorado, deixando muitas escolas abandonadas e gerando desgosto e desinteresse nos alunos e nas famílias; d) "As constantes reformas da organisação escolar", na maioria das vezes realizadas conforme interesses pessoais, impediram qualquer forma mais estruturada e permanente de organização dos regulamentos e dos programas.

Com estas palavras, José Veríssimo encerrava seu discurso ao Conselho:

> Este conselho é a assembléa a quem estão diretamente confiados os mais caros interesses – os interesses intellectuaes e moraes – da patria paraense. Estou certo que ele se esforçará para debelar uma por uma cada uma das mencionadas causas da decadencia da nossa instrucção publica (PARÁ. A INSTRUCÇÃO PUBLICA NO ESTADO DO PARÁ EM 1890, 1892, p. VI).

Diante disso, considero que este discurso seja representativo das intenções de José Veríssimo como diretor da instrução pública, cujas medidas e a leitura sobre a situação educacional nos primeiros tempos republicanos eram pautadas em sua *experiência*

educacional na "imprensa", na "tribuna popular", e acrescento mais, como diretor do *Collegio Americano* e como autor do *A Educação Nacional*.

A propósito, a estrutura argumentativa do relatório foi largamente apropriada da análise realizada no *A Educação Nacional*: ao passo que o livro foi publicado em março de 1890, o relatório foi impresso em dezembro de 1890. Isto fica mais claro nas palavras de Veríssimo no preâmbulo do relatório:

> D'ahi as proporções que tomou este Relatorio, no qual procurei, sem o ter conseguido, em o *passado do nosso ensino publico as causas da sua decadencia* ou, pelo menos, estacionamento, e *nas lições da experiencia, dos mestres mais eminentes da pedagogia*, e do exemplo de estranhos, as razões que a meu ver justificam e aconselham muito das medidas já tomadas e as agora propostas (PARÁ. A INSTRUCÇÃO PUBLICA NO ESTADO DO PARÁ EM 1890, 1892, p. VII – grifos meu).

Assim, se o *A Educação Nacional* era uma reflexão teórica e política de "são brasileirismo" entre o Pará e as "nações civilizadas", o relatório de José Veríssimo também era uma reflexão teórica e política investida de documento oficial na promoção de uma *educação republicana*: no *lugar* de diretor da Instrução Pública o projeto de *educação nacional* transformava-se em política pública de uma *educação republicana*.

Para a abordagem aqui empreendida, a parte do relatório que nos interessa é a primeira. A primeira parte, *Da Instrucção Publica em Geral*, era subdividida em alguns tópicos: 1) "Situação do ensino publico, sua organisação, seu passado, causas da sua decadência"; 2) "Direcção e administração da instrucção publica"; 3) "Conselho Superior da instrucção publica"; 4) "Conselhos escolares municipaes"; 5) "Inspecção e fiscalização do ensino"; 6) "Concursos".

O diretor dividia essa primeira parte em duas abordagens. Primeiro, apresentava os avanços educacionais alcançados pelos países europeus e os Estados Unidos, conforme as orientações da moderna pedagogia, citando amplamente Herbert Spencer; tais exemplos serviriam de modelo para se reorganizar a instrução pública paraense sob o regime republicano. Em seguida, expunha um breve histórico sobre as razões explicativas, entre causas gerais e particulares, do atraso educacional no Estado.

"Qual a situação real da instrucção publica no Estado do Pará?", eis a indagação que perseguia a escrita do relatório de José Veríssimo. No que diz respeito às "lições da experiencia, dos mestres mais eminentes da pedagogia", embora Veríssimo citasse vários países europeus, suas proposições oscilavam na referência aos exemplos da França e dos Estados Unidos. Após a guerra franco-prussiana, o governo francês empreendeu uma larga

reforma da instrução pública, que, no *A Educação Nacional* era um exemplo de educação com sentimento nacional, no relatório era um modelo de reforma educacional:

> A historia da instrucção publica demonstra a não deixar duvidas que todas as grandes reformas por que passou, alentou-se o espirito publico. Os resultados verdadeiramente admiraveis das ultimas e notabilissimas reformas da instrucção publica em França, foram sem duvida devidos ao geral sentimento da opinião publica do paiz, de que essa era a mais instante, a mais urgente medida na reorganisação total d'aquella generosa nação depois das desgraças ao anno terrível e da sua consequente humilhação e decadencia (PARÁ. A INSTRUCÇÃO PUBLICA NO ESTADO DO PARÁ EM 1890, 1892, p. 11).

O caso dos Estados Unidos era citado, sobretudo, acerca da descentralização administrativa das instituições de ensino. A permanência dos funcionários, nomeados por quatro anos, podendo ter renovados os seus contratos, era um dos benefícios deste tipo de administração:

> No Massachussets, um dos mais progressivos estados da União, esse cargo em 40 anos teve quatro funccionarios. Que differença das nossas coisas onde no anno de 1886, na provincia do Pará, houve nada menos de nove diretores da instrucção publica! (PARÁ. A INSTRUCÇÃO PUBLICA NO ESTADO DO PARÁ EM 1890, 1892, p. 27).

A estas palavras, acrescentava Veríssimo a possibilidade dos Estados Unidos e as suas experiências pedagógicas servissem de modelo e exemplo para a instrução pública paraense, como já sugeria para a educação brasileira no *A Educação Nacional*:

> Nos Estados-Unidos, ao menos nos Estados mais adiantados, cuja organisação parece nos dever servir de exemplo e modelo (...)
> Nada obstante as diferenças de raça, creio que bem andariamos em imitar, n'este ponto, os Estados-Unidos, cuja organisação dos serviços de instrucção publica é, álias, muito mais descentralizado e independente do que o que tenho a honra de propôr-vos (PARÁ. A INSTRUCÇÃO PUBLICA NO ESTADO DO PARÁ EM 1890, 1892, p. 27 e 33).

Por um lado, José Veríssimo apontava que as *causas gerais* da ruína da educação estão relacionadas à falta de preocupação detida e estudo das autoridades públicas, no Império, com as questões específicas da instrução e as condições materiais do Estado, o que, por sua vez, acabou gerando várias legislações contraditórias entre si que não regulamentavam de forma adequada a educação na província e a utilização da educação para fins políticos, de política eleitoreira – na utilização do professor para fazer propaganda eleitoral.

Por outro lado, as *causas particulares* residiam na formação deficitária dos professores, a ausência de uma fiscalização efetiva do ensino e outros serviços educacionais, e a falta de orientações pedagógicas e programas de ensino que conduziam sistematicamente o ensino. Contudo, embora José Veríssimo fizesse essas constatações também afirmava ter encaminhado as modificações necessárias para que a educação deixe a sua condição de ruína sob o regime republicano.

Na sua administração, conforme as atribuições do diretor da Instrução Pública foram envidados os esforços de reformulação das orientações pedagógicas e os programas de ensino de acordo com a moderna pedagogia, a modificação das disciplinas do ensino primário, com a inclusão da Geografia, História Pátria e Educação Física, somado ao reforço na fiscalização do ensino e na modificação dos concursos: a reforma do ensino primário requeria uma modificação conjunta de diversos ramos da instrução pública.

Para José Veríssimo a fórmula então vigente dos *concursos* estava diretamente relacionada a formação deficitária dos professores: era proibido concorrer as entrâncias superiores os professores que não tivessem experiência nas entrâncias inferiores, assim, este tipo de exigência animava aversão no professorado primário e tornava os concursos pouco concorridos. Desta forma, Veríssimo levantava duas razões para essa fórmula:

> Uma, a insufficiente preparação do nosso professorado, avesso em geral, desde que tem o diploma da Escola Normal a continuar a estudar, e principalmente a fazer os estudos mais sérios que um concurso parece exigir, e outra a absoluta falta de confiança nos resultados d'essa prova, que, infelizmente, *o partidarismo*, *o filhotismo*, esse terrível dissolvente da moralidade publica brazileira, o empenho, demoralisou compleamente.
> O *candidato official* afasta forçosamente dos concursos os concorrentes que contam apenas comsigo mesmos, e o publico acabou por não dar mínimo apreço a essa provas.
> Será, portanto, conveniente manter o concurso? (PARÁ. A INSTRUCÇÃO PUBLICA NO ESTADO DO PARÁ EM 1890, 1892, p. 56 – grifos meu).

Nestas observações, é possível observar os ecos da experiência no concurso à cadeira de Francês do Liceu Paraense em 1881. Naquele pleito, diante da devassa investigativa realizada por Veríssimo com os membros da banca, cujas cartas foram publicadas no *Gazeta de Notícias*, ficou no mínimo demonstrado a má vontade dos realizadores do concurso em colocar Veríssimo na lista de candidatos aprovados. Em razão da sua militância política de livre-pensador positivista, escrevendo um perfil biográfico para Émile Littré com fortes tons anticlericais, Veríssimo foi interditado pelo *partidarismo* de sujeitos simpáticos à Igreja Católica. Aliás, havia também o boato de que a vaga já estava prometida à um *candidato official*.

Munido desta experiência e no *lugar* de diretor da instrução pública, o autor de *A Educação Nacional* propunha que os concursos fossem reformulados por exames que viessem avaliar o mérito e estimular o estudo no professorado primário, aplicados por dois professores da Escola Normal e dois professores do Liceu Paraense, escolhidos pelo Diretor geral:

> O exame como o proponho, pelo contrario, além de ser uma prova de trabalho feito na Escola Normal e portanto um incentivo a que ella difficulte a concessão de seus diplomas, é um meio de obrigar o professorado a não abandonar o estudo, de tel-o alerta aos progressos da pedagogia e manter n'elle vivaz o estimulo e o gosto de aprender (PARÁ. A INSTRUCÇÃO PUBLICA NO ESTADO DO PARÁ EM 1890, 1892, p. 61).

Se a modificação dos concursos era uma forma de garantir a avaliação dos professores na entrada e na progressão de suas funções na carreira, aperfeiçoar a *fiscalização do ensino* era o meio mais eficiente de garantir para a execução adequada dos programas e das instruções pedagógicas.

"O *vicio fundamental* d'esta organisação da inspecção e fiscalização do ensino primario, é a sua *gratuidade*, de que si mesma gerava a incapacidade dos que, em regra geral, exerciam taes funcções" (PARÁ. A INSTRUCÇÃO PUBLICA NO ESTADO DO PARÁ EM 1890, 1892, p. 45 – grifos meu). No regime imperial, a fiscalização do ensino era realizada pelos "delegados litterarios": funcionários gratuitos nomeados junto as câmaras municipais, aos conselhos paroquiais, aos juízes de paz e a subdelegados de polícia. Não havia qualquer exigência de competências pedagógicas dos delegados literários, que, via de regra, apenas sabia ler e cuja fiscalização se restringia a assiduidade do professor na escola.

Neste contexto, José Veríssimo propunha a criação da inspetoria escolar totalmente reformulada, com fiscais profissionais e pagos, pois essa fiscalização leiga e gratuita estava custando muito caro ao Estado. Para afiançar a sua proposta, Veríssimo citava o parecer de 1882 de Rui Barbosa (Parecer da Commissão de instrucção publica, Camara dos deputados, 1882, pag. 295), que afirmara não haver inspeção escolar senão for remunerada; fazia menção a experiência dos Estados Unidos com os superintendes de condado, de cidade e do Estado, todos desempenhando a inspeção escolar; e apontava a referência da França, nas suas reformas, de organização sistemática dos inspetores primários na fiscalização do ensino.

Deste modo, com aquela constatação desastrosa e estas experiências exitosas, José Veríssimo deliberava que o cargo de inspetor escolar requeria o seguinte perfil profissional: funcionários com mais de 25 anos, em gozo dos direitos civis e políticos, diplomado pela Escola Normal, pelo Liceu Paraense ou por qualquer faculdade de ensino superior e com

notória habilitação e reconhecida moralidade para o exercício da função. Descrevia também com minucia as competências do cargo:

> 1.º Visitar ao menos uma vez por trimestre todas as escolas do seu districto;
> 2.º Assistir ao menos a uma aula por trimestre em cada uma das escolas de entrancia do seu districto;
> 3.º Inspeccionar rigorosamente os estabelecimentos do ensino publico primario, secundário ou outros, abrangendo na sua inspecção a parte material, as condições hygienicas e a parte technica do ensino;
> 4.º Cumprir e fazer cumprir fielmente os Regulamentos escolares e deliberações da Directoria Geral;
> 5.º Verificar o estado dos archivos da escola e a escripturação escolar dos respectivos professores;
> 6.º Procurar por todos os meios ao seu alcance tornar effectiva a obrigação escolar e a frequência dos meninos da sua inspectoria aos estabelecimentos do ensino;
> 7.º Promover com interesse e esforço a adopção dos melhores methodos de educação physica, intellectual e moral, sem prejuízo dos programmas officiaes;
> 8.º Admoestar e repreender os professores por suas faltas;
> 9.º Lavrar no livro competente o termo de visita ás escolas, observando minuciosamente quanto lhes parecer digno de louvor ou censura;
> 10.º Verificar se os livros são adoptados officialmente;
> 11.º Apresentar trimestralmente ao Director geral um Relatorio circumstanciado da sua inspecção e visitas trimestraes ás escolas do seus districto com as observações que entenderem necessarias (PARÁ. A INSTRUCÇÃO PUBLICA NO ESTADO DO PARÁ EM 1890, 1892, p. 50).

Portanto, a reforma da instrução primária consistia em um conjunto de reformas da administração pública associados à educação, uma vez que todos os seus problemas precisavam ser estudados, e todos os esforços deveriam ser empregados para o melhoramento da *educação republicana*, aquela que promoveria a *civilização* e o *progresso* do Estado confederado do Pará. Depois das críticas e o plano de reforma, José Veríssimo encerrava a primeira parte do relatório com palavras de exortação e de otimismo:

> Removel-as de golpe não é possivel; mas, estudadas, discriminadas, assentadas, é o dever dos poderes publicos, é o dever de nós todos, simples cidadãos ou funccionarios, envidar esforços, superar obstáculos, combater prejuizos, com energia, com convicção, com tenacidade, sem esmorecimentos nem vacillações, para uma vez por todas afastal-as, combatel-as, destruil-as e assentar sobre uma larga, esclarecida e intelligente base o definitivo alicerce de uma organisação da instrucção publica, que apenas vizasse o fim superior da civilisação, do engrandecimento, do progresso moral do nosso Estado, instruindo e educando os seus futuros cidadãos.
> Que bela, que gloriosa empreza para o primeiro governo republicano! (PARÁ. A INSTRUCÇÃO PUBLICA NO ESTADO DO PARÁ EM 1890, 1892, p. 25).

***

Os *lugares* sociais e políticos que constituíram a *experiência educacional* de José Veríssimo estavam pendulando entre a sociedade civil e a sociedade política em tempos de modernização econômica e transição política no Grão-Pará. Estes *lugares* foram se relevando nos momentos de mediação e de passagem.

O primeiro momento ocorreu na mediação entre a *difusão* da *Sociedade Paraense Promotora da Instrucção* (1883-1884) e a *prática educativa* do *Collegio Americano* (1884-1889). Neste contexto, em agosto de 1881, houve o incidente no concurso para a cadeira de Francês no Liceu Paraense, apresentando à José Veríssimo o *partidarismo* e o *filhotismo* que beneficiava os *candidatos oficiais* nos concursos públicos do Império. Para combater tal estado de coisas, para superar aqueles tempos de *decadência* imperial era necessário introduzir as "ideias modernas" no ambiente social e político da província.

Urgia divulgar, difundir, propagar as luzes destas ideias para avançar a marcha do *progresso* e da *civilização* na região, cuja consequência mais esperada era formar uma *opinião pública* ilustrada. É nesse esforço de construção de uma *civilização federativa* e *laica* na Amazônia, em função da atuação das forças da *política científica*, que surgiram os projetos da *Sociedade* e do *Collegio*. Nesse sentido, o *Collegio* no âmbito educacional funcionava de forma semelhante à *Revista Amazonica* no âmbito artístico, literário e científico: ambas instituições eram *organizadoras da cultura* política e educacional de contestação à *tradição imperial* na província do Pará.

O segundo momento consistiu na passagem da *teorização* no *A Educação Nacional* à *política pública* na Diretoria da Instrução Pública. A *educação moderna* que orientava a prática educacional de José Veríssimo, serviu de laboratório para as reflexões comparativas que projetavam uma *educação nacional* entre a *experiência amazônica* e as *ilustres lições dos pedagogistas contemporâneos*.

Uma vez empossado diretor da instrução pública, no bojo do processo de reforma do ensino primário, José Veríssimo converteu as disciplinas, os métodos, as prescrições da *educação nacional* em *educação republicana*. As orientações pedagógicas e o balanço da instrução pública estavam totalmente baseados dos pressupostos da *educação moderna* do *Collegio Americano* e do projeto educativo do *A Educação Nacional*. A formação do cidadão republicano paraense havia passado pelas salas de aula do *Collegio* e pelas páginas do *A Educação Nacional*.

Entre ser considerado um "educador *reformado*" e um "Grande operario da civilisação futura dos povos da Amazonia", José Veríssimo envidava esforços pela modernização educativa do Extremo Norte, pois, assim, acreditava contribuir para o

engrandecimento moral e intelectual do Brasil – eis o *modernismo amazônico*, o Brasil, a identidade nacional era analisada a partir da Amazônia, em função do Extremo Norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas palavras finais, pretendo fazer um balanço do que foi realizado na pesquisa, suas principais conclusões e contribuições, de modo a reafirmar o seu argumento. Ao lado disso, também quero apontar, em função dos resultados obtidos, os caminhos abertos para outras perspectivas de pesquisa

O argumento deste trabalho foi demonstrar quais elementos permitiram a *produção de um lugar* que consagrou José Veríssimo como crítico e historiador literário produzindo no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, que buscou analisar um *lugar de produção* na trajetória intelectual de José Veríssimo na província do Grão-Pará.

A *imagem* do "Sr. Critico" produziu uma chave de leitura sobre o conjunto da obra de José Veríssimo, estabelecendo a divisão entre "provincial' e "nacional". Os estudos realizados no Pará eram considerados "provinciais", frutos da imaturidade e do crítico em formação. Na sua biografia, os fatos relacionados a sua vida no Pará eram antevistos por sua posição como crítico literário escrevendo nos jornais do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a biografia de Francisco Prisco (1937), *José Verissimo. Sua vida e suas obras*, foi a primeira tentativa de sistematização dos fatos da vida do intelectual paraense. Até 1937, não havia

qualquer estudo de referência que apresentasse de forma mais organizada as obras e as realizações de José Veríssimo, especialmente, na sua vida "provinciana" no Pará.

Os *contemporâneos*, aqueles que escreveram sobre a obra ou a figura de José Veríssimo logo depois da sua morte em 1916, produziram impressões pautadas na convivência direta ou indireta com Veríssimo, cujos juízos oscilavam entre a elogio aberto e a crítica feroz. Talvez, os exemplos mais marcantes desse período foram Machado de Assis e Sílvio Romero. Francisco Prisco incorporou essa dimensão moral, defendendo abertamente o legado crítico de José Veríssimo, pois considerava-o um "injustiçado" na vida e depois da morte. A biografia de Prisco vinha para lhe vingar a reputação e consagrá-lo como um dos principais críticos literários do Brasil. Em função desse propósito, os trabalhos educacionais e dedicados à Amazônia eram considerados "opera minor", diante dos seus estudos críticos e historiográficos sobre a literatura brasileira.

Em alguma medida, essa chave de leitura foi incorporada pelo estudo *A Tradição do Impasse*, de João Alexandre Barbosa (1974). Principalmente, no modo como ele divide a obra de José Veríssimo entre "provincial", produzida no Pará conforme "esquemas ficcionais e etnográficos da Geração 1870", e "nacional", escrita no Rio de Janeiro dentro dos cânones da crítica impressionista, da literatura como arte da composição. Para João Alexandre Barbosa, a obra de José Veríssimo representava o grande impasse da crítica literária brasileira na virada do século XIX e XX, oscilando entre a crítica naturalista e a crítica impressionista. A primeira julgava o conteúdo do texto em função de fornecer elementos para a formação da nacionalidade brasileira; a segunda, pelo contrário, considerava literatura apenas os textos bem escritos na forma, como belas letras.

A produção intelectual de José Veríssimo no Pará guiava-se, segundo João Alexandra Barbosa (1974), pela crítica naturalista, demonstrando nisso uma limitação pelo conceito abrangente de literatura. Enquanto que os trabalhos escritos no Rio de Janeiro estavam pautados pela crítica impressionista, com conceito mais restrito de literatura, considerado um avanço para os estudos literários. Embora no seu estudo o objeto de discussão seja a crítica literária, cujos méritos não se criticam, o que procuro observar é que a incorporação da chave de leitura que hierarquizou as obras do Pará e do Rio de Janeiro, secundarizando seus estudos sobre educação e a realidade amazônica. Depois das biografias de Francisco Prisco (1937) e de Ignácio Veríssimo (1966), a tese de João Alexandre Barbosa (1974) também se tornou uma referência para os estudos sobre pensamento social de José Veríssimo. A *tradição seletiva* e *inventada* transformou José Veríssimo no "Sr. Critico" consagrado no pensamento social brasileiro, ao lado de Sílvio Romero e Araripe Jr.

O movimento da análise empreendido neste estudo foi nuançar essa chave de leitura, pois considero que a obra de José Veríssimo, fosse produzida no Rio de Janeiro, fosse escrita no Pará, se estabeleceu em contextos de produção específicos, se constituindo em função de redes de sociabilidade, experiências políticas, literárias, educacionais e debates políticos que precisam ser melhor investigados e delineados. Foi com essa intenção que busquei investigar a trajetória intelectual de José Veríssimo no Pará constituindo um *lugar de produção amazônico*.

Este *lugar* foi agenciado por suas *experiências periódicas* e *educacionais*, constituídas por redes de sociabilidade, a circulação em congressos e contatos científicos e em função do debate político no interior da província do Grão-Pará no século XIX.

O processo de modernização da Amazônia ocorreu por uma integração nacional e uma inserção internacional. A abertura do rio Amazonas à navegação internacional foi uma das medidas de integração do Extremo Norte do Império ao conjunto da nação, visando a garantia da sua integridade territorial e fluvial. Essa medida dinamizou os processos de circulação de capital e de cultura na região, cada vez mais inserida no mercado internacional como fornecedora de borracha. Tal integração e inserção apenas relevavam uma dinâmica muito própria da região como *Amazônia Global* (FIGUEIREDO, CHAMBOLEYRON, ALONSO, 2017); isto é, uma zona de fronteira econômica e cultural que estabelecia, devido a sua posição geográfica, intensos intercâmbios com a Europa e América Latina do que com a Corte, o Rio de Janeiro. É neste contexto que José Veríssimo produziu os seus estudos histórico-etnográficos e educacionais pautados nos postulados da *política científica*, na proposição de uma *civilização laica* e *federativa* conforme os cânones contestatórios e reformistas da *Geração 1870* e na produção de um *modernismo amazônico*: o Brasil, a identidade nacional era analisada a partir da Amazônia.

No debate econômico entre extrativismo e agricultura, José Veríssimo interveio por meio da *Revista Amazonica*: *Não basta produzir borracha*, era preciso produzir e intercambiar ideias. Veríssimo tinha a sua proposta de *reforma dos costumes* da população livre e pobre, investigada em título homônimo no ensaio *As Populações Indígenas e Mestiças na Amazonia*, que introduzia o livro de contos *Scenas da Vida Amazonica*, de 1886. Em linhas gerais, ao colocar em revista os costumes, as crenças e os hábitos do *tapuio* (o mestiço de branco com índio), chegara a conclusão que a raça e o meio natural, junto com a ação predadora de jesuítas e colonos, contribuíram para a sua degradação. Porém, a seu ver, a situação tinha solução: a mestiçagem e o branqueamento, ao lado da agricultura e da educação, elevariam seu caráter moral e intelectual, tornando-as úteis ao projeto de

civilização da Amazônia. Este projeto político estava diretamente associado ao projeto científico de Ferreira Penna (SANJAD, 2010): desbravar cientificamente o sertão amazônico e sanear moralmente suas populações com o trabalho sedentário e a atividade agrícola.

Ferreira Penna foi um dos primeiros contatos na rede de sociabilidade que contribuíram para a produção e publicação dos estudos de José Veríssimo intervindo no debate político da província. Todavia, essa rede de sociabilidade teve um papel fundamental de reconhecimento do trabalho intelectual de José Veríssimo sobre a Amazônia. Entre 1880 e 1888, José Veríssimo e Franklin Távora trocaram uma copiosa correspondência que possibilitou o compartilhamento de projetos e contatos literários. Em 1881, *A religião dos tupi-guarani*, ensaio extraído do *As Populações*, foi a primeira e única colaboração entre a *Revista Amazonica* e a *Revista Brazileira*. Esta fecharia suas gráficas naquele mesmo ano, para o pesar de ambos os intelectuais. No entanto as correspondências continuaram. Os livros *Primeiras Paginas* e *Scenas da Vida Amazonica* eram considerados por Távora como exemplares da *Literatura do Norte*. Tal projeto literário que expressava a especificidade social e cultural das províncias do Norte, não representada na literatura produzida na Corte.

Este projeto foi materializado em breves perfis biográficos dos seus representantes – dentre eles, José Veríssimo –, e publicado na *Nueva Revista de Buenos Aires*, organizada por Ernesto e Vicente Quesada. Havia um projeto editorial comum entre a *Revista Amazonica*, a *Revista Brazileira* e a *Nueva Revista de Buenos Aires*: dar publicidade as manifestações literárias das províncias cujo espaço era restrito no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Na verdade, esse projeto editorial expressava a reação política da intelectualidade latino-americana por uma maior integração cultural do continente e a garantia do processo de profissionalização do escritor. O reconhecimento da propriedade literária seria um grande passo nesse sentido, do escritor conseguir sobreviver das suas publicações. A partir da *Revista Amazonica*, Veríssimo foi agente literário da revista argentina no Pará e também publicou em suas páginas o ensaio *O Movimento Intellectual Brazileiro nos ultimos dez annos*.

A questão da propriedade literária foi uma das principais questões levantadas no *Congresso Literário Internacional*, em Lisboa, realizado em 1881. Pinheiro Chagas apresentou um inflamado discurso em defesa da propriedade literária como uma das principais formas de profissionalização do escritor, bem como acusava os países que não a garantiam em suas legislações – o Brasil foi duramente criticado por fazer vistas grossas a publicações e traduções estrangeiras sem qualquer direito autoral circulando no país. Na verdade, Pinheiro Chagas foi mais longe e dirigiu a sua crítica aos escritores brasileiros por essa situação aviltante para o profissional das letras.

Diante de tal acusação, Veríssimo, que apenas participava como ouvinte do congresso, pediu a palavra e apresentou uma defesa da literatura e do escritor brasileiro. Subscrevia todas as críticas de Pinheiro Chagas, principalmente aquelas dirigidas ao governo brasileiro. Contudo, as críticas dirigidas aos escritores não haviam cabimento, pois eles não eram donos das casas publicadoras. No Brasil, se o governo fazia vistas grossas a garantia da propriedade literária, quem praticava diuturnamente a pirataria eram as editoras dirigidas por estrangeiros (portugueses e franceses). A crítica de Pinheiro Chagas era oportuna, embora mal informada sobre a realidade do mercado editorial e das condições da vida literária no Brasil.

Se o intelectual paraense acionava seus conhecimentos sobre a literatura e a condição do escritor brasileiro no congresso literário, no *10º Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica*, ocorrido em Paris, em 1889, ele apresentava sua hipótese sobre a existência de uma antiga civilização indígena no Marajó. Essa pesquisa tinha um pressuposto pautado em suas investigações antropológicas: as populações indígenas do presente são *selvagens* e os índios do passado foram *civilizados*. O que provava isso era o desenvolvimento de uma cultura material sofisticada na lapidação de artefatos de pedra em formato de animais. Nesse sentido, Veríssimo assumia nos seus estudos um projeto de unificação nacional da *Arqueologia nobiliárquica* (FERREIRA, 2010): a dizimação dos índios vivos para concretizar a integração nacional e a exumação científica dos índios mortos para os anais da identidade nacional.

O reconhecimento dos seus trabalhos de arqueologia e antropologia amazônica também possibilitaram o contato científico com Émile Guimet, diretor do *Musée Guimet*, e com Enrico Giglioli, o diretor do *Museo Zoologico dei Vertebrati*, do Instituto di Studi Supiori in Firenze. Ambos interessados em suas publicações, como a *Revista Amazonica* e *Scenas da Vida Amazonica*. Em 1884, houve a publicação do *Idoles de L'Amazone* (Extraite des Annales du Musée Guimet) – este artigo foi originalmente divulgado na *Revista Amazonica*, em março de 1883. De todo modo, a *circulação* nos congressos e os contatos científicos apenas demonstraram a sua importância como intelectual autorizado com conhecimentos literários e científicos sobre a literatura brasileira e a realidade amazônica em tempos de *mundialização da cultura* e da *ciência*.

Por sua vez, a *experiência educacional* de José Veríssimo esteve diretamente relacionada ao seu pensamento social e se constituiu em função do debate político na província. Na *Sociedade Paraense Promotora da Instrucção*, a educação moderna era considerada a mola mestra para o *progresso* das sociedades civilizadas. Por meio de conferências semanais, procurava-se *difundir* essa "boa nova" científica e formar a opinião

pública paraense. Não era possível conceber a civilização da Amazônia que não fosse por meio da promoção da instrução. Foi imbuído deste projeto que José Veríssimo remodelou a proposta pedagógica do *Collegio Americano,* cujo proprietário original Justus Nelson tornou-se seu sócio nesta nova empreitada, passando da *difusão* à *prática educativa*.

Pautado na concepção educativa de Herbert Spencer, que visava a formação intelectual, moral e física do homem, José Veríssimo implementou várias inovações pedagógicas no colégio: método intuitivo, jardim de infância, educação de ambos os sexos, ensino de história e geografia pátria e educação física. Claro que estas reformas não passariam incólume. João Saraiva, proprietário do *Collegio Franco-Brazileiro,* teceu severas críticas a estas inovações ao considerá-las charlatanismo para enganar os pais dos alunos. A partir disso, transcorreu um "bate-boca educativo" que quase fechou ambas as instituições. Havia no ambiente educativo da província a oposição entre uma educação cristã, retórica e literária e uma educação laica, moderna e científica proposta por José Veríssimo,

Essa prática educativa foi o laboratório para as reflexões teóricas realizadas no *A Educação Nacional*, de 1890. Os pressupostos da educação moderna do *Collegio Americano* transformaram-se no projeto de uma *educação nacional*, que viesse engendrar o sentimento nacional no combate contra os abatimentos físicos e morais do caráter brasileiro, gerados pela mestiçagem e a influência funesta da escravidão. Nesse sentido, as disciplinas de história e geográfia pátria deveriam fornecer os conhecimentos intelectuais e os exemplos morais para formar o *são brasileirismo* nas novas gerações. A educação física por meio da ginástica e dos cuidados higiênicos tiraria do abatimento físico a mocidade, fazendo-a adquirir robustez e trabalhar pela pátria. Para isso, Veríssimo se apropriava de exemplos estrangeiros modelares, filtrados por sua *experiência amazônica*: o projeto de *educação nacional* era pautado por sua prática educativa no *Collegio Americano.*

Quando assumiu a diretoria da Instrução Pública do Governo Provisório Republicano, em 17 de maio de 1890, José Veríssimo transformaria essa *teorização* em *política pública*. Na reforma da educação primária realizada pelo *Regulamento 7 de maio*, houve a inclusão das disciplinas de história, geografia, educação física, cultura moral e cívica. Nas suas atribuições de diretor, cabia prescrever instruções pedagógicas para o ensino destas disciplinas e expedir um relatório fazendo o balanço da educação no Estado do Pará. Nestes documentos, Veríssimo converteu a *educação nacional* em *educação republicana.* As instruções pedagógicas foram pautadas largamente na sua experiência educativa no *Collegio Americano*. O balanço da situação da instrução utilizava o esquema argumentativo muito semelhante ao *A Educação Nacional*.

Realizei essa retomada das principais contribuições deste estudo apenas para sintetizar que elas representaram os *lugares de produção* do *fazer-intelectual* amazônico de José Veríssimo no Pará. Espero que tenha contribuído para nuançar a *imagem* do "Sr. Critico".

Para finalizar, destacam-se pelo menos três possibilidades frutíferas para futuros trabalhos de investigação, constituindo-se desdobramentos da tese. O primeiro está relacionado à *produção carioca* (Rio de Janeiro) de José Veríssimo sobre Amazônia.

Se aqui investiguei a *produção paraense* de José Veríssimo sobre Amazônia, e tendo em vista que ele escreveu sobre a região no período que morou na capital carioca, é bastante oportuno questionar sobre esse deslocamento. Um sujeito que problematizou *na* e *sobre* a realidade amazônica. Quais diferenças e semelhanças houve entre a sua produção no Pará e no Rio de Janeiro sobre a região? Desta forma, um encaminhamento importante de pesquisa é identificar a constituição de uma *rede de sociabilidade* entre Veríssimo e importantes intelectuais ligados aos principais centros de pesquisa do país à época, como o Museu Paraense e o Museu Paulista. Também verificar nessa produção de que modo a identidade nacional era pensada a partir da experiência amazônica de José Veríssimo.

Em outras palavras, apreender como o *modernismo amazônico* está presente nessa *produção carioca* de Veríssimo sobre a Amazônia, bem como verificar se houve paralelos ou correspondências com sua *produção paraense* sobre a região. Os livros publicados por José Veríssimo sobre Amazônia no Rio de Janeiro foram: *A Amazonia – Aspectos Economicos* (1892), *A Pesca na Amazonia* (1895), *Pará e Amazonas – Questões de* (1889), *Interesses da Amazônia* (1915). Portanto, essa dimensão fica em aberto para novas pesquisas.

Um segundo desdobramento refere-se à *experiência educativa* de José Veríssimo no Rio de Janeiro. Na capital federal, segundo Francisco Prisco (1937), Veríssimo foi professor e diretor do Ginásio Nacional (nomenclatura republicana do Imperial Colégio Pedro II), da Escola Normal do Rio de Janeiro, e colaborador do Museu Escolar do Distrito Federal, também conhecido por *Pedagogium*. Existem algumas pesquisas realizadas cujos apontamentos indicam possibilidades promissoras para novos estudos, no que diz respeito ao Ginásio Nacional (ALVES, 2006; MACHADO, 2003) e ao *Pedagogium* (GONDRA, 1997; NERY; FRANÇA, 2017) – não encontrei nenhuma pesquisa que abordasse a Escola Normal.

A perspectiva aqui é pensar que tipos de intercâmbios e correspondências foram possíveis entre a *experiência educacional* de José Veríssimo no Pará e no Rio de Janeiro. Quais aproximações e distanciamentos esse deslocamento provocou em sua concepção e prática educativa? Um pressuposto fica evidente: a prática e a reflexão pedagógica realizada

no Pará deve ter servido de credenciais para assumir lugares tão importantes da instrução pública na capital federal. Em 1906, *A Educação Nacional* recebeu uma nova edição com a incorporação de um novo prefácio e um novo capítulo (sobre a educação da mulher) em relação a primeira edição no Pará. Nesse sentido, seria bastante produtivo examinar quais foram as inclusões e supressões realizadas na nova edição, considerando o intervalo entre 1890 e 1906. Neste intervalo entre o Pará e o Rio de Janeiro, um vasto campo de possibilidade de pesquisa se desenha no horizonte.

Por fim, outro desdobramento a partir dos resultados obtidos, reside na identificação de uma rede de sociabilidade com a intelectualidade latino-americana, abre-se uma nova frente de pesquisa: de investigar uma rede de colaboração entre intelectuais no mundo ibero-americano. Angela Alonso (2002) aponta que a *Geração 1870* era um movimento político internacional. Com esta pesquisa, conseguimos identificar interlocuções de José Veríssimo com Vicente e Ernesto Quesada, da Argentina. Veríssimo era conhecedor da produção intelectual da Geração 1870 portuguesa, ao citar trabalhos de Teófilo Braga e Adolfo Coelho. Assim, pondero que estas são pistas interessantes que podem apontar para a ampliação do espectro de colaborações e apropriações intelectuais no mundo ibero-americano. Então, aos arquivos, mãos à obra.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Cláudio. *Franklin Távora e o seu tempo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005.

AL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade*: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento*: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas*: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, vol. 37, no 75, 2017, pp. 17-38.

_____. Índios e mestiços no Rio de Janeiro: significados plurais e cambiantes. *Memoria Americana*. Buenos Aires: Instituto de Ciências Antropológicas, n.16, p.19-40, 2008.

ALVES, Claudia. Santa-Anna Nery: o Brasil na vitrine do coração cultural do ocidente. In: ALVES, Claudia; VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elisabeth Figueiredo de. *Santa-Anna Nery e a Educação*: um olhar brasileiro no estrangeiro (Brasil-França, século XIX). Cuiabá: EdUFMT, 2014, p. 35-60.

_____. A educação nacional de José Veríssimo. In: XAVIER, Maria do Carmo; HAMDAN, Juliana Cesário (Orgs.) *Clássico da educação brasileira*, volume 2, Belo Horizonte: Mazza, 2011, p.27-48.

ALVES, Rosana Llopis. *José Veríssimo Dias de Mattos*: Um crítico na direção do Gymmnasio Nacional (1892-1898). 266 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal Fluminense, 2006.

AMORY, Frederic. *Euclides da Cunha*: Uma Odisseia nos Trópicos. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2009.

ARENZ, Karl Heinz. Anticaboclismo. *Revista de Estudos de Cultura* | Nº 03 | Set.Dez ./2015.

ANANIAS, Vilmar Henrique. *A construção da identidade do crítico literário a partir de argumentos morais em artigos de José Veríssimo*. 106f. Dissertação de Mestrado – Programa de Mestrado em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura. Departamento de Letras, Artes e Cultura da Universidade Federal de São João Del Rei, 2008.

ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. José Veríssimo: vida, obra e personalidade. In: _____ (Org.). *José Veríssimo*: raça, cultura e educação. Belém: EDUFPA, 2007, p. 19-69.

_____; PRESTES, Carlos Alberto Trindade. Raças cruzadas e educação: uma proposta de nacionalização do mestiço da Amazônia. In: _____ (Org.). *José Veríssimo*: raça, cultura e educação. Belém: EDUFPA, 2007, p. 137-170.

_____; ARAÚJO, Telmo. América Latina, Cultura e Educação nos Escritos de José Veríssimo. *Cadernos de História da Educação (Online)*, v. 14, p. 787-802-802, 2015.

_____. Cultura y educación contra los extranjerismos y la Doctrina Monroe en la obra del brasileño José Veríssimo (1857-1916). In: *XI Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana*, 2014, Toluca-México. Sujetos, poder y disputas por la educación. Toluca: El Colegio Mexiquense, 2014. v. 1. p. 2921-2933.

_____. José Veríssimo (Brasil) e Andrés Bello (Venezuela): um estudo comparado do pensamento educacional latino-americano no século XIX. In: *VII Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2013. Circuitos e fronteiras da história da educação no Brasil. Cuiabá: FAPEMAT, 2013. v. 1. p. 1-13.

_____. Educação republicana sob a ótica de José Veríssimo. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 303-318, 2010.

_____; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino; ALVES, Laura Maria da Silva Araújo (Orgs.). *Educação e Instrução Pública no Pará Imperial e Republicano*. Belém: EDUEPA, 2014.

ARAÚJO, Telmo Renato da Silva. O pensamento racial em Nina Rodrigues e Fernando Ortiz. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Franca, 2003.

_____. Sob a luz do livre arbítrio: raça, mestiçagem e criminalidade. In: ARAÚJO, Sônia (Org.). *José Veríssimo*: raça, cultura e educação. Belém: EDUFPA, 2007, p. 99-136.

ASSIS, Machado de. "O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana". In: _____. *Obra completa*. Vol. 2. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1962 [1882], p. 346-350.

AZZI, Riolando. *A concepção da ordem social segundo o positivismo ortodoxo brasileiro*. São Paulo: Loyola, 1980.

BAGGIO, Katia Gerab. José Veríssimo: uma visão brasileira sobre as Américas. São Paulo: *Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC*, 1998.

_____. Os intelectuais brasileiros e o pan-americanismo: A "Revista Americana" (1909-1919). Salvador: *Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC*, 2000.

BEIRED, José Luís Bendicho; BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio (Orgs.). *Política e identidade cultural na América Latina*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BANDEIRA, Manuel. *Antologia poética*. 13ª ed. Rio de Janeiro: J. Olimpio, 1982.

BARATA, Manoel. "O Clube Republicano no Pará". In: _____. *A Formação Histórica do Pará*. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 1973, p. 341-349.

BARBOSA, João Alexandre. *A Tradição do Impasse*: linguagem da crítica e crítica da linguagem em José Veríssimo. São Paulo: Ática, 1974.

_____. José Veríssimo, leitor de estrangeiros. *Literatura E Sociedade, 5* (5), 2000, p. 56-84.

BARBOSA, Maurel Ferreira. *O Pajé*: literatura, naturalismo e história no Pará do século XIX. Belém: Instituto de Artes do Pará, 2013.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *O Valle do Amazonas*. 3ª ed. Brasília: Editora Nacional, 1975 [1966].

BATES, Henry. *O naturalista do rio Amazonas*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais*: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-c.1870. 2004. 283 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BEZERRA NETO, José Maia. As luzes da instrução: O 'Asylo' de Santo Antônio em Belém do Pará (1870-1912). In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. (Org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPa, 1998, p. 185-206.

_____. O homem que veio de Óbidos: pensamento social e etnografia em José Veríssimo. *Anais do Arquivo Público do Pará*. Belém, 3 (2): 239-261, 1998.

_____. *Escravidão negra na Amazônia. (Sécs. XVII-XVIII)*. Belém: Paka-Tatu, 2001.

_____. *Por todos os meios legítimos e legais*: as lutas contra a escravidão e os limites da Abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888). Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

BICCAS, Maurilane de Souza. Impresso pedagógico como objeto e fonte para a História da Educação em Minas Gerais: *Revista do Ensino* (1925-1940). In: MORAIS, Christiani; PORTES, Écio; ARRUDA, Maria Aparecida. *História da Educação: ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p.71-106.

BITTENCOURT, Circe. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set./dez. 2004.

BLOCH, Marc. *A apologia da História ou o ofício do Historiador*. Tradução de André Telles. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2001.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. Brasileiros e não yankees: americanismo e patriotismo em A Educação Nacional (1890), de José Veríssimo. *Educação em Foco* (Juiz de Fora), Juiz de Fora - MG, v. 7, n. 2, p. 127-136, 2003.

_____; BOTO, Carlota. O ensino público como projeto de nação: a "Memória" de Martim Francisco (1816-1823). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, nº 68, p. 253-278, 2014.

BORGES, Ricardo. *O Pará Republicano* (1824-1929): ensaio histórico. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983.

BOTO, Carlota. A escola primária como tema do debate político às vésperas da República. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, nº 38, p. 253-281. 1990.

BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo Brasileiro*: antecedentes da Semana de Arte Moderna. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*: momentos decisivos. 6ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

CARVALHO, José Murilo. Brasil 1870-1914: a força da tradição. In: _____. *Pontos e bordados*: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora da UFMF, 1998, p. 107-129.

CASTILHO, Marina Moreno. *O indígena no olhar de José Veríssimo*. 236f. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História da Universidade de São Paulo, 2012.

CATANI, Denice; FARIA FILHO, Luciano M. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000). In: GONDRA, José Gonçalves (Org.) *Pesquisa em História da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 85-112.

_____. "Memória e Biografia: o poder do relato e o relato do poder" na História da Educação. In: CATANI, D.B. *Pesquisa Histórica: retratos da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1995.p.73-80.

CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. *O projeto republicano de educação nacional na versão de José Veríssimo*. São Paulo: Annablume, 2003.

CARNEIRO, João Paulo Jeannine Andrade. *O último propagandista do Império*: o "barão" de Santa-Anna Nery (1848-1901) e divulgação do Brasil na Europa. Tese de Doutorado (Geografia). 256f. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2013.

CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: _____. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-109.

_____. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História*, vol.26 no.52 São Paulo Dec. 2006.

CHIAVENATO, Júlio. *Cabanagem*: o povo no poder. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COELHO, Alan Watrin. *A ciência de governar*: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2006.

COELHO, Anna Carolina de Abreu. *Santa-Anna Nery*: o propagandista “voluntário” da Amazônia (1883-1901). 107f. Dissertação de Mestrado (História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, 2007.

COELHO, Geraldo Mártires. *O brilho da supernova*: a morte bela de Carlos Gomes. Rio de Janeiro: Agir, 1995.

_____. “Introdução”. In: SODRÉ, Lauro. *Crenças e Opiniões* – edição fac-similar. Brasília: Editora do Senado Federal, 1997 [1896], p. III-XXVII.

_____. Na Belém da *belle époque* da borracha (1890-1910): dirigindo olhares. *Escritos* (Fundação Casa de Rui Barbosa), Rio de Janeiro, v. 5, p.141-168, 2011, p. 159.

COELHO, Mauro Cezar. *Do Sertão para o Mar* – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798). 433f. Tese de Doutorado (História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Letras e Ciências Humanas. Departamento de História da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. *A Diligência do Saber*: uma viagem ilustrada pelo Brasil do século XVIII. Dissertação de Mestrado (História). Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1996.

COSTA, Benedito Gonçalves. *A Educação de Meninas Órfãs, Desvalidas e Pensionistas no Asilo de Santo Antônio, no pastorado do Bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará (1878 – 1888).* Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2014.

_____; ARAÚJO, Sonia Maria da Silva. Entre romanizadores e liberais: A Educação moderna na Província do Pará no século XIX. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, v. 17, n. 2 (45), p. 05-27, Abril/Junho 2017.

COSTA, Rafaela Paiva. *Cultura Histórica na Belém Moderna*: Narrativas cívicas e seus sentidos pedagógicos (1889-1923). 200f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*: ensaios sobre ideias e formas. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

CUNHA, Euclides da. *Um Paraíso Perdido*: reunião de ensaios amazônicos – seleção e coordenação de Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

DAMATTA, Roberto. "Digressão: fábula das três raças, ou problema do racismo à brasileira". In: _____. "*Relativizando*: uma introdução à Antropologia Social". Rio de Janeiro: Rocco, 1993, pp.58-85.

DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem*: a revolução popular na Amazônia. Belém: Conselho de Cultura, 1985.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República*: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados* 6 (14), 1992.

_____. *Os Donos do Poder*: a formação do patronato político brasileiro. 5ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. "A legislação escolar como fonte para a história da educação". In: _____. (Org.). *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 89-125.

FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará (1886-1897)*. Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Doutorado em História Social (setor de moderna e contemporânea), Niterói (RJ), 2005.

_____. *Os Intelectuais e a Primeira República no Pará (1886-1891)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento. Belém, 2000.

FERNANDES *et all*, Antonio Carlos Siqueira. Trocando espécimens de animais por cabeças-troféu Munduruku: o intercâmbio de Enrico Giglioli com o Museu Nacional na segunda metade do século XIX. *Filosofia e História da Biologia*, v. 5, n. 1, p. 1-19, 2010.

FERREIRA, Lúcio Menezes. *Território Primitivo*: a institucionalização da arqueologia no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos Modernos*: Uma História social da arte e da literatura, 1908-1929. Tese. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

_____. Páginas antigas: uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822-1922. *Margens*, Revista Mutidisciplinar do Núcleo de Pesquisa – CUBT/UFPA, v. 2, n. 3, pp. 243-266, 2005.

_____. *A Cidade dos Encantados*: pajelança, feitiçaria e religiões afro-brasileiras na Amazônia, 1870-1950. Belém: EDTUFPA, 2008.

_____; CHAMBOLEYRON, Rafael; ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado. Amazônia e história global – apresentação. *Revista Tempo*, Vol. 23 n. 3, Apresentação, Set./Dez. 2017, p. 504-505.

FILHO, João Pacheco de Oliveira. "O Caboclo e o Brabo. Notas sobre Duas Modalidades de Força de Trabalho na Expansão da Fronteira Amazônica no Século XIX". In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, v. 10, 1979, p. 101-148.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro de Souza Avelino de. *Raízes históricas do ensino secundário público na Província do Grão-Pará*: o Liceu Paraense (1840-1889). Dissertação (Mestrado em Filosofia e História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1997.

_____. *José Veríssimo (1857-1916) e a Educação Brasileira Republicana*: raízes da Renovação Escolar Conservadora. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: [s.n.], 2004.

_____. O pensamento e a prática escolar de José Veríssimo no Colégio Americano. *Revista Cocar* (UEPA), v. 3, p. 113-123, 2009.

_____. *José Veríssimo*: Diretor da Instrução Pública no Pará no Regime Republicano. Relatório de Pós-doutoramento. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

_____. José Veríssimo e a Educação Nacional. In: ARAÚJO, Sônia (Org.). *José Veríssimo*: raça, cultura e educação. Belém: EDUFPA, 2007, p. 171-225.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

FREITAS, Décio. *A miserável revolução das classes infames*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
FULLER, Claudia Maria. Os Corpos de Trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará. *Revista Estudos Amazônicos*, Vol. III, nº 1, 2008.

_____. Os Corpos de Trabalhadores e a organização do trabalho livre na província do Pará (1838-1859). *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 3, n. 6, julho-dezembro, 2011, p. 52-66.

GINZBURG, Carlo. "Prefácio à edição italiana". In: _____. *O queijo e os vermes*: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. "Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo". In: _____ (Orgs.). *Intelectuais mediadores*: prática cultural e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37.

GONDRA, José Gonçalves. O Veículo de Circulação da Pedagogia Oficial da República: a Revista Pedagogica. *Revista Brasileira de Estudos Pegagógicos*, Brasília, v. 78, n. 188/189/190, p. 374-395, jan./dez., 1997.

_____. *Artes de civilizar*: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

_____; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso. Euclides da Cunha na Amazônia: descontinuidades históricas nos modos de ver e narrar a floresta. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, n.3, jul.-set. 2010, p.705-718.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 2. 2ª ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. O progresso a vapor: a navegação e desenvolvimento da Amazônia no século XIX. *Nova Economia*_Belo Horizonte_19 (1)_185-212_janeiro-abril de 2009.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001a.

_____. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 175-195, mar., 2001b.

HALLEWEL, Laurence. O Livro no Brasil: Sua História. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

HARDMAN, Francisco Foot. "Antigos modernistas". In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 289-305.

_____. *Trem fantasma*: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

_____. A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

HENRIQUE, Márcio Couto. O General e os Tapuios: linguagem, raça e mestiçagem em Couto de Magalhães (1864-1876). 102f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2003.

_____. A perspectiva indígena das missões religiosas na Amazônia (Século XIX). *Revista História Social*, v. I, p. 133-156, 2013.

_____. Presente de branco: a perspectiva indígena dos brindes da civilização (Amazônia, século XIX). *Revista Brasileira de História (IMPRESSO)*, v. 35, p. 195-216, 2017.

_____; MORAIS, Laura Trindade de. Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX). *Revista de História* (USP), v. 171, p. 49-82, 2014.

HOBSBAWN, Eric. "Introdução: A Invenção das Tradições". In: _____; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. A profissionalização do escritor no Brasil do século XIX. *Fragmentum*, n. 45, Abr./Jun. 2015.

LIMA, Deborah De Magalhães. A Construção Histórica do Termo Caboclo sobre Estruturas e Representações Sociais no Meio Rural Amazônico. *Novos Cadernos NAEA*, vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. Usos e leituras da obra de um Barão: percepções sobre *Motins Políticos* nos séculos XIX e XX. *Antíteses*, vol. 3, n. 5, jan-jun, 2010, p. 589-619.
_____. Negros degenerados, índios não civilizados: cientificismo e sociedade amazônica na obra Motins Políticos. *Temáticas*, Campinas, 20 (40): 31-63, ago/dez, 2012.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ; UCAM, 1999.

LINHARES, Anna Maria Alves. *Um grego agora nu*: índios Marajoara e identidade nacional brasileira. Tese de Doutorado. História. Departamento de História. Instituto de Filosofia e Ciência Humanas. Universidade Federal do Pará. 2015.

LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

LOPES, Patrícia Raiol Castro de Melo. *Os Corpos de Trabalhadores na Província do Grão-Pará*: outros significados para uma política de arregimentação da mão de obra (1835-1840). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2012.

LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres. *A década de 1920 e a gênese do Brasil Moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

MACHADO, Mônica Sampaio. José Veríssimo e a proposta da Geografia Patria na Primeira República brasileira vista através dos Programas de Geografia do Gymnasio Nacional. *GEOgraphia* – Ano V - No 9 – 2003, p. 85-113.

MARSHALL BERMAN. "Petersburgo: O Modernismo do Subdesenvolvimento". In: _____. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 167-202.

MARTINS, Karla Denise. *Cristóforo e a Romanização do Inferno Verde*: as propostas de D. Macedo Costa para a civilização da Amazônia (1860-1890). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.

MASCARENHAS, Edna. *A ilusão do fausto*: Manaus, 1890-1920. Manaus: Valer, 1999.
MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema* – a formação do Estado Imperial. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. "A categoria 'jesuíta' no embate entre liberais e católicos ultramontanos no Pará do século XIX". In: _____. *Uma outra "invenção" da Amazônia*: Religiões, Histórias, Identidades. Belém: editora Cejup, 1999, p. 139-156.

_____. Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico. Belém, Cejup, 1995.

MEIRA, Octávio. *A Primeira República no Pará*: desde o crepúsculo da Monarquia até o golpe de Estado de 1891. Belém: Falangola, 1981, p. 37-39.

MICELI, Sérgio. *Intelectual à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. O desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da S.; GRUPIONI, Luís D. Benzi (Ed.) A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1o e 2o graus. Brasília: MEC; Mari; Unesco, 1995. p. 221-228.

_____. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese (Livre Docência em História) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2001.

MORAES, Felipe Tavares de. *José Veríssimo (1857-1916) e a Instrucção Publica (1886-1891):* a construção de uma concepção político-educacional hegemônica. 71f. (Monografia em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém-Pará, 2009.

_____. *A educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886-1897)*: os sentidos de uma concepção político-educacional republicana. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Pós-Graduação – Mestrado Acadêmico em Educação, Belém, 2011.

MOREIRA NETO, Carlos Araújo. "Igreja e Cabanagem (1832-1849). In: HOORNAERT, E. *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 262-295.

_____. *Índios na Amazônia*: de maioria a minoria (1750-1850). Petrópolis: Vozes, 1988.

MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1920)*. São Paulo: Alameda, 2009.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Londres: Typographia de Abraham Kingdon e C&A, 52, Moorfields, Moorgate, E. C, 1883.

NASSAR, Raduan. *Lavoura Arcaica*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

NERY, Vitor Sousa Cunha; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. José Veríssimo e a segunda lição do curso de Pedagogia do Pedagogium (1896) *Ensino & Pesquisa*, v.15, n. 3 (2017), 254-267.

NEVES, Fernando Arthur Freitas. *Solidariedade e conflito*: Estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889). Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos. *Do privilégio à propriedade literária*: a questão da autoria no Brasil imperial (1808-1861). Disponível em: <http:// www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/ luciabastosneves.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

NUNES, Benedito. "Pará capital Belém". In: _____; HATOUM, Milton. *Crônica de duas cidades*: Belém e Manaus. Belém: Secult, 2006.

NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo*: Estado imperial e agricultura na Amazônia. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

_____. O "valor" das terras amazônicas no século XIX: questões sobre agricultura e extrativismo. *SÆCULUM - REVISTA DE HISTÓRIA* [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história*: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2011.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Visões da Cabanagem*: uma revolta popular e suas representações na historiografia. Manaus: Valer, 2001.

PRADO, Maria Ligia. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História* (USP), São Paulo, v. 145, p. 127-149, 2001a.

_____. À guisa de introdução: pesquisa sobre História da América Latina no Brasil. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 1, p. 10-11, 2001b.

_____. Repensando a História Comparada da América Latina. *Revista de História* (USP), v. 153, p. 11-33, 2005.

_____; VILLAÇA, Mariana Martins (Org.). *História das Américas*: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas, 2015.

PRISCO, Francisco. *José Verissimo. Sua vida e suas obras*. Rio de Janeiro: Brigueit, 1937.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. Trabalho escravo, imigração e colonização no Grão-Pará (1877-1888). In: COELHO, Mauro Cezar; _____. *Amazônia*: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX). Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001, p. 81-116.

RAMOS, Paula Silva. Transferências e mediações culturais nas Américas: o papel da Nueva Revista de Buenos Aires (1881-1885). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, Nº. 21, p. 209-231, Jul./Dez., 2016.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REVEL, Jacques. *Jogos de escola*: a experiência da microanálise. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICCI, Magda. História amotinada: memórias da Cabanagem. *Caderno do Centro de Filosofia e Ciências Humanas UFPA*, vol. 12, nº ½, Belém, 1993, p. 13-28.

_____. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo*, vol. 11, nº 22, Niterói, 2007, p. 5-30.

_____. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. *Anais do Arquivo Público do Pará*, vol. 4, tomo I, 2001, p. 241-274.

_____. O Império lê a Colônia: um barão e a história da civilização na Amazônia. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (Orgs.). *Terra Matura*: historiografia e história social da Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 29-37.

RICÚPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870***)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto*: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial. 2004. 441f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

_____. O imaginário divino e o amor da pátria: tensões entre a igreja e a instrução pública nas províncias amazônicas. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 2, p. 1-19, 2006.

ROCQUE, Carlos. *Cabanagem*: epopeia de um povo. Belém: Imprensa Oficial, 1984.

RODRIGUES, João Barbosa. *Idolo amazonico achado no Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Brown e Evaristo, 1875.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brazileira*, Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Editora Garnier, 1888.

SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SALLES, Vicente. Veríssimo e o Pensamento Crítico. In: _____. *Memorial da* Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Belém: Cejup, 1992, p. 181-191.

_____. *O Negro no Pará sob o regime da escravidão*. 3ª edição revisada e ampliada. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

_____. José Veríssimo e a Modernidade. *Tucunduba*, n.2, Belém, 2011, p. 52-63.

SAMPAIO, Patrícia Melo. "Vossa Excelência mandará o que for servido...": políticas indígenas e indigenistas na Amazônia Portuguesa do final do século XVIII. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, p. 39-55, 2007.

_____. Desigualdades Étnicas e Legislação Colonial. Pará, c. 1798 - c. 1820. *Amazônia em Cadernos*, Manaus, v. 6, p. 317-343, 2001.

SANJAD, Nelson. *A Coruja de Minerva*: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907). Brasília, Instituto Brasileiro de Museus; Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

_____. Ciência de potes quebrados: nação e região na arqueologia brasileira do século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 19, no 1, p. 133-164, 2011.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800- 1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTANA, José Carlos Barreto de. Euclides da Cunha e a Amazônia: visão mediada pela ciência. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. vol. VI (suplemento), 901-917 setembro 2000.

SANTINI, Juliana. A Formação da Literatura Brasileira e o regionalismo. *O eixo e a roda*: v. 20, n. 1, 2011.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém*: riquezas construindo a Belle Époque (1870-1912). 3ª edição. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

SOUSA, Eveline Almeida de. *Os ideais de civilização na Amazônia Imperial*: um estudo sobre os projetos de civilização indígena no Pará (1845-1889). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2011.

SOUSA, Marlucy do Socorro Aragão de. *Raça e Educação na América Latina*: um estudo comparado do pensamento de José Veríssimo (Brasil/1857-1916) e José Ingenieros (Argentina/1877-1925). 132f. Dissertação de Mestrado (Educação). Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo das letras*: literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*. vol.19 n.37 São Paulo Sept. 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870/1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Lêda Valéria Alves da. Ciência e educação científica feminina no discurso de José Veríssimo (1857-1916). *História da Ciência e Ensino*, Volume 6, 2012 – pp. 49-70.

SILVEIRA, Ítala. *Cabanagem*: uma luta perdida. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, 1994.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003 p. 231-270.

_____. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; _____. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 259-279.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Lauro. *Crenças e Opiniões* – edição fac-similar. Brasília: Editora do Senado Federal, 1997 [1896].

TÁVORA, Franklin. *O Cabelleira* – Historia Pernambucana. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1876.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (vol. 1- A árvore da liberdade).

_____. O termo ausente: experiência. In: ____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 180-200.

TULLIO, Guaraciaba Aparecida. *Transformação ou Modernização? O projeto pedagógico de José Veríssimo para o Brasil República*. 206f. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 1996.

TURIN, Rodrigo. O "selvagem" entre dois tempos a escrita etnográfica de Couto de Magalhães. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol.28, n 781 o 48, p.781-803: jul/dez 2012.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O Modernismo e a Questão Nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de A. Neves. *O Brasil Republicano*: o tempo do liberalismo excludente (1889-1930). Vol. 1, 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 353-386.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *Visões do deserto*: selva e sertão em Euclides da Cunha. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. vol. V (suplemento), 133-147 julho 1998.

_____. *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha*: esboço biográfico – organização Mario Cesar de Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VERGOLINO-HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Napoleão. *A presença africana na Amazônia Colonial*: uma notícia histórica. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

VERÍSSIMO, Ignácio José. *José Veríssimo visto por dentro*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

VERÍSSIMO, José. Franklin Távora e a Literatura do Norte. In: _____. *Estudos de Literatura Brasileira – 5ª série*. Belo Horizonte, São Paulo: Editora Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo, 1977, p. 73-78.

_____. *Últimos Estudos de Literatura Brasileira – 7ª série*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

_____. *Cultura, Literatura e Política na América Latina* – seleção e organização João Alexandre Barbosa. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. *Homens e coisas estrangeiras.* Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

VIDAL, Diana Gonçalves. Educação e sociedade no Brasil Império: passado e presente na narrativa de Frederico José de Santa-Anna Nery (1884-1889). In: ALVES, Claudia; VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elisabeth Figueiredo de. *Santa-Anna Nery e a Educação*: um olhar brasileiro no estrangeiro (Brasil-França, século XIX). Cuiabá: EdUFMT, 2014, p. 11-34.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal Diário como fonte e como tema de pesquisa em história da educação: um estudo da relação da imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In.: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda. *Cinco estudos em história e historiografia da educação.* Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.11-40.

_____. *Intelligentsia* e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 16, jan./abr. 2008.

WALLACE, Alfred. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia*: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

WERNERT, Augustin. Crise e definhamento das tradicionais ordens monásticas brasileiras durante o século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, nº 42, 1997.

WILLIAMS, Raymond. "Base e superestrutura na teoria da cultura marxista". In: _____. *Cultura e materialismo*. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 43-68.

ZANOTTO, Gizele. História dos Intelectuais e História Intelectual: contribuições da historiografia francesa. *Biblos*, Rio Grande, 22 (1): 31-45, 2008.

FONTES

a) ANAIS DE CONGRESSO

Bulletin de L'Association Littéraire Internacionale – Congress de Lisbonne – numéro 10, Octobre. Bureaux & Bibliothèque: 51, rue Vivienne – Paris, 1880. In: Plataforma "Gallica" da Biblioteca Nacional da França.

Congrés Internacional d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques – Dixiéme session – Tenue à Paris du 19 au 27 Aout, Compte Rendu. Paris, Imprimerie Nationale, 1889. In: Plataforma "Gallica" da Biblioteca Nacional da França.

b) CORRESPONDÊNCIAS

Carta de José Veríssimo a Maria Eloy Tavares, sua noiva, de 30 de novembro de 1884. Coleção arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras.

Carta de José Veríssimo a João Severiano da Fonseca, Belém, 22 de outubro de 1889. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Lata 115 – Pasta 11).

Carta a Machado de Assis a José Veríssimo, de 4 de março de 1883. In: Correspondência de Machado de Assis: tomo II, 1870-1889. Coordenação e orientação de Sérgio Paulo Rouanet; reunião, organização e comentários de Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

Carta a José Veríssimo a Machado de Assis, de 19 de abril de 1883. In: Correspondência de Machado de Assis: tomo II, 1870-1889. Coordenação e orientação de Sérgio Paulo Rouanet; reunião, organização e comentários de Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009, p. 254 – grifos do autor.

Carta de Émile Guimet a José Veríssimo, 11 de fevereiro de 1881. Coleção arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras.

Carta de Émile Guimet a José Veríssimo, 29 de abril de 1889. Coleção arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras.

Carta de Enrico Giglioli a José Veríssimo, 25 de janeiro de 1884. Coleção arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras.

Carta de Enrico Giglioli a José Veríssimo, 19 de fevereiro de 1885. Coleção arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras.

Carta de Enrico Giglioli a José Veríssimo, 26 de julho de 1887. Coleção arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras.

Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, de 11 de novembro de 1880. Coleção arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras

Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, de 1 de novembro de 1881. Coleção arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras.

Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, de 19 de maio de 1881. Coleção arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras.

Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, de 19 de julho de 1881. Coleção arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras.

Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, de 8 de janeiro de 1882. Coleção arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras.

Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, de 28 de janeiro de 1882. Coleção arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras.

Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, de 19 de fevereiro de 1882. Coleção arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras.

Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, de 28 de maio de 1882. Coleção arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras.

Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, de 17 de agosto de 1882. Coleção arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras.

Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, de 27 de fevereiro de 1883. Coleção arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras.

Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, de 21 de abril de 1883. Coleção arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras.

Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, de 10 de maio de 1887. Coleção arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras.

Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, de 7 de agosto de 1887. Coleção arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras.

Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, de 6 de dezembro de 1887. Coleção arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras.

Carta de Franklin Távora a José Veríssimo, de 5 de agosto de 1888. Coleção arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras.

c) FOLHETOS

A Borracha – Breves Reflexões oppostas pelo Diario do Gram-Pará ás considerações do snr. M. A. Pimenta Bueno. Typ. do Jornal *Diario do Gram-Pará*, 1882. In: Acerco da Biblioteca Virtual da Gerência de Acervos Digitais da Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas.

Programa da Celebração em Lisboa do Tricentenário de Luís de Camões. Lisboa: Typographia Universal, 1880. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional de Portugal.

"Noticia Geral do Collegio Americano". Pará. Estrada de Nazareth, 49. 1888. In: Setor de "Obras Raras" da Biblioteca Pública "Artur Vianna" da Fundação Cultural do Pará (Centur).

BUENO, Manuel Antonio Pimenta. *Indústria Extrativa. A Borracha*. Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C, Rio de Janeiro, 1882. In: Acerco da Biblioteca Virtual da Gerência de Acervos Digitais da Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas.

COSTA, Antonio Macedo. *A Amazonia* – meio de desenvolver sua civilisação. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, Ouvidor 31, 1884. In: Setor de "Obras Raras" da Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará (UFPA).

d) REVISTAS

EXTRAITE DES ANNALES DU MUSÉE GUIMET, 1884. In: Setor de "Obras Raras" da Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará (UFPA).

REVISTA DA ACADEMIA BRAZILEIRA DE LETRAS. Ano XXI, Volume XXXIV, Março de 1930. In: Acervo da Biblioteca Rodolfo Garcia da Academia Brasileira de Letras (ABA).

REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, Ano 46, Vol. 74, Julho a Dezembro, Anais de 1947. In: Acervo da Biblioteca Rodolfo Garcia da Academia Brasileira de Letras (ABA).

REVISTA DA ACADEMIA BRAZILEIRA DE LETRAS. Ano XXI, Volume XXXII, Janeiro 1930, nº97, p. 9-27. In: Acervo da Biblioteca Rodolfo Garcia da Academia Brasileira de Letras (ABA).

REVISTA BRAZILEIRA. Ano II, Tomo VII, 1881. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

REVISTA BRAZILEIRA, 1897, Terceiro Anno, Tomo Décimo. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

REVISTA DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO. Relação dos Socios correspondentes admittidos em 1887. Tomo III, 1887. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

REVISTA AMAZÔNICA, Ano I, Tomo I, 1883. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

REVISTA AMAZÔNICA, Ano II, Tomo II, 1884. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, Tomo III, 1881. In: Hemeroteca Digital da HATHI TRUST Digital Library.

NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, Ano II, Tomo V, 1882. In: Hemeroteca Digital da HATHI TRUST Digital Library.

NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, Ano III, Tomo VII, 1883. In: Hemeroteca Digital da HATHI TRUST Digital Library.

NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES, Ano III, Tomo IX, 1883. In: Hemeroteca Digital da HATHI TRUST Digital Library

e) LIVROS

Acervo da Biblioteca Rodolfo Garcia da Academia Brasileira de Letras.

ALVES, Luiz Carlos. "Últimos Estudos – Introdução". In: VERÍSSIMO, José. *Últimos Estudos de Literatura Brasileira – 7ª série*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977, p. 14-18.

ASSIS, Machado de. "Critica ao Scenas da Vida Amazonica". In: _____. *Obra completa*. Vol. 2. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1962 [1882], p. 721-24.

BARBOSA, João Alexandre. "A Crítica em Série" (prefácio). In: VERÍSSIMO, José. *Estudos de Literatura Brasileira – 1ª série*. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976, p. 31.

BELLO, José Maria. *Estudos criticos*. Rio de Janeiro, Jacinto Ribeiro dos Santos, 1917.

CARVALHO, Ronald de. *Pequena História da Literatura Brasileira*. 6ª edição. Rio de Janeiro: F. Briguiet & C. Editores, 1937.

CUNHA, FAUSTO. "José Veríssimo e os impasses da crítica literária". In: _____. *A Leitura aberta*: estudos de crítica literária. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978, p. 33-41.

FARIA, Alberto. Discurso do Sr. Alberto Faria e Resposta do Sr. Mário de Alencar, 6 de Agôsto de 1919. Discursos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras (1897-1919), Volumes I, II, III e IV, Rio de Janeiro, 1964 [1919], p. 879.

FILHO, João Etienne. "Revisão de José Veríssimo". VERÍSSIMO, José. *Estudos de Literatura Brasileira – 5ª série*. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977, p. 6-10.

FREIRE, Laudelino. *Um crítico e um poeta*. Rio de Janeiro: Empreza Photo-Mechanica do Brasil, 1911.

FUSCO, Rosário. *Vida Literária*. São Paulo: S. E. Panorama, 1940.

LINS, Álvaro. “Palestra sobre José Veríssimo”. In: _____. *Jornal da Crítica* – 3ª série. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944.

MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1952.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE. “Prefácio”. In: CARVALHO, Ronald de. *Pequena História da Literatura Brasileira*. 6ª edição. Rio de Janeiro: F. Briguiet & C. Editores, 1937.

MÉROU, Martín García. *El Brasil Intelectual – impressiones y notas literarias.* Buenos Aires, Félix Lajouane Editor, 1900.

MONTENEGRO, Olívio. *Jose Veríssimo – Crítica* (antologia escolar). Seleção e estudo crítico de Olívio Montenegro. São Paulo: Editora Agir, 1958. Coleção “Nossos Clássicos”.

PRISCO, Francisco. *José Verissimo. Sua vida e suas obras*. Rio de Janeiro: Brigueit, 1937.

VERÍSSIMO, José. “Um Livro de Crítica – Homens e Livros do Sr. Magalhães de Azeredo”. In: _____. *Estudos de Literatura Brasileira – 5ª série*. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977, p. 37-40.

Acervo da Biblioteca Lúcio Mendonça da Academia Brasileira de Letras.

_____. *Primeiras paginas* – viagens ao sertão – quadros paraenses – estudos. Belém: Tipographia Guttemberg, 1878.

_____. *Scenas da vida amazonica* – com um estudo sobre As Populações Indigenas e Mestiças da Amazonia. Lisboa: Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão, Largo do Camões, 6, 1886.

_____. *Estudos Brazileiros – 1ª série (1877-1885).* Pará, Editores – Tavares Cardoso & C.ª, Livraria Universal, 1889.

_____. *A Educação Nacional*. Pará, Editores – Tavares Cardoso & C.ª, Livraria Universal, 1890.

_____. *Estudos Brazileiros (1889-1893) – 2ª série.* Rio de Janeiro: Laemmert & C., Editores, 1894.

f) JORNAIS

Rio de Janeiro e São Paulo

A MANHÃ, Suplemento Literário “Autores e Livros”, 31 de maio de 1942. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

CORREIO DA MANHÃ, 02 de abril de 1957. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

CORREIO DA MANHÃ, 04 de abril de 1957. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

CORREIO DA MANHÃ, 07 de abril de 1957. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

CORREIO PAULISTANO, Suplemento Literário, 1 de agosto de 1954. In: Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade (BMA).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13 de abril de 1957. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 25 de julho de 1954. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 28 de abril de 1957. In: Hemeroteca do Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras (ABA).

DIÁRIO DE SÃO PAULO, 15 de julho de 1954. In: Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade (BMA).

GAZETA DE NOTÍCIAS, 31 de outubro de 1937. In: Hemeroteca do Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras (ABA).

JORNAL DO BRASIL, 25 de junho de 1977. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

JORNAL DO COMÉRCIO, 28 de abril de 1957. In: Hemeroteca do Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras (ABA).

JORNAL DO COMMERCIO, 06 de fevereiro de1916. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

JORNAL DO COMMERCIO, 24 de dezembro de 1936. Hemeroteca do Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras (ABA).

JORNAL DO COMMERCIO, 25 de dezembro de 1930, p. 3. In: Hemeroteca do Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras (ABA).

JORNAL DO COMMERCIO. 19 de abril de 1931. In: Hemeroteca do Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras (ABA).

O ESTADO DE SÃO PAULO, 13 de julho de 1957, p. 4. In: Acervo Digital do Jornal *O Estado de São Paulo*.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 25 de fevereiro de 1967. In: Acervo Digital do Jornal *O Estado de São Paulo*.

O ESTADO DE SÃO PAULO, Suplemento Literário, 13 de abril de 1957, p. 4. In: Acervo Digital do Jornal *O Estado de São Paulo*.

O ESTADO DE SÃO PAULO, Suplemento Literário, 13 de abril de 1957. In: Acervo Digital do Jornal *O Estado de São Paulo*.

O ESTADO DE SÃO PAULO, Suplemento Literário, 13 de abril de 1957. In: Acervo Digital do Jornal *O Estado de São Paulo*.

O ESTADO DE SÃO PAULO, Suplemento Literário, 13 de abril de 1957. In: Acervo Digital do Jornal *O Estado de São Paulo*.

O JORNAL, 12 de junho de 1958. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O JORNAL, 7 de outubro de 1958. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O RADICAL, 20 de dezembro de 1936. In: Hemeroteca do Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras (ABA).

Pará

A BOA NOVA, 12 de maio de 1877. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A BOA NOVA, 24 de julho de 1878. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A BOA NOVA, 6 de agosto de 1879. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A CONSTITUIÇÃO, 06 de maio de 1884. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A CONSTITUIÇÃO, 12 de junho de 1879. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A CONSTITUIÇÃO, 16 de agosto de 1882. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A CONSTITUIÇÃO, 2 de janeiro de 1886. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, 07 de setembro de 1886. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A REPÚBLICA, 11 de setembro de 1886. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE BELÉM, 10 de dezembro de 1885. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE BELÉM, 11 de dezembro de 1885. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE BELÉM, 12 de maio de 1882. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE BELÉM, 24 de novembro de 1885. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE BELÉM, 30 de março de 1881. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE BELÉM, 6 de dezembro de 1885. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE BELÉM, 8 de dezembro de 1885. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

GAZETA DE NOTÍCIAS, 01 de julho de 1881. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

GAZETA DE NOTÍCIAS, 02 de julho de 1881. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 de agosto de 1881. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 de agosto de 1881. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

GAZETA DE NOTÍCIAS, 16 de julho de 1881. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 de agosto de 1881. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 01 de junho de 1883. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 02 de março de 1880. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 03 de setembro de 1881. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 10 de maio de 1883. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 13 de dezembro de 1881. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 13 de dezembro de 1883. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 13 de maio de 1883. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 14 de junho de 1879. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 17 de novembro de 1889. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 19 de novembro de 1885. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 20 de novembro de 1888. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 21 de dezembro de 1878. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 24 de junho de 1879. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 25 de abril de 1884. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 25 de agosto de 1881. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 25 de julho de 1882. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 26 de abril de 1884. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 27 de dezembro de 1886. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 27 de dezembro de 1886. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 27 de julho de 1882. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 27 de julho de 1882. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O LIBERAL DO PARÁ, 27 de julho de 1889. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 27 de maio de 1883. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 28 de março de 1880. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 31 de dezembro de 1878. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ, 31 de dezembro de 1878. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

g) DOCUMENTOS OFICIAIS (Relatórios e regulamentos)

PARÁ. Discurso recitado pelo exm. snr. doutor Bernardo de Souza Franco, prezidente da provincia do Pará na abertura da Assemblea Legislativa provincial no dia 14 de abril de 1841. Pará, Typ. de Santos & menor, 1841. In: Hemeroteca Digital do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Chicago.

PARÁ. Falla que o exm, snr. Conselheiro Rego Barros, presidente desta provincia, dirigiu á Assembléa Legislativa provincial na abertura da mesma Assembléa no dia 15 de agosto de 1854. Pará, Typ. da Aurora Paraense, 1854. In: Hemeroteca Digital do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Chicago.

PARÁ. Relatório dos negócios da provincia do Pará que exm. snr. Couto de Magalhães, presidente desta provincia, dirigiu á Assembléa Legislativa provincial na abertura da mesma Assembléa no dia 15 de agosto de 1864. Pará, Typ. da Aurora Paraense, 1864. In: Hemeroteca Digital do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Chicago.

PARÁ. Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na primeira sessão em 15 de agosto de 1871 da 17ª legislatura pelo quarto vice-presidente, dr. Abel Graça, presidente da provincia. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1871. In: Hemeroteca Digital do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Chicago.

PARÁ. Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo exm. snr. Presidente da provincia, dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1 de setembro de 1862. In: Hemeroteca Digital do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Chicago.

PARÁ. Relatorio apresentado ao Exm. Sr. presidente da provincia pelos engenheiros Julião Honorato Corrêa de Miranda e Antonio Manuel Gonçalves Tocantis, sobre a exploração no Rio Tapajoz. In: Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 18ª legislatura em 15 de fevereiro de 1872 pelo presidente da província, Dr. Abel

Graça. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1872. In: Hemeroteca Digital do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Chicago.

PARÁ. Relatório apresentando á Assembléa Legislativa Provincial na 2ª sessão da 22ª legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo exm. sr. dr. José Coelho da Gama e Abreu. Pará, Typ. do Diario de Noticias de Costa & Campbell, 1881. In: Hemeroteca Digital do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Chicago.

PARÁ. Relatório do Presidente de Província José Araujo Roso Danin. Pará. Typ. de A. Fructuoso da Costa – Rua de S. Vicente n. 3. 1889. In: Hemeroteca Digital do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Chicago.

PARÁ. "Regulamento Geral da Instrucção Publica e Especial do Ensino Primario do Estado do Pará". Typographia da "A província do Pará" De Antonio Lemos – Travessa do Passarinho, n° 17 – Pará – 1890. In: Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Secretaria do Governo. Série: Portarias diversas. Códice: 1890.

PARÁ. "Direcção Geral da Instrucção Publica. Ensino primario: regulamento escolar, programmas, horários e instrucções pedagógicas para as escolas do Estado do Pará". Pará, Imprensa de Tavares & C.ª, 1890. In: Setor de "Obras Raras" da Biblioteca Pública "Artur Vianna" da Fundação Cultural do Pará (Centur).

PARÁ. "A instrucção publica no Estado do Pará em 1890". Pará. Typ. de Tavares Cardoso & Comp. Travessa de S. Mateus, 53. 1892. In: Setor de "Obras Raras" da Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará (UFPA).